

**Terceiro Relatório Nacional
para a Convenção sobre
Diversidade Biológica**

BRASIL



**TERCEIRO RELATÓRIO NACIONAL
DO BRASIL PARA A CONVENÇÃO SOBRE
DIVERSIDADE BIOLÓGICA**



República Federativa do Brasil

Presidente

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Vice-Presidente

JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA

Ministério do Meio Ambiente

Ministra

MARINA SILVA

Secretário-Executivo

CLÁUDIO ROBERTO BERTOLDO LANGONE

Secretário de Biodiversidade e Florestas

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO

Diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade

PAULO YOSHIO KAGEYAMA

Gerente de Conservação da Biodiversidade

BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS

Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade
Projeto Estratégia Nacional da Diversidade Biológica e Relatório Nacional

**TERCEIRO RELATÓRIO NACIONAL
DO BRASIL PARA A CONVENÇÃO SOBRE
DIVERSIDADE BIOLÓGICA**

Brasília
2006

TERCEIRO RELATÓRIO NACIONAL DO BRASIL PARA A CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA: BRASIL

Coordenação

Braulio Ferreira de Souza Dias

Equipe do Projeto Estratégia Nacional da Diversidade Biológica e Relatório Nacional

Núbia Cristina Bezerra da Silva (coordenadora), Andreina D'ayala Valva, Helio Jorge da Cunha, Luciana Aparecida Zago de Andrade, Marília Guimarães Araújo de Oliveira e Pedro Davison

Consolidação das informações

Gabriela Tunes da Silva, Andreina D'ayala Valva, Helio Jorge da Cunha, Luciana Aparecida Zago de Andrade e Pedro Davison

Revisão Técnica

Andreina D'ayala Valva, Helio Jorge da Cunha e Luciana Aparecida Zago de Andrade

Revisão do texto em português

Maria Beatriz Maury de Carvalho

Capa e Projeto Gráfico

Ana Lúcia Leite Prates

Editoração

Alenne Felizardo Namba e Ana Lúcia Leite Prates

Fotos gentilmente cedidas

José Sabino, Paulo Uras e Rafael Oliveira

Fotos capa

José Sabino (Tamanduá) e Rafael Oliveira (Aparados da Serra, Cactus, Crianças)

Apoio

Projeto Estratégia Nacional da Diversidade Biológica e Relatório Nacional - BRA 97/G31; Fundo Mundial para o Meio Ambiente - GEF; Agência Brasileira de Cooperação - ABC; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Programa Nacional de Diversidade Biológica - PRONABIO

T315 Terceiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas - Brasília: MMA, 2006.
368 p.: il.: 28 cm. (Série Biodiversidade, 21)

ISBN 85-87166-99-9

1. Biodiversidade. 2. Convenção. 3. Diversidade biológica. Ministério do Meio Ambiente. II. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. III. Título. IV. Série.

CDU(2ed.)574

Normalização Bibliográfica: Helionídia C. Oliveira

Ministério do Meio Ambiente - MMA

Centro de Informação, Documentação Ambiental e Editoração Luís Eduardo Magalhães - CID Ambiental
Esplanada dos Ministérios - Bloco B - térreo
Brasília/DF Cep 70068 900
Fone. 55 61 40091414
Email. cid@mma.gov.br
www.mma.gov.br

Projeto Estratégia Nacional da Diversidade Biológica e Relatório Nacional

SCEN Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco H
Brasília/DF Cep 70818 900
www.mma.gov.br/estrategia

Sumário

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	VII
PREFÁCIO	IX
APRESENTAÇÃO	XIII
ORIENTAÇÕES PARA O TERCEIRO RELATÓRIO NACIONAL	XV
A. SOBRE O RELATÓRIO	17
Informações sobre a preparação do relatório.....	17
C. ARTIGOS DA CONVENÇÃO	19
Artigo 5 - Cooperação.....	19
Artigo 6 - Medidas gerais para a conservação e uso sustentável.....	25
Biodiversidade e Mudanças Climáticas.....	34
Artigo 7 - Identificação e Monitoramento.....	37
Decisões sobre Taxonomia.....	55
Artigo 8 - Conservação <i>In-situ</i>	62
Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas.....	77
Artigo 8(h) - Espécies Exóticas.....	105
Artigo 8(j) - Conhecimento Tradicional e disposições relacionadas GURTs.....	120
Situação e Tendências.....	121
Diretrizes Akwé:Kon.....	126
Capacitação e Participação de Comunidades Indígenas e Locais.....	127
Apoio à implementação.....	132
Artigo 9 - Conservação <i>Ex-situ</i>	135
Artigo 10 - Uso Sustentável de componentes da diversidade biológica.....	146
Biodiversidade e Turismo.....	166
Artigo 11 - Medidas de incentivo	173
Artigo 12 - Pesquisa e treinamento.....	178
Artigo 13 - Educação e percepção pública.....	191
Artigo 14 - Avaliação de impactos e minimização de impactos adversos.....	210
Artigo 15 - Acesso a Recursos Genéticos.....	222
Artigo 16 - Acesso e transferência de tecnologia.....	229
Programa de Trabalho sobre a transferência de tecnologia e cooperação em tecnologia.....	232



Artigo 17 - Intercâmbio de informações.....	235
Artigo 18 - Cooperação Técnica e Científica.....	237
Artigo 19 - Gerência da biotecnologia e distribuição de seus benefícios.....	245
Artigo 20 - Recursos Financeiros	247
D. ÁREAS TEMÁTICAS.....	258
Ecosistemas de Águas Continentais.....	260
Diversidade Biológica Marinha e Costeira.....	272
Implementação de Gerenciamento Integrado das Áreas Marinha e Costeira.....	273
Recursos Vivos da Área Marinha e Costeira.....	277
Áreas Protegidas Marinhas e Costeiras.....	286
Maricultura.....	288
Espécies e Genótipos Exóticos.....	289
Agrobiodiversidade.....	291
Anexo da decisão V/5 - Programa de trabalho sobre agrobiodiversidade.....	293
Diversidade Biológica de Florestas.....	306
Programa de Trabalho ampliado sobre Diversidade Biológica de Florestas.....	309
Diversidade Biológica de terras secas e sub-úmidas.....	326
Biodiversidade de Montanhas.....	338
E. OPERAÇÃO DA CONVENÇÃO.....	342
F. COMENTÁRIOS SOBRE O FORMATO.....	346
ANEXOS.....	347
ANEXO I - Comissão Nacional da Biodiversidade - CONABIO.....	347
ANEXO II - Formulário de Consulta para o Relatório.....	354
ANEXO III - Instituições consultadas para a elaboração do Terceiro Relatório Nacional para a CDB.....	355
ANEXO IV - Lista de Participantes das Reuniões de Validação do Terceiro Relatório Nacional para a CDB.....	363
ANEXO V - Deliberação CONABIO n.º 28.....	367

Lista de Siglas e Abreviaturas

ABEMA	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENTIDADES ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE
ANA	AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS
APA	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
CBUC	CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
CDB	CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA
CEMAVE	CENTRO NACIONAL DE PESQUISA PARA CONSERVAÇÃO DAS AVES SILVESTRES
CESP	COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO
CHM	CLEARING-HOUSE MECHANISM (MECANISMO DE FACILITAÇÃO)
CI DO BRASIL	CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL
CNA	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA
CONAMA	CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE
CONDEMA	CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE
CNPQ	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
CRA	CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS
DEFID	DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO DO GOVERNO INGLÊS
EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
FINEP	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS
FNMA	FUNDO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE
FUNAI	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
FUNASA	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE
GEF	GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY
GT	GRUPO DE TRABALHO
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
ISA	INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
JICA	JAPAN INTERNATIONAL COOPERATION AGENCY (AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO)
LBA	LARGE-SCALE BIOSPHERE-ATMOSPHERE EXPERIMENT IN AMAZON (GRANDE ESCALA DA BIOSFERA-ATMOSFERA NA AMAZÔNIA)
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MDS	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MMA	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
ODMS	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO
OEA	ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
OEMAS	ÓRGÃOS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE
OGM	ORGANISMO GENETICAMENTE MODIFICADO
PNB	POLÍTICA NACIONAL DA BIODIVERSIDADE

PNMA	POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
PNRH	POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
PNUMA	PROGRAMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE
PPG7	PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL
PRONEA	PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
SBF	SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
SEPLAN	SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE
SISNAMA	SISTEMA NACIONAL DE MEIO AMBIENTE
SNUC	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
SRH/MMA	SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS DO MMA
UCDB	UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
UECE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
UEPI	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUI
UFMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
UNB	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNESCO	ORGANIZAÇÃO DAS UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA
UNIDERP	UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO E DA REGIÃO DO PANTANAL

Prefácio

O Terceiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil apresenta um apanhado geral das ações em curso no país, até 2005, que contribuem para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB. Vale ressaltar que em acordo com os objetivos da CDB estas ações são frutos dos esforços de todos os setores da sociedade, por isso mesmo a elaboração deste documento se baseou em extensa consulta aos diferentes atores nacionais que de variadas formas vêm contribuindo nessa caminhada.

No momento em que o país recebe as Partes da Convenção em sua Oitava Reunião da Conferência das Partes - COP-8 em Curitiba, em março de 2006, é justo elencar alguns dos importantes avanços registrados no país no sentido de implementar os três objetivos da Convenção: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes, e a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes do uso de recursos genéticos e do conhecimento tradicional.

Em agosto de 2005 o Governo Federal divulgou os índices de desmatamento na Amazônia referentes ao período de agosto de 2004 a agosto de 2005: a taxa de desmatamento sofreu redução de 31%. O número é uma projeção do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) feita a partir de imagens de satélite, cobrindo 87% da área onde se concentra a derrubada da floresta. Esses dados revelam que a redução do desmatamento foi generalizada em praticamente todo o Arco do Desmatamento. É a primeira vez, em 17 anos de monitoramento, que os dados são divulgados no mesmo período em que foram medidos. Com isto, o Governo conta com dados atualizados para planejar a sua atuação em 2006 com antecedência.

A queda no desmatamento da Amazônia é resultado da maior fiscalização e controle; de iniciativas de ordenamento fundiário e territorial (com destaque para a criação de novas áreas protegidas); e da criação do instrumento da Limitação Administrativa Provisória para a área de influência da rodovia BR-163 (cobrindo área de 8,2 milhões de hectares). É importante notar que se verificou queda nas taxas de desmatamento em todos os estados amazônicos, mas essa queda foi particularmente forte nas áreas onde houve maior intervenção do Governo Federal por meio do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia.

Este esforço para reduzir o desmatamento resulta uma situação onde todos são vencedores. Para o Planeta, de maneira geral, assegura-se significativa redução das emissões globais de gases de efeito estufa. Para um país em desenvolvimento, asseguram-se alternativas de desenvolvimento que valorizem a floresta em pé, maximizando os benefícios da exploração sustentável dessas áreas e promovendo a correta distribuição dos benefícios econômicos, com transparência e controle social.



É fundamental ao apreciar tais esforços, reconhecer também a baixa contribuição histórica do país e dos demais países em desenvolvimento para o estado atual de mudança do clima do planeta. Essa é a razão pela qual o Brasil tem defendido, no âmbito da **Convenção sobre Mudanças do Clima das Nações Unidas**, a noção de incentivos positivos aos países em desenvolvimento para que, levando em conta suas responsabilidades diferenciadas, seus objetivos e circunstâncias específicos, possam adotar políticas e medidas e formular e implementar programas nacionais para mitigar a mudança do clima.

No que se refere à política para as áreas protegidas, o Brasil avançou no sentido de implementar o Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas da CDB (Decisão VII/28), desenvolvendo uma série de ações. Ampliou a base de proteção territorial em 15.500.000 de hectares, com a criação de 39 novas unidades de conservação federais, no período de 2003 a 2006, representando um acréscimo de 29% em relação a área do país protegida até 2002. Em 2004, firmou um Protocolo de Intenções, envolvendo mais de 30 organizações da sociedade civil de âmbito nacional e internacional, com a finalidade de formular e implementar um Plano Nacional de Áreas Protegidas de forma participativa e colaborativa. Criou o Fórum Nacional de Áreas Protegidas como instância de diálogo permanente entre o governo e a sociedade, para viabilizar a participação direta e o controle social sobre as políticas para as áreas protegidas, inaugurando uma forma original de interagir com a sociedade na construção e implementação de políticas públicas. Além de iniciativas como o Programa ARPA, que visa expandir, consolidar e manter o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC no bioma Amazônia, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

O Plano Nacional de Áreas Protegidas - PNAP é um instrumento de planejamento e gestão de uma política integrada para as áreas protegidas, adotada pelo governo brasileiro. O desafio do PNAP é o estabelecimento, até 2015, de um sistema abrangente de áreas protegidas, ecologicamente representativo e efetivamente manejado, integrado a paisagens terrestres e marinhas mais amplas, bem como a promoção do acesso e da repartição justa e equitativa de custos e benefícios advindos da conservação da natureza. Com esse propósito, o Ministério do Meio Ambiente criou um grupo de trabalho que elaborou uma proposta do PNAP, enfocando prioritariamente o SNUC, as terras indígenas e as terras de quilombos. Outras áreas protegidas, como as áreas de preservação permanente e as reservas legais, são tratadas como elementos de conectividade, no âmbito da abordagem ecossistêmica. O PNAP contempla ainda o estabelecimento e a consolidação de áreas naturais brasileiras com reconhecimento internacional, como as Reservas da Biosfera, os Sítios do Patrimônio Mundial Natural e os Sítios Ramsar. O processo de construção do plano constituiu um espaço de diálogo com diferentes setores do governo e da sociedade, por meio de reuniões, oficinas de trabalho e consulta pública para a definição de princípios, diretrizes, objetivos e estratégias que levarão o país a contribuir com a redução da taxa de perda de biodiversidade em escala global e com a melhoria da qualidade de vida de brasileiros e brasileiras. Outra iniciativa relacionada ao PNAP foi a elaboração de um projeto de proteção, conservação, recuperação e uso sustentável da biodiversidade em terras indígenas, que hoje abrangem 12% do território nacional.

O Projeto Corredores Ecológicos, no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, do Ministério do Meio Ambiente, é outra importante iniciativa que tem como objetivo prevenir e reduzir a fragmentação das florestas tropicais por meio de uma rede composta de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de interstício, conectando-as e promovendo os Corredores Ecológicos. O projeto-piloto priorizou para a execução de suas atividades, o Corredor Central da Mata Atlântica (que abrange 186 municípios e mais de 1200 km de extensão) e o Corredor Central da Amazônia (incluindo 32 municípios e cerca de 40 milhões de hectares).

Nestes Corredores Ecológicos são estimuladas, por meio de processos participativos, atividades sustentáveis e a conservação de áreas florestais estratégicas, combate a caça ilegal, criação de novas unidades de conservação e incentivo à regeneração natural ou induzida de florestas. Em uma primeira fase buscou-se a estruturação das unidades de coordenação estaduais; fortalecimento da gestão de unidades de conservação estaduais e federais, operações de fiscalização integradas, monitoramento da cobertura florestal e elaboração de um plano de gestão dos corredores. A segunda fase a ser iniciada em 2006, envolve o financiamento de projetos selecionados pelos comitês gestores de cada estado na implementação de mini- corredores e demais ações conservacionistas, conforme diretrizes e critérios a serem estabelecidos.

O Programa Nacional de Conservação e Uso sustentável do Bioma Cerrado (Programa Cerrado Sustentável) criado em 2005, visa promover condições para reverter o empobrecimento sócio-ambiental do bioma Cerrado por meio da conservação, restauração, recuperação e manejo sustentável de ecossistemas naturais e agropecuários. Elaborado junto ao Grupo de Trabalho do Bioma Cerrado (Portaria MMA nº 361), o programa é coordenado pela Comissão Nacional do Programa Cerrado Sustentável (CONACER), que atua como sua instância colegiada de caráter deliberativo e consultivo.

Ainda em 2004, O MMA iniciou negociação com o Banco Mundial sobre um projeto que apoiasse o Governo Federal e a sociedade brasileira a cumprir algumas das ações contidas no Programa Cerrado Sustentável. Aprovada neste mesmo ano a "Iniciativa GEF Cerrado Sustentável", tem como objetivo promover o aumento da conservação da biodiversidade e aprimorar o uso sustentável dos recursos naturais do bioma Cerrado, através de práticas e políticas apropriadas. Os resultados esperados da Iniciativa são: 1) conservação da biodiversidade do Cerrado aumentada; 2) uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado expandido na paisagem produtiva; 3) instituições governamentais responsáveis pela conservação e uso sustentável dos recursos naturais do Cerrado e membros da sociedade civil organizada, fortalecidos e participantes na formulação de políticas públicas; 4) atividades do projeto coordenadas e avaliadas, e o bioma Cerrado sistematicamente monitorado.

O Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR busca viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo como uma das bases para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, criando um contexto apropriado e as condições necessárias para preparar os nove estados da Amazônia Legal para administrarem, de forma eficiente, áreas com potencial para o turismo sustentável. O programa, de caráter estruturante, visa dotar a região de condições atrativas para o direcionamento de investimentos para o segmento ecoturístico. Atualmente em sua primeira fase procura-se implantar ações focadas no planejamento estratégico local e regional, com o objetivo de indicarem meios e instrumentos que irão nortear a construção da segunda fase, que por sua vez será focada principalmente, na implantação de investimentos e infra-estrutura de apoio ao turismo.

O Projeto Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade de Manguezais em Áreas Protegidas no Brasil tem como principal objetivo fortalecer o SNUC em sua capacidade de promover a efetiva conservação e uso sustentável desses ecossistemas no Brasil. Os manguezais são considerados ecossistemas-chave e ocorrem em extensas áreas ao longo da costa brasileira. Devido à concentração populacional e crescente atividade econômica na região costeira, esses ecossistemas encontram-se ameaçados, ainda que sejam protegidos pelo Código Florestal e estejam, em grande parte, situados em unidades de conservação de diferentes categorias do SNUC. De um lado, será focada a demonstração da efetividade da abordagem de mosaico para a gestão de unidades de conservação, prevista no SNUC, de outro, serão adotadas ações em nível nacional, regional e local visando suprir deficiências de

coordenação institucional e sistêmica, de capacidades e habilidades. A fase atual do projeto visa à produção dos estudos técnicos, consolidação de dados e preparação das avaliações de lacunas de capacidades; e definição dos arranjos institucionais, mecanismos de coordenação e a forma de participação dos atores para sua implementação.

O Projeto Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos na Amazônia - AquaBio pretende gerar e compartilhar experiências que promovam, a longo prazo, a gestão integrada da biodiversidade aquática e dos recursos hídricos na Amazônia, como forma de reduzir as ameaças à integridade da bacia e assegurar a conservação e o uso sustentável de sua biodiversidade aquática de importância global. Para tanto, pretende promover ações estratégicas que internalizem os objetivos de conservação e uso sustentável da biodiversidade aquática nas políticas e programas de desenvolvimento sustentável da Amazônia. O AquaBio é implementado pelo Ministério do Meio Ambiente mediante a promoção de parcerias entre o Poder Público em suas três esferas (federal, estadual e municipal) e a sociedade civil.

Outro importante passo foi a realização em 2005 do I Simpósio Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras. O evento contou com a presença de participantes originários de oito países, além de um grande número de especialistas das cinco regiões geopolíticas brasileiras e dos diversos setores da sociedade, tanto governamental, não governamental e acadêmico-científico quanto do setor empresarial. Entre os temas analisados, destacaram-se: a legislação nacional e a regulamentação do uso de espécies de valor econômico; prioridades para financiamento; sensibilização e educação; controle e monitoramento e análise de risco, prevenção e detecção precoce. As atividades resultaram em recomendações específicas para o MMA e para o IBAMA, as quais estão sendo objeto de análise e avaliação com vistas à sua implementação. Propôs-se ainda a criação de uma Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras, no âmbito da CONABIO.

Como se pode observar nestes exemplos, são inúmeras as ações espalhadas pelas regiões e biomas do país, entretanto o que temos feito é, ainda, insuficiente. A complexidade e a gravidade dos problemas requerem respostas e ações ainda mais fortes. O momento atual exige a construção de políticas equilibradas e integradas que enfoquem a questão da conservação e do uso sustentável da biodiversidade sob o prisma dos impactos que já vivemos e daqueles de mais longo prazo.

Para o Brasil, a despeito dos avanços já alcançados, precisamos agora fazer com que esses resultados sejam permanentes. É com grande satisfação que lançamos o Terceiro Relatório Nacional para a Convenção sobre a Diversidade Biológica. O intuito dessa publicação, além de atender nosso compromisso junto à CDB, é possibilitar o conhecimento das ações e iniciativas em prol da biodiversidade que estão sendo realizadas no país, para que possamos juntos assegurar a integridade da diversidade biológica para as presentes e futuras gerações.

Marina Silva

Ministra de Estado do Meio Ambiente

Apresentação

Ao ratificarem a Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, as Partes comprometeram-se, em termos gerais, a implementar medidas nacionais e internacionais com o propósito de alcançar três objetivos: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes, e a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes do uso de recursos genéticos. Esses três objetivos se traduzem em obrigações às quais as Partes estão sujeitas.

A elaboração de Relatórios periódicos contendo informações acerca da implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é compromisso, previsto no Artigo 26 da CDB, do Brasil como membro da referida Convenção. Além disso, tem grande importância como subsídio à formulação de políticas públicas ambientais, pois possibilita a avaliação das ações empreendidas no país voltadas à conservação e uso sustentável de seu patrimônio natural. O Brasil elaborou seu Primeiro Relatório Nacional em 1998 e o disponibilizou em português e inglês em 1999. O Segundo Relatório Nacional, elaborado em 2002, foi publicado em 2004 em português e em inglês. As versões eletrônicas de ambos documentos encontram-se disponíveis no endereço www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=14&id_conteudo=818.

Apresentamos aqui o Terceiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil, o qual contempla iniciativas que refletem o grau de implementação da CDB no país, até 2005. O documento foi elaborado com base no *Guia para Relatórios Nacionais (Guidelines for National Reports)*, estabelecido pelas Partes da Convenção (Decisões V/19, VI/25 e VII/25) e que previa duas partes:

- Indicação das iniciativas realizadas no país que contribuem para a implementação dos artigos da Convenção, assim como dos Planos de Trabalho Temáticos;
- Definição de metas nacionais de redução da perda da biodiversidade, correlatas às metas globais definidas no Plano Estratégico da CDB para 2010 e na Estratégia Global para Conservação de Plantas.

Considerando que o Brasil ainda não definiu metas nacionais correspondentes às metas estabelecidas pela CDB, e que tal processo requer a realização de estudos de apoio, que estão ainda sendo desenvolvidos, o país optou por elaborar apenas a parte referente ao relato da implementação dos artigos da Convenção no país. Para tal, o Guia para Relatórios Nacionais disponibilizou um questionário com 207 questões de múltipla escolha, as quais foram em sua maioria seguidas de comentários para esclarecer ou enriquecer a resposta da pergunta. Além dessas questões, o relatório contém 35 boxes com 6 itens (letras "a" a "f") ao final de cada artigo e programa de trabalho, que apresentam: (letra a) uma análise sobre os impactos ou resultados das medidas adotadas pelo País; (letra b) as contribuições para o atendimento e a aplicação das metas e objetivos do Plano Estratégico da Convenção; (letra c) bem como para o alcance das metas para 2010, adotadas na sexta Reunião da Conferência das Partes; (letra d) os progressos na implementação dos principais objetivos da Política Nacional da Biodiversidade (Decreto nº. 4.339), e (letra e) as contribuições para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. Além disso, (letra f) são apresentadas informações relativas a limitações ou impedimentos à aplicação dos diversos artigos,



disposições e programas de trabalho da CDB.

Para responder a este questionário, o Ministério do Meio Ambiente utilizou a metodologia descrita a seguir, a qual foi previamente discutida e aprovada pela Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO (criada pelo Decreto Presidencial 4.703 de 21 de maio de 2003), em sua Sexta Reunião Ordinária, entre os dias 05 e 06 de maio de 2004.

O documento foi elaborado de forma participativa, compreendendo processos de consulta que permitiram considerar a opinião de representantes de diversos setores da sociedade importantes para a gestão da biodiversidade. Inicialmente, foi elaborado um formulário para consulta aos Estados, aos programas do Plano Plurianual do governo federal (PPA) que mantêm interfaces com temas ligados à biodiversidade, e a um conjunto de entidades da sociedade civil atuantes na gestão da biodiversidade (ONGs, representantes do setor produtivo, representantes de povos indígenas e comunidades quilombolas, entre outros). Por meio deste formulário, foi possível levantar informações acerca das principais iniciativas relevantes desenvolvidas pelos diversos setores.

A consulta teve início em meados de dezembro de 2004, e estendeu-se até março de 2005. Foram consultados ao todo 164 instituições, sendo 27 Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, 57 programas do PPA, 67 entidades da sociedade civil, além de 13 instâncias governamentais com âmbito de ação relacionado à Biodiversidade. Das instituições consultadas, 71 responderam à consulta com o envio de informações acerca de iniciativas importantes para a implementação da CDB no país.

Após essa fase, as informações obtidas no processo de consulta foram consolidadas. Além disso, foi realizada uma pesquisa na Internet, a partir da qual informações sobre outras iniciativas importantes foram levantadas. Uma minuta do documento foi, então, preparada e levada para discussão em duas reuniões de consulta e de validação do documento, realizadas nos dias 11, 12, 18 e 19 de abril de 2005, em Brasília. As reuniões contaram com a participação de 75 pessoas, representando estados da federação, programas do PPA e instituições governamentais e não-governamentais. Nas reuniões, o documento foi exaustivamente discutido e novas informações foram agregadas. A partir disso, foi preparada uma nova versão do documento, que foi submetida à discussão e aprovada pela CONABIO (Deliberação nº 28, em 04 de maio de 2005).

Por serem resultado de um processo participativo, em alguns casos, as respostas dadas não refletem fielmente a realidade de todo País, uma vez que representam uma média de situações diversas, considerando-se as diferenças regionais, as disparidades sociais, políticas e econômicas existentes no Brasil. Sempre que possível, estas disparidades foram destacadas nos comentários referentes a cada artigo.

Todas as pessoas e as instituições consultadas e que contribuíram para a formulação deste Terceiro Relatório Nacional sobre a implementação da CDB no Brasil estão com seus nomes listados nos anexos.

Portanto, o documento que segue é, conforme explicitado acima, resultado de uma construção coletiva, refletindo, portanto, opiniões e posicionamentos dos diversos atores consultados ao longo de sua elaboração.

João Paulo Ribeiro Capobianco
Secretário de Biodiversidade e Florestas
Ministério do Meio Ambiente

ORIENTAÇÕES PARA O TERCEIRO RELATÓRIO NACIONAL

- 1.** Signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica devem apresentar relatório para a Conferência das Partes, conforme as obrigações estipuladas pelo Artigo 26 da Convenção sobre Diversidade Biológica. O formato que se segue para o Terceiro Relatório Nacional foi preparado de acordo com os requerimentos contidos no parágrafo 3 da decisão VII/25, acrescentando aos critérios para relatórios nacionais adotados pela Conferência das Partes no parágrafo 2 de sua decisão V/19.
- 2.** O presente formato busca um equilíbrio entre a necessidade de obter um máximo de informações sobre a implementação da Convenção, por um lado, e a exigência imperativa de manter o relatório dentro de dimensões razoáveis, por outro. É esperado que a informação fornecida ajude os Signatários e a Conferência das Partes a rever a extensão de implementação das disposições da Convenção e dos programas de trabalho adotados perante a Convenção.
- 3.** O formato também levou em consideração as solicitações dos Signatários para que o processo de prestação de contas fosse, além de ressaltar os aspectos administrativos da implementação da Convenção, colocando maior ênfase nos resultados concretos da implementação das políticas da Convenção sobre Diversidade Biológica.
- 4.** Vários aspectos foram adotados para assegurar que a simplicidade e a consistência permeassem todo o formato:

Características gerais deste formato

- a)** As perguntas formuladas neste formato são baseadas nos Artigos e Programas de Trabalho da Convenção e naqueles elementos das decisões da Conferência das Partes que abordam as Partes especificamente.
- b)** O formato contém perguntas que estão contidas nos critérios para o Segundo Relatório Nacional e em alguns dos relatórios temáticos (tais perguntas foram marcadas dentro deste formato). O propósito de repetir essas perguntas no formato presente é permitir que um histórico seja estabelecido para algumas questões específicas de implementação estabelecendo, conseqüentemente, suas tendências ao longo do tempo. As demais perguntas, dentro deste formato, são inteiramente novas.
- c)** Este formato contém 75 quadros numerados com algarismos romanos, e 206 perguntas numeradas com algarismos arábicos. Os quadros requerem respostas completas por extenso, enquanto que as perguntas requerem apenas a marcação de uma ou mais das múltiplas escolhas oferecidas. As respostas inseridas nos quadros não podem ser analisadas eletronicamente, enquanto que as respostas às perguntas serão inseridas em um analisador eletrônico quando os relatórios nacionais completados forem submetidos à Secretaria.
- d)** O enunciado das perguntas deste formato segue, o mais fielmente possível, a redação dos Artigos, programas de trabalho e decisões das reuniões relevantes da Conferência das Partes. As perguntas foram formuladas da forma mais simples possível.

Orientações específicas para o uso do questionário

- e)** Assim como para o Segundo Relatório Nacional, os Signatários devem submeter o relatório tanto na forma eletrônica, como impressa. O formato eletrônico deve usar o programa WORD da Microsoft.
- f)** Os quadros deste formato parecem pequenos quando impressos, mas podem ser aumentados no formato eletrônico posicionando-se o cursor dentro do quadro e pressionando a tecla < ENTER > repetidamente. Aumente o comprimento de seus quadros o quanto for necessário, mas assegure-se de que sua resposta esteja inteiramente dentro do quadro. Caso seja necessário anexar mais informações ou prover detalhes extensos para respostas específicas, esteja à vontade para fazê-lo quando submeter a cópia impressa de

seu relatório.

g) As perguntas são de múltipla escolha, e você deve marcar as respostas que melhor descreverem a situação de seu país. Caso você acredite que deva, ou a pergunta requeira marcar mais de uma resposta para uma pergunta específica, esteja à vontade para fazê-lo.

h) Muitas perguntas contêm um quadro ao final, no qual você é convidado (a) a fornecer maiores detalhes para esclarecer ou enriquecer a respectiva resposta de múltipla escolha marcada. Por favor, assegure-se de que a informação adicional incluída no quadro seja diretamente relacionada à questão que a precede, e que seja tão sucinta quanto possível. Não há um limite estabelecido para a extensão das respostas, mas espera-se que os Signatários possam fornecer informações adequadas e úteis num máximo de uma ou duas páginas. Para aumentar o tamanho desses quadros anexados às perguntas, use o mesmo procedimento descrito no parágrafo (f) acima.

i) Ao marcar as opções de múltipla escolha, por favor, use simplesmente um "X" no(s) espaço(s) apropriado(s). Não escreva nem adicione símbolos de qualquer tipo, pois estes não serão reconhecidos durante a análise eletrônica subsequente.

j) Além dos quadros anexados a algumas perguntas, o formato oferece uma oportunidade adicional, ao final de cada artigo e programa de trabalho, para discorrer sobre os impactos e resultados das ações implementadas por seu país, especialmente em termos de alcançar os objetivos prioritários de suas estratégias nacionais de biodiversidade e/ou planos de ação, se pertinente, as metas e objetivos do Plano Estratégico da Convenção (2002-2010) e as metas de 2010, adotadas pela 6ª reunião da Conferência das Partes.

k) Além disso, os Signatários devem fornecer informações sobre as dificuldades e obstáculos encontrados durante a implementação de vários artigos, dispositivos e programas de trabalho.

L) Algumas perguntas foram elaboradas para solicitar informações apenas dos países desenvolvidos que são Signatários, e algumas outras são direcionadas apenas a países em desenvolvimento e países com economias em transição. Essas perguntas foram claramente identificadas. Por favor, assegure-se de que responderá às perguntas que se referem especificamente ao seu país e que não responderá às perguntas que se referem a uma categoria à qual seu país não pertence.

5. A Secretaria Executiva agradece qualquer comentário sobre a conformidade das perguntas e dificuldades em completar essas perguntas, e qualquer outra recomendação sobre como aperfeiçoar essas orientações e critérios para prestação de contas. O quadro LXXV, ao final do relatório, é disponibilizado com este propósito.

6. Recomenda-se que, na preparação de seus relatórios nacionais, os Signatários envolvam uma ampla gama de lideranças, de forma a assegurar uma abordagem participativa e transparente ao processo de prestação de contas. O quadro I, que aparece no princípio das orientações, é destinado à listagem dos grupos ou lideranças envolvidos no processo.

7. As informações fornecidas pelos Signatários não serão utilizadas para classificar o desempenho nem para comparar a implementação entre Signatários.

8. Os Signatários devem submeter o terceiro relatório nacional neste formato à Secretaria Executiva até 15 de maio de 2005. Os Signatários devem submeter uma cópia original assinada enviada pelo correio e uma cópia eletrônica em disquete ou por correio eletrônico.

9. Este formato também está disponível na página da Convenção:

<http://www.biodiv.org/world/intro.asp>

10. Os relatórios nacionais completados e quaisquer comentários devem ser enviados para:

The Executive Secretary
Secretariat of the Convention on Biological Diversity
World Trade Centre
413 St. Jacques Street West, suite 800
Montreal, Québec
H2Y 1N9 Canada
Fax: (1 514) 288 6588 - E-mail: secretariat@biodiv.org

A. SOBRE O RELATÓRIO

Parte Contratante	Brasil
P O N T O F O C A L N A C I O N A L	
Nome completo da instituição:	Divisão do Meio Ambiente - Ministério de Relações Exteriores/ MRE
Nome e título do representante para contato	Hadil Fontes da Rocha Vianna, Chefe da Divisão de Meio Ambiente
Endereço para correspondência	Divisão de Meio Ambiente – Ministério das Relações Exteriores Anexo I – 4º Andar - Sl. 439 Brasília/DF 70170 900
Telefone	55 61 34116674
Fax	55 61 33225523
E-Mail	hadil@mre.gov.br
R E P R E S E N T A N T E P A R A C O N T A T O P E L O R E L A T Ó R I O N A C I O N A L	
Nome completo da instituição:	Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Ministério do Meio Ambiente
Nome e título do representante para contato	Paulo Kageyama, Diretor do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade
Endereço para correspondência	Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade SCEN Trecho 2 - Ed. Sede do IBAMA - Bloco H Brasília/DF 70818 900
Telefone	55 61 40099551
Fax	55 61 40099594
E-mail	paulo.kageyama@mma.gov.br
S U B M I S S Ã O	
Assinatura do representante responsável por submeter o relatório nacional	
Data de submissão	outubro/2005

Informações sobre a preparação do Relatório

Quadro XII.

Favor fornecer informações sobre o processo de preparação deste relatório, incluindo informações sobre os interessados que estiveram envolvidos e sobre o material que foi usado como base para o mesmo.

C. ARTIGOS DA CONVENÇÃO

Artigo 5 - Cooperação

9 - Seu país está cooperando ativamente com outros Signatários com relação a áreas além da jurisdição nacional, para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica?	
a) Não	
b) Sim, cooperação bilateral (favor incluir detalhes abaixo)	X
c) Sim, cooperação multilateral (favor incluir detalhes abaixo)	X
d) Sim, cooperação regional e/ou sub-regional (favor incluir detalhes abaixo)	X
e) Sim, outras formas de cooperação (favor incluir detalhes abaixo)	X
Comentários adicionais sobre a cooperação com outros Signatários com relação a áreas além da jurisdição nacional para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.	
<p><u>ACORDOS BILATERAIS:</u></p> <p>Argentina: Acordo de Cooperação para a Conservação dos Recursos Naturais do Atlântico Sul, entre o Brasil e a Argentina, assinado em Buenos Aires, em 29/12/1967. Decreto-Lei n.º 454, de 04/02/1969.</p> <p>Bolívia: Convênio para a Preservação, Conservação e Fiscalização dos Recursos Naturais nas Áreas de Fronteira, assinado em Brasília, em 15/08/1990. Decreto Legislativo n.º 91, de 18/12/1992; e Decreto n.º 3.026, de 13/04/1999. http://wwwt.senado.gov.br/legbras/</p> <p>Colômbia: Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos, assinado em Bogotá, em 20/06/1973. Decreto Legislativo n.º 72, de 03/12/1973; e Decreto n.º 78.017, de 12/07/1976. http://wwwt.senado.gov.br/legbras/</p> <p>Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira, assinado em Bogotá, em 16/07/1985. Decreto Legislativo n.º 7, de 21/05/1990; e Decreto n.º 3.422, de 20/04/2000. http://wwwt.senado.gov.br/legbras/</p> <p>Equador: Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica de 09/02/82, para Implementação do Projeto Conservação e Desenvolvimento Sustentável no Parque Nacional Sangay, assinado em Quito, em 08/10/1999. D.O.U seção I, n.º 227, 29/11/1999.</p> <p>Guiana: Acordo de Cooperação Amazônica, assinado em Brasília, em 05/10/1982. Decreto Legislativo n.º 32, de 09/12/1985; e Decreto n.º 92.931, de 17/07/1986. http://wwwt.senado.gov.br/legbras/</p> <p>Paraguai: Acordo para a Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limítrofes, assinado em Brasília, em 01/09/1994. Decreto Legislativo n.º 138, de 10/11/1995; e Decreto n.º 1.806, de 06/02/1996. http://wwwt.senado.gov.br/legbras/</p> <p>Protocolo Adicional ao Acordo para a Conservação da Fauna nos Cursos dos Rios Limítrofes, assinado em Brasília, em 19/05/1999. Decreto Legislativo n.º 33, de 10/04/2002; e Decreto n.º 4.256, de 03/06/2002. http://wwwt.senado.gov.br/legbras/</p> <p>Peru: Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos da República Federativa do Brasil e da República do Peru, assinado em Lima, em 07/11/1975. Decreto Legislativo</p>	

n.º 39, de 17/05/1976; e Decreto n.º 78.802, de 23/11/1976. [http://wwwt.senado.gov.br/legbras/Protocolo para Implementação de um Sistema de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais](http://wwwt.senado.gov.br/legbras/Protocolo%20para%20Implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20um%20Sistema%20de%20Preven%C3%A7%C3%A3o%20e%20Controle%20de%20Inc%C3%ADndios%20Florestais) assinado em Lima, em 25/08/2003. D.O.U. n.º 33, de 17/02/2004.

http://www2.mre.gov.br/dai/b_peru_148_5135.htm

Protocolo para Implementação de um Sistema de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais, assinado em Lima, em 25/08/2003. D.O.U. n.º 33, de 17/02/2004.

http://www2.mre.gov.br/dai/b_peru_148_5135.htm

Uruguai: Acordo de Pesca e Preservação dos Recursos Vivos, assinado em Montevideu, em 12/12/1968. Decreto Lei n.º 412, de 09/01/1969.

ACORDOS MULTILATERAIS:

Convenção Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico, assinada no Rio de Janeiro, em 14/05/1966. Decreto-lei n.º 478, de 27/02/1969; e Decreto n.º 65.026, de 22/08/1969. <http://wwwt.senado.gov.br/legbras/>

Convenção Interamericana para Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas, assinada em Caracas, em 01/12/1996. Decreto-Legislativo n.º 91, de 14/02/1999; e Decreto n.º 3842, de 15/06/2001.

Convenção Internacional para a Conservação do Atum Atlântico, assinada em Madri, em 05/07/1992. Decreto Legislativo n.º 99, de 03/07/1995.

Convenção sobre a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, assinada em Canberra, em 20/05/1980. Decreto Legislativo n.º 33, de 05/12/1985; e Decreto n.º 93.935, de 15/01/1987.

Convenção para a Conservação das Focas Antárticas, assinada em Londres, em 01/06/1972. Decreto n.º 66, de 18/03/1991.

Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção, assinada em Washington, em 03/03/1973. Decreto Legislativo n.º 54, de 24/06/1975.

10 - Seu país está trabalhando junto com outros Signatários para desenvolver mecanismos regionais, sub-regionais ou biorregionais e redes para apoiar a implementação da Convenção? (decisão VI /27 A)

a) Não

b) Não, mas consultas estão em curso

c) Sim, alguns mecanismos e redes foram estabelecidos (favor incluir detalhes abaixo)

X

d) Sim, mecanismos existentes foram fortalecidos (favor incluir detalhes abaixo)

X

Comentários adicionais sobre o desenvolvimento de mecanismos regionais, sub-regionais ou biorregionais e redes para apoiar a implementação da Convenção.

Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul. Com o propósito de cumprir os objetivos assumidos, o governo do Brasil, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), organizou a Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul, realizada no Rio de Janeiro, em 2003. O evento envolveu atores responsáveis pelas Estratégias Nacionais de

Biodiversidade (ENBs) da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Paraguai, Peru, Uruguai e Suriname, além de representantes de instituições nacionais e internacionais de fomento a projetos relacionados à conservação e uso sustentável da biodiversidade. O objetivo da Reunião foi identificar os principais avanços no processo de implementação das ENBs Sul-Americanas desde 1998 e identificar os temas de interesse comum e ações prioritárias em biodiversidade, visando orientar iniciativas de cooperação para a implementação dos compromissos da CDB na América do Sul. Foram produzidos, na reunião, os seguintes documentos:

"Carta da Reunião de Cooperação Sul-Americana em Biodiversidade - RIO 2003";

"Temas e ações prioritárias em Biodiversidade para a cooperação e intercâmbio entre os países da América do Sul".

A partir da reunião, foi elaborado o livro "Estratégias Nacionais de Biodiversidade na América do Sul: Perspectivas para Cooperação Regional", publicado, em 2004, pela Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade (DCBIO) do Ministério do Meio Ambiente. A publicação apresenta, além dos documentos supracitados, informações individuais e comparativas sobre as Estratégias Nacionais de Biodiversidade e os avanços de sua implementação em cada país. Fornece também subsídios para o estabelecimento de iniciativas de cooperação entre os países no tocante aos temas de interesse comum e às ações prioritárias identificados no âmbito da reunião. A publicação está disponível em português, inglês e espanhol.

http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=37&id_conteudo=1918

http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=37&id_conteudo=1919

http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=37&id_conteudo=1920

Rede Interamericana de Informações em Biodiversidade (Iabin). A Iabin foi criada em 1996 como iniciativa do *Santa Cruz Summit of the Americas*. Atualmente, 34 países americanos nomearam oficialmente seus pontos focais da Iabin. A instituição governamental brasileira responsável pela indicação do ponto focal nacional é o Ministério do Meio Ambiente; além disso, o Centro de Referência em Informação Ambiental (CRIA) ([ww.cria.org.br](http://www.cria.org.br)) vem desenvolvendo trabalhos junto à Iabin. Informações sobre Iabin em www.iabin.net

Rede Sul-Americana de Informações em Biodiversidade/CHM Sul-Americano: Durante a Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os países da América do Sul, os países acordaram a respeito da criação de uma rede sul-americana de informações em biodiversidade, que irá funcionar como o *Clearing House Mechanism* da América do Sul (www.mma.gov.br/biodiversidade).

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA - O IICA é o organismo especializado em agricultura do Sistema Interamericano, criado por resolução do Conselho Diretor da União Pan-Americana em outubro de 1942. O Instituto dá prioritariamente atenção à busca do desenvolvimento rural participativo com enfoque humano, à conservação de recursos naturais e aos cuidados com o meio ambiente. Para melhor alcançar resultados práticos de alta qualidade e excelência técnica, a estratégia de atuação do IICA está concentrada, atualmente, nas áreas de Políticas Socioeconômicas; Comércio e Investimento; Ciência e Tecnologia; Recursos Naturais e

Produção Agropecuária; Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Rural Sustentável. O IICA desenvolve atualmente 34 projetos no Brasil, em parceria com instituições importantes como Embrapa, Incra, Ibama, CNA, Contag, MDA, entre outras (www.iica.org.br). No âmbito do IICA, os seguintes programas têm destaque:

Programa Cooperativo de Investigación y Transferencia de Tecnología para los Tropicos Suramericanos - Procitropicos: O Brasil participa do PROCITROPICOS por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa www.embrapa.br; www.procitropicos.org.br

Programa Cooperativo para el Desarrollo Tecnológico Agroalimentario y Agroindustrial del Cono Sur - Procisur: foi criado em 1980, e constitui um esforço conjunto dos Institutos Nacionais de Pesquisa Agropecuária da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. O Brasil participa do Procisur por meio da Embrapa (www.embrapa.br; www.procisur.org.uy).

Comitê Regional de Sanidade Vegetal- Cosave: É uma organização regional criada em 1989 mediante acordo entre os governos da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Seu objetivo é fortalecer a integração fitossanitária regional e desenvolver ações integradas voltadas a resolução dos problemas fitossanitários de interesse comum para seus países-membros. www.cosave.org

11 - Seu país está tomando medidas para harmonizar as políticas e programas nacionais, com vistas a otimizar a coerência política, as sinergias e a eficiência da implementação de vários acordos ambientais multilaterais e iniciativas regionais relevantes em nível nacional? (decisão VI /20)

a) Não	
b) Não, mas medidas estão sendo consideradas	
c) Sim, algumas medidas estão sendo tomadas (favor especificar abaixo)	X
d) Sim, medidas abrangentes estão sendo tomadas (favor especificar abaixo)	

Comentários adicionais sobre a harmonização de políticas e programas em nível nacional.

Política Nacional da Biodiversidade (Decreto n.º 4339, de 22 de agosto de 2002), elaborada em conformidade com os objetivos e os artigos da Convenção sobre Diversidade Biológica. O Brasil adota a CDB e as decisões das COPs como alguns dos direcionadores de suas ações.

Política Nacional de Combate à Desertificação (Resolução Conama n.º 238, de 22 de dezembro de 1997), elaborada considerando a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação, além de outros acordos ambientais importantes, como a Agenda 21.

Política Nacional de Recursos Hídricos, elaborada levando-se em consideração os princípios aprovados na Rio-92, sendo que, dentre eles, os que mais se fazem presentes na referida política são os de participação pública, da contabilidade ambiental e o princípio da precaução.

Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (Decreto n.º 3.515, de 20 de junho de 2000), busca conscientizar e mobilizar a sociedade para a discussão e tomada de posição sobre: os problemas

decorrentes das mudanças do clima por efeito estufa, bem como sobre o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (CDM) definido no Artigo 12 do Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (Decreto Presidencial promulgado em 07 de julho de 1999), tem a responsabilidade de articular as ações de governo decorrentes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e dos seus instrumentos subsidiários dos quais o Brasil seja parte, sendo também a Autoridade Nacional para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (Decreto de 27 de novembro de 2004), criada para estabelecer a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. A Comissão é presidida pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cabendo sua Secretaria-Executiva à Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do MMA. É composta por representantes dos seguintes órgãos: Ministério da Justiça; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; e Fundação Cultural Palmares. A Comissão poderá, ainda, ser integrada por representantes das comunidades tradicionais, agências de fomento, entidades civis e comunidade científica, designados por portaria dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Meio Ambiente.

Quadro I.

Por favor, explique melhor sobre a implementação desta estratégia, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação de estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

a) A Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul representa o início do estreitamento das relações entre os países da América do Sul, com vistas à implementação da CDB.

b) A Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul contribui diretamente com o objetivo 1.6 do Plano Estratégico: Colaboração da Partes na implementação da Convenção, em níveis regional e subregional.

c) Não contribui diretamente para alcance das metas para 2010;

d) A quinta diretriz do componente 7 da Política Nacional da Biodiversidade (fortalecimento jurídico e institucional para a gestão da biodiversidade) visa à *promoção da cooperação internacional relativa à gestão da biodiversidade, com o fortalecimento de atos jurídicos internacionais*. A realização da

Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul é uma importante iniciativa no sentido de implementar esse componente da Política Nacional da Biodiversidade.

e) O oitavo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODMs (Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento). O Brasil tem tido papel atuante no contexto dos principais acordos multilaterais ambientais, apresentando propostas para melhorar a parceria entre os países e estimular o debate e o uso de novas tecnologias limpas e renováveis. A liderança brasileira na criação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) - um dos aspectos mais inovadores do Protocolo de Quioto, à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - e a convocação ao maior uso de fontes renováveis na matriz energética dos países, expressa na Conferência de Joanesburgo, em 2002, com o apoio dos países africanos e europeus, são exemplos dessa iniciativa. No plano interno, deve-se destacar a criação, em 1997, da Comissão de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira (CPDS), que busca, por meio do diálogo entre representantes governamentais e não-governamentais, traduzir para as necessidades e características particulares do Brasil os compromissos internacionais de desenvolvimento sustentável. A Agenda 21 Brasileira, elaborada pela CPDS no processo preparatório para a Cúpula de Joanesburgo, foi incorporada como programa do Plano Plurianual 2004-2007 do governo brasileiro. Nas últimas décadas o Brasil implementou, com os demais países em desenvolvimento, programas de cooperação técnica abrangentes que refletem, direta ou indiretamente, na capacidade dos países favorecidos em alcançar os ODM. Por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores, vários programas estão sendo executados utilizando recursos e tecnologias brasileiros e, em alguns casos, em parceria com países desenvolvidos e organismos internacionais como modelos de Cooperação Técnica Internacional. Essa crescente cooperação abrange ainda os temas de integração regional, como as iniciativas conjuntas dos países membros do Mercosul no debate e elaboração de ações em questões como aduanas, agricultura, meio ambiente, normas técnicas, estatísticas, fortalecimento institucional. A realização da Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul é um exemplo disso.

f) As instituições responsáveis pela gestão da biodiversidade nos países em desenvolvimento carecem de fortalecimento. Por isso, o estabelecimento de cooperação Sul-Sul é dificultado.

Artigo 6 - Medidas gerais para a conservação e uso sustentável

12 - Seu país estabeleceu estratégias, planos e programas nacionais efetivos para prover uma estrutura nacional para a implementação dos três objetivos da Convenção? (Meta 3.1 do Plano Estratégico)	
a) Não	
b) Não, mas estratégias, planos e programas relevantes estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, algumas estratégias, planos e programas foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, estratégias, planos e programas abrangentes foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as estratégias, planos e programas para implementar os três objetivos da Convenção.	
<p>Projeto Estratégia Nacional da Diversidade Biológica o Brasil, ao assinar e ratificar a CDB, assumiu uma série de compromissos que visam promover a conservação, o uso sustentável e a repartição dos benefícios advindos da biodiversidade em seu território. O MMA criou, então, o Projeto Estratégia Nacional da Diversidade Biológica e Relatório Nacional cujo principal objetivo é a implementação dos compromissos firmados na CDB através da definição de estratégias, planos e programas. O projeto, financiado pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (<i>Global Environmental Facility - GEF</i>), teve início em 1998 e seus principais objetivos são:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Realização e publicação de estudos estratégicos; ● Criação e Implementação da Rede de Informações em Biodiversidade; ● Elaboração de Relatórios Nacionais para a Convenção; ● Proposta de implementação da Política Nacional de Biodiversidade; ● Fortalecimento da cooperação regional em Biodiversidade. <p>O Projeto apoiou a elaboração da Política Nacional da Biodiversidade (Decreto n.º 4.339, de 22 de agosto de 2002), em conformidade com os objetivos da CDB.</p>	

13 - Seu país definiu metas mensuráveis dentro de suas estratégias e planos nacionais? (decisões II/7 e III/9)	
a) Não	
b) Não, metas mensuráveis ainda estão em seus primeiros estágios de desenvolvimento	X
c) Não, mas metas mensuráveis estão em estágio avançado de desenvolvimento	
d) Sim, metas relevantes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
e) Sim, há relatórios disponíveis sobre a implementação de metas relevantes (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre metas estabelecidas dentro de estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação.	
<p>As metas nacionais relativas às metas globais estabelecidas no Plano Estratégico da CDB para 2010 e na Estratégia Global para Conservação de Plantas - GSPC serão definidas a partir de processo com a participação de todos os atores sociais importantes na gestão da biodiversidade.</p>	

14 - Seu país identificou ações prioritárias em sua estratégia nacional de biodiversidade e plano de ação? (decisão VI /27 A)	
a) Não	
b) Não, mas ações prioritárias estão sendo identificadas	
c) Sim, ações prioritárias foram identificadas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
Comentários adicionais sobre ações prioritárias identificadas na estratégia nacional de biodiversidade e plano de ação.	
O Projeto Estratégia Nacional da Diversidade Biológica está preparando o Plano de Ação para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.	

15 - Seu país inseriu a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, assim como a repartição de benefícios, nos planos, programas e políticas setoriais ou inter-setoriais relevantes? (decisão VI /27 A)	
a) Não	
b) Sim, em alguns setores (favor fornecer detalhes abaixo)	X
c) Sim, em setores principais (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, em todos os setores (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre a inserção da conservação e do uso sustentável da biodiversidade, assim como da repartição de benefícios, em planos, programas e políticas setoriais ou inter-setoriais relevantes.	
<p>A Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável do Ministério das Cidades enfatiza que o planejamento do transporte urbano deve levar em consideração as questões ambientais. Mais informações www.cidades.gov.br</p> <p>A Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001, insere, no item XII do parágrafo 2, a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente como itens importantes no ordenamento urbano. Além disso, estabelece o zoneamento ambiental como instrumento de planejamento urbano.</p> <p>A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República integrou os conceitos de conservação e uso sustentável da biodiversidade em seus planos, programas e políticas ao internalizar as recomendações e medidas de conservação estabelecidas nas diversas comissões voltadas à conservação de organismos aquáticos, bem como ao considerar as informações científicas disponíveis acerca dos recursos vivos, potencialidades e vocações pesqueiras locais na elaboração de políticas de desenvolvimento e de ordenamento das pescarias e cultivos aquícolas nacionais. Além disso, a 1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, realizada em 2003 e o 1º Encontro Nacional de Trabalhadoras da Pesca e da Aquicultura, que aconteceu em 2004, constituíram-se em seqüenciais marcos estratégicos para a SEAP/PR, onde a participação da sociedade orientou diretrizes e estratégias para o uso sustentável de recursos da pesca e da aquicultura. Maiores informações em http://www.planalto.gov.br/seap/</p> <p>Programa Nacional da Borracha Natural: realizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem como objetivo a busca da auto-suficiência da borracha natural do País, pela via do</p>	

aumento da produção, pela melhoria da qualidade do produto, com a preservação ambiental e ecológica, com ênfase nas rentabilidades sociais e econômicas.

Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas e Conservação de Solos na Agricultura: realizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem como objetivo principal promover o desenvolvimento rural de forma integrada e sustentável, tendo a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e a organização dos produtores como estratégia para promover a melhoria da produtividade agrícola e o uso de tecnologias adequadas sob o ponto de vista ambiental, econômico e social. Estabelece como ações prioritárias, entre outras:

- práticas de agricultura orgânica e agroflorestais;
- implantação de viveiros de plantas;
- recomposição de matas ciliares e proteção de áreas frágeis;
- práticas de contenção e controle de voçorocas;
- implantação de projetos demonstrativos de manejo integrado de pragas (MIP);
- produção e difusão de material técnico/educativo;
- apoio e realização de eventos técnicos (dias-de-campo, seminários, reuniões de trabalho);
- recuperação de áreas degradadas;
- introdução do Sistema Plantio Direto.

Programa Biotecnologia e Recursos Genéticos - Genoma: do Ministério da Ciência e Tecnologia visa promover o desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos baseados na biodiversidade brasileira, além de ter também como objetivo conservar os recursos genéticos nacionais. <http://www.mct.gov.br/Temas/biotec/Programa%20Biotecnologia.pdf>

Ciência Natureza e Sociedade: o programa é parte do PPA 2004-2007 e é executado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, em parceria com instituições tais como: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), Centro de Pesquisa do Pantanal (CPP), Instituto de Matemática Pura Aplicada (Impa), Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), Centros de Meteorologia vinculados a governos estaduais e sociedade civil, Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Os objetivos do programa são: ampliar o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre natureza, ciência e sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da qualidade de vida da população; e desenvolver, divulgar e promover a utilização do conhecimento científico e tecnológico para a gestão dos ecossistemas brasileiros e de sua biodiversidade. Mais informações em <http://www.mct.gov.br/Temas/meioambiente/pctge/Default.htm>

Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio): criado pela Portaria n.º 268 de 18/06/2004 do Ministério da Ciência e Tecnologia, o programa tem o objetivo geral de promover o desenvolvimento de pesquisa, a formação e capacitação de recursos humanos e o fortalecimento institucional na área da pesquisa e desenvolvimento da diversidade biológica, em conformidade com as Diretrizes da Política Nacional de Biodiversidade (Decreto n.º 4.339 de 22 de Agosto de 2002). Os

objetivos específicos do PPBio são:

apoio à implantação e manutenção de redes de inventário da Biota;

apoio à manutenção, ampliação e informatização de acervos biológicos do País (coleções *ex-situ*);

apoio à pesquisa e desenvolvimento em áreas temáticas da biodiversidade;

desenvolvimento de ações estratégicas para políticas de pesquisa em biodiversidade.

http://www.mct.gov.br/legis/portarias/268_2004.htm.es

<http://www.mct.gov.br/Temas/biodiversidade/default.asp>

Programa Mudança Climática: executado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, o programa é parte do PPA e tem como finalidade disponibilizar, aos diversos segmentos do setor produtivo, estimativa de emissões de gases de efeito estufa, visando cumprir compromisso assumido pelo Brasil no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que é a elaboração e atualização do inventário brasileiro. Nesse programa consta o projeto "Mudanças Climáticas Globais e o Branqueamento de Corais no Brasil". <http://www.mct.gov.br/clima/brasil/ppaprincipal.htm>

Sistema de Informação de Coleções de Interesse Biotecnológico - SICol: é realizado no âmbito do Programa de Biotecnologia e Recursos Genéticos do Ministério da Ciência e Tecnologia e tem por objetivo, além de disseminar informações sobre os Centros de Recursos Biológicos do Brasil, servir de elemento integrador às diversas e diferenciadas coleções de interesse biotecnológico, econômico e de aplicações industriais. <http://sicol.cria.org.br/index>

Documento Básico para uma Política Nacional de Ciência e Tecnologia do Mar: o referido documento visa dotar o Ministério da Ciência e Tecnologia de uma estratégia de longo prazo para que a política de ciência e tecnologia do mar possa contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O documento apresenta dois grandes temas como bases para a formulação da política de ciência e tecnologia do mar: i) impacto do oceano Atlântico no clima do Brasil e nas mudanças globais, e ii) sustentabilidade dos sistemas marinhos costeiros. O segundo tema é composto pelos seguintes subtemas: ameaça à biodiversidade da costa brasileira; degradação do potencial de produção pesqueira; conflitos entre a maricultura e as demais atividades socioeconômicas; necessidades de um melhor aproveitamento dos recursos minerais da zona costeira e impactos naturais e antrópicos na zona costeira. Observa-se, então, que a conservação e o uso sustentável da biodiversidade da zona costeira são elementos fundamentais para a formulação da política. www.mct.gov.br

Pronaf: O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), cujo objetivo é fortalecer a pequena produção agrícola e agroindustrial, tem como pontos presentes em todas as ações propostas: o fortalecimento do compromisso da agricultura familiar com a proteção ambiental, a biodiversidade e a manutenção da diversidade cultural integradas às dinâmicas locais. No Brasil, existem cinco milhões de estabelecimentos agropecuários. Desse total, mais de 4,1 milhões (84%) são de agricultores familiares. A agricultura familiar também responde por mais de dois terços dos postos de trabalho no campo. De um total de 17,3 milhões de trabalhadores ocupados na agricultura, mais de 12 milhões

trabalham em regime familiar. A Ação do Pronaf - Florestal objetiva o adequado manejo dos recursos naturais, estimulando o plantio de espécies florestais, apoiando os agricultores familiares na implementação de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, reflorestamento e sistemas agroflorestais, incentivando a preservação das florestas nacionais e recuperando áreas degradadas, com o ordenamento ambiental das propriedades rurais. A Ação Pronaf Agroecologia visa o estabelecimento de mecanismos de apoio e estratégias para ações que propiciem a transição e o fortalecimento da agricultura de base ecológica, incluindo no conceito de agricultura familiar, a pecuária familiar de base ecológica, a pesca artesanal, a aqüicultura e o extrativismo sustentável, estimulando experiências bem sucedidas e novas iniciativas ambientalmente sustentáveis e economicamente viáveis. As iniciativas realizadas pelo Programa são:

I Capacitação de Agricultores Familiares; Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares

II Concessão de Crédito Rural a:

-mulheres trabalhadoras rurais; jovens rurais, entre 16 e 25 anos, filhos de agricultores familiares; pescadores artesanais, aqüicultores, extrativistas e silvicultores.

III Linhas de crédito rural diferenciadas para:

-produção agroecológica e projetos apresentados por agricultores familiares em transição para a agroecologia, estimulando o adequado manejo dos recursos naturais, agregando renda e qualidade vida aos agricultores familiares;

-turismo rural sustentável;

-Plantio de espécies florestais, visando à preservação das florestas nacionais e a recuperação de áreas degradadas, promovendo o ordenamento ambiental das propriedades rurais.

Maiores informações: www.pronaf.gov.br

Ministério da Integração Nacional: os programas da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional incorporam a variável ambiental e a biodiversidade em seus objetivos. São eles: Programa de Desenvolvimento da Região Nordeste, Programa de Gestão da Política de Integração Nacional e Programa de Desenvolvimento da Amazônia Legal. A Secretaria de Programas Regionais do referido ministério tem ainda 15 programas voltados à promoção do desenvolvimento sustentável em diversas regiões do Brasil. www.integracao.gov.br

Agência Nacional do Petróleo (ANP): A ANP, autarquia federal de regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, é o órgão incumbido de promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo. As atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural são exercidas por meio de contratos de concessão, precedidos de licitação. Os concessionários deverão submeter os empreendimentos ao licenciamento ambiental para exercerem suas atividades, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras. O licenciamento ambiental das atividades marítimas da indústria do petróleo (levantamento de dados sísmicos, exploração, perfuração, produção para pesquisa e produção de petróleo e gás natural) é realizado pelo Ibama, por meio do Escritório de Licenciamento das Atividades de Petróleo e Nuclear - ELPN, criado pela Portaria n.º 166-N, de 15 de dezembro de

1998. Além de exigir o licenciamento das atividades petrolíferas, a ANP tem convênios com diversas instituições, visando desenvolver novas tecnologias e procedimentos que apoiem o desenvolvimento do uso racional dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente. www.anp.gov.br

Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFRA: executado pelo Ministério das Minas e Energia (MME), o programa busca diversificar a matriz energética nacional, garantindo maior confiabilidade e segurança ao abastecimento. Criado em 26 de abril de 2002, pela Lei nº. 10.438, o Proinfra foi revisado pela Lei nº. 10.762, de 11 de novembro de 2003, que assegurou a participação de um maior número de estados no Programa. A produção de 3,3 mil MW a partir de fontes alternativas renováveis dobrará a participação na matriz de energia elétrica brasileira das fontes eólica, biomassa e PCH, que atualmente respondem por 3,1% do total produzido e, em 2006, podem chegar a 5,9%. No Brasil, 41% da matriz energética é renovável, enquanto a média mundial é de 14% e nos países desenvolvidos, de apenas 6%, segundo dados do Balanço Energético Nacional - edição 2003. A entrada de novas fontes renováveis evitará a emissão de 2,5 milhões de toneladas de gás carbônico/ano, ampliando as possibilidades de negócios de Certificação de Redução de Emissão de Carbono, nos termos do Protocolo de Quioto. <http://www.mme.gov.br/Proinfra/default.asp>

Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério dos Transportes: tem por objetivo a conjugação dos esforços do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério dos Transportes visando à implementação de uma agenda ambiental para o setor de transportes, compatível com as premissas do desenvolvimento sustentável.

Diretrizes Ambientais do Ministério dos Transportes: tais diretrizes prevêem uma série de ações voltadas à conservação ambiental. Dentre elas, as que estão diretamente ligadas à biodiversidade referem-se ao licenciamento ambiental de ferrovias, hidrovias e rodovias, que visa reduzir os impactos ambientais relacionados à sua implantação e ao seu funcionamento. No caso de rodovias, existe a preocupação com o impacto destas no meio biótico, e são previstas ações no sentido de proteger ecossistemas e biomas desses impactos. Prevê-se, também, a criação de estradas-parque, que permitirão conjugar conservação da biodiversidade, transportes e turismo. A proteção da biodiversidade é também contemplada nos procedimentos para implementação da gestão ambiental portuária, que estabelece como diretrizes, dentre outras, a compatibilização com o processo de Gerenciamento Costeiro, via instrumentos de gestão como o Zoneamento Ecológico-Econômico Costeiro e os Planos de Gestão, principalmente em atividades de expansão das áreas portuárias; e compatibilização dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento dos Portos com os planos de ordenamento municipais, metropolitanos de uso do solo e outros específicos, como os que estabelecem unidades de conservação, por exemplo. www.transportes.gov.br/cpma

Projeto Kaiapó (Ministério do Turismo): o projeto visa implantar um modelo de turismo etnoecológico nas terras indígenas kaiapós, localizadas na parte sul da bacia Amazônica. Segundo a Avaliação e Identificação de Ações Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade na Amazônia Brasileira, realizada pelo Ministério do Meio Ambiente, parte da Terra Indígena Kaiapó está incluída entre as áreas prioritárias para conservação

da biodiversidade. Sendo recomendado que se façam inventários biológicos, além do manejo das Unidades de Conservação existentes ou a serem criadas. As seguintes atividades, voltadas aos turistas, estão previstas no projeto: aprendizado do artesanato indígena, aprendizado sobre a utilização da flora, caminhadas em trilhas ecológicas, lazer nas praias, observação de fauna e flora, passeios de barco, passeios fotográficos, entre outras. É importante salientar que estão sendo observadas as necessidades de cuidados especiais nas atividades que envolvem os conhecimentos tradicionais dos índios nativos, para evitar a biopirataria e impedir o registro indevido de patentes. www.turismo.gov.br

Programa Biotecnologia: Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, executado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. As ações políticas que promovem o desenvolvimento da biotecnologia no País são abrangentes; envolvendo todos os segmentos da biotecnologia em todas as regiões do País; apoiando projetos e atividades voltados ao uso sustentável da biodiversidade, que visam o aproveitamento de oportunidades regionais e locais, de modo a diversificar/ampliar a base de inovação, tornar a biotecnologia mais competitiva e/ou gerar produtos/processos/serviços de modo sustentável, e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira. Dentre as ações implementadas, ressaltam-se as seguintes:

- Projeto Rede Genoma Nacional: tem como objetivo ampliar a competência, em âmbito nacional, nas atividades de pesquisa genômicas. Envolve 25 laboratórios de biologia molecular, distribuídos em todas as regiões geográficas do País, e conta com o apoio do Laboratório Nacional de Computação Científica em Bioinformática - LNCC. Já possibilitou o seqüenciamento dos genomas:
 - i) bactéria *Chromobacterium violaceum* - microrganismo de vida livre que apresenta características de interesse para as áreas ambiental, industrial e de saúde humana. ii) *Mycoplasma synoviae*; iii) pesquisa de genomas funcionais e comparativos de interesses diversos, destacando-se o estudo do genoma comparativo entre as bactérias *Mycoplasma synoviae* e *Mycoplasma hiopneumoniae*.
- Projetos em Rede dos Genomas Regionais: destinados a apoiar a implantação de redes regionais para realizar estudos de genomas de organismos de interesse social, econômico e regional. Atualmente, estão organizadas dez redes de pesquisa que estudam o genoma estrutural e funcional de organismos de interesse das áreas de saúde e agricultura: Rede do Centro-Oeste, Rede Genoma do Estado de Minas Gerais, Rede Genoma do Nordeste (ProGene), Programa de Implantação do Instituto de Biologia Molecular do Paraná, Programa Genoma do Estado do Paraná (GenoPar), Programa de Implantação da Rede Genoma do Estado do Rio de Janeiro (RioGene), Rede Genômica do Estado da Bahia, Rede Amazônia Legal de Pesquisas Genômicas (REALGENE), Programa de Investigação de Genomas Sul (PIGS) e Rede Genoma do Mato Grosso do Sul (ANAPLASMA).
- Projeto Rede Nacional de Proteoma: tem como finalidade fomentar as bases para o desenvolvimento de uma rede nacional de laboratórios de pesquisa voltados para o estudo do proteoma, focado na identificação de moléculas bioativas e marcadores biológicos que possam ser utilizados para a produção de novas drogas terapêuticas ou novos instrumentos de diagnóstico clínico. A potencialidade de nossa biodiversidade pode ser abordada por estudos proteômicos de secreções e venenos de nossa variada fauna, na busca de produtos naturais bioativos com

potencialidade em aplicações medicinais ou biotecnológicas. - estão sendo implementadas as Redes Estaduais de Pesquisa em Proteoma em 12 Estados. Além disto, já foram realizados vários cursos de capacitação em técnicas avançadas em proteômica com a finalidade de subsidiar o funcionamento das Redes Estaduais.

- Centro Brasileiro - Argentino de Biotecnologia (CBAB): cuja missão é promover a integração para o desenvolvimento científico e tecnológico em atividades comuns aos dois países. Desde a sua criação, o CBAB já ministrou cerca de 210 cursos de curta duração em nível de pós-graduação, além de organizar simpósios e workshops nos quais foram atendidos cerca de 3.000 brasileiros e argentinos, além de participantes de outros países latino-americanos.

- Participação das atividades do Centro Internacional de Engenharia Genética e Biotecnologia (ICGEB): tem como objetivo fomentar projetos biotecnológicos e promover cursos de treinamento de curta e longa duração e eventos destinados a fortalecer a base científica dos países signatários. Entre os temas abordados, estão: dinâmica e evolução do genoma; avaliação de risco de organismos transgênicos; e bioinformática aplicada à biotecnologia e biodiversidade.

- Contratação de estudos em biotecnologia: com o objetivo de realizar o mapeamento das potencialidades e obstáculos ao desenvolvimento da biotecnologia, como a formação de recursos humanos, a infra-estrutura existente, a cooperação internacional, o parque nacional de empresas e a comercialização da biotecnologia no Brasil. Elaboração de documentos sobre as tendências da biotecnologia no setor industrial e na comunidade científica e instrumentos de apoio à definição de políticas em biotecnologia.

- Apoio ao Projeto Sistema de Informação de Coleções de Interesse Biotecnológico (SICol): tem como objetivo disseminar informações sobre os Centros de Recursos Biológicos do Brasil e estruturar um sistema de informação que sirva de elemento integrador às diversas e diferenciadas coleções de interesse biotecnológico, econômico e de aplicações industriais. Desenvolvimento do Catálogo Virtual que no momento contempla dados das seguintes coleções: Banco de Germoplasma de *Bacillus spp.* Para controle biológico: Coleção de Culturas de Bactérias Diazotróficas; Coleção Brasileira de Microrganismos do Ambiente e Indústria; Coleção de Culturas de Fitopatógenos e Agentes de Controle Biológico de Fitopatógenos; Coleção de Culturas de Fungos Entomopatogênicos; Coleção de Culturas de Fitobactérias do Laboratório de Bacteriologia Vegetal; Coleção de Culturas Oswaldo Cruz do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde; Coleção de Culturas de Fungos do Instituto Oswaldo Cruz e Coleção de Culturas do Gênero *Bacillus* e Gêneros Correlatos. O SICol também mantém informações atualizadas sobre o número de espécimes (culturas) que cada coleção mantém nesta base de dados (mais informações: www.sicol.cria.org.br); publicação do documento "Sistema de Avaliação da Conformidade de Material Biológico".

- Biossegurança de organismos geneticamente modificados (OGMs): Participação nas decisões da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio); colaboração efetiva na elaboração das proposições da delegação brasileira para a regulamentação do Protocolo de Cartagena; apresentação de proposta ao GEF para a coordenação do projeto "*Building Capacity for Effective Participation in the Biosafety Clearing House (BCH) of the Cartagena Protocol*"; acompanhamento e sugestões na elaboração da Lei de Biossegurança (Lei nº. 11.105 de 24/03/2005); apoio à Rede de Biossegurança da Embrapa. Informações em www.mct.gov.br/biotecnologia

16 - As espécies migratórias e seus <i>habitats</i> foram abordados pela Estratégia Nacional de Biodiversidade do seu país ou pelo Plano de Ação? (decisão VI /20)	
a) Sim	
b) Não	X
I) Se SIM, por favor descreva brevemente a extensão dessa abordagem	
a) Conservação, uso sustentável e/ou recuperação de espécies migratórias	
b) Conservação, uso sustentável e/ou restauração de <i>habitats</i> de espécies migratórias, incluindo áreas protegidas	
c) Minimização ou eliminação de barreiras ou obstáculos à migração	
d) Pesquisa e monitoramento de espécies migratórias	
e) Movimento trans-fronteiriço	
II) Se NÃO, favor indicar brevemente abaixo	
(a) A extensão em que as espécies migratórias são tratadas em nível nacional (b) Cooperação com outros Países dentro da Área de Ocorrência desde 2000	
<p>Comissão Internacional para Conservação do Atum Atlântico - ICCAT. As espécies pelágicas altamente migratórias compostas por atuns e afins são constantemente consideradas na estratégia de desenvolvimento da pesca baseada na sustentabilidade promovida pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Os atuns e afins são recursos cujas populações e estoques estão situados nos grandes oceanos, sendo capturados por vários países. O ICCAT é o organismo responsável pela administração dos estoques de atum do oceano Atlântico, e o Brasil, como parte contratante, adota devidamente as medidas de conservação estabelecidas, objetivando manter as populações de atuns e afins em níveis que permitem uma exploração sustentável. Maiores informações em http://www.planalto.gov.br/seap/</p> <p>O Centro Nacional de Pesquisa para Conservação das Aves Silvestres (Cemave) realiza os seguintes projetos com aves migratórias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Sistema Nacional de Anilhamento: monitoramento de aves brasileiras, inclusive migratórias. - Monitoramento da avifauna neártica e neotropical no Parque Nacional da Lagoa do Peixe; - Monitoramento da avifauna neártica da APA das Reentrâncias Maranhenses; - "<i>Migration of Red Knots in South America 1996 - 2000: ecological research to support the conservation of the longest bird flights on earth</i>", desenvolvido em conjunto com o <i>Centre for Biodiversity e Conservation Biology/Royal Ontario Museum</i>; - "<i>Pantanal Wetland Birds: A survey of nearctic shorebirds and other waterfowl of the Brazilian Pantanal</i>", com a participação do <i>Canadian Wildlife Service, World Wildlife Fund/Canadá</i> e apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento. <p>O Brasil é parte da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas.</p>	

Biodiversidade e Mudanças Climáticas

17 - Seu país implementou projetos direcionados para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas que incluem a conservação e uso sustentável da biodiversidade? (decisão VII/15)	
a) Não	
b) Não, mas alguns projetos ou programas estão sendo desenvolvidos	X
c) Sim, alguns projetos foram implementados (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre os projetos direcionados à mitigação e adaptação às mudanças climáticas que incluem a conservação e uso sustentável da biodiversidade.	
<p>O Projeto "Mudanças Climáticas Globais e seus Impactos sobre os Ecossistemas Brasileiros", apoiado pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Brasileira (Probio), visa elaborar uma proposta de projeto que determine, por aproximações sucessivas, os impactos das mudanças climáticas globais sobre os ecossistemas brasileiros, buscando a identificação: (1) das tendências de alterações na distribuição dos biomas terrestres; (2) das tendências de alterações internas nos ecossistemas terrestres; (3) dos efeitos da elevação do nível do mar e do aquecimento do oceano sobre os ecossistemas litorâneo/costeiros. Será executado pela Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS). Informações em www.mma.gov.br e www.fbds.org.br</p> <p>Programa Mudanças Climáticas e Meio Ambiente. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, executado pelos Ministérios da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, cujo objetivo é promover o controle das atividades poluidoras, contribuindo para melhoria da qualidade do meio ambiente e para redução dos efeitos destes poluentes sobre o clima global. Para tanto pretende disponibilizar, aos diversos segmentos do setor produtivo, estimativa de emissões de gases de efeito estufa, visando cumprir compromisso assumido pelo Brasil, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, que é a elaboração e atualização do inventário das emissões nacionais. http://www.mct.gov.br/clima/brasil/ppaprincipal.htm</p> <p>"Mudanças Climáticas Globais e o Branqueamento de Corais no Brasil": O projeto relativo às mudanças climáticas globais e o branqueamento de corais no Brasil é fruto do convênio firmado entre o Ministério da Ciência e Tecnologia -MCT, a Universidade Federal da Bahia - UFBA e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão - FAPEX, no âmbito do Programa Mudanças Climáticas do MCT. O projeto visa a elaboração de um estudo técnico-científico para avaliar os efeitos do aumento da temperatura da água do mar - relacionado às mudanças climáticas globais - sobre os organismos fotossintetizantes dos corais, cuja perda causa-lhes branqueamento, bem como a capacidade desses corais de tolerar e/ou aclimatar-se diante dessas mudanças ambientais bruscas.</p> <p>Um relatório técnico com os primeiros resultados do monitoramento da ocorrência de branqueamento de corais do Estado da Bahia foi apresentado em dezembro de 2003 (vide arquivo em anexo, indicado no site abaixo indicado). De acordo com esse relatório, o branqueamento de corais nos recifes da Bahia é um processo recorrente associado aos efeitos do El Niño, tendo sido registrado desde o verão de 1993/1994. No ano de 2003, o branqueamento foi moderado e pouco duradouro. Estão</p>	

programados retornos às estações de investigação para acompanhar o processo e a recuperação dos corais afetados. As espécies endêmicas são bastante afetadas pelo branqueamento. Em episódios anteriores, não se observou mortalidade dos corais associada a esse fenômeno. O projeto ainda está em andamento. Informações: http://www.mct.gov.br/clima/brasil/pdf/Branqueamento_corais.pdf

Programa Estadual de Incentivo à Produção de Madeira de Lei (São Paulo). O Governo do Estado de São Paulo criou o Programa Estadual de Incentivo à Produção de Madeira de Lei por meio do Decreto nº. 46.818 de 10/06/2002. A concepção básica do Programa visa transformar madeira de lei em ativo financeiro, pelos mecanismos de mercado. Enquanto o bosque cresce e ainda não pode ser manejado, seqüestra CO₂ contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental e ecológica com benefícios diretos à biodiversidade. O bosque-padrão estabelecido é composto de espécies nobres das nossas matas nativas como aroeira, amendoim, peroba, ipês, pau-marfim, guarita, jatobá, associadas a frutíferas que beneficiam diretamente a fauna local. Os bosques-padrão implantados estão gerando pesquisas sobre modelos e manejo voltados à produção de madeira de espécies nativas e, ainda, pesquisas sobre absorção e fixação de Co₂ por florestas nativas produtoras de madeira de alto valor comercial. O Programa já teve adesão do Instituto Florestal, Fundação Paula Souza, ITESP, Secretaria da Agricultura e empresas papeleiras. Numa primeira fase, foram implantados 270 hectares de bosque-padrão e novos plantios estão em andamento em diferentes municípios do Estado.

18 - Seu país facilitou a articulação para assegurar que os projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas estejam de acordo com os compromissos assumidos perante a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e perante a Convenção das Nações Unidas para Combater a Desertificação? (decisão VII/15)

a) Não	
b) Não, mas mecanismos relevantes estão sendo desenvolvidos	X
c) Sim, mecanismos relevantes foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	

Comentários adicionais sobre a articulação para assegurar que os projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas estejam de acordo com os compromissos assumidos perante a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e perante a Convenção das Nações Unidas para Combater a Desertificação.

Ver comentários das questões 11, 15 e 17.

Projeto de Sinergia das Três Convenções - Convenção sobre Diversidade Biológica, Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - projeto GEF, em preparação, que busca articular a implementação destas 3 convenções ambientais no Brasil.

Quadro II.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

a) Considerando que a Estratégia Nacional da Diversidade Biológica é recente, o período de 2002-2005 foi importante para seu estabelecimento como instância planejadora da gestão da biodiversidade no Brasil. A elaboração dos planos de ação para implementação da Política Nacional da Biodiversidade, que se encontra em andamento, reforçará o papel da Estratégia Nacional como articuladora dos setores da sociedade, visando à implementação da CDB no País. Observa-se, ainda, independentemente da ENB, que a conservação da biodiversidade está sendo lentamente incorporada nas atividades de outros setores da sociedade, inclusive naqueles que causam danos ambientais. Há a Portaria nº. 126, de 27 de maio de 2004, que reconhece as áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira; o Programa Nacional de Educação Ambiental, Lei nº. 9795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e o Decreto nº 4281/02 que a regulamenta (ver comentários da questão 91).

b) A implementação e o fortalecimento da ENB contribuem diretamente para o objetivo 3 do Plano Estratégico da CDB (Estabelecimento de estratégias nacionais e planos de ação, bem como a integração dos temas afetos à biodiversidade aos setores relevantes da sociedade, são ferramentas efetivas para a implementação dos objetivos da Convenção).

c) A implementação e o fortalecimento da ENB contribuem para o objetivo 11 das metas para 2010: que as Partes melhorem suas capacidades financeiras, humanas, científica, técnica e tecnológica para implementar a Convenção.

d) Ver comentários do item a.

e) A Estratégia Nacional da Diversidade Biológica contribui para o alcance da meta 9 (Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais) do objetivo 7 (garantir a sustentabilidade ambiental) dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs).

f) A falta de articulação das ações setoriais do governo dificulta a articulação voltada à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade. Participação pública e envolvimento de atores limitados; tratamento transversal da biodiversidade por outros setores da sociedade é limitado; instituições enfraquecidas causam a falta de capacidade de agir; falta de recursos humanos; falta de conhecimento da perda da biodiversidade e dos bens e serviços providos por ela; conhecimentos científicos e tradicionais não são completamente utilizados; disseminação de informação nos níveis nacional e internacional não é suficiente; falta de educação e conscientização pública em todos os níveis.

Artigo 7 - Identificação e monitoramento

19 - Com relação ao Artigo 7(a), seu país possui um programa em curso para identificar os componentes da diversidade biológica aos níveis de genética, espécie e ecossistema?	
a) Não	
b) Sim, programas seletos/parciais em nível genético, de espécie e/ou de ecossistema apenas (favor especificar e fornecer detalhes abaixo)	X
c) Sim, programas completos em nível de ecossistema e inventários seletos/parciais em nível de genética e/ou espécie (favor especificar e fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre programas em curso para identificar componentes da biodiversidade aos níveis de genética, espécie e ecossistema.	
<p>Ver comentários da questão 29</p> <p>Programa Revizee: Este Programa tem como objetivo principal proceder ao levantamento dos potenciais sustentáveis de captura dos recursos vivos na nossa Zona Econômica Exclusiva (ZEE), que se estende desde o limite exterior do Mar Territorial, de 12 milhas de largura, até 200 milhas náuticas da costa, abrangendo uma extensão de cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados. O REVIZEE resulta de compromisso assumido pelo Brasil ao ratificar, em 1988, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (em vigor desde 16 de novembro de 1994) e incorpora os seus conceitos à nossa legislação interna, por meio da Constituição de 1988 e da Lei nº. 8.617, de 04 de janeiro de 1993. O Programa é essencial para que o nosso País possa garantir os seus direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos vivos da nossa ZEE, dentro da ótica de uso sustentável dos recursos do mar.</p> <p>Para a atividade pesqueira nacional, o REVI ZEE proporcionará as informações exigidas por este setor de grande relevância sócioeconômica. Tal relevância é caracterizada pela geração de cerca de 800 mil empregos, perfazendo um contingente de aproximadamente quatro milhões de pessoas que dependem, direta ou indiretamente, do setor, além de se constituir em uma das principais fontes de proteína para consumo da população. Por isso requer um ordenamento e manejo adequados, baseados em dados técnico-científicos consistentes e atualizados, que subsidiem políticas apropriadas de conservação e gestão. Maiores informações: www.mma.gov.br</p> <p>Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio). Ver comentários da questão 15.</p> <p>A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) contribuiu para a identificação das espécies de recursos pesqueiros existentes nas águas sob jurisdição brasileira ao possibilitar a operação de embarcações estrangeiras de pesca com tecnologia de captura não utilizada pela frota nacional. Os resultados destas pescarias, na forma de informações e amostras biológicas, foram disponibilizados para a comunidade científica para fins de aprofundamento de conhecimentos dos recursos vivos existentes na plataforma continental e na zona econômica exclusiva e de avaliação de seus estoques. Maiores informações em http://www.planalto.gov.br/seap/</p> <p>Programa Biota/Fapesp: o objetivo maior do Biota-Fapesp é inventariar e caracterizar a</p>	

biodiversidade do Estado de São Paulo, definindo os mecanismos para sua conservação, seu potencial econômico e sua utilização sustentável. O programa realizou revisões taxonômicas, no Estado de São Paulo, para os seguintes grupos: Ácaros; Algas; Anfíbios; Aves; Briófitas; Fanerógamas; Fungos Liqueinizados; Fungos Macroscópicos; Insecta e Arachnida; Invertebrados Dulciaquícolas (não-planctônicos); Invertebrados Marinhos; Mamíferos; Microrganismos: bactérias, fungos filamentosos e leveduras; Nematoda; Peixes; Planárias Terrestres; Phoronida, Gastrotricha e Kinorhyncha; Pteridófitas; Vírus; Zooplâncton lacustre. Atualmente, o BIOTA tem 32 projetos em andamento, 13 finalizados e quatro em tramitação. Informações em www.biota.org.br

Projeto BIOTUPÉ: realizado pelo Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o projeto é resultado do esforço conjunto de pesquisadores de várias instituições. É uma proposta de estudo multidisciplinar de longo prazo em execução na Área de Relevante Interesse Ecológico do Tupé (ARIE do Tupé), na Amazônia. O principal objetivo do projeto é inventariar, identificar e quantificar a biodiversidade dessa área. Para isso estão sendo desenvolvidos estudos sobre vegetação, hidrologia, hidroquímica, zooplâncton, fitoplâncton, esponjas, peixes, coliformes, insetos aquáticos, produção primária pelo fitoplâncton, crustáceos intersticiais, uso de recursos e estudos socioambientais. Mais informações em <http://biotupe.inpa.gov.br>

Projeto Flora da Reserva Ducke: A Reserva foi escolhida por constituir uma das áreas de floresta amazônica mais bem amostrada, pois desde a década de 1950 são feitas coletas botânicas no local e, principalmente, pela sua localização na Amazônia Central, na confluência entre diferentes regiões fitogeográficas. Ao longo dos cinco anos de projeto foram fichadas e mapeadas no campo aproximadamente 5.000 plantas lenhosas entre lianas e árvores, totalizando 1.327 espécies até maio de 1998. Todo esse material testemunho encontra-se depositado no herbário Inpa e duplicatas foram distribuídas para diversos outros herbários como Museu Goeldi, Kew Gardens, Jardim Botânico e Instituto de Botânica. Foi elaborado, também, um Guia de Campo, que permitirá a identificação das espécies de plantas vasculares da Reserva. Além disso, será elaborada a Flórua da Reserva Ducke, destinada ao público especializado, sendo esta a primeira a ser iniciada para a Amazônia brasileira. Mais informações em <http://curupira.inpa.gov.br/projetos/ducke/index.html>

Programa Mata Atlântica (PMA) do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e do Ministério do Meio Ambiente (MMA): o objetivo do programa é gerar informação e conhecimento taxonômico acerca da Mata Atlântica, visando à conservação do bioma. As atividades realizadas se enquadram em três grandes projetos, constitutivos do Programa Mata Atlântica, a saber: 1) Levantamentos Florísticos e Ambientais, 2) Revegetação e 3) Centro de Informações e Serviços da Mata Atlântica (Cisma). O Programa tem também importante atuação na formação de recursos humanos em nível superior, principalmente por meio de ações no Programa de Pós-Graduação em Botânica da Escola Nacional de Botânica Tropical (ENBT-JBRJ). Os projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito dos três grandes projetos supracitados são realizados em Unidades de Conservação brasileiras. Entre eles destacam-se os estudos no Parna do Itatiaia (levantamento florístico, estudo anatômico e de biologia reprodutiva); na Rebio de Poço das Antas (efeitos da fragmentação de habitats, biodiversidade e conhecimento tradicional de comunidades rurais), na

Rebio União (efeitos da fragmentação e dinâmica florestal), na Barragem de Saracuruna (estudo florístico e anatômico) e na Rebio de Tinguá (estudo florístico e do efeito de borda sobre a estrutura da comunidade de árvores). O Projeto Revegetação atua na Rebio de Poços das Antas com a avaliação dos *Indicadores Ecológicos, Edáficos e nos Plantios com Espécies Arbóreas Nativas* (monitoramento de seu estabelecimento). O Projeto CISMA realiza o desenvolvimento da Base Cartográfica Georeferenciada do PMA (BaseGeo). Dentre os produtos gerados destacam-se inúmeras publicações científicas e de divulgação nos mais diversos meios de comunicação. A vigência do Programa é de dezembro de 2002 a dezembro de 2005, com financiamento do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com apoio da Petrobrás. Mais informações em www.jbrj.gov.br

Estudos ecológicos na vegetação de canga em Carajás - conservação genética e recuperação de áreas: O Sistema de Informações Geográficas da Floresta Nacional de Carajás mapeou cerca de 9.031,54ha (2,2% da área) de vegetação de canga. Na década de 1980, por meio de convênio entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e o Museu Goeldi, um grupo de pesquisadores iniciou um trabalho que hoje é a base para o conhecimento florístico dessa vegetação. Nesta nova fase de estudos desenvolvidos pelo Instituto Ambiental Vale do Rio Doce (IAVRD), estão sendo investidos esforços no conhecimento da conservação genética das espécies que ocorrem na Serra dos Carajás, com o levantamento fisionômico, florístico e fitossociológico nas áreas de canga, bem como na identificação de espécies com potencial para uso econômico e/ou para recuperação de áreas degradadas. Estes estudos irão subsidiar a confecção de diversos artigos científicos, bem como de um manual para identificação botânica e fisionômica desta vegetação. O projeto é executado pelo Instituto Ambiental Vale do Rio Doce (IAVRD), tem duração de quatro anos (2002-2006) e é financiado pela CRVD.

Inventário multi-taxonômico de Caxiuanã: executado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi, o projeto tem como objetivos:

- Estimar a diversidade biótica da Floresta Nacional de Caxiuanã, por meio de inventários de grupos seletos de plantas, fungos e animais; identificação da riqueza e padrões de distribuição de espécies e descoberta de novas *taxa* para a Ciência, contribuindo ainda para estudos filogenéticos, biogeográficos e de conservação envolvendo estes *taxa*.
- Produzir e disseminar informações gerais e artigos de síntese sobre a diversidade da área, listas de espécies, descrições de novas espécies, chaves de identificação interativas, monografias e revisões sistemáticas e banco de dados em formato eletrônico, disponibilizados tanto em rede, com livre acesso, como impresso da maneira tradicional.
- Fortalecer a Floresta Nacional de Caxiuanã como uma unidade de conservação, promovendo a Estação Científica Ferreira Pena como um pólo importante de pesquisa científica e proporcionando ao Ibama informações de importância vital ao plano de manejo da Flona.

Mais informações em http://www.museu-goeldi.br/biodiversidade/proj_caxiuana.asp

PROBIO Cachimbo - Paisagens e Biodiversidade: Uma Perspectiva Integrada para Inventário e Conservação da Serra do Cachimbo: esse projeto se propõe a: (A) incrementar o conhecimento da diversidade biológica da Serra do Cachimbo, por meio de uma análise integrada dos

padrões geográficos dos mosaicos de paisagem e da diversidade associada e, (B) priorizar e indicar áreas de alta biodiversidade, com implicações diretas sobre as estratégias e a política regional de conservação do sudeste amazônico. Os estudos estão sendo conduzidos por uma equipe multidisciplinar e interinstitucional que envolve pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade de Brasília, Associação Pro-Carnívoros e Conservação Internacional do Brasil. São esperados os seguintes resultados:

banco de dados biológicos e ambientais dos sítios estudados;

cartas temáticas sobre a distribuição da biodiversidade do sudeste amazônico na região estudada;

mapas de priorização por grupo biológico e por categoria de importância para conservação;

análises ecológicas e espaciais;

relatórios técnicos e final em CD-ROM e livro para divulgação e disseminação.

Mais informações em http://www.museu-goeldi.br/biodiversidade/proj_cachimbo.asp

Projeto Conserv-Ação (Votorantin Celulose e Papel - VCP): tem por objetivo conhecer os remanescentes de florestas nativas da VCP para que, assim, possa propor ações que contribuam para a manutenção da biodiversidade de nossos ecossistemas. O projeto realiza as seguintes atividades:

identificação dos remanescentes de vegetação nativa (localização, tamanho, forma, tipo de ecossistema);

inventário de árvores;

inventário de avifauna;

inventário de pequenos e grandes mamíferos;

monitoramento de espécies em desequilíbrio;

acompanhamento da dinâmica florestal ao longo do tempo.

Foram inventariadas 350 espécies de árvores, 200 espécies de aves e 40 espécies de mamíferos.

Dentre estas espécies muitas são ameaçadas de extinção ou foram ocorrências novas para o Estado de São Paulo. <http://www.vcp.com.br/Meio+Ambiente/Projetos+Ambientais/default.htm>

O projeto GENOMA brasileiro financiado, no Estado de São Paulo, pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e, no Brasil, pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), tem como objetivo promover o seqüenciamento genético de organismos. Mais informações em www.fapesp.br

A Fundação O Boticário trabalha para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação por meio da geração e disponibilização de informações sobre as áreas protegidas brasileiras. Por intermédio deste projeto espera-se saber se as unidades de conservação estão sendo eficientes em cumprir seus objetivos, ou seja, se estão realmente conservando os ecossistemas que abrigam e se o sistema nacional está bem dimensionado. As informações são geradas por meio de um método padronizado (programa ParksWatch: www.parkswatch.org) que é comparável com resultados de projetos semelhantes em outros países da América Latina. Potencialidades e ameaças são constatadas, seguidas por recomendações para lidar com estas questões. Os resultados são disponibilizados para a sociedade em geral e principalmente para os próprios responsáveis pela

administração das unidades de conservação que, de posse destas informações, podem redirecionar suas ações. Por intermédio deste processo, as unidades de conservação brasileiras têm a oportunidade de aumentar sua efetividade, cumprindo seu papel de resguardar a biodiversidade e as paisagens brasileiras.

Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo. No âmbito desse projeto, executado pelo Instituto Florestal do Estado de São Paulo, foram realizadas as seguintes atividades:

- Identificação, mapeamento e quantificação da cobertura vegetal natural do Estado de São Paulo.
- Estruturação de base digital georreferenciada em Sistema de Informação Geográfica (SIG) para efeito de um monitoramento contínuo da vegetação remanescente.
- Suporte à elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável.
- Suporte ao Sistema de Gerenciamento da Mata Atlântica Litorânea (SIGMA).

Os principais resultados alcançados foram:

- Base cartográfica digital georreferenciada contendo levantamentos da vegetação natural do Estado de São Paulo e levantamentos básicos e temáticos para as Unidades de Conservação.
- Mapas Florestais Municipais dos 645 municípios do Estado de São Paulo.
- Livro no prelo: KRONKA, J. F. N. et al. 2004. Inventário florestal da vegetação natural do Estado de São Paulo - (Diagnóstico da situação da cobertura vegetal natural no Estado de S. Paulo; divulgação do trabalho técnico-científico desenvolvido pelo Instituto Florestal, disponibilizando esses dados para outros pesquisadores, para empreendedores públicos e privados responsáveis pelo planejamento e pela proteção ambiental). Início: 2003 / Término: 2004
- Plantas do cerrado paulista: imagens de uma paisagem ameaçada. O livro é fruto de diferentes pesquisas desenvolvidas pelos autores com recursos da Fapesp, Jica e Instituto Florestal, nos principais remanescentes de Cerrado do Estado de São Paulo. Possui 443 espécies do bioma Cerrado ocorrentes no Estado de São Paulo, fartamente ilustrado e com descrição para fácil reconhecimento no campo, constituindo-se em excelente manual de campo para leigos e profissionais da área ambiental. O livro tem forte apelo educativo pois realça a importância e a diversidade desse ameaçado bioma.
- Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA). O Projeto visa à conservação e manejo sustentável da biodiversidade dos remanescentes da Mata Atlântica e ecossistemas associados no Estado de São Paulo em 52 municípios, com área total de 22.000km² e população superior a 1,5 milhão de habitantes.
- Contrato de Garantia, Arbitragem, Empréstimo e Contribuição Financeira (data de assinatura: 17/12/1993, aditado em 28/06/2001) estabelecido entre o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente e KfW. Prazo de execução: Julho/1995 a Julho/1999, prorrogado até dezembro de 2006. Principais ações:
 - Reaparelhamento das unidades executoras.
 - Execução de obras de infra-estrutura.
 - Implantação e implementação do Plano Operacional de Controle (POC), como forma de articular as ações de fiscalização e licenciamento ambiental.
 - Programação de Operações de Fiscalização Conjuntas entre o PPMA/SP e o Pró-

Atlântica (cooperação com o banco alemão KfW, para estruturar as instituições oficiais que protegem a Mata Atlântica) do Estado do Paraná.

Implantação do Sistema de Gerenciamento da Mata Atlântica (Sigma) com informações digitais e georreferenciadas, compartilhadas on line, sobre 23.867km² de Mata Atlântica.

Elaboração/atualização dos Planos de Manejo para todas as UCs na área de abrangência do PPMA.

Criação dos Conselhos Consultivos (Comitês de Apoio à Gestão) como câmara que possibilite a efetiva participação da sociedade na tomada de decisão quanto à implementação das atividades das UCs.

Capacitação do quadro técnico e administrativo das instituições envolvidas.

Terceirização das atividades de visitação pública nas UCs com a elaboração de estudos que objetivam identificar o que e como explorar o potencial turístico das UCs de forma a possibilitar sua sustentabilidade.

Divulgação do Ecossistema "Mata Atlântica" por meio da inserção em publicações especializadas e edição e distribuição de folders e vídeos institucionais.

Seleção de Reservas para a Conservação do Cerrado do Estado de São Paulo. Ver comentários da questão 37.

Criação de Novas Unidades de Conservação no Estado de São Paulo. Ver comentários da questão 37.

20 - Com relação ao Artigo 7(b), quais componentes da diversidade biológica identificados de acordo com o Anexo I da Convenção possuem programas de monitoramento sistemático em curso?

a) Em nível de ecossistema (favor indicar a porcentagem com base na área coberta pelos programas)	X
b) Em nível de espécie (favor indicar o número de espécies por grupo taxonômico e porcentagem do número total de espécies conhecidas de cada grupo)	X
c) Em nível genético (favor indicar o número e o foco dos programas de monitoramento)	X

Comentários adicionais sobre programas de monitoramento em curso aos níveis de genética, espécie e ecossistema.

SI BRARGEN - SISTEMA BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO DE RECURSOS GENÉTICOS: sistema de informação com banco de dados centralizado e acessado via Internet com informações de passaporte, enriquecimento, conservação, caracterização, avaliação e intercâmbio de germoplasma. A alimentação e a manutenção dos dados são descentralizadas e executadas pelos curadores de bancos de germoplasma. Um conjunto de tecnologias integradas é utilizado tais como: sistemas de informação, banco de dados, rede de comunicação e tecnologias da Internet. É uma ação de apoio à pesquisa e desenvolvimento e integrado às atividades com recursos genéticos e ao Sistema de Curadorias de Bancos de Germoplasma por meio da Documentação e Informatização de Recursos

Genéticos. Vem sendo desenvolvido a partir 1996 pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e é uma reengenharia do Sistema de Informação de Recursos Genéticos. Com as tecnologias utilizadas é possível integrar a Coleção de Base da Embrapa com outras coleções mantidos nas Unidades Descentralizadas e as atividades nelas realizadas, estando disponível para outras instituições interessadas no tema de recursos genéticos.

PROJETO PRODES (Monitoramento da Floresta Amazônia Brasileira por satélite): executado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe (www.inpe.gov.br), o projeto visa principalmente monitorar o desmatamento na Amazônia Brasileira. Desde 1989, o Inpe vem produzindo estimativas anuais das taxas de desflorestamento da Amazônia Legal. A partir do ano de 2003, estas estimativas estão sendo produzidas por classificação digital de imagens. Os dados mais recentes publicados pelo Inpe são:

Ano 2001-2002: Taxas de desflorestamento obtidas por classificação de 155 imagens LANDSAT, que correspondem a 99% de toda a área florestal da Amazônia. A taxa total confirmada pelo Inpe para o período de agosto de 2001 a agosto de 2002 é de 23.260 km².

Ano 2002-2003: Taxas de desflorestamento obtidas por classificação de 75 imagens LANDSAT nas regiões de maior intensidade de desmatamento. Com base no histórico recente destas áreas críticas, o Inpe estima que o desmatamento no período de agosto de 2002 a agosto de 2003 seja de 23.750 km², com uma margem de erro de 4%.

Os resultados do PRODES estão à disposição da comunidade brasileira. Os dados disponíveis incluem: (a) imagens de satélite por cena LANDSAT (órbita/ponto); (b) mapas temáticos de desflorestamento, tomando como base o ano de 1997, com incrementos para os períodos 1997-2000, 2000-2001, 2001-2002 e 2002-2003. Mais informações em <http://www.obt.inpe.br/prodes/>

Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam): O Sipam é uma organização sistêmica de produção e veiculação de informações, formado por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional integrada, com atuação na Amazônia Legal nos âmbitos federal, estadual, municipal e não-governamental, para a gestão do conhecimento, proteção e desenvolvimento humano e sustentável da região. A base tecnológica do Sipam consiste em um avançado sistema de meios técnicos, composto por subsistemas de sensoriamento integrados por satélite, plataforma de coleta de dados, estações meteorológicas, aeronaves de vigilância, estações radar e exploração de comunicações, instalados e em operação nos nove estados da Amazônia Legal. Essa infra-estrutura produz permanentemente, e em tempo real, os dados sobre os movimentos e situações que ocorrem na região, abrangendo solo, água e ar. O Sipam realiza, entre outras atividades, a localização de pistas clandestinas e de extração irregular de recursos naturais; a proteção das áreas de proteção ambiental; prevenção de endemias e epidemias; controle da ocupação e uso do solo; planejamento territorial; planejamento agrícola; identificação de áreas desmatadas; proteção das terras indígenas; proteção das províncias minerais; controle de áreas de garimpo; mapeamento de bacias hidrográficas; implementação de um banco de dados sobre a biodiversidade da Amazônia; avaliação de riscos e prejuízos ambientais; apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento sustentável da região; identificação e apoio ao combate às queimadas e ao desflorestamento; controle da poluição na bacia amazônica; monitoramento de gases do efeito estufa; classificação da flora e das características

atmosféricas. Para gerenciar esse processo, o governo brasileiro criou, em abril de 2002, o Centro Gestor e Operacional do Sipam, o Censipam, estrategicamente vinculado à Casa Civil da Presidência da República, com sua Direção Geral em Brasília. Mais informações em www.sipam.gov.br

Monitoramento Orbital de Queimadas (Projeto QUEIMADAS): executado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - "Embrapa Monitoramento por Satélite", em parceria com a ONG Ecoforça, o projeto realiza, desde 1991, um monitoramento circunstanciado e efetivo das queimadas em todo o Brasil, com apoio da Fapesp, conjugando sensoriamento remoto, cartografia digital e comunicação eletrônica. As equipes da Ecoforça e da Embrapa Monitoramento por Satélite elaboraram programas e procedimentos de computador que organizam em mapas os dados do satélite NOAA tratados em Cachoeira Paulista e enviados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Mais informações em <http://www.queimadas.cnpm.embrapa.br>

Mapa da Cobertura Vegetal do Brasil: elaborado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - "Embrapa Monitoramento por Satélite", utiliza as imagens do satélite SPOT IV (que possui um sensor especial para vegetação), e um programa mundial padrão criado para mapear a vegetação do planeta (Global Land Cover 2000). No final do ano de 2002, foram elaborados mapas da cobertura vegetal brasileira para as cinco regiões geográficas e para a Amazônia Legal. Mais informações em <http://www.cobveget.cnpm.embrapa.br/index.html>

Sustentabilidade Agrícola na Amazônia: o projeto, realizado pela Embrapa Monitoramento por Satélite em parceria com a ONG Ecoforça, visa caracterizar e monitorar os sistemas de produção praticados pelos pequenos agricultores na região de Machadinho d'Oeste (Rondônia). Esse objetivo principal implica em duas metas: um monitoramento anual do uso das terras - a partir de imagens de satélite - e uma caracterização circunstanciada, a cada três anos, dos sistemas de produção praticados por meio de cerca de 250 variáveis. A perspectiva temporal do projeto é de 100 anos. Decorridos mais de dez anos de acompanhamento estão tornando-se possíveis análises consistentes sobre a sustentabilidade agrônômica, socioeconômica e ambiental dos sistemas de produção existentes. Finalmente, uma última meta de manutenção e atualização de uma base de dados, geocodificada e informatizada, com as informações obtidas pelo projeto tem permitido a consolidação de um perfil da evolução da agricultura de colonização em floresta tropical úmida. Os perfis trienais têm sido a base para trabalhos de pesquisa e planejamento de múltiplo propósito. Mais informações em <http://www.machadinho.cnpm.embrapa.br/>

Programa de Monitoramento da População da Onça-Pintada na Região do Parque Estadual do Cantão: o projeto, realizado pela Fundação para a Conservação da Onça-Pintada, teve início em 2003. Seu objetivo é entender a dinâmica da fauna do Parque Estadual do Cantão sob o efeito das inundações periódicas de boa parte de suas terras. Para tanto, a região será amostrada nos períodos de seca e chuva. Como a distribuição das onças-pintadas está sob o efeito da fauna de presas, entender essa dinâmica é fundamental para avaliar e monitorar sua população local. Mais informações em www.jaguar.com.br

Programa de Monitoramento Faunístico da Aracruz Celulose SA. Desde 1981, a Aracruz Celulose S.A. vem desenvolvendo freqüentes monitoramentos de fauna nas suas áreas de atuação que cobrem uma área total de 370 mil hectares, sendo 221 mil de plantio de eucalipto e 122 mil de ecossistemas associados à Mata Atlântica e o restante são infra-estrutura e rede viária. Durante este período foram realizados monitoramentos de mamíferos, répteis, anfíbios, peixes, crustáceos e aves em diferentes ambientes e estações do ano. Com base nos resultados obtidos decidiu-se concentrar os esforços nos monitoramentos de aves durante os últimos anos pois são ótimos bioindicadores e respondem rapidamente às alterações no ambiente, além da maioria das espécies possuírem hábito diurno, detectáveis pela visualização ou pelo canto. Os trabalhos de fauna são realizados por biólogos de várias instituições e pela equipe interna de técnicos. No caso de avifauna existe um contrato com a organização não-governamental Fundação Pró-Natureza de Brasília. Até o momento nas áreas da empresa foram identificadas 455 espécies de aves, 68 de mamíferos, 98 de peixes, 47 de anfíbios, 59 de répteis. Informações em www.aracruz.com.br

Projeto Mapeamento das Zonas de Risco Ambiental: criado pela Resolução nº. 024/03 da SEMA/PR, de 25/06/2003. Tem a finalidade de permitir a atuação, de forma proativa, das instituições ambientais paranaenses com vistas a impedir e/ou reduzir impactos ao meio ambiente, exercitando o monitoramento, o licenciamento e a fiscalização ambiental. Realizou-se a identificação, caracterização e mapeamento de 418 Zonas de Risco Ambiental, distribuídas em 194 municípios paranaenses. O cadastramento das Zonas de Risco Ambiental contribuiu para o amplo conhecimento da realidade ambiental local e regional por intermédio das Unidades Regionais descentralizadas do Sistema SEMA. A partir dos dados coletados foram gerados: (1) ficha cadastral de cada Zona de Risco, a partir das coordenadas UTM, via Sistema de Informação Ambiental, utilizando-se a base cartográfica disponível na SEMA; (2) o cadastramento das Zonas de Risco Ambiental contribuiu para o amplo conhecimento da realidade ambiental local e regional, por meio das Unidades Regionais descentralizadas do Sistema SEMA. Como próximas etapas, pretende-se gerar imagens de satélite que permitam uma visualização espacial das Zonas de Risco cadastradas, além de expandir o mapeamento e gerar outros produtos complementares. Informações em www.pr.gov.br/meioambiente/iap/ctr_mprisco.shtml

Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo. O Instituto Florestal vem realizando o Inventário Florestal da Vegetação Natural que engloba:

- Identificação, mapeamento e quantificação da cobertura vegetal natural (Mata Atlântica e Cerrado) do Estado de São Paulo.
- Estruturação de base digital georreferenciada em Sistema de Informação Geográfica (SIG) para efeito de um monitoramento contínuo da vegetação remanescente.
- Suporte à elaboração dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável.
- Suporte ao Sistema de Gerenciamento da Mata Atlântica Litorânea (SIGMA).
- Fonte de financiamento: Instituto Florestal, Fapesp - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Fehidro - Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Início: 1994 - Término: 2004.

Principais resultados:

Base cartográfica digital georreferenciada contendo levantamentos da vegetação natural do Estado de São Paulo e levantamentos básicos e temáticos para as Unidades de Conservação.

Mapas Florestais Municipais dos 645 municípios do Estado de São Paulo.

Livro no prelo: KRONKA, J. F. N. *et al.* 2004. Inventário Florestal da Vegetação Natural do Estado de São Paulo - (Diagnóstico da situação da cobertura vegetal natural no Estado de S. Paulo; divulgação do trabalho técnico-científico desenvolvido pelo Instituto Florestal, disponibilizando esses dados para outros pesquisadores, para empreendedores públicos e privados responsáveis pelo planejamento e pela proteção ambiental).

21 - Com relação ao Artigo 7(c), seu país possui programas sistemáticos de monitoramento em curso para alguma das seguintes ameaças principais à biodiversidade?

a) Não	
b) Sim, espécies exóticas invasoras (favor fornecer detalhes abaixo)	
c) Sim, mudanças climáticas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, poluição/eutroficação (favor fornecer detalhes abaixo)	X
e) Sim, mudanças no uso da terra/degradação do solo (favor fornecer detalhes abaixo)	X
f) Sim, exploração excessiva ou uso insustentável (favor fornecer detalhes abaixo)	X

Comentários adicionais sobre programas de monitoramento para ameaças principais à biodiversidade.

ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS:

O Brasil não possui sistema de monitoramento da entrada de espécies exóticas invasoras no País. Todavia, algumas ações são realizadas nesse sentido: a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) realiza controle de vetores nas fronteiras, portos e aeroportos, e tal controle tem como objetivo manter os veículos terrestres e área de estacionamento de fronteiras, isentas de criadouros de larvas e espécies adultas de insetos, roedores e quaisquer outros vetores transmissores de doenças. As medidas de controle adotadas são desinsetização dos meios de transporte procedentes de áreas endêmicas de febre amarela e dengue, eliminação de criadouros, por métodos, físicos, químicos ou biológicos e verificação do Certificado de Desinsetização de Veículos. <http://www.anvisa.com.br/>

VI GI AGRO: O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) coordena o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro), que opera em unidades localizadas em portos, aeroportos, postos de fronteira, serviço postal internacional e estações aduaneiras interiores, sendo responsável pela fiscalização sanitária e zoofitossanitária das cargas agropecuárias que passam por esses diferentes pontos de entrada de pessoas e de mercadorias no País. O Vigiagro tem importante missão de proteger o País contra a introdução de pragas e doenças causadas por espécies exóticas invasoras. Têm sido desenvolvidos processos de barreiras e inspeção sanitária, além de serviços de monitoramento e quarentenários, que já interceptaram mais de 150 pragas.

MUDANÇA DO CLIMA

Embora não exista um sistema de monitoramento dos efeitos da mudança do clima sobre a biodiversidade brasileira, um importante passo foi dado nesse sentido. O Projeto de Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira (Probio) lançou carta-consulta para elaboração de um levantamento de indicadores biológicos sensíveis a parâmetros climáticos, visando, entre outras coisas, possibilitar o monitoramento dos efeitos da mudança do clima sobre os ecossistemas brasileiros.

Mais informações em http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/cc3.pdf. Além disso, o Ministério da Ciência e Tecnologia, visando cumprir o compromisso assumido pelo Brasil no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, promove a elaboração e atualização do inventário brasileiro de gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal (www.mct.gov.br/clima).

Encontra-se em fase de implantação, pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o Programa PRÓ-CLIMA, que pretende realizar as seguintes ações:

- elaboração de inventários das emissões antrópicas por fontes e dos sumidouros de gases de efeito estufa no Estado, não controlados pelo Protocolo de Montreal;

- formulação e aplicação de programas que contenham medidas orientadas a controlar ações antrópicas causadoras de mudança do clima;

- promoção do desenvolvimento e aplicação de práticas e processos que controlem, reduzam ou previnam as emissões antrópicas em alguns setores pertinentes, entre eles, a energia, o transporte, a indústria, a agricultura, a pecuária, a gestão de resíduos, etc.;

- promoção do intercâmbio da informação pertinente de ordem científica, tecnológica, técnica, socioeconômica e jurídica sobre o clima e as mudanças climáticas, e sobre as conseqüências econômicas e sociais de algumas estratégias de resposta;

- promoção da educação, capacitação e sensibilização da população relativa à problemática do clima.

Mais informações em <http://www.ambiente.sp.gov.br/proclima/proclima.htm>

POLUIÇÃO/EUTROFI ZAÇÃO

O Centro Tecnológico de Saneamento Básico (Cetesb) realiza monitoramento da qualidade do ar de inúmeras cidades do Estado de São Paulo, bem como de diversas regiões da área metropolitana. Os parâmetros analisados são: dióxido de enxofre, partículas inaláveis, dióxido de nitrogênio, monóxido de carbono, ozônio. Os boletins diários podem ser acessados em http://www.cetesb.sp.gov.br/ar/ar_geral.asp

A Cetesb realiza também monitoramento da qualidade das praias do Estado de São Paulo. Os boletins diários podem ser acessados em http://www.cetesb.sp.gov.br/Agua/agua_geral.asp

Além disso, a Cetesb elabora relatórios periódicos tratando dos seguintes temas: qualidade das águas subterrâneas do Estado de São Paulo, qualidade das águas interiores do Estado de São Paulo, qualidade das águas litorâneas do Estado de São Paulo, sistema estuarino de Santos e São Vicente. Os relatórios para o ano de 2003 estão disponíveis em http://www.cetesb.sp.gov.br/agua/agua_geral.asp

A Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro - FEEMA realiza monitoramento da qualidade de 120 praias em 15 municípios, e disponibiliza boletins diários em http://www.feema.rj.gov.br/classificacao_das_praias.htm. Monitora também a qualidade dos principais corpos d'água no estado.

Realiza também monitoramento da qualidade do ar no estado, disponibilizando boletins diários em http://www.feema.rj.gov.br/qualidade_do_ar.htm

A Fundação Estadual de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais realiza monitoramento da qualidade do ar no estado, e disponibiliza boletins diários em <http://www.feam.br/principal/home.asp>

O Programa Pró-Guaíba, executado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, realiza monitoramento da bacia hidrográfica do rio Guaíba. Em 2003, foi criado o primeiro IQA - Índice de Qualidade da Água para a Região. O IQA calculado, foi enquadrado nos valores da NSF - National Sanitation Foundation, que relacionam problemas referentes à carga orgânica, nutrientes, sedimentos e contaminação de origem fecal, principais impactos identificados na região hidrográfica do Guaíba. Foram monitorados um total de 23 parâmetros em 88 pontos de amostragem distribuídos nos rios Gravataí, Sinos, Caí, Taquari, Jacuí e lago Guaíba, assim como seus afluentes principais. Foi iniciado ainda o monitoramento dos sedimentos dos rios Gravataí, Caí e Sinos. Este projeto visa o controle da poluição inorgânica, como a gerada pelos agrotóxicos e indústrias e o controle da eutrofização (fenômeno que reduz o oxigênio na água devido à proliferação de algas). O Programa realiza também monitoramento da poluição industrial na bacia do Guaíba: foram cadastradas 15.684 indústrias na Região Hidrográfica do Guaíba, relacionando as 500 empresas com maior potencial poluidor, que passaram a ter um controle mais rígido. Deste total, 343 indústrias foram incluídas no Sistema de Automonitoramento da Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM.

Mais informações em <http://www.proguaiba.rs.gov.br/modulo1.htm#Monitoramento>

A FEPAM/RS realiza monitoramento da qualidade do ar. Informações em <http://www.fepam.rs.gov.br/>

O Instituto Ambiental do Paraná (IAP) realiza monitoramento da qualidade do ar no estado, por meio de onze estações de amostragem do ar, das quais sete são automáticas. Quatro delas estão localizadas em Curitiba (Cidade Industrial, Santa Cândida, Boqueirão e Praça Ouvidor Pardiniho - Convênio de Cooperação Técnica IAP/LACTEC), analisando de 30 em 30 segundos O_3 , SO_2 , NO, NO_2 , CO, PTS e PI. Em Araucária estão localizadas três estações automáticas que analisam O_3 , SO_2 , NO, NO_2 , CO e PTS ou PI. Estas sete estações automáticas somam-se às quatro estações manuais de Araucária e Curitiba, as quais fornecem médias diárias para SO_2 , fumaça e PTS em uma delas. As estações automáticas e as manuais constituem uma rede de monitoramento que possibilita a real avaliação das condições da qualidade do ar de Curitiba e Região Metropolitana. Os resultados do monitoramento são publicados anualmente no Relatório de Qualidade do Ar. Mais informações em <http://www.pr.gov.br/meioambiente/sema/index.shtml>. O IAP realiza também monitoramento da qualidade da água: o Estado do Paraná foi subdividido em 16 bacias hidrográficas, e a rede de monitoramento da qualidade das águas é composta por 164 estações em rios. O Sistema de

Informações Hidrológicas - SIH , utiliza dois tipos de informações: parâmetros de qualidade de água e Índices de Qualidade de Água - IQA para realizar o monitoramento da qualidade das águas no estado. Informações em <http://www.pr.gov.br/meioambiente/iap/index.shtml>

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Espírito Santo realiza monitoramento da qualidade do ar no estado, por meio de cinco estações manuais. Há também a Rede Comunitária de Percepção de Poeira na Região da Grande Vitória, composta por 31 estações. O monitoramento é realizado pela própria população, pois é baseado em metodologia simples. Mais informações em <http://www.seama.es.gov.br/scripts/sea0512.asp>

Realiza, também, monitoramento da qualidade da água dos rios de todo o estado, e disponibiliza as informações em <http://www.seama.es.gov.br/scripts/sea1004.asp>. O Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos realiza monitoramento da qualidade das praias de 13 municípios litorâneos do Estado do Espírito Santo. As informações estão disponíveis em <http://www.seama.es.gov.br/scripts/sea0800.asp>

A Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia realiza monitoramento das condições dos reservatórios de água do estado. Informações em <http://www.srh.ba.gov.br/>.

O Instituto de Meio Ambiente do Estado de Alagoas realiza monitoramento da qualidade das praias na região metropolitana de Maceió, e disponibiliza as informações em <http://www.ima.al.gov.br/Balneab.htm>

Encontra-se em fase de planejamento a instalação da Rede de Monitoramento da Qualidade das Águas no Estado da Paraíba. A Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e Minerais do estado realizou, no dia 29/09/04, a segunda reunião denominada "Montagem da Rede de Monitoramento da Qualidade da Água das Bacias Hidrográficas do Estado da Paraíba", dando continuação aos trabalhos iniciados pelo convênio Unesco/BID-SEMARH/Governo do Estado (I Workshop sobre Qualidade da Água - 7 e 8 de Junho de 2004). O programa de Monitoramento da Qualidade da Água está orientado, nesta primeira fase, para as águas superficiais. Enquanto a quantidade de água armazenada no Estado (açudes) vem sendo medida sistematicamente pelo LMRS, os dados de qualidade precisam ainda de uma rede mais abrangente e da medição de maior número de parâmetros de qualidade. A gestão de recursos hídricos inclui o uso múltiplo da água de açudes e rios (para consumo humano, dessedentação de animais, irrigação e industrial). Os dados de qualidade da água a serem gerados serão integrados com os dados já existentes na Superintendência do Meio Ambiente - Sudema e formarão um banco de dados que alimentará o Sistema Estadual de Informações de Recursos Hídricos, o qual será alimentado constantemente com o resultado do monitoramento. Esse conjunto de informações é fundamental para a concessão das outorgas de direito de uso da água e para a efetivação do enquadramento dos corpos de água, entre outras atividades. Mais informações em <http://www.semarh.pb.gov.br/noticias/2004/noticia%2039-2004.shtml>

A Superintendência Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará (Semace) possui, ainda

em fase de planejamento, um programa que visa implementar um sistema de controle e monitoramento da qualidade do ar no estado. Compreende um conjunto de projetos e/ou atividades a serem desenvolvidas pela Semace, como: implementação do programa de controle da poluição veicular (Proconave); instalação de estações de medição da qualidade do Ar e a fiscalização, controle e monitoramento do ar.

Mais informações em <http://www.semace.ce.gov.br/programas/programa.asp?cd=36>

O monitoramento das praias de Fortaleza é realizado desde 1978, inicialmente em 31 pontos de coleta, distribuídos ao longo do litoral, numa extensão de 25km, entre os rios Cocó e Ceará. O programa de balneabilidade das praias está estruturado para atender os padrões da Resolução Conama N^o.274/00, que define critérios para a classificação das águas destinadas à recreação de contato primário. Um boletim contendo a classificação das praias nas categorias PRÓPRIAS E IMPRÓPRIAS é emitido semanalmente para divulgação pela imprensa. A seleção dos pontos considerou a proximidade de rios, riachos, galerias pluviais e frequência de banhistas. A avaliação do grau de poluição das águas foi realizada pela determinação quantitativa da presença de coliformes, considerando os limites máximos estabelecidos pela Resolução Conama n^o. 20. <http://www.semace.ce.gov.br/programas/programa.asp?cd=15>

MUDANÇAS NO USO DA TERRA

Ver comentários da questão 20 (Prodes, Sipam, Projeto Queimadas)

SOBREEXPLOTAÇÃO E USO INSUSTENTÁVEL

O Projeto ESTATPESCA foi implantado de forma pioneira no Ceará em 1990, com o objetivo de estimar a produção de pescado marinho e estuarino e subsidiar o setor com informações básicas para o gerenciamento, nas comunidades, nos municípios e no estado. Posteriormente, o Projeto ESTATPESCA consolidou-se e foi expandido para o restante dos estados do nordeste brasileiro, sob a coordenação do Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste - Cepene/Ibama. No início do processo, foi realizado um "Censo Estrutural", que obteve as seguintes informações:

- cadastro das embarcações pesqueiras;
- cadastro das principais espécies desembarcadas nas localidades;
- cadastro das principais pescarias efetuadas nos pontos de desembarque;
- cadastro dos municípios e localidades, ressaltando-se os aspectos referentes ao setor pesqueiro e suas atividades (pontos de desembarque, infra-estrutura de apoio à pesca, entre outras).

As informações do censo estrutural são atualizadas sistematicamente pela rede de coleta. Com base nesse banco de dados e na coleta de dados sobre a produção e aparelhos de pesca utilizados pela frota ativa, estima-se, anualmente, a produção de pescado marinho e estuarino desembarcada em cada estado.

A rede de coleta do ESTATPESCA é constituída por coletores do Ibama, prefeituras e por colaboradores residentes nas próprias comunidades pesqueiras, o que, sem dúvida, facilita o trabalho e ainda confere maior fidelidade aos dados primários coletados. A equipe atual foi formada ao longo de vários anos e vem sendo treinada, sistematicamente, em encontros anuais. Mais

informações em http://www.ibama.gov.br/cepene/paginas/pg.php?id_arq=45

Atualmente, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República apóia o Projeto ESTATPESCA, por meio da celebração de convênios com a Fundação de Amparo à Pesquisa na Zona Econômica Exclusiva, tendo o Ibama como interveniente, de forma a promover o cadastramento da frota pesqueira do litoral norte e nordeste, o censo estrutural da pesca artesanal marítima das regiões sudeste e sul e o monitoramento da atividade pesqueira no litoral brasileiro. Os principais objetivos do investimento da SEAP/PR são: refinar os dados e informações da produção pesqueira nas regiões Norte e Nordeste, implantar o Programa ESTATPESCA nas regiões Sul e Sudeste e garantir a presença de um coletor em cada município costeiro do País. Estão sendo investidos, aproximadamente, 2,5 milhões de reais nesta iniciativa. Maiores informações em <http://www.planalto.gov.br/seap/>

Programa de Monitoramento da Frota Pesqueira Nacional. Atualmente, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca vem monitorando as atividades das embarcações pesqueiras estrangeiras arrendadas que capturam atuns e afins e recursos demersais de profundidade por meio de vários sistemas de rastreamento por satélite e relatos de observadores de bordo. O uso dos referidos instrumentos foi instituído, originalmente, em decorrência de recomendações da Convenção Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT) e da Convenção para Conservação dos Recursos Vivos Marinhos da Antártida (CCAMLR). Em 2005, o monitoramento será aplicado às embarcações pesqueiras brasileiras. Maiores informações em <http://www.planalto.gov.br/seap/>

O Parque Estadual de Vila Rica (PEVR) e a Conservação da Biodiversidade no Paraná. Em 1999, o Projeto Malha Florestal (Mikich *et al.* 1999) realizou a avaliação da situação dos remanescentes florestais e da vegetação ripícola da região de entorno (raio de 30km) do PEVR e concluiu que, embora a situação da cobertura florestal da região exija uma recomposição urgente, pouco se sabe sobre a dinâmica e os impactos desta ação e, portanto, uma série de dados devem ser coligidos antes que esta recomposição aconteça para que seus efeitos (positivos e negativos) possam, depois, ser monitorados. Assim, o objetivo principal do projeto foi obter os parâmetros para o monitoramento dos efeitos sobre a biodiversidade regional da recomposição da Floresta Estacional Semidecidual (FES) Aluvial (floresta ciliar) na região de entorno do PEVR. Para todos os grupos faunísticos analisados foram obtidos dados inéditos sobre riqueza e diversidade, além de dados sobre abundância, dinâmica populacional e movimentação entre as áreas de estudo para várias espécies. Este conjunto de dados, quando somado àqueles sobre a caracterização botânica das áreas de estudo e da produção de frutos (ainda não analisados), permitirão entender melhor as respostas das diferentes espécies da fauna regional frente ao processo de fragmentação e isolamento dos remanescentes florestais. Os resultados altamente significativos obtidos com o uso de poleiros artificiais e de óleos essenciais de frutos quiropterocóricos para a atração de aves e morcegos, respectivamente, representam avanços significativos nas técnicas de recuperação de áreas florestais degradadas, como aquelas encontradas entre os remanescentes florestais estudados. A iniciativa foi realizada pelo Instituto Mater Natura. Informações em www.maternatura.org.br

22 - Com relação ao Artigo 7 (d), seu país possui um mecanismo para manter e organizar dados gerados por inventários e programas de monitoramento, e para coordenar a coleta e o gerenciamento de informações em nível nacional?

a) Não	
b) Não, mas alguns mecanismos ou sistemas estão sendo avaliados	
c) Sim, alguns mecanismos ou sistemas estão sendo estabelecidos	X
d) Sim, alguns mecanismos ou sistemas foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	X
e) Sim, um sistema relativamente completo foi estabelecido (favor fornecer detalhes abaixo)	

Comentários adicionais sobre a coordenação da coleta e gerenciamento de dados e informações.

Sistema de Informação de Coleções de Interesse Biotecnológico - SICol: é fruto do Programa de Biotecnologia e Recursos Genéticos do Ministério da Ciência e Tecnologia e tem por objetivo, além de disseminar informações sobre os Centros de Recursos Biológicos do Brasil, servir de elemento integrador às diversas e diferenciadas coleções de interesse biotecnológico, econômico e de aplicações industriais.

Centros de Recursos Biológicos (Biological Resource Centers ou CRB) são componentes-chave na infra-estrutura científica e tecnológica necessária para o desenvolvimento da biotecnologia. Além de facilitar o acesso à informação aos usuários de insumos biológicos na área da biotecnologia, o SICol espera também servir de subsídio para os formuladores de políticas públicas na área. Mais informações em <http://sicol.cria.org.br>

Bioprospecta - Rede Biota de Bioprospecção e Bioensaios: o objetivo da rede é criar uma grande matriz de informações que correlacione as diferentes espécies (e suas partes, como extratos, frações, substâncias puras, genes, proteínas e outras biomoléculas) com o maior número possível de ensaios de atividade de interesse aplicado. O Bioprospecta será constituído por projetos independentes na origem, porém integrados no seu escopo e operação. O objetivo unificador dos projetos deve ser a bioprospecção com o propósito de ampliar de forma sistemática e organizada o universo de espécies estudadas por meio de diferentes bioensaios. Ainda que não de forma absoluta, o foco da rede será a biodiversidade do Estado de São Paulo, abrangendo os microrganismos, a flora e a fauna, terrestre ou aquática, do estado. O projeto, no final de 2004, estava em fase inicial de seleção de projetos a serem financiados. Mais informações em www.redebio.org.br

SinBiota - Sistema de Informação Ambiental do Biota: o projeto, que é parte do programa Biota/Fapesp, foi desenvolvido com o objetivo de integrar informações geradas pelos pesquisadores vinculados ao Biota/Fapesp e relacioná-las a uma base cartográfica digital de qualidade, provendo assim, mecanismos de difusão de informação sobre a biodiversidade paulista para a comunidade científica, tomadores de decisão, formuladores de políticas ambientais e educadores.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) possui o programa Levantamento e Informatização de Dados sobre Recursos Naturais - Fauna e Flora. O programa compreende atividades de caráter permanente referente à coordenação dos estudos e levantamentos de fauna e

flora desenvolvidos no âmbito da Diretoria de Geociências, envolvendo a coleta, tratamento, armazenamento, análise e divulgação de dados primários e secundários sobre a fauna e a flora brasileiras. Nestas atividades está inserida a manutenção dos seguintes cadastros: Espécies Vegetais de Importância Econômica, Espécies Endêmicas da Flora Brasileira, Fauna Ictiológica Brasileira, Fauna de Vertebrados da Amazônia Legal, Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Mais informações em www.ibge.gov.br

23 - Seu país usa indicadores para o monitoramento da biodiversidade em nível nacional? (decisão III/10)

a) Não	
b) Não, mas a identificação de indicadores potenciais está em curso (favor descrever)	X
c) Sim, alguns indicadores foram identificados e estão em uso (favor descrever e, caso estejam disponíveis, fornecer endereços de páginas eletrônicas onde os dados resumidos são apresentados)	
d) Sim, um grupo relativamente completo de indicadores foi identificado e está em uso (favor descrever e, caso estejam disponíveis, fornecer endereços de páginas eletrônicas onde os dados resumidos são apresentados)	

Comentários adicionais sobre os indicadores identificados e em uso.

Sistema de Monitoramento da Biodiversidade nas Unidades de Conservação - Simbio: O programa foi elaborado em 1999 pelo Ibama, com o apoio da agência de cooperação alemã GTZ. Tem por objetivo produzir e disponibilizar informações sobre o *status* e as tendências da diversidade biológica nas Unidades de Conservação de proteção integral sob administração federal, visando:

- subsidiar as ações de manejo;
- avaliar o grau de proteção da diversidade biológica; e
- dar o suporte à gestão das Ucs no que tange a tomada de decisão e a definição de políticas específicas de gestão ambiental.

Atualmente, possui seis projetos pilotos em seis unidades de conservação de proteção integral. Com o objetivo de consolidar a fase piloto, otimizando e reduzindo custos, e desenvolver o projeto, sem perder as informações relevantes para o monitoramento, foi realizada uma oficina em 2004, para avaliação e escolha de indicadores ambientais prioritários. O resultado desta oficina foi a seleção e redução de 98 indicadores, inicialmente propostos, para 28 indicadores.

Quadro III.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

a) As seguintes iniciativas representam avanços importantes: Sipam (ver comentários da questão 20), Prodes (ver comentários da questão 148), SOS Mata Atlântica, PPbio (ver comentários da questão 89), BIOTA/SP (ver comentários das questões 26 e 64), Probio (ver comentários do Box II).

b) Não contribui diretamente para o alcance dos objetivos do Plano Estratégico da CDB.

c) O desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de monitoramento das ameaças à biodiversidade (principalmente monitoramento de queimadas na Amazônia) contribuem diretamente para o alcance do objetivo 5 das metas globais: *reduzir pressões da perda de habitats, da mudança no uso da terra e degradação e do uso insustentável da água*. Também é importante para esse objetivo a consolidação de sistemas descentralizados de controle da poluição hídrica e da qualidade de praias, que se encontra avançada na maioria dos estados brasileiros.

d) Os esforços voltados ao conhecimento da biodiversidade contribuem para a implementação do componente 1 da Política Nacional da Biodiversidade; aqueles centrados no monitoramento contribuem para a implementação do componente 4.

e) Os esforços voltados ao monitoramento da biodiversidade contribuem para o alcance da meta 9 do objetivo 7 dos ODMs (Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais).

f) Grande desconhecimento da biodiversidade brasileira; falta de capacidade em locais de rica biodiversidade, como Amazônia e Caatinga; falta de sistemas de informação capazes de armazenar toda a informação disponível; existência de grande quantidade de informação dispersa e com difícil acesso. Dificuldades identificadas: participação pública e envolvimento de atores limitados; instituições enfraquecidas causam a falta de capacidade de agir; falta de transferência de tecnologia e expertise; perda de conhecimentos tradicionais; falta de capacitação em pesquisa científica adequadas para apoiar todos os objetivos; falta de conhecimento e de documentação acerca da perda da biodiversidade e dos bens e serviços providos por ela; conhecimentos científicos e tradicionais não são completamente utilizados; disseminação de informação nos níveis nacional e internacional não é suficiente; falta de educação e conscientização pública em todos os níveis; falta de recursos financeiros e humanos; falta de medidas de incentivo econômico; falta de sinergias nos níveis nacional e internacional; falta de cooperação horizontal entre atores sociais; falta de parcerias efetivas; falta de engajamento da comunidade científica; falta de capacidades por parte das comunidades locais.

Decisões sobre Taxonomia

24 - Seu país desenvolveu um plano para implementar as ações sugeridas no anexo da decisão IV/1? (decisão IV/1)	
a) Não	
b) Não, mas um plano está sendo desenvolvido	X
c) Sim, um plano foi estabelecido (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, relatórios sobre a implementação estão disponíveis (favor fornecer detalhes abaixo)	
Informações adicionais sobre um plano para implementar as ações sugeridas no anexo da decisão IV/1.	
Programa de Capacitação em Taxonomia do CNPq/MCT, objetiva duplicar, até 2012, o número de doutores em taxonomia.	

25 - Seu país está fazendo investimentos de longo prazo no desenvolvimento da infraestrutura apropriada para suas coleções taxonômicas nacionais? (decisão IV/1)	
Não	
Sim (favor fornecer detalhes abaixo)	X
Informações adicionais sobre o investimento de longo prazo no desenvolvimento da infraestrutura apropriada para suas coleções taxonômicas nacionais.	
<p>O Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia possui vários programas no Plano Plurianual que apóiam o desenvolvimento da taxonomia no Brasil, dentre eles cabe citar: o Programa Ciência Natureza e Sociedade, Biotecnologia, o Programa Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Programa de Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa. Esses dois últimos programas são permanentes (instrumentais) e têm sido responsáveis pela estruturação da pós-graduação em taxonomia, que atualmente possui 78 cursos em nível de mestrado e doutorado. Esses programas também apóiam a pesquisa, a publicação científica, e a manutenção de coleções biológicas científicas - que totalizam um acervo de aproximadamente 235 bancos de germoplasma contendo mais de 250 mil amostras de plantas, animais e microrganismos, 119 herbários com mais de 5 milhões de espécimes e várias coleções zoológicas abrigando cerca de 27 milhões de espécimes. Mesmo sendo um esforço de várias décadas, o Brasil ainda necessita ampliar seus acervos científicos - que representam apenas 10% do acervo mundial, e sua capacitação para estudar a enorme biodiversidade do País. Para isso, o Brasil, por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia e do CNPq, instituiu programas mobilizadores mais recentemente, como o PPBio (vide pergunta 15) e o Programa de Capacitação em Taxonomia, que são iniciativas de longo prazo voltadas, respectivamente, à ampliação e modernização das coleções biológicas brasileiras, e promoção à desconcentração da capacitação de recursos humanos em taxonomia no País (visto que a expertise nacional está 80% situada na região Sul e Sudeste do País).</p> <p>O PPBio possui uma ação no Plano Plurianual 2004-2007 voltado à melhoria de infraestrutura e à modernização de coleções biológicas nacionais (apoio à modernização de acervos biológicos, vide questão 22). As coleções científicas históricas mantidas pelo Instituto Nacional da Amazônia (Inpa) e Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), do Ministério da Ciência e Tecnologia, possui recursos orçamentários próprios para a manutenção de suas coleções científicas. Os fundos setoriais do</p>	

Ministério da Ciência e Tecnologia também apóiam coleções biológicas como é o caso do Fundo de Biotecnologia que lançou edital, em 2005, para apoiar coleções microbiológicas.

O Programa Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade do Plano Plurianual do Governo Federal, executado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, tem entre as suas ações a revisão taxonômica da flora neotropical e a conservação das coleções botânicas científicas de referência do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

A Resolução Conama nº. 339, de 25 de setembro de 2003, estabelece critérios para enquadramento dos jardins botânicos brasileiros em três categorias: A, B, C. Tais critérios são referidos aos seguintes temas:

I - quadro técnico - científico;

II - serviços de vigilância e jardinagem;

III - produção de mudas de espécies nativas da flora local;

IV - apoio administrativo e logístico compatível com as atividades a serem desenvolvidas;

V - programas de pesquisa visando à conservação e à preservação das espécies;

VI - coleções especiais representativas da flora nativa, em estruturas adequadas;

VII - programas na área de Educação Ambiental;

VIII - infra-estrutura básica para atendimento de visitantes;

IX - herbário;

X - sistema de registro informatizado de acervos;

XI - bibliotecas especializadas;

XII - programas de publicação técnico-científica;

XIII - banco de germoplasma;

XIV - treinamento técnico;

XV - cursos técnicos oferecidos ao público externo; e

XVI - cooperação com as unidades de conservação, previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), instituído pela Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000.

Mais informações em www.jbrj.gov.br

26 - Seu país oferece programas de treinamento em taxonomia e trabalha para aumentar sua capacidade de conduzir pesquisa taxonômica? (decisão IV/1)

Não

Sim (favor fornecer detalhes abaixo)

X

Informações adicionais sobre programas de treinamento em taxonomia e esforços para aumentar a capacidade de conduzir pesquisa taxonômica.

CNPq e Capes mantém apoio continuado aos cursos de pós-graduação na área de ciências biológicas que trabalham com taxonomia no País.

O Programa Biota/Fapesp tem como objetivo inventariar e caracterizar a biodiversidade do Estado de São Paulo, definindo os mecanismos para sua conservação, seu potencial econômico e sua

utilização sustentável. www.biota.org.br

Programa Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (PELD): o PELD, programa do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), tem como missão promover a organização e a consolidação do conhecimento existente sobre a composição e o funcionamento dos ecossistemas brasileiros, gerando informações e ferramentas para conhecer e proteger sua diversidade biológica. É um programa de indução de pesquisas ecológicas, cuja execução se dá em uma rede de 12 sítios selecionados, representativos dos ecossistemas brasileiros. Os objetivos do PELD são:

- Promover a organização e a consolidação do conhecimento sobre a composição e o funcionamento dos ecossistemas brasileiros.
- Estabelecer políticas para o desenvolvimento da ciência ecológica no Brasil;
- Desenvolver pesquisas e redes de informação, participando da padronização instrumental e metodológica.
- Integrar os grupos e atividades de pesquisas, gerando oportunidades para o desenvolvimento de estudos e sínteses que deverão permitir o uso sustentável de recursos naturais, a solução de problemas ambientais e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.
- Contribuir para a geração de metodologias que possam fornecer diretrizes imediatas para o planejamento de políticas públicas e de programas de conservação.
- Fomentar a formação de recursos humanos e o desenvolvimento institucional.

Mais informações em <http://www.icb.ufmg.br/~peld/>

Projeto Temático Flora Fanerogâmica do Estado de São Paulo. O Projeto tem como objetivo principal publicar a flora fanerogâmica de São Paulo (angiospermas e gimnospermas) por meio da elaboração de monografias de aproximadamente 180 famílias, 1.500 gêneros e 8.000 espécies. É financiado principalmente pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) com apoio adicional do CNPq e atualmente possui 226 colaboradores em 49 instituições de sete países diferentes. Conta com a participação efetiva das seguintes instituições do Estado: Instituto de Botânica (IBt); Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); Instituto Agrônomo do Estado (IAC); Instituto Florestal (IF); Universidade de São Paulo (USP), Campi de São Paulo, de Piracicaba (ESALQ) e de Ribeirão Preto; Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campi de Rio Claro, de Botucatu e de São José do Rio Preto; e o Departamento de Parques e Áreas Verdes (Depave), da Prefeitura do Município de São Paulo. Com a publicação dos três primeiros volumes da Flora, respectivamente em julho de 2001, julho de 2002 e dezembro de 2003, estão disponibilizadas para a comunidade científica as descrições de 83 famílias, 350 gêneros e 1.357 espécies. Mais 27 famílias entregues e em processo de editoração farão parte dos próximos volumes. A partir das monografias produzidas, publicadas ou em fase de editoração, e da lista de espécies revisadas por boa parte dos autores, optou-se pela publicação *on line* da Listagem das Espécies Ocorrentes no Estado de São Paulo, o que sem dúvida, constituirá um importante banco de dados para a elaboração de listas das espécies ameaçadas de extinção.

Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa do CNPq. Ampliar a capacidade de resposta do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia às demandas de conhecimento e

27 - Seu país tomou as medidas necessárias para assegurar que as instituições responsáveis pelos inventários da diversidade biológica e atividades de taxonomia sejam financeiramente e administrativamente estáveis? (decisão IV/1)	
Não	
Não, mas medidas estão sendo avaliadas	X
Sim, para algumas instituições	
Sim, para todas as instituições principais	

28 ^{1*} - Seu país está colaborando com as iniciativas, parcerias e instituições regionais, sub-regionais e globais existentes na implementação do programa de trabalho, inclusive na avaliação das necessidades regionais em taxonomia, e na identificação das prioridades em nível regional? (decisão VI /8)	
a) Não	
b) Não, mas programas de colaboração estão sendo desenvolvidos	X
c) Sim, alguns programas de colaboração estão sendo implementados (favor fornecer detalhes sobre programas de colaboração, incluindo resultados das avaliações de necessidades regionais)	
d) Sim, programas abrangentes de colaboração estão sendo implementados (favor fornecer detalhes sobre programas de colaboração, incluindo resultados das avaliações de necessidades regionais e identificação de prioridades)	

Informações adicionais sobre a colaboração que seu país está executando para implementar o programa de trabalho para a Iniciativa Global de Taxonomia, inclusive sobre a avaliação de necessidades regionais e identificação de prioridades.

Ver comentários dos artigos 17 e 18.

Rede Latino-Americana de Botânica (RLB). A Rede Latino-Americana de Botânica é um consórcio de Centros de Educação de Pós-Graduação localizados no México, Costa Rica, Venezuela, Brasil, Chile e Argentina. Os Centros são os focos para a organização de projetos de pesquisa binacionais, cursos regionais de pós-graduação e reuniões científicas.

As atividades da RLB têm sido financiadas por contribuições das Fundações Andrew W. Mellon, USA; John D. and Catherine T. MacArthur, USA; Rockefeller, USA; AID-USA; Jessie Smith Noyes; Compton; William and Flora Hewlett e W. Alton Jones; e outros auxílios fornecidos por Instituições dos Centros da Rede. A Rede tem os seguintes objetivos:

- Aumentar o número de pesquisadores botânicos formados na América Latina, em um contexto regional, tendo como princípios uma maior sensibilidade para as necessidades de conservação da biodiversidade e a promoção de pesquisa relevante para ela.
- Promover o desenvolvimento de novos centros de excelência botânica na região.
- Reduzir o isolamento crítico entre os cientistas da América Latina que têm impedido de grande forma o desenvolvimento de um consenso regional para enfrentar os problemas da conservação e manejo dos recursos.
- Promover um maior orgulho regional, auto-suficiência e relações internacionais mais fortes e saudáveis entre os países da América.

¹ As perguntas assinaladas com * nesta seção sobre Taxonomia são similares a algumas perguntas incluídas no formato para um relatório sobre a implementação do programa de trabalho da Iniciativa Global de Taxonomia. Aqueles países que submeteram tal relatório não precisam responder a essas perguntas, a não ser que possuam informações atualizadas para fornecer.

29* - Seu país avaliou as necessidades e capacidades em taxonomia em nível nacional para a implementação da Convenção? (anexo da decisão VI/8)	
a) Não	
b) Sim, avaliações básicas foram feitas (favor fornecer abaixo uma lista das necessidades e capacidades identificadas)	X
c) Sim, uma avaliação completa foi feita (favor fornecer abaixo uma lista das necessidades e capacidades identificadas)	
Comentários adicionais sobre a avaliação das necessidades e capacidades em taxonomia.	
<p>Evaluation of state on biological diversity in Brazil: executive summary. National Biological diversity Strategy Project. Brasília: MMA, 2003. (Avaliação do Conhecimento da Biodiversidade Brasileira/Projeto Estratégia Nacional da Diversidade Biológica). Também disponível em espanhol.</p> <p>Foram atualizados os documentos constantes da Avaliação do Conhecimento sobre Biodiversidade contendo informações referentes a síntese do estado atual do conhecimento sobre a Biodiversidade Brasileira, sobre os organismos de águas doces, vertebrados, invertebrados marinhos, invertebrados terrestres, genética, plantas terrestres e microorganismos. Os estudos mostram que o nível de conhecimento da biodiversidade brasileira ainda é incipiente e apresenta propostas de ações que aproveitam e maximizam as capacidades nacionais:</p> <p>Uso do conhecimento e da capacidade existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> estudo detalhado das coleções disponíveis, priorizando os grupos bem representados com taxonomia consolidada; elaboração de publicação eletrônica com catálogos e <i>checklists</i>; promover a produção e a publicação de revisões taxonômicas e guias de identificação, especialmente aqueles acessíveis a técnicos não-especialistas, professores, etc. <p>Consolidar o material e a infra-estrutura das coleções, especialmente pelo estabelecimento de cargos permanentes para curadores, técnicos e equipes de suporte.</p> <p>Novas iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> estabelecer e fortalecer centros regionais, especialmente nas regiões Nordeste e Centro-oeste, e incluí-los nos projetos nacionais e regionais de inventário e monitoramento da biodiversidade, em colaboração com grupos experientes; novos inventários em <i>habitats</i> e regiões pouco conhecidos com georreferenciamento e metodologias comuns de coleta e procedimentos que permitam análises comparativas; distribuição de novas tecnologias de bioinformática para aumentar a velocidade da sistematização e da difusão do conhecimento da biodiversidade; adesão às iniciativas internacionais, especialmente aquelas que promovem parcerias com instituições detentoras de grandes coleções e pesquisadores experientes em biota neotropical. <p>As publicações estão disponíveis em http://www.mma.gov.br/port/sbf/index.cfm</p>	

30* -Seu país está trabalhando na capacitação regional ou global para apoiar o acesso a, e geração de, informações taxonômicas em colaboração com outros Signatários? (anexa da decisão VI /8)

a) Não

X

b) Sim, programas relevantes estão sendo desenvolvidos

c) Sim, algumas atividades estão sendo realizadas com este propósito (favor fornecer detalhes abaixo)

d) Sim, muitas atividades estão sendo realizadas com este propósito (favor fornecer detalhes abaixo)

Comentários adicionais sobre a capacitação regional ou global para apoiar o acesso a, e geração de, informações taxonômicas em colaboração com outros Signatários

Projetos de cooperação internacional:

Cooperação Bilateral Brasil-França

- Projeto "Funcionamento do solo e suas relações com a biodiversidade vegetal e da fauna edáfica", executado pela Embrapa Cerrados.
- Projeto "Ações Piloto para a Valorização da Biodiversidade do Pantanal, Mato Grosso do Sul", executado pelo CPAP/Embrapa.

Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento - CYTED: O Brasil é um dos 21 países que fazem parte do Programa. As atividades são desenvolvidas em 16 subprogramas, entre os quais o de diversidade biológica. Mais informações em : <http://www.cyted.org>

31* -Seu país desenvolveu apoio taxonômico para a implementação dos programas de trabalho subordinados à Convenção como conclamado pela decisão VI /8? (anexo da decisão VI /8)

a) Não

b) Sim, para a biodiversidade de florestas (favor fornecer detalhes abaixo)

c) Sim, para a biodiversidade marinha e costeira (favor fornecer detalhes abaixo)

d) Sim, para terras secas e sub-úmidas (favor fornecer detalhes abaixo)

e) Sim, para a biodiversidade das águas interiores (favor fornecer detalhes abaixo)

f) Sim, para a biodiversidade montana (favor fornecer detalhes abaixo)

g) Sim, para áreas protegidas (favor fornecer detalhes abaixo)

h) Sim, para a biodiversidade agrícola (favor fornecer detalhes abaixo)

X

i) Sim, para a biodiversidade insular (favor fornecer detalhes abaixo)

Comentários adicionais sobre o desenvolvimento de apoio taxonômico para a implementação de programas de trabalho subordinados à Convenção.

32* -Seu país desenvolveu apoio taxonômico para a implementação de questões transversais subordinadas à Convenção, como conclamado pela decisão VI /8?	
a) Não	X
b) Sim, para acesso e repartição de benefícios (favor fornecer detalhes abaixo)	
c) Sim, para o Artigo 8(j) (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, para a abordagem ecossistêmica (favor fornecer detalhes abaixo)	
e) Sim, para avaliação de impactos, monitoramento e indicadores (favor fornecer detalhes abaixo)	
f) Sim, para espécies exóticas invasoras (favor fornecer detalhes abaixo)	
g) Sim, para outros aspectos (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre o desenvolvimento de apoio taxonômico para a implementação de questões transversais subordinadas à Convenção.	
<p>Abordagem ecossistêmica: O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) lançou edital em agosto de 2004 visando selecionar uma instituição para realizar o "Levantamento dos remanescentes da cobertura vegetal do bioma Mata Atlântica". Tal levantamento será realizado na escala na escala 1: 250.000, e irá gerar subsídios para a formulação de políticas públicas para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica no País. Mais informações em http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/edit304.pdf</p> <p>Impactos, monitoramento e indicadores: Ver comentários do artigo 14.</p> <p>Espécies exóticas invasoras: O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) lançou carta-consulta visando selecionar uma instituição para elaborar informe sobre espécies exóticas invasoras que afetam águas continentais. A instituição selecionada foi a Fundação Arthur Bernardes (Funarbe).</p> <p>Mais informações em http://www.mma.gov.br/?id_estrutura=14&id_conteudo=784</p>	

Artigo 8 - Conservação In-situ
[excluindo os parágrafos (a) a (e), (h) e (j)]

33 - Com relação ao Artigo 8(i), seu país empenhou-se para oferecer as condições necessárias para compatibilizar os usos atuais com a conservação da diversidade biológica e o uso sustentável de seus componentes?	
a) Não	
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo identificadas	
c) Sim, algumas medidas foram asseguradas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, medidas abrangentes foram asseguradas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as medidas tomadas para oferecer as condições necessárias para compatibilizar os usos atuais com a conservação da diversidade biológica e o uso sustentável de seus componentes.	
<p>Agenda 21 Brasileira. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal. A primeira fase da Agenda 21 brasileira foi a construção do documento Agenda 21 Brasileira. Esse processo que se deu de 1996 a 2002, foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional - CPDS e teve o envolvimento de cerca de 40.000 pessoas de todo o Brasil. O documento Agenda 21 Brasileira foi concluído em 2002. A partir de 2003, a Agenda 21 Brasileira não somente entrou na fase de implementação assistida pela CPDS, como também foi elevada à condição de Programa do Plano Plurianual, PPA 2004-2007, pelo atual governo. Como programa, ela adquire mais força política e institucional, passando a ser instrumento fundamental para a construção do Brasil Sustentável, estando coadunada com as diretrizes da política ambiental do Governo, transversalidade, desenvolvimento sustentável, fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) e participação social, e adotando referenciais importantes como a Carta da Terra.</p> <p>No âmbito do Programa Agenda 21, as principais atividades realizadas em 2003 e 2004 refletem a abrangência e a capilaridade que a Agenda 21 está conquistando no Brasil. Estas atividades estão sendo desenvolvidas de forma descentralizada, buscando o fortalecimento da sociedade e do poder local e reforçando que a Agenda 21 só se realiza quando há participação das pessoas, avançando, dessa forma, na construção de uma democracia participativa no Brasil.</p> <p>Mais informações em http://www.mma.gov.br/?id_estrutura=18&id_conteudo=908</p> <p>Estratégia Nacional da Diversidade Biológica - ver comentários das questões 12, 13 e 15.</p> <p>Programa Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, para o período de 2004-2007, cujo objetivo é conhecer e conservar a diversidade biológica e promover a utilização sustentável de seus componentes. As instituições responsáveis pelo Programa são: Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ); Ibama; Fundo Nacional de Meio Ambiente; Secretaria de Biodiversidade e Florestas; Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.</p> <p>Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA): o Edital nº. 03/2003 selecionou propostas ao</p>	

Fortalecimento da Gestão Participativa em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Foram aplicados R\$ 2,1 milhões por intermédio do apoio financeiro a projetos em duas chamadas distintas:

Chamada I - Mobilização Social e Implantação de Conselhos de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;

Chamada II - Consolidação de processos participativos de gestão de Conselhos de Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República envidou esforços para o dimensionamento das frotas pesqueiras por ela administrada de forma a promover a exploração dos recursos pesqueiros de forma sustentável, baseado na capacidade de suporte dos estoques definida pela comunidade científica. Estas ações culminaram na elaboração e publicação da regulamentação de algumas pescarias, tais como as do polvo (*Octopus spp.*), caranguejo-real (*Chaceon ramosae*) e caranguejo-vermelho (*Chaceon notialis*) na forma das seguintes instruções normativas:

- Instrução Normativa n.º 3, de 26 abril de 2005;
- Instrução Normativa n.º 4, de 04 abril de 2005;
- Instrução Normativa n.º 5, de 04 maio de 2005.

Maiores informações em <http://www.planalto.gov.br/seap/>

Programa de Recifes Artificiais e Atratores. O Brasil, por meio da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, implementou o Programa de Recifes Artificiais e Atratores, com o objetivo de implantar 2.600 recifes artificiais para que os mesmos funcionem como dispositivo de exclusão de arrasto e atrator voltado ao recrutamento de lagosta, replicando habitats rochosos para o aumento de populações de espécies marinhas de interesse econômico e criando áreas de exclusão de pesca. O projeto contemplou um intenso envolvimento das comunidades locais, por meio da realização de oito Workshops em Natal (RN), Cabedelo (PB), APA da Baleia Franca (SC), Angra dos Reis (RJ), Búzios (RJ), Parque Marinho em Arraial do Cabo (RJ), Baía de Mangaratiba (RJ) e Baías de Paraty (RJ) para discussão e encaminhamento dos trabalhos realizados.

Programa Integrado de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (Picus): realizado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente (Funbio), o programa selecionou sete propostas de projetos visando gerar impactos positivos, em longo prazo, em determinado território, por meio de atividades voltadas para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Essas ações devem ser capazes de mobilizar a atenção pública às possibilidades e vantagens de um estilo de desenvolvimento sustentável, alternativo ao modelo vigente. As organizações escolhidas são: Instituto Floresta Viva, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), Fundação Florestal de São Paulo, The Nature Conservancy-Brasil, Instituto BioAtlântica (Ibio), Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (Rureco) e Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE). Mais informações em www.funbio.org.br

34 - Com relação ao Artigo 8(k), seu país desenvolveu ou manteve a legislação necessária e/ou outros dispositivos de regulamentação para proteger espécies e populações ameaçadas?

a) Não

b) Não, mas legislação está sendo desenvolvida

c) Sim, legislação e outros dispositivos foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)

X

Informações adicionais sobre a legislação e/ou regulamentos para a proteção de espécies e populações ameaçadas.

Legislação afeta à Fauna:

Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1º, VII: proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

Lei de Crimes Ambientais. Lei nº. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998: dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, e Decreto nº. 3.179, de 21 de Setembro de 1999, que regulamenta a lei de crimes ambientais.

Decreto nº. 4.339, de 22 de agosto de 2002, instituiu a Política Nacional da Biodiversidade.

Lei de Fauna (Lei nº. 5.197, de 3 de janeiro de 1967). Embora não trate especificamente de espécies ameaçadas, dispõe sobre proteção à fauna e determina, no seu Artigo 1º, que "os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase de seu desenvolvimento e que vivem naturalmente fora de cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais são propriedade do Estado, sendo proibida sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha".

Código Florestal (Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965). Define como Área de Preservação Permanente aquela que contém uma ou mais espécies ameaçadas, e exige autorização para comércio de flora.

Código de Pesca (Decreto-Lei nº. 221, de 28 de fevereiro de 1967). Regula o uso de recursos pesqueiros.

Lei nº. 7.643, de 18 de dezembro de 1987. Proíbe pesca de cetáceos nas águas jurisdicionais brasileiras (www.senado.gov.br/legisla.htm).

Lei nº. 7.679, de 23 de novembro de 1988. Proíbe pesca de espécies em períodos de reprodução (www.senado.gov.br/legisla.htm).

Decreto nº. 7.623, de 17 de novembro de 1975. Promulga a Convenção sobre Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (www.senado.gov.br/legisla.htm).

Lista de espécies da fauna ameaçadas de extinção (*in* MMA nº 003, de 22 de maio de 2003): o Ministério do Meio Ambiente lançou a nova Lista de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção com 395 animais. Foi elaborada em parceria com Fundação Biodiversitas, Sociedade Brasileira de Zoologia, organizações não-governamentais, Conservation Internacional e Terra Brasilis e instituições de ensino superior. A relação anterior é de dezembro de 1989, com 219 espécies. Ao contrário das edições anteriores, desta vez a lista tem uma característica de fomento à preservação

dos *habitats* e das espécies que neles vivem. Seus objetivos são: orientar programas de recuperação dos animais ameaçados; trazer propostas para a implementação de unidades de conservação; mitigar impactos ambientais; estimular programas de pesquisa; e ainda servir como referência na aplicação da Lei de Crimes Ambientais. A lista apresentada não contemplou peixes nem invertebrados aquáticos; a inclusão destes se deu em 2004. A nova lista contém 395 espécies terrestres e 239 espécies aquáticas (79 espécies de invertebrados aquáticos e 160 peixes), elaborada por meio do conhecimento científico de especialistas, subsídio básico para a definição das políticas de conservação do nosso País.

Lista de espécies da flora ameaçadas de extinção: o Brasil, por meio do Ministério do Meio Ambiente, está iniciando a atualização da lista de espécies da flora ameaçadas de extinção. A lista, elaborada em 1992 pelo Ibama, será atualizada conforme as categorias estabelecidas pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN). Foi criada uma câmara temática permanente na Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) relativa às espécies ameaçadas, e é sua atribuição estabelecer os critérios para enquadramento das espécies da flora nas categorias definidas pela IUCN. A lista será elaborada em parceria com a Fundação Biodiversitas, e está prevista para ser lançada no final do ano de 2005.

Listas estaduais de espécies ameaçadas. Os seguintes estados possuem listas de espécies ameaçadas:

- Paraná (<http://celepar7.pr.gov.br/livrovermelho>);
- Rio Grande do Sul (<http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/especextrs.htm>);
- Rio de Janeiro, São Paulo (<http://www.ib.usp.br/ceo/ameac/livrover.htm>);
- Minas Gerais (www.biodiversitas.org.br).

Os Estados do Pará e Espírito Santo estão concluindo o processo de homologação de suas listas estaduais. O Estado de São Paulo está iniciando estudos para revisão da sua lista estadual da fauna ameaçada.

Lista Oficial das Espécies da Flora do Estado de São Paulo Ameaçadas de Extinção: Resolução SMA nº. 48 - publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na edição do dia 22/09/2004, divulga a nova lista das plantas ameaçadas de extinção no Estado de São Paulo, com 1.009 espécies, consolidadas por especialistas no período de 1998 a 2004. A Resolução aborda, entre outros aspectos, que o conhecimento da flora do Estado de São Paulo deverá contribuir para o planejamento ambiental e para a orientação dos processos de licenciamento ambiental, visando ao estabelecimento de políticas públicas, planos de manejo em unidades de conservação e para a expedição de laudos e licenças de desmatamento, sobretudo na elaboração de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), Relatórios de Avaliação Prévia (RAPs) e Estudos de Impacto ambiental (EIAs). A lista foi elaborada conforme critérios da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), modificados e adaptados para flora paulista e consolidada durante "workshop" realizado no Instituto de Botânica, órgão da Secretaria do Meio Ambiente, nos dias 13 e 14 de setembro de 2004, e medidas urgentes devem ser tomadas para a preservação das espécies ameaçadas de extinção, conforme diretrizes estabelecidas durante a Convenção sobre a Diversidade Biológica e da Agenda 21.

O Brasil possui inúmeros programas e projetos voltados à proteção de espécies ameaçadas, que apresentam resultados satisfatórios. Dentre eles, destacam-se:

Programa de Proteção das Espécies Ameaçadas de Extinção da Mata Atlântica Brasileira: executado pela Fundação Biodiversitas e subsidiado pelo Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPF), o programa tem como objetivo máximo promover a proteção e o manejo das espécies da fauna e flora ameaçadas da Mata Atlântica do Brasil. A cobertura florestal atual da Mata Atlântica corresponde a menos de 8% da sua extensão original e, apesar das medidas de conservação e do arcabouço legal priorizando a sua proteção, ainda continua sendo alvo de intensa devastação. Como consequência, centenas de espécies encontram-se sob forte pressão de extinção, o que coloca o Brasil entre os países com o maior número de espécies com risco de desaparecimento em todo o planeta. O programa funciona por meio do lançamento de editais específicos (demanda induzida). O primeiro edital, encerrado em março de 2004, selecionou 16 projetos, distribuídos em 12 estados da federação (que possuem Mata Atlântica em seus territórios).

Mais informações em <http://www.biodiversitas.org.br/cepf/1edital.htm>

Projeto Meros: a Portaria do Ibama nº. 121, de 20 de setembro de 2002, veio garantir a proteção do mero por cinco anos e fortalecer a necessidade de pesquisas científicas sobre a sua biologia. O mero é um peixe que atinge as maiores proporções dentro das espécies da família Serranidae (ex. garoupa, badejo, cherne, mero) podendo chegar a um total de 300Kg em massa. Este fator, juntamente ao crescimento lento, hermafroditismo protogínico, formação de agregados reprodutivos e idade de primeira maturação elevada, destacam a espécie como altamente susceptível à sobrepesca. Aliado aos fatores preocupantes de sua biologia está o alto valor de mercado alcançado nas peixarias por espécies da família Serranidae, que causa uma grande procura pelo peixe. O projeto visa identificar inicialmente, com enfoque na baía da Babitonga e proximidades, quais os principais pontos de agregação da população. A partir de um plano de ação será proposto um cronograma buscando o monitoramento destes agregados.

Mais informações em <http://www.vidamar.org.br/meros/projeto.php>

Programa de Preservação do Muriqui: tem o objetivo de retirar os muriquis (espécies *Brachyteles arachnoides* e *Brachyteles hypoxanthus*) das listas, nacional e internacional, de animais em risco de extinção. Iniciado por meio de um convênio entre o Ibama e a ONG TEREVIVA, nesta primeira etapa o projeto irá localizar e dimensionar as populações do primata na região da Serra dos Órgãos. Numa segunda etapa, será feito um estudo genético para identificação da espécie remanescente nesta área, identificando também seus hábitos atuais pelo acompanhamento dos grupos encontrados. Finalmente, em função dos resultados destas etapas anteriores, será avaliada a necessidade de translocação ou de repovoamento, de forma a garantir reintegração dos Muriquis a seu habitat original. Paralelamente ao estudo biológico, o Programa desenvolve um Projeto de Educação Ambiental que visa também aumentar as oportunidades de trabalho e renda para todas as comunidades pertencentes ao entorno das Unidades de Conservação envolvidas. Procedimentos idênticos terão lugar em todas as regiões do Estado em que seja possível a presença da espécie ou onde existam relatos de avistamentos.

Mais informações em www.programamuriqui.org.br

Associação para Conservação dos Carnívoros Neo-Tropicais (Pró-Carnívoros): A instituição, fundada em 1996, possui 21 projetos em andamento em todo o território nacional. Mais informações em www.procarnivoros.org.br

Projeto Piabanha: o Projeto Piabanha tem como missão trabalhar junto aos pescadores profissionais e comunidades ribeirinhas para recuperar a integridade ambiental e os peixes nativos em processo de extinção da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. A piabanha (*Brycon insignis*) e o surubim-da-paraíba (*Steindachneridion parahybae*) constam da lista nacional de espécies ameaçadas de extinção. Mais informações em www.projetopiabanha.org.br

Instituto Rã-Bugio para a Conservação da Biodiversidade: organização não-governamental que tem sede em Guaramirim, SC, e foi criada no dia 05 de abril de 2003. A missão da instituição é defender áreas remanescentes de floresta atlântica. O foco de suas atividades são os anfíbios da Mata Atlântica. Mais informações em www.ra-bugio.org.br

Projeto Amiga Tartaruga (PAT): O Projeto Amiga Tartaruga (PAT) é uma ONG que atua desde 1997 na Costa do Descobrimento, nos municípios de Belmonte, Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Prado. Durante os últimos anos, o Projeto Amiga Tartaruga protegeu uma média de 210 ninhos de tartarugas marinhas por ano. Dezenas de tartarugas marinhas, uma baleia, pingüins e outros pássaros marinhos foram resgatados pela equipe do Projeto em parceria com Ibama e CRA de Porto Seguro e S.C. Cabrália. Dezenas de tartarugas vivas e mortas foram identificadas e fotografadas. Foram também mapeadas as áreas de reprodução e alimentação das tartarugas marinhas ao longo dos 200km da Costa do Descobrimento. Mais informações em www.cidadesimples.com.br/pat

Projeto Golfinho Rotador: a missão do Projeto Golfinho Rotador é utilizar a pesquisa científica sobre os golfinhos, para preservar seu comportamento natural, conservar Fernando de Noronha, promover um programa de Educação Ambiental e fornecer subsídios para o desenvolvimento sustentável de Fernando de Noronha. Mais informações em www.golfinhorotador.org.br

Projeto Baleia-Jubarte tem como objetivos:

- Proteger a espécie.
- Avaliar o tamanho da população de baleias jubarte que freqüentam o Banco de Abrolhos.
- Identificar individualmente cada animal por meio de marcas naturais e da pigmentação da nadadeira caudal.
- Estudar o seu comportamento natural e a interação com os barcos de turismo da região.
- Monitorar e fiscalizar o turismo para que as baleias possam ter tranqüilidade nas suas ações (cria e reprodução) na região.
- Realizar estudos de vocalização e análise de DNA.
- Desenvolver atividades de Educação e Informação Ambiental na região do Banco de Abrolhos.
- Registrar e atuar no resgate de cetáceos encalhados e malhados na faixa litorânea compreendida entre o norte do Espírito Santo e o extremo sul baiano, auxiliando nesta mesma atividade, quando necessário, ao longo de toda a costa brasileira.

Mais informações em www.baleiajubarte.com.br

Projeto Arara-Azul no Pantanal: Projeto integrado de pesquisa biológica e Educação Ambiental para a proteção da arara-azul grande, espécie ameaçada de extinção, no Pantanal. O projeto foi iniciado em outubro de 1999, e é realizado no Pantanal (Mato Grosso do Sul e Mato Grosso). Tem como objetivo promover a conservação da arara azul grande na natureza, difundir a importância da conservação da biodiversidade do Pantanal sul-mato-grossense e mobilizar a população em geral em favor da conservação da região. Compreende o acompanhamento das araras na natureza, o monitoramento de ninhos naturais e artificiais numa área de 400 mil hectares além do trabalho, em conjunto com proprietários locais, de proteção da espécie. Os parceiros/Executantes do Projeto são: Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal-UNIDERP, Fundação Manoel de Barros, Fundação Ecotrópica, Refúgio Ecológico Caiman (Miranda, MS), WWF-Brasil, Toyota. As fontes de recursos são: WWF-Brasil, UNIDERP-Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal e Fundação Manoel de Barros.

Projeto Peixe-Boi: o Projeto Peixe-Boi foi criado em 1980 pelo Governo Federal, numa tentativa de fazer uma avaliação da situação em que se encontrava o peixe-boi marinho no Brasil. Em 1990, o Projeto recebeu o *status* de Centro Nacional de Conservação e Manejo de Sirênios, uma unidade descentralizada do Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Desde então, conta com o apoio técnico-administrativo da Fundação Mamíferos Marinhos, uma organização não governamental sem fins lucrativos que capta recursos para investimentos no Projeto Peixe-boi. Para cumprir sua função, o Projeto Peixe-Boi resgata, reabilita e reintroduz peixes-bois no seu habitat natural. A reprodução e o nascimento de filhotes em cativeiro também são elementos importantes desta estratégia. Existem exemplos vitoriosos de animais que passaram por este processo, foram reintroduzidos e hoje são monitorados diariamente pela equipe técnica do Projeto por meio da rádio-telemetria.

Mais informações em www.projetopeixe-boi.com.br

Instituto Albatroz: criado em 1991, o Instituto está iniciando, em parceria com a *Food and Agriculture Organization (FAO)*, a elaboração do "Plano de Ação Nacional para Redução da Captura Acidental de Aves Marinhas na Pesca com Espinhel". A nova lista brasileira de espécies ameaçadas de extinção, divulgada este ano pelo Ministério do Meio Ambiente, já considera seis espécies de albatrozes e cinco de petréis como ameaçados no Brasil. Estes incluem espécies que já eram consideradas globalmente ameaçadas pela União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) e *BirdLife International*, como o albatroz-errante (*Diomedea exulans*) e a pardela-de-óculos (*Procellaria conspicillata*), e duas das novas espécies incluídas na lista global de espécies ameaçadas: o albatroz-de-nariz-amarelo (*Thalassarche chlororhynchos*) e o albatroz-de-sobrancelha (*Thalassarche melanophrys*).

Mais informações em www.projetoalbatroz.com.br

Associação Mico-Leão-Dourado: a instituição busca, por meio de diversas ferramentas (reintrodução, translocação, criação e fortalecimento de unidades de conservação, criação de

corredores ecológicos, monitoramento de populações, entre outras) ampliar e manter as populações do mico-leão-dourado, visando atingir uma população mínima viável de 2.000 micos-leões-dourados vivendo livremente em 25.000 hectares de florestas protegidas, que poderá ser alcançada no ano de 2005. Mais informações em www.micoleao.org.br

Estudo da situação das espécies da fauna e sua conservação no Estado do Paraná: Este projeto foi executado pelo Mater Natura - Instituto de Estudos Ambientais, mediante contratação pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, resultando em amplo diagnóstico sobre a realidade das espécies ameaçadas do Estado do Paraná, contendo seu status, ameaças, características biológicas conhecidas, ecossistemas de ocorrência e a sua situação nas Unidades de Conservação. Seu objetivo principal foi o de efetuar a revisão da primeira "Lista de Animais Ameaçados de Extinção no Estado do Paraná", homologada pela Lei nº. 11.067, de 17 de fevereiro de 1995.

Neste sentido, a consecução do projeto envolveu as seguintes características metodológicas:

1. Ampliação dos grupos taxonômicos abordados: além de mamíferos, aves, répteis e borboletas, taxa incluídos na versão de 1995, também foram analisados na edição de 2004, os anfíbios, peixes e abelhas.
2. Adoção integral dos critérios da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN) (2001, versão 3.1) adaptados ao nível regional (GARDENFOR S *et al.*, 2001)
3. Ampla consulta à comunidade científica: Para colaborar na execução do projeto, foram convidados 114 pesquisadores autônomos ou vinculados a 31 instituições de pesquisa distintas.
4. Versão revisada da Lista Vermelha: elaboração de um diagnóstico das espécies ameaçadas do Estado do Paraná, contendo seu *status*, características biológicas conhecidas, biomas de ocorrência, situação nas Unidades de Conservação do Estado (UCs federais e municipais também são consideradas), principais ameaças e estratégias e propostas para sua conservação. Estas informações foram condensadas para posterior divulgação na forma de livro e eletrônica (*websites*).

Mais informações em <http://www.maternatura.org.br/livro>

Projeto Quelônio: realizado pelo Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), o projeto foi implantado entre 2000 e 2004, e seu objetivo é monitorar a desova de duas espécies de quelônios, com ênfase para *Podocnemis expansa* (tartaruga-da-amazônia), na região de Brejinho de Nazaré e Ipueiras, de forma a avaliar a utilização de dois sítios de reprodução remanescentes, a saber: Ilha da Capivara e a Ilha da Conceição, bem como a barra do Rio Manoel Alves, Ilha do Croá e Ilha Grande (rios da Bacia do Tocantins). Seus principais resultados foram o repovoamento dos rios da bacia do Tocantins e bacia do Araguaia, e a soltura de aproximadamente 4.900 filhotes, em dezembro de 2004.

Projeto: A ecologia alimentar dos micos-leões-da-cara-dourada em seu *habitat* natural e o impacto da fragmentação das florestas. O mico-leão-de-cara-dourada está ameaçado de extinção principalmente por causa da destruição do seu habitat. Sua sobrevivência depende da criação de uma população sustentável e da proteção e conexão dos fragmentos de florestas onde a espécie ainda ocorre. Este projeto, realizado pelo Instituto de Estudos Socioambientais do Sul da Bahia (IESB), no valor de 20 mil euros, provenientes da Loteria Nacional da Bélgica, do Ministério de

Ciência do Governo Flamengo (Bélgica) e do Centro de Pesquisa e Conservação Jardim Zoológico de Antuérpia (Bélgica), tem como objetivo analisar o comportamento e a adaptação da espécie em áreas degradadas e fragmentadas. Os dados serão úteis para: 1) identificar áreas e fragmentos a serem priorizados para proteção, e 2) elaborar e implementar medidas de conservação para a espécie. Até o presente, quatro grupos de micos-leões-de-cara-dourada foram habituados à presença de observadores. Foram coletados dados sobre a área de uso, diferentes tipos de vegetação e *microhabitats*, ecologia alimentar, comportamento e encontros com predadores. A área de uso dos quatro grupos está composta principalmente por mata secundária de corte seletivo e mata secundária sob processo de regeneração.

Informações em www.iesb.org.br

Projeto TAMAR (Programa Nacional de Conservação e Pesquisa das Tartarugas Marinhas): O Projeto Tamar, executado pelo Ibama (no Centro de Conservação e Manejo) em parceria com a Fundação Pro-Tamar, monitora as populações de tartarugas marinhas ao longo de mil e cem quilômetros de praia, com 22 bases cobrindo oito estados brasileiros. Tem desenvolvido técnicas que contribuem para a preservação das cinco espécies de tartarugas marinhas que ocorrem no Brasil, todas ameaçadas de extinção: tartaruga-cabeçuda (*Caretta caretta*), tartaruga-de-pente (*Eretmochelys imbricata*), tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), tartaruga-oliva (*Lepidochelys olivacea*) e tartaruga-de-couro (*Dermochelys coriacea*). Cerca de 90% das pessoas envolvidas nesse trabalho são membros das comunidades onde as bases estão instaladas. Atualmente, é composto de quatro eixos de atuação:

- Reprodução das tartarugas marinhas;
- Interação com pesca (pescarias costeiras e oceânicas);
- Estudos de dinâmica populacional (estudo de rotas migratórias: programa de marcação; telemetria; captura e recaptura; pesquisa com genética) e;
- Ação comunitária (Educação Ambiental e desenvolvimento de alternativas econômicas para as comunidades locais).

Principais resultados :

Identificação das principais áreas remanescentes de reprodução das tartarugas marinhas e principais áreas de alimentação e repouso. Identificação das espécies, áreas de distribuição por espécie e implementação de ações eficazes de monitoramento, bem como coletas sistematizadas de informações armazenadas sistematicamente em banco de dados. Este conjunto de informações têm subsidiado o Projeto Tamar-Ibama no planejamento e na definição de estratégias de manejo mais adequadas à recuperação e conservação de espécies.

Mais informações em www.tamar.com.br e www.projetotamar.org.br

Centro Nacional de Pesquisa para Conservação de Predadores Naturais - Cenap/IBAMA: Esse Centro desenvolve e implementa ações e estratégias para conservação e manejo dos mamíferos brasileiros. Promove o gerenciamento do Banco de Dados Georreferenciado sobre Ocorrências com Carnívoros e do Banco Genômico de Carnívoros, realiza campanhas educativas e informativas, coordena a Rede Nacional de atendimento a Ocorrências com Predadores - RENAP, dentre outras. No último ano, o Cenap promoveu o cadastro de 153 instituições mantenedoras de carnívoros,

catalogação de 269 registros de carnívoros procedentes da natureza, atendimento de 128 conflitos envolvendo a predação de carnívoros, manutenção de 203 amostras do Banco Genômico, aparelhamento e monitoramento de 96 animais.

Centro Nacional de Pesquisa para Conservação das Aves Silvestres (Cemave): o centro, vinculado ao Ibama, realiza os seguintes projetos relacionados a aves ameaçadas de extinção:

- Monitoramento das áreas de ocorrência do guará (*Eudocimus ruber*) e do flamingo (*Phoenicopterus ruber*), na costa do Estado do Amapá.
- Colaboração com a AVIDEPA (Associação Vila-velhense de Proteção Ambiental) no monitoramento e conservação da maior colônia reprodutiva conhecida para as andorinhas-do-mar-do-bico-amarelo (*Sterna eurygnatha*) do Atlântico Sul, assim como dos ambientes onde ocorrem.
- Estudos com as espécies de cisnes (*Coscoroba coscoroba* e *Cygnus melancoryphus*), no Rio Grande do Sul.
- Projeto de Conservação da arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*).

Mais informações em www.ibama.gov.br/cemave

Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios (RAN/Ibama): é um centro de pesquisa e conservação de fauna que integra a estrutura do Ibama, e tem como missão coordenar, promover e realizar, em âmbito nacional, as ações de conservação e manejo de répteis e anfíbios da fauna brasileira, tendo como prioridade as espécies brasileiras ameaçadas de extinção e as de interesse comercial. O RAN busca fortalecer o manejo e a proteção das espécies de répteis e anfíbios, inserindo as instituições de pesquisa, iniciativa privada e as organizações sociais, em um processo de co-gestão. O centro desenvolve dois projetos de proteção de espécies:

- Projeto Quelônios da Amazônia: atua nas áreas de ocorrência natural das tartarugas, nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, coordenando 16 bases avançadas e mantendo sob proteção 115 áreas de reprodução distribuídas nos rios Amazonas, Tapajós, Trombetas, Purus, Xingu, Juruá, Branco, Araguaia, Javaés e Rio das Mortes, entre outros. Durante 23 anos de atividades, o Projeto Quelônios já devolveu aos rios amazônicos cerca de 35 milhões de filhotes das diferentes espécies de quelônios, principalmente da tartaruga-da-amazônia, do tracajá e do pitiú ou iaçá, proporcionando o repovoamento e a recuperação das populações naturais dessas espécies. Desde então, o RAN tem se consolidado como uma das mais importantes iniciativas ecológicas e de cunho social do Brasil, pois tem garantido não só a sobrevivência das várias espécies de tartarugas, como também vem preservando a cultura regional e oferecendo uma alternativa econômica para a região.
- Projeto Jacaré do Pantanal: vem sendo desenvolvido nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e tem como objetivo revitalizar a utilização sustentada dessa espécie e garantir que a atividade funcione como mecanismo de conservação e desenvolvimento sócio-econômico no Pantanal. Dentre as principais ações de trabalho do RAN devem ser mencionadas:
 - i) revisão do sistema normativo;
 - ii) incorporação de novas tecnologias de manejo e de criação em cativeiro;
 - iii) implantação de centros de beneficiamento;

iv) operacionalização do sistema de comercialização, monitoramento e controle da cadeia produtiva.

Mais informações em www.ibama.gov.br/ran

Centro de Proteção de Primatas Brasileiros CPB/Ibama: criado em outubro de 2001 e sediado em João Pessoa-PB, este Centro Especializado tem como finalidade executar ações, programas, projetos e atividades relacionados à pesquisa ambiental e à geração, adaptação e difusão de conhecimentos científicos aplicados à proteção, conservação, manejo e uso das espécies de primatas brasileiros. Atualmente estão em funcionamento os seguintes Comitês: Comitê Internacional para Recuperação e Manejo dos Micos-Leões, Comitê para Conservação e Manejo do *Cebus xanthosternos* e *Cebus robustus*, Comitê para Conservação e Manejo dos Muriquis e Comitê para Conservação e Manejo do *Saguinus bicolor*.

Centro de Mamíferos Aquáticos - CMA: desde a criação do Centro Mamíferos Aquáticos, em 1998, esta instituição especializada do Ibama passou a se envolver com uma política de pesquisa e conservação mais ampla do que a voltada somente para o estudo das espécies de peixe-boi existentes no Brasil. Dessa forma, o CMA coordena, executa e promove (diretamente ou em parceria com instituições técnico-científicas e ONGs) estudos, projetos e programas de pesquisa, conservação e manejo de mamíferos aquáticos.

O CMA, em parceria com o Projeto Peixe-Boi, já conseguiu resgatar mais de 40 filhotes encalhados nas praias; reintroduziu treze peixes-bois; manejou cerca de 60 animais em cativeiro; obteve cinco nascimentos nos oceanários do projeto e outro em natureza (de uma fêmea reintroduzida); auxiliou a criação de três Unidades de Conservação Federal; e atendeu aproximadamente 90 mil pessoas em seus Centros de Visitantes. Mais informações em www.ibama.gov.br/cma

Comitês Consultivos Ibama (implementados ou em fase de implementação):

Arara-azul-de-lear (*Anodorhynchus leari*): Em 2003 e 2004 foram realizadas reuniões do Comitê para conservação e manejo da arara-azul-de-lear. Por meio de portaria publicada em 2005, este Comitê foi transformado em Comitê Internacional para Conservação e Manejo da Arara-Azul-de-Lear. Este Comitê se reúne anualmente e discute as atividades desenvolvidas e faz recomendações de futuras ações. O programa de conservação da espécie, coordenado pelo Ibama, envolve atividades de campo e cativeiro. O Plano de Ação para a espécie, em finalização, deverá ser publicado ainda em 2005. O Centro Nacional de Pesquisa para Conservação das Aves Silvestres (Cemave) é o responsável pela coordenação do projeto de campo, que tem o objetivo de garantir a conservação da espécie *in-situ*. O programa de cativeiro está sob a Coordenação de Proteção de Espécie da Fauna, e tem como principal objetivo o estabelecimento de uma população cativa genética e demograficamente viável, que possibilite o estabelecimento de protocolos de reprodução e manejo em cativeiro, visando futuras reintroduções, caso necessário. Atualmente existem 39 aves manejadas dentro do Programa, em centros de reprodução no Brasil e no exterior.

Ararinha-azul (*Cyanopsitta spixii*): criado informalmente, em 2002, o Grupo de Trabalho para a recuperação da ararinha-azul foi oficializado em 2005. Foram realizadas duas reuniões, uma em 2002 e outra em 2004. Em 2002 e 2003 foram realizadas expedições para checar a possível ocorrência de

indivíduos selvagens remanescentes desta espécie no Piauí. Foram elaborados dois documentos, o Plano de Ação, e um livro contendo todas as informações sobre a espécie e os trabalhos já desenvolvidos ambos serão publicados em 2006. O programa de cativeiro desenvolve as mesmas atividades que o programa da arara-azul-de-lear.

Arara-azul-grande (*Anodorhynchus hyacinthinus*): em 2003 foi publicada portaria instituindo o Comitê para Conservação e Manejo da Arara-Azul-Grande. Em 2004 houve uma reunião para elaboração do Plano de Ação para a espécie, que será publicado em 2006. A Coordenação Geral de Fauna (CGFAU/IBAMA) realizou expedições em 2002 e 2003 para estudar o status das populações da espécie na região da Chapada das Mangabeiras.

Pato-mergulhão (*Mergus octosetaceus*): Em 2001 foi criado informalmente um Grupo de Trabalho para elaboração de um Plano de Ação para a conservação dessa espécie, que é uma das aves mais ameaçadas das Américas com menos de 250 animais vivos na natureza. Atualmente, poucas dessas aves são encontradas na Argentina e no Paraguai, enquanto que no Brasil são registradas em quatro Unidades de Conservação - o Parque Nacional da Serra da Canastra, de Emas, da Chapada dos Veadeiros e o Parque Estadual do Jalapão. O Plano de Ação para Conservação e Manejo do pato-mergulhão será publicado em 2006.

Mutum-de-Alagoas (*Mitu mitu*): O mutum-de-alagoas (*Mitu mitu*) é uma das espécies de aves atualmente consideradas extintas da natureza. Desde 2003, quando o Comitê para recuperação e manejo da espécie foi criado, o Ibama tem trabalhado junto a diversos parceiros visando principalmente manejar as aves existentes em cativeiro para obter uma população viável no futuro. Paralelamente, pretende-se recuperar áreas da Mata Atlântica nordestina, sobretudo no Estado de Alagoas com o propósito de criar sítios seguros para a reintrodução da espécie. Além disso, são desenvolvidos trabalhos de inseminação artificial (em parceria com instituições belgas), educação ambiental na área de distribuição da espécie e plantio de mudas.

Mutum-do-sudeste (*Crax blumembachii*): espécie endêmica da Mata Atlântica, citado na lista nacional de fauna ameaçada de extinção, o mutum-do-sudeste (*Crax blumenbachii*) foi a espécie, que compunha a série "Espécies Ameaçadas", contemplada com o primeiro plano de ação. As etapas de confecção do plano foram: a elaboração de um documento-base, e seu encaminhamento para todos os participantes do grupo. Posteriormente, a reunião para a discussão do documento-base foi realizada em 2004, tendo a participação de 20 especialistas em diversas áreas e instituições. O plano de ação foi publicado em 2004, numa parceria entre o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente. Seguindo o formato proposto pela Coordenação de Proteção de Espécies da Fauna para os planos de ação do Ibama, estão contempladas diversas áreas temáticas com diferentes ações e indicação de prazos e prioridades para sua execução, dentre as quais podem ser citadas: a criação de áreas protegidas e a implementação das unidades de conservação já existentes, coibição de caça na região de ocorrência e propagação dos trabalhos de reintrodução com a espécie, que já vem ocorrendo em Minas Gerais.

Ararajuba (*Guarouba guarouba*): o comitê que trata desta espécie foi criado em 1999. Dentre as estratégias discutidas na reunião estão o levantamento de informações referentes ao número de aves em cativeiro, a investigação em campo de áreas de ocorrência da espécie - com o propósito principal de propor e estabelecer unidades de conservação nestas áreas, e a elaboração de um projeto com metodologia padronizada para estudos de ocorrência e auto-ecologia da espécie. O desenvolvimento

de um programa de conservação em cativeiro já vem sendo coordenado pela Fundação RIOZOO desde 1998, a qual foi responsável pela elaboração do Plano de Manejo em Cativeiro, que está em fase de revisão. Um plano de ação para espécie deverá ser elaborado a partir da próxima reunião a ser realizada em 2006.

Albatrozes e Petréis: Durante a década de 1990, foram elaborados diversos planos de ação para redução da captura accidental na pesca com espinhel, sendo que até o momento, 12 países já os possuem. Outro importante passo foi a elaboração do *Agreement on the Conservation of Albatrosses and Petrels (ACAP)*, um acordo internacional visando a redução da mortalidade de aves marinhas. O Brasil assinou o ACAP em junho de 2001, sendo que o processo de ratificação encontra-se tramitando no Senado Federal. Apenas a pardela-de-Trindade (*Pterodroma arminjoniana*) e a pardela-de-asa-larga (*Puffinus lherminieri*) se reproduzem no Brasil. Contudo, nossa Zona Econômica Exclusiva é uma área de alimentação para, no mínimo, 37 espécies de Procellariiformes. Destas, cerca de 20 interagem com a pesca de espinhel. Conscientes do problema no Brasil, o Governo Federal, em conjunto com ONGs e instituições de ensino e pesquisa, elaboraram o Plano de Ação Nacional para Conservação de Albatrozes e Petréis (PLANACAP), que será publicado em 2006. O Ibama, por meio da Portaria nº 55/04-N, de 01/06/2004, criou o Grupo de Trabalho para Conservação dos Albatrozes e Petréis, responsável pela elaboração do PLANACAP e uma instância consultiva para assessorar o governo brasileiro na elaboração de medidas visando à diminuição da captura accidental de Procellariiformes em nosso território.

Aves de Rapina (Falconiformes e Strigiformes): ocorrida em março de 2005, a reunião sobre aves de rapina teve como principal objetivo avaliar o nível de conhecimento sobre a biologia, distribuição e o *status* populacional dos rapineiros brasileiros. Dentre os resultados decorrentes do encontro há uma lista de espécies a ser encaminhada para o Ministério do Meio Ambiente, para avaliação durante a revisão da lista de espécies ameaçadas; a elaboração de uma lista de espécies que podem servir como indicadoras de ambiente (principalmente com relação ao uso de químicos em áreas de agricultura); a avaliação das espécies representadas em cativeiro e a necessidade de implantar programas de cativeiro para algumas espécies em declínio acentuado na natureza; e a realização de projetos-pilotos de reintrodução de harpias. Em 2006 deverá ser realizada uma segunda reunião para efetuar a avaliação do documento base que deverá orientar o plano de ação destas espécies.

Pequenos Mamíferos: o Comitê para Preservação dos Pequenos Mamíferos Não-Voadores, apesar de ainda não estar oficializado, já realizou duas reuniões e está com o Plano de Ação Nacional para Conservação dos Pequenos Mamíferos Não-Voadores em adiantado processo de elaboração. O plano revela que os pequenos mamíferos não estão ameaçados por causa da caça, mas pela fragmentação e destruição dos *habitats* onde ocorrem. A maioria das espécies é endêmica da Mata Atlântica e do Cerrado, os dois biomas brasileiros que mais sofrem a ação humana, tanto pela expansão urbana quanto pela expansão agrícola. A preservação do habitat é prioritária para a conservação das espécies de pequenos mamíferos não-voadores.

Outros Comitês e Grupos de Trabalho em fase de implementação: O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por meio da Coordenação Geral de Fauna.

35 - Com relação ao Artigo 8(l), seu país regulamenta ou gerencia processos e categorias de atividades identificadas de acordo com o Artigo 7 como tendo efeitos significativamente adversos sobre a diversidade biológica?

- | | |
|--|---|
| a) Não | |
| b) Não, mas processos relevantes e categorias de atividades estão sendo identificados. | |
| c) Sim, de forma limitada (favor fornecer detalhes abaixo) | X |
| d) Sim, numa proporção significativa (favor fornecer detalhes abaixo) | |

Comentários adicionais sobre a regulamentação ou o gerenciamento dos processos e categorias de atividades identificadas pelo Artigo 7 como tendo efeitos significativamente adversos sobre a biodiversidade.

Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1º, V: "(...) Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente."

Constituição Federal de 1988, art. 225, § 2º: "Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei".

Lei nº. 7.643, de 18 de dezembro de 1987, proíbe pesca de cetáceos nas águas jurisdicionais brasileiras (www.senado.gov.br/legisla.htm).

Lei nº. 7.679, de 23 de novembro de 1988, proíbe pesca de espécies em períodos de reprodução (www.senado.gov.br/legisla.htm).

Lei nº. 7.802, de 11 de julho de 1989, dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.

Decreto nº. 98.816, de 11 de janeiro de 1990, regulamenta a Lei nº. 7.802, de 1989, (ver acima).

Decreto nº. 750, de 10 de fevereiro de 1993, dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.

Decreto nº. 875, de 19 de julho de 1993, promulga o texto da Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu destino final.

Decreto nº. 2.661, de 8 de julho de 1998, regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras

providências.

Resolução Conama Nº. 001, de 23 de janeiro de 1986: dispõe sobre o licenciamento ambiental de atividades modificadoras do meio ambiente

(www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html).

Ver comentários da questão 21 (artigo 7).

Quadro IV.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

a) As iniciativas de recuperação de espécies da fauna ameaçadas têm alcançado resultados satisfatórios, conseguindo, por vezes, reverter o status de ameaça da espécie. Tais iniciativas vêm se fortalecendo e adquirindo autonomia. O Projeto Tamar é exemplo desse processo. O projeto foi iniciado no âmbito do Ibama e, atualmente, possui uma ONG que o administra e capta recursos de fontes diversas. Como resultado dessa experiência exitosa, proliferam as iniciativas voltadas à proteção de outras espécies ameaçadas. Representam iniciativas importantes: centros de conservação da fauna do Ibama, casos de recuperação de espécies ameaçadas (ver comentários da questão 34), atualização da lista de espécies ameaçadas extinção (ver comentários da questão 34).

b) Não contribui diretamente para nenhum objetivo do Plano Estratégico da CDB, embora traga importantes contribuições indiretas.

c) A proteção das espécies ameaçadas contribui de forma significativa para o Objetivo 2 do Plano Estratégico da CDB (Promover a conservação da diversidade de espécies), e mais especificamente para a meta 2.2 (Melhorar o estado das espécies ameaçadas).

d) O componente 2 da Política Nacional da Biodiversidade relaciona-se à conservação da biodiversidade. As ações de proteção de espécies ameaçadas contribuem para a terceira diretriz do componente, relacionada à conservação de espécies. A primeira diretriz refere-se à conservação da biodiversidade fora das unidades de conservação, e é a menos contemplada pelas iniciativas realizadas no Brasil.

e) Os esforços voltados à proteção de espécies e conservação da biodiversidade contribuem para o alcance da meta 9 do objetivo 7 dos ODMs (Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais).

f) Falta de fiscalização; falta de capacidade para proteção da biodiversidade em regiões com grande índice de pobreza e com grande biodiversidade; pressões do crescimento urbano e de atividades econômicas. As seguintes dificuldades foram identificadas: participação pública e envolvimento de atores sociais limitados; falta de medidas preventivas e pró-ativas, causando políticas reativas;

instituições enfraquecidas causam incapacidade de agir; falta de recursos humanos; falta de transferência de tecnologia e expertise; perda de conhecimentos tradicionais; falta de capacitação em pesquisa científica adequada para apoiar todos os objetivos; conhecimentos científicos e tradicionais não são completamente utilizados; disseminação de informação nos níveis nacional e internacional não é suficiente; falta de educação e conscientização pública em todos os níveis; falta de recursos financeiros e humanos; falta de medidas de incentivo econômico; falta de sinergias nos níveis nacional e internacional; falta de cooperação horizontal entre atores sociais; falta de parcerias efetivas; pobreza; pressões populacionais; padrões de produção e consumo insustentáveis; falta de capacidades por parte das comunidades locais; mudança climática; desastres naturais.

Programa de Trabalho sobre Áreas Protegidas (Artigo 8 (a) a (e))

36 - Seu país estabeleceu metas e indicadores para áreas protegidas, em nível nacional, com prazos e mensuráveis? (decisão VII/28)

a) Não (favor especificar os motivos)	
b) Não, mas trabalho relevante está sendo desenvolvido	X
c) Sim, alguns alvos e indicadores foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, alvos e indicadores abrangentes foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	

Comentários adicionais sobre alvos e indicadores para áreas protegidas.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O Brasil dispõe hoje de um sistema de unidades de conservação que integra, sob um só marco legal (Lei do SNUC N° 9985/2000), as Unidades de Conservação (UCs) das três esferas de Governo - Federal, Estadual e Municipal.

As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo é a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, e Unidades de Uso Sustentável, que objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais.

No contexto do esforço federal de conservação da natureza, estão sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), um conjunto de 668 unidades. Somente computando as áreas federais e excluindo as RPPNs, o Brasil dispõe aproximadamente de 7% de seu território coberto por UCs, sendo 43,02% de proteção integral e 52,97% de uso sustentável, totalizando 24,4 e 33,8 milhões de hectares de área protegida, respectivamente.

Estes números estão distribuídos nas seguintes categorias (<http://www.ibama.gov.br>):

Proteção Integral:

- a) Parque Nacional (54)
- b) Reserva Biológica (26)
- c) Estação Ecológica (30)
- d) Monumento Natural
- e) Refúgio de Vida Silvestre (01)

Uso Sustentável:

- a) Área de Proteção Ambiental (29)

- B) Área de Relevante Interesse Ecológico (17)
- c) Reserva Extrativista (37)
- d) Floresta Nacional (70)
- e) Reserva de Fauna
- f) Reserva de Desenvolvimento Sustentável
- g) Reserva Particular de Patrimônio Natural (404)

Fórum Nacional de Áreas Protegidas. O Fórum Nacional de Áreas Protegidas, instituído pela Portaria do Ministério do Meio Ambiente nº. 134, de 7 de junho de 2004, é um órgão colegiado que tem por finalidade assegurar a participação e o apoio social na elaboração e implementação da Política Nacional de Áreas Protegidas, em consonância com o Programa de Trabalho de Áreas Protegidas da CDB.

Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. A Lei n.º 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, estipula no Capítulo VII, artigo 50, que caberá ao Ministério do Meio Ambiente organizar e manter um Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com a colaboração do Ibama e dos demais órgãos estaduais e municipais competentes. Em atendimento ao determinado, foi criado o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, com vista a cadastrar e gerenciar informações sobre as unidades de conservação federais, estaduais e municipais. O Cadastro pretende disponibilizar estas informações, por meio da Internet, bem como criar mecanismos de acesso de forma descentralizada, facilitar trabalhos técnicos nas diversas esferas de governo e criar webservice <http://www.ibama.gov.br>

Áreas Prioritárias para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Brasileira: O Decreto nº. 5.092, de 21 de maio de 2004, determinou que o Ministério do Meio Ambiente definisse as regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade. Por meio da Portaria nº. 126, de 27 de maio de 2004, o Ministério do Meio Ambiente estabeleceu que as áreas prioritárias sejam as apresentadas no mapa "Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira", publicado pelo Ministério do Meio Ambiente em novembro de 2003 e reeditado em maio de 2004. Os seminários de avaliação dos biomas foram desenvolvidos por diversas instituições e sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de identificar as áreas e as ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira. Foram realizados seminários de avaliação dos biomas: do Cerrado e Pantanal, coordenado pela Fundação Pró-Natureza (Funatura); Mata Atlântica e Campos Sulinos, coordenado pela Conservação Internacional do Brasil; Amazônia Brasileira, coordenado pelo Instituto Socioambiental; Caatinga coordenado pela Universidade Federal de Pernambuco; e Zona Costeira e Marinha, coordenado pela Fundação BioRio.

Mais informações em http://www.mma.gov.br/?id_estrutura=14&id_conteudo=743

Projeto ARPA: O projeto Arpa definiu um conjunto de metas para conservação da biodiversidade na Amazônia. Ver comentário da questão 37.

37 - Seu país tomou providências para estabelecer ou expandir áreas protegidas em qualquer área ou áreas naturais grandes ou relativamente não fragmentadas sob forte ameaça, inclusive para assegurar a proteção de espécies ameaçadas? (decisão VII/28)

a) Não	
b) Não, mas programas relevantes estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, providências limitadas foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, providências significativas foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)	

Comentários adicionais sobre as providências tomadas para estabelecer ou expandir áreas protegidas.

Projeto para Conservação e Manejo dos Ecossistemas Brasileiros e Gestão do Sistema Federal de Unidades de Conservação (PROECOS). Executado pela Diretoria de Ecossistemas do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - Direc/Ibama, tem por objetivo promover a conservação e manejo dos ecossistemas brasileiros por meio da implantação de instrumentos de gestão das unidades de conservação e de mecanismos de proteção e manejo da fauna e flora.

Criação e ampliação de unidades de conservação federais

Cerrado: Ampliação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas em 147.307ha, passando de 89.000ha para 236.307ha.

Mata Atlântica: Criação da Estação Ecológica Mico-Leão-Preto, Reserva Biológica da Mata Escura, Parque Nacional Serra do Itajaí e ampliação do Parque Nacional da Tijuca, resultando na ampliação de 110.242,92 ha de área protegida no Bioma Mata Atlântica.

Elaboração de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Federais:

No período de 2002 a 2004 foram elaborados ou revisados os planos de manejo das seguintes unidades:

- Parque Nacional do Jaú (2002);
- Parque Nacional de Ubajara (2002);
- Reserva Biológica de Uatumã (2002);
- Reserva Biológica Augusto Ruschi (2002);
- Reserva Biológica de Comboios (2002);
- Reserva Biológica de Una (2002);
- Reserva Biológica de Gurupi (2002);
- Estação Ecológica de Anavilhanas (2002);
- Estação Ecológica de Juami-Japurá (2002);
- Estação Ecológica de Carijós (2002);
- Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (2003);
- Parque Nacional Grande Sertão Veredas (2003);
- Reserva Biológica de Saltinho (2003);
- Reserva Biológica de Guaribas (2003);
- Parque Nacional da Lagoa do Peixe (2004);

Parque Nacional do Araguaia (2004);
Parque Nacional de Aparados da Serra (2004)
Parque Nacional da Serra Geral (2004);
Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (2004);
Parque Nacional Serra das Confusões (2004);
Reserva Biológica do Rio Trombetas (2004);
Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (2004);
Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (2004);

Planos de Manejo concluídos em 2004, com portarias de aprovação publicadas em 2005:

Parque Nacional das Emas
Parque Nacional da Serra da Canastra
Estação Ecológica do Seridó

Planos de Manejo em elaboração:

Área de Proteção Ambiental de Cairuçu;
Área de Proteção Ambiental Petrópolis;
Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha;
Área de Proteção Ambiental do Planalto Central;
Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira;
Parque Nacional Serra da Cutia;
Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba;
Parque Nacional Cavernas do Peruaçu;
Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros;
Parque Nacional de Ilha Grande;
Parque Nacional da Chapada Diamantina;
Parque Nacional de Pacaás Novos;
Parque Nacional da Chapada dos Guimarães;
Parque Nacional da Serra da Bodoquena;
Parque Nacional da Serra do Cipó;
Parque Nacional da Tijuca;
Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque;
Parque Nacional da Amazônia;
Parque Estadual do Cristalino;
Estação Ecológica de Tamoios;
Estação Ecológica Raso da Catarina;
Reserva Biológica do Atol das Rocas;
Reserva Biológica de Poço das Antas;
Reserva Biológica do Tinguá.

Principais resultados (Período de 2002 a 2004):

11 Planos de Manejo para Parques Nacionais elaborados
09 Planos de Manejo para Reservas Biológicas elaborados
04 Planos de Manejo para Estações Ecológicas elaborados
01 Plano de Manejo para Áreas de Proteção Ambiental elaborado

05 Planos de Manejo para Áreas de Proteção Ambiental em elaboração

13 Planos de Manejo para Parques Nacionais em elaboração

01 Plano de Manejo para Parque Estadual em elaboração

02 Planos de Manejo para Estações Ecológicas em elaboração

03 Planos de Manejo para Reserva Biológicas em elaboração

TOTAL:

26 Planos de Manejo elaborados.

24 Planos de Manejo em elaboração.

Capacitação

Realização de cursos de capacitação de analistas ambientais do Ibama e técnicos de outras instituições para elaboração de planos de manejo. Principais resultados:

28 técnicos ambientais capacitados no estado de Rondônia;

38 técnicos ambientais capacitados no estado do Amapá;

42 técnicos ambientais capacitados nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

34 técnicos ambientais capacitados no estado de Roraima;

32 técnicos ambientais capacitados nos estados de Santa Catarina e Paraná.

TOTAL: 174 técnicos ambientais (Ibama e outras instituições) capacitados para elaboração de planos de manejo. <http://www.ibama.gov.br>

Implantação de Unidades de Conservação

As ações voltadas às Unidades de Conservação, realizadas no âmbito do Ibama envolvem:

Conselho Gestor: Foram criados 34 Conselhos de Unidades, além da realização de estudos sobre efetividades dos mesmos, com vistas à proposição de ações de capacitação e normatização.

Parcerias celebradas com prefeituras, ONGs, universidades e empresas privadas para diferentes fins como, por exemplo, publicações, pesquisas, capacitação, ações de Educação Ambiental e manutenção de unidades. Cabe destacar, a parceria de co-gestão celebrada nos moldes da Lei nº. 9.985/00 entre o Parque Nacional da Serra da Capivara/Ibama e a Fundação do Homem Americano - FUMDHAM (OSCIP). Capacitação: Várias ações de capacitação foram realizadas com vistas ao aprimoramento da formação da equipe técnica responsável pelas Unidades de Conservação. Dentre essas: Cursos de Avaliação Ecológica Rápida, Curso para Analistas Ambientais lotados em Unidades de Conservação, Treinamento sobre os fundamentos básicos para utilização do Sistema de Informação de Unidades de Conservação (SIUC), Curso de Capacitação de Chefes de Unidades de Conservação, Curso de Estéreo-fotografia para Quantificar Biomassa da Vegetação do Cerrado do Brasil Central.

Eventos: Realização e apoio a eventos, dentre os quais o III e IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, VIII Encontro Nacional de Chefes de Unidades de Conservação.

Uso público: foram desenvolvidos/executados projetos de construção, reforma, recuperação de infraestrutura física em Unidades de Conservação, além de exposições permanentes para os centros de visitantes, abertura e manutenção de trilhas, sinalizações, produção de folhetos, aquisição de bens, estudos de viabilidade econômica e de capacidade de suporte. As ações beneficiaram 55 Unidades de Conservação no período.

Regularização fundiária:

1. Adquiridas propriedades e benfeitorias nos Parques Nacionais do Caparaó, de Aparados da Serra, Chapada dos Guimarães, Serra do Cipó, Grande Sertão Veredas, Serra da Bodoquena e Reserva Biológica de Una.
2. Base de dados georreferenciados das unidades de conservação atualizados.
3. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação atualizado com os dados georreferenciados.
4. Levantamento fundiário parcial da Reserva Biológica de Una, Estação Ecológica de Murici, do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e da Reserva Biológica da Mata Escura (levantamento expedito).
5. Mapeamento topográfico plani-altimétrico do Parque Nacional de São Joaquim, com levantamento das propriedades.
6. Reserva Biológica de Una com os limites demarcados e o Parque Nacional da Amazônia com o trabalho de demarcação em curso.
7. Atividades de regularização fundiária ajustada à estrutura organizacional do Ibama.
8. Assuntos referentes a indenizações de terras e benfeitorias em unidades de conservação juridicamente ordenados.
9. Estrutura da minuta do Plano Nacional de Reassentamento de População definida e plano em elaboração.
10. Parque Nacional de São Joaquim, Parque Nacional da Chapada Diamantina, Reserva Biológica de Una, Parque Nacional de Ilha Grande, Parque Nacional da Lagoa do Peixe - RS, Parque Nacional Nascentes do Parnaíba, Estação Ecológica de Murici, Reserva Biológica de Pedra Talhada, Parque Nacional do Cabo Orange com planejamentos de ações de regularização fundiária elaborados.

Elaboração do Roteiro Metodológico para Elaboração de Plano de Manejo para Reservas Particulares do Patrimônio Natural/RPPN. Roteiro elaborado pelo Ibama/DIREC de forma participativa, contando com a colaboração de representantes da Confederação Nacional de Proprietários de RPPN, Ministério do Meio Ambiente (MMA/SBF/DAP), representantes de proprietários de RPPN, governos estaduais, organizações não-governamentais (Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, entre outras). Em 2004, foram publicados 1.500 exemplares do roteiro e em 2005 foi realizada uma nova edição de 5.000 exemplares. O documento encontra-se disponibilizado na página do Ibama. <http://www.ibama.gov.br>

Projeto para Conservação da Biodiversidade nos Sítios do Patrimônio Natural do Brasil. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, executado pela Diretoria de Áreas Protegidas (SBF/MMA), visando a implementação do Plano de Trabalho em Áreas Protegidas da CDB. Foram realizadas reuniões preliminares da Coordenação Nacional (CN) para definir a estrutura gerencial do projeto e a forma de repasse de recursos para as instituições executoras. Também foi definido um código de conduta para a utilização da imagem do projeto em materiais de divulgação. O programa foi lançado nacionalmente e apresentado, por meio de reuniões nos sítios, com a participação de atores locais. O programa já foi apresentado a todos os sítios e estão sendo indicados os representantes (um de cada sítio) para compor a Coordenação Nacional.

Programa Áreas Protegidas na Amazônia (ARPA): programa do Governo Federal, com duração prevista de dez anos, para expandir, consolidar e manter uma parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Bioma Amazônia, protegendo pelo menos 50 milhões de hectares e promovendo o desenvolvimento sustentável da região. A estratégia de ação consiste em:

Identificação de áreas representativas da diversidade da ecologia amazônica.

Criação e consolidação de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, articuladas em conjuntos (mosaicos) de áreas protegidas.

Desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade financeira das unidades de conservação em longo prazo, contemplando o apoio ao desenvolvimento das comunidades locais.

Avaliação da efetividade das áreas protegidas, e monitorando a conservação da diversidade biológica.

O programa definiu as seguintes metas:

Até 2007: Criar 18 milhões de hectares de unidades de conservação de uso sustentável ou proteção integral. Consolidar 7 milhões de hectares de unidades de conservação de proteção integral existentes.

Até 2009: Criar 19,5 milhões de hectares de parques nacionais, reservas biológicas e estações ecológicas. Consolidar 20,5 milhões de hectares de unidades de conservação já criadas.

Até 2013: Atingir um total de 50 milhões de hectares de unidades de conservação na Amazônia.

Mais informações em www.mma.gov.br/port/sca/arpa

Programa PICUS (Funbio): ver comentários da questão 33.

Programa Áreas Protegidas no Brasil: faz parte do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, e tem por objetivo expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, visando a proteção da biodiversidade brasileira e a justa repartição dos benefícios decorrentes. Os recursos serão distribuídos nas seguintes ações: Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação, Conservação e Manejo do Patrimônio Espeleológico, Gestão e Administração do Programa, Fomento a Projetos Orientados ao Manejo e Consolidação de Áreas Protegidas, Criação de Unidades de Conservação Federais, Gestão de Unidades de Conservação Federais, Capacitação para Gestão de Áreas Protegidas, Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais, Adequação de Infra-estrutura para Uso Público em Unidades de Conservação Federais.

Mais informações em <http://ce.mdic.gov.br/ppa/default.asp?txt=%C1reas+Protegidas+do+Brasil>

Programa Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros: o programa faz parte do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, e tem por objetivo conservar e recuperar os biomas brasileiros da Mata Atlântica e Campos Sulinos, do Cerrado e Caatinga e da Zona Costeira e Marinha. Os recursos destinados ao programa serão distribuídos nas seguintes ações: Apoio a Projetos para o Uso Sustentável dos Biomas, Implantação de Corredores Ecológicos, Gestão e Administração do Programa, Recuperação de Áreas Degradadas, Monitoramento da Ação Antrópica.

Mais informações em <http://ce.mdic.gov.br/ppa/default.asp?txt=Conserva%E7%E3o+e+Recupera%E7%E3o+dos+Biomas+Brasileiros>

Projeto Conservação da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul: executado pela Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul e pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente, e financiado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, em parceria com o banco KFW, o projeto, que teve início em 2004 e tem duração prevista de três anos, deverá realizar as seguintes atividades:

- Conservação da biodiversidade, implantação de usos sustentáveis e melhoria da qualidade de vida das populações da região da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul.
- Diagnóstico e planos de manejo para a implementação e UCs de proteção integral. Projetos-piloto de recuperação ambiental e implementação de alternativas sustentáveis no entorno de UCs.

Mais informações em www.fzb.rs.gov.br

Programa de Incentivo à Conservação da Natureza. Desenvolvido pela Fundação O Boticário, o programa patrocina projetos de pesquisa e proteção a espécies importantes ou em risco e seus ecossistemas, ações de Educação Ambiental, campanhas de conscientização e eventos como seminários e reuniões técnicas, sempre com foco em conservação da natureza. A preferência é dada para organizações não-governamentais, sem excluir, entretanto, as instituições públicas, desde que as propostas sejam enviadas por meio de suas respectivas fundações. Duas vezes por ano, a Fundação lança editais para inscrição de propostas, que devem se enquadrar nas áreas de: manejo de unidades de conservação; conservação e manejo de espécies ameaçadas; fiscalização e proteção ambiental; valorização e manejo de áreas verdes urbanas; controle de espécies exóticas invasoras; restauração de ecossistemas; desenvolvimento e implementação de políticas públicas e legislação ambiental; pesquisa aplicada em ecologia e conservação da natureza. Em cada edital, são apresentadas, em média, 300 propostas (em 2004, 42 projetos foram aprovados). Desde a sua criação, em 1990, o Programa já apoiou 941 projetos em conservação da natureza em todo o País - incluindo os projetos de ecodesenvolvimento.

Informações em www.fundacaoboticario.org.br/site/br/apoio/introducao.htm

Programa Áreas Naturais Protegidas. Desenvolvido pela Fundação O Boticário, o Programa foi criado para proteger ambientes de alta concentração de biodiversidade, onde um razoável equilíbrio ainda existe. Este programa tem como objetivo incentivar a conservação de terras privadas, auxiliar para que as unidades de conservação públicas realmente protejam o patrimônio natural do Brasil e criar reservas naturais privadas, assegurando a proteção de áreas naturais importantes para a conservação da biodiversidade. Para isso, três ações prioritárias são desenvolvidas:

1) Reservas Naturais: um dos resultados concretos desta iniciativa é a criação e a manutenção da primeira área da Fundação O Boticário: a Reserva Natural Salto Morato. Localizada no litoral norte do Paraná, esta área protege um remanescente de um dos biomas mais ameaçados de nosso País, a Mata Atlântica.

2) Incentivo à Conservação de Terras Privadas: para ampliar a extensão das áreas protegidas no Brasil, a Fundação incentiva proprietários particulares a utilizar mecanismos legais para a proteção de suas terras. Por meio do trabalho conjunto com proprietários de terra, a Fundação disponibiliza informações legais e indica medidas de proteção mais adequadas para a efetividade de ações em cada propriedade ou área.

3) Fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: nesta atividade, o objetivo da

Fundação é contribuir para a implantação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, por meio da disponibilização de informações úteis para que as áreas protegidas sejam cada vez mais eficientes. Para isso, utiliza uma metodologia de monitoramento e observação de unidades de conservação, que possibilita a coleta de dados e informações que são compartilhados com os próprios responsáveis pelas unidades de conservação e com organizações de todo o mundo. Essa ferramenta foi desenvolvida em conjunto com o programa *Parks Watch*, da *Duke University*, e é aplicada em parceria com o Ibama - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis.

Informações em <http://www.fundacaoboticario.org.br/site/br/areas/introducao.htm>

Projeto Paraná Biodiversidade. É um projeto do Governo do Estado do Paraná, com o apoio financeiro do GEF - Fundo Mundial para o Meio Ambiente, por intermédio do Banco Mundial, cujo objetivo principal é recuperar a biodiversidade em três corredores. Sendo eles: Araucária, Iguaçu - Paraná e Caiuá - Ilha Grande, escolhidos pela importância estratégica de remanescentes de ecossistemas originais do Paraná, localizados principalmente em Unidades de Conservação.

Sua estratégia prevê a estruturação de um processo educativo de toda a sociedade e de um sistema de fiscalização e controle mais eficiente; a estruturação de um processo de extensão rural voltado à recuperação da biodiversidade e ao desenvolvimento de uma agricultura de menor impacto sobre o ambiente. Além do desenvolvimento de uma série de estudos visando a uma melhor gestão dos recursos naturais. Como resultante desta estratégia, fragmentos de vegetação passarão a ser conectados por corredores. www.pr.gov.br/meioambiente/programa_biodivers.shtml

Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual de Vila Rica, Fênix-PR. O Parque Estadual Vila Rica do Espírito Santo (PEVR), Fênix - PR, é uma das áreas localizadas no bioma Mata Atlântica e indicadas pelo Ministério do Meio Ambiente como prioritárias para conservação e pesquisas, principalmente na sua região de entorno. O trabalho, realizado pela ONG Mater Natura, ao longo de um ano e oito meses, abrangeu não apenas os 354ha do PEVR, mas sua área de entorno e área de influência. Em dezembro de 2003 foi publicado o Plano de Manejo revisado. Informações em www.maternatura.org.br

O Parque Estadual de Vila Rica e a Conservação da Biodiversidade no Paraná. O objetivo principal do projeto foi obter os parâmetros para o monitoramento dos efeitos sobre a biodiversidade regional da recomposição da Floresta Estacional Semidecidual (FES) Aluvial (floresta ciliar) na região de entorno do PEVR. Informações em www.maternatura.org.br

Plano de Manejo das Unidades de Conservação de Proteção Integral no Estado de São Paulo. O projeto, executado pelo Instituto Florestal do Estado de São Paulo, realizou as seguintes atividades:

- Parque Estadual da Serra do Mar: finalizado contrato de serviços para especialistas em fauna, bens culturais, vetores de pressão, administrativo/financeiro. Tais especialistas realizarão diagnóstico sobre a UC. Elaborado o documento preliminar do plano de manejo dessa UC que sistematizou todas as informações disponíveis e propôs um zoneamento preliminar e ações gerais para os programas de manejo.

Parque Estadual do Jaraguá: finalizados mapeamentos de vegetação, de uso e ocupação do solo, de atividades turísticas e do meio físico da UC. Início dos trabalhos de levantamento da flora para, junto com os levantamentos existentes, realizar o zoneamento e ações de manejo para a área.

Parque Estadual de Ilhabela: finalizado levantamento e mapeamento do meio físico, da flora e do uso e ocupação. Serão contratados levantamentos para fauna, bens culturais e atividades administrativas e financeiras. Posteriormente, esse material servirá para produzir o zoneamento e programas de manejo da UC.

Parque Estadual de Ilha do Cardoso: elaborado o plano de manejo e em fase de revisão para publicação.

Parque Estadual da Campina do Encantado: incorporação ao plano de manejo de informações sobre o entorno e bens arqueológicos. Finalização do texto para ser submetido às instâncias de aprovação.

Parques Estaduais de Jurupará, "Carlos Botelho", Intervalos, Turístico do Alto Ribeira e Jacupiranga e Estação Ecológica do Xitué: em fase de finalização os termos de referência e contratos de serviços de levantamentos temáticos: meio físico, vetores de pressão, administrativo e financeiro e bens culturais.

Estação Ecológica de Juréia-Itatins: idem ao anterior.

O projeto possibilitou aumento do conhecimento sobre o meio físico, biológico e sobre a socioeconomia das UCs; resolução de conflitos, buscando o consenso de interesses sobre uso de recursos; propostas de zoneamento e de ações de manejo das UCs - normatização do território e normas e recomendações de atividades de proteção, uso público, pesquisa e interação socioambiental.

Convênio Ecovias - Levantamento Fundiário e Regularização Fundiária em 10% do Parque Estadual da Serra do Mar. Compensação ambiental pela duplicação da Rodovia dos Imigrantes - Empresa Ecovias. O Instituto Florestal tem participado de reuniões com a Fundação Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) e com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para definição dos levantamentos no Parque Estadual do Serra do Mar.

Programa de Preservação da Mata Atlântica (PPMA). Ver comentários da questão 19.

Seleção de Reservas para a Conservação do Cerrado do Estado de São Paulo. O Instituto Florestal participou dos dois "Workshops" realizados na última década, para a indicação de áreas de Cerrado, prioritárias para a conservação, um deles exclusivo para o Estado de São Paulo. Cada área indicada por esses "Workshops", porém, contém um grande número de fragmentos e, naturalmente, não é possível transformar todos em unidades de conservação. Estudos foram realizados com o objetivo de estabelecer critérios e indicadores para a seleção de áreas individuais (fragmentos) prioritárias para a conservação. Considerando que São Paulo já possui uma rede de áreas protegidas e que novas unidades de conservação têm sido criadas uma a uma, desenvolveu-se um método de pontuação, baseado nas reservas já existentes, em interpretação de imagens de satélite e em dados obtidos em campo, por meio de levantamentos rápidos. Oitenta e seis áreas foram avaliadas, segundo quinze indicadores agrupados em atributos biofísicos, integridade dos recursos naturais e influências

externas (ameaças). O resultado é um *ranking* dos principais fragmentos remanescentes de Cerrado no Estado de São Paulo, de acordo com o seu valor para a conservação.

Criação de Novas Unidades de Conservação no Estado de São Paulo.

- Parque Estadual do Aguapeí: (Decreto nº. 43.269, de 2 de julho de 1998) com 9.043,97 hectares, localizado na região oeste do Estado, foi criado como medida compensatória decorrente de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) construída no rio Paraná pela Companhia Energética de São Paulo (CESP). Atualmente, o Parque Estadual está em fase de implementação, as áreas adquiridas pela CESP serão agora incorporadas ao Patrimônio do Estado. A Unidade será administrada pelo Instituto Florestal, órgão da Secretaria do Meio Ambiente.

- Parque Estadual do Rio do Peixe: (Decreto nº. 47.095, de 18 de setembro de 2002) com 7.720 hectares, também resulta de medida compensatória da UHE Sérgio Motta. Atualmente o Parque Estadual está em fase de aquisição de áreas pela CESP.

Ambas Unidades abrigam áreas de Mata Atlântica e preservam os principais remanescentes de várzeas do estado, ambiente chave para a manutenção das populações de cervo-do-pantanal, espécie seriamente ameaçada de extinção.

- Estação Ecológica de Barreiro Rico: com recursos da compensação ambiental, decorrentes de licenciamento ambiental para ampliação de uma indústria siderúrgica no Município de Piracicaba - SP, situada a cerca de 200km da Capital, a Secretaria do Meio Ambiente, por intermédio do Instituto Florestal, está ultimando providências para aquisição de parte de um maciço florestal remanescente situado no município de Anhembi, reconhecido como um das mais ricos em fauna, especialmente de primatas, entre eles o mono-carvoeiro.

38 - Seu país implementou alguma ação para tratar da baixa representação de ecossistemas marinhos e de água doce nos sistemas existentes de áreas protegidas nacionais ou regionais? (decisão VII/28)

a) Não	
b) Não se aplica	
c) Não, mas ações relevantes estão sendo consideradas	
d) Sim, ações limitadas foram implementadas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
e) Sim, ações significativas foram implementadas (favor fornecer detalhes abaixo)	

Comentários adicionais sobre ações implementadas para tratar da baixa representação de ecossistemas marinhos e de água doce nos sistemas existentes de áreas protegidas nacionais ou regionais.

Atlas dos Recifes de Corais nas Unidades de Conservação Brasileiras: o Brasil, por meio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, desenvolveu um projeto, contando com a parceria do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Projeto Recifes Costeiros, para mapear os recifes existentes dentro das diversas unidades de conservação brasileiras. Foi elaborado então o projeto "ESTUDOS NOS RECIFES DE CORAL BRASILEIROS: TREINAMENTO E APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE MAPEAMENTO POR SENSORIAMENTO REMOTO", que contou com o financiamento externo da iniciativa da Convenção de Ramsar, a Wetlands for the Future. Esse projeto

propiciou a capacitação de 14 gestores e técnicos para o uso da ferramenta de sensoriamento remoto no mapeamento e gestão das áreas coralíneas e gerou como principal produto, o "Atlas dos Recifes de Coral nas Unidades de Conservação Brasileiras", uma publicação que possui o mérito de ser a primeira a disponibilizar mapas do ambiente recifal brasileiro. A seqüência será a indicação da representatividade desses ambientes sob alguma forma de proteção e identificar novas áreas para a criação de outras unidades de conservação. O Atlas contou com a colaboração de 11 autores e tem no total 39 mapas das nove unidades envolvidas no projeto. Esse produto foi fruto de um trabalho participativo e conjunto das instituições envolvidas por mais de três anos de trabalho. Mais informações em <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/atlas2a.html>

Coordenação Geral de Pesca Artesanal/SEAP: vem implementando cooperação técnica e apoio financeiro ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT/Ibama) para a criação de Unidade de Conservação de Uso Sustentado, categoria Reserva Extrativista destinada ao ordenamento e uso sustentável de recursos pesqueiros explorados por populações tradicionais da zona costeira.

Integração da Gestão das Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas de Santa Catarina: o mosaico constituído pelas unidades costeiras e marinhas de Santa Catarina representa uma amostra ideal para o desenvolvimento de ações integradas nos campos biológico, administrativo e institucional. A presente iniciativa incorporou cinco unidades de conservação federais e uma estadual, sendo elas: a Área de Proteção Ambiental de Anhatomirim, Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, a Estação Ecológica de Carijós, a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo, a Reserva Extrativista Marinha de Pirajubaé e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. O objetivo geral do projeto é desenvolver um modelo de gestão integrada a partir do mosaico de Unidades de Conservação costeiras e marinhas do Estado de Santa Catarina. Mais informações em <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/index.cfm>

Operação do Lago Paranoá: realizada pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, nos meses de abril a agosto de 2004, essa operação teve por objetivo proteger um importante corpo d'água urbano. Para tanto, realizou as seguintes atividades:

- vistoria no perímetro do Lago Paranoá;
- levantamento e autuação das ocupações irregulares na área de preservação permanente do Lago Paranoá;
- identificação e notificação dos infratores.

Foram obtidos os seguintes resultados:

- 130 autuações emitidas para as ocupações irregulares;
- multas e demolições de ocupações irregulares mais graves;
- identificação de lançamento de efluentes ilegais e de áreas degradadas;
- operação de monitoramento com vistas à vigilância da orla do lago Paranoá.

Mais informações em www.semarh.df.gov.br

RUMAR (Rede de Unidades Costeiras e Marinhas). O Programa RUMAR consiste em uma

estratégia para criação, implantação e estruturação de uma Rede, composta por 74 unidades descentralizadas do Ibama (entre Unidades de Conservação, Gerências Executivas, Escritórios Regionais e Centros Especializados). Cobrindo aproximadamente 93% da linha de costa do Brasil e águas marinhas adjacentes, tem como objetivo prover o ambiente institucional, de logística necessária para o desenvolvimento de ações integradas de proteção, monitoramento e geração de conhecimentos, capazes de fortalecer tecnicamente o Ibama e efetivar a presença institucional no mar. Suas ações foram agrupadas em dois módulos. No Módulo I estão previstas as ações necessárias para prover as unidades descentralizadas dos meios necessários para atuar sistematicamente nas zonas costeira e marinha, além de ações de capacitação de servidores e de organização e incremento das informações ambientais historicamente geradas. O Módulo II enfocará a geração de conhecimentos para subsidiar as ações do Ibama, por meio de parcerias com instituições de pesquisa e afins.

39 - Seu país identificou e implementou etapas práticas para melhorar a integração de áreas protegidas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas, incluindo políticas públicas, planejamento e outras medidas? (decisão VII /28)

a) Não	
b) Não, mas alguns programas estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, algumas etapas foram identificadas e implementadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, muitas etapas foram identificadas e implementadas (favor fornecer detalhes abaixo)	X

Comentários adicionais sobre etapas práticas para melhorar a integração de áreas protegidas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas, incluindo políticas públicas, planejamento e outras medidas.

Projeto Corredores Ecológicos ver comentários questão 175.

Reservas da Biosfera: O SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), incorporou o conceito e a função das Reservas da Biosfera no sistema jurídico brasileiro. A seleção e designação das Reservas no Brasil obedeceu à estratégia de proteção do Ministério do Meio Ambiente, que procurou privilegiar áreas representativas dos grandes biomas brasileiros. O Brasil possui seis reservas em seu território: Mata Atlântica, Cinturão Verde de São Paulo, Cerrado, Pantanal, Caatinga e Amazônia Central.

No sentido de fortalecer as reservas da biosfera brasileiras, a Unesco executou o projeto Consolidação das Reservas da Biosfera Brasileiras - BRAMAB II, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente - MMA. O objetivo do projeto é a consolidação das Reservas da Biosfera no Brasil - BRA/MAB, como instrumentos concretos de gestão ambiental e de desenvolvimento sustentável, visando à melhoria da qualidade de vida em suas regiões, sempre com a participação ativa das respectivas populações.

Os resultados do projeto são:

- Funcionamento do Sistema de Gestão da Comissão Brasileira do Programa MaB (Cobramab).
- Criação de novas reservas da biosfera brasileiras.
- Funcionamento do Sistema de Gestão da Rede de Reservas da Biosfera Brasileiras e apoio ao seu desenvolvimento.

- Identificação e implantação dos mecanismos de sustentabilidade econômico-financeira das Reservas da Biosfera Brasileiras.
- Implementação do Sistema de Gestão da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA.
- Publicação ou divulgação de informações ambientais sobre a Mata Atlântica e experiências da RBMA.
- Estabelecimento do Programa de Apoio às Áreas Piloto e Postos Avançados - PAAPPA de Projetos Demonstrativos em Áreas Piloto da RBMA.
- Implementação do Sistema de Gestão da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo - RBCV.
- Implementação e fortalecimento da Rede do Programa de Jovens da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.
- Implementação do Programa de Pesquisas da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo.
- Implementação do Sistema de Gestão da Reserva da Biosfera do Cerrado - RBC.
- Publicação ou divulgação de informações ambientais sobre o Cerrado e experiências da Reserva da Biosfera do Cerrado.
- Estabelecimento do Programa de Apoio às Áreas Piloto e Postos Avançados - PAAPPA de Projetos Demonstrativos em Áreas Piloto da RBC.

Mais informações em:

[Http://www.unesco.org.br/areas/ciencias/ma/projetosma/bramabproj/mostra_projeto](http://www.unesco.org.br/areas/ciencias/ma/projetosma/bramabproj/mostra_projeto)

O Ibama executa os seguintes projetos:

Programa Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE). Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o ordenamento territorial do País. O programa é executado pela Ministério do Meio Ambiente; Ibama; Agência de Desenvolvimento da Amazônia e pelo Ministério da Integração Nacional.

Gestão Integrada do Corredor Ecológico Araguaia - Bananal. O Corredor Ecológico Araguaia Bananal constitui uma unidade de planejamento regional que inclui unidades de conservação (como áreas núcleos) já criadas e aquelas em processo de criação. Tendo como principal finalidade, promover a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, por meio de estratégias adequadas para a recuperação/restauração de áreas degradadas, promoção da agricultura sustentada, da Educação Ambiental, da gestão ambiental, da pesquisa e do manejo florestal. Visando restaurar a conectividade da paisagem, potencializar a cooperação entre os diversos níveis de governo e segmentos da sociedade civil, no sentido de conciliar a conservação da biodiversidade. O corredor envolve uma área de 158.934km² circunscrita por 26 municípios dos Estados do Tocantins, Pará, Goiás e Mato Grosso. A região é um mosaico de tipos vegetacionais florestais, savânicos e áreas de tensão ecológica. A área que envolve o corredor está situada no interior da bacia hidrográfica Tocantins-Araguaia e possui um importante sítio Ramsar para conservação da Ilha do Bananal, área reconhecida internacionalmente como prioritária para conservação dos ecossistemas úmidos. É a

maior bacia localizada inteiramente em território brasileiro, com 813.674,1km². Seus principais rios são o Tocantins e o Araguaia. Nesta área estão inseridas seis unidades de conservação e seis reservas indígenas. Ao norte, a APA Estadual do Cantão e o Parque Estadual do Cantão, seguida, na região intermediária, pelo Parque Nacional do Araguaia e, mais ao sul, a Floresta e o Parque Estadual do Araguaia e a APA Meandros do Araguaia, totalizando uma área de 2.708.438 hectares. Ainda, as seis Reservas Indígenas da região têm cerca de 2 milhões de hectares.

Principais resultados:

- Plano de gestão integrada do corredor concluído.
- Comitê gestor do projeto em Tocantins instalado.
- 290 pessoas capacitadas em planejamento e articulação interinstitucional.
- 250 pessoas capacitadas em Educação Ambiental.
- Banco de dados georreferenciado produzido.
- Duas Agendas 21 municipais elaboradas.

Gestão Integrada do Corredor Ecológico da Caatinga. Este projeto foi elaborado com o objetivo de conservar, ordenar o uso sustentável dos recursos naturais. Pretende-se adotar como método o planejamento e a gestão biorregionais. O Projeto prevê o desenvolvimento das seguintes ações:

- a) estudo da representatividade ecológica;
- b) estudo de monitoramento da biodiversidade;
- c) identificação de áreas para a criação de novas unidades de conservação;
- d) definição e estabelecimento de corredores ecológicos;
- e) estudos de valoração econômica da biodiversidade.

Executores: Ibama, Governos Estaduais, UECE, UFPI e UFPE.

Principais resultados:

- Diagnóstico e planejamento para a gestão integrada elaborado.
- Grupo de trabalho do corredor instalado.
- 90 pessoas da comunidade capacitadas em planejamento e articulação interinstitucional.
- 80 pessoas da comunidade capacitadas em Gestão e Educação Ambiental.
- 43 empreendedores comunitários capacitados em Ecoturismo.
- 40 técnicos capacitados em diagnóstico rápido participativo.

Áreas prioritárias para a criação de corredores ecológicos e unidades de conservação identificadas.

Conservação do Ecossistema Cerrado - Projeto Corredor Ecológico do Cerrado Paranã-Pireneus. Projeto iniciado em março de 2003 em parceria com a Agência Internacional de Cooperação do Japão (JICA), na região compreendida entre a Serra dos Pirineus (GO) e o Vale do Paranã (GO/TO), passando pelo norte do Distrito Federal. Abrange áreas núcleo (Parques Nacionais de Brasília e da Chapada dos Veadeiros, Estação Ecológica das Águas Emendadas, Área de Proteção Ambiental da Nascente do Rio Vermelho e Reservas Particulares do Patrimônio Natural da região), bem como áreas de interstício. Tem como objetivo a implantação da gestão integrada de ecossistemas (*Ecosystem Approach*), em área do Cerrado, como estratégia inovadora para a

conservação. A cooperação tem término previsto para o final de 2005, com previsão de continuidade pelo Ibama.

Principais resultados:

1. Planejamento para a gestão integrada do corredor elaborado.
2. Ibama instrumentalizado para a gestão do corredor.
3. Comunidade sensibilizada sobre a gestão integrada e envolvida na gestão do corredor.
4. Governos Federal, Estadual e Municipal integrados na gestão da área do corredor.

Gestão Integrada do Corredor Ecológico Guaporé-Itenez-Mamoré. O Corredor Ecológico Guaporé-Itenez-Mamoré abrange aproximadamente 50% das terras do Estado de Rondônia, especificamente os vales dos rios Guaporé e Mamoré. Um corredor natural composto por 23 unidades de conservação federais e estaduais, de diferentes categorias de manejo, e 13 territórios indígenas. Como esta riqueza em biodiversidade se estende também do outro lado do rio Guaporé, que na Bolívia recebe o nome de Itenez, o projeto se propõe a trabalhar de maneira conjunta com aquele país. O objetivo do projeto é proteger, conservar e manejar de forma sustentável os recursos naturais existentes nessa região, visando não apenas a conservação da biodiversidade, mas a qualidade de vida das populações. Principais resultados:

- Comitê gestor do corredor instalado.
- Planejamento para a gestão integrada do corredor elaborado (seis seminários realizados).
- Estudo de representatividade ecológica para a identificação de lacunas, visando à criação de novas unidades de conservação concluído.
- Estudo para a regularização fundiária dos assentados na região do vale do Guaporé concluído.
- 480 pessoas capacitadas em 12 cursos de Educação Ambiental e atividades econômicas sustentáveis no corredor.
- 240 pescadores capacitados em seis seminários sobre ordenamento de pesca no vale do rio Guaporé.
- Populações residentes sensibilizadas para as questões conservacionistas. - Atendimento aos 12 princípios do enfoque ecossistêmico propostos pela CDB (V/6), conforme avaliação da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), (2004).

Gestão Integrada do Corredor Ecológico Jalapão-Mangabeiras. Abrangendo cinco unidades de conservação contíguas (Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba, Área de Proteção Ambiental da Serra da Tabatinga, Área de Proteção Ambiental do Jalapão, Parque Estadual do Jalapão e Estação Ecológica da Serra Geral do Tocantins), a área proposta para o Corredor constitui uma região de ecótono (zona de transição entre dois ecossistemas - Cerrado e Caatinga), e possui alto índice de endemismo de flora, tendo sido indicada como área altamente prioritária para a conservação da biodiversidade pelo governo brasileiro. A presença das nascentes dos rios Tocantins, Parnaíba e São Francisco contribui para a importância ecológica da biorregião do Jalapão-Chapada das Mangabeiras, que constitui um ambiente bastante frágil frente ao uso e ocupação humana - devido às suas condições climáticas, edáficas e hidrológicas - que favorecem o surgimento e desenvolvimento de processos erosivos acelerados. O maior desafio do projeto consiste em implementar alternativas de desenvolvimento, visando amenizar o atual quadro de degradação socioambiental vivenciado na

região. O projeto tem por objetivo aumentar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais da região - Chapada das Mangabeiras, promovendo a criação e implementação de unidades de conservação, a proteção da biodiversidade, a implementação de oportunidades de negócios, o controle, manejo e recuperação de áreas degradadas, a recuperação da qualidade ambiental e a melhoria das práticas agropecuárias.

Principais resultados:

- Plano para a gestão integrada do corredor elaborado.
- Diagnóstico sobre áreas degradadas e pontos ecoturísticos de interesse elaborados.
- Plano para a exploração sustentável do capim-dourado implementado.
- 60 pessoas da comunidade capacitadas em Gestão e Educação Ambiental.
- 1.500 pessoas da comunidade de Mateiros atendidos pela Funasa para consulta sobre hanseníase, tuberculose e doença de chagas.

Projeto Corredor Ecológico da Mata Atlântica no Espírito Santo. Programa executado por parceria entre as instituições: Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo - IEMA (coordenação) / Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) / Cia. de Polícia Ambiental / Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Os principais resultados alcançados foram:

- Unidade de Coordenação Estadual instalada e operando com sete técnicos de nível superior e três técnicos de nível médio.
- Realização de dez encontros regionais para divulgação do projeto, mobilizando 825 pessoas de 78 municípios.
- Elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual da Pedra Azul.
- Realização de levantamento de avifauna e mastofauna do Parque Estadual do Forno Grande.
- Realização do levantamento fundiário do Parque Nacional dos Pontões Capixabas.
- Implantação do Sistema de Rádio-Comunicação do Parque Estadual de Itaúnas.
- Realização de dez ações de patrulhamento aéreo da Mata Atlântica durante 2004, cobrindo todo o Estado do Espírito Santo.
- Elaboração de Sistema Internet para acesso ao banco de dados da fiscalização.

Informações em www.iema.es.gov.br

Estabelecimento de Corredores Ecológicos no Rio Grande do Sul: o projeto, executado pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, teve início em janeiro de 2004 e data prevista para término em dezembro de 2007. Visa atingir os seguintes objetivos:

- Manter e aumentar a conectividade entre áreas naturais para garantir o fluxo gênico entre populações silvestres que sofreram fragmentação e isolamento em função da perda de *habitats*.
- Conservação de espécies silvestres, utilização econômica das terras, com o planejamento e administração de áreas naturais protegidas, zonas de amortecimento e as interligações entre unidades de conservação para a integração dos aspectos ambientais e socioeconômicos.

Mais informações em www.sema.rs.gov.br

Projeto Conservação e Manejo da Biodiversidade do Cerrado (CMBBC); Gestão Integrada Biorregional (Gesbio) da região de Mambai-Posse. Abrange os municípios da região do Vale do Paranã/Pireneus e Chapada dos Veadeiros: Mambai, Damianópolis, Iaciara, Abadiânia, Alvorada do Norte, Simolândia, Flores de Goiás, Sítio D'Abadia, Pirenópolis, Corumbá de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, São Domingos, Guarani, Formosa, Alto Paraíso de Goiás, Buritinópolis, Posse e Cavalcante. O objetivo estratégico do projeto consiste em promover a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais do bioma Cerrado, garantindo o desenvolvimento social sustentável, sendo coordenado pela Embrapa Cerrados, em parceria com o Ibama, Universidade de Brasília (UnB), Departamento de Cooperação do Governo Inglês (DEFID) e Botanic Garden de Edimburgo. Constituem resultados esperados, a definição de métodos e aplicação de estratégias de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais do bioma Cerrado; o subsídio aos formuladores de políticas públicas federais, estaduais e municipais, ONGs e comunidades sobre estratégias e métodos para a conservação e o manejo sustentável dos recursos naturais do Cerrado. Considerando a promoção da melhoria da qualidade de vida, da equidade social e de gênero e da diminuição da pobreza.

Principais resultados:

- Plano para a gestão integrada de ecossistemas elaborado.
- Diagnóstico socioeconômico e ambiental da área do projeto concluído.
- 22 pequenos projetos econômicos com caráter sustentável financiados e implementados.
- 49 técnicos e professores capacitados em Gestão e Educação Ambiental;
- 50 pessoas da comunidade capacitadas em atividades de caráter sustentável: criação de animais silvestres; plantas medicinais; agroextrativismo; agricultura sustentável e ecoturismo.
- Comitê de Implementação do Projeto (CIP) composto e atuante.
- CD sobre representatividade ecológica do bioma Cerrado com base em ecorregiões, publicado e distribuído.
- 42 documentos científicos sobre a área do projeto publicados.

Gestão biorregional (Gesbio) do Ecomuseu do Cerrado. A partir de 1998, o Ibama associou-se ao projeto Ecomuseu do Cerrado, que já vinha sendo desenvolvido pelo Instituto Huah do Planalto Central, tendo como objetivo aplicar os conceitos e métodos de planejamento e gestão biorregional. A área do Ecomuseu abrange sete municípios do Estado de Goiás a oeste do Distrito Federal, sobre a bacia do alto rio Corumbá, sendo parte do Corredor Ecológico Paranã-Pireneus. Esta biorregião cobre, aproximadamente, 500 mil hectares, com uma população de 240 mil habitantes. O conceito de EcoMuseu pressupõe a existência de um território com o patrimônio natural bem conservado, belezas cênicas, cachoeiras, rios e florestas para serem visitados e apreciados pelas comunidades locais e visitantes. O projeto EcoMuseu do Cerrado objetiva contribuir para a conservação ambiental da bacia do alto rio Corumbá, com base no planejamento biorregional, por meio de ações planejadas cooperativamente, voltadas para a conservação da natureza, o uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida das populações locais. São desenvolvidas atividades de apoio às políticas locais de conservação da biodiversidade, saneamento ambiental, Educação Ambiental e ecoturismo, valorizando o conhecimento, a cultura e a arte popular. O projeto é uma iniciativa pioneira de gestão biorregional bem-sucedida, coordenado e financiado pelo Ibama, em cooperação técnica

com o Instituto Huah do Planalto Central. Participam da implementação a Universidade Federal de Goiás, a Universidade de Brasília, o Governo de Goiás, Prefeituras Municipais, ONGs e comunidades.

Principais resultados:

Plano para a gestão integrada do corredor elaborado.

Comitê gestor do Ecomuseu implantado.

Núcleo do Ecomuseu instalado em Corumbá de Goiás.

Equipamentos de informática e material pedagógico adquiridos.

80 pessoas capacitadas na elaboração de projetos; plantas medicinais; agricultura sustentável; ecoturismo e informática.

Diagnóstico socioeconômico e ambiental da área do projeto atualizado.

Estação e rede digitais implantadas e informação interligada do Ecomuseu;

Dois viveiros de mudas implantados (Pirenópolis e Cocalzinho).

Almanaque do Ecomuseu do Cerrado publicado.

Realização do II Seminário sobre Corredores Ecológicos

Resumo das atividades:

1. Organização do II Seminário sobre Corredores Ecológicos, de caráter nacional, com a presença de diversos países sul-americanos totalizando 350 participantes nacionais e internacionais.
2. Publicação do livro "Corredores ecológicos - uma abordagem integradora de ecossistemas no Brasil", referente aos Anais do I Seminário sobre Corredores Ecológicos, organizado pelo Ibama, com a colaboração da Jica;
3. Distribuição do livro para as unidades do Ibama, OEMAs, universidades públicas e ONGs.

Principais resultados:

Metodologia para a gestão de corredores ecológicos consolidada.

Capacitação de 350 especialistas em oficinas técnicas realizadas durante o seminário.

Área técnica ambientalista informada sobre a metodologia de gestão de corredores.

Gestão Biorregional dos Lençóis Maranhenses/Delta do Parnaíba: Esta biorregião abrange um complexo de ecossistemas costeiros e marinhos, constituído pelos Lençóis Maranhenses e o delta do rio Parnaíba. Envolve um mosaico de ecossistemas de alta relevância ambiental, marcado pela transição de ambientes terrestres e marinhos. Aí estão encadeados o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, a APA Federal do Delta do Parnaíba, e APAs estaduais numa área de 485.800ha. A área sedimentar denominada de Lençóis Maranhenses resultou da ação combinada dos ventos, ondas e correntes marítimas, formando dunas que chegam a cobrir uma extensão de 50 quilômetros da costa, atingindo até 20 metros de altura, moldando o cenário de um verdadeiro deserto. O delta do rio Parnaíba caracteriza-se como uma desembocadura múltipla, ramificada em um arquipélago, com cerca de 70 ilhas de variadas dimensões, separadas por canais fluviais labirínticos, que desenham rios, riachos, igarapés, dunas e lagoas cercadas por extensas e conservadas áreas de manguezais. O projeto objetiva desenvolver ações de conservação, uso sustentável dos recursos naturais e ordenamento da ocupação do espaço territorial de forma cooperativa. O projeto está sendo desenvolvido pelo Ibama/Decoe, em parceria com a UFMA, UECE, UEPI, governos estaduais e

municipais, e pretende se estabelecer como um marco na conservação desse ecossistema ímpar da costa brasileira. Informações em: www.ibama.gov.br/ecossistemas

Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Estado do Tocantins: A inexistência, no Estado, de um sistema de áreas naturais protegidas contribui para o agravamento dos problemas gerados com a destruição de amostras significativas dos ecossistemas tocantinenses, incluindo sua biodiversidade. Portanto, o Estado elaborou uma legislação para criar o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza, incluindo as normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação do Estado do Tocantins, e sua respectiva exposição de motivo ou justificativa. A iniciativa foi realizada pela Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente (SEPLAN), com recursos financeiros do Ministério do Meio Ambiente. Mais informações em www.seplan.to.gov.br

Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Estado do Goiás: o projeto de criação e implantação de tal sistema teve início em 2003, e vem realizando as seguintes atividades:

- Lei n.º 14.247/2002 - Lei do SEUC: criada em 29 de julho de 2002, esta lei institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação no Estado de Goiás. No momento, esta lei está em fase de revisão e regulamentação, sendo trabalhada no âmbito do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEMAm, por meio da Câmara Técnica Permanente de Unidades de Conservação.
- Criação, implantação e gestão de UCs estaduais: a SEMARH vêm trabalhando com a implantação e gestão de duas unidades de conservação (Parque Estadual Altamiro de Moura Pacheco e Área de Proteção Ambiental - APA João Leite).
- Encontram-se em desenvolvimento estudos voltados à criação de um Refúgio de Vida Silvestre localizado no sudoeste do Estado, que deverá fazer conexão com o Parque Nacional das Emas.
- Identificação de áreas prioritárias para conservação no Estado.
- Lei n.º 14.241/2002 - Lei Estadual de Fauna: criada em 29 de julho de 2002, esta lei institui a proteção da fauna silvestre no Estado. Em 9 de fevereiro de 2004, foi assinado o Decreto Estadual n.º 5.899, que regulamenta a Lei de Fauna.
- Também está sendo realizado um trabalho de revisão da Lei de Pesca e Lei Florestal do Estado de Goiás.

Mais informações em www.semarh.goiias.gov.br

Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul: o Departamento de Florestas e Áreas Protegidas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul está realizando as seguintes atividades visando a criação de um Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC):

- Elaborar o plano do SEUC, criar e implantar unidades de conservação estaduais e municipais e encaminhar a listagem à Secretaria da Fazenda para fins de recebimento de ICMS ecológico.
- Determinação das áreas prioritárias para novas unidades de conservação, implantação de corredores biológicos, por meio do estabelecimento da UC municipal.

Mais informações podem ser obtidas em www.sema.rs.gov.br

Programa de Gestão Territorial do Norte do Estado do Tocantins: foram realizados os

seguintes trabalhos: estudo de flora e fauna, elaboração de Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico do Norte do Estado do Tocantins e do Programa de Gestão Territorial do Norte do Estado do Tocantins. O projeto foi realizado nos anos de 2003 e 2004, com financiamento do próprio estado, do Ministério do Meio Ambiente e do PPG7. O principal resultado foi a identificação e o mapeamento de quatro áreas, com indicação delas no plano de ZEE como prioritárias para implantação de unidades de conservação de proteção integral.

Programa de Implantação de Unidades de Conservação do Mato Grosso do Sul: a iniciativa, realizada pelo governo do estado do Mato Grosso do Sul, teve início em 2004, e realiza as seguintes atividades:

Elaboração de planos de manejo:

Parque Estadual do Pantanal do Rio Negro, apoio CI do Brasil e compensação ambiental.

Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema. Compensação ambiental - CESP

Parque Estadual Matas do Segredo, apoio UNIDERP e compensação ambiental.

Monumento Natural do Rio Formoso e da Gruta do Lago Azul - apoio UCDB e WWF.

Os principais resultados do programa são:

Planos de manejo elaborados e publicados.

Melhoria no manejo das unidades estaduais.

Implantação de uso público nos Parques Estaduais.

Zoneamento dos parques.

Formação de banco de dados georreferenciados.

Informações em www.sema.ms.gov.br

Programa de Apoio e Incentivo à Criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no Mato Grosso do Sul: executado pelo governo do Estado do Mato Grosso do Sul, o programa teve início em 2002, e vem realizando as seguintes ações:

Formação de comissão para elaborar proposta de revisão da Legislação Estadual para criação de RPPNs no Mato Grosso do Sul;

Produção e distribuição de *folders* informativos;

Incentivo para criação e manutenção de RPPNs por meio do programa de ICMS ecológico. No Estado 5% do rateio do ICMS é repassado para município com unidades de conservação e terras indígenas em seus territórios.

Os resultados mais importantes do programa são:

1. Aumento de áreas protegidas pela iniciativa privada, totalizando 20 RPPNs e 50.000ha, criadas no âmbito Estadual.

2. Criação das duas primeiras RPPNs estaduais na bacia do Paraná;

3. Após a implantação do Programa, aumentou a agilidade nos processos de criação de UCs, pelo Estado, em comparação aos processos de criação de RPPNs federais, fazendo com que os proprietários procurassem preferencialmente o Estado para criação de reservas privadas.

4. Auxílio das prefeituras na criação e manutenção de RPPNs, por intermédio dos recursos do ICMS ecológico, tais como:

Para criação: informações sobre procedimentos necessários, elaboração de mapas com memorial descritivo, acompanhamento técnico, etc.

Para manutenção: construção de aceiros, manutenção de estradas de acesso, etc.

Informações em www.sema.ms.gov.br

Corredor Central da Mata Atlântica. O Projeto Corredores Ecológicos "Corredor Central da Mata Atlântica" é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e executado pelos Estados do Espírito Santo e Bahia. O objetivo do Projeto é formar corredores de biodiversidade potencializando a conectividade entre áreas protegidas, viabilizando políticas integradas e de fomento a projetos que envolvam, além dos sistemas tradicionais de unidades de conservação, também as áreas de interstício entre elas e as terras indígenas, no caso da Amazônia. Abrange os municípios situados entre a foz do rio Jequiriçá, na Bahia, e o norte do Espírito Santo, totalizando 83 municípios baianos e 50 capixabas. A extensa porção territorial do corredor no Estado da Bahia apresenta características locais que definem um conjunto de três ecorregiões distintas: Baixo Sul, Sul e Extremo Sul. O intenso processo de exploração dos recursos naturais nessas áreas, notadamente nos últimos 60 anos, resultou na supressão de 95% da cobertura florestal original. Apesar do intenso processo de fragmentação e insularização, os principais fragmentos de floresta existentes, localizados em grande parte na costa, foram incorporados em unidades de conservação (parques nacionais e estaduais, reservas biológicas, áreas de proteção ambiental e reservas particulares do patrimônio natural) e constituem locais privilegiados para estabelecer estratégias e políticas públicas visando o restabelecimento e manutenção da conectividade biológica entre os grandes remanescentes de floresta protegidos na região. A primeira fase do projeto na Bahia (março de 2003 a julho de 2005) pode ser considerada como de estruturação das instâncias gerenciais e de planejamento da aplicação dos recursos que virão na segunda fase, a partir do segundo semestre de 2005. Na Bahia, as ações desenvolvidas na 1ª fase estão voltadas para (i) estruturação da unidade de coordenação estadual (UCE-BA); (ii) fortalecimento da gestão de unidades de conservação estaduais e federais; (iii) operações de fiscalização integradas; (iv) monitoramento da cobertura florestal; e (v) elaboração de um plano de gestão do corredor. A segunda fase iniciará-se no segundo semestre de 2005, envolvendo o financiamento de projetos selecionados pelos comitês gestores de cada estado, conforme diretrizes e critérios a serem estabelecidos.

Avaliação Sub-Global: Avaliação Ecosistêmica do Milênio (Unesco). A Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo vem desenvolvendo as seguintes atividades:

Prospecção de universidades, instituições de pesquisa, pesquisadores e cientistas atuantes em pesquisas voltados para diagnóstico e estudo de bens e serviços ambientais (biodiversidade, água, solo, ar, cobertura vegetal, alimentos, fibras, produtos florestais, lazer, cultura, etc.) no âmbito da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo (RBCV).

Envolvimento dos pesquisadores para elaboração de um diagnóstico sistêmico das condições dos bens e serviços ambientais da região citada.

Organização de *workshop* científico com pesquisadores, para apresentação da proposta da Avaliação do Milênio no mundo e na RBCV e debate sobre a condução do processo.

Organização de *workshop* de usuários, para discutir com representantes da iniciativa privada, sociedade civil organizada, poder público municipal, estadual, e federal, a proposta da Avaliação

do Milênio no mundo e na RBCV.

Participação em reuniões internacionais da Avaliação do Milênio. Fonte de Financiamento: Unesco.

Principais resultados:

Dois *workshops* científicos.

Um *workshop* de usuários.

Uma palestra no Instituto Florestal com representantes da Avaliação do Milênio - escritório da Malásia e dos Estados Unidos.

Relatório com diagnóstico inicial dos ecossistemas na RBCV.

"Seminário Internacional sobre a Avaliação Ecosistêmica do Milênio" realizado em 01/04/2005 no IPEN/USP, em São Paulo.

40 - Seu país está utilizando diretrizes de avaliação de impacto ambiental em projetos ou planos para avaliar os efeitos sobre áreas protegidas? (decisão VII/28)

a) Não	
b) Não, mas diretrizes relevantes de avaliação de impacto ambiental estão sendo desenvolvidas	
c) Sim, diretrizes de avaliação de impacto ambiental estão sendo utilizadas em alguns projetos ou planos (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, diretrizes de avaliação de impacto ambiental estão sendo utilizadas em todos os projetos ou planos relevantes (favor fornecer detalhes abaixo)	X

Comentários adicionais sobre o emprego de diretrizes de avaliação de impacto ambiental em projetos ou planos para avaliar os efeitos sobre áreas protegidas.

A Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação(SNUC), define, em seu Artigo 36, que "nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, assim considerado pelo órgão ambiental competente, com fundamento em estudo de impacto ambiental e respectivo relatório - EIA/RIMA, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral". Define, também, que "quando o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração, e a unidade afetada deverá ser uma das beneficiárias da compensação definida neste artigo".

O Decreto nº. 4.340 de 22 de agosto de 2002 define um sistema de compensação para atividades com significativo impacto ambiental. Os recursos obtidos por meio do sistema de compensação serão aplicados em:

- I. regularização fundiária e demarcação das terras;
- II. elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;
- III. aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;
- IV. desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova unidade de conservação;
- V. desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da unidade de conservação e área

de amortecimento.

Câmara de Compensação Ambiental criada no âmbito do Ibama, tem caráter deliberativo e como objetivo decidir sobre a distribuição das medidas compensatórias para a aplicação nas Unidades de Conservação existentes ou a serem criadas e propor plano de aplicação dos recursos de compensação ambiental.

41 - Seu país identificou lacunas e barreiras legais que impeçam o estabelecimento e manejo efetivo de áreas protegidas? (decisão VII/28)

a) Não	
b) Não, mas trabalhos relevantes estão sendo desenvolvidos nesse sentido	
c) Sim, algumas lacunas e barreiras foram identificadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, muitas lacunas e barreiras foram identificadas (favor fornecer detalhes abaixo)	X

Comentários adicionais sobre as lacunas e barreiras legais que impedem o estabelecimento e manejo efetivo de áreas protegidas.

Podemos destacar dois grandes problemas das áreas protegidas brasileiras:
O total de área protegida por bioma é insuficiente para a conservação da biodiversidade (mínimo de 10% de proteção integral por bioma, segundo as conclusões do "IV Congresso Internacional de Áreas Protegidas", Caracas 1992). As áreas já criadas ainda não atingiram plenamente os objetivos que motivaram sua criação. No entanto, a conjuntura atual indica o surgimento de oportunidades únicas, favoráveis à superação dos desafios acima expostos, pois o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) abre a possibilidade de criação de um sistema de unidades de conservação que integra, sob um só marco legal, as unidades de conservação das três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

42 - Seu país realizou avaliações nacionais sobre as necessidades de capacidade estabelecida em áreas protegidas, e estabeleceu programas de capacitação? (decisão VII/28)

a) Não	
b) Não, mas avaliações estão em curso	X
c) Sim, uma avaliação básica foi realizada e alguns programas foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, uma avaliação completa foi realizada, e programas abrangentes foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	

Comentários adicionais sobre avaliações sobre as necessidades de capacidade estabelecida em áreas protegidas e sobre o estabelecimento de programas de capacitação.

43 - Seu país implementou planos sustentáveis de financiamento em nível nacional para apoiar sistemas nacionais de áreas protegidas? (decisão VII /28)	
a) Não	
b) Não, mas um plano relevante está sendo desenvolvido	X
c) Sim, um plano relevante foi estabelecido (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, um plano relevante está sendo implementado (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre planos sustentáveis de financiamento em nível nacional que apóiam sistemas nacionais de áreas protegidas.	
<p>Projeto ARPA: ver comentário da questão 37.</p> <p>O Programa Nacional de Áreas Protegidas é responsável pela implementação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas (SNUC), e atua em parceria com instituições e programas , que financiam a criação, a implementação e a manutenção de Áreas Protegidas, segundo as definições do SNUC. A criação e a gestão das áreas protegidas no Brasil é feita de modo descentralizado, de forma que deve haver distribuição dos recursos destinados a esse fim. Tal distribuição é realizada por meio do financiamento de projetos planejados e implementados por governos estaduais e municipais, e instituições não-governamentais. As instituições financiadoras desses projetos, que atuam em parceria com o Programa Nacional de Áreas Protegidas, do Ministério do Meio Ambiente, são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Programa Parques do Brasil; - Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird, www.worldbank.org.br); - Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, www.iadb.org); - Fundo Mundial para a Natureza (WWF, www.wwf.org.br); - Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonoplata); - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio, www.funbio.org); - Fundo Nacional para o Meio Ambiente (FNMA, www.mma.gov.br/port/fnma/capa/fnma.html); - Fundo para o Meio Ambiente Mundial - FMAM (Global Environment Facility - GEF, www.gefweb.org); - Fundos de Financiamento da Convenção de Ramsar - Wetlands For The Future - WFF (Zonas Úmidas para o Futuro, http://ramsar.org); - Pequenas Doações para a Conservação e Uso Racional das Zonas Úmidas (Small Grants Funds, http://ramsar.org, www.iucn.org); - Fundação O Boticário de Proteção à Natureza (www.fbpn.org.br). <p>Informações em http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/ffinanci.html</p>	

44 - Seu país está implementando métodos, padrões, critérios e indicadores apropriados para avaliar a efetividade do manejo e governança das áreas protegidas? (decisão VII /28)

a) Não

b) Não, mas métodos, padrões, critérios e indicadores relevantes estão sendo desenvolvidos

X

c) Sim, Alguns métodos, padrões, critérios e indicadores nacionais foram desenvolvidos e estão sendo utilizados (favor fornecer detalhes abaixo)

d) Sim, alguns métodos, padrões, critérios e indicadores nacionais foram desenvolvidos e estão sendo utilizados, e alguns métodos, padrões, critérios e indicadores internacionais estão sendo utilizados (favor fornecer detalhes abaixo)

Comentários adicionais sobre métodos, padrões, critérios e indicadores para avaliar a efetividade do manejo e governança de áreas protegidas.

Avaliação Rápida e a Priorização do Manejo de Unidades de Conservação - RAPPAM: Trazida para avaliar o Manejo no Sistema de Unidades de Conservação da Mata Atlântica (sua primeira aplicação no Brasil) por iniciativa do Instituto Florestal/SP, a metodologia foi aplicada no decorrer do ano de 2004 em parceria com o Fundo Mundial para a Natureza - WWF e a Fundação Florestal. O método baseia-se na aplicação de questionário abrangendo: pressões e ameaças; importância biológica; importância socioeconômica; vulnerabilidade; objetivos; amparo legal; desenho e planejamento da área; recursos humanos; comunicação e informação; infra-estrutura; recursos financeiros; planejamento; processo de tomada de decisão; pesquisa, avaliação e monitoramento; desenho do sistema de unidades de conservação; políticas de unidades de conservação; ambiente político. O RAPPAM, além de representar uma importante ferramenta para a avaliação da implementação e gestão do sistema paulista de unidades de conservação, contribui também para a sistematização e documentação de informações. Atualmente, o registro das atividades desenvolvidas nas unidades e a organização do funcionamento do sistema apresentam-se fragmentados e o RAPPAM traz a possibilidade de unificar as informações em um único banco de dados, padronizado para todas as unidades.

Informações em http://www.wwf.org.br/publicacoes/download/rappam_pub_estudosp.zip

Diagnóstico das ocupações e uso das áreas de preservação permanente dos córregos Mato Seco, Cedro e ribeirão do Gama, no Distrito Federal: realizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos dos Distrito Federal, o diagnóstico compreende as seguintes atividades:

- vistoria ao longo das áreas de preservação permanente para identificar as ocupações irregulares;
- aplicação de questionário para os ocupantes da área, produzindo informações primárias sobre o histórico da ocupação, bem como sobre a real situação do cenário social da área;
- compilação e análise do arcabouço legal afeto ao tema "ocupação de áreas de preservação permanente";
- realização de palestras para sensibilização ambiental e mobilização comunitária junto à Associação dos Produtores da Comunidade Rural da Vargem Bonita e moradores do Setor de mansões Park Way;
- mutirão ambiental para a limpeza do ribeirão do Gama e nas proximidades da comunidade da Vargem Bonita, para conscientização dos chacareiros.

Quadro V.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

a) Os últimos anos foram de grandes esforços no sentido de fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A criação do Fórum Nacional de Áreas Protegidas reflete o empenho do País em cumprir os compromissos firmados com a CDB. O Brasil possui cerca de 8,5% do território nacional destinado às unidades de conservação. O fortalecimento do SNUC vem permitindo a criação de UCs federais, e incentivando a criação de UCs estaduais. Destaca-se também a grande atenção que tem sido dada à criação de corredores ecológicos, e às propostas de manejo integrado de paisagens. Avanços importantes: corredores ecológicos, avanços na elaboração de planos de manejo para UCs, ARPA (ver comentários da questão 38), ICMS ecológico e criação de RPPNs. Considerando tanto a relevância do tema unidades de conservação como a falta de abordagens consistentes sobre o assunto, a Fundação O Boticário, em parceria com a Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, além de outras instituições locais, iniciou, em 1997, a realização dos Congressos Brasileiros de Unidades de Conservação. Consolidando-se como um dos mais respeitados eventos periódicos na área de conservação em toda a América Latina.

b) A criação do Fórum Nacional de Áreas Protegidas (ver comentários da questão 36) contribui de forma significativa para o alcance do objetivo 4 do Plano Estratégico da Convenção (Planos de Ação, Estratégias Nacionais de Biodiversidade, bem como a integração do tema biodiversidade no contexto dos setores relevantes da sociedade, são ferramentas efetivas na implementação dos objetivos da Convenção)

c) A criação de UCs e o fortalecimento do SNUC contribuem para o alcance do objetivo 8 (manter a capacidade de ecossistemas de fornecer bens e serviços) das metas para 2010.

d) As iniciativas relacionadas à criação e ao fortalecimento das unidades de conservação contribuem para a implementação da segunda diretriz do componente 2 da Política Nacional da Biodiversidade (Conservação de ecossistemas em unidades de conservação). As iniciativas relacionadas a manejo de paisagens, corredores ecológicos e reservas da biosfera contribuem para a implementação da primeira diretriz do componente 2 da PNB (Promoção de ações de conservação *in situ* da biodiversidade e dos ecossistemas em áreas não estabelecidas como unidades de conservação, mantendo os processos ecológicos e evolutivos e a oferta sustentável dos serviços ambientais).

e) A fração de áreas protegidas em relação à superfície total do País é um dos indicadores relacionados à meta 9 do objetivo 7 dos ODMs. As iniciativas voltadas à criação de UCs são, portanto, contribuições diretas para a implementação desse objetivo.

f) A porcentagem de área protegida é ainda insuficiente para garantir a proteção adequada da biodiversidade. Alguns biomas recebem pouca atenção, como a Caatinga e o Cerrado. Dificuldades

encontradas: limitação na participação pública e no envolvimento de atores sociais; tratamento transversal da biodiversidade por outros setores da sociedade limitado; falta de medidas preventivas e pró-ativas, causando políticas reativas; instituições enfraquecidas causam incapacidade de agir; falta de recursos humanos; falta de transferência de tecnologia e expertise; perda de conhecimentos tradicionais; falta de capacitação adequada em pesquisa científica para apoiar todos os objetivos; falta de conhecimento e de documentação acerca da perda da biodiversidade e dos bens e serviços providos por ela; conhecimentos científicos e tradicionais não são completamente utilizados; disseminação de informação nos níveis nacional e internacional é insuficiente; falta de educação e conscientização pública em todos os níveis; falta de recursos financeiros e humanos; falta de medidas de incentivo econômico; falta de repartição de benefícios; falta de sinergias nos níveis nacional e internacional; falta de cooperação horizontal entre atores sociais; falta de parcerias efetivas; falta de engajamento da comunidade científica; pobreza; pressões populacionais; padrões de produção e consumo insustentáveis; falta de capacidades por parte das comunidades locais; mudança climática; desastres naturais.

Artigo 8(h) Espécies exóticas

45 - Seu país identificou espécies exóticas introduzidas em seu território e estabeleceu um sistema para monitorar a introdução de espécies exóticas?	
a) Não	
b) Sim, algumas espécies exóticas foram identificadas mas um sistema de monitoramento ainda não foi estabelecido	X
c) Sim, algumas espécies exóticas foram identificadas e um sistema de monitoramento foi estabelecido	
d) Sim, espécies exóticas constituem uma grande preocupação identificada, e um sistema de monitoramento foi estabelecido	

46 - Seu país avaliou os riscos apresentados pela introdução dessas espécies exóticas aos ecossistemas, <i>habitats</i> ou espécies?	
a) Não	
b) Sim, mas apenas para algumas espécies exóticas preocupantes (favor fornecer detalhes abaixo)	X
c) Sim, para a maior parte das espécies exóticas (favor fornecer detalhes abaixo)	

Comentários adicionais sobre a avaliação dos riscos apresentados pela introdução dessas espécies exóticas aos ecossistemas, *habitats* ou espécies.

Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras: O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Brasileira apóia a realização do "Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras", composto por quatro relatórios temáticos:

- Informe nacional sobre espécies exóticas invasoras que afetam o ambiente marinho;
- Informe nacional sobre espécies exóticas invasoras que afetam o ambiente terrestre;
- Informe nacional sobre espécies exóticas invasoras que afetam a saúde humana;
- Informe nacional sobre espécies exóticas invasoras que afetam os sistemas de produção da agricultura, pecuária e silvicultura.

Mais informações em http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=14&id_conteudo=683

VI GI AGRO ver comentários na questão 21

I Simpósio Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras: a ser realizado em outubro de 2005, em Brasília, o Simpósio tratará dos seguintes temas: espécies exóticas invasoras de flora e fauna; espécies exóticas invasoras em sistemas produtivos; espécies exóticas invasoras que afetam a saúde humana; ambientes aquáticos continentais e marinhos; ambientes terrestres; análise de risco, prevenção, erradicação, controle; planejamento para ações executivas; legislação; sistemas de informação; e custos associados a impactos de invasões biológicas. Mais informações em www.institutohorus.org.br

Projeto Plantas Exóticas: o Núcleo de Ensino e Pesquisa Aplicada (NEPA), o Instituto Hórus e a The Nature Conservancy (TNC), estão realizando um levantamento nacional de espécies exóticas invasoras. Todas as informações estão sendo compiladas em um banco de dados cedido ao projeto

pela Universidade de Bariloche, na Argentina, que desenvolveu trabalho similar em parceria com a - *Inter American Biodiversity Information Network* (Iabin). Mais informações em <http://www.nepa.org.br/plantasExoticas/projetoPlantas.aspx>

Edital CT-Hidro/MCT/CNPq nº. 043/2004, para as seguintes áreas prioritárias: Gerenciamento de recursos hídricos; 2. Conservação da água no meio urbano; 3. Sustentabilidade nos ambientes brasileiros; 4. Uso integrado e eficiente da água. Uma das linhas de apoio/temas foi a de "Controle de espécies aquáticas invasoras".

Fórum de Espécies Invasoras e Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Sul: estabelecido em 2003, em uma iniciativa conjunta do Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas e da Auto-Sustentabilidade (IDEAAS) com o Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental. O Fórum tem por objetivo estabelecer uma agenda de combate a invasões biológicas a ser executada pelos seus participantes. Prioridades foram definidas em trabalhos de grupo que enfocam os seguintes temas:

- a) Pesquisa e sistematização de informações.
- b) Políticas públicas e marcos legais.
- c) Modelos de gestão para espécies florestais.
- d) Modelos de gestão para espécies campestres.
- e) Integração entre setores produtivos.
- f) Captação de recursos.

Mais informações em http://www.ideaas.org.br/id_proj_forum.htm

PROGRAMA GLOBAL DE ESPÉCIES INVASORAS (GISP): foi estabelecido em 1997 para tratar das ameaças globais causadas pelas espécies exóticas invasoras, e dar suporte à implementação do Artigo 8 da CDB. Sua missão é conservar a biodiversidade e minimizar a disseminação e impacto das espécies exóticas invasoras. Além de melhorar as bases científicas para as tomadas de decisões sobre espécies invasoras; implantar sistemas de avaliação e respostas rápidas; aumentar a habilidade para o manejo das espécies invasoras; reduzir os impactos econômicos das espécies invasoras e criar métodos de controle; desenvolver melhores métodos de avaliação de risco; fortalecer acordos internacionais.

Se esforça para desenvolver educação pública sobre espécies invasoras; compreender melhor a ecologia das espécies invasoras; desenvolver novos códigos de conduta para o movimento das espécies e planos de trabalho institucional e legal para o controle de espécies invasoras; desenvolver novas ferramentas para quantificar o impacto das espécies invasoras.

47 - Seu país implementou medidas para impedir a introdução de, controlar ou erradicar aquelas espécies exóticas que ameaçam ecossistemas, *habitats* ou espécies?

a) Não	
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	

Comentários adicionais sobre as medidas para impedir a introdução de, controlar ou erradicar aquelas espécies exóticas que ameaçam ecossistemas, *habitats* ou espécies.

LEI Nº. 5.197 DE 3 DE JANEIRO DE 1967: Estabelece que nenhuma espécie pode ser introduzida no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida na forma da Lei.

PORTARIA IBAMA Nº 79-P DE 03 DE MARÇO 1975: Com relação ao abate de espécies exóticas invasoras: Art. 10. Durante todo ano, os animais considerados daninhos poderão ser controlados ou abatidos mediante autorização fornecida exclusivamente pela presidência do IBDF, face a requerimento prévio do proprietário das terras, que deverá incluir no mesmo o local de sua propriedade, os animais que solicita considerar daninhos e nomes das pessoas indicadas para proceder ao controle desses animais.

§ 1o O Departamento de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, através de sua Divisão de Proteção à Natureza, antes do ato declaratório da espécie como daninha, se pronunciará a respeito.

§ 2o Em seu parecer, o departamento, caso concorde com a pretensão do interessado, especificará que local, quais as espécies, em que período de tempo e condições o ato declaratório vigorará.

PORTARIA IBAMA Nº. 142/94, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1994, Proibe a introdução, a transferência, o cultivo e a comercialização de formas vivas das seguintes espécies de peixes, nas áreas abrangidas pelas bacias dos rios Amazonas e Paraguai: bagre-africano (*Clarias gariepinus*) e bagre-do-canal (catfish) (*Ictalurus punctatus*).

PORTARIA IBAMA Nº. 119, DE 17 DE OUTUBRO DE 1997: Estabelece normas para a introdução e reintrodução de peixes, crustáceos, moluscos e algas para fins de aquicultura, excluindo-se as espécies cuja finalidade precípua é a ornamental e proíbe durante cinco anos a introdução de espécies não ornamentais de peixes de água doce.

Resolução Conama nº. 237, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1997: A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento do órgão ambiental competente, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Entre outras atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental, vale citar o uso de recursos naturais (silvicultura, exploração econômica da madeira ou lenha e subprodutos florestais, atividade de manejo de fauna exótica e criadouro de fauna silvestre, utilização do patrimônio genético

natural, manejo de recursos aquáticos vivos, introdução de espécies exóticas e/ou geneticamente modificadas, uso da diversidade biológica pela biotecnologia).

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº. 290, DE 15 DE ABRIL DE 1996, Ministérios da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária; da Educação e do Desporto; e da Ciência e Tecnologia. Determina aos órgãos da Administração Direta e Indireta dos Ministérios cujos titulares estão acima discriminados, bem como às entidades conveniadas, sob cuja responsabilidade ou orientação se realizem pesquisas na área de fitossanidade ou em outra com ela relacionada, que a detecção ou caracterização de qualquer praga, seja fungo, bactéria, vírus, viróide, nematóide, inseto ou ervadinha até então considerada inexistente no território nacional, deve imediatamente ser notificada à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (SDA/MAARA), antes de qualquer divulgação.

Uma vez notificada a presença da nova praga, caberá à SDA/MAARA, por intermédio do Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal (DDIV), efetuar um levantamento de sua distribuição geográfica no território nacional e de suas possibilidades de controle e erradicação. Em função da distribuição da praga no território nacional, a SDA/MAARA tornará as providências necessárias para notificação à Organização Mundial do Comércio (OMC), alteração da lista de pragas quarentenárias e liberação da informação para divulgação.

LEI Nº. 9.605 DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998: estabelece as penas para quem introduzir espécime animal no País, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente (detenção, de três meses a um ano e multa) e para quem disseminar doença, praga ou espécies que possam causar dano à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas (reclusão, de um a quatro anos, e multa).

Com relação ao abate de espécies exóticas invasoras, estabelece que não é crime o abate de animal, quando realizado para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória ou destruidora de animais, desde que legal e expressamente autorizado pela autoridade competente; por ser nocivo o animal, desde que assim caracterizado pelo órgão competente.

PORTARIA IBAMA Nº 93, DE 07 DE JULHO 1998: proíbe a importação de espécimes vivos para fins de criação com objetivos comerciais, manutenção em cativeiro como animal de estimação ou ornamentação e para a exibição em espetáculos itinerantes e fixos, salvo em jardins zoológicos, os seguintes taxa:

I. invertebrados;

II. anfíbios (exceto *Rana catesbiana* - rã-touro);

III. répteis;

IV. ave da espécie *Sicalis flaveola* e suas subespécies;

V. mamíferos das Ordens: Artiodactyla (exceto os considerados domésticos para fins de operacionalização do Ibama), Carnivora, Cetacea, Insectivora, Lagomorpha, Marsupialia, Pennipedia, Perissodactyla, Proboscidea, Rodentia e Sirênia.

PORTARIA IBAMA Nº. 145, DE 29 DE OUTUBRO DE 1998: estabelece normas para a introdução,

reintrodução e transferência de peixes, crustáceos, moluscos, e macrófitas aquáticas para fins de aquicultura, excluindo-se as espécies animais ornamentais. Proíbe a introdução de espécies de peixes de água doce, bem como de macrófitas de água doce.

A reintrodução será permitida apenas para as finalidades: 1. melhoramento genético ou formação de plantéis para reprodução; 2. bioensaios; 3. bioindicação.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA, Nº 03 DE 15 DE abril 1999: estabelece os critérios para o Licenciamento Ambiental de empreendimentos e atividades que envolvam manejo de fauna silvestre exótica e de fauna silvestre brasileira em cativeiro. Os critérios para o Licenciamento Ambiental de empreendimentos e atividades que envolvam o manejo de fauna silvestre brasileira ou exótica em cativeiro serão estabelecidos com base nos diferentes níveis de risco ou impacto que os empreendimentos e atividades representam para os ecossistemas, ao nível local ou regional, em caso de fuga para a natureza.

DECRETO Nº. 3.179, DE 21 DE SETEMBRO DE 1999: estabelece multas para a introdução, importação ou disseminação de espécies exóticas ou pragas no País, bem como para a disseminação de doença, praga ou espécies que possam causar danos à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas. Proíbe a importação ou a exportação de quaisquer espécies aquáticas, em qualquer estágio de evolução, bem como a introdução de espécies nativas ou exóticas em águas jurisdicionais brasileiras, sem autorização do órgão ambiental competente.

INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº. 38, DE 14 DE OUTUBRO DE 1999, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária. Estabelece a lista de Pragas Quarentenárias A1, A2 e as Não-Quarentenárias Regulamentadas, que demandam atenção especial de todos os integrantes do sistema de defesa fitossanitária do País, destacando as de alto risco potencial para as quais fica estabelecido o Alerta Máximo.

(Pragas Quarentenárias A1: aquelas não-presentes no País, porém com características de serem potenciais causadoras de importantes danos econômicos, se introduzidas)

(Pragas Quarentenárias A2: aquelas de importância econômica potencial, já presentes no País, porém não se encontram amplamente distribuídas e possuem programa oficial de controle)

(Pragas Não-Quarentenárias Regulamentadas: aquelas não-quarentenárias cuja presença em plantas, ou partes destas, para plantio, influi no seu uso proposto com impactos econômicos inaceitáveis)

LEI Nº. 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000: proíbe a introdução nas unidades de conservação de espécies não-autóctones, porém excetuam-se dessa disposição: as Áreas de Proteção Ambiental, as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, bem como os animais e plantas necessários à administração e às atividades das demais categorias de unidades de conservação, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade. Nas áreas particulares localizadas em Refúgios de Vida Silvestre e Monumentos Naturais podem ser criados animais domésticos e cultivadas plantas consideradas compatíveis com as finalidades da unidade, de acordo com o que dispuser o seu Plano de Manejo.

DECRETO Nº.4.339, DE 22 DE AGOSTO DE 2002: institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.

Contempla os seguintes objetivos específicos sobre espécies exóticas invasoras:

- Inventariar e mapear as espécies exóticas invasoras e as espécies-problema, bem como os ecossistemas em que foram introduzidas para nortear estudos dos impactos gerados e ações de controle.
- Promover e apoiar pesquisas para subsidiar a prevenção, erradicação e controle de espécies exóticas invasoras e espécies-problema que ameacem a biodiversidade, atividades da agricultura, pecuária, silvicultura e aqüicultura e a saúde humana.
- Articular ações com o órgão responsável pelo controle sanitário e fitossanitário com vistas à troca de informações para impedir a entrada no País de espécies exóticas invasoras que possam afetar a biodiversidade.
- Promover a prevenção, a erradicação e o controle de espécies exóticas invasoras que possam afetar a biodiversidade.
- Apoiar as ações do órgão oficial de controle fitossanitário com vistas a evitar a introdução de pragas e espécies exóticas invasoras em áreas no entorno e no interior de unidades de conservação.
- Apoiar o desenvolvimento de metodologias e de indicadores para o monitoramento dos componentes da biodiversidade dos ecossistemas e dos impactos ambientais responsáveis pela sua degradação, inclusive aqueles causados pela introdução de espécies exóticas invasoras e de espécies-problema.
- Apoiar as ações do órgão oficial responsável pela sanidade e pela fitossanidade com vistas em monitorar espécies exóticas invasoras para prevenir e mitigar os impactos de pragas e doenças na biodiversidade.
- Apoiar a realização de análises de risco e estudos dos impactos da introdução de espécies exóticas potencialmente invasoras, espécies potencialmente problema e outras que ameacem a biodiversidade, as atividades econômicas e a saúde da população, e a criação e implementação de mecanismos de controle.
- Promover e aperfeiçoar ações de prevenção, controle e erradicação de espécies exóticas invasoras e de espécies-problema.
- Estabelecer mecanismos para determinar a realização de estudos de impacto ambiental, inclusive Avaliação Ambiental Estratégica, em projetos e empreendimentos de larga escala, inclusive os que possam gerar impactos agregados, que envolvam recursos biológicos, inclusive aqueles que utilizem espécies exóticas e organismos geneticamente modificados, quando potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 2, DE 9 DE JANEIRO DE 2002. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Defesa Agropecuária: aprova as Normas para a Notificação de Ocorrência de Pragas Exóticas no País.

Resolução Conama Nº. 312, de 10 de dezembro de 2002. Dispõe sobre licenciamento ambiental dos empreendimentos de carcinicultura na zona costeira.

LEGI SLAÇÃO ESPECÍFICA POR ESPÉCIE:

Javali europeu (*Sus scrofa*):

PORTARIA N°. 33, DE 31/03/1998: mantém a proibição de importação e do transporte interestadual de espécimes de javali, *Sus scrofa scrofa*. Os criadouros de javali já instalados em território nacional deverão aguardar a publicação de portaria que regulamentará a criação de espécies da fauna silvestre exótica em criadouros comerciais.

PORTARIA N°. 102, DE 15/07/1998: estabelece que os criadouros comerciais de javali-europeu já instalados ou em funcionamento, sejam devidamente comprovados por meio da apresentação das Notas Fiscais de Compra, ou Licenças de Importação do Ministério da Agricultura, ou Guia de Trânsito Animal-GTA, devendo regularizar sua situação junto ao Ibama, caso contrário o órgão poderá exigir o abate dos animais.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA N°. 03, DE 15 DE ABRIL 1999: Estabelece as normas para manutenção e manejo do javali e responsabiliza civil e criminalmente os seus proprietários, em caso de fuga dos animais para a natureza, pelos danos causados às pessoas e ao patrimônio público ou privado.

INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA, N°. 25 DE 31/03/2004: autoriza o manejo do javali - *Sus scrofa* - para o controle populacional, em caráter experimental, por meio da captura e do abate, no Estado do Rio Grande do Sul, pelo período de 1 (um) ano, a partir da data de publicação desta Instrução Normativa. Estabelece que a captura e o abate do javali somente serão permitidos nos municípios gaúchos de Aceguá, Arroio Grande, Arroio dos Ratos, Bagé, Bom Jesus, Cambará do Sul, Candiota, Caxias do Sul, Cerrito, Fagundes Varela, Herval, Hulha Negra, Ipê, Jaguarão, Jaquirana, Muitos Capões, Nova Prata, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santa Tereza, São Francisco de Paula, Vacaria e Viamão.

Caramujo-gigante-africano (*Achatina fulica*):

Parecer técnico (Ofício N° 006/03 - CGFAU/IBAMA, de 17 janeiro de 2003) sobre o Ordenamento e Normatização da Criação da Espécie Exótica *Achatina fulica*

Parecer Técnico (n°. 003/03 - DPC/PPP/DDIV/MAPA, de 20 de janeiro de 2003) sobre controle e erradicação do molusco exótico *Achatina fulica*.

Mexilhão dourado (*Limnoperna fortunei*)

PORTARIA MMA N° 494, DE 22/12/2003: institui no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, Força-Tarefa Nacional (FTN) para o controle do *Limnoperna fortunei* (mexilhão-dourado).

Controle, manejo e monitoramento da fauna invasora e em desequilíbrio.

Ação realizada pelo Ibama no âmbito do Programa Conservação, Uso Sustentável e Recuperação da Biodiversidade do Plano Plurianual do Governo Federal. As principais atividades desenvolvidas foram:

- Diagnóstico dos problemas com espécies exóticas invasoras junto às gerências executivas do Ibama nos estados e centros especializados.
- Implementação do plano de ação para o controle do caramujo-gigante-africano (*Achatina fulica*) no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Rio Grande do Norte (Piloto), Pará e Amazonas, em parceria com as prefeituras municipais das cidades onde ocorre a infestação.
- Publicação de Instruções Normativas (n° 24/04 e n° 25/04) que autorizam o abate para o

controle populacional do javali (*Sus scrofa scrofa*) e da caturrita (*Myiopsitta monachus*) no Rio Grande do Sul.

Projeto de monitoramento e controle do caramujo-gigante-africano (*Achatina fulica*), lebre-européia (*Lepus europaeus*) e do javali-europeu (*Sus scrofa*) no Estado de São Paulo, desenvolvido pelos Escritórios Regionais do Ibama no Estado.

Projeto-piloto para o controle do javali europeu asselvajado (*Sus scrofa*) no Estado de Santa Catarina, em execução na zona rural de Chapecó-SC.

Os principais resultados alcançados foram:

Aumento no conhecimento relativo às espécies exóticas invasoras e dos processos envolvidos (meios e rotas de dispersão, área de ocorrência e principais impactos causados).

Estabelecimento de contatos e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais que desenvolvem trabalhos vinculados ao tema.

Publicação de Instruções Normativas voltadas para o controle de espécie exótica invasora e sinantrópica (javalí e caturrita) no Rio Grande do Sul.

Programas regionais desenvolvidos pelas Gerências Executivas e Escritórios Regionais do Ibama nos Estados em andamento (controle e monitoramento de EEI e sinantrópicas).

Plano de Ação para o controle do caramujo gigante africano (*Achatina fulica*) implementado em todas as regiões do País onde ocorre a infestação.

Programa Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária. O programa é executado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Vigilância Ambiental pelo Centro Nacional de Epidemiologia: a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), por meio do Centro Nacional de Epidemiologia (Cenepi) e respaldada pelo Decreto nº. 3.450, de 10 de maio de 2000, que estabelece como atribuição do Cenepi a "gestão do sistema nacional de vigilância ambiental", está estruturando, com vistas na implantação em todo território nacional, o Sistema Nacional de Vigilância Ambiental em Saúde (SNVA), que prioriza a informação, no campo da vigilância ambiental, de fatores biológicos (vetores, hospedeiros, reservatórios, animais peçonhentos), qualidade da água para consumo humano, contaminantes ambientais químicos e físicos que possam interferir na qualidade da água, ar e solo, e os riscos decorrentes de desastres naturais e de acidentes com produtos perigosos.

PROGRAMA GLOBAL DE GERENCIAMENTO DE ÁGUA DE LASTRO (GLOBALLAST). O Programa Global de Gerenciamento de Água de Lastro (GloBallast) é uma iniciativa da Organização Marítima Internacional (IMO), contando com o apoio dos Estados Membros e da indústria do transporte marítimo, e objetiva apoiar países em desenvolvimento no trato do problema de água de lastro. Os recursos para a sua execução provêm do GEF, repassados por intermédio do PNUD.

O projeto visa reduzir a transferência de espécies marinhas não-nativas indesejáveis, que têm como vetor a água-de-lastro dos navios. Tem como propósito ajudar os países em desenvolvimento a implementar as medidas de caráter voluntário previstas na Resolução A.868 (20) - IMO "Diretrizes

para o Controle e Gerenciamento da Água de Lastro dos Navios para Minimizar a Transferência de Organismos Aquáticos Nocivos e Agentes Patogênicos", resolução essa já traduzida e distribuída pela Diretoria de Portos e Costas (DPC) à Comunidade Marítima e Capitânias do Portos.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é a Agência Coordenadora para o Programa GloBallast, no Brasil, sendo a Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQA), o "Ponto Focal Nacional" designado para o projeto. O Ponto Focal é auxiliado em suas atividades pelo Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho (GERCOM/SQA), contando, ainda, com um Assistente Técnico e uma "Força-Tarefa Nacional", integrada por equipe multidisciplinar de especialistas e colaboradores de universidades e instituições.

Para que se possam alcançar os objetivos gerais, o Programa possui uma série de objetivos imediatos, que estão relacionados com realizações e atividades específicas. São eles:

- Coordenação do Programa.
- Comunicação, educação e mobilização.
- Avaliação de risco.
- Medidas de gestão de água de lastro.
- Conformidade, monitoramento e efetivação.
- Cooperação regional e reprodução.
- Recursos e financiamento.

Trata-se de um programa de quatro anos de duração (inicialmente três anos, de março de 2000 a março de 2003, com um ano de extensão, até março de 2005), com um orçamento total de 10,2 milhões de dólares, incluindo: 7,39 milhões de dólares do GEF e 2,8 milhões de dólares de um fundo comum entre os seis países participantes.

Água de Lastro: a Marinha está elaborando uma Norma (Normam), determinando que todos os navios que se destinarem aos portos brasileiros troquem a água-de-lastro, ao menos, a 200 milhas da costa e a 200 metros de profundidade. A decisão foi tomada no seminário sobre a Convenção de Água de Lastro e os Desafios para Proteger o País das Espécies Aquáticas Invasoras, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Transpetro, em novembro de 2004. No encontro, que reuniu técnicos e pesquisadores dos Ministérios do Meio Ambiente, Transportes, Saúde e Ciência e Tecnologia, além de representantes da indústria náutica, foi aprovada a elaboração de uma agenda de trabalho definindo um plano de ação para gerenciar o controle da água-de-lastro nas zonas portuárias. Estima-se que pelo menos sete mil espécies aquáticas são transportadas, diariamente, entre diferentes regiões do mundo por meio da água-de-lastro dos navios. O plano de ação visa dar continuidade ao trabalho desenvolvido há seis anos pelo Programa Globallast, executado pela IMO, com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). O programa tem como objetivo reduzir a transferência de espécies exóticas e auxiliar o País a se preparar para implantar a nova convenção internacional para controle e gestão de água-de-lastro.

Combate ao mexilhão-dourado: o Brasil, por meio do Ministério do Meio Ambiente, realizou campanha nacional de combate ao mexilhão-dourado com objetivo de difundir informações sobre os problemas causados pela invasão do molusco e a necessidade de conter sua expansão. A campanha apresentará também o Plano de Ação Emergencial, aprovado pela força-tarefa nacional para controle

do mexilhão. O plano prevê a utilização de hipoclorito de sódio nas represas, onde for detectada concentração de mexilhão dourado, e tinta anti-incrustante nos cascos das embarcações. A força-tarefa é coordenada pela Secretaria de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, que conta com representantes dos Ministérios de Minas e Energia, Agricultura, Integração, Saúde, Transportes e Marinha, além de governos estaduais e empresas de saneamento e energia.

48 - Quando tratando da questão de espécies invasoras, seu país desenvolveu ou envolveu-se em mecanismos para cooperação internacional, incluindo o intercâmbio de melhores práticas? (decisão V/8)

a) Não	X
b) Sim, cooperação bilateral	
c) Sim, cooperação regional e/ou sub-regional	
d) Sim cooperação multilateral	

49 - Seu país está utilizando a abordagem ecossistêmica e abordagens de precaução e biogeográficas, conforme apropriado, em seu trabalho com espécies exóticas invasoras? (decisão V/8)

a) Não	X
b) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)	

Comentários adicionais sobre o uso de abordagem ecossistêmica e abordagens de precaução e biogeográficas no trabalho com espécies exóticas invasoras

50 - Seu país identificou necessidades e prioridades nacionais para a implementação dos Princípios Diretores? (decisão VI/23)

a) Não	
b) Não, mas necessidades e prioridades estão sendo identificadas	X
c) Sim, necessidades e prioridades nacionais foram identificadas (favor fornecer abaixo uma lista das necessidades e prioridades identificadas)	

Comentários adicionais sobre a identificação das necessidades e prioridades nacionais para a implementação dos Princípios Diretores.

Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras: o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Brasileira (Probio) está apoiando a elaboração de um informe nacional sobre espécies exóticas invasoras, que irá reunir informações importantes acerca das necessidades e prioridades do País em relação ao tema. O informe é composto por quatro subprojetos:

- Subprojeto 1: espécies exóticas invasoras que afetam o ambiente marinho. Instituições executoras e parceiras: Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (Fundespa); Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade de São Paulo, Instituto de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de Taubaté, Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira.
- Subprojeto 2: espécies exóticas invasoras que afetam o ambiente terrestre. Instituições executoras e parceiras: Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil (TNC); Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental.

Subprojeto 3: espécies exóticas invasoras que afetam a saúde humana. Instituições executoras e parceiras: Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec); Fundação Oswaldo Cruz.

Subprojeto 4: espécies exóticas invasoras que afetam os sistemas de produção da agricultura, pecuária e silvicultura. Instituições Executoras e Parceiras: Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Agronegócio (Fagro); Embrapa - Recursos Genéticos e Tecnologia; Embrapa Caprinos, Embrapa Florestas, Embrapa Gado de Corte, Embrapa Suínos e Aves.

PROJETOS APOIADOS PELO PROBIO

EDITAL PROBIO/FNMA Nº 04/2001 - Manejo de espécies ameaçadas de extinção e de espécies invasoras, visando à conservação da diversidade biológica brasileira

Embrapa - CPAR - Búfalos "selvagens" da Rebio do Guaporé-RO - diagnóstico: produzir um diagnóstico da população de búfalos asselvajados da Rebio do Guaporé que permita elaborar um programa de controle a médio e longo prazo.

Embrapa - Semi-árido - Manejo de áreas invadidas por algarobeira: coletar subsídios para elaboração de plano de manejo para as áreas invadidas por algarobeiras, visando redução do avanço das áreas invadidas e o uso racional da espécie para forragem, lenha e carvão, na conservação da biodiversidade da Caatinga.

Fundação de Apoio Institucional ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FAI-UFSCar)- Monitoramento e Desenvolvimento de Tecnologias para o de Manejo de Espécies Exóticas em Águas Doces: ampliar o conhecimento sobre as espécies invasoras de peixes *Cichla ocellaris* (tucunaré) e *Plagioscion squamosissimus* (corvina), e do molusco gastrópodo *Melanooides tuberculata* no médio e baixo rio Tietê, na Represa do Lobo e nos lagos naturais do vale do rio Doce, visando o desenvolvimento de técnicas integradas de manejo, por meio de estudos experimentais *in situ* e no laboratório.

Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec). Plano de manejo do lagarto *Tupinambis merianae*: elaborar plano de manejo da espécie invasora *T. merianae*, que inclua o controle populacional em Fernando de Noronha, a criação em cativeiro e um possível experimento de reintrodução da espécie em áreas de ocorrência natural no continente.

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Manejo de *Gomphrena elegans* (Mart.) em Bonito/MS: elaborar um plano de manejo adequado e eficaz para a espécie invasora *Gomphrena elegans*.

Universidade Regional de Blumenau (FURB). Estudo de agentes para controle de *Tecoma stans*: reconhecer e estudar potenciais agentes de controle de *Tecoma stans* (Bignoniaceae), no sul do Brasil fornecendo subsídios para elaboração de um plano de manejo desta espécie por meio do controle integrado.

Fundação Emas - Controle de gramíneas invasoras no Parna das Emas

Instituto de Pesquisa da Mata Atlântica (IPEMA). Ecologia de peixes exóticos no médio rio Doce.

Universidade Federal do Paraná. Água de lastro: análise de risco, plano de manejo e monitoramento de espécies exóticas no Porto de Paranaguá.

CARTA CONSULTA - Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras

Fundação de Estudos e Pesquisas Aquáticas (FUNDESPA) - Organismos que afetam o ambiente marinho

Instituto de Conservação Ambiental/The Nature Conservancy do Brasil (TNC). Informe sobre espécies exóticas invasoras: organismos que afetam o ambiente terrestre.

Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec). Espécies exóticas invasoras que afetam a saúde humana.

Embrapa Recursos Genéticos e Tecnologia. Informe sobre espécies exóticas invasoras: sistemas de produção da agricultura, pecuária e silvicultura.

Fundação Arthur Bernardes (Funarbe). Informe sobre espécies invasoras que afetam as águas continentais (Fauna, Flora e Microorganismos).

FÓRUM DE ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Em agosto de 2002, o Instituto Hórus e o Instituto para o Desenvolvimento de Energias Alternativas e da Auto Sustentabilidade (IDEAAS) realizaram, em Ponta Grossa (PR) e em Porto Alegre (RS), dois seminários sobre espécies exóticas invasoras e desenvolvimento sustentável. Como resultado criou-se, inicialmente no Rio Grande do Sul, um fórum permanente sobre o assunto. Além disso, ficou clara a necessidade da criação de um grupo para tratar de espécies invasoras da fauna, em especial da fauna aquática, dadas as iniciativas de introdução de novas espécies de peixes exóticos invasores pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Levantamento nacional de espécies exóticas invasoras: O Instituto Hórus e a The Nature Conservancy estão realizando um levantamento nacional de espécies exóticas invasoras. Os dados estão sendo compilados em um banco de dados cedido ao projeto pela Universidade de Bariloche, na Argentina, que desenvolveu trabalho similar em parceria com a Inter American Biodiversity Information Network (Iabin). As espécies preliminares cadastradas no levantamento estão disponíveis para consulta na Internet. Pretende-se acrescentar mais dados, e disponibilizar toda a base para consulta livre via internet.

Mais informações em http://www.institutohorus.org.br/trabalhosa_levantamento.htm

51 - Seu país criou mecanismos para coordenar os programas nacionais para implementar os Princípios Diretores? (decisão VI/23)

a) Não	X
b) Não, mas mecanismos estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, mecanismos foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	

Comentários adicionais sobre os mecanismos criados para coordenar os programas nacionais para implementar os Princípios Diretores.

52 - Seu país revisou as políticas, leis e instituições relevantes de acordo com os Princípios Diretores, e ajustou ou desenvolveu políticas, leis e instituições? (decisão VI/23)	
a) Não	X
b) Não, mas a revisão está em curso	
c) Sim, a revisão foi completada e os ajustes foram propostos (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, os ajustes e desenvolvimento estão em curso	
e) Sim, alguns ajustes e desenvolvimentos foram completados (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre a revisão, ajuste ou desenvolvimento de políticas, legislação e instituições de acordo com os Princípios Diretores.	
Ver comentários da questão 47 sobre "Água de Lastro".	

53 - Seu país está intensificando a cooperação entre diversos setores para melhorar o impedimento, detecção precoce, erradicação e/ou controle de espécies exóticas invasoras? (decisão VI/23)	
a) Não	X
b) Não, mas mecanismos potenciais de coordenação estão sendo avaliados	
c) Sim, mecanismos foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre a cooperação entre diversos setores.	
Ver comentários da questão 47.	

54 - Seu país está colaborando com parceiros de comércio e países vizinhos no tratamento das ameaças das espécies exóticas invasoras à biodiversidade em ecossistemas que ultrapassam fronteiras internacionais? (decisão VI/23)	
a) Não	X
b) Sim, programas colaborativos relevantes estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, programas relevantes foram estabelecidos (favor especificar abaixo as medidas tomadas com este propósito)	
Comentários adicionais sobre a colaboração com parceiros de comércio e países vizinhos.	
<p>Rede de Informação sobre Espécies Exóticas Invasoras (I3N): desenvolvida pelo Centro de Referência em Informação Ambiental (CRIA), o projeto encontra-se em fase inicial de implantação, e tem por objetivo desenvolver uma rede de informação distribuída e inter-operável sobre espécies invasoras nas Américas. No escopo da implementação da <i>Inter-American Biodiversity Information Network</i> (Iabin), foi desenvolvida uma ferramenta para a catalogação de informação que foi testada por organizações dos seguintes países: Argentina, Brasil, Bahamas, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Jamaica, México, Paraguai, Peru e Estados Unidos. Estão disponíveis na Internet alguns bancos de dados "modelo": catálogo de pesquisadores, catálogo de projetos e lista de espécies. Mais informações em http://i3n.cria.org.br</p>	

O Brasil é signatário do Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da Organização Mundial de Saúde e da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

Os acordos com os países da América do Sul foram listados na publicação da Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente: "Estratégias nacionais de biodiversidade na América do Sul: perspectivas para cooperação regional". O livro, publicado em 2004, está disponível na íntegra em português, inglês e espanhol:

(http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=37&id_conteudo=1918)

(http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=37&id_conteudo=1919)

([Http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=37&id_conteudo=1920](http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=37&id_conteudo=1920))

Outros acordos bilaterais podem ser acessados no Primeiro Relatório Nacional para a CDB (Capítulo VI - Quadro 6-1c), publicado em 1998 e disponível nos endereços:

http://www.mma.gov.br/?id_estrutura=14&id_conteudo=1876

http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/relacoes/index.asp

55 - Seu país está desenvolvendo capacidades para utilizar a avaliação de risco para tratar das ameaças das espécies exóticas invasoras à biodiversidade e para incorporar tais metodologias às avaliações de impacto ambiental e avaliações ambientais estratégicas? (decisão VI/23)

a) Não

X

b) Não, mas programas estão sendo desenvolvidos com este propósito

c) Sim, algumas atividades de capacitação nesta área estão sendo implementadas (favor fornecer detalhes abaixo)

d) Sim, ações abrangentes estão sendo implementadas (favor fornecer detalhes abaixo)

Comentários adicionais sobre o desenvolvimento de capacidade para tratar das ameaças das espécies exóticas invasoras.

Resolução Conama N^o. 305, de 12 de junho de 2002: torna necessária a realização de licenciamento ambiental e de estudos de impacto ambiental para utilização de quaisquer organismos geneticamente modificados. www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30502.html

56 - Seu país desenvolveu medidas financeiras e outras políticas e ferramentas para promover atividades para reduzir as ameaças das espécies exóticas invasoras? (decisão VI/23)

a) Não

X

b) Não, mas medidas e políticas relevantes estão sendo desenvolvidas

c) Sim, algumas medidas, políticas e ferramentas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)

d) Sim, medidas e ferramentas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)

Comentários adicionais sobre o desenvolvimento de medidas financeiras e outras políticas e ferramentas para a promoção de atividades para reduzir as ameaças das espécies exóticas invasoras.

Ver comentários da questão 47.

Quadro VI.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do ~~ODM~~ **ODS**;
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

a) O Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras (ver comentários da questão 46) é o primeiro diagnóstico nacional acerca da questão. Sua realização visa a implementação do Artigo 8h da CDB. A partir dele, políticas e ações poderão ser planejadas com o objetivo de minimizar os danos à biodiversidade causados pelas espécies exóticas. Em relação às espécies exóticas marinhas, ações de erradicação encontram-se em andamento, evidenciando que, nessas áreas, a implementação do Artigo 8h encontra-se mais avançada. Avanços importantes: Projeto de Água-de-lastro (ver comentários da questão 47), Projeto Mexilhão-dourado (ver comentários da questão 47), Reunião Sul-americana (Brasília 2001), b) As iniciativas não contribuem diretamente para a implementação do Plano Estratégico da CDB.

c) As iniciativas contribuem diretamente para alcance do objetivo 6 (Controle do impacto das espécies exóticas invasoras) das metas para 2010 da CDB.

d) Contribui para o alcance do objetivo 13, da primeira diretriz do componente 2 da PNB (Promover a prevenção, a erradicação e o controle de espécies exóticas invasoras que possam afetar a biodiversidade); a realização do Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras contribui para o objetivo 6 da segunda diretriz do componente 4 da PNB (Apoiar a realização de análises de risco e estudos dos impactos da introdução de espécies exóticas potencialmente invasoras, espécies potencialmente problema e outras que ameacem a biodiversidade, as atividades econômicas e a saúde da população, e a criação e implementação de mecanismos de controle).

e) As iniciativas contribuem para a meta 9 do objetivo 7 dos ODMs.

f) O principal obstáculo à implementação do Artigo 8h é a ausência de legislação específica concernente às espécies exóticas invasoras, associada à grande facilidade de entrada de tais espécies no território nacional. Dificuldades identificadas: limitações na participação pública e no envolvimento de atores sociais; tratamento transversal da biodiversidade por outros setores da sociedade limitado; falta de medidas preventivas e pró-ativas, causando políticas reativas; instituições enfraquecidas causam incapacidade de agir; falta de transferência de tecnologia e expertise; falta de capacitação em pesquisa científica adequada para apoiar todos os objetivos; falta de conhecimento e de documentação acerca da perda da biodiversidade e dos bens e serviços providos por ela; disseminação de informação nos níveis nacional e internacional não é suficiente; falta de educação e conscientização pública em todos os níveis; falta de recursos financeiros e humanos; falta de medidas de incentivo econômico; falta de sinergias nos níveis nacional e internacional; falta de cooperação horizontal entre atores sociais; falta de parcerias efetivas; falta de engajamento da comunidade científica; pobreza; pressões populacionais; padrões de produção e consumo insustentáveis; falta de capacidades por parte das comunidades locais; mudança climática; desastres naturais.

Artigo 8(j) Conhecimento tradicional e disposições relacionadas GURTs

57 - Seu país criou e desenvolveu programas de capacitação para envolver e habilitar pequenos fazendeiros, comunidades indígenas e locais, e outras lideranças relevantes, para participar efetivamente dos processos decisórios relacionados às tecnologias de restrição de uso genético (GURTs)?	
a) Não	X
b) Não, mas alguns programas estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, alguns programas foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, programas abrangentes foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre programas de capacitação para envolver e habilitar pequenos fazendeiros, comunidades indígenas e locais, e outras lideranças relevantes, para participar efetivamente dos processos decisórios relacionados às tecnologias de restrição de uso genético.	
<p>Embora o Brasil não tenha desenvolvido programas específicos relacionados às Tecnologias de Uso Genético Restrito - GURTs, possui mecanismos que permitem a participação de detentores de conhecimentos tradicionais nos processos decisórios:</p> <p style="margin-left: 40px;">O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) possui, em seu quadro de conselheiros, representantes da Fundação Nacional do Índio, Fundação Cultural Palmares (que apóia as comunidades quilombolas), do Conselho Nacional dos Seringueiros, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Mais informações em www.mma.gov.br</p> <p style="margin-left: 40px;">A Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) possui representantes da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab). Mais informações em www.mma.gov.br</p> <p style="margin-left: 40px;">O Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) possui representantes das Comunidades Indígenas, das Populações Tradicionais e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Informações em www.mma.gov.br</p>	

Situação e Tendências

58 - Seu país apoiou comunidades indígenas e locais na realização de estudos de campo para determinar a situação, tendências e ameaças relacionadas ao conhecimento, inovações e práticas das comunidades indígenas e locais? (decisão VII/16)	
a) Não	
b) Não, mas apoio a estudos relevantes está sendo avaliado	X
c) Sim (favor fornecer informações sobre os estudos realizados)	
Comentários adicionais sobre os estudos realizados para determinar a situação, tendências e ameaças relacionadas ao conhecimento, inovações e práticas das comunidades indígenas e locais, e atividades prioritárias identificadas.	
<p>O Brasil, por intermédio do Projeto Estratégia Nacional da Diversidade Biológica/SBF/MMA, apoiou a elaboração da síntese de conhecimento intitulada "Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil" - organizado por Antônio Carlos Diegues e Rinaldo S.V. Arruda. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. 176p. (Série Biodiversidade nº. 4). Esse trabalho teve o objetivo de realizar o levantamento e a análise dos trabalhos (livros, teses, artigos, relatórios, coletâneas etc.), publicados nos últimos 20 anos, sobre o conhecimento e usos da biodiversidade por populações tradicionais no Brasil, e de organizar a documentação estudada de forma a torná-la acessível ao público. Foram pesquisados mais de três mil títulos de trabalhos relacionados com o conhecimento tradicional, em bancos de dados e bibliotecas espalhados pelas várias regiões do Brasil. O total de títulos selecionados foi de 868 (483 referem-se a populações não-indígenas e 385 a populações indígenas). Os autores constataram que a maior parte dos trabalhos foi publicada em periódicos. Apesar disso, os autores afirmam que são raras as revistas brasileiras especializadas nesse tema. Mais de 80% dos trabalhos foram publicados nas duas últimas décadas, o que evidencia o crescente interesse das instituições de pesquisa e de pesquisadores sobre o tema. Os autores afirmam que esse aumento é também devido ao crescimento da "visibilidade política e social" dessas populações. Os autores ressaltam que há heterogeneidade geográfica na abundância de trabalhos: a maior parte dos trabalhos (56,7%) refere-se a populações da Amazônia, seguidos por trabalhos em populações na Zona Costeira (20,9%) e no Cerrado (18,9%). Vale ressaltar que do total de 206 povos indígenas existentes no Brasil, há trabalhos sobre apenas 106. Esse dado revela que os estudos sobre os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade no Brasil ainda são incipientes. Disponível em www.mma.gov.br/biodiversidade/doc/saberes.pdf</p> <p>Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas: o programa, executado pelo Ministério do Meio Ambiente, com financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, vem executando as seguintes ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● atualização do Mapa da Fome e do Mapa de Fatores de Degradação Ambiental em Terras Indígenas com o objetivo de subsidiar a indicação de áreas indígenas prioritárias para atendimento da Carteira Indígena e servir de parâmetro para a análise dos projetos recebidos; ● articulação interministerial visando à assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica, envolvendo o MDS, o MDA, a Funasa, a Funai, a Embrapa e o MEC/FNDE, tendo em vista a integração de políticas de segurança alimentar e desenvolvimento sustentável para os povos indígenas; 	

realização, no período de 03 a 05/06/04, da primeira Oficina de Trabalho da Carteira Indígena.

elaboração e publicação das diretrizes de funcionamento da Carteira e do Roteiro para apresentação de projetos;

realização de Oficinas Regionais para divulgação da Carteira Indígena e capacitação na elaboração de projetos.

Programa Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é garantir o pleno exercício dos direitos sociais básicos dos índios e a preservação do patrimônio cultural das sociedades indígenas. O programa é executado pela Fundação Nacional da Saúde (Funasa) e pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Programa Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é garantir e proteger a integridade do patrimônio territorial e ambiental das sociedades indígenas. O programa é executado pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Programa Povos Indígenas do Brasil: projeto executado pelo Instituto Socioambiental (ISA), suas principais realizações são:

Publicações da série "Aconteceu - Povos Indígenas no Brasil": O produto é a mais completa coleção existente sobre a situação contemporânea e a história recente dos povos indígenas que vivem no Brasil, tratando de temas como política indigenista e indígena, legislação, conflitos, situação (jurídica e de fato) das terras indígenas, saúde, educação e projetos econômicos. As informações, notícias e análises reunidas em nove volumes, abarcam o período que vai de 1980 ao ano 2000.

Povos Indígenas na Internet: sítio na Internet que contém textos, tabelas, gráficos, mapas, listas, fotografias e notícias, possibilitando o acesso a um conjunto confiável, atualizado e variado, de informações sobre a realidade dos povos indígenas e de seus territórios. Com orientações em português ou inglês, pode-se "navegar" por múltiplas entradas e palavras-chave: lista de povos indígenas, "quantos são", "onde estão", línguas, direitos, terras, organizações indígenas, organizações de apoio aos índios e "fontes de informações", com indicações bibliográficas organizadas por povo e por tipo de documento. Endereço na Internet: <http://www.socioambiental.org/pib/index.html>

Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil: este trabalho visa sistematizar o conhecimento acumulado sobre a sociodiversidade nativa contemporânea no Brasil. Disponível no endereço <http://www.socioambiental.org/pib/portugues/quonqua/cadapovo.shtm>, contém mais de uma centena de verbetes sobre cada povo indígena brasileiro, tratando de seus costumes, mitos, rituais, organização social, língua e outros aspectos culturais, políticos e econômicos.

Mais informações em <http://www.socioambiental.org/prg/pib.shtm>

Programa Xingu: iniciado pelo ISA em 1995, o programa desenvolve um conjunto de projetos em parceria com a Associação Terra Indígena Xingu (Atix), com comunidades do Parque Indígena do Xingu (PIX) e com a comunidade da Terra Indígena Panará. O objetivo é formular e implantar, em

parceria com as associações e comunidades indígenas, um conjunto articulado de projetos no sentido de ampliar a capacidade de interlocução e protagonismo político dos índios com a sociedade envolvente; de ampliar a autonomia econômica das comunidades e a capacidade de gestão de suas organizações; de promover seu fortalecimento cultural; e capacitar para a gestão dos recursos naturais tradicionais e para a proteção e fiscalização das suas fronteiras. As principais linhas de ação do Programa são: coordenação e desenvolvimento; manejo sustentável de recursos naturais e desenvolvimento de alternativas econômicas; educação e cultura; capacitação em gestão e fortalecimento institucional das comunidades e associações indígenas; gestão territorial e fiscalização das fronteiras; Projeto Panará.

Os projetos desenvolvidos são:

- Projeto Capacitação e Fortalecimento da Associação Terra Indígena do Xingu (Atix) e Associação Yakiô Panará: desenvolve um conjunto de atividades que buscam a gradual construção de autonomia na atuação da Atix, Iakiô e demais associações xinguanas nos aspectos, técnicos, gerenciais, administrativos, jurídicos e políticos.
- Projeto Apoio e Fortalecimento da Atix: visa assegurar condições para que a Atix articule e mobilize, de forma autônoma, as lideranças do Parque em torno de uma agenda de questões políticas relacionadas à gestão do PIX e que se inscrevem no âmbito das esferas do Governo Federal, Estadual e Municipal, assim como capacitá-la a elaborar e gerir projetos.
- Projeto de Manejo de Recursos Naturais e Desenvolvimento de Alternativas Econômicas Sustentáveis: o objetivo do projeto é ampliar a autonomia política e gerencial das comunidades do Parque Indígena do Xingu (PIX) e da Terra Indígena Panará, na gestão econômica e cultural dos recursos naturais existentes em suas terras. Busca estimular a manutenção de padrões tradicionais, o resgate cultural e, ao mesmo tempo, atualizar as formas tradicionais de manejo considerando as novas situações de restrição e escassez de recursos naturais surgidas após o contato com a sociedade nacional. Envolve também aspectos relacionados com a economia de subsistência, segurança alimentar e a caracterização e manejo participativo de recursos naturais. O projeto vem buscando consolidar a produção sustentada e a comercialização de alguns produtos diferenciados, sempre com agregação de valor ambiental e cultural, como o "mel dos índios do Xingu", o artesanato e óleos vegetais. Em todas as atividades há um forte componente pedagógico que valoriza conhecimentos e técnicas tradicionais, por meio de um Programa de Formação de Agentes Indígenas de Manejo de Recursos Naturais.
- Formação de Professores Indígenas do PIX: este projeto desenvolve a formação continuada de 39 professores formados em magistério e a formação para o magistério de 43 professores indígenas dos 14 povos do PIX. De fora do Parque participam dois professores Kaiabi da aldeia Cururuzinho/TI Kaiabi e dois professores Panará da TI Panará. O projeto prepara e acompanha professores que já ensinam em quarenta escolas e atendem 1.358 alunos. A formação ocorre em etapas intensivas a cada semestre, complementadas por acompanhamento pedagógico do trabalho dos professores nas escolas das aldeias. O projeto inclui a elaboração de diversos materiais didáticos em línguas indígenas e língua portuguesa que são referências para as políticas públicas para educação indígena.
- Projeto Fronteiras do Xingu: tem como objetivo desenvolver um modelo de monitoramento, proteção e fiscalização dos limites e do entorno imediato do Parque para assegurar a integridade

de seus limites físicos e de seus recursos naturais. As atividades são realizadas em parceria com a Atix e com a participação das comunidades indígenas, recebendo apoio de agências governamentais e não-governamentais. O projeto articula, ainda, um conjunto de iniciativas voltadas a ampliar a capacidade de controle direto dos índios sobre os limites do Parque, dirigidas a apoiar a consolidação e funcionamento de onze postos indígenas de fiscalização, a reavivitação e limpeza das picadas demarcatórias, a realização de expedições de verificação de intrusões, a capacitação dos chefes de postos indígenas de fiscalização. Além do monitoramento e mapeamento dos vetores de ocupação do entorno e da dinâmica de desmatamento da região dos formadores do rio Xingu, e a articulação política das lideranças do Parque com os órgãos ambientais e prefeituras locais.

- Projeto Panará: iniciado em 1991, o projeto Panará teve como objetivo a reparação dos direitos da sociedade Panará, vítima do impacto da abertura da rodovia BR-163 na década de 1970, que resultou na quase extinção dos índios Panará e na transferência dos seus 78 remanescentes para o Parque Indígena do Xingu. Durante a década de 1990, o projeto desenvolveu um conjunto de ações de mobilização da opinião pública que redundou no reconhecimento de uma parcela do território tradicional Panará, para onde os índios começaram a retornar em 1996. Paralelamente, o projeto apoiou, com assessoria dos advogados do Instituto Socioambiental (ISA), a iniciativa dos Panará entrarem com uma ação judicial indenizatória contra o governo brasileiro pelas perdas e danos sofridos no período de contato e transferência para o PIX. Os Panará foram vitoriosos em todas as instâncias do Judiciário e receberam em julho de 2003 a indenização pretendida. O projeto desenvolve ações que visam aumentar a capacidade de interlocução e protagonismo político dos Panará com a sociedade envolvente; ampliar sua autonomia econômica e capacidade de gestão da associação Iakiô; propiciar o seu fortalecimento cultural; a formação de professores bilíngües e discutir a gestão dos recursos naturais tradicionais e a proteção e fiscalização das suas terras.

Mais informações em <http://www.socioambiental.org/prg/xng.shtm>

Programa Rio Negro: a diversidade socioambiental da região do rio Negro - a maior bacia de águas pretas do mundo - é uma das mais importantes da Amazônia. No Brasil, são 23 povos indígenas e um mosaico de formações florestais únicas, parcialmente protegido por terras indígenas e unidades de conservação ambiental. Em médio prazo, o Programa Rio Negro se propôs a formular e criar condições para a implantação do programa regional de desenvolvimento indígena sustentável do Médio e Alto rio Negro, no noroeste da Amazônia brasileira, em parceria com as organizações indígenas locais, outras ONGs e instituições governamentais. O programa é executado em parceria com a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro e 49 associações filiadas (FOIRN). O ISA mantém em São Gabriel da Cachoeira uma sub-sede e uma equipe permanente, além de uma rede de colaboradores associados, e desenvolve as seguintes linhas de ação:

- Coordenação/Desenvolvimento.
- Pesquisas, documentação e mapeamento.
- Manejo sustentável de recursos naturais.
- Educação e Cultura.
- Apoio ao fortalecimento institucional da FOIRN e associações filiadas e ao desenvolvimento e

aperfeiçoamento de projetos comunitários.

Mais informações em <http://www.socioambiental.org/prg/rn.shtm>

Projeto Comunidades Quilombolas: em parceria com associações locais, o projeto busca apoiar ações e iniciativas voltadas ao desenvolvimento econômico, conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira. Ivaporunduva é considerada a mais antiga comunidade remanescente de quilombo da região. Seu território está situado no Município de Eldorado, no Estado de São Paulo e abrange uma área de 3.158,11 hectares. Recentemente, ao conquistar o título de reconhecimento de domínio de seu território, tornou-se a primeira comunidade quilombola do Estado de São Paulo a conseguir a propriedade definitiva de suas terras, após uma luta de doze anos iniciada com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Em 2000, o Instituto Socioambiental (ISA) e a Associação Quilombo de Ivaporunduva estabeleceram parceria com o objetivo de viabilizar estudos e desenvolver, conjuntamente, meios alternativos para a gestão e uso sustentável dos recursos naturais da comunidade, visando a geração de renda de forma compatível às condições sociais, econômicas e ambientais locais, a garantia da proteção e conservação ambiental do território quilombola. A parceria visa o estudo e desenvolvimento de atividades que possam gerar renda ao aprimorar e agregar valor à cultura da banana - principal atividade econômica da comunidade -, tais como a melhoria das práticas de produção, certificação orgânica, processamento, aprimoramento da atividade do artesanato da palha da bananeira e comercialização dos produtos do projeto. Por meio de um trabalho conjunto, eliminou-se a figura do atravessador, dando maior independência e permitindo maior lucro na venda para os agricultores. Em maio de 2003, encerrou-se a primeira fase do programa de certificação orgânica da banana, quando 27 produtores obtiveram o certificado do Instituto Biodinâmico (IBD), de Botucatu. Além disso, o projeto desenvolve ações voltadas para a conservação ambiental, como o repovoamento do palmitero juçara em áreas alteradas do território quilombola, visando a recuperação e manejo sustentado da espécie a médio e longo prazo, o programa de coleta seletiva de lixo e Educação Ambiental e o zoneamento agroecológico da comunidade, a fim de subsidiar o uso sustentável dos recursos naturais locais. Mais informações em <http://www.socioambiental.org/prg/rib.shtm>

Resgate do Etnoconhecimento da Região de Castro: De forma a suprir a falta de informações sobre os costumes e a realidade das comunidades tradicionais da região do município paranaense de Castro, especificamente no distrito do Socavão, este projeto coligiu dados socioeconômicos e etnobiológicos em sete comunidades rurais (Serra do Apon, São João do Faxinal, Lagoa dos Alves, Pinhal dos Alves, Funil, Bairro dos Luís e Ribeirão dos Pinheiros), como principal enfoque às plantas medicinais utilizadas na terapia popular. O projeto, executado pela ONG Mater Natura, com apoio do Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema) e do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), teve duração de dois anos (2002-2004). O projeto realizou reuniões com as comunidades locais, e seu principal resultado foi o lançamento do livro "Ô de Casa - O Saber Popular nas Comunidades Rurais", o qual está disseminando as informações coletadas durante a execução do projeto. Mais informações em www.maternatura.org.br

Projeto Farmácia da Terra: executado pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do

Estado do Amapá (Iepa), o projeto visa utilizar escolas e farmácias populares para disseminar o conhecimento das ervas medicinais e remédios caseiros para quem não tem acesso a postos de saúde. O projeto conta com 21 unidades, distribuídas em escolas e farmácias. Os estudantes, de vários municípios, ficam na escola em período integral 15 dias por mês. Aprendem a trabalhar com os produtos da floresta e a preparar remédios caseiros. Depois levam o conhecimento para casa e, nos outros 15 dias, são incumbidos de repassar o que aprenderam a suas famílias e comunidades. Dentro de sua sede, o Iepa mantém uma pequena farmácia de fitoterápicos, pesquisados e produzidos em pequena escala no próprio instituto, a partir do conhecimento popular. Os medicamentos são vendidos a preço de custo. São 63 produtos, feitos à base de 36 plantas, para tratar desde acne até asma e diabetes. Há um limite de compra de dois frascos de um remédio por pessoa, para evitar o surgimento de um mercado informal. O Instituto mantém, ainda, uma pequena incubadora de empresas voltadas para o desenvolvimento de produtos naturais. Informações em www.iepa.ap.gov.br

Programa Inclusão de Populações Tradicionais da Bahia. Programa da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia que visa o exercício da cidadania por intermédio da inclusão das populações tradicionais (índios, quilombolas e ribeirinhos) nos processos de construção coletiva de políticas públicas de Educação Ambiental no referido estado. Com a sua participação busca-se garantir uma visão ampliada e contextualizada da problemática ambiental do estado.

Os principais resultados obtidos pelo programa são:

- apoio e fomento a projetos para alcance da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável nas comunidades indígenas, com foco na produção sustentável de alimentos, do agroextrativismo e do artesanato;
- até dezembro de 2004, sessenta e quatro projetos foram recebidos pela Carteira Indígena, seis foram aprovados na primeira reunião do Grupo Gestor (GG), em 10/10/2004, e já receberam os recursos pleiteados. Nove projetos foram aprovados na reunião do GG, em 28/10, e encontram-se no PNUD, para a elaboração e assinatura da Carta de Acordo com as organizações proponentes. Sete foram devolvidos às organizações proponentes, com orientações para sua reelaboração, tendo em vista incorreções graves, discordância com as diretrizes da Carteira Indígena e ausência de indicadores mínimos de sustentabilidade. Trinta e cinco projetos foram apreciados pelo Grupo Gestor, em sua reunião do dia 08/12/2004, sendo que os aprovados foram encaminhados para o repasse de recursos.

Diretrizes Akwé:Kon

59 - Seu país iniciou uma revisão legal e institucional dos assuntos relacionados à avaliação de impactos culturais, ambientais e sociais, com vistas a incorporar as Diretrizes Akwé:Kon à legislação, políticas e procedimentos nacionais?

a) Não

X

b) Não, mas uma revisão está em curso

c) Sim, uma revisão foi realizada (favor fornecer detalhes sobre a revisão)

Comentários adicionais sobre a revisão.

60 - Seu país utilizou as Diretrizes Akwé:Kon em algum projeto proposto a ser realizado em locais sagrados e/ou em terras e águas tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas e locais? (decisão VII/16)	
a) Não	X
b) Não, mas uma revisão das Diretrizes Akwé:Kon está em curso	
c) Sim, até certo ponto (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, de forma significativamente extensa (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre projetos que utilizam as Diretrizes Akwé:Kon.	

Capacitação e Participação de Comunidades Indígenas e Locais

61 - Seu país implementou alguma medida para realçar e fortalecer a capacidade de comunidades indígenas e locais de se envolverem de forma efetiva no processo decisório relacionado ao uso de seus conhecimentos tradicionais, inovações e práticas relevantes para a conservação e uso sustentável da biodiversidade? (decisão V/16)	
a) Não	
b) Não, mas alguns programas estão sendo desenvolvidos	X
c) Sim, algumas medidas foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, medidas abrangentes foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Informações adicionais sobre as medidas para realçar e fortalecer a capacidade das comunidades indígenas e locais.	
<p>O Brasil, por meio do Departamento do Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente, tem apoiado e promovido reuniões dos detentores de Conhecimento Tradicional Associado para discussão de mecanismos para realização da repartição de benefícios provenientes do uso de Conhecimento Tradicional Associado compartilhado por mais de uma comunidade ou etnia. Ademais, a elaboração do Decreto que regulamenta as Sanções Administrativas previstas na Medida Provisória Nº. 2.186-16/01, também representa um avanço na proteção aos Conhecimentos Tradicionais Associados.</p> <p>Decreto Nº 4.946, de 31 de dezembro de 2003: define que projetos de pesquisa que possam gerar produtos com valor econômico receberão autorização para o acesso ao patrimônio genético brasileiro se atenderem, entre outras, à exigência de obter anuência prévia da comunidade indígena ou local envolvida, quando se tratar de acesso a conhecimento tradicional associado. Além disso, o solicitante da autorização deverá apresentar Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios devidamente assinado pelas partes, quando se tratar de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado com potencial de uso econômico, como ocorre nas atividades de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Mais informações em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4946.htm</p> <p>Projeto de Capacitação - Acesso ao Patrimônio Genético e aos Conhecimentos Tradicionais Associados - Projeto implementado pelo Departamento do Patrimônio Genético (DPG/MMA), que tem como objetivo disseminar informações e permitir uma maior compreensão acerca da legislação nacional e da CDB sobre acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados.</p>	

Todos os atores merecem receber a informação necessária para poder participar integralmente, reivindicar e garantir os seus direitos, especialmente os detentores de conhecimentos tradicionais associados, povos indígenas e comunidades tradicionais.

Programa Brasileiro de Valorização e Proteção dos Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade. Programa desenvolvido pelo Departamento do Patrimônio Genético (DPG/MMA) em parceria com governos estaduais e organizações não-governamentais, visa envolver diretamente as comunidades detentoras de conhecimentos tradicionais na implementação da legislação de acesso e repartição de benefícios (ABS), por meio da criação de uma rede para difusão de informações e encaminhamento de denúncias, onde os detentores assumem papel de protagonistas na proteção de seus interesses. O programa encontra-se em fase final de estruturação, tendo previsto seu início para o ano de 2005.

Instituto Indígena Brasileiro para Propriedade Intelectual (INBRAPI): O Inbrapi é uma organização não-governamental sem fins lucrativos. Sua origem reporta ao Encontro de Pajés, ocorrido em 2001, em São Luís do Maranhão, quando se cogitou, entre os líderes presentes no encontro, a criação de uma entidade que defendesse os conhecimentos tradicionais da biopirataria e da exploração por terceiros. Em 2002, no final do curso de qualificação de profissionais indígenas ocorrido no Rio de Janeiro, foi criada a Comissão Indígena da Propriedade Intelectual (Cipi). Ainda naquele ano, no encontro de Lideranças ocorrido em Campo Grande, os participantes referendaram a criação da Cipi e apoiaram a criação do Inbrapi, o que aconteceu efetivamente em fevereiro de 2003. Os objetivos do Inbrapi são: promover a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente e ao patrimônio intelectual dos povos indígenas; realizar e divulgar pesquisas, estudos e organizar documentação referentes ao tema da propriedade intelectual; promover o intercâmbio com outras organizações e entidades nacionais e internacionais para a formação e qualificação de profissionais indígenas com vista à atuação na defesa e proteção dos conhecimentos tradicionais; estimular a criação de uma legislação *sui generis*, proposta pelos representantes de comunidades tradicionais, voltada à proteção holística de todas as manifestações culturais e do patrimônio dos povos indígenas brasileiros; criar um espaço permanente de inserção da comunidade tradicional nos tópicos de propriedade intelectual que sirva de referência aos povos indígenas em suas demandas concernentes à proteção do patrimônio cultural e intelectual. As ações realizadas pelo Inbrapi são: organizar serviço de documentação e informação; produzir, publicar, editar, distribuir e divulgar livros, revistas, vídeos, filmes, fotos, fitas, discos, discos magnéticos ou óticos, materiais diversos, exposições, programas de radiodifusão, entre outros; documentar, por todos os meios, suas diversas atividades, assim como os fatos e as situações que tiverem relação com as questões de proteção dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas; realizar eventos com os povos indígenas para difundir a necessidade de se buscarem alternativas de proteção dos conhecimentos tradicionais; concretizar parcerias com as entidades governamentais, não-governamentais, internacionais e multilaterais no sentido de promover a proteção dos conhecimentos tradicionais; criar uma confederação nacional de povos indígenas para unir todas as associações de povos indígenas já existentes; estabelecer novas associações de comunidades indígenas para que elas passem a representar juridicamente os anseios de seus membros. A Inbrapi tem, atualmente, nove

associações de povos indígenas como parceiros.

Mais informações em www.inbrapi.org.br

Rede Norte de Propriedade Intelectual, Biodiversidade e Conhecimento Tradicional: a articulação dessa rede, em novembro de 2003, teve por objetivo a proteção dos direitos intelectuais do conhecimento tradicional sobre a biodiversidade da região amazônica. As seguintes instituições assinaram a carta de intenções da rede: Amazonlink.org; Agência Brasileira de Inteligência; Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira; Centro Universitário do Pará; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-PA; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas; Fundação Estadual de Política Indigenista do Amazonas; Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica; Grupo de Trabalho Amazônico; Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá; Instituto Indígena Brasileiro da Propriedade Intelectual; Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia; Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia; Instituto de Patrimônio Histórico Artístico e Meio Ambiente; Museu Paraense Emílio Goeldi; Núcleo de Estudo e Análise sobre Propriedade Intelectual Indígena; Organização dos Povos Indígenas da Bacia do Içana; Organização Extrativista Yawanauá de Agricultores do Rio Gregório; Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia do Amazonas; Superintendência Regional da Amazônia Oriental; Universidade do Estado do Pará; Universidade Federal do Pará e Universidade Federal Rural da Amazônia.

Projeto de Fortalecimento da Organização Social na Bacia do Rio Negro: projeto que visa contribuir para a consolidação do Parque Nacional do Jaú, por intermédio da difusão de conhecimentos sobre a área, da disseminação de técnicas apropriadas para o uso de recursos naturais, e da capacitação de lideranças junto às populações que vivem dentro e no entorno do Parque. Os principais resultados do projeto são:

Capacitação de 50 pessoas em atividades relativas à liderança comunitária, por meio de encontros, viagens de intercâmbio, cursos e oficinas.

Apoio à criação da Associação de Moradores do Rio Unini (Amoru).

Produção da cartilha *Técnicas de produção de fibras vegetais*.

Produção da cartilha *O plano de manejo do Parque Nacional do Jaú*.

Mais informações em www.fva.org.br

O projeto Meri Ore Eda (Morada dos Filhos do Sol) visa promover o resgate cultural do povo Bororo a partir da construção de uma aldeia tradicional modelo, num trabalho de recuperação da rica tradição deste povo que vem se perdendo ao longo dos últimos 100 anos de contato intenso com a sociedade envolvente. O projeto parte da vontade e decisão da comunidade Bororo e da proposta do Instituto das Tradições Indígenas (IDETI) de criar um modelo novo de relação do povo indígena com a sociedade nacional, onde se possa unir modernidade e tradição, preservando a riqueza da diversidade cultural dos povos indígenas do Brasil, garantindo ao mesmo tempo condições dignas de vida e igualdade de oportunidades. Uma proposta de inclusão social dentro da diversidade cultural. O projeto tem por objetivos, entre outros: valorizar o conhecimento tradicional dos velhos Bororo e gerar recursos para a comunidade por intermédio dos direitos autorais, comercialização de produtos e turismo de intercâmbio cultural. Informações em www.ideti.org.br

Experiência de Desenvolvimento Econômico Sustentável dos Povos Indígenas: iniciativa empreendida pela Coordenação das Organizações Indígenas do Brasil (Coiab), tem por objetivo desenvolver, articular e viabilizar programas e projetos de alternativas econômicas, enraizadas na realidade sociocultural, econômica e ambiental dos povos indígenas da Amazônia brasileira. Atua nas seguintes linhas:

- Pesquisa: realizar, nas áreas indígenas, visitas de reconhecimento e levantamento do potencial econômico, da produção e dos produtos indígenas.
- Capacitação: organizar e capacitar os produtores, por meio de oficinas, seminários, cursos e encontros.
- Produção: fomentar a produção, o escoamento e a venda dos produtos indígenas.
- Divulgação: divulgar as técnicas de uso e conservação da floresta e a economia indígena, por meio da venda de produtos, exposições de artesanatos, danças, palestras, feiras, debates e seminários.

A iniciativa orienta-se pelas seguintes metas:

- Social: melhorar as condições de vida e fortalecer a organização tradicional de cada povo.
- Cultural: valorizar, resgatar, preservar e disseminar a cultura dos povos indígenas.
- Econômica: incentivar o potencial econômico de cada região.
- Ambiental: valorizar e fortalecer a forma tradicional de conservação, manejo e uso dos recursos naturais e as técnicas tradicionais de sustentabilidade de cada povo.

Mais informações em www.coiab.com.br

62 - Seu país desenvolveu mecanismos, diretrizes, legislação e outras iniciativas apropriadas para suscitar e promover a participação efetiva de comunidades indígenas e locais nos processos decisórios, planejamento de políticas, e no desenvolvimento e implementação da conservação e uso sustentável da biodiversidade em nível internacional, regional, sub-regional, nacional e local? (decisão V/16)

a) Não

b) Não, mas mecanismos, diretrizes e legislação relevantes estão sendo desenvolvidos

X

c) Sim, alguns mecanismos, diretrizes e legislação foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)

Comentários adicionais sobre os mecanismos, diretrizes e legislação desenvolvidos.

DECRETO Nº. 4.339, DE 22 DE AGOSTO DE 2002: Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.

Contempla a participação de povos indígenas e outras comunidades nos processos decisórios que dizem respeito aos seus interesses.

Decreto nº 4.946, de 31 de dezembro de 2003: ver comentários da questão 61.

Projeto de Capacitação - Acesso ao Patrimônio Genético e aos Conhecimentos Tradicionais Associados: ver comentários da questão 61.

Programa Brasileiro de Valorização e Proteção dos Conhecimentos Tradicionais

Associados à Biodiversidade: ver comentários da questão 61.

Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) e Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama): ver comentários da questão 57.

Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais - A Comissão, criada pelo Decreto de 27 de dezembro de 2004, terá as seguintes finalidades: estabelecer a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais; apoiar, propor, avaliar e harmonizar os princípios e diretrizes da política pública relacionada ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais no âmbito do Governo Federal; propor as ações de políticas públicas para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, considerando as dimensões sociais e econômicas e assegurando o uso sustentável dos recursos naturais; propor medidas de articulação e harmonização das políticas públicas setoriais, estaduais e municipais, bem como atividades de implementação dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, estimulando a descentralização da execução das ações; articular e propor ações para a implementação dessas políticas, de forma a atender a situações que exijam providências especiais ou de caráter emergencial; acompanhar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais no âmbito do Governo Federal; sugerir critérios para a regulamentação das atividades de agroextrativismo; e propor, apoiar e acompanhar a execução, pelo Governo Federal, de estratégias voltadas ao desenvolvimento do agroextrativismo

Comitê Gestor do Programa Comunidades Tradicionais. Criado pela Portaria nº. 145 de 2000 do Ministério do Meio Ambiente. Este comitê tem como atividades: apoiar a gestão da carteira de projetos desse Programa; avaliar e sugerir estratégias ao desenvolvimento do Programa e; aprovar projetos. Desta maneira, o comitê tem grande influência na execução do Programa, sendo um importante espaço para a participação de representantes das comunidades locais, uma vez que, atualmente, na sua composição estão presentes representantes do Grupo de Trabalho Amazônico-GTA, Conselho Nacional dos Seringueiros-CNS, Movimento Nacional dos Pescadores-Monape e Movimento Interestadual das Quebradoras de Coco Babaçu.

63 - Seu país desenvolveu mecanismos para promover a participação completa e efetiva de comunidades indígenas e locais com dispositivos específicos para a participação completa e efetiva de mulheres em todos os elementos do programa de trabalho? (decisão V/16, anexo)

a) Não

X

b) Não, mas mecanismos relevantes estão sendo desenvolvidos

c) Sim, mecanismos foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)

Comentários adicionais sobre os mecanismos para promover a participação completa e efetiva de mulheres das comunidades indígenas e locais em todos os elementos do programa de trabalho.

Embora o País não tenha desenvolvido mecanismos em escala nacional, iniciativas isoladas são realizadas no sentido de ampliar a participação das mulheres nos processos decisórios.

Mulheres na Produção Artesanal em Carolina: o projeto, executado pela Associação Plantas do Nordeste (PNE), teve início em fevereiro de 2005 e duração prevista de dois anos. O apoio financeiro foi concedido pela Petrobrás. Os objetivos do projeto são:

desenvolver a tecnologia e capacitar as mulheres da comunidade no processo de aproveitamento artesanal da fibra e do fio de caroá (capacitação, desenvolvimento, *design*, produção e estratégia de *marketing*);

consolidar a tecnologia e o processo produtivo da polpa e do papel do caroá (testes tecnológicos, identidade visual, participação em feiras, produção);

consolidar, ampliar e estruturar o processo produtivo de fitoterápicos e produtos derivados de plantas (viveiro, capacitação, identidade visual, produção e estratégia de *marketing*);

construir a capacidade de autogestão das mulheres e jovens da comunidade (capacitação, organização).

Mais informações em www.plantasdonordeste.org.br

4.º Encontro de Parteiras, Benzedeiras e Raizeiras do Cerrado: realizado em agosto de 2004, o encontro reuniu centenas de curandeiros para trocar experiências e fazer a edição final da Farmacopéia Popular do Cerrado, um projeto inédito entre comunidades tradicionais para documentar e legitimar seu conhecimento. O objetivo do encontro e do projeto é promover a auto-regulamentação das farmácias populares, que atendem a população com base na medicina tradicional e estão espalhadas por todo o Cerrado. A farmacopéia trará informações detalhadas sobre a biologia das plantas, a preparação e o uso correto dos medicamentos. Outro objetivo do projeto é usar a farmacopéia como um registro de autoria sobre os conhecimentos tradicionais, de forma que pesquisadores ou empresas não possam se apropriar deles para fins comerciais.

Apoio à implementação

64 - Seu país estabeleceu comitês consultivos indígenas e de comunidades locais para biodiversidade, em nível nacional, sub-regional e/ou regional?	
a) Não	X
b) Não, mas trabalhos relevantes nesse sentido estão em curso	
c) Sim	

65 - Seu país auxiliou organizações indígenas e de comunidades locais a realizar encontros regionais para discutir os resultados das decisões da Conferência das Partes e a se prepararem para encontros relacionados com a Convenção?	
a) Não	X
b) Sim (favor fornecer detalhes sobre os resultados dos encontros)	

Informações adicionais sobre os resultados dos encontros regionais.

Seminário "Construindo a Posição Brasileira sobre o Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios": Organizado pelo Instituto Socioambiental (ISA), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério das Relações Exteriores (MRE), Fundação Cultural Palmares e Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). O evento, realizado em novembro de 2004, reuniu 80 representantes do governo, de ONGs, de entidades empresariais, do movimento

social e de comunidades tradicionais de todo o Brasil, além de pesquisadores e técnicos. De acordo com os participantes do seminário, o novo regime deve assegurar a necessidade de autorização expressa das comunidades para o acesso aos conhecimentos tradicionais e aos recursos genéticos preservados por elas - o chamado "consentimento prévio fundamentado". O Regime Internacional também deveria ter natureza vinculante, isto é, com mecanismos que obriguem os países a cumprirem seus princípios e com sanções para aqueles que não o fizerem. Muitos representantes das comunidades tradicionais consideram que a garantia dos territórios, incluindo seus recursos naturais, e a defesa de sua cultura são pré-condições para a proteção dos conhecimentos tradicionais. O documento com o resumo das discussões e as propostas levantadas encontra-se disponível em <http://www.socioambiental.org/inst/docs/inst/docs/download/seminario.doc>

66 - Seu país apoiou, financeiramente ou de outra maneira, comunidades indígenas e locais na formulação de seus próprios planos de desenvolvimento comunitário e conservação da biodiversidade que habilitarão tais comunidades a adotar uma abordagem culturalmente apropriada, estratégica, integrada e escalonada das suas necessidades de desenvolvimento de acordo com metas e objetivos comunitários?

a) Não

b) Sim, até certo ponto (favor fornecer detalhes abaixo)

X

c) Sim, numa extensão significativa (favor fornecer detalhes abaixo)

Comentários adicionais sobre o apoio fornecido.

Ver comentários da questão 58.

Quadro VII.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- Resultados e impactos das ações implementadas;
- Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
- Dificuldades encontradas na implementação.

a) Há muitos projetos visando a proteção dos povos indígenas realizados por ONGs. Na maioria das vezes, esses projetos visam integrar os problemas mais graves da realidade indígena brasileira, que se referem às questões territoriais, com questões relativas à conservação da biodiversidade e proteção dos conhecimentos tradicionais. A esfera governamental contribui para a proteção dos conhecimentos tradicionais por meio, principalmente, do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (ver comentários da questão 114), que busca criar legislação de proteção a tais conhecimentos, além de promover a elaboração de contratos de repartição de benefícios. O programa Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas, do PPA, é também importante iniciativa do Governo Federal voltada a contribuir para a solução das questões indígenas de forma integrada. O Governo Federal tem, também, buscado ampliar a participação dos povos indígenas, comunidades quilombolas e outros detentores de conhecimentos tradicionais, nos

processos decisórios, por meio da representação em diversos órgãos colegiados. Destaca-se também a crescente capacidade de auto-organização dos povos indígenas brasileiros. Criação e demarcação de Áreas Indígenas, Terras de Quilombos e Reservas Extrativistas.

b) A ampliação da participação de povos indígenas, comunidades quilombolas e outros detentores de conhecimentos tradicionais nos processos decisórios, por meio da representação em órgãos colegiados, contribui diretamente para o alcance do objetivo 4.3 do Plano Estratégico da CDB (Envolvimento efetivo de indígenas e comunidades tradicionais na implementação e no processo da Convenção, em níveis nacional, regional e internacional).

c) As iniciativas apontadas contribuem para o alcance do objetivo 9 das metas para 2010 da CDB (manter a diversidade sociocultural de povos indígenas e comunidades locais).

d) As iniciativas apontadas contribuem de forma significativa para a implementação do componente 5 da PNB (componente 5 - Acesso aos Recursos Genéticos e aos Conhecimentos Tradicionais Associados e Repartição de Benefícios).

e) Além de contribuir para o objetivo 7 dos ODMs (Garantir a Sustentabilidade Ambiental), as iniciativas voltadas à proteção de conhecimentos tradicionais e de seus detentores contribuem, no Brasil, principalmente para o alcance do objetivo 1 dos OMDs (Erradicar a extrema pobreza e a fome).

É preciso considerar que o principal problema enfrentado pelos povos indígenas brasileiros é a pobreza. A situação de pobreza cria as condições para que povos indígenas realizem atividades com enorme impacto ambiental e que, contudo, resultam em benefícios econômicos diretos. A pobreza os incentiva, então, a abandonarem práticas tradicionais em favor de práticas predatórias, mais rentáveis no curto prazo. Assim, o conhecimento desses povos vai se perdendo ao longo do tempo. Erradicar a pobreza em que vivem é, portanto, a mais urgente necessidade. O programa Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas atua nesse sentido, buscando integrar o desenvolvimento sustentável com a satisfação de necessidades básicas de sobrevivência dos povos indígenas. A atuação de ONGs também se destaca, pois tais instituições possuem grande envolvimento com a questão indígena no Brasil.

f) O principal obstáculo à implementação do artigo 8j no Brasil é a situação de pobreza em que vivem as populações detentoras de conhecimentos tradicionais o que as torna vulneráveis ao abandono de práticas tradicionais em favor da adoção das práticas predatórias da sociedade ocidental. Dificuldades identificadas: participação pública e envolvimento de atores sociais limitados; tratamento transversal da biodiversidade por outros setores da sociedade é limitado; falta de medidas preventivas e pró-ativas, causando políticas reativas; instituições enfraquecidas causam a falta de capacidade de agir; falta de recursos humanos; perda de conhecimentos tradicionais; falta de capacidades em pesquisa científica adequadas para apoiar todos os objetivos; falta de conhecimento e de documentação acerca da perda da biodiversidade e dos bens e serviços providos por ela; conhecimentos científicos e tradicionais não são completamente utilizados; disseminação de informação nos níveis nacional e internacional não é suficiente; falta de educação e conscientização pública em todos os níveis; falta de recursos financeiros e humanos; falta de medidas de incentivo econômico; falta de repartição de benefícios; falta de sinergias nos níveis nacional e internacional; falta de cooperação horizontal entre atores sociais; falta de parcerias efetivas; falta de engajamento da comunidade científica; pobreza; pressões populacionais; padrões de produção e consumo insustentáveis; falta de capacidades por parte das comunidades locais.

Artigo 9 - Conservação *Ex-situ*

67 - Com relação ao Artigo 9(a) e (b), seu país adotou medidas para a conservação <i>ex-situ</i> de componentes da diversidade biológica nativa de seu país e com origem fora de seu país?	
a) Não	
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Informações adicionais sobre as medidas adotadas para a conservação <i>ex-situ</i> de componentes da diversidade biológica nativa de seu país e com origem fora de seu país.	
<p>Câmara Técnica Temporária de Coleções Biológicas: criada pela Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO, em sua 8ª reunião ordinária.</p> <p>Câmara Temática "Patrimônio Genético mantido em condições <i>ex-situ</i>" (Pagex): mantida pelo Conselho Gestor do Patrimônio Genético (CGEN), reúne os membros do Conselho que tenham responsabilidades afins ao acesso e à remessa do patrimônio genético mantido em condições <i>ex situ</i>, e quando convidados, especialistas nesse tema e, representantes de setores da sociedade de forma a propiciar o debate de aspectos técnicos, políticos e científicos.</p> <p>Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio) do Ministério da Ciência e Tecnologia. Ação de coleções. Ver questão 22.</p> <p>A Resolução Conama Nº. 266, de 3 de agosto de 2000: estabelece diretrizes para a criação de jardins botânicos e normatiza o funcionamento desses. www.mma.gov.br/port/conama/res/res00/res26600.html</p> <p>Política de Coleções em Jardins Botânicos. Documento que firma compromisso, entre os jardins botânicos signatários, em cooperar ampla e equitativamente com organizações públicas e privadas, de reconhecida idoneidade, para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica, em benefício da comunidade brasileira. Seu objetivo principal é assistir as instituições botânicas participantes na preparação de políticas institucionais baseadas nos princípios do acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios provenientes do seu uso. O documento foi elaborado por um grupo de trabalho composto por representantes de 23 instituições botânicas (entre as quais o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro) de todos os continentes, sob a coordenação do Royal Botanic Gardens, Kew, da Inglaterra. O documento "Política de Coleções da Rede Brasileira de Jardins Botânicos", que tem como base os princípios das "Diretrizes Normativas Gerais", representa um guia de conduta para o estabelecimento de um padrão de procedimentos a ser adotado pelos jardins botânicos brasileiros, no que diz respeito ao intercâmbio de recursos genéticos. O documento foi elaborado pela Rede Brasileira de Jardins Botânicos, organização de direito privado sem fins lucrativos, que visa estabelecer uma conexão entre os jardins botânicos do Brasil, de maneira a estreitar relações e fomentar a colaboração mútua e o intercâmbio de conhecimentos, estabelecendo</p>	

bases para a educação do público. Disponível em www.jbrj.gov.br/crag/politica.htm

Rede Brasileira de Jardins Botânicos (RBJB). Criada com o objetivo de ampliar e estimular a cooperação entre os jardins botânicos e instituições congêneres que mantivessem coleções científicas de plantas vivas e entre pesquisadores, técnicos e administradores dessas instituições. Concentrando esforços também nos seguintes temas: o estudo de taxionomia das plantas em benefício da humanidade; a Educação Ambiental em todos os níveis educacionais, incluindo o grande público; o estudo e a prática correta de introdução de plantas; a documentação e o intercâmbio de informações, plantas e espécies de interesse mútuo entre os jardins botânicos e outras instituições similares; a conservação de espécies raras e/ou ameaçadas; o papel dos jardins botânicos em estreita relação com outros organismos, no que se refere à conservação da natureza e à promoção da colaboração nesse campo entre a Rede e esses organismos ou instituições; o interesse pelo cultivo de plantas com potencial ou valor econômico atual; consultoria e apoio técnico à criação de novos jardins; a conexão entre os jardins botânicos e as universidades, sobretudo aquelas que desenvolvam atividades relacionadas com ciências da terra. Hoje conta com 32 jardins botânicos que se beneficiam da sinergia e da constante troca de informações que a Rede possibilita, sendo que alguns nasceram com o estímulo e o apoio técnico da RBJB.

Nos últimos anos focou ações na estrutura de temas de interesse comum, como a Resolução Conama sobre a categorização dos jardins botânicos brasileiros, a apresentação da proposta de institucionalização da Comissão Nacional de Jardins Botânicos aceita pelo Conama e pelo Ministério do Meio Ambiente, e a criação, no âmbito do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, de um programa de apoio aos jardins congêneres.

Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ). Tem por missão promover, realizar e divulgar o ensino e as pesquisas técnico-científicas sobre os recursos florísticos do Brasil, visando ao conhecimento e à conservação da biodiversidade, assim como à manutenção das coleções científicas sob sua responsabilidade. Realiza as seguintes ações: promove estudos qualitativos e quantitativos das comunidades vegetais das diversas regiões do País; pesquisa a biologia e a tecnologia de sementes de plantas nativas, florestais, frutíferas, ornamentais e medicinais; desenvolve projetos específicos para subsidiar a conservação e o manejo do meio ambiente; promove o intercâmbio de espécies e de informações com instituições afins, internacionais e nacionais. O JBRJ dispõe das seguintes coleções:

- Herbário, com cerca de 330 mil amostras de plantas desidratadas;
 - Carpoteca, com seis mil frutos secos;
 - Xiloteca, com cerca de 8.200 amostras de madeira de 160 famílias e aproximadamente 35.000 lâminas obtidas de 2.200 indivíduos.
 - Fototeca, que reúne uma coleção de fotografias de plantas com valor histórico, por ser tipo nomenclatural ou estar citado nos trabalhos clássicos do século passado. Está representada por 9.000 fotos de Tipos Nomenclaturais e de coleções históricas que ilustram a flora brasileira, depositada nos diversos herbários do mundo, em especial nos países da Europa.
 - Biblioteca, uma das mais completas em Botânica da América Latina, 66 mil títulos, sendo 13 mil volumes de títulos avulsos, 50 mil exemplares de periódicos, além de cerca de três mil obras raras.
- Mais informações em www.jbrj.gov.br

O JBRJ, entre outros, executa o Programa Conservação da Mata Atlântica, que possui, dentre os seus objetivos:

- estabelecimento de estratégias para conservação da flora nativa por intermédio dos jardins botânicos;
- estabelecimento de políticas institucionais e nacionais para acesso a recursos genéticos;
- conservação de sementes de espécies arbóreas de Mata Atlântica e vegetações associadas.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Unidade de Recursos Genéticos e Biotecnologia (Embrapa-Cenargen). O Cenargen realiza a conservação do germoplasma de espécies agrícolas importantes. O germoplasma vegetal é mantido conservado *ex-situ*, na forma de sementes, em câmaras com temperatura de -20°C , ou *in vitro*, em condições variadas exigidas por espécies de clima tropical e temperado. Como garantia para a produção de alimentos no futuro, cerca de 72 mil amostras de sementes em câmaras frias e 96 mil amostras *in vitro* de aproximadamente 400 espécies de plantas socioeconomicamente importantes, estão armazenadas na coleção base (Colbase), localizada no Centro. O Centro também desenvolve trabalhos de conservação e caracterização dos recursos genéticos animais. Tem sido dada prioridade às raças domésticas em perigo de extinção, incluindo bovinos, eqüinos, suínos, ovinos e caprinos. A maioria dessas raças, chamadas de "raças locais", estão no Brasil desde o período colonial e através do tempo adquiriram características de rusticidade e adaptabilidade, as quais são importantes no desenvolvimento dos programas de melhoramento. Mais informações em www.cenargen.embrapa.br

Informatização de Coleções Científicas, destacam-se as seguintes iniciativas em curso no País:

- Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), unidade da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que atua como órgão de referência nacional para as questões tecnológicas e normativas, relativas ao controle da qualidade de insumos, produtos, ambientes e serviços vinculados à Vigilância Sanitária.

O Instituto mantém a única coleção de referência do País, a qual é preconizada pela Farmacopéia Brasileira como a coleção para utilização nos ensaios oficiais de controle da qualidade. Na coleção, que está inscrita na World Federation of Culture Collection, WFCC (<http://www.wfcc.info/>), sob o número INCQS WDCM575, encontram-se disponíveis espécimes dos Domínios Archaea e Bacteria, além do Reino Fungi.

- Centro de Pesquisas René Rachou, unidade da Fundação Oswaldo Cruz, tem como missão: gerar, adaptar e transferir conhecimento científico e tecnológico em saúde, e dar apoio estratégico ao Sistema Único de Saúde, por meio de atividades integradas de pesquisa, formação de recursos humanos e prestação de serviços, contribuindo para promover a saúde da população. Mantém em sua estrutura os seguintes Centros de Referência:

- Laboratório de Triatomíneos e Epidemiologia da Doença de Chagas.
- Centro de Colaboração e Pesquisa de Controle da Esquistossomose.
- Centro de Referência e Treinamento em Leishmanioses.
- Centro de Referência Nacional e Internacional para Flebotomíneos.

Jardins Zoológicos. A fauna silvestre brasileira é protegida pela Lei nº. 5.197, de 03 de janeiro de

1967. A Lei nº. 7.173, de 14 de dezembro de 1983, dispõe sobre o estabelecimento de jardins zoológicos. A partir da promulgação dessa lei, coube ao ex-Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF) a responsabilidade de controlar essa atividade e, a partir da Lei nº. 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, e do Decreto nº. 97.946, de 11 de junho de 1989, passou a ser atribuição do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Para regulamentar a lei sobre zoológicos, técnicos do Ibama e da Sociedade de Zoológicos do Brasil (SZB) elaboraram as normas necessárias para atender a essa atividade e, a partir delas, foram publicadas a Portaria nº. 283/P, de 18 de maio de 1989, e a Instrução Normativa (IN) nº. 001/89, que estabelecem os critérios mínimos necessários para o registro dos jardins zoológicos. Em 02 de março de 1990, foi criada a Comissão Paritária de Zoológicos, pela Portaria nº. 209/90, a qual é composta por representantes do Ibama, da Sociedade de Zoológicos do Brasil (SZB), da Sociedade Civil e de ONGs, cuja finalidade é o enquadramento dos zoológicos nas categorias estabelecidas e a fiscalização do cumprimento das exigências legais. Atualmente, 44 zoológicos estão registrados no Ibama. Mais informações em www.ibama.gov.br/fauna/zoologicos.htm e www.szb.org.br

■ Criadouros de Vida Silvestre: A existência desses criadouros é prevista pela Lei nº. 5.197/67, de Proteção a Fauna, pela Lei nº. 9.605/98, de Crimes Ambientais, e pelo Decreto nº. 3.179/99, que regulamentou essa Lei. Os instrumentos legais que regulamentam o registro e o funcionamento dos criadouros de animais silvestres são os seguintes:

■ - Criadouros Conservacionistas. Portaria nº. 139/93. Esses criadouros têm por objetivo apoiar as ações do Ibama e dos demais órgãos ambientais envolvidos na conservação das espécies, auxiliando a manutenção de animais silvestres em condições adequadas de cativeiro e dando subsídios no desenvolvimento de estudos sobre sua biologia e reprodução. Nessa categoria, os animais não podem ser vendidos ou doados, apenas intercambiados com outros criadouros e zoológicos para fins de reprodução. Existem, atualmente, 209 criadouros conservacionistas cadastrados junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama).

■ - Criadouros Científicos. Portaria nº. 016/94. Regulamenta as atividades de pesquisas científicas com animais silvestres. Só podem obter esse registro, órgãos ou instituições devidamente reconhecidos pelo poder público, como universidades e centros de pesquisa, por exemplo. Existem, atualmente, 143 criadouros científicos registrados junto ao Ibama.

■ - Criadouros Comerciais. Portaria nº. 118/97. Têm por objetivo, a produção das espécies para fins de comércio, seja do próprio animal ou de seus produtos e subprodutos.

■ - Criadouros Comerciais da Fauna Exótica. Portaria nº. 102/98. Regulamenta a criação de animais exóticos, ou seja, animais provenientes de outros países. Existem, atualmente, 665 criadouros comerciais (inclusive da fauna exótica) registrados junto ao Ibama.

■ Mais informações em www.ibama.gov.br

■ Domesticação de germoplasma de camu-camu (*Myrciaria dubia* (H.B.K.) McVaugh) para uso em agroindústria na Amazônia: o projeto é desenvolvido no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). As pesquisas de camu-camu foram iniciadas no Instituto de Pesquisas da Amazônia (Inpa) hoje conta com cerca de 70 acessos de diferentes localidades da região amazônica, criando, assim, o Banco Ativo de Germoplasma de Camu-camu

(BAGC) e o desenvolvimento do programa de melhoramento para cultivo em terra firme. O camu-camu apresenta um potencial econômico e nutricional pelo alto teor em ácido ascórbico, ao redor de 3g/100g de polpa, e, excepcionalmente, 6g/100g de polpa em um acesso analisado. Como a região amazônica é o centro de diversidade ou de origem de camu-camu, a chance de encontrar material com maior teor de ácido ascórbico é imensa. Esse fato tem despertado o interesse de diversos setores industriais, envolvendo as linhas de fármacos, cosméticos, conservantes natural, bebidas, sorvetes, sucos, geléias, vinho, etc. A atenção está voltada, ainda, na área de corantes naturais (antocianinas) em função da pigmentação (rósea avermelhada) da casca do camu-camu. O projeto tem o objetivo de avaliar germoplasma de diferentes localidades e estabelecer técnicas de manejo e sistemas de cultivo de camu-camu em terra firme para fins alimentar, corante e medicamento, possibilitando, dessa forma, a exploração e o aproveitamento econômico de material silvestre, a instalação de agroindústrias (polpa e vitamina C) e, conseqüentemente, o desenvolvimento de fruticultura tropical. http://www.mct.gov.br/prog/ppg7/revista_PPD/Desenv/desen_11.htm

Jardim Botânico Agrícola do Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo (IAC): as ações da Instituição centram-se na realização de pesquisas que colaborem com a preservação "in situ", na recuperação de áreas degradadas de matas ciliares e no seu uso sustentável. Bem como na conservação "ex situ" do patrimônio genético sob a guarda do Governo do Estado de São Paulo, integrando-se com a sociedade por intermédio de pesquisas de Educação Ambiental e ensino agrícola. O alicerce do Jardim Botânico concentra-se em seus recursos fitogenéticos. O IAC contribui à conservação "ex situ" com aproximados 80% do número total de coleções do Estado de São Paulo e com 20% do total das coleções mantidas em todo o Brasil. Hoje, em todo o País, são mantidos cerca de 200 mil acessos de germoplasma vegetal dos quais o IAC participa com, aproximadamente, expressivos 16,5% do número total de acessos. Seu herbário possui mais de 43 mil acessos e está catalogado oficialmente com a sigla IAC. Colabora com a preservação "in situ" através da manutenção de Mata Atlântica, Cerrado, e outros hectares de mata ciliar, várzeas e pastagens, da Fazenda Santa Eliza (situado a 22°54'20"S - 47°05'34"W, Altitude: 694m).

Mais informações em <http://www.iac.sp.gov.br/Centros/Cec/JNB/Index.htm>

O Programa Biota/Fapesp também contribui com as seguintes iniciativas para a conservação:

Coleta, uso e caracterização da diversidade genética de germoplasma de batata-doce (*Ipomoea batatas* L. Lam.) e cará (*Dioscorea spp.*) em roças de agricultura tradicional: a manutenção de bancos de germoplasma para conservação ex-situ de variedades e espécies de batata-doce e cará, que possam servir como base para programas de melhoramento genético. Mais informações em <http://www.biota.org.br/projeto/index?show+230>

Monitoramento e ampliação do banco de germoplasma de plantas medicinais do Cerrado: projeto executado no âmbito do Programa Biota-Fapesp, com o objetivo de estabelecer um banco de germoplasma *in vitro* dos acessos remanescentes de *Zeyheria montana*, *Anemopaegma arvense* e *Jacaranda decurrens* coletados em cinco diferentes locais do Estado de São Paulo. Mais informações em <http://www.cerradoinvitro.hpg.com.br>

68 - Com relação ao Artigo 9(c), seu país adotou medidas para a reintrodução de espécies ameaçadas em seus <i>habitats</i> naturais sob condições apropriadas?	
a) Não	
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as medidas para a reintrodução de espécies ameaçadas em seus <i>habitats</i> naturais sob condições apropriadas.	
<p>Projeto CETAS Brasil: é atribuição regimental do Ibama a implementação de ações referentes à política de fiscalização da fauna, inclusive o combate ao tráfico de animais. A fiscalização e a conseqüente apreensão geram a necessidade de locais apropriados para recepcioná-los. Esses locais foram denominados Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), local de tratamento, recuperação e destinação. Nesse projeto, os critérios para a localização dos centros levaram em conta as rotas do tráfico, a proximidade às universidades e as unidades descentralizadas do Ibama.</p> <p>Paralelamente a este projeto, está em desenvolvimento um sistema informatizado que oferecerá, em tempo real, informações sobre os animais abrigados. Além do sistema, toda a legislação que regulamenta a fauna silvestre nativa está em processo de revisão.</p> <p>O projeto Cetas Brasil tem por objetivo ressaltar a necessidade de implantação, reforma e ampliação de Centros de Triagem, além de estabelecer parcerias para a construção de Cetas em locais estratégicos, auxiliando no combate ao tráfico, oferecendo locais e condições adequadas para a recuperação, a manutenção e a destinação desses animais.</p> <p>A implementação dos Cetas possibilitará a criação de projetos de Educação Ambiental, oportunizará o aprimoramento do conhecimento de técnicos de áreas conexas ao assunto e, principalmente, dará à Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros condições para desempenhar o seu principal papel: contribuir efetivamente para a conservação da fauna silvestre brasileira.</p> <p>Reintrodução de Espécies Silvestres: O Decreto-Lei nº. 3.179/99, que regulamenta a Lei nº. 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), diz que os animais apreendidos terão a seguinte destinação (art. 2 § 6º):</p> <p>a) libertados em seu <i>habitat</i> natural, após verificação da sua adaptação às condições de vida silvestre;</p> <p>b) entregues a jardins zoológicos, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados; ou</p> <p>c) na impossibilidade de atendimento imediato das condições previstas nas alíneas anteriores, o órgão ambiental atuante poderá confiar os animais a fiel depositário, na forma prevista pelo próprio decreto, até implementação dos termos antes mencionados;</p> <p>Nesse sentido, pesquisadores têm proposto procedimentos gerais, com o objetivo de qualificar e quantificar o estado sanitário, tanto dos animais a serem translocados/reintroduzidos, como das populações nativas no local de soltura.</p> <p>Com o objetivo de elaborar critérios para a soltura de animais, o Ibama promoveu dois <i>workshops</i> sobre o tema, em 2004, onde foram discutidos os protocolos específicos para a avaliação dos animais com potencial para a soltura. Foram abordados temas como comportamento, clínica, genética e áreas</p>	

de soltura. A maior dificuldade em estabelecer os procedimentos corretos é a falta de estruturas adequadas para submeter os animais aos exames clínicos, genéticos e comportamentais necessários, enfatizando a importância do Projeto no processo de destinação.

Programa de Reintrodução de Micos-leões-dourados: a reintrodução de micos-leões-dourados nascidos em cativeiro foi iniciada em 1984 para aumentar a população e a diversidade genética da espécie na natureza. Além disso, a reintrodução tem assegurado a proteção dos remanescentes florestais em áreas particulares da Mata Atlântica de baixada costeira do Rio de Janeiro, ampliando em 30% o habitat disponível para a espécie. Em seus 19 anos de existência, 153 micos-leões nascidos em zoológicos de quase todo o mundo foram devolvidos ao seu *habitat* natural. Atualmente, 148 instituições distribuídas em vários países contribuem para a manutenção da população de cativeiro. Legalmente, essa população foi doada ao Ibama em 1992, por meio de um acordo entre todos os zoológicos, em reconhecimento ao grande sucesso da iniciativa. A população reintroduzida ultrapassou os 500 micos-leões-dourados sendo que somente 12 deles fazem parte efetivamente da população de micos trazidos dos zoos. Os demais nasceram na natureza, em grupos formados por animais reintroduzidos ou por seus filhotes, representando aproximadamente 95% da população reintroduzida. O programa de reintrodução contribuiu para um aumento de mais de um terço dos cerca de 1.200 micos-leões-dourados vivendo livremente em vários fragmentos florestais de Mata Atlântica da baixada costeira do Rio de Janeiro. Esse crescimento se deve principalmente à reprodução de indivíduos em 27 propriedades particulares nos municípios de Rio Bonito, Silva Jardim e Casimiro de Abreu. Mais de 660 nascimentos foram documentados nas populações reintroduzidas ao longo destes 19 anos de monitoramento. A população de micos-leões-dourados reintroduzidos está distribuída em 73 grupos e ocupa cerca de 4.500 hectares de matas. Atualmente a sobrevivência de indivíduos nascidos na natureza é, em média 70%, calculada para todas as faixas etárias, principalmente porque eles vêm se tornando auto-suficientes mais rapidamente do que os animais reintroduzidos de cativeiro.

Mais informações em www.micoleao.org.br

Centro de Reintrodução de Animais Selvagens (Cereias): a missão do Centro é devolver aves, mamíferos e répteis saudáveis aos seus habitats naturais. Os objetivos do Cereias são:

- Recepcionar os animais selvagens pertencentes à fauna brasileira apreendidos pela fiscalização dos órgãos competentes ou doados por particulares.
- Dar aos animais recepcionados condições de tratamento, espaço físico adequado, atendimento veterinário e alimentação apropriada.
- Propiciar a reintrodução de espécimes em áreas de preservação natural no ES, BA, RJ E MG.
- Desenvolver programas de pesquisa em conjunto com universidades nas áreas de biologia de espécies ocorrentes no Estado do Espírito Santo, medicina veterinária preventiva para animais selvagens, métodos de reintrodução de espécies e ecologia da fauna selvagem reintroduzida.
- Estabelecer intercâmbio visando eventuais transferências de animais de outros estados ou impossibilitados à reintrodução, para instalações de órgãos públicos ou particulares, zoológicos e criadouros conservacionistas devidamente regulamentados pelo Ibama.

Em 10 anos de atividades, até o mês de julho de 2004, já passaram pelo Centro mais de 53 mil animais, sendo 4,3% répteis, 91% aves e 4,7% mamíferos. Deste total, os passeriformes (coleiros, canários-da-terra, trinca-ferros e sabiás entre outros) chegam em maior número, correspondendo a 75,1%; seguidos pelos quelônios (jabotis, tigres-d'água e cágados) com 8,43% e os psitacídeos (papagaios, periquitos e jandaias) com 6,93% das entradas. Todas as outras ordens, incluindo macacos, sagüis, jacarés, cachorros-do-mato e gatos-do-mato entre outros, contribuem com porcentagens inferiores a 1%. As solturas correspondem a 77,8% dos animais que passaram pelo Cereias, e as transferências e óbitos, a 2,3% e a 16,7% respectivamente. Mais informações em www.cereias.com.br

Programa de Reintrodução dos Peixes-Bois Marinhos: o programa segue as diretrizes estabelecidas pelo Grupo de Especialistas em Reintroduções da Comissão de Espécies Sobreviventes da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN). São objetivos do programa:

- Incrementar em longo prazo o número de peixes-bois marinhos, única espécie de mamífero aquático herbívora, na costa Nordeste do Brasil e repovoar áreas de ocorrência histórica.
- Promover campanhas conservacionistas para a espécie.
- Incentivar a prática do turismo de observação de peixes-bois reintroduzidos em ambiente natural, gerando, em longo prazo, o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais.

Dos 11 animais reintroduzidos, cinco são monitorados até os dias atuais. Outros cinco perderam os rádios e por apresentar um comportamento de animais selvagens dificultam a aproximação humana e a colocação dos equipamentos - postura que demonstra sucesso no processo de reabilitação para posterior reintrodução. Um peixe-boi - Aparecida, que foi resgatada adulta - morreu vítima da pesca predatória com explosivos, cinco dias após a soltura. Nos dias 25 a 27 de novembro de 2004 foi realizado um evento de comemoração de 10 anos do projeto de reintrodução de peixes-bois marinhos. Mais informações em http://www.ibama.gov.br/cma/index.php?id_menu=0

Reintrodução do Mocó: projeto realizado em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (Fazenda Tamanduá, com 900ha), realiza a criação em cativeiro do mocó (*Kerodon rupestris*, da família dos cavídeos) a fim de devolvê-lo posteriormente ao seu ambiente natural, repovoando assim algumas áreas tradicionais do seu habitat graças a esta reintrodução. De fato o mocó, pequeno roedor nativo, típico das regiões rochosas do semi-árido, foi dizimado e quase desapareceu, resultado de uma caça intensiva para ingestão da carne e para uso do seu estômago como coalho para a produção de queijos. O Ibama certificou em 2000 a Fazenda Tamanduá como Criadora de Espécies da Fauna Silvestre Brasileira para fins conservacionistas. Atualmente, com o apoio do Ibama, o auxílio de uma bióloga e veterinários procuram elaborar um protocolo de soltura buscando bases científicas para efetuar esta primeira reintrodução. Mais informações em www.fazendatamandua.com.br.

Criadouro Científico de Animais Silvestres da Klabin: o criadouro científico está registrado junto ao Ibama e é constituído por 53 recintos e viveiros que abrigam 18 espécies de mamíferos, 48 espécies de aves, além de serpentários para cobras venenosas e não-venenosas. A partir da reprodução em cativeiro é executado o programa de reintrodução de espécies da fauna silvestre, já extintas a nível regional, como por exemplo, a anta e a ema. Este programa está baseado em pesquisa

e coleta de dados nas prováveis áreas de soltura. O estudo do comportamento em cativeiro visa adequar as necessidades básicas de cada espécie em relação à alimentação, reprodução e padrões sociais, obtendo-se uma perfeita adaptação dos animais ao cativeiro e sucesso reprodutivo. Atualmente o criadouro tem como prioridade, a reprodução da anta, lobo-guará, gato-do-mato, ema, mutum e a jacutinga. Espécies comuns na Fazenda Monte Alegre como a capivara, cateto, macaco-prego, cachorro-do-mato, entre outros, visam atender mais ao Programa de Educação Ambiental do que à sua reprodução. Mais informações em <http://www.klabin.com.br/go?486>

Instituto de Pesquisas em Aqüicultura e Aquariologia (IPAq): o Instituto foi inaugurado em agosto de 2003 e é uma instituição voltada à preservação dos ecossistemas aquáticos e dos recifes de coral. O IPAq tem como objetivo principal a pesquisa pura e aplicada na manutenção e reprodução de organismos aquáticos em sistemas semi-fechados. Além de gerar conhecimento, o IPAq tem a intenção de preservar o meio ambiente por intermédio de atividades de repovoamento e reintrodução de organismo, bem como a conscientização da população. O IPAq começa suas atividades tendo como objetivo quatro principais projetos. Todos eles estão contidos no projeto Recife Vivo de preservação ambiental, que inclui tanto atividades de auditoria e licenciamento de toda a cadeia produtiva dos organismos ornamentais marinhos, como atividades de pesquisa em manutenção e reprodução de organismos em cativeiro. Os principais subprojetos do Projeto Recife Vivo são:

- Projeto Peixes Recifais: implantação de laboratório para a reprodução de peixes recifais. Tem como objetivos desenvolver metodologias de cultivo de peixes recifais, desde a larvicultura até a engorda; levantar informações sobre os estoques dos peixes recifais de interesse ornamental, bem como estudar medidas mitigadoras do impacto de coleta, com repovoamento ou reintrodução.
- Projeto Fazenda de Corais: implantação de laboratório de reprodução assexuada de corais hermatípicos e ahermatípicos. Tem como objetivo desenvolver metodologias de cultivo de corais, desde a repicagem até a colônia de porte médio. O estudo de potencial repovoamento e reintrodução está em pauta neste projeto.
- Projeto Plâncton: implantação de um laboratório de cultivo de fitoplâncton, rotíferos e copépodes, para os tanques de larvicultura e em estudos nutricionais em corais e peixes, bem como para comercialização junto a aquaristas e laboratórios.
- Projeto Selo Recife Vivo: implantação padrões de boas práticas, seguindo o 'Marine Aquarium Council Standards', que implica em conferir o selo Recife Vivo/MAC aos coletores, aqüicultores, exportadores e lojistas que tenham interesse em se filiar ao programa.

Mais informações em www.ipaq.org.br

Reflorestamento com espécies ameaçadas de extinção no Rio Grande do Sul. O projeto, executado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente, tem por objetivo a reversão da situação das diversas espécies incluídas na lista da flora ameaçada de extinção do Estado do RS. Informações em www.sema.rs.gov.br.

Programa de coleta, armazenamento e reintrodução de espécies epífitas, na Floresta Nacional de Carajás e do Tapirapé-Aquirí. Executado pela Companhia Vale do Rio Doce, o projeto visa à realização de inventários de epífitas (quanti e qualitativos) para avaliar o potencial da área, a

presença de espécies ameaçadas de extinção e definir o quantitativo a ser resgatado; definição das áreas para translocação do material a ser coletado; definição das técnicas de coleta (antes e pós-supressão de vegetação); definição de procedimentos de plantio; e por último, o monitoramento das plantas re-introduzidas. Os principais resultados alcançados foram:

1. Resgate e plantio de mais de 100 mil plantas desde o início dos trabalhos.
2. Criação de três orquidários abertos à visitação (conservação *ex-situ*).
3. Desenvolvimento e aperfeiçoamento da técnica de coleta e plantio.
4. Lista botânica das espécies epífitas da região de Carajás (não publicado).
5. Enriquecimento de áreas em recuperação com espécies epífitas de savana metalófila.

Rede de Sementes Florestais Rio-São Paulo. A Rede de Sementes Florestais Rio-São Paulo é uma proposta destinada ao aumento da oferta de sementes florestais nativas a partir da união do trabalho resultante de instituições públicas e privadas. O núcleo animador desta proposta é formado por três órgãos públicos estaduais vinculados à Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo SMA-SP (Fundação Florestal, Instituto Florestal de São Paulo e Instituto de Botânica), uma universidade federal (UFRRJ), uma ONG com registro no CNEA (Instituto Ecoar) e ONGs do Rio de Janeiro e São Paulo, que atuam com comunidades de agricultores e/ou com reposição florestal (IDACO, Flora Tietê e Flora Cantareira). Este conjunto é completado com a participação de uma Unidade do Ibama, locada em Lorena-SP. Esta rede se fundamenta na oferta de produtos, serviços e informação. Propõe-se também a gerar metodologia de trabalho com comunidades do entorno de UCs e propostas de parceria público/privado para a produção de sementes. A área de atuação definida é o bioma Mata Atlântica e áreas prioritárias para conservação na Região de Floresta Ombrófila Densa. Para realização da proposta, foi estruturada uma matriz de atividades que configuram cinco metas correspondentes às exigências do edital: 1) Estabelecimento de Parâmetros Técnicos. 2) Implantação da Rede de Sementes Florestais Rio-São Paulo. 3) Capacitação Técnica. 4) Avaliação das Demandas Futuras para o Setor de Sementes. 5) Formação do Conselho Consultivo. Informações em www.sementesriosaopaulo.sp.gov.br

69 - Com relação ao Artigo 9(d), seu país tomou providências para regulamentar e gerenciar as coleções de recursos biológicos advindos de *habitats* naturais para fins de conservação *ex-situ* de forma a não ameaçar ecossistemas e populações *in-situ* ?

a) Não

b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas

c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)

X

d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)

Informações adicionais sobre as medidas para regulamentar e gerenciar as coleções de recursos biológicos advindos de *habitats* naturais para fins de conservação *ex-situ*, de forma a não ameaçar ecossistemas e populações *in-situ*.

Ver comentários acerca da Política de Coleções em Jardins Botânicos (questão 67).

Quadro VIII.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

a. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, assim como outros jardins botânicos, são instituições consolidadas, e que historicamente contribuem para a conservação *ex-situ* no Brasil. A Política Nacional de Jardins Botânicos reflete as demandas da CDB, tais como acesso aos recursos genéticos e repartição de benefícios, evidenciando o compromisso dessas instituições com a implementação da CDB. A Embrapa-Cenargen contribui de forma significativa para a conservação *ex-situ* por meio da manutenção dos bancos de germoplasma. Destacam-se, também, as inúmeras iniciativas de reintrodução de espécies ameaçadas de extinção que, por vezes, conseguem reverter o quadro de ameaça dessas espécies.

b. As iniciativas não contribuem diretamente para os objetivos do Plano Estratégico da CDB.

c. As iniciativas de conservação *ex-situ* contribuem para os objetivos 2 e 3 das metas para 2010 da CDB (promover a conservação da diversidade genética e promover a conservação da diversidade de espécies).

d. As iniciativas de conservação *ex-situ* contribuem diretamente para a implementação da quarta diretriz do componente 2 da PNB.

e. As iniciativas apontadas contribuem, de forma indireta, para o alcance da meta 9 do objetivo 7 dos ODMs.

f. Participação pública e envolvimento de atores sociais limitados. Falta de transversalidade e integração dos assuntos em biodiversidade em outros setores, incluindo o uso de ferramentas como as avaliações de impacto ambiental. Falta de medidas preventivas e pró-ativas, causando políticas reativas. Capacidade inadequada para agir, causada por deficiências institucionais. Falta de transferência de tecnologia e expertise. Perda de biodiversidade e a pouca compreensão e documentação dos bens e serviços correspondentes providos por ela. Falta de educação pública e conscientização em todos os níveis. Falta de recursos financeiros e humanos. Falta de medidas de incentivo econômico. Falta de sinergias aos níveis nacional e internacional.

Artigo 10 - Uso sustentável de componentes da diversidade biológica

70 - Com relação ao Artigo 10(a), seu país inseriu considerações sobre a conservação e o uso sustentável de recursos biológicos nos processos decisórios nacionais?	
a) Não	
b) Não, mas providências estão sendo tomadas	X
c) Sim, em alguns setores relevantes (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, na maior parte dos setores relevantes (favor fornecer detalhes abaixo)	
<p>Informações adicionais sobre a inserção de considerações sobre a conservação e o uso sustentável de recursos biológicos nos processos decisórios nacionais.</p> <p>A Estratégia de desenvolvimento do Governo Federal (2003 - 2006) é constituída de cinco dimensões: social, econômica, regional, ambiental e democrática. Quando trata da dimensão ambiental, o documento versa que:</p> <p>"Nossa estratégia é de desenvolvimento sustentável e de longo prazo. Implica, por conseguinte, uma dimensão ambiental que oriente as escolhas no campo social e econômico. Em face da pressão que o desenvolvimento econômico impõe sobre os recursos naturais e os serviços ambientais, os compromissos de justiça social com as gerações atuais são indissociáveis do legado que se quer deixar às gerações futuras. O objetivo é o desenvolvimento voltado para justiça social, integrando igualmente o direito a um ambiente saudável. (...) Não menos importante é assegurar a preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais. É necessário que o crescimento econômico tenha uma abordagem qualitativa, reestruturando-se ampla e progressivamente, ao longo dos próximos anos, a partir de um novo padrão de produção e consumo, estimulando o manejo sustentável dos recursos naturais, bem como coibindo, com rigor, as ações produtoras de desequilíbrios ecológicos. É essencial valorizar as empresas com responsabilidade ambiental, uma exigência cada vez maior da competitividade tanto no mercado interno como externo. (...) A preservação e o uso sustentável dos recursos naturais, em particular das nossas florestas, passa pelo fortalecimento das organizações ambientais do setor público e pela aplicação imediata das leis e dos mecanismos de controle e regulação da atividade econômica. As áreas de proteção ambiental são um investimento no presente e no futuro para um país que possui cerca de 20% da biodiversidade do planeta. E a valorização da diversidade cultural das populações a esta associada é ao mesmo tempo um compromisso social e uma oportunidade de desenvolver novas economias. É fundamental estimular a implementação de projetos intensivos no uso da biodiversidade brasileira voltados para o desenvolvimento econômico e social de diversas regiões brasileiras, constituindo-se em importante fonte de geração de emprego e renda para uma parcela significativa da população." O Plano Plurianual do Governo Federal é orientado por três megaobjetivos, sendo que o segundo refere-se ao "crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades". Esse megaobjetivo tem um total de nove objetivos, sendo que dois fazem explícita referência ao uso sustentável dos recursos naturais, são eles:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Impulsionar os investimentos em infra-estrutura de forma coordenada e sustentável. ● Melhorar a gestão e a qualidade ambiental e promover a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, com justiça ambiental. <p>Observa-se, então, que embora a conservação e o uso sustentável da biodiversidade não sejam</p>	

prioridades absolutas, encontra-se em fase inicial a inserção desses elementos nos processos de tomada de decisão política, nos diversos setores da organização social. Mais informações sobre a estratégia de governo no endereço: http://www.planobrasil.gov.br/texto_base.asp?cod=5

Comitês Consultivos Permanentes de Gestão (CPGs) de recursos pesqueiros. A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) da Presidência da República, desde a sua criação em 2003, vem instituindo Comitês Consultivos que representam um espaço onde o Governo Federal, o setor produtivo e a comunidade científica participam da elaboração das políticas públicas e onde são discutidas as medidas de gestão dos recursos pesqueiros. Desta forma o setor produtivo e a comunidade científica podem participar das decisões estratégicas do governo sobre o desenvolvimento e planejamento da pesca, bem como do ordenamento das diversas modalidades de pesca. Atualmente, encontram-se em operação os CPGs de Atuns e Afins e dos Recursos Demersais de Profundidade, garantindo que considerações sobre conservação e uso sustentável sejam incorporadas nas ações da SEAP. Maiores informações em <http://www.planalto.gov.br/seap/>

Compilação Internacional sobre os Mecanismos de Planejamento e Gestão da Maricultura Costeira, a SEAP/PR realizou levantamento das informações disponíveis sobre o tema nos países que possuem décadas de desenvolvimento desta atividade, além de consulta a documentos contendo recomendações da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/ONU) como o documento "Planning and Management for Sustainable Coastal Aquaculture Development". Com base neste trabalho de coleta de informações, elaborou-se uma minuta de Ato Normativo Interministerial instituindo os Planos Locais de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM), onde o objetivo é planejar o desenvolvimento do setor utilizando ferramentas de microzoneamento numa escala municipal, ou quando for o caso, promover este planejamento para baías, enseadas, lagoas costeiras ou estuários.

O Plano Plurianual do Governo Federal, referente ao período de 2004-2007, é constituído por 374 programas, dos quais 61 (16%) possuem interfaces com a Política Nacional da Biodiversidade, contribuindo, de alguma forma, para o alcance dos objetivos da CDB. Desses, 24 programas (39%) são de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente ou órgãos a ele subordinados (Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Agência Nacional de Águas).

Dos 61 programas que guardam relação com a Política Nacional da Biodiversidade, 46 atendem especificamente objetivos relacionados ao Uso Sustentável da Biodiversidade (tema que constitui o terceiro componente da Política Nacional da Biodiversidade), sendo que:

- nove contemplam a primeira diretriz do componente (gestão da biotecnologia e da biossegurança);
- quinze contemplam a segunda diretriz do componente (gestão da utilização sustentável dos recursos biológicos); e
- vinte contemplam a terceira diretriz do componente (instrumentos econômicos, tecnológicos e incentivo às práticas e aos negócios sustentáveis para a utilização da biodiversidade).

71 - Com relação ao Artigo 10(b), seu país adotou medidas com relação ao uso de recursos biológicos que evitem ou minimizem os impactos adversos sobre a diversidade biológica?	
a) Não	
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Informações adicionais sobre as medidas adotadas com relação ao uso de recursos biológicos que evitam ou minimizam os impactos adversos sobre a diversidade biológica.	
<p>De acordo com a legislação pesqueira em vigor os responsáveis pelas embarcações estrangeiras arrendadas, bem como aquelas utilizadas na pesca de: peixe sapo (<i>Lophius gastrophysus</i>), carangueijos real (<i>Chaceon ramosae</i>) e vermelho (<i>C. notialis</i>), e polvo (<i>Octopus spp.</i> - somente 25% das viagens), que operam nas áreas de pesca do Brasil são obrigados a manter a bordo da embarcação, técnico brasileiro ou observador de bordo para proceder à coleta de dados e informações de interesse do setor pesqueiro nacional e do monitoramento e fiscalização ambiental, utilizar equipamentos que permitam o rastreamento ou monitoramento por satélite. Estabelece também que todas as embarcações de pesca deverão exercer as operações pesqueiras de modo a assegurar o aproveitamento sustentável dos recursos vivos marinhos das zonas de pesca. Ainda, no caso de frotas limitadas, concede-se permissão de pesca prioritariamente àquelas embarcações que fazem uso de métodos/petrechos para redução da incidentalidade de aves, tartarugas e mamíferos, bem como tecnologia que reduza a captura de <i>by-catch</i>.</p> <p>Maiores informações em http://www.planalto.gov.br/seap/</p> <p>Gestão do Uso Sustentável. O modelo de gestão pesqueira instituído pelo Ibama é a gestão compartilhada, que prima pela participação democrática e cidadã, e persegue a descentralização sem negligenciar a visão sistêmica e integradora do uso de cada recurso, bem como as peculiaridades econômicas, sociais e ambientais de cada uso ou pescaria, tendo como base o conhecimento científico desenvolvido, sem transferir a responsabilidade de implementação e execução das medidas acordadas. No Biênio 2003-2004, foram realizadas 102 Reuniões Técnicas e de Ordenamento, criados fóruns de discussão, resultando na implementação de 77 portarias que ordenam a pesca continental e marítima, principalmente no que se relaciona às espécies de camarões do Norte, sardinha, piramutaba, a lagosta, o caranguejo-uçá nas regiões Norte e Sudeste/Sul e os defesos de piracema das principais regiões hidrográficas. Os principais recursos pesqueiros alvo da pesca comercial marinha, estuarina e lagunar ao longo da costa brasileira são: sardinha, peixes demersais (castanha, corvina, pescada olhuda e pescada real), piramutaba, pargo, caranguejo-uçá do Sudeste/Sul, caranguejo-uçá do Norte/ Nordeste, camarão-rosa, camarão-sete-barbas e camarão-vermelho do Sudeste/Sul, camarão-rosa do Norte e camarão-rosa do Nordeste e lagosta. A gestão do uso sustentável desses recursos segue este padrão de ordenamento, tendo sido constituído no ano de 2004 apenas os Comitês de Gestão do Uso Sustentável da Lagosta e da Sardinha.</p> <p>O Comitê de Gestão do Uso Sustentável de Lagostas (CGSL). O Comitê de Gestão de Uso Sustentável de Lagostas (CGSL) é o primeiro comitê de gestão de recursos pesqueiros criado no âmbito do</p>	

MMA/Ibama e instituído pela Portaria Ibama N.º 83, de 23 de setembro de 2004. O CGSL tem o objetivo de assessorar o Ibama na tomada de decisão sobre a gestão do uso sustentável de lagostas (*Panulirus argus* e *P. laevicauda*), no litoral brasileiro. O CGSL é coordenado pelo Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros (Difap), do Ibama, e sua composição é paritária.

O Comitê de Gestão do Uso Sustentável da Sardinha (CGSS). O Comitê de Gestão de Uso Sustentável da Sardinha (CGSS) criado no âmbito do MMA/Ibama e instituído pela Portaria Ibama N.º 04, de 14 de janeiro de 2005. O CGSL tem o objetivo de assessorar o Ibama na tomada de decisão sobre a gestão do uso sustentável da sardinha verdadeira (*Sardinella brasiliensis*) e fauna associada, nas Regiões Sudeste e Sul do Brasil. O CGSS é coordenado pelo Diretor de Fauna e Recursos Pesqueiros (Difap), do Ibama, e sua composição é paritária.

Comitê Permanente de Gestão de Recursos Demersais de Profundidade: criado a partir da Instrução Normativa - MAPA N.º. 2, de 30 de janeiro de 2002, para assessorar o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que se refere ao desenvolvimento e estímulo da pesca de recursos demersais de profundidade e assuntos correlatos. Compete ao Comitê:

- I - propor políticas de apoio ao desenvolvimento sustentável da pesca de recursos demersais de profundidade;
- II - propor e opinar sobre tratados de cooperação internacional e estratégias de condução da posição brasileira nas reuniões internacionais sobre pesca em águas profundas e assuntos correlatos;
- III - acompanhar a execução dos programas setoriais;
- IV - implantar Subcomitês Científicos e outros instrumentos de assessoramento à gestão de recursos demersais;
- V - manter sistemas de análise e informação sobre a conjuntura econômica e social da atividade pesqueira de profundidade; e
- VI - propor ações que visem a adequação da oferta dos recursos demersais de profundidade.

Comitê Consultivo Permanente de Gestão de Atuns e Afins: criado a partir da Instrução Normativa SEAP No 04, de 25 de maio de 2004. Compete deliberar e prestar assessoramento a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, no que diz respeito:

- I - à formulação e à implementação de ações ou atividades relacionadas com o desenvolvimento da pesca de atuns e afins, incluindo estratégias e instrumentos para a gestão destes recursos e a formação da respectiva frota nacional;
- II - à implementação da política externa brasileira para a pesca de atuns e afins, incluindo a celebração de acordos de cooperação internacional e a coordenação, com o Ministério das Relações Exteriores, para a formulação de estratégias de condução da posição brasileira nos foros internacionais sobre pesca de atuns e afins; e
- III - às recomendações do Subcomitê Científico e do Subcomitê de Cumprimento.

Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo): o objetivo do programa é desenvolver, sob a coordenação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis (Ibama), atividades de prevenção, monitoramento, controle de queimadas e combate aos incêndios florestais no Brasil, avaliando seus efeitos sobre os ecossistemas, a saúde pública e a atmosfera. Mais informações em <http://www.ibama.gov.br/prevfogo>

Programa de Prevenção e Controle de Queimadas e Incêndios Florestais na Amazônia Legal (Proarco): o objetivo do programa é identificar as áreas de maior risco de ocorrência de incêndios florestais, por meio da implementação de um sistema de monitoramento e avaliação de risco para a tomada de decisões. O sistema é apoiado nas técnicas de geoprocessamento e previsão meteorológica. Mais informações em <http://www.ibama.gov.br/proarco>

Grupo de Trabalho Interministerial para a redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal (Decreto Presidencial, de 03 de Julho de 2003) instituído, em caráter permanente, tem a finalidade de propor medidas e coordenar ações que visem a redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal, por meio dos seguintes instrumentos:

1. ordenamento fundiário nos Municípios que compõem o Arco de Desmatamento;
2. incentivos fiscais e creditícios com o objetivo de aumentar a eficiência econômica e a sustentabilidade de áreas já desmatadas;
3. procedimentos para a implantação de obras de infra-estrutura ambientalmente sustentáveis;
4. geração de emprego e renda em atividades de recuperação de áreas alteradas;
5. incorporação ao processo produtivo de áreas abertas e abandonadas e manejo das áreas florestais;
6. atuação integrada dos órgãos federais responsáveis pelo monitoramento e a fiscalização de atividades ilegais no Arco de Desmatamento;
7. estabelecimento de Zona Especial de Gestão Territorial na área de influência da BR 163 (Cuiabá-Santarém); e
8. outros que julgar pertinentes.

Informações em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=224345>

Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal: Diante da necessidade de avaliação cuidadosa das causas do desflorestamento na região, como base para o planejamento de um conjunto de ações integradas do Poder Público, a serem implementadas com a participação ativa da sociedade brasileira, o Grupo Permanente de Trabalho Interministerial preparou, em março de 2004, um documento que apresenta um conjunto de ações estratégicas, consideradas prioritárias para a contenção do desmatamento na Amazônia Legal, bem como para a viabilização de estratégias alternativas de proteção e uso sustentável da floresta. Este plano inclui medidas emergenciais, com potencial de gerar impactos efetivos em curto e longo prazo, mas que devem ser iniciadas imediatamente, por sua relevância na estruturação de soluções duradouras. O texto integral do documento encontra-se em <http://www.presidencia.gov.br/casacivil/desmat.pdf>

Licenciamento Ambiental. As principais diretrizes para a execução do licenciamento ambiental no País, tanto no nível federal (Ibama), quanto no nível estadual (OEMAs), estão expressas na Lei 6.938/81 e nas Resoluções Conama N°. 001/86 e N°. 237/97. Seja para a construção,

instalação, ampliação ou funcionamento de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que possam causar degradação ambiental, é preciso a obtenção de licenciamento, que tem como princípio a manutenção de uma relação mais harmoniosa entre o desenvolvimento econômico e a natureza, minimizando a degradação ambiental e otimizando os benefícios do empreendimento.

De acordo com essa legislação, compete ao Ibama o licenciamento de atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional e regional, ou seja:

- as localizadas ou desenvolvidas conjuntamente no Brasil e em país limítrofe; no mar territorial; na plataforma continental; na zona econômica exclusiva; em terras indígenas ou em unidades de conservação do domínio da União;

- as localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados;

- as atividades cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais do País ou de um ou mais Estados;

- as destinadas a pesquisar, lavrar, produzir, beneficiar, transportar, armazenar e dispor material radioativo, em qualquer estágio, ou que utilizem energia nuclear em qualquer de suas formas e aplicações, mediante parecer da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN); e

- bases ou empreendimentos militares, quando couber, observada a legislação específica.

Mais informações em <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/licenciamento.php>

Plano de Produção Sustentada. Consiste na exploração da floresta de pinus e eucalipto das Estações Experimentais e Florestas Estaduais do I.F. do Estado de São Paulo, usando a receita deste manejo sustentado, para financiar a recuperação e manutenção das Unidades de Conservação do Instituto. Prevê-se o corte, a resinagem e o plantio de módulos de 1.000 ha/ano, durante 25 anos, em seus 27.424,52ha de floresta exótica. Os resultados esperados:

- Previsão de Faturamento de R\$ 13.352.500,00/Ano Agrícola = R\$ 333.818.500,00 - Total/25 anos.

- Geração de 5.000 empregos diretos e 40.000 indiretos perenes por 25 anos.

- Recuperação e manutenção de aproximadamente 800.000ha de áreas naturais do Estado de São Paulo.

72 - Com relação ao Artigo 10(c), seu país estabeleceu medidas que protegem e encorajam o uso habitual dos recursos biológicos de forma compatível com os requerimentos de conservação ou uso sustentável?	
a) Não	
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
<p>Informações adicionais sobre as medidas que protegem e encorajam o uso habitual dos recursos biológicos de forma compatível com os requerimentos de conservação ou uso sustentável.</p> <p>Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT). O centro tem por objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Promover o desenvolvimento econômico visando a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais baseada na sustentabilidade, na cultura e nos conhecimentos por elas acumulados; ● criar, implantar, consolidar, gerenciar e desenvolver as Reservas Extrativistas em conjunto com as populações tradicionais que as ocupam; ● assessorar, elaborar, coordenar, executar, supervisionar e monitorar o desenvolvimento e a implantação de planos, programas, projetos e ações demandados pelas populações tradicionais das unidades de conservação de uso direto e indireto; ● promover a articulação com instituições federais, estaduais e municipais visando a obtenção de apoio político, técnico e financeiro, para a implantação dos planos, programas, projetos e ações demandados pelas populações tradicionais; ● promover a articulação com órgãos governamentais, organizações não-governamentais e representações das populações tradicionais, visando subsidiar a definição de políticas e implementação de planos, programas e projetos das populações tradicionais; e ● implantar, em conjunto com o Centro Nacional de Informação Ambiental, um subsistema de informações tendo como referência os planos, programas, projetos e ações implementadas, visando a sistematização de conhecimentos e o desenvolvimento de metodologias relacionadas à problemática das populações tradicionais. <p>Mais informações em http://www.ibama.gov.br/resex/cnpt.htm</p> <p>Programa Comunidades Tradicionais. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida dos integrantes de comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental. O Programa contribui para que os direitos de acesso aos recursos naturais sejam garantidos, que sejam disseminadas práticas com novas tecnologias adaptadas, para agregar valor aos produtos da floresta; coopera para a ampliação do acesso ao crédito pelas comunidades, apoiando a organização e estruturação das mesmas; além de capacitar os extrativistas, complementando o grau de conhecimentos destes. Ademais, trabalha-se na elaboração de políticas públicas para o setor. A forma principal de operacionalização do Programa é por meio de uma Carteira de Projetos que atende às organizações das comunidades tradicionais.</p>	

O Centro atua nos seguintes programas de trabalho:

- organização e apoio a populações tradicionais;
- criação de reservas extrativistas;
- estudos para criação de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável;
- contratos de concessão real de uso;
- criação de conselhos deliberativos;
- fornecimento de crédito para os extrativistas;
- Programa de Desenvolvimento Comunitário de Reservas Extrativistas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA);
- Manejo de Fauna Silvestre;
- Manejo Florestal;
- Ecoturismo em Reservas Extrativistas;
- Saúde e Saneamento na Reserva;
- Casa e Saneamento;
- Educação na Reserva;
- Geração de energia em áreas isoladas;
- Projeto Cidadão - Acesso das populações tradicionais à documentação civil.

As seguintes RESEX foram criadas no âmbito do CNPT:

Tabela. Reservas Extrativistas (RESEX) criadas pelo IBAMA e dados de área (ha) e população

Reserva Extrativista	Cidade/Município	Área	População
Riozinho da Liberdade	Cruzeiro do Sul – AC	325.602	1.145
Verde para Sempre - PA	Porto de Mós – PA	1.288.717	20.000
Riozinho do Anfrizio- PA	Altamira – PA	736.340	120
TOTAL		2.350.659	21.265

Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea). Projeto do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), executado pelo Ibama, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e financiado pelos Fundo Fiduciário para a Floresta Tropical (RFT) do Banco Mundial, Departamento do Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido, Agência de Cooperação Alemã (GTZ), Banco de Reconstrução do Governo Alemão (KfW) e o Governo Brasileiro. O objetivo do ProVárzea é estabelecer bases científica, técnica e política para a conservação e o manejo ambiental e socialmente sustentável dos recursos naturais da várzea, na calha central da bacia amazônica, com ênfase nos recursos pesqueiros. Ao fim de sua execução o Projeto prevê que seus resultados vão influenciar mudanças nas políticas públicas ambientais, além de favorecer o desenvolvimento de meios de vida sustentáveis e o melhoramento dos sistemas relacionados ao monitoramento e controle e a promoção de co-gestão em áreas de várzea. Previsto para ter duração de cinco anos (2000-2005), o ProVárzea teve início em julho de 2000 e vem sendo realizado em parceria com instituições governamentais e não-governamentais, organizações pesqueiras e comunitárias. Conta com uma coordenação sediada em Manaus, no Estado do Amazonas, Brasil e com dois escritórios regionais em Santarém/PA e Parintins/AM, congregando mais de 30 profissionais em sua equipe, entre coordenadores, gerentes, assessores e consultores técnicos. O projeto executa os seguintes subprojetos:

Manejo Comunitário dos Recursos Florestais e de Pesca em Áreas de Várzea do Município de Gurupá (PA).

Conservação dos Recursos Naturais da Várzea Através do Turismo Ecológico e da Gestão Participativa na Região de Silves (AM).

Centro de Capacitação do Pescador Artesanal.

Fortalecimento das Instituições de Base para a Gestão Participativa dos Recursos Pesqueiros.

Fortalecimento da Comunicação e Organização dos Usuários e Instituições Ligadas à Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Naturais da Várzea.

Educação Ambiental e Uso Sustentável da Várzea em Áreas Indígenas.

Produção Sustentável de Óleos Essenciais da Região de Várzea em Silves.

Sistema Alternativo e Sustentável de Recuperação e Produção em Várzeas do Médio Amazonas Paraense (Manejo de Búfalos).

Sistema Integrado de Produção.

Reflorestamento de Áreas Degradadas na Região do Itaquí.

Piracema - Manejo e Conservação dos Recursos Pesqueiros.

Abelhas e Polinização de Plantas de Várzea.

Manejo de Lagos de Várzea da Região de Tefé.

Pesquisa e Desenvolvimento em Florestas Alagadas da Amazônia no Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM/OS/MCT). O projeto, executado pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, com apoio do Ministério da Ciência e Tecnologia, visa o desenvolvimento de pesquisa científicas e tecnológicas para conhecimento da biodiversidade, para monitoramento social, ambiental e gestão de áreas protegidas para o uso sustentado dos recursos naturais e para promoção da qualidade de vida das populações tradicionais das florestas alagadas da Amazônia. Os principais resultados alcançados pelo projeto são nas áreas de Desenvolvimento Científico, Desenvolvimento Tecnológico e Alternativas Econômicas; Melhoria da Qualidade de Vida; e Proteção da Biodiversidade

Projeto Acaba-Vida. Executado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) de Goiás, o projeto visa contribuir para a fixação das famílias dos assentados do Acaba-Vida na zona rural, garantindo condições para a qualidade de vida por intermédio da exploração da meliponicultura e da extração do óleo do coco de babaçu. O projeto contribui, portanto, para o estabelecimento de alternativas sustentáveis para exploração de recursos naturais. Informações em www.semarh.goias.gov.br

Etnobotânica e ecologia de populações de capim-dourado (*Syngonathus sp.* Eriocaulaceae). O capim-dourado, é uma "sempre-viva" utilizada há mais de 60 anos por artesãs da comunidade de Mumbuca - Mateiros, TO, região do Jalapão para confecção de artesanato, que vem tendo ampla divulgação. A possibilidade de obtenção de renda a partir da venda do peculiar artesanato aumentou a pressão de coleta sobre a espécie. É ainda incipiente o conhecimento sobre a biologia, ecologia e conseqüências do extrativismo das sempre-vivas e, especialmente o capim-dourado. Este trabalho tem por objetivos caracterizar as etapas de colheita e confecção do

artesanato; realizar levantamentos populacionais e implementar experimentos para verificar efeitos da colheita sobre a estrutura de populações de capim-dourado. A partir dos resultados deste estudo, pretende-se identificar e propor formas de manejo que contribuam para a conservação da espécie e seu *habitat*. O projeto é executado pelo Núcleo de Plantas Mediciniais e Aromáticas (Nuplam) (Ibama-sede), em parceria com a Universidade de Brasília e o Instituto Pequi. Os principais resultados alcançados foram:

Determinação do melhor período para a coleta da espécie;

Publicação da Portaria Naturatins nº. 092, de 13 de junho de 2005; que adota medidas de ordenamento à coleta e ao manejo do Capim Dourado na região do Jalapão.

Projeto Natura/Usos Sustentáveis da Biodiversidade na Reserva Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru (AP). Criado em 2001 pela Natura, o projeto tem como objetivo a extração de óleo de castanha-do-Brasil para uso na formulação de produtos, com base no conceito de sustentabilidade. Dessa forma, como premissas, os insumos devem ser retirados da natureza de maneira ambientalmente correta e ser comprados preferencialmente de comunidades tradicionais, com as quais a empresa deve estabelecer relações economicamente viáveis e socialmente justas. A empresa chegou à comunidade do rio Iratapuru, no Amapá, com a ajuda da Cognis, um de seus fornecedores de matérias-primas. Ali, promoveu uma série de ações, como o desenvolvimento da cadeia de produção do óleo de castanha-do-Brasil; a certificação das áreas de coleta; a criação de um plano de manejo das espécies aproveitadas na comercialização; a abertura do comércio para os insumos produzidos pela comunidade do Iratapuru; e a realização de diagnóstico para o desenvolvimento sustentável da região. Uma das ações mais importantes foi a contratação da Imaflores, representante no Brasil da Forest Stewardship Council (FSC), para certificar as áreas de coleta, garantindo que a extração da castanha não tivesse impacto negativo na biodiversidade local. A Natura arcou com os custos do processo e, em contrapartida, a comunidade se comprometeu a cumprir as determinações necessárias. O resultado foi alcançado: desde o início de 2004, a castanha da comunidade do Iratapuru possui um "selo verde". Paralelamente ao processo de certificação, assembleias foram organizadas na comunidade do Iratapuru para discutir o preço justo a ser pago pela castanha. Nelas, representantes da comunidade, da Natura e da Cognis definiram uma estratégia de formação de preços.

Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas. Ver comentários da questão 58.

73 - Com relação ao Artigo 10(d), seu país estabeleceu medidas que auxiliam populações locais a desenvolver e implementar ações reparadoras em áreas degradadas onde a diversidade biológica foi reduzida?	
a) Não	
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Informações adicionais sobre as medidas que auxiliam populações locais a desenvolver e implementar ações reparadoras em áreas degradadas onde a diversidade biológica foi reduzida.	
Ver comentários sobre o PROVARZEA (questão 72).	

74 - Seu país identificou indicadores e medidas de incentivo para setores relevantes para a conservação e uso sustentável da biodiversidade? (decisão V/24)	
a) Não	
b) Não, mas a avaliação de indicadores e medidas de incentivo potenciais está em curso	X
c) Sim, indicadores e medidas de incentivo foram identificados (favor descrever abaixo)	
Comentários adicionais sobre a identificação de indicadores e medidas de incentivo para setores relevantes para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.	
<p>Indicadores de Biodiversidade em Agrobiodiversidade. O livro, editado pela Embrapa-Meio Ambiente, tem o objetivo de apresentar proposta metodológica para indicadores de sustentabilidade e prover uma seleção representativa dos indicadores de sustentabilidade de agroecossistemas, fornecendo abordagem teórica e prática sobre o tema. É dividido em duas partes. A Parte I, com quatro capítulos, contempla os aspectos teóricos mais relevantes para o entendimento da sustentabilidade e seus indicadores. A Parte II, com nove capítulos, contém um conjunto de trabalhos que orientam a coleta, sistematização e análise de dados, com o objetivo de construir indicadores de sustentabilidade. Ao final é apresentado um banco de dados com a finalidade de organizar, armazenar e recuperar informações relativas a indicadores de sustentabilidade. Contém referências sobre os indicadores mais utilizados mundialmente, unidades de medidas de indicadores, bibliografias, profissionais envolvidos e instituições que tratam do tema. Os capítulos apresentam e discutem os diversos aspectos do conceito de agricultura sustentável, as interpretações apoiadas nos princípios da economia neoclássica e da economia ecológica. A referência completa do livro é: <i>Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas</i>. João Fernando Marques, Ladislau Araújo Skorupa, José Maria Gusman Ferraz (editores), 282 páginas, 2004. Mais informações em http://www.cnpma.embrapa.br/informativo/mostra_informativo.php3?id=192</p> <p>Indicadores de desenvolvimento sustentável - Brasil 2004. Esta publicação dá continuidade ao trabalho precursor, iniciado em 2002 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de elaboração de um conjunto de indicadores para o acompanhamento da sustentabilidade do padrão de desenvolvimento brasileiro, apresentados nas dimensões ambiental, social, econômica e</p>	

institucional. A atual edição reúne 59 indicadores, dentre eles 12 novos relativos a questões emergentes, que propiciam uma avaliação mais completa do desenvolvimento sustentável, e apresenta como acréscimos uma matriz de relacionamentos de indicadores, que ilustra as ligações entre esses dados, um resumo gráfico, que fornece uma visão de conjunto dos indicadores, e uma relação dos indicadores segundo diretrizes para transição ao desenvolvimento sustentável, referenciadas a equidade, eficiência, adaptabilidade, e atenção a gerações futuras. Os indicadores selecionados originam-se de estudos e levantamentos do IBGE e de outras instituições. Fornecem, em sua dimensão ambiental, informações relacionadas ao uso dos recursos naturais e à degradação ambiental, organizadas nos temas atmosfera, terra, água doce, mares e áreas costeiras, biodiversidade e saneamento. Em sua dimensão social, os indicadores abrangem os temas população, trabalho e rendimento, saúde, educação, habitação e segurança, vinculados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social. A dimensão econômica dos indicadores busca retratar o desempenho macroeconômico e financeiro e os impactos no consumo de recursos materiais e uso de energia mediante a abordagem dos temas quadro econômico e padrões de produção e consumo. Por sua vez, a dimensão institucional, desdobrada nos temas quadro institucional e capacidade institucional, oferece informações sobre a orientação política, a capacidade e os esforços realizados com vistas às mudanças necessárias para a implementação do desenvolvimento sustentável. Mais informações em www.ibge.gov.br

Programa Nacional de Reservas para a Preservação Ambiental. O projeto de Lei no 60, de 2003, cria o Programa Nacional de Reservas para a Preservação Ambiental, que tem por objetivo estabelecer mecanismos de compensação e incentivos econômicos aos proprietários rurais que mantenham, em suas propriedades, glebas especialmente destinadas à preservação ambiental. Mais informações em http://www3.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=104467

Compensação financeira aos pequenos proprietários rurais que mantenham áreas de preservação permanente com cobertura vegetal nativa. O projeto de Lei no 4160 de 2004 prevê que os recursos para a referida compensação sejam oriundos:

- da cobrança pelo uso de recursos hídricos prevista pela Lei nº. 9.433, de 08 de janeiro de 1997;
- do Fundo Nacional do Meio Ambiente, instituído pela Lei nº. 7.797, de 10 de julho de 1989;
- da compensação financeira de que trata o art. 36 da Lei nº. 9.985, de 2001;
- dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE), instituída pela Lei nº. 10.336, de 2001, destinados a projetos ambientais, conforme o disposto no art. 4º da Lei nº. 10.636, de 2002;
- de dotações orçamentárias consignadas para esse fim.

A proposição tem o objetivo de permitir maior preservação da vegetação nativa sem, porém, prejudicar em demasia o pequeno produtor rural, que não dispõe de condições econômicas, como os grandes produtores, de arcar com os custos dela decorrentes.

Mais informações em http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=264795

Prêmio Mata Atlântica de Incentivo às Iniciativas Municipais. Em agosto de 2002, a Fundação SOS Mata Atlântica lançou o Prêmio Mata Atlântica de Incentivo às Iniciativas Municipais, coordenado

pela Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA), pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera e pela Fundação SOS Mata Atlântica. O objetivo é incentivar ainda mais os municípios a assumirem sua condição de protagonistas das questões locais, criando estruturas para a gestão ambiental descentralizada. Mais informações em www.sosmataatlantica.org.br

75 - Seu país implementou práticas de uso sustentável, programas e políticas para o uso sustentável da diversidade biológica, especialmente na busca de mitigação da pobreza? (decisão V/24)

a) Não

b) Não, mas práticas, programas e políticas potenciais estão sendo avaliados

c) Sim, algumas políticas e programas foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)

X

d) Sim, políticas e programas abrangentes foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)

Informações adicionais sobre programas e políticas de uso sustentável da diversidade biológica.

IN Seap nº. 02/2004. A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, proibiu a comercialização no mercado interno brasileiro, bem como a exportação, do agulhão branco (*Tetrapturus albidus*) e do agulhão negro (*Makaira nigricans*), capturados em águas jurisdicionais brasileiras e alto mar por embarcações pesqueiras nacionais e estrangeiras arrendadas por empresas ou cooperativas de pesca brasileiras; uma vez alcançados os limites estipulados para a estação de pesca do ano de 2004. A IN Nº. 11/2004, estende esta proibição para a estação de pesca de 2005.

Carteira de Projetos Fome Zero e Desenvolvimento Sustentável em Comunidades Indígenas. Ver comentários da questão 58.

Desenvolvimento das Culturas Oleaginosas e Plantas Fibrosas. O programa faz parte do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, para o período de 2004-2007, e é executado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Tem como objetivo elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas de mamona, dendê, babaçu, canola, girassol e algodão, que poderão ser exploradas para a produção de biomassa para fins alimentícios, químicos, energéticos e fabricação de fertilizantes.

Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é elevar a produtividade dos cereais e das forrageiras mediante o controle de pragas e a incorporação de novas tecnologias. As instituições responsáveis pelo programa são: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e a dinamização da sua economia. O programa é executado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do

Desenvolvimento Agrário.

Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é proporcionar à população assentada a capacitação e os meios para gestão e estruturação dos processos organizativo e produtivo, objetivando sua inserção econômica, social, cultural e política, respeitando as diversidades regionais com melhoria de qualidade de vida e cidadania. O programa é executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Programa Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso). Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é aumentar a autonomia e a sustentabilidade de espaços sub-regionais, por meio da organização social, do desenvolvimento do seu potencial endógeno e do fortalecimento da sua base produtiva, com vistas à redução das desigualdades inter e intra-regionais. O programa é executado pelas seguintes instituições: Agência de Desenvolvimento da Amazônia; Agência de Desenvolvimento do Nordeste; Ministério da Integração Nacional; e Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

Projeto Produtos Não-Madeireiros: coordenado pela Fundação Paulo Feitoza, o projeto visa identificar, por meio de um inventário florestal de produtos não-madeireiros, o potencial econômico do extrativismo de espécies florestais. Principalmente, aquelas usadas na indústria de óleo e perfumaria, como o óleo essencial de pau-rosa, o óleo das sementes do cumaru, da copaíba, da andiroba, da castanha e outras espécies como a casca da preciosa e ainda buriti, babaci, patauá, murumuru e açai. Pretende-se dimensionar e construir uma pequena fábrica de extração de óleos e processamento de produtos não-madeireiros, bem como uma área de produção de sabonetes artesanais, objetivando a máxima utilização de insumos locais. O projeto prevê também o treinamento de comunitários repassando para eles técnicas de inventário florestal, colheita, beneficiamento, comercialização de produtos florestais não-madeireiros, destilação de óleos aromáticos e boas práticas de fabricação. O projeto vai permitir que as comunidades utilizem os recursos naturais de maneira racional garantindo sustentabilidade econômica e também ambiental. O município de Maués possui uma população de 40 mil habitantes, sendo que 19 mil pessoas residem em área rural, trabalhando a cultura do guaraná, principal atividade econômica local. Fontes: http://www.fieam.org.br/cin/completa.asp?id_not=138 e www.funbio.org.br

Pró-Manejo: o projeto integra o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e recebe financiamentos da agência de cooperação técnica GTZ, do banco alemão KfW e da RFT (Banco Mundial). Seus objetivos são:

- Contribuir para que os produtos madeireiros da região sejam oriundos de unidades de produção, onde se pratique o manejo florestal de impacto reduzido.
- Gerar experiências-piloto que contribuam para o aprendizado dos diversos segmentos envolvidos com a questão florestal e com a gestão de unidades de conservação de uso direto.

O projeto integra os seguintes componentes:

- análise estratégica e recomendações de políticas públicas;
- apoio e promoção de iniciativas promissoras de manejo florestal sustentável;

desenvolvimento e teste de um sistema piloto de controle e monitoramento da atividade madeireira;

apoio ao manejo dos recursos florestais, especialmente pelas populações tradicionais, na Floresta Nacional do Tapajós.

Mais informações em www.mma.gov.br/ppg7

Programa Estadual de Plantas Medicinais e Aromáticas, com fins Terapêuticos e Alimentares (Fitoplama). O programa é executado pela Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania do Mato-Grosso, e seu principal objetivo é estabelecer políticas públicas para melhoria de qualidade de vida no âmbito do Estado de Mato Grosso por meio da utilização de Fitoterápicos, Plantas Medicinais e Aromáticas com fins Terapêuticos e Alimentares visando a sustentabilidade social, ética, bioética, ambiental, cultural e econômica.

<http://www.setec.mt.gov.br/html/internas.php?tabela=paginas&codigoPagina=13>

Programa Zona Franca Verde. Programa executado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Amazonas. Busca a melhoria da qualidade de vida da população do interior do Estado e, ao mesmo tempo, a proteção ao extraordinário patrimônio natural do Amazonas. O programa tem como missão promover o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas, a partir de sistema de produção florestal, pesqueira, agropecuária e atividades de turismo, feitas em bases ecologicamente saudáveis, socialmente justa e economicamente viáveis, associados à gestão de unidades de conservação e à promoção do etnodesenvolvimento em terras indígenas. Mais informações em <http://www.sds.am.gov.br/zfv.php>

Projeto Fibrarte. Projeto multidisciplinar, de longo prazo, que busca desde 1994 a transformação do trabalho artesanal desenvolvido com fibras vegetais numa atividade econômica e ecologicamente sustentável. Executado pela Fundação Vitória Amazônia, com financiamento do Fundo Nacional para a Biodiversidade (Funbio), o projeto iniciou suas atividades no município de Novo Airão cadastrando os artesãos da cidade. A partir daí criaram a Associação dos Artesãos de Novo Airão (AANA), em 1996. As fibras mais utilizadas na confecção das peças artesanais são: arumã (*Ischnosiphon sp.*), cipó ambé (*Philodendron sp.*), tucumã (*Astrocaryum sp.*), piaçava (*Leopoldina piassaba*) e cipó titica (*Heteropsis sp.*). Atualmente, a comercialização de artesanato é uma das principais fontes de renda para o grupo de moradores da cidade de Novo Airão envolvidos no projeto (de 30 a 40% da renda familiar, com casos de 100%). Novas áreas para manejo estão sendo mapeadas e novas comunidades contatadas para a socialização das técnicas de manejo e venda da fibra e ou do artesanato por meio de cursos oferecidos pela AANA. Está em discussão a proposta da inclusão de novos tipos de produtos à base de outras matérias-primas como cerâmica e restos de madeira, sempre levando em consideração a preocupação com o manejo adequado destes recursos.

Mais informações em www.fva.org.br

Programa de Jovens da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo. No âmbito do programa, são realizadas as seguintes atividades:

Apoio pedagógico, operacional e mercadológico à Rede do Programa de Jovens, formada por

Núcleos de Educação Ecoprofissional nos municípios de Cotia, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo e São Roque, em parceria com as respectivas prefeituras.

- Apoio técnico às oficinas de educação ecoprofissional de Produção e Manejo Agrícola e Florestal Sustentáveis; Turismo Sustentável; Agroindústria Artesanal; Arte, Consumo e Lixo; desenvolvidas nos Núcleos.
- Coordenação de eventos da rede: Reunião de Coordenação, Planejamento da Rede, Encontro de Monitores, Encontro de Jovens, Semana de Capacitação Técnica, Turismo Irmanado.

76 - Seu país desenvolveu ou investigou mecanismos para envolver o setor privado nas iniciativas sobre o uso sustentável da biodiversidade? (decisão V/24)

a) Não

b) Não, mas mecanismos estão sendo desenvolvidos

c) Sim, mecanismos foram estabelecidos (favor descrever abaixo)

X

Comentários adicionais sobre o desenvolvimento de mecanismos para envolver o setor privado nas iniciativas sobre o uso sustentável da biodiversidade.

Programa Brasileiro de Bioprospecção e Desenvolvimento Sustentável de Produtos da Biodiversidade (Probem). Executado pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, o programa visa incentivar a exploração econômica da biodiversidade de modo sustentável, observando as diretrizes da Convenção da Diversidade Biológica, contribuindo para o desenvolvimento da bioindústria no País, promovendo a inserção das populações tradicionais nos procedimentos de bioprospecção, zelando pelo estabelecimento de mecanismos de valorização do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético e pela justa repartição de benefícios advindos do uso econômico da biodiversidade. Inicialmente, o Probem planejou e investiu na construção do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), com o objetivo de potencializar a pesquisa e o desenvolvimento de novos produtos. Encontra-se em processo de discussão o modelo de gestão desse Centro, que conta com a participação do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ministério da Indústria e do Comércio. O CBA concentrou atividades no desenvolvimento de cadeias produtivas de treze produtos florestais não-madeireiros no Estado do Acre; na estruturação das cadeias produtivas do açaí e da andiroba no Estado do Amapá; diagnóstico da pesca e aqüicultura neste estado. Está em fase de formulação o Projeto Kampô, uma demanda dos índios Katukinas ao MMA, solicitando proteção do seu conhecimento e combate à biopirataria relacionados à vacina do sapo (kampô). O Projeto representa um grande potencial para construção de um caso positivo de prospecção do patrimônio genético, com conhecimento tradicional associado à justa repartição de benefícios, gerando diretrizes e subsídios para formulação da atuação propositiva do Ministério nessa área. Outra atuação do Probem é a promoção da Agenda de Bioprospecção no MMA, que tem como objetivo inicial promover um nivelamento de conceitos e informações sobre o tema no nível interno, a fim de construir, conjuntamente com as áreas afins do MMA, as bases para formulação de uma política nacional para bioprospecção, assim como rever o papel deste Ministério nesta área. Mais informações em www.mma.gov.br

Cooperação Técnica Seap/Ibama para a criação de Reserva Extrativista Pesqueira. A Seap por meio de sua Coordenação Geral de Pesca Artesanal implementou cooperação técnica e apoio

financeiro ao Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT/Ibama) para a criação de Unidade de Conservação de Uso Sustentado, categoria Reserva Extrativista destinada ao ordenamento e uso sustentável de recursos pesqueiros explorados por populações tradicionais da zona costeira. Por ser de adesão voluntária, e devido ao fato de que os aqüicultores serão os principais afetados pela sua implementação, é fundamental que o setor produtivo participe da elaboração do Código de Conduta. Neste sentido, a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP/PR) realizou um abrangente levantamento e compilação dos Códigos de Conduta já implementados ou em processo de implementação em outras nações, e preparou minutas de Códigos de Conduta para serem refinados pelo setor produtivo. Foram elaborados quatro Códigos distintos: o da carcinicultura, da piscicultura, da malacocultura e da ranicultura. Estas versões preliminares estarão expostas ao público por dois meses. Durante este período, todas as associações de aqüicultores ou aqüicultores individuais que estejam com seu registro de aqüicultor em dia, poderão sugerir alterações nas versões preliminares. Ao final deste período, todas as sugestões serão compiladas num relatório e os códigos serão adequados de acordo. Maiores informações em <http://www.planalto.gov.br/seap/>

Programa de Apoio à Produção Sustentável (PAPS). O programa, executado pelo Fundo Nacional da Biodiversidade (Funbio), potencializa iniciativas inovadoras de pequeno porte, já em operação, ligadas ao uso sustentável da biodiversidade, que representem uma alternativa às atividades econômicas de alto impacto ambiental e que ampliem as possibilidades de geração de emprego e renda para as populações locais. Investindo em projetos que contaram com aportes financeiros de outras entidades, o Funbio evita a interrupção dessas iniciativas, possibilitando a ampliação do alcance dos projetos. A metodologia utilizada pelo PAPS - (o plano de negócios <http://www.funbio.org.br/download/estudo3.pdf>) - permite a estruturação de uma proposta de apoio financeiro consistente e adequada à necessidade de recursos, por meio da análise de sustentabilidade ambiental, viabilidade econômica, capacidade de gestão do empreendedor e características de mercado associadas, favorecendo o sucesso do empreendimento. Seus objetivos específicos são:

- auxiliar os empreendimentos a alcançarem sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- identificar oportunidades de mercado e fomentar parcerias;
- propiciar apoio técnico continuado que assegure o desenvolvimento de capacitação local e a gestão qualificada do empreendimento;
- agir como catalisador de recursos e de esforços para os empreendimentos;
- abrir possibilidades de articulação do projeto com outros agentes que tenham interesse em sua continuidade;
- facilitar o acesso de associações de produtores, cooperativas, micro e pequenas empresas com atividades ligadas ao uso sustentável da biodiversidade a fontes adequadas de recursos financeiros;
- disseminar empreendimentos de uso sustentável bem sucedidos.

Mais informações em <http://www.funbio.org.br/publique/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=31>

Projeto Petrobrás Ambiental. Em outubro de 2003, a Petrobrás lançou a primeira seleção pública

do programa Petrobrás Ambiental com o objetivo de desenvolver e apoiar iniciativas que compreendam: a conscientização e a promoção do uso sustentável da água doce; contribuição para a gestão dos recursos hídricos; recuperação de matas no entorno de corpos d'água, inclusive para a proteção de nascentes; ações de preservação de espécies, notadamente as ameaçadas de extinção; mobilização da sociedade brasileira para a valorização de ambientes e espécies da fauna e flora marinha. Foram selecionados 60 projetos, que se encontram ainda em andamento, e têm previsão de finalização para 2006.

Programa de Incentivo à Conservação da Natureza - Fundo de Apoio para Projetos de Ecodesenvolvimento. Mantido pela Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, em parceria com a Fundação Interamericana (Inter American Foundation - IAF), sua meta é apoiar iniciativas que busquem conciliar a proteção dos recursos naturais com o desenvolvimento das comunidades no entorno das Unidades de Conservação. Desde 2001, possui uma linha de apoio a projetos, chamada Fundo de Apoio a Projetos de Ecodesenvolvimento. Durante a execução deste projeto, a meta é utilizar o recurso do Fundo para apoiar iniciativas que tenham impacto positivo e que possam ser replicadas em outras localidades. Atualmente, o Fundo apóia cinco iniciativas no Brasil:

- 1) Esse Mar é Meu - Fundação Brasil Cidadão, em Icapuí, Ceará - capacitação de pescadores e membros das comunidades de Icapuí, para confecção de artesanato e cultivo de algas marinhas, além da proposta de criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural e recuperação da área de manguezais. A partir do projeto, foi criado o Código de Ética Ambiental do Município.
- 2) Café-com-Floresta - Instituto de Pesquisas Ecológicas-IPÊ, em Teodoro Sampaio, São Paulo - plantio de café orgânico, com o objetivo de promover a mudança de comportamento dos agricultores e a recuperação ambiental no entorno do Parque Estadual Morro do Diabo. As primeiras colheitas já foram realizadas e uma pesquisa da Embrapa confirmou melhoria das condições do solo a partir das práticas agroflorestais.
- 3) Apoio à organização da produção de sementes florestais nativas nos assentamentos extrativistas Porto Dias e São Luiz do Remanso - Centro de Trabalhadores da Amazônia, em Rio Branco, Acre - mudança de comportamento das comunidades afetadas e mapeamentos das áreas onde serão manejadas as espécies não-madeiráveis. Quarenta e uma famílias, que antes viviam exclusivamente da extração de borracha e coleta da castanha, estão agora engajadas no trabalho de coleta de sementes.
- 4) Eco-Oficina Peixe-Boi & Cia - Fundação para Preservação e Estudos dos Mamíferos Aquáticos, em Maceió, Alagoas - objetivo de melhorar a renda de 38 famílias e promover a conservação do peixe-boi marinho, por meio da confecção de bonecos de pelúcia alusivos aos mamíferos aquáticos.
- 5) Planejando propriedades e paisagens - Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí, em Atalanta, Santa Catarina - pretende difundir, a partir do município de Atalanta, um modelo de propriedade, para pequenos agricultores, que contemple a legislação ambiental brasileira e práticas agropecuárias amigáveis, como agricultura orgânica e enriquecimento de florestas.

Informações em <http://www.fundacaoboticario.org.br/site/br/apoio/ecodesenvolvimento.htm>

Projeto Frutos do Cerrado: executado pela Associação Vyty-Cati, recebe apoio do Funbio (Fundo Brasileiro para a Biodiversidade), do Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social e do Ministério do

Meio Ambiente. As atividades do Frutos do Cerrado também são apoiadas pelo Programa de Pequenos Projetos (PPP) do Fundo para o Meio Ambiente Mundial. O projeto apóia a fábrica Fruta-Sã, empresa de interesse público, sem fins lucrativos, do CTI (Centro de Trabalho Indigenista), que produz polpas congeladas de frutos do Cerrado. Em 2003, foram produzidos 65,3 mil quilos de polpas de frutas. Todas as frutas usadas pela empresa vêm de pequenos agricultores, e, quando não são de origem local, são adquiridas de cooperativas de pequenos produtores, com as quais a empresa mantém parcerias. Fonte: www.funbio.org.br

Programa de Certificação Florestal (Cerflor). Executado pelo Instituto Brasileiro de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), o Cerflor tem por objetivos:

- Estabelecer as regras específicas para a Certificação Florestal.
- Fomentar a formação de auditores florestais.
- Divulgar o Programa de Certificação Florestal - Cerflor.
- Estudar possíveis fontes de recursos para financiar a certificação florestal de propriedades/empresas.
- Acompanhar e avaliar a implantação do Programa.

O Cerflor contempla seis normas, das quais cinco foram publicadas em fevereiro de 2002 pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

- NBR 14789 - Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais.
- NBR 14790 - Cadeia de custódia.
- NBR 14791 - Diretrizes para auditoria florestal - Princípios gerais.
- NBR 14792 - Procedimentos de auditoria - Auditoria de manejo florestal.
- NBR 14793 - Procedimentos de auditoria - Critérios de qualificação para auditores florestais.

Em março de 2004, foi publicada a NBR 15789 - Manejo Florestal - Princípios, Critérios e Indicadores para florestas nativas. As normas podem ser adquiridas na ABNT no seguinte endereço: <http://www.abntdigital.com.br/aplicacao/pesquisa/asp>. Mais informações em www.inmetro.gov.br

Conselho de Manejo Florestal (FSC-Brasil). Existem hoje 40 milhões de hectares de florestas certificadas no planeta e mais de 20 mil produtos com selo do FSC. Já foram emitidos mais de 300 certificados de manejo florestal e mais de 1500 certificados de cadeia de custódia. O FSC Internacional desenvolve os princípios e critérios (universais) para certificação, bem como credencia e monitora organizações certificadoras especializadas e independentes. Outra função do FSC é apoiar o desenvolvimento de padrões nacionais e regionais de manejo florestal, que servem para detalhar a aplicação dos princípios e critérios, adaptando-os à realidade de um determinado tipo de floresta. Tanto os padrões nacionais e regionais como as organizações nacionais precisam do reconhecimento do FSC Internacional para sua efetivação. O FSC-Brasil certificou, de 1998 a 2005, 53 empresas. Mais informações em www.fsc.org.br

Certificação de produtos florestais não-madeireiros em remanescentes da Mata Atlântica. Executado pela Fundação SOS Mata Atlântica e outras entidades ambientalistas, o projeto visa criar padrões de certificação florestal nesse bioma, garantindo para o consumidor a origem sustentável dos produtos. Os produtos florestais da Mata Atlântica são parte expressiva da base da economia

brasileira, podendo representar uma chance de conservação dos últimos remanescentes florestais desse bioma. Só a erva-mate, por exemplo, é cultivada em 160 mil propriedades no sul do País e sua produção gera cerca de 700 mil empregos (equivalente ao da indústria automobilística hoje). A piaçava também é responsável pelo emprego de grande número de pessoas e é considerada ótima para recuperar áreas degradadas. O projeto testou padrões de certificação para a cadeia produtiva de três espécies e seus produtos: piaçava em Ilhéus e região/BA, palmito-juçara em Registro e região/SP e erva-mate em Ilópolis e região/RS, sempre procurando adaptar os padrões às peculiaridades regionais e dos pequenos produtores. Mais informações em www.sosmataatlantica.org.br

Incremento da produção de comercialização de peçonha de serpente para o fabrico de soro e fármacos. O projeto tem por objetivos:

Ampliação do plantel extração de peçonha, preparação e comercialização da mesma.

Incrementar a produção de veneno, visando o ingresso no mercado nacional e internacional, tornando auto sustentável o núcleo de Ofiologia de Porto Alegre, sediado no Museu de Ciências Naturais, beneficiando a área de saúde na produção de medicamentos anti-hipertensores, colas cirúrgicas e analgésicos. Informações em www.fzb.rs.gov.br

Projeto "Nas Entrelinhas". Executado pela Diretoria de Educação Ambiental (DEA/MMA), Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF) (Diretoria de Conservação da Biodiversidade - DCBIO e Diretoria de Florestas - DIFLOR). o projeto encontra-se em fase de estruturação, e tem por objetivo estimular o desenvolvimento de atividades socioambientais pelas empresas florestais, e assim alavancar processos de aprendizagem e protagonismo socioambiental bem como a diversificação de sistemas de produção que contribuirão para os processos de construção de sociedades sustentáveis e demonstração de responsabilidade socioambiental das empresas florestais brasileiras. Informações em www.mma.gov.br/educambiental

Projeto Samambaia-preta. Executado pela ONG Ação Nascente Maquiné, tem por objetivos:

- A) estudo da ecologia e biologia da espécie *Rumohra adiantiformis* (samambaia-preta);
- B) levantamento etnoecológico dos manejos tradicionais da região associados a esta planta;
- C) caracterização dos sistemas agrários da região;
- D) estudo da cadeia produtiva da samambaia;
- E) busca de alternativas de renda para a atividade;
- F) caracterização socioeconômica e histórica dos extrativistas dos Fundos da Solidão.

Os resultados alcançados foram: relatório diagnóstico da atividade extrativista de samambaia-preta no Litoral Norte do RS e avaliação de sua sustentabilidade; desenvolvimento de alternativas econômicas para a atividade extrativista por meio do incentivo ao artesanato em palha de bananeira; e indicações das principais diretrizes com vistas ao licenciamento da atividade para o Estado do RS.

77 - Seu país iniciou um processo para pôr em prática os Princípios e Diretrizes de Adis Abeba para o Uso Sustentável da Biodiversidade? (decisão VII/12)	
a) Não	X
b) Não, mas os princípios e diretrizes estão sendo analisados	
c) Sim, um processo está em planejamento	
d) Sim, um processo foi iniciado (favor fornecer informações detalhadas)	
Informações adicionais sobre o processo para pôr em prática os Princípios e Diretrizes de Adis Ab ba para o Uso Sustentável da Biodiversidade	

78 - Seu país tomou alguma iniciativa ou ação para desenvolver e transferir tecnologias e fornecer recursos financeiros para auxiliar na aplicação dos Princípios e Diretrizes de Adis Abeba para o Uso Sustentável da Biodiversidade? (decisão VII/12)	
a) Não	X
b) Não, mas programas relevantes estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, algumas tecnologias foram desenvolvidas e transferidas e recursos financeiros limitados foram fornecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, muitas tecnologias foram desenvolvidas e transferidas, e recursos financeiros significativos foram fornecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre o desenvolvimento e transferência de tecnologias e fornecimento de recursos financeiros para auxiliar na aplicação dos Princípios e Diretrizes de Adis Abeba para o Uso Sustentável da Biodiversidade.	

Biodiversidade e Turismo

79 - Seu país estabeleceu mecanismos para avaliar, monitorar e medir o impacto do turismo sobre a biodiversidade?	
a) Não	
b) Não, mas mecanismos estão sendo desenvolvidos	X
c) Sim, mecanismos foram estabelecidos (favor especificar abaixo)	
d) Sim, mecanismos existentes estão sendo revisados	
Comentários adicionais sobre o estabelecimento de mecanismos para avaliar, monitorar e medir os impactos do turismo sobre a biodiversidade.	

Em 2003, o Ministério do Turismo elaborou um Plano Nacional para o setor, sem, no entanto, fazer referências à avaliação dos impactos do turismo sobre a biodiversidade brasileira. O mesmo é válido para o Programa de Regionalização do Turismo. Os documentos citados e outras informações sobre o planejamento do governo para a atividade turística no Brasil podem ser acessados em www.turismo.gov.br. Todavia, algumas iniciativas nesse sentido estão sendo realizadas:

Sistema de Informações Georreferenciadas para o Ecoturismo (SIG). O sistema encontra-se em fase de planejamento, e resulta de uma iniciativa do Programa Zoneamento Ecológico-Econômico e do Programa Nacional de Ecoturismo, da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). A implementação do SIG tem como objetivo levantar, georreferenciar e sistematizar informações sobre

o patrimônio ambiental ecoturístico, em especial em áreas protegidas. Os dados sobre atrativos naturais (fauna, flora, relevo, etc.), conhecimentos paleontológicos, espeleológicos, arqueológicos, monumentos, e parques geológicos vão subsidiar o governo no planejamento, gestão e monitoramento da atividade ecoturística. As informações também orientarão a iniciativa privada e a sociedade na tomada de decisões sobre investimentos no setor. A costa do Delta do Parnaíba e o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses foram selecionados como áreas piloto para o desenvolvimento do projeto por despertar crescente interesse no mercado turístico nacional e internacional, de acordo com estudos e diagnósticos realizados pelo Ministério do Meio Ambiente. O mapeamento georreferencial constitui uma das primeiras ações a serem desenvolvidas com base no diagnóstico da área levantado no zoneamento ecológico-econômico. No estudo, foram apontadas limitações, fragilidades ambientais e potencialidades de desenvolvimento econômico da região, destacando o ecoturismo com forte demanda. O sistema de informações georreferenciadas prevê também o mapeamento dos atrativos ambientais e geológicos em todo o país.
<http://www.funbio.org.br/publique/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2711&sid=17>

Sistema de Gestão Ambiental da Bahia (Geobahia). O Geobahia objetiva desenvolver e implementar um Sistema de Informação Geográfica (SIG), para suporte de atividades relacionadas à gestão ambiental do Estado. Desta forma pretende: mapear e integrar os fatores que compõem os meios físico, biótico e socioeconômico do estado às atividades desenvolvidas pelo CRA. O Geobahia possui os seguintes produtos e subprodutos:

- Mapas Temáticos: Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) das APAs estaduais, Unidades de Conservação do Estado, Qualidade das águas, Unidades da SEMARH, entre outros;
- Gisweb Ambiental: Aplicativo disponível no Portal SEIA, que fornece informações sobre a localização de pontos georreferenciados nos ZEE das APAs Litoral Norte e Joanes-Ipitanga;

A partir de parcerias com outros projetos do CRA, estão em andamento a estruturação e desenvolvimento de dois sistemas:

- SIG do Projeto Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA).
- SIG do Programa de Monitoramento do Estuário do Rio Pojuca - GERCO/PNMA II.

Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica, São Paulo. SMA - BID. Turismo Receptivo: Convênio BID/SMA/IF/FF. O objetivo dos programas é organizar e consolidar os atrativos naturais das Unidades de Conservação selecionadas como produtos turísticos, preservando o capital natural no longo prazo, bem como consolidar a vocação do turismo sustentável na área de influência do Programa como estratégia de conservação da natureza e ampliar sua participação no desenvolvimento regional. O Programa está estruturado em três componentes:

- Componente 1 - Estruturação e organização dos Parques selecionados para a visitação pública;
- Componente 2 - Organização e consolidação do produto turístico na área de influência do Programa;
- Componente 3 - Fortalecimento da gestão pública para o ecoturismo.

Os recursos para o Projeto são: parte do Governo do Estado e parte financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Programa contempla a participação de seis Parques Estaduais, cinco localizados no Vale do Ribeira (Carlos Botelho, Intervales, PETAR, Jacupiranga, Ilha

do Cardoso) e um no Litoral Norte (Ilhabela). O convênio terá duração de quatro anos a partir da assinatura do empréstimo, planejada para 2005.

Por intermédio deste programa a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo pretende dar um salto significativo na consolidação das atividades de visitação pública em Unidades de Conservação.

As atividades previstas para o presente exercício incluem a elaboração de estudos para o planejamento e gestão da visitação pública; melhoria e estruturação de vários núcleos de visitação dos parques, que se constituirão nos principais pontos de acesso às áreas recreativas e dos atrativos naturais, onde se concentrarão os serviços e atividades para os visitantes, incluindo pequenas pousadas e *ecolodges*, restaurantes e lanchonetes, lojas de conveniência, artesanato e lembranças; e as atividades relacionadas com o fortalecimento da gestão pública para o ecoturismo.

80 - Seu país ofereceu programas educativos e de treinamento para agentes de turismo de forma a aumentar sua percepção sobre os impactos do turismo sobre a biodiversidade, e para melhorar a capacidade técnica em nível local para minimizar os impactos? (decisão V/25)

a) Não	
b) Não, mas programas estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, programas foram estabelecidos (favor descrever abaixo)	X

Comentários adicionais sobre programas educativos e de treinamento oferecidos a agentes de turismo.

Programa Nacional de Ecoturismo. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é promover o ecoturismo associado à conservação de bens e serviços ambientais. O programa é executado pela Secretaria de Coordenação da Amazônia e pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável, ambas do Ministério do Meio Ambiente. As atividades realizadas pelo programa são:

- Promover, ordenar e orientar o desenvolvimento de iniciativas em ecoturismo nos diferentes biomas, estimulando os agentes públicos, privados e a sociedade em geral, a desenvolverem projetos sustentáveis que possam colaborar decisivamente para diminuir a pressão sobre o patrimônio ambiental do País.
- Iniciativas com o Ministério do Turismo, visando a implementação de uma agenda ambiental específica para ordenar e fomentar a atividade turística, de forma a gerar alternativas sustentáveis para os impactos sociais, culturais e ambientais negativos decorrentes do desenvolvimento desta atividade, criando empregos e oportunidades de desenvolvimento compatíveis com a conservação dos ecossistemas e do espaço urbano.
- Implementar o Sistema de Informações Georreferenciado para o Ecoturismo: uma ferramenta para o planejamento e gestão da atividade que contempla o levantamento, georreferenciamento e sistematização de informações sobre o patrimônio ambiental ecoturístico em especial nas áreas protegidas da união, estados e municípios, gerando dados de sustentabilidade econômica e socioambiental das áreas com potencial ecoturístico, a fim de subsidiar os governos no planejamento, gestão e monitoramento da atividade ecoturística em áreas protegidas, assim como de orientar a iniciativa privada na tomada de decisões sobre investimentos no setor do turismo ecológico.

Promover a capacitação técnica e profissional das comunidades locais em pólos de ecoturismo, visando integrá-las no processo de gestão e desenvolvimento do ecoturismo, e de pequenos negócios sustentáveis associados a sua prática.

Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (Proecotur). Concebido com a finalidade de fomentar diretrizes para o ecoturismo na Amazônia, o Proecotur atua no sentido de maximizar os benefícios econômicos, sociais e ambientais dessa atividade. Gerar alternativas para as atividades degradadoras do meio ambiente, criar empregos, renda e oportunidades de negócios de natureza sustentável. A meta do programa é viabilizar o desenvolvimento do ecoturismo na Região Amazônica Brasileira, estabelecendo a base de investimentos públicos necessários para a atração de investidores privados. O propósito é estabelecer uma estrutura adequada e implementar as condições necessárias, incluindo os investimentos requeridos, que possibilitarão aos estados da Amazônia Brasileira se preparar para administrar suas áreas selecionadas para o ecoturismo, de forma responsável e adequada, com planejamento, assistência técnica e capacitação. O Proecotur tem como objetivos específicos: proteger os atrativos ecoturísticos; implementar infra-estrutura básica de serviços; criar ambiente de estabilidade; avaliar o mercado nacional e internacional; propor base normativa; capacitar recursos humanos; estimular a utilização de tecnologias apropriadas; valorizar as culturas locais e contribuir para a conservação da biodiversidade. O Proecotur foi estruturado em três componentes principais. O componente 1 é essencialmente a preparação de estudos que têm como proposta o planejamento de atividades de ecoturismo em diferentes níveis, assim como estudos para a criação de novas áreas protegidas, também o planejamento do manejo e uso público nas áreas já criadas. O componente 2 inclui o financiamento de pequenas, mas importantes obras de infra-estrutura pública, principalmente para melhor preservar os atuais atrativos naturais, melhorar as áreas de recepção turística e os estudos de viabilidade para futuros investimentos públicos. O componente 3 inclui atividades de treinamento que visam ampliar o nível de conscientização que existe hoje na região amazônica no que diz respeito à conservação dos recursos naturais e também inclui serviços de consultoria técnica para os atuais negócios de ecoturismo, com a finalidade de disseminar melhores práticas gerenciais amplamente aceitas. <http://www.mma.gov.br/port/sca/proeco/turverde.html>

Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo (MPE): O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), dentro dos marcos de sua missão institucional de conservar e dar uso sustentável à biodiversidade e com o propósito de desenvolver ações futuras, contratou um estudo com o objetivo de analisar e obter subsídios sobre ecoturismo e turismo especializado, à luz do atual cenário de políticas nacionais, agentes financeiros, recursos disponíveis e perspectivas do setor. Por intermédio da análise das propostas de ação e financiamento em andamento e previstas para o setor, o Funbio buscou saber quais ações e áreas prioritárias necessitam de complementação e, especificamente, qual pode ser o papel do Fundo no cenário ecoturístico nacional. O estudo realizado identificou a capacitação como uma atividade de necessidade imediata com especial atenção para as mais remotas regiões do País. Para atender aos projetos de ecoturismo com produtos desenvolvidos em bases ambiental, social, econômica e culturalmente sustentável, o Funbio decidiu desenvolver a proposta denominada Programa de Melhores Práticas para o Ecoturismo (MPE). Os Projetos são o alvo do

Programa de capacitação MPE, sejam eles geridos por comunidades tradicionais, por associações, cooperativas, pequenos empresários, ongs, entre outros. São, propriamente, os empreendimentos ecoturísticos que as equipes de monitores irão capacitar em Melhores Práticas. Os monitores capacitam agentes locais para desenvolverem o turismo de suas regiões, preservando o patrimônio natural. O Programa atua em 19 pólos de ecoturismo no Brasil. São locais de rara beleza natural, com grandes atrativos turísticos, e que, portanto, são vulneráveis aos impactos predatórios do turismo convencional. São eles: Corumbá/Pantanal, Mamirauá/Amazônia, Itacaré/Mata Atlântica, Una/Mata Atlântica, Delta do Parnaíba/Nordeste, Aquidauana/Pantanal, Transpantaneira/Pantanal, Ilha Grande/Mata Atlântica, Morretes/Mata Atlântica, Petar/Mata Atlântica, Araguaia/Cerrado, Chapada Diamantina/Cerrado, Paraty/Mata Atlântica, Cipó/Cerrado, Fernando de Noronha/Ilhas Oceânicas, Canoa Quebrada/Litoral Nordeste, Bonito/Cerrado, Cânion do Rio São Francisco/Caatinga, Nobres/Pantanal. Mais informações em www.mpefunbio.org.br

II Oficina Interministerial de Turismo Sustentável. Realizado entre os dias 24 e 28 de novembro de 2004, em Aracaju (SE), o evento é parte integrante das ações dos Ministérios do Meio Ambiente (Programa Nacional de Ecoturismo, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e Programa Corredor da Caatinga), do Turismo (Programa de Regionalização do Turismo); e da Integração Nacional, que por meio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba/Sergipe (Codevasf) vêm coordenando a elaboração do Programa de Turismo Sustentável do Baixo São Francisco em um Grupo de Trabalho interinstitucional. A oficina foi ministrada para um total de 60 participantes. Foram objeto de discussão os temas: arquitetura sustentável e paisagismo; geração alternativa de energia e redução de consumo; coleta, tratamento, distribuição, redução de consumo e reuso de água; coleta, tratamento e destinação do esgoto; redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos; noções de legislação ambiental; sobre gestão de atrativos (zoneamento, recuperação de áreas e conservação); e trilhas ecoturísticas (planejamento e técnicas de estruturação); capacidade de carga e monitoramento de impactos da visitação; interpretação ambiental e condução de grupo em roteiros ecoturísticos; envolvimento das comunidades e valorização da cultura local. Fonte: <http://www.funbio.org.br/publique/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=2667&sid=17>

Programa de Certificação em Turismo Sustentável. Visa aprimorar a qualidade e a competitividade das micro, pequenas e médias empresas de turismo, estimulando seu melhor desempenho nas áreas econômica, ambiental, cultural e social, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável do País e a melhoria da imagem do destino Brasil no exterior. O PCTS é uma iniciativa de abrangência nacional, liderada pelo Instituto de Hospitalidade (IH) em parceria com o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável (CBTS), com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-Brasil). Seus objetivos são:

- desenvolver o Sistema Brasileiro de Normas e de Certificação em turismo sustentável;
- disseminar informações sobre tecnologias e boas práticas sustentáveis, visando a melhoria de qualidade, meio ambiente, segurança e responsabilidade social no setor turístico;
- capacitar profissionais para prestar assessoria técnica às empresas;

fornecer subsídios para implementação de boas práticas sustentáveis nas pequenas e médias empresas/PMEs;

promover as empresas participantes e a imagem do destino Brasil Sustentável em mercados internacionais;

envolver as partes interessadas no debate sobre a sustentabilidade das atividades do setor do turismo.

Mais informações em www.pcts.org.br

Turismo Receptivo: Convênio BID/SMA/IF/FF: ver comentários QUESTÃO 79.

81 - Seu país oferece capacitação e recursos financeiros para comunidades indígenas e locais para apoiar sua participação no desenvolvimento de políticas, planejamento para o desenvolvimento, desenvolvimento de produtos e manejo do turismo? (decisão VII/14)

a) Não	X
b) Não, mas programas relevantes estão sendo considerados	
c) Sim, alguns programas foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, programas abrangentes foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	

Comentários adicionais sobre a capacitação e recursos financeiros fornecidos para comunidades indígenas e locais para apoiar sua participação no desenvolvimento de políticas, planejamento para o desenvolvimento, desenvolvimento de produtos e manejo do turismo.

82 - Seu país integrou as Diretrizes sobre Biodiversidade e Desenvolvimento do Turismo no desenvolvimento ou revisão de estratégias e planos nacionais para o desenvolvimento do turismo, estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade, e outras estratégias setoriais relacionadas? (decisão VII/14)

a) Não, mas as diretrizes estão sendo avaliadas	
b) Não, mas um plano está sendo considerado para integrar alguns princípios das diretrizes em estratégias relevantes	
c) Sim, alguns princípios das diretrizes foram integrados a alguns planos setoriais e estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade (favor especificar os princípios e os setores)	X
d) Sim, muitos princípios das diretrizes foram integrados a alguns planos setoriais e estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade (favor especificar os princípios e os setores)	

Informações adicionais sobre os setores onde os princípios das Diretrizes sobre Biodiversidade e Desenvolvimento do Turismo foram integrados.

DECRETO N.º 4.339, DE 22 DE AGOSTO DE 2002: Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Define, em seu item 12.2.7, que é necessário promover instrumentos para assegurar que atividades turísticas sejam compatíveis com a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade.

Quadro IX.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

a. Observa-se uma tendência crescente à inserção do tema "biodiversidade" em políticas, programas e projetos setoriais do Governo Federal. A Estratégia de Governo tem o meio ambiente como uma de suas cinco dimensões. O Plano Plurianual (2004-2007) apresentou maior proporção de programas que atendem a objetivos da Política Nacional de Biodiversidade do que a versão de 2000-2003. Destaca-se também a crescente presença do setor empresarial na área ambiental, seja por adequar suas ações à conservação e uso sustentável da biodiversidade, seja por apoiar e financiar projetos nesses temas.

b. O aumento do tratamento transversal da biodiversidade contribui para o alcance do objetivo 3 do Plano Estratégico da Convenção (Planos de Ação, Estratégias Nacionais de Biodiversidade, bem como a integração do tema biodiversidade no contexto dos setores relevantes da sociedade, são ferramentas efetivas na implementação dos objetivos da Convenção).

c. As iniciativas relacionadas ao uso sustentável da biodiversidade contribuem para o alcance do objetivo 4 das metas para 2010 da CDB (Promover uso e consumo sustentáveis).

d. Todas as iniciativas apontadas contribuem para a implementação do componente 3 da Política Nacional da Biodiversidade (Utilização Sustentável dos Componentes da Biodiversidade).

e. As iniciativas apontadas contribuem para o alcance das três metas do objetivo 7 dos ODMs (garantir a sustentabilidade ambiental):

- Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e reverter a perda de recursos ambientais.
- Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e esgotamento sanitário.
- Até 2020, ter alcançado uma melhora significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de assentamentos precários.

f. Predominância de práticas predatórias e degradadoras em detrimento daquelas compatíveis com a conservação dos recursos naturais; tratamento transversal da biodiversidade é ainda insuficiente para garantir a proteção da biodiversidade brasileira. No campo do turismo, as iniciativas relacionadas ao turismo sustentável ainda não atingem os empreendimentos de turismo predatório.

Artigo 11 - Medidas de incentivo

83 - Seu país estabeleceu programas para identificar e adotar medidas social e economicamente corretas que funcionem como incentivos para a conservação e uso sustentável dos componentes da diversidade biológica?	
a) Não	
b) Não, mas programas relevantes estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, alguns programas foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, programas abrangentes foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre os programas para identificar e adotar incentivos à conservação e uso sustentável da biodiversidade.	
<p>O Brasil se encontra em uma fase de transição, pois ainda prevalecem instrumentos de comando e controle, mas algumas iniciativas de implementação de instrumentos econômicos podem ser identificadas - e há uma clara tendência para sua ampla adoção. Os seguintes documentos podem ser acessados em <www.mma.gov.br/port/sds/instrec/corpo.html>:</p> <p>Aplicación de instrumentos económicos en la gestión ambiental en América Latina y el Caribe: desafíos y factores condicionantes.</p> <p>ICMS Ecológico: Experiências nos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Alternativas na Amazônia.</p> <p>Instrumentos Econômicos de Gestão das Águas - Aplicações no Brasil.</p> <p>Instrumentos Econômicos para a Gestão Ambiental no Brasil.</p> <p>Gestão de Resíduos Sólidos na América Latina e no Caribe: Instrumentos Econômicos para Políticas Públicas.</p> <p>Todavia, o Brasil ainda não desenvolveu estrutura/arcabouço legal para a formulação e a implementação de medidas de incentivo com a finalidade específica de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Há iniciativas de mecanismos localizados, cita-se o exemplo do ICMS ecológico.</p> <p>Comércio e Meio Ambiente: uma agenda positiva para o desenvolvimento sustentável. Antônio Sérgio Braga e Luiz Camargo de Miranda (Orgs.), Brasília: MMA/SDS, 2002. Este documento representa o esforço de cerca de duas centenas de técnicos da América Latina e Caribe para produzir uma Agenda sobre o tema "Comércio e Meio Ambiente" na região, que auxilie nas decisões relativas à interface entre estes dois importantes objetos. O caráter inusitado deste trabalho é justamente o fato de ter sido escrito a várias mãos, com subsídios que provieram de quatro reuniões técnicas realizadas e do permanente debate durante vários meses, proporcionado por intermédio de um grupo eletrônico via Web. Neste sentido, este documento reflete as opiniões da inteligência latino-americana e caribenha, que se empenharam de forma bastante intensa na sua discussão. Para cumprir seus objetivos, este trabalho foi estruturado em sete capítulos, partindo de uma abordagem teórico-conceitual das interfaces entre o Comércio e o Meio Ambiente, a seguir aprofundando as questões concernentes à competitividade e aos investimentos externos diretos. Posteriormente trata das negociações multilaterais e da multiplicidade de debates que aí surgem. Após o tratamento do tema de forma multilateral, são apresentadas as evidências empíricas das conexões entre os dois tópicos, no âmbito da AL e Caribe. Com a análise resultante, o livro finaliza com a elaboração de uma Agenda</p>	

para a região. Mais informações em <http://www.mma.gov.br/port/sds/index.cfm>

Proambiente: ver comentários Questão 175.

Incentivo à criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs): A Lei nº 9.985, de 2000, que aprovou o Sistema de Unidades de Conservação (SNUC), deu mais força às RPPNs, tornando-as categoria de Unidade de Conservação.

Nas RPPNs, o dono da terra continua sendo o proprietário, que passa a contar com o apoio do Ibama e de organizações não-governamentais (ONGs), no planejamento do uso, manutenção e proteção dessas reservas. Quem cria uma RPPN tem isenção do ITR para a área declarada, pode encaminhar projetos ao FNMA visando a manutenção da reserva, e tem prioridade na concessão de créditos agrícolas.

Outra vantagem é que, desta forma, a área preservada não poderá ser desapropriada para fins sociais, uma vez que já cumpre seu papel social com a proteção ambiental. Além disso, a REDE NACIONAL DE ÁREAS PARTICULARES PROTEGIDAS desenvolve projetos e ações no sentido de obter novos e maiores benefícios para as RPPNs e seus proprietários.

Abordagens Ecológicas e Instrumentos Econômicos para o Estabelecimento do Corredor do Descobrimento: Uma Estratégia para Reverter a Fragmentação Florestal na Mata Atlântica do Sul da Bahia. O projeto tem como objetivo investigar mecanismos biológicos e econômicos que possam assegurar a conservação de maiores extensões de paisagem natural e modificada da Mata Atlântica no sul da Bahia, com a possível formação de corredores ecológicos. Por intermédio dessa estratégia, busca-se a mudança do paradigma das "ilhas biológicas" para "corredores ecológicos". Esses podem ser entendidos como redes compostas por conjuntos de unidades de conservação sob diferentes categorias de manejo incluindo os remanescentes sob domínio privado, distribuídos em áreas representativas das diferentes comunidades da flora e fauna nos ecossistemas de Mata Atlântica. Os objetivos gerais do projeto, determinar: causas proximais do processo acelerado de fragmentação; configuração espacial dos fragmentos florestais remanescentes; metas específicas para a formação do Corredor Central, a partir de parâmetros biológicos, particularmente nos seus aspectos de representatividade geográfica e viabilidade ecológica; instrumentos econômicos e políticas públicas possíveis e necessárias para a implementação do Corredor; geração de cenários alternativos, com base nas metas ecológicas e instrumentos disponíveis para implementação por parte do governo do Estado da Bahia; geração de uma metodologia aplicável a outras regiões do País visando o manejo de grandes extensões da paisagem para a conservação da diversidade biológica. O projeto é coordenado pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB), em parceria com o Center for Applied Biodiversity Science/Conservation International do Brasil (CI), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Departamento de Desenvolvimento Florestal do Estado da Bahia (DDF), Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Unicamp (NEPAM) e Banco Mundial. O apoio financeiro é fornecido pelo Probio/MMA. Mais informações em <http://www.iesb.org.br/areas/biodiversidade/probio.htm>

O Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira (Programa Profrota Pesqueira), criado pela Lei nº 10.849, de 23/03/2004, tem como objetivo promover a renovação, conversão, modernização, recuperação e ampliação da frota de embarcações pesqueiras. O acesso ao financiamento será orientado pelas normas estabelecidas em um Manual Técnico Ambiental, elaborado pelo órgão de fomento à pesca (Seap/PR), órgão ambiental (Ibama/MMA) e autoridade marítima (Marinha do Brasil). Neste Manual, são dimensionadas e definidas as características das embarcações e equipamentos a serem financiados, respeitando-se os princípios de uso sustentável dos recursos pesqueiros e redução dos impactos na biodiversidade aquática associada às pescarias. Maiores informações em <http://www.planalto.gov.br/seap/>

Projeto "Compensações por Serviços Ambientais: instrumentos de proteção do capital social e ecológico". Executado pelo Vitae Civilis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, o projeto realiza as seguintes atividades:

- pesquisa participativa para identificar percepções de comunidades rurais e tradicionais sobre instrumentos e formas monetárias e não-monetárias de compensar aqueles agentes sociais que protegem os serviços ambientais e a biodiversidade;

- quatro estudos de casos: três na Amazônia e um na Mata Atlântica;

- seminários e publicação de livros com resultados da pesquisa. Os principais resultados alcançados pelo projeto foram:

- propostas de ONGs, comunidades rurais e tradicionais sobre condições para aplicação de instrumentos de compensação por serviços ambientais;

- livro publicado em 2002 pelo Vitae Civilis: *Protecting Social and Ecological Capital: through compensation for environmental services* - ISBN 85-85663-85-5;

- proteção do Capital Social e Ecológico por meio de Compensações por serviços ambientais.

Mais informações em www.vitaecivilis.org.br

Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção. Instituído no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura Familiar (Pronaf), pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com outros órgãos do Governo Federal. O objetivo do programa é fortalecer as iniciativas existentes e estimular a transição da agricultura convencional para modelos sustentáveis de cultivo, com a adoção de mecanismos de apoio à assistência técnica e extensão rural, capacitação de agricultores familiares e a disponibilização de linha de crédito rural que incentive projetos para a produção agroecológica, estimulando o manejo adequado dos recursos naturais, agregando renda e qualidade de vida aos agricultores familiares.

84 - Seu país desenvolveu os mecanismos ou abordagens para assegurar a incorporação adequada do valor de mercado e valor não comercial para a diversidade biológica nos planos, políticas e programas relevantes e outras áreas relevantes? (decisões III/18 e IV/10)	
a) Não	X
b) Não, mas mecanismos relevantes estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, mecanismos foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, a revisão do impacto dos mecanismos está disponível (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre os mecanismos ou abordagens para incorporar o valor de mercado e valor não comercial para a diversidade biológica nos planos, políticas e programas relevantes.	
O Brasil encontra-se em fase de realização de estudos (ver comentários da questão 83) acerca da valoração da biodiversidade, e incorporação de seu valor em planos, políticas e programas nacionais.	

85 - Seu país desenvolveu programas de treinamento e capacitação para implementar medidas de incentivo e promover iniciativas do setor privado? (decisão III/18)	
a) Não	
b) Não, mas programas relevantes estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, alguns programas foram estabelecidos	X
d) Sim, muitos programas foram estabelecidos	

86 - Seu país levou em consideração as propostas para a elaboração e implementação de medidas de incentivo tal como descrito no Anexo I da decisão VI/15 durante a elaboração e implementação de medidas de incentivo para a conservação e uso sustentável da biodiversidade? (decisão VI/15)	
a) Não	X
b) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)	
Informações adicionais sobre as propostas consideradas durante a elaboração e implementação de medidas de incentivo para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.	

87 - Seu país obteve progresso na remoção ou mitigação de políticas ou práticas que criam incentivos contrários à conservação e uso sustentável da diversidade biológica? (decisão VII/18)	
a) Não	
b) Não, mas a identificação dessas políticas e práticas está em curso	
c) Sim, políticas e práticas relevantes foram identificadas mas não inteiramente removidas ou mitigadas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, políticas e práticas relevantes foram identificadas e removidas ou mitigadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Informações adicionais sobre incentivos contrários identificados e/ou removidos ou mitigados.	

Quadro X.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

a. A realização de estudos de valoração é fundamental para que a biodiversidade possa ser adequadamente inserida nos sistemas de mercado; a partir desses estudos, mecanismos poderão ser criados. O ICMS ecológico, o principal incentivo relacionado à conservação da biodiversidade no Brasil, contribui significativamente para a ampliação das áreas protegidas. A gestão das águas no Brasil encontra-se em fase mais avançada, possuindo medidas de incentivo já implementadas. Considerando que a preservação das águas contribui para a conservação da biodiversidade, tem-se nesse setor iniciativas importantes.

b. As iniciativas apontadas não contribuem diretamente para o alcance dos objetivos do Plano Estratégico da Convenção.

c. As iniciativas apontadas não contribuem diretamente para o alcance das metas para 2010 da CDB.

d. As iniciativas apontadas não contribuem diretamente para o alcance dos ODMs.

e. Predomínio de instrumentos de comando e controle; falta de conhecimentos da biodiversidade que permitam a incorporação dos serviços ambientais no sistema econômico.

f. Falta de transversalidade e integração dos assuntos em biodiversidade em outros setores, incluindo o uso de ferramentas como as avaliações de impacto ambiental. Falta de medidas preventivas e pró-ativas, causando políticas reativas. Falta de recursos financeiros e humanos. Falta de medidas de incentivo econômico. Falta de sinergias aos níveis nacional e internacional. Falta de parcerias efetivas.

Artigo 12 - Pesquisa e treinamento

88 - Com relação ao Artigo 12(a), seu país estabeleceu programas para a educação e treinamento científico e técnico em medidas para a identificação, conservação e uso sustentável da diversidade biológica e seus componentes?	
a) Não	
b) Não, mas programas estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, programas foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	X
Informações adicionais sobre os programas para a educação e treinamento científico e técnico em medidas para a identificação, conservação e uso sustentável da diversidade biológica e seus componentes.	

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por meio do Programa de Fomento à Pós-Graduação, concede bolsas de mestrado e doutorado aos programas de pós-graduação existentes no País. A tabela abaixo mostra o número de bolsas concedidas, para período de janeiro a dezembro de 2003, em áreas afetas à biodiversidade.

Tabela. Número de bolsas concedidas pela Capes no ano de 2003 (E&T: Ciências Exatas e da Terra; Bio: Ciências Biológicas; Multid: Multidisciplinar; Agr: Ciências Agrárias).

Mês/Ano	Doutorado					Mestrado				
	E & T	Bio	Agr	Mult	Total	E & T	Bio	Agr	Mult	Total
Média	129	205	263	43	640	253	331	495	73	1152
Percentual do total de bolsas	12,12	19,19	24,61	4,02	59,94	10,24	13,37	20,01	2,94	46,56

Fonte: [http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores e estatísticas/boletim estatístico/bolsas no país/Mensalidades](http://www.capes.gov.br/serviços/indicadores_e_estatísticas/boletim_estatístico/bolsas_no_país/Mensalidades)

O Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). As pesquisas apoiadas pelo CNPq em biodiversidade estão relacionadas ao conteúdo dos diversos artigos da CDB, sobretudo à pesquisa e treinamento.

Nos anos de 2003 e de 2004, os auxílios do CNPq nos Programas Básicos e outros programas, para projetos relacionados à Biodiversidade, totalizaram cerca de R\$ 49.552.000,00.

Tabela. Total aproximado de auxílios e bolsas (todas as modalidades) pagos pelo CNPq em 2003 e 2004, para projetos relacionados à Biodiversidade.

Programa	Auxílios e Bolsas (R\$)	
	2003	2004
Programa Básico de Botânica	5.116.224,00	5.553.636,78
Programa Básico de Ecologia e Limnologia	6.912.463,00	8.752.942,21
Programa Básico de Oceanografia, Recursos Pesqueiros e Engenharia de Pesca	3.765.133,00	4.463.680,69
Programa Básico de Zoologia e Recursos Pesqueiros de Águas Interiores	44.826.701,00	7.948.474,39
Sub-total dos Programas Básicos	20.620.521,00	26.720.738,07
Programa de Avaliação do Potencial Sust. de Recursos Vivos Na Zona Económica Exclusiva	765.722,00	246.831,16
Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira - Probio	326.082,90	436.151,97
Subtotal (Programas Básicos, Revizee, Probio)	21.712.325,90	27.839.873,17
Total (2003 e 2004)	49.552.199,07	

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Apóia os seguintes projetos relacionados à biodiversidade:

Laboceano é o mais profundo tanque oceânico do mundo para simulação de exploração de petróleo, além de ser o maior da América Latina. Inaugurado em abril de 2003, o projeto custou R\$ 16 milhões, sendo que 94% do valor foi financiado pela Finep, com recursos do CT-Petro. Hoje o Brasil é líder mundial na exploração de petróleo em águas profundas.

Embrapa. O agronegócio é o maior item da pauta de exportações do Brasil. A Finep financiou não só o desenvolvimento da Embrapa, como diversos de seus projetos. Só um deles, ligado à substituição de fertilizantes da cultura da soja, gerou uma economia superior a US\$ 1 bilhão por ano.

Vacina contra *Boophilus microplus*. O carrapato *Boophilus microplus* é considerado um dos principais problemas sanitários na área da produção de proteína animal, causando ao País perdas diretas e indiretas de U\$ 1 bilhão ao ano. A Finep levantou recursos para pesquisas no desenvolvimento de vacina contra esse mal. Em 2003 já ocorreram não só os testes provando a eficácia da vacina, mas também a concorrência pública de pré-qualificação de empresa para a produção do defensivo.

Avicultura. Se a avicultura brasileira está hoje entre as mais competitivas e o produto final a um preço acessível às populações de baixa renda, muito se deve ao apoio concedido pela Finep a 12 projetos nas áreas de genética, nutrição e sanidade avícola no período de 84 a 90. Para se ter uma idéia, este segmento avançou tanto que hoje se conseguiu chegar a um animal que reúne as qualidades genéticas das melhores poedeiras com a resistência das galinhas caipiras.

Primeiro plástico biodegradável brasileiro. Leva de 6 a 18 meses para degradar, enquanto o plástico convencional leva de 40 a 60 anos, com impacto inestimável para o meio ambiente.

Mais informações em www.finep.gov.br

Edital MCT/CNPq/CT-Infra nº. 01/2003 - Seleção pública de propostas para apoio a pequenos biotérios destinados à produção e manutenção de animais para pesquisa de CT&I.

Edital MCT/CNPq/CT-Hidro nº. 02/2003 - Seleção de projetos de pesquisa e desenvolvimento visando o avanço científico e tecnológico do setor de recursos hídricos, com ênfase para a sustentabilidade do Semi-árido brasileiro.

Edital MCT/CNPq/CT-Hidro nº. 03/2003 - Seleção de propostas que visem a oferta de cursos de capacitação de pessoal na área de recursos hídricos com recursos financeiros do Fundo Setorial de Recursos Hídricos.

CENTROS ESPECIALIZADOS DO IBAMA

Centro Especializado em Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros da Região Nordeste (Cepene). O objetivo permanente e estratégico do Cepene é estabelecer relações que contribuam para o fortalecimento das ações de pesquisa, monitoramento e ordenamento da exploração sustentável dos recursos pesqueiros da região nordeste do Brasil. O Centro executa projetos em parceria com governos, universidades federais do nordeste, instituições de pesquisa, agências de desenvolvimento nacionais e internacionais, ONGs, associações, colônias e sindicatos de pescadores, de armadores e de empresários da pesca. O Cepene realiza prospecções de recursos pesqueiros,

atividades de monitoramento e avaliação dos estoques de lagosta, pargo, e caranguejos-uçá, guaiamum, aratu, dentre outras espécies. Participa de Projetos e discussões sobre a Revitalização do rio São Francisco e do Programa Revizee, que visa avaliar o potencial sustentável de captura dos recursos vivos na Zona Econômica Exclusiva.

Centro Especializado em Pesquisa e Gestão dos Recursos Pesqueiros Lagunares e Estuarinos (Ceperg). Nos últimos anos, o Ceperg, aprofundou sua atuação na busca de novas metodologias visando o uso sustentável da biodiversidade aquática nas regiões costeiras caracterizadas por conflitos no uso dos recursos pesqueiros, especialmente nas áreas estuarinas e lagunares. Desde 1945, este Centro elabora a estatística pesqueira do Rio Grande do Sul e possui um dos maiores acervos histórico e técnico da pesca nacional. Atualmente, o Ceperg executa projetos no complexo das lagoas Mirim e Mangueira, seus afluentes e tributários (RS), Lagoa dos Patos (RS), complexo de lagoas costeiras do nordeste do RS, complexo lagunar de Santa Catarina, Lagoa de Saquarema e complexo lagunar do Rio de Janeiro. Acompanha as pescarias demersais desembarcadas no RS e desenvolve ações voltadas para a Educação Ambiental em comunidades pesqueiras.

Centro Especializado em Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros da Região Norte (Cepnor). As ações do Cepnor visam subsidiar normas e critérios de gestão sustentável do uso dos recursos pesqueiros da região Norte e realizam ações de monitoramento e controle dos impactos ambientais causados direta ou indiretamente por fatores antrópicos, com reflexos na pesca e aquicultura. O Centro executa projetos que visam a avaliação e o manejo dos estoques de camarão, piramutaba, bagres migradores, dentre outros, estes últimos em parceria com o CEPTA, na região Norte do Brasil, e promover o uso sustentável de peixes ornamentais. Vários projetos são desenvolvidos em parceria com a UFRA e UFPA. O Cepnor participa do Programa Revizee e desenvolve os projetos "Desenvolvimento tecnológico para a captura de recursos demersais de profundidade na costa norte do Brasil (Prodemersal)", "Caracterização das pescarias artesanais nas comunidades utilizadoras dos recursos pesqueiros do Estado do Pará (Propesc)" e "Estatística pesqueira do nordeste paraense (Estatpesca-PA)".

Centro Especializado em Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros da Região Sudeste e Sul (Cepsul). O Centro atua na gestão do uso sustentável dos recursos pesqueiros no litoral sudeste e sul do Brasil. As atividades do centro visam coordenar, promover e executar estudos, pesquisas e ações relacionadas com a prospecção, avaliação e monitoração dos estoques pesqueiros, apoiar ações de Educação Ambiental, propor recomendações técnicas para a definição de planos de fiscalização da pesca, analisar, para fins de autorização, projetos de pesquisa relacionados com a coleta e transporte de organismos marinhos. O Cepsul desenvolve alguns de seus projetos de pesquisa em parceria com universidades e centros de pesquisas. Atualmente, o Cepsul vem desenvolvendo ações de monitoramento e prospecção dos estoques pesqueiros, principalmente, de sardinha, calamares e espécies demersais.

Centro Especializado em Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros Continentais (Cepta). O Centro vem gerando, adaptando e difundindo conhecimentos científicos, tecnológicos, socioeconômicos e ambientais, constituindo importante fonte de informações para a formulação de normas e critérios de gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros continentais, monitoramento e controle dos impactos ambientais causados, direta ou indiretamente, por fatores

naturais ou antrópicos. O Cepta dedica-se a pesquisas multidisciplinares, visando a preservação da biodiversidade, a qualidade ambiental, o manejo e o uso racional dos recursos genéticos de peixes tropicais, e presta assessoria técnica especializada a todas as unidades do Ibama e a outros órgãos públicos ou privados congêneres às suas atividades. O Centro desenvolve projetos com a participação de pesquisadores da Unesp, USP, FZEA/USP, dentre outras instituições. São desenvolvidos estudos sobre a reprodução do Pirarucu, monitoramento da piracema na Bacia do rio Paraguai, atividades que apóiam a pesca amadora, dentre outros.

Como forma de promover a descentralização das iniciativas ligadas à ciência e tecnologia, os estados estão sendo incentivados a criar as Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa (FAPs). A tabela abaixo mostra a distribuição das FAP entre os estados brasileiros.

Tabela. Distribuição das Fundações de Apoio à Pesquisa - FAP entre os estados brasileiros.

FAP	ESTADO	REGIÃO
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	SP	Sudeste
Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais	MG	
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa	RJ	
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul	RS	Sul
Fundação Araucária	PR	
Fundação de Ciência e Tecnologia	SC	
Fundação de Amparo à Pesquisa do Mato Grosso	MT	Centro Oeste
Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Distrito Federal	DF	
Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, C&T de MS	MS	
Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco	PE	Nordeste
Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe	SE	
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí	PI	
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia	BA	
Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa	CE	
Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas	AL	
Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba	PB	
Fundo de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas	AM	Norte

Das FAPs, destacam-se, por incentivarem capacitação e pesquisa em áreas importantes para a conservação da biodiversidade, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa (Faperj), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapep) e a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe).

Fapesp. Apóia os seguintes projetos relacionados à biodiversidade:

Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da

Biodiversidade do Estado de São Paulo (BIOTA-Fapesp). Lançado em março de 1999, o objetivo do programa é mapear e analisar a biodiversidade do Estado de São Paulo, incluindo a fauna, a flora e os microrganismos. Organizado de maneira similar ao Programa Genoma-Fapesp, o BIOTA-Fapesp se desenvolve por meio de uma rede virtual que interliga mais de 500 pesquisadores paulistas participantes de 50 projetos de pesquisa. O programa lançou, em 2001, o SinBiota, Sistema de Informação Ambiental (<http://sinbiota.cria.org.br>), que reúne e integra as informações produzidas pelos pesquisadores dos projetos vinculados ao Programa, permitindo a distribuição das espécies catalogadas sobre uma base cartográfica digital do Estado de São Paulo. Os mapas mostram relevo, rede de drenagem, vegetação e clima. O SinBiota traz dados de mais de quatro mil espécies de plantas, animais e microrganismos registrados no Estado. Em abril de 2002, foi criada a revista eletrônica BIOTA Neotropica (www.biotaneotropica.org.br), que publica resultados originais de pesquisas, vinculadas ou não ao programa, sobre conservação e uso sustentável da biodiversidade. Mais informações em www.biota.org.br

Programa Genoma-Fapesp. A pesquisa em genômica no País começou em maio de 1997, quando a Fapesp organizou a Rede ONSA (do inglês, Organização para Seqüenciamento e Análise de Nucleotídeos), instituto virtual de genômica formado inicialmente por 30 laboratórios ligados a instituições de pesquisa do Estado de São Paulo. Decifrou o material genético da bactéria *Xylella fastidiosa*, causadora da *clorose variegada* de citros (CVC). O projeto foi concluído em novembro de 1999 e o País entrou para a história pelo primeiro seqüenciamento de um fitopatógeno - um organismo causador de uma doença em uma planta de importância econômica. O projeto Genoma Cana, iniciado em 1988, identificou 50 mil genes da cana-de-açúcar para descobrir genes envolvidos com o desenvolvimento, a produção e o teor de açúcar da planta, assim como sua resistência a doenças e a condições adversas de clima e solo. O projeto Genoma Humano do Câncer começou em abril de 1999 e conseguiu identificar, em menos de um ano, um milhão de seqüências de genes dos tumores mais freqüentes no Brasil. Como consequência, foi criado o projeto Genoma Clínico do Câncer, que visa desenvolver novas formas de diagnóstico e tratamento do câncer a partir do estudo de genes expressos. Concluído em maio de 2002, o Genoma Xanthomonas mapeou variantes da bactéria que causam o cancro cítrico e atacam outros vegetais. Esse resultado poderá ter impacto sobre todas as pesquisas de patógenos de plantas. Em novembro de 2001, a Fapesp anunciou o início do projeto FORESTS, de seqüenciamento de parte do genoma do Eucalipto, desenvolvido no âmbito do Programa Parceria para Inovação Tecnológica (Pite) com o objetivo de melhorar a matéria-prima utilizada na produção de papel e celulose. Em julho de 2002, o projeto *Schistosoma mansoni* concluiu a identificação de 200 novos genes associados aos estágios de vida do parasita causador da esquistossomose e abriu novas perspectivas de combate à doença. Um mês antes, foi concluído o mapa genético da bactéria *Leifsonia xyli*, que ataca a cana-de-açúcar e reduz em até 27% a biomassa aproveitável para produção de açúcar e álcool. A Leifsonia é o primeiro projeto inteiramente nacional no âmbito de um subprograma do Genoma-Fapesp, o Genomas Agronômicos e Ambientais (AEG), criado em 2000 a partir do seqüenciamento de uma variedade de *Xylella* que ataca as videiras. No âmbito do AEG também foram estudadas as variantes da *Xylella* que atacam a amendoeira e o oleandro, uma planta ornamental. Mais informações em <http://watson.fapesp.br/onsa/Genoma3.htm>

Faperj. Apóia o programa Biotecnologia do Estado do Rio de Janeiro. Criado para coordenar e compatibilizar diversos projetos e iniciativas surgidos na área da Biotecnologia, tais como Programa Genoma (RioGene), Proteoma, Transgênese (animal, vegetal e de insetos), Anticorpos Monoclonais, Genoma Estrutural e Biotecnologia Celular. O objetivo é promover ações facilitadoras para estimular interações, evitar a sobreposição de esforços, otimizar a aplicação de recursos e propor estratégia para o desenvolvimento a médio e longo prazo da pesquisa fundamental e aplicada em Biotecnologia no Estado do Rio de Janeiro. Mais informações em www.faperj.br

Fapesb. Lançou, em 2004, um edital visando financiamento de projetos na área de meio ambiente com o objetivo de melhorar a condição de vida da população baiana. Os temas prioritários do edital foram: Agronegócios Sustentáveis; Biomonitoramento; Ecossistemas Marinhos; Educação Ambiental; Energias Alternativas; Fortalecimento da Gestão Ambiental Municipal; Fortalecimento da Gestão Participativa: Comitês e Conselhos de Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Gerenciamento de Resíduos Sólidos - Alternativas para Pequenas Comunidades; Indicadores de Qualidade Ambiental; Produção Mais Limpa; Reuso de Águas; Sistemas de Informação Ambiental Integrados; Tecnologias de Irrigação com Baixo Consumo de Água; e Turismo Ecológico. Mais informações em www.fapesb.ba.gov.br

Fapep. Apóia o Projeto de Conservação Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Marés. Mais informações em www.fapep.pb.org.br

Facepe. Lançou Edital (Promata), em parceria com a Unidade de Gestão do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata Pernambucana (UGP/Promata). Programa parcialmente financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e selecionou propostas para apoio a projetos de pesquisa e desenvolvimento, de transferência de tecnologia ou realização de estudos, no âmbito do Projeto de Validação e Difusão de Tecnologia do Promata. Mais informações em www.facepe.pe.gov.br

Fapeam. O Fapeam tem como missão possibilitar o aumento da produção do conhecimento científico e tecnológico, bem como sua aplicação, no interesse do desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a sustentabilidade e para o futuro das populações que vivem no Estado do Amazonas. Assume como competências:

- Custear ou financiar, total ou parcialmente, projetos de pesquisa científica e tecnológica considerados relevantes para o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico, social e sustentável do estado;
- Participar de iniciativas e programas voltados para a capacitação de recursos humanos das instituições que atuam nas áreas de ciência, tecnologia e ensino.
- Promover intercâmbio de pesquisadores brasileiros e estrangeiros com vistas à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado.
- Apoiar a realização de eventos científicos e tecnológicos no Estado, bem como a participação de pesquisadores locais em eventos dessa natureza, que se realizem no Brasil e no exterior.
- Promover e participar de iniciativas que visem à transferência de tecnologia de resultados de

pesquisa para o setor produtivo.

Promover estudos sobre a situação geral da pesquisa científica e tecnológica no Estado do Amazonas, visando à identificação dos campos para atuação prioritária da Fapeam.

Promover ou subvencionar a publicação dos resultados das pesquisas.

Articular-se com o MCT, com a Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, com o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e com outras entidades visando compatibilizar a aplicação dos recursos da Fundação com os objetivos e as necessidades para o setor.

Manter cadastros e banco de dados científicos e tecnológicos; Promover periodicamente estudos sobre o estado geral da pesquisa no Estado do Amazonas e nas demais unidades da Federação.

Núcleo de Estudos Avançados do Meio Ambiente (Neama). Vinculado ao Centro de Recursos Ambientais (CRA/SEMARH), é um espaço para capacitação técnico-científica na área ambiental. Essa iniciativa visa apoiar, discutir e divulgar estudos e pesquisas voltados para o uso e conservação dos recursos naturais. A concepção do projeto envolve a formação de capital humano e institucional destinado ao desenvolvimento sustentável. Desde sua criação, em 2002, o Neama tem desenvolvido e fomentado atividades que envolvem a capacitação técnica e científica (mestrados profissionalizantes, especializações e cursos de extensão), uma linha editorial que conta com cinco séries de publicações impressas e 29 títulos publicados, além da série Terra Mater de vídeos. A realização de eventos técnico-científicos possibilita a troca de idéias e experiências, abrindo espaço para o debate e o avanço do conhecimento. Destaca-se o Programa Quintas-feiras Ambientais, em sua quinta edição, que oferece mensalmente ao público interessado palestras na área ambiental. Em parceria com universidades, o Neama promove a realização de cursos de mestrado, especialização e extensão, dentro da temática ambiental, para capacitação de gestores públicos, organizações não governamentais, empresários e profissionais liberais. A sua biblioteca especializada em meio ambiente disponibiliza um acervo de livros, documentos, vídeos, mapas, relatórios, normas técnicas, EIAs/RIMAS e outros materiais, para o público interno e externo que procura as suas dependências para estudar, realizar levantamentos bibliográficos e pesquisas. O acervo está catalogado na base de dados informatizada, a qual pode ser consultada pela web. [Www.seia.ba.gov.br](http://www.seia.ba.gov.br)

89 - Com relação ao Artigo 12(b), seu país promove e encoraja as pesquisas que contribuem para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica?

a) Não

b) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)

X

Informações adicionais sobre as pesquisas que contribuem para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Programa Ciência, Natureza e Sociedade. Programa instituído pelo Plano Plurianual do Governo Federal, sob a coordenação do Ministério da Ciência e Tecnologia. O objetivo do Programa é ampliar o conhecimento técnico-científico sobre as interações entre a natureza, a ciência e a sociedade, que contribuam para o entendimento das mudanças globais e para a melhoria da qualidade de vida da população.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): promove a realização de pesquisas por meio do fomento às atividades dos grupos de pesquisa instalados no País. A tabela abaixo mostra o valor investido em ciência, tecnologia e inovação nas áreas da ciência relevantes para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade.

Tabela. Valor investido em ciência, tecnologia e inovação. (Agr: Ciências Agrárias; Bio: Ciências Biológicas; E&T: Ciências Exatas e da Terra;)

Área	2002			2003			2004		
	Nº Projetos	Total (R\$ mil)	Total (US\$ mil)	Nº Projetos	Total (R\$ mil)	Total (US\$ mil)	Nº Projetos	Total (R\$ mil)	Total (US\$ mil)
Agr	230	17.003	6.884	560	19.211	6.546	449	22.317	7.365
Bio	279	13.386	4.875	632	23.489	7.698	516	27.929	9.211
E&T	285	9.781	3.299	458	13.768	4.599	513	30.433	9.938
Total	794	40.170	15.059	1.650	56.469	18.845	1.478	80.680	26.516
% do Total	48,53%	45,31%	45,31%	53,50%	46,00%	46,00%	43,70%	39,40%	39,40%

Fonte: <http://fomentonacional.cnpq.br/dmfomento/home/fmtmenu.jsp?op=3&sop=1>

Fundos setoriais do MCT. Os Fundos Setoriais foram criados em 1999 para garantir investimentos sólidos e permanentes na pesquisa científica e tecnológica do Brasil. Os recursos que compõem cada um dos Fundos Setoriais são provenientes de empresas públicas e/ou privadas, que contribuem com o governo, representando novas fontes de investimento em C&T. Desta forma, os Fundos Setoriais facilitam, não apenas o desenvolvimento tecnológico para as atividades de produção, mas, também, colaboram com a cadeia do conhecimento ligada, direta ou indiretamente, com os setores. Hoje, o Brasil conta com 14 Fundos Setoriais aprovados por lei e, juntos, eles representam um acréscimo de R\$ 1 bilhão por ano no orçamento da União para C&T - uma ação inovadora e evolutiva da política pública para a pesquisa e o desenvolvimento. Dentre eles, dois estão diretamente ligados à conservação e uso sustentável da biodiversidade (fundo setorial de agronegócios e fundo setorial de biotecnologia). Mais informações em www.cnpq.br

Fundo Setorial da Amazônia - CT Amazônia. Fomenta atividades de pesquisa e desenvolvimento na região da Amazônia, conforme projeto elaborado pelas empresas brasileiras do setor de informática instaladas na Zona Franca de Manaus. Os recursos são da ordem de no mínimo de 0,5% do faturamento bruto das empresas que tenham como finalidade a produção de bens e serviço de informática, industrializados na Zona Franca de Manaus.

Fundo Setorial de Infra-estrutura - CT Infra. Já em operação, destina-se a financiar projetos de implantação, recuperação e ampliação da infra-estrutura de universidades públicas e institutos de pesquisa; fortalecer a articulação permanente entre os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, em especial entre o CNPq e a CAPES; promover maior integração e a sinergia nas ações das agências federais. de infra-estrutura de pesquisa - instalações e equipamentos - nas instituições públicas de ensino superior.

Editais do CNPq. Por meio de editais, o CNPq incentiva a realização de pesquisas e treinamento

científico em áreas estratégicas. A seguir, estão listados os editais que apoiaram pesquisa e treinamento em áreas diretamente relacionadas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade brasileira:

Edital CNPq 08/2004. Seleção Pública de Propostas de Cursos para Formação de Recursos Humanos em Biotecnologia - CBAB.

Edital CNPq nº. 09/2004. Seleção pública de projetos de pesquisa e desenvolvimento em biotecnologia a serem desenvolvidos no âmbito das atividades do Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia - CBAB.

Edital CT-Biotecnologia/MCT/CNPq nº. 010/2004. Seleção pública de projetos de pesquisa e desenvolvimento na área de genômica, para fins de desenvolvimento de produtos ou processos biotecnológicos para aplicação nas áreas de saúde humana e animal, agricultura, indústria e meio ambiente, utilizando-se da infra-estrutura de genômica e bioinformática existente no País.

Edital CNPq nº. 011/ 2004. Seleção Pública para apoio a Projetos de Pesquisa Conjuntos do Programa de Ciências do Mar, inseridos na cooperação Brasil/Alemanha.

Edital CT-Agro/MCT/MDA/CNPq nº. 022/2004. Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Tecnologias Apropriadas à Agricultura Familiar.

Edital CT-Mineral/MCT/CNPq nº 026/2004. Seleção Pública de Propostas para Apoio a Projetos de Pesquisa, para o Desenvolvimento de Tecnologias e Metodologias para Mitigação de Impactos Ambientais da Indústria Mineral.

Edital CT-Amazônia/CT-Agro/FVA/CT-Petro/MCT/CNPq nº. 028/2004. Seleção pública de propostas para apoio a atividades de pesquisa voltadas para o estudo da produção de oleaginosas nos Estados da Região Norte.

Edital CT-Petro/MCT/CNPq nº. 040/2004. Seleção pública de projeto de pesquisa e desenvolvimento para o mapeamento de sensibilidade ambiental ao óleo da zona costeira e marinha, por intermédio da elaboração de cartas de sensibilidade ambiental para derramamentos de óleo (cartas SAO) na Bacia Sedimentar Marítima de Santos.

Edital CT-Energ/MME/CNPq nº. 03/2003. Edital com objetivo de promover a implantação de projetos de sistemas de geração de energia elétrica, com potência de até 200kW, a partir de fontes sustentáveis. Para o atendimento de demanda de localidades isoladas da Amazônia Legal Brasileira, não conectados à rede básica do sistema interligado de transmissão de energia elétrica, bem como a difusão de conhecimentos.

Chamada de Projetos nº. 014/2002 - Biossegurança. Fortalecer competências acadêmicas estimulando estudos básicos e aplicados à biossegurança de OGM;

Chamada de Projeto nº. 04/2002. Objetiva a contratação de projetos inseridos no âmbito de duas redes de pesquisa: Rede 1 - Estudos integrados, focalizando temas relacionados às mudanças ambientais globais; Rede 2 - Monitoramento do impacto ambiental local causado pelas atividades brasileiras na Área Antártica Especialmente Gerenciada da Baía do Almirantado.

Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Naturais no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). As pesquisas em Biodiversidade do Museu Goeldi, a partir de 2002, foram realizadas por meio do Programa Biodiversidade da Amazônia, que tem como objetivo inventariar, mapear e caracterizar a biodiversidade da Amazônia, disponibilizando publicamente esse conhecimento para

embasar e estimular ações voltadas à preservação ambiental da região. No âmbito desse Programa, o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) se uniu a várias instituições públicas e privadas para realizar projetos que visassem consolidar informações. Dessa forma, inúmeros projetos, com aporte de recursos do MCT e de outras instituições públicas e privadas, foram realizados. Destacam-se o projeto Biota-Pará, em parceria com o Instituto Conservação Internacional do Brasil, o de Monitoramento de Biodiversidade em Caxiuanã (TEAM-Caxiuanã), o projeto de Inventário Multitaxonômico em Caxiuanã (PNOPG/CNPq), os projetos Probio-Marajó, Probio-Cachimbo e, mais recentemente, o PPBio/MCT. Todos esses projetos trouxeram enormes contribuições ao conhecimento da biodiversidade amazônica, incremento das coleções biológicas do MPEG e possibilitaram maior inserção do Museu Goeldi em pesquisas de caráter multidisciplinar e interinstitucional. Além da divulgação e incentivo à pesquisa científica em biodiversidade do Estado do Pará e Amapá. Esses projetos representaram também, grande contribuição para a implementação da Política Nacional de Biodiversidade. Os principais resultados alcançados pelo programa foram:

- realização do Workshop "Estratégias de inventário para o conhecimento e conservação da biodiversidade da Amazônia";

- realização do Workshop "Ferramentas para a modelagem da distribuição de espécies em ambientes tropicais";

- estruturação do banco de dados das coleções de vertebrados do MPEG;

- início da elaboração da lista de espécies ameaçadas do Estado do Pará.;

- realização de dois Treinamentos Especiais sobre Coleta e Identificação de Plantas, voltados à formação de pessoal técnico.

Mais informações em www.museu-goeldi.br

Universidade da Floresta. Propõe um programa de desenvolvimento regional para o interior do Acre capaz de (i) utilizar com bom senso ecológico a megadiversidade e abundantes recursos naturais, (ii) integrar as populações da floresta ao processo de produção do conhecimento, promovendo o diálogo entre os conhecimentos tradicionais sobre os recursos naturais e as pesquisas científicas, (iii) melhorar a qualidade de vida da população em bases sustentáveis. Para atingir estas metas a Universidade da Floresta está ampliando as ações da Universidade Federal do Acre e interiorizando suas atividades para a construção de uma rede de ensino e pesquisa capaz de constituir um novo pólo regional de desenvolvimento e influência em níveis regional e internacional. Há uma sólida base científica para o desenvolvimento do Instituto da Biodiversidade como centro de pesquisa pioneiro, buscando a conservação e uso da floresta em parceria com comunidades tradicionais. Essa base científica é dada pelas atividades da Universidade Federal do Acre (UFAC) em Rio Branco, bem como por suas atividades no Campus Avançado de Cruzeiro do Sul, no Parque Zoobotânico, na Reserva Extrativista Chico Mendes e no Parque Nacional da Serra do Divisor; por uma longa experiência de ensino e capacitação da Comissão Pró-Índio e do Centro de Trabalhadores da Amazônia; por projetos científicos de longa duração apoiados na cooperação científica com a Universidade de Brasília, a Universidade de Viçosa, a Universidade Estadual de Campinas e a Universidade de São Paulo, bem como com o Inpa e a Embrapa, e com instituições internacionais de pesquisa entre as quais o Woodshole Institute e o New York Botanical Garden, os quais têm gerado conhecimentos sobre a biota e processos ecossistêmicos e também sobre aspectos socioeconômicos

do Alto Juruá, e contribuindo para formar pesquisadores e professores nos mais altos padrões. Informações em www.unifloresta.cjb.net

Pesquisa em Unidade de Conservação. Programa executado pelo Departamento de Florestas e Áreas Protegidas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, com recursos do governo do Estado, seus objetivos são:

- realizar pesquisa científica nas UCs para subsidiar a elaboração e revisão dos Planos de Manejo, por intermédio de termos de cooperação técnica com a Universidade e Instituições de Pesquisa;
- cumprir uma das finalidades das UCs que é o desenvolvimento de pesquisas científicas, conforme a legislação pertinente.

Mais informações em www.sema.rs.gov.br

Projeto Estudos Biorregionais. Projeto executado pelo CRA/BA em parceria com três universidades - Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Universidade do Estado da Bahia (UNEB) - com o objetivo de desenvolver e divulgar conhecimentos sobre os biomas Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado. Atua por meio de três Bases Biorregionais (Base Mata Atlântica, Base Caatinga e Base Cerrado) que desenvolvem parcerias locais para formatação e implantação de projetos para conservação da biodiversidade.

90 - Com relação ao Artigo 12(c), seu país promove e coopera com o uso de avanços científicos na pesquisa sobre diversidade biológica, desenvolvendo métodos para a conservação e uso sustentável dos recursos biológicos?

a) Não

b) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)

X

Informações adicionais sobre o uso de avanços científicos na pesquisa sobre diversidade biológica para desenvolver métodos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Portal de Periódicos da Capes. Considerando que o acesso à informação científica de qualidade é fundamental para que as pesquisas científicas em qualquer área avancem (incluindo as áreas relacionadas à biodiversidade), a manutenção e ampliação do acesso a periódicos de circulação internacional se constitui em importante subsídio para realização das mesmas. Desse modo, cabe detalhar os avanços no acesso à informação científica alcançados no ano de 2003. O Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP) foi criado pela Capes em 1994 e assumiu, em anos recentes, um papel da maior relevância, para assegurar o acesso à produção científica e tecnológica internacional pela comunidade acadêmica brasileira, envolvida nas atividades de pós-graduação e de pesquisa de alto nível. O PAAP adquiriu, em 2002, junto às editoras internacionais, o direito de acesso eletrônico ao conteúdo de periódicos e bases de referências bibliográficas, e viabiliza tal acesso, via Internet, para os membros de instituições de ensino e pesquisa. Com o objetivo de implantar ações para o aprimoramento e ampliação deste importante programa, foi instituída a Comissão de Negociação do Portal, visando acompanhar o processo de renegociação dos contratos junto aos fornecedores e editores, com a redução dos custos e a ampliação do número de bases assinadas e, conseqüente expansão do número de usuários. Atualmente, são 97 as instituições participantes do programa com acesso ao Portal, às quais estão incluídas nas seguintes categorias:

instituições federais de ensino superior;
instituições de pesquisa com pós-graduação avaliada pela Capes ;
instituições de ensino superior estaduais e municipal com pós-graduação avaliada pela Capes;
instituições privadas de ensino superior com pelo menos um doutorado, avaliadas pela Capes com conceito igual ou superior a 5.

Mais informações em www.capes.gov.br

Plataforma Lattes: formada por um conjunto de sistemas de informações, bases de dados e portais Web voltados para a gestão de Ciência e Tecnologia (C&T). Foi concebida para integrar os sistemas de informações das agências federais, racionalizando o processo de gestão de C&T. Mais informações em: <http://lattes.cnpq.br>

A Scientific Electronic Library Online (SciELO) é uma biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. É o resultado de um projeto de pesquisa da Fapesp em parceria com a BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. Desde 2002, o Projeto conta com o apoio do CNPq. O Projeto tem por objetivo o desenvolvimento de uma metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico.

O objetivo deste site é implementar uma biblioteca eletrônica que possa proporcionar um amplo acesso a coleções de periódicos como um todo, aos fascículos de cada título de periódico, assim como aos textos completos dos artigos. O acesso aos títulos dos periódicos e aos artigos pode ser feito por intermédio de índices e de formulários de busca.

Programa Proantar. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é efetuar pesquisas conjuntas visando o conhecimento científico dos fenômenos antárticos. O programa é executado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. As atividades científicas do Proantar estão agrupadas nos Subprogramas de Ciências da Atmosfera, da Terra e da Vida, que compreendem as seguintes áreas de conhecimento: circulação atmosférica, física de alta atmosfera, climatologia, meteorologia, geologia continental e marinha, glaciologia, oceanografia, biologia, ecologia, astrofísica, geomagnetismo e geofísica nuclear. Estão em curso 28 projetos de pesquisa e dois projetos de tecnologia. Informações em www.secirm.mar.mil.br

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República financiou em 2004, o estudo "Biologia de Agulhões da família Istiophoridae capturados no Oceano Atlântico Sul" em conjunto com instituições de pesquisas dos Estados Unidos. Em decorrência do aumento do esforço de pesca mundial sobre os agulhões, encontra-se em evidência um esforço voltado para a definição da estrutura populacional das espécies. Desta forma, é de responsabilidade nacional a geração de informações que contribuam para um melhor entendimento da dinâmica populacional das espécies de agulhões capturados pela frota brasileira. O objetivo da proposta é o aprofundamento dos conhecimentos sobre a dinâmica populacional dos agulhões branco (*Tretrapturus albidus*), negro (*Makaira nigricans*), verde (*Tretrapturus pfluegeri*) e vela (*Istiophorus albicans*) no Atlântico Sul.

A Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República financiou, em 2004, o projeto "Estudo sobre a Dinâmica e Avaliação do Estoque de Sardinha-laje na Região Nordeste". A sardinha-laje (*Opisthonema oglinum*) pertence a uma das Famílias de peixes mais exploradas pela pesca em todo o mundo, a Família Clupeidae. Embora apresente grande importância comercial, estudos do impacto das pescarias sobre a população de *O. oglinum* na região nordeste ainda não foram realizados. Uma das informações mais importantes na conservação e manejo de uma população é a reprodução, cujas funções trabalham no sentido de manter a capacidade renovadora da população, necessária para evitar o crescimento exagerado de uma população em detrimento de outras, ou compensar a retirada de biomassa pela pesca.

Quadro XI .

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

a. Os Fundos Setoriais do CNPq permitiram um grande investimento nas áreas de biotecnologia e agronegócios. Os últimos anos foram de grandes avanços na descentralização das ações de C&T, por meio das FAPs. Dentre elas, destaca-se a Fapesp por financiar grandes projetos ligados à biodiversidade. A criação do PPBio é também um importante avanço, na medida em que irá permitir ampliação do conhecimento da biodiversidade, além de representar um avanço no tratamento transversal da biodiversidade, dado que é um programa de responsabilidade do Ministério da Ciência e Tecnologia. A ampliação e consolidação do Portal de Periódicos da Capes produz, também, um grande impacto nas pesquisas, dado que permite o acesso à grande maioria dos periódicos internacionais.

b. As iniciativas apontadas contribuem diretamente para o alcance do objetivo 2 do Plano Estratégico da Convenção (as Partes melhoraram as capacidades financeiras, humanas, científica, técnica, e tecnológica para implementação da Convenção).

c. As iniciativas apontadas não contribuem diretamente para o alcance das metas para 2010 da CDB;

d. As iniciativas apontadas contribuem diretamente para a implementação do componente 1 da PNB, que é voltado à geração, sistematização e disponibilização de informações que permitam conhecer os componentes da biodiversidade do País e que apoiem a gestão da biodiversidade, bem como diretrizes relacionadas à produção de inventários, à realização de pesquisas ecológicas e à realização de pesquisas sobre conhecimentos tradicionais.

e. As iniciativas apontadas não contribuem diretamente para o alcance dos ODMs.

f. Falta de recursos; diferenças regionais acentuadas, que se refletem no nível de conhecimento da biodiversidade brasileira diferenciado para cada região do País.

Artigo 13 - Educação e percepção pública

91 - Seu país está implementando uma estratégia de comunicação, educação e percepção da população, e promovendo a participação do público no apoio à Convenção? (Meta 4.1 do Plano Estratégico)	
a) Não	
b) Não, mas uma estratégia de comunicação, educação e percepção da população está sendo desenvolvida	X
c) Sim, uma estratégia de comunicação, educação e percepção da população foi desenvolvida e a participação da população foi promovida até certo ponto (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, uma estratégia de comunicação, educação e percepção da população foi desenvolvida e a participação da população foi promovida de forma significativa (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre a implementação de uma estratégia de comunicação, educação e percepção da população, e sobre a promoção da participação da população no apoio à Convenção.	
<p>Política Nacional de Educação Ambiental. A Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental, e o Decreto nº. 4.281, de 25 de junho de 2002, regulamentou a referida lei.</p> <p>Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea). O Programa Nacional de Educação Ambiental é coordenado pelo órgão gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, e suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições no longo prazo. Nesse sentido, assume também as quatro diretrizes do Ministério do Meio Ambiente: transversalidade; fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama); sustentabilidade; e participação e controle social.</p> <p>Foi definida como missão do Pronea "estimular a ampliação e o aprofundamento da Educação Ambiental em todos os municípios e setores do País, contribuindo para a construção de territórios sustentáveis e pessoas atuantes e felizes." Os objetivos do Programa são:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● estimular e apoiar processos de Educação Ambiental, na construção de valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis; ● estimular e apoiar processos de capacitação e formação de recursos humanos em Educação Ambiental; ● contribuir com a organização de profissionais e instituições que atuam em programas de intervenção, ensino e pesquisa em Educação Ambiental; ● contribuir para a internalização da dimensão ambiental nos projetos de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida, nas políticas e programas setoriais do governo em todas as suas esferas e setores, nas empresas, e nas organizações da sociedade civil. <p>Http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=20&id_menu=462&id_conteudo=1068</p>	

A Coordenação Geral de Educação Ambiental (COEA) do Ministério da Educação tem como orientações estratégicas:

- ação transversal com o MMA e participação efetiva no Órgão Gestor;
- continuidade do processo da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente;
- rearticulação das Comissões Organizadoras Estaduais (COEs) e dos Conselhos Jovens (CJs);
- contribuições para a divulgação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea);
- difusão de conhecimentos atualizados sobre questões de ciência e políticas ambientais usando estratégias de rede, publicações e informações digitais;
- aceitação e todos os Estados das propostas de formação de educadores ambientais e instalação de Conselho de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola e a implementação da Agenda 21 Escolar;
- inclusão dos programas de Educação Ambiental de Universidades, Ongs e Movimentos Sociais no desafio de enraizar a Educação Ambiental bem como acompanhar os seus desdobramentos locais e regionais;
- organização das instâncias de Formação de Formadores I (de 26 a 31 de julho de 2004, em Brasília) e Formadores II (em setembro, em todos os estados).

Mais informações em <http://www.mec.gov.br/se/educacaoambiental/estrategia.shtm>

Programa "Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas". Em 2003, o Ministério do Meio Ambiente lançou a campanha Vamos Cuidar do Brasil com a Conferência Nacional do Meio Ambiente, com uma versão adulta e uma versão para jovens. A Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, feita em parceria com o MEC, contou com a participação direta de quase 16 mil escolas, onde cerca de seis milhões de pessoas entre estudantes, professores e comunidades debateram questões ambientais. Esse movimento incluiu, além das escolas regulares do ensino fundamental, escolas indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, de assentamento, de pescadores e de pessoas com deficiência. A engenharia da capilaridade para implementação fez com que este programa continuasse como política de formação ambiental das Secretarias de Educação, reforçando o papel do professor-formador como uma espécie de "professor do professor". Assim, se propôs o desenvolvimento de uma série de ações no âmbito das escolas que espontaneamente realizaram Conferências de Meio Ambiente. Esta ação denominada como Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas constituiu programa que visa um desdobramento natural dessa mobilização e oferece uma resposta à demanda de aprofundamento do tema por parte das pessoas envolvidas. Este movimento coincidiu com a finalização da avaliação do Programa de Aperfeiçoamento em Meio Ambiente (PAMA) que mapeou a continuidade da formação ambiental dos professores-formadores. A partir de uma visão sistêmica, baseada em quatro ações estruturantes - Conferência Nacional de Meio Ambiente, Formação Continuada de Professores e Estudantes, Inclusão Digital com Ciência de Pés no Chão, Educação de Chico Mendes. O material adotado para formação do professor e subsidiar as atividades nas escolas foi o "Consumo Sustentável: manual de educação" (MMA / MEC 2004). <http://www.mec.gov.br/se/educacaoambiental/pdf/cuidar.pdf>

Programa Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis. Programa do Plano Plurianual

do Governo Federal, cujo objetivo é estimular e apoiar processos de Educação Ambiental, na construção de valores e relações sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências que contribuam para a participação de todos na edificação de sociedades sustentáveis. Executado pelas seguintes instituições: Secretaria-Executiva/MMA; Ibama; Fundo Nacional de Meio Ambiente; Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar; Agência Nacional de Águas.

Programa Conduta Consciente em Ambientes Naturais. Executado pelo Programa Parques do Brasil, da Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, a Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Naturais é baseada na divulgação de um conjunto de princípios de comportamento para potenciais visitantes de áreas protegidas. Esses princípios, conhecidos como de "mínimo impacto", são resultado de um consenso entre ambientalistas, pesquisadores e praticantes de atividades recreativas em ambientes naturais; e têm sido aplicados com sucesso em diversos países do mundo para a redução dos impactos decorrentes da visitação. Os parceiros do Programa cadastram-se voluntariamente, e voluntários podem também cadastrar-se ao programa junto às próprias unidades de conservação.

Mais informações em <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/comopart.html>

Projeto de Lei nº 1016/2003. Encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados o PL nº 1016/03, que acresce o art. 19 - à Lei nº. 9.795, de 1999, que "dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências", para determinar a destinação à Educação Ambiental, de um percentual dos gastos com propaganda comercial de produtos com embalagens descartáveis. O substitutivo considera como embalagem descartável aquela impossível de reaproveitamento na sua forma original, conforme lista apresentada pela ABRE - Associação Brasileira de Embalagem. Também destina a planos, programas e projetos em Educação Ambiental pelo menos 20% (vinte por cento) dos recursos arrecadados em função da aplicação de multas decorrentes do descumprimento da legislação ambiental. Os recursos arrecadados serão depositados na Carteira de Educação Ambiental do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Informações em:

<http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes/chamadaExterna.html?link>

http://www3.camara.gov.br/internet/sileg/prop_lista.asp?sigla=PL&Numero=1016&Ano=2003

Carta Consulta Probio (julho 2004): Em consonância com o Acordo de Doação TF 28309 firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e o Banco Mundial, que enfatiza em seu texto a necessidade de divulgar e disseminar resultados de projetos apoiados pelo Probio. A disseminação da importância da biodiversidade e outros temas relacionados a um público mais amplo surge da constatação da dimensão e gravidade da perda biodiversidade. É consenso que um dos mais importantes instrumentos para a mitigação e reversão da situação deverá ser o esclarecimento e a divulgação do problema, acompanhado de amplas campanhas educativas e participativas.

O objetivo foi a produção de material educativo impresso sobre a biodiversidade brasileira, que integre os biomas brasileiros, as espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção (constantes da lista oficial), a problemática da fragmentação de ecossistemas e das espécies invasoras e a

importância das Unidades de Conservação.

O material produzido destinar-se-á ao apoio e ao desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas relacionadas à Biodiversidade para os professores do Ensino Fundamental e aos seus alunos e para os educadores envolvidos em projetos de Educação Ambiental desenvolvidos localmente no País. Objetiva-se a produção de um material paradidático, que trabalhe o tema na transversalidade e possibilite múltiplos usos, adaptáveis às diversas realidades do País, mas também integrador, de forma que a conservação da Biodiversidade possa ser compreendida da escala local à global.

CID Ambiental. Trata-se de um pólo agregador das publicações do Ministério do Meio Ambiente. Realiza as seguintes atividades: organização de acervo de publicações de cunho socioambiental, com cadastramento técnico das publicações; atendimento de pesquisas bibliográficas; empréstimos de publicações e vídeos; envio de material para os estados e Salas Verdes; recebimento de demandas externas, internas e oficiais a cerca de questões ambientais; atendimento a usuários para pesquisa no local (acervo e internet); e expedição de publicações.

Informações em www.mma.gov.br/educambiental

92 - Seu país está implementando alguma atividade para facilitar a implementação do programa de trabalho sobre Comunicação, Educação e Percepção da População tal como descrito no anexo da decisão VI/19? (decisão VI/19)

a) Não

b) Não, mas alguns programas estão sendo desenvolvidos

c) Sim, algumas atividades estão sendo implementadas (favor fornecer detalhes abaixo)

X

d) Sim, muitas atividades estão sendo implementadas (favor fornecer detalhes abaixo)

Comentários adicionais sobre as atividades para facilitar a implementação do programa de trabalho sobre comunicação, educação e percepção da população.

Ver comentários das demais questões desse artigo.

93 - Seu país está promovendo fortemente e eficientemente as questões relacionadas com a biodiversidade através da imprensa, das várias formas de mídia e relações públicas, e das redes de comunicação em nível nacional? (decisão VI/19)

a) Não

b) Não, mas alguns programas estão sendo desenvolvidos

c) Sim, até certo ponto (favor fornecer detalhes abaixo)

X

d) Sim, de forma significativa (favor fornecer detalhes abaixo)

Comentários adicionais sobre a promoção de questões relacionadas com a biodiversidade através da imprensa, das várias formas de mídia e relações públicas, e das redes de comunicação em nível nacional.

Programa Educomunicação Socioambiental. Executado pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), o programa realiza as seguintes atividades: promover a produção interativa de programas e campanhas educativas socioambientais; apoiar e fortalecer as

redes de educação e comunicação ambiental; promover um mapeamento nacional ("estado da arte") da comunicação ambiental no Brasil; implantar um sistema interativo de intercâmbio e veiculação de produções educativas ambientais para mídia massiva; promover a formação dos educadores ambientais contribuir para o acesso a meios de produção da comunicação junto a coletivos envolvidos com a Educação Ambiental; contribuir com a pesquisa e oferta de metodologias de diagnóstico de comunicação e planejamento de planos de comunicação em projetos e programas socioambientais. Informações em www.mma.gov.br/educambiental

Sistema Nacional de Informação sobre Educação Ambiental (Sibea). O Sibea foi desenvolvido pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente em parceria com redes e instituições governamentais e não governamentais que atuam em EA. Atualmente o Sibea é um sistema público que se constitui num instrumento de interação do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) com os educadores e educadoras ambientais de todo o País e sobretudo destes entre si. Sua missão é gerir informações sobre Educação Ambiental permitindo, de acordo com a PNEA, o planejamento, a promoção, a coordenação e a difusão de ações educacionais em benefício da sociedade. Neste sistema é possível encontrar informações sobre especialistas, instituições, legislação, publicações, programas, projetos e notícias relacionadas à Educação Ambiental. Os objetivos do Sibea são conhecer a realidade da Educação Ambiental no País e divulgar este conhecimento, atender a Política de EA e sua regulamentação, e a formação do Grupo de Gestão do Sibea (GGSIBEA).

Mais informações em http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/sibea_extras/indexatuais.htm

Promoção do Consumo Sustentável. Programa executado pelo Ministério do Meio Ambiente cujo objetivo é promover ações voltadas para induzir a sociedade brasileira a adotar padrões de consumo sustentáveis. Realiza a produção e difusão de informações sobre padrões sustentáveis de consumo no Brasil consolidando a implementação de uma política pública que visa o fortalecimento das responsabilidades dos governos, do setor privado e da sociedade com a construção de um modelo de desenvolvimento, que seja sustentável e inclusivo. Em todos os produtos da campanha, que foi produzida em parceria com o Instituto de Defesa do Consumidor, destacam-se os impactos do consumo sobre a biodiversidade. Os principais resultados alcançados foram:

- Elaboração do Guia de Boas Práticas para o Consumo Sustentável (disponível em <http://www.mma.gov.br/port/sds/index.cfm>).
- Elaboração do Manual de Educação para o Consumo Sustentável.
- Produção de cinco programas de TV sobre o consumo sustentável, enfocando os temas: biodiversidade, lixo, energia, água e alimentos.
- Elaboração da Segunda Edição do Manual de Educação para o Consumo Sustentável, em parceria com o Ministério da Educação.

IV Seminário de Comunicação e Meio Ambiente no Brasil: Comunicação, Risco e Crise Ambiental. O seminário, realizado em 2003, em Brasília (DF), integrou um ciclo de eventos que debate temas como petróleo e gás; tecnologia; energia; saúde e segurança; resíduos; turismo, entre outros, promovidos pela Coordenação de Projetos em Economia-Sócio-Ambiental, do IBRE - Instituto

Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas. O ciclo discute o papel da Comunicação como ação estratégica no gerenciamento de riscos e crises ambientais. O Seminário foi dividido em três módulos:

1. Políticas Públicas;
2. O Tratamento dado pela mídia à questão ambiental;
3. A Comunicação como instrumento de educação e informação ambiental.

http://www.opas.org.br/ambiente/temas_eventos_detalhe.cfm?id=29&idevento=60

Há programas televisivos que tratam de temas relativos à conservação da biodiversidade. Os mais importantes são:

- Globo Ecologia. Realizado em parceria entre a Rede Globo e a Fundação Roberto Marinho, traz reportagens sobre biomas brasileiros, espécies ameaçadas, entre outros temas, em linguagem acessível e com a utilização de recursos (imagens e computação gráfica) que facilitam a compreensão por parte do grande público.
- Tom da Mata. Realizado pelo Canal Futura, estimula o desenvolvimento de atividades de proteção ao meio ambiente - em especial da Mata Atlântica - e de educação musical, utilizando diferentes materiais educativos, métodos e inovações pedagógicas. A obra do maestro Tom Jobim e sua paixão pela Mata Atlântica são a base do projeto.
- Um Pé de Quê. Mostra as diversas espécies de nossa flora. A abordagem parte de aspectos botânicos, como origens, características físicas, épocas de floração e vai buscar passagens em que elas pontuaram a História do Brasil. <http://www.futura.com.br/paginaprograma.asp?P=138>
- Tom do Pantanal. Atende a 800 escolas e a cerca de 800 mil alunos de diversas regiões do País. O objetivo é promover a Educação Ambiental de forma interdisciplinar, sensibilizando os alunos para a necessidade da preservação e do desenvolvimento sustentável da região do Pantanal. Kits de material didático foram distribuídos nas escolas (contendo 13 vídeos - 10 temáticos, um de apresentação, um de capacitação e um de Educação Ambiental; fita cassete com músicas de autoria de diversos compositores da região e do Brasil; livro cancionário com as partituras dessas músicas e atividades de educação musical; jogo com elementos do Pantanal para estimular a curiosidade e a descoberta das características do meio ambiente de cada localidade; livro para o professor e kit experiências para avaliação local de condições ambientais). <http://www.futura.com.br/paginaprograma.asp?P=174>
- Globo Repórter. Programa da TV aberta (Rede Globo) que entre outros, aborda temas relacionados à biodiversidade. Mais informações em www.globo.com/globoreporter.
- Janela Natural. Exibido pela TV Futura, é composto por uma série de 110 programas com oito minutos de duração sobre os mais variados temas ligados ao meio ambiente. Mais informações em <http://www.futura.com.br/janelanatural>
- Telecurso Especial - Educação Ambiental. Exibido pela TV Futura, e dirigido a trabalhadores de baixa escolaridade, jovens e adultos, o programa oferece cursos supletivos de ensino fundamental e médio. [Http://www.futura.org.br/telecursoespecialeducacaoambiental](http://www.futura.org.br/telecursoespecialeducacaoambiental)
- Viva o Povo do Mar. Exibido pela TV Futura, o Programa aborda o povo brasileiro que vive na beira do mar: suas tradições, sua relação com a Natureza, suas formas de se locomover no oceano e de usar os recursos naturais e as iniciativas destinadas a conhecer melhor este imenso patrimônio

natural. [Http://www.futura.org.br/programa.asp?P=95](http://www.futura.org.br/programa.asp?P=95)

"Informativo Mater Natura". Boletim eletrônico mensal do Mater Natura, cujo enfoque principal é sistematizar e difundir informações relativas à conservação da biodiversidade. [Www.maternatura.org.br](http://www.maternatura.org.br)

94 - Seu país promove a comunicação, educação e percepção da população com relação à biodiversidade em nível local? (decisão VI/19)

a) Não

b) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)

X

Informações adicionais sobre os esforços para promover a comunicação, educação e percepção da população com relação à biodiversidade em nível local.

Projeto Sala Verde. Coordenado pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), consiste no incentivo à implantação de Salas Verdes pelo País, com o objetivo de constituir-se num Centro de Informações Ambientais. A perspectiva deste projeto é a de potencializar espaços, estruturas e iniciativas já existentes em diversas instituições, como órgãos públicos (municipais, distritais, estaduais e federais), privados e do terceiro setor que já desempenham papel e realizam ações com a perspectiva de democratização de informações ambientais nas regiões e com os públicos que atuam. Entende-se por Sala Verde um espaço definido situado dentro de uma Instituição, o qual será dedicado ao delineamento e desenvolvimento de atividades de caráter educacional voltadas à temática ambiental, tendo como uma das principais ferramentas a divulgação e a difusão de publicações sobre Meio Ambiente produzidas e/ou fornecidas pelo Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do CID Ambiental. A Sala Verde é uma iniciativa que dispõe de uma série de potencialidades, quais sejam: ambientais, culturais, sociais, informacionais, de pesquisa, articuladoras, dentre outras. A Sala Verde é composta por quatro elementos fundamentais: espaço, equipamentos e recursos, equipe e programa pedagógico. O Brasil dispõe na atualidade de 111 Salas Verdes, das quais 45 foram implantadas no período 2000-2004 e 66 como decorrência do Edital 01/2004.

Mais informações em http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/sala_verde/index.htm

Enraizamento da Educação Ambiental no Brasil. Coordenado pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), o programa tem por objetivos: potencializar a Educação Ambiental em todos os cantos do País e contribuir para o empoderamento dos distintos atores e atrizes do campo da Educação Ambiental; articular e fortalecer entidades, instituições e colegiados que trabalham com Educação Ambiental, incentivando a organicidade entre as ações, projetos e programas. Promover esta interação significa criar uma estrutura em rede, capaz de fortalecer a ação educativa e possibilitar que ela chegue a todos os brasileiros.

Informações em www.mma.gov.br/educambiental

Projeto Roda D'água. É um programa de Educação Ambiental integrado aos currículos nacionais do ensino básico, às leis que regem o tema no Brasil (Lei de Diretrizes e Bases e Lei Ambiental) e às

diretrizes definidas pela Agenda 21. É apresentado como uma metodologia de ensino que abrange os oito anos do ensino fundamental e os três anos do ensino médio. Por sua característica de projeto, sua implementação respeita as questões locais de cada região, bem como as diversidades culturais, econômicas e sociais do Brasil. Como o nome do projeto sugere, a água (mais especificamente os recursos hídricos, delimitados regionalmente por uma bacia hidrográfica) é o ponto de partida para a abordagem, o conhecimento, a aprendizagem, as discussões, as conclusões e, finalmente, a conscientização e a tomada de atitudes pró-ativas em relação aos temas ambientais. O Projeto Roda d'água procura trazer, para o educador, instrumentos que facilitem a compreensão e o conhecimento da bacia hidrográfica de sua região e de todos os impactos causados e sofridos por ela como resposta à ação do homem. A utilização de mapas das bacias hidrográficas, fundamental para essa compreensão, é um dos pontos mais fortes deste Projeto. O Projeto articula-se, nos níveis locais, aos Comitês de Bacia, criados no âmbito da Política Nacional de Recursos Hídricos. A implantação do Projeto Roda d'água nas escolas municipais ocorre, idealmente, sob demanda da própria Prefeitura Municipal por intermédio das Secretarias Municipais de Educação e Meio Ambiente. Mais informações em www.rodadagua.com.br

■
■ Edital MCT/SECIS/CNPq nº. 07/2003- Seleção Pública de Propostas para Apoio a Museus e Centros de Ciências.

■
■ Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental (REASul). Foi criada em abril de 2002, e fortaleceu-se com a aprovação do projeto Tecendo Redes de Educação Ambiental na Região Sul, financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA). A REASul é uma rede social resultante da articulação coletiva de pessoas e instituições com objetivos compartilhados que conectam presencial e virtualmente educadores, pesquisadores, gestores de políticas públicas, técnicos e participantes de ONGs, Oscips e movimentos sociais. Mais informações em <http://reasul.univali.br/>

■
■ Projeto Municípios Educadores Sustentáveis. Projeto executado pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), tem por objetivos apoiar a elaboração de programas e planos municipais de Educação Ambiental, entre outros. Informações em www.mma.gov.br/educambiental

■
■ Educação Ambiental nas localidades próximas à usina hidrelétrica de FURNAS. Foi criada uma proposta de Educação Ambiental nas localidades onde FURNAS está presente, buscando contribuir para propiciar condições para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos sociais favoráveis ao meio ambiente e, ao mesmo tempo, que possibilite o fortalecimento do processo de construção da cidadania e assim criar condições para a participação individual e coletiva, sobre o acesso aos recursos naturais. São seus objetivos:

- ● promover um processo de conscientização dos diversos atores sociais das comunidades próximas ao empreendimento, a fim de incentivar a adoção de práticas compatíveis com a proteção do meio ambiente;
- ● mobilizar e orientar os trabalhadores e inspetores envolvidos na construção e operação dos empreendimentos, sobre as medidas de proteção ambiental, como também sobre condutas

adequadas de relacionamento com a comunidade;

apresentar as medidas a serem adotadas para minimizar as interferências do empreendimento com o meio ambiente;

esclarecer a comunidade de modo a garantir um convívio saudável e socialmente adequado entre a população residente nas imediações do empreendimento e a mão-de-obra, direta ou indiretamente, envolvida na construção;

integrar a comunidade no planejamento de ações de Educação Ambiental, desenvolvido pela Empresa e consolidar formas adequadas de convivência das comunidades locais com o empreendimento durante as etapas de construção e operação;

capacitar educadores da rede pública de ensino ou lideranças comunitárias como agentes multiplicadores de Educação Ambiental para difusão de informações, sensibilização e mobilização social, planejamento e execução de ações sócio-ambientais em suas localidades;

produzir e editar material educativo, destinados a população da região com a finalidade de instrumentalizar educadores e formadores de opinião para apoiar o processo de sensibilização da população acerca da importância de se conservar e/ou recuperar o meio ambiente.

Mais informações em http://www.furnas.com.br/meioambiente_educambiental.asp

Educação Ambiental nos Estados. A descentralização da gestão ambiental no Brasil é uma tendência crescente. Sendo a Educação Ambiental um dos eixos principais da gestão ambiental, muitos dos governos estaduais empreendem ações, programas e projetos em Educação Ambiental. Dada a grande quantidade de iniciativas, não é possível listar todas. Abaixo estão os órgãos estaduais responsáveis por iniciativas em Educação Ambiental:

1. Acre - Gerência de Educação Ambiental do Instituto de Meio Ambiente do Acre -
<http://www.seiam.ac.gov.br/educacao.php>
2. Bahia - Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia -
<http://www.seia.ba.gov.br/educacao>
3. Ceará - Programa de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente -
<http://www.semace.ce.gov.br/programas/peace/peace.asp>
4. Distrito Federal - Programa Verde Novo de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos -
http://www.semarrh.df.gov.br/005/00502002.asp?ttCD_CHAVE=3963
5. Goiás - Projeto Comunicação Ambiental da Agência Ambiental de Goiás -
http://www.agenciaambiental.go.gov.br/projetos/p_proj_comunic.php
6. Maranhão - Programa de Educação Ambiental do Governo do Estado -
http://www.ma.gov.br/cidadao/programas_acoas/meio_ambiente/educacao_ambiental.php
7. Mato Grosso - Assessoria de Educação Ambiental da Fundação Estadual do Meio Ambiente -
<http://www2.fema.mt.gov.br/estrutura/imagem/asseda.png>
8. Mato Grosso do Sul - Gerência de Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente -
<http://www.sema.ms.gov.br/gea/aguape.php>
9. Minas Gerais - Fundação Estadual de Meio Ambiente - Assessoria de Educação e Extensão Ambiental - http://www.feam.br/Feam_Interativa/Educacao_Ambiental/educacao.htm
10. Pará - Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Diretoria de Meio

Ambiente, Programa de Educação Ambiental -

<http://www.sectam.pa.gov.br/educacaoambiental.htm>

11. Rio Grande do Norte - Programa de Educação Ambiental do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente - <http://www.rn.gov.br/secretarias/idema/educacao.asp>

12. Rio Grande do Sul - Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) -

<http://www.sema.rs.gov.br/>

13. Santa Catarina - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Urbano e Meio Ambiente, Diretoria de Meio Ambiente, Gerência de Educação Ambiental (GEAMB) -

<http://www.sds.sc.gov.br/diretorias/dima/geamb/geamb.htm>

14. São Paulo - Departamento de Educação Ambiental (DEA) -

<http://www.ambiente.sp.gov.br/EA/index.htm>

15. Sergipe - Coordenação de Educação Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente -

<http://www.sema.se.gov.br/>

16. Tocantins - Instituto Naturantins - Coordenação de Fomento à Educação Ambiental -

<http://www2.naturatins.to.gov.br/estrutura/organograma.gif>

Programa Estadual de Educação Ambiental do Tocantins. O programa, iniciado em 2002, encontra-se em andamento e tem por finalidade:

- Coordenar a formulação das políticas, planos e programas relativos à área temática.
- Desenvolver e propor ações de Educação Ambiental na área formal, não-formal e de comunicação.
- Promover a articulação entre instituições e municípios na execução de planos, programas e projetos de Educação Ambiental.

Informações em http://www.seplan.to.gov.br/dma/educacao/educ_amb_apres.htm

Escola Itinerante de Meio Ambiente. Realizado pela Prefeitura de Manaus (AM), o programa consiste em dois ônibus climatizados, equipados com vídeo e microfone, assistidos por monitores treinados, executam vários roteiros que abordam lixo, poluição hídrica, áreas especialmente protegidas, áreas de risco, unidades de conservação, estação de tratamento de água e de esgoto, produção de mudas e pontos históricos. Lançado na Semana do Meio Ambiente de junho de 2001 realizou seu roteiro inaugural em 04 de julho e desde então acumulou, até junho de 2003, o total de 23.817 participantes, entre estudantes, grupos de igrejas, grupos de terceira idade, organizações não-governamentais e associações comunitárias. O Projeto foi viabilizado com o apoio da Petrobrás, Vemaqa, Prodemaph e Ipaam e hoje é mantido exclusivamente pela Prefeitura de Manaus. Informações em http://www.pmm.am.gov.br/meio_ambiente/estrategia_ambiental.htm

Educação Ambiental no Pontal do Paranapanema. Realizado pelo Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), o projeto tem como objetivo a educação para o envolvimento comunitário na conservação da biodiversidade. A Educação Ambiental na região tem sido uma estratégia eficaz na integração de diferentes atores na mobilização da conservação dos recursos socioambientais locais. Atualmente, a Educação Ambiental é um dos pontos-chave do Modelo IPÊ de Conservação. Em Teodoro Sampaio, o trabalho de Educação Ambiental é contínuo e inclui uma série de atividades que

envolvem a comunidade na conservação do Mico-Leão-Preto e também de outras espécies animais e vegetais. Entre os anos de 2000 e 2003, mais de 37 mil pessoas participaram de atividades de Educação Ambiental realizadas pelo IPÊ ao todo. Em 2003, foram mais de 1.350 pessoas que se envolveram em ações educativas na busca por "Um Pontal Bom Para Todos", nome do programa de Educação Ambiental do IPÊ, no Pontal. Participaram toda a comunidade estudantil, as comunidades locais, principalmente os assentamentos vizinhos ao Parque Estadual e aos fragmentos florestais, os órgãos e instituições públicas e privadas e os tomadores de decisão do município. Mais informações em http://www.ipe.org.br/new_ipe/html/programas_pontal_educ_ambiental.htm

Educação Ambiental em Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul. O programa, desenvolvido e financiado pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, visa desenvolver programas de Educação Ambiental nas 21 unidades de conservação estaduais e sensibilizar e conscientizar o público visitante e do entorno das UCs sobre a importância de conservar a biodiversidade em UCs. Informações em www.sema.rs.gov.br

Projeto Multiplicadores em Educação Ambiental na Bacia do Rio Meia Ponte. Este projeto está sendo desenvolvido pela Superintendência de Gestão e Proteção Ambiental do Estado de Goiás, por intermédio da Gerência de Educação Ambiental. Seu principal objetivo consiste em contribuir para capacitação de professores que serão agentes multiplicadores locais por intermédio das escolas, tendo como principal enfoque ou tema transversal, o Meio Ambiente. O projeto, iniciado em 2004, tem orçamento provido pelo Fundo Estadual de Meio Ambiente (Fema/GO). O projeto está em andamento há seis meses, e está aguardando a impressão do material didático pedagógico. Mais informações em www.semarh.goias.gov.br

Programa de Educação e Mobilização da Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. A fim de disseminar conhecimentos, valores e atitudes para a conservação da natureza, a Fundação O Boticário buscou condições para que suas ações pudessem mobilizar a sociedade. O Programa de Educação e Mobilização utiliza recursos diversos para atingir, sensibilizar e mobilizar o maior número de pessoas, dos diferentes segmentos sociais, para a proteção da natureza.

1) Capacitação em Conservação da Biodiversidade

A Fundação O Boticário de Proteção à Natureza realiza diversos cursos, oficinas e outras atividades de conservação. O objetivo é melhorar o nível técnico dos profissionais que atuam na gestão de áreas naturais protegidas, ampliar a inserção de temas de conservação no meio acadêmico e junto a outros públicos estratégicos.

2) Publicações

A Fundação O Boticário publica livros, folhetos e outros materiais para divulgar e disseminar o pensamento e as práticas de conservação da natureza. No caso de livros, materiais prospectados ou produzidos pela Fundação são impressos por meio de um convênio com a Editora da Universidade Federal do Paraná. Além disso, a Fundação apóia a impressão de produções de terceiros e também pode atuar como editora.

Outras publicações desenvolvidas são a série técnica Cadernos de Conservação e a revista Natureza & Conservação. Esta é a primeira publicação brasileira totalmente bilíngüe sobre conservação da

natureza, distribuída a mais de 600 instituições de pesquisa e proteção da natureza, em 45 países.

[Http://www.fundacaoboticario.org.br/site/br/educacao/introducao.htm](http://www.fundacaoboticario.org.br/site/br/educacao/introducao.htm)

Programa Estação Natureza. Executado pela Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, trata-se de exposição interativa sobre a natureza do Brasil. O visitante conhece os biomas brasileiros (Floresta Atlântica, Caatinga, Floresta com Araucária e Campos, Floresta Amazônica, Pantanal, Cerrado e Ecossistemas Costeiros) por meio de painéis, totens, brinquedos, cenários, maquetes e outras atrações. A Estação Natureza associa cultura, entretenimento e mobilização social para disseminar valores e despertar a sociedade para a importância da conservação da natureza.

Implantar uma Estação Natureza em todas as regiões brasileiras, também faz parte do projeto de expansão das iniciativas bem sucedidas da Fundação O Boticário. A segunda Estação Natureza está instalada na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul. Situada em região de fronteira, essa unidade deve atender aos públicos brasileiro e boliviano, além de toda a variedade de visitantes de outras regiões do mundo que viajam para o local. Outras articulações com parceiros já estão em andamento para a instalação de novas Estações Natureza em outras regiões do Brasil. A exposição compõe-se de painéis, totens, brinquedos, cenários e outras atrações que mostram aspectos importantes dos biomas brasileiros. A exposição é montada em Shopping Centers e escolas.

Projeto Biomas. Desenvolvido pela Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, o projeto visa disseminar conhecimentos e valores conservacionistas nas escolas. Com auxílio de sete livretos e uma fita de vídeo com informações sobre os biomas brasileiros, as questões ambientais são discutidas com professores de todos os níveis. Em 2004, o projeto esteve presente em 108 escolas, capacitando 185 educadores. Desde sua criação, em 2001, o material do projeto Biomas foi distribuído a mais de 2900 professores.

Mais informações em <http://www.fundacaoboticario.org.br/site/br/educacao/colecao.htm>

Programa Trainee em Meio Ambiente. Desenvolvido pela Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, o programa tem como foco a formação de profissionais preparados para atuar na conservação ambiental. O programa oferece cursos de capacitação a jovens profissionais ligados a organizações conservacionistas em todo o País. O programa foi iniciado em janeiro de 2004, com 700 pessoas inscritas, das quais 22 foram selecionadas.

Informações em http://www.fundacaoboticario.org.br/site/br/educacao/programa_trainee.htm

Programa Educação Ambiental em Unidades de Conservação do Estado da Bahia. Programa da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia que visa a mobilização social nas áreas de unidades de conservação do Estado em prol da formação de seus conselhos gestores. Paralelamente é oferecida uma capacitação específica para os conselheiros, plano de comunicação e Educação Ambiental assim como noções aplicáveis dos possíveis planos de manejos locais.

95 - Seu país está apoiando atividades nacionais, regionais e internacionais priorizadas pela Iniciativa Global sobre Educação e Percepção da População? (decisão VI/19)	
a) Não	
b) Não, mas alguns programas estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, algumas atividades estão sendo apoiadas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, muitas atividades estão sendo apoiadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre o apoio às atividades nacionais, regionais e internacionais priorizadas pela Iniciativa Global sobre Educação e Percepção da População.	
Ver comentários das demais questões desse artigo	

96 - Seu país desenvolveu a capacidade adequada para estabelecer e implementar iniciativas de comunicação, educação e percepção da população?	
a) Não	
b) Não, mas alguns programas estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, alguns programas estão sendo implementados (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, programas abrangentes estão sendo implementados (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre o desenvolvimento da capacidade adequada para estabelecer e implementar iniciativas de comunicação, educação e percepção da população.	
<p>Programa de Formação de Educadoras e Educadores Ambientais. Programa executado pela Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), tem por objetivos: estabelecimento de parcerias; socialização, apropriação e detalhamento contextualizado da proposta; processos de formação de Educadoras(es) Ambientais; constituição de Observatório dos Processos Formadores de Educadoras(es) Ambientais capaz de articular e alimentar continuamente os processos formadores. Informações em www.mma.gov.br/educambiental</p> <p>Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). O governo é um grande consumidor de recursos naturais, bens e serviços nas suas atividades meio e finalísticas, o que, muitas vezes, provoca impactos socioambientais negativos. A Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P foi proposta em 1999 pelo Ministério do Meio Ambiente, respondendo a compreensão de que o Governo Federal possui papel exemplar na revisão dos padrões de consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade socioambiental. Nesse sentido, a A3P é uma estratégia de construção de uma nova cultura institucional para inserção de critérios socioambientais em todos os níveis da administração pública. Os servidores públicos desempenham um papel fundamental na construção dessa nova cultura institucional em que a internalização de critérios socioambientais vai desde a revisão dos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo até a gestão adequada de todos os resíduos gerados pelas atividades administrativas e operacionais. Passando pelo combate a todas as formas de desperdício e pela melhoria da qualidade de vida no trabalho. Os eixos temáticos do programa são: Uso Racional de Recursos, Qualidade de</p>	

Vida no Trabalho, Gestão Integrada de Resíduos e Licitações Sustentáveis. Mais informações em:

http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=36&id_conteudo=1943

V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Realizado nos dias 3 a 6 de novembro de 2004, em Goiânia-GO, o Fórum foi organizado pela Rede Brasileira de Educação Ambiental com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Educação e do Governo do estado de Goiás e prefeitura de Goiânia. O evento reuniu mais de 3,2 mil pessoas. Mais informações em www.rebea.org.br

97 - Seu país promove a cooperação e o intercâmbio de programas para educação e percepção sobre a biodiversidade nos níveis nacional, regional e internacional? (decisões IV /10 e VI /19)

a) Não

b) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)

X

Comentários adicionais sobre a promoção de cooperação e intercâmbio de programas para educação e percepção sobre a biodiversidade nos níveis nacional, regional e internacional.

Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental (PLACEA). O Programa Latino-americano e Caribenho de Educação Ambiental (PLACEA) pretende criar, fortalecer e consolidar um mecanismo regional de cooperação em Educação Ambiental. O PLACEA representa uma oportunidade estratégica de integração regional nas ações em Educação Ambiental desenvolvidas na América Latina e Caribe. Com essa iniciativa, se espera estabelecer um mecanismo regional permanente que impulse a coordenação de políticas, estimule o desenvolvimento de programas e projetos e fomente a comunicação, promova o intercâmbio e o apoio mútuo entre os governos regionais, assim como entre estes e os outros atores sociais envolvidos com o desenvolvimento de programas em Educação Ambiental. Para atingir essa meta, foram destacados cinco objetivos específicos:

- consolidar as políticas públicas de Educação Ambiental no marco do desenvolvimento sustentável;
- estabelecer e consolidar mecanismos para o trabalho em rede, promoção da integração e aumento da comunicação entre organismos públicos e privados da região;
- fortalecer os aspectos conceituais e metodológicos da Educação Ambiental no marco do desenvolvimento sustentável sob a ótica regional;
- fortalecer a capacitação e atualização contínua dos educadores e outros atores envolvidos nos processos educativo-ambientais na região; e
- impulsionar o desenvolvimento de mecanismos de financiamento e implementação para o desenvolvimento do convênio.

Mais informações em <http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/placea/index.htm>

Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea). A Rede tem origem no ambiente dos Fóruns de Educação Ambiental promovidos em São Paulo nos anos 90, por uma articulação de ongs, universidades e órgãos governamentais. É das redes mais antigas do País. A atuação da Rebea tem sido voltada para articular as redes estaduais e temáticas, de forma a criar uma grande malha nacional de educadores ambientais. A missão da Rebea é promover um amplo debate sobre os

caminhos da Educação Ambiental no Brasil, apontando prioridades, métodos, técnicas, público alvo e estratégias de fortalecimento da atuação dos educadores ambientais. A Rebea integra as seguintes redes:

- RUPEA - Rede Universitária de Programas em Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis
- RMEA - Rede Mineira de Educação Ambiental
- REPEA - Rede Paulista de Educação Ambiental
- REMTEA - Rede Mato-grossense de Educação Ambiental
- REJUMA - Rede da Juventude pela Sustentabilidade
- Rede de Educação Ambiental de São Carlos
- REDE CEAS - Rede de Centros de Educação Ambiental
- RECEA - Rede Capixaba de Educação Ambiental
- REASul - Rede Sul Brasileira de Educação Ambiental
- REASE - Rede de Educação Ambiental de Sergipe
- REARJ - Rede de Educação Ambiental do Rio de Janeiro
- REABRI - Rede de Educação Ambiental da Bacia do Itajaí
- REABA - Rede Baiana de Educação Ambiental
- REA/PR - Rede Paranaense de Educação Ambiental
- REA/PB - Rede de Educação Ambiental da Paraíba
- RAEA - Rede Acreana de Educação Ambiental
- AGUAPÉ - Rede Pantanal de Educação Ambiental

Mais informações em www.rebea.org.br

98 - Seu país está implementando alguma atividade de comunicação, educação e percepção da população para a implementação de questões transversais e programas de trabalho temáticos adotados de acordo com a Convenção?

a) Não (favor especificar os motivos abaixo)	
b) Sim, algumas atividades estão sendo implementadas para algumas questões e áreas temáticas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
c) Sim, muitas atividades estão sendo implementadas para a maior parte das questões e áreas temáticas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, atividades abrangentes estão sendo implementadas para todas as questões e áreas temáticas (favor fornecer detalhes abaixo)	

Comentários adicionais sobre as atividades de comunicação, educação e percepção da população para a implementação de questões transversais e programas de trabalho temáticos adotados de acordo com a Convenção.

Rede Pantanal de Educação Ambiental (REDE AGUAPÉ): O "Projeto de Estruturação da Rede Pantanal de Educação Ambiental" foi um dos cinco projetos aprovados pelo Edital 07/2001, do Fundo Nacional do Meio Ambiente e prevê a Estruturação da Rede Pantanal de Educação Ambiental. Para criar, fortalecer e permitir a operação da primeira rede multistitucional de Educação Ambiental do Pantanal, a Rede Aguapé está propondo um conjunto criativo de ações em 10 municípios pantaneiros: Poconé (MT), Santo Antônio do Leverger (MT), Cáceres (MT), Cuiabá (MT), Coxim (MS), Corumbá (MS), Porto Murtinho (MS), Aquidauana (MS), Jardim (MS) e Campo Grande (MS). Durante 18 meses

a Rede Agupé vai levar a estes municípios-pólo capacitação para trabalho em rede e para formação de agentes multiplicadores da Educação Ambiental, informações e notícias que têm como princípio a qualidade da informação e sua democratização por meio de vários instrumentos de comunicação, atividades de animação e articulação e a realização do primeiro diagnóstico da Educação Ambiental nas cidades pantaneiras. Do total de recursos empregados no projeto, parte provém de apoio financeiro do Fundo Nacional do Meio Ambiente/Ministério do Meio Ambiente e parte são contrapartidas das entidades parceiras de execução. Mais informações em www.redeaguape.org.br

Projeto Educado - Ambientes de Aprendizagem Cooperativa Para Educação Ambiental em Áreas Costeiras Usando a Web como Suporte. O projeto visa a formação continuada de professores do Ensino Fundamental por meio da inserção da dimensão ambiental no currículo escolar, utilizando como ferramenta as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O projeto atua por meio da realização de cursos, palestras, saídas de campo, oficinas, atividades lúdicas e de percepção do ambiente. Mais informações em <http://www.cehcom.univali.br/educado/>

Condução Consciente em Ambientes Recifais. A Diretoria de Áreas Protegidas (DAP) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou a Campanha de Condução Consciente em Ambientes Recifais, desenvolvida em parceria com o Projeto Recifes Costeiros (BID/UFPE/Ibama/FMM), com o apoio do Programa Nacional de Educação Ambiental PNEA e do Ibama. Esta iniciativa faz parte da Campanha de Condução Consciente em Ambientes Naturais, promovida pelo MMA, e que tem como objetivo viabilizar um maior esclarecimento dos visitantes e outros usuários das áreas protegidas. A Campanha no Brasil visa adaptar práticas de mínimo impacto adotadas hoje em vários países. A visitação às unidades de conservação tem sido vista como a principal alternativa para a auto-sustentabilidade dessas áreas, no entanto, se efetuada de forma desordenada e não instruída, pode se constituir em grave ameaça à proteção e conservação da biodiversidade local. A campanha está sendo desenvolvida em 10 áreas de proteção ambiental. Foram produzidos:

- cartaz produzido em material impermeável, a ser fixado, principalmente, em barcos que levam turistas às unidades de conservação em ambientes recifais;

- livreto contendo informações mais detalhadas, para ser distribuído em escolas, agências de turismo, prefeituras e outras localidades julgadas necessárias;

- folheto produzido em material impermeável, a ser distribuído aos mergulhadores e outros visitantes.

O Núcleo da Zona Costeira e Marinha firmou recentemente parceria com a *National Fish and Wildlife Foundation* (NFWF) para dar continuidade à Campanha. O projeto aprovado pelo Fundo para a Conservação de Recifes de Corais foi de 36 mil dólares. Dentre as atividades previstas para a campanha estão: (1) a elaboração de um vídeo educativo com os mesmos princípios do material impresso e baseado na identidade visual da campanha; (2) reimpressão dos materiais produzidos na primeira fase, e adição de adesivos, bonés e *banners*, para serem distribuídos em centros comunitários, centros de visitantes das áreas protegidas, escolas, etc.; (3) elaboração e implementação de um programa de capacitação, a ser desenvolvido com parceiros locais, para gestores de áreas protegidas, agentes de turismo, professores e voluntários, em três localidades, na Praia de Maracajaú - RN (APA Estadual dos Recifes de Corais), em Porto Seguro-BA e na região da

Praia de Porto de Galinhas - PE.

No momento está sendo preparada a segunda edição do Atlas, revisada e ampliada, incluindo 20 mapas das áreas entre as Unidades de Conservação, um capítulo sobre a representatividade das UCs, e um capítulo sobre o Projeto Coral Vivo. <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/compcor.html>

Centro Itinerante de Educação Ambiental e Científica Bill Hamilton (CIEAC). É uma estrutura flutuante e móvel, destinada à realização de atividades educativas para crianças, jovens e adultos relativas ao uso sustentado dos recursos naturais nas áreas das Reservas de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e Amanã. Possui uma área de 476 m² e está equipado com uma espaçosa sala de aula de múltiplos usos, um laboratório, biblioteca e sala de áudio-visual, e dormitórios que podem alojar até quarenta alunos. Utiliza-se de sistema híbrido de energia (solar e termodiesel) para iluminação, para uso de equipamentos de informática e para funcionamento do sistema de abastecimento e tratamento d'água, e tem sistema de infra-estrutura sanitária adequado às áreas alagadas. Sua estrutura móvel possibilita o deslocamento para qualquer ponto das reservas, ampliando o público alvo e variando de acordo com a programação anual. O conjunto de atividades programadas envolve as populações ribeirinhas e urbanas, profissionais de áreas multidisciplinares, com uso de diversos recursos, em especial da arte educação, direcionados à disseminação de conhecimentos científicos e tecnológicos sobre a biodiversidade dos ecossistemas das florestas alagadas e uso sustentado dos recursos naturais nesta região. A população total beneficiada pelo programa gira em torno de cinco mil pessoas, espalhadas em cinco núcleos pela floresta. Todas engajadas, direta ou indiretamente, nos projetos de conservação e manejo dos recursos naturais, como produção de artesanato, pesca e agricultura de subsistência. Mais informações em www.mamiraua.org.br

99 - Seu país apóia iniciativas de grupos importantes, atores-chave e lideranças que integram questões sobre a conservação da biodiversidade em suas práticas e programas educativos, assim como em seus planos setoriais e trans-setoriais, programas e políticas relevantes? (decisão IV/10 e Meta 4.4 do Plano Estratégico)

a) Não

b) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)

X

Comentários adicionais sobre as iniciativas de grupos importantes, atores-chave e lideranças que integram questões sobre a conservação da biodiversidade em suas práticas e programas educativos, assim como em seus planos setoriais e trans-setoriais, programas e políticas relevantes.

Ver comentários das demais questões desse artigo.

100 - Seu país está comunicando os diversos elementos da meta de biodiversidade para 2010, e estabelecendo conexões apropriadas com a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável na implementação de seus programas e atividades nacionais de comunicação, educação e percepção da população? (decisão VII/24)	
a) Não	X
b) Não, mas alguns programas estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, alguns programas foram desenvolvidos e atividades implementadas com esse propósito (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, programas abrangentes foram desenvolvidos e muitas atividades implementadas com esse propósito (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre a comunicação dos diversos elementos da meta de biodiversidade para 2010 e sobre o estabelecimento de conexões com a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável.	
A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável deve ser implantada no Brasil pela Unesco. Informações no site www.unesco.org e www.mma.gov.br/educambiental	

Quadro XII.

<p>Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:</p> <p>a) Resultados e impactos das ações implementadas;</p> <p>b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;</p> <p>c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;</p> <p>d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;</p> <p>e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;</p> <p>f) Dificuldades encontradas na implementação.</p>
<p>a) Destaca-se a descentralização das ações relacionadas à Educação Ambiental. Vale ressaltar que praticamente todos os estados brasileiros possuem órgãos ou programas permanentes voltados para a Educação Ambiental, demonstrando sua intenção em assumir essa responsabilidade. As ações descentralizadas, coordenadas pela Política Nacional de Educação Ambiental, possuem maior efetividade, uma vez que refletem as realidades locais em que vivem os públicos-alvos. Também possui impacto importante a criação de redes de Educação Ambiental.</p> <p>b) As iniciativas contribuem para o alcance do objetivo 4 do Plano Estratégico da CDB (a melhor compreensão da importância da biodiversidade, e da Convenção, conduzindo a um maior engajamento da sociedade na sua implementação).</p> <p>c) As iniciativas apontadas não contribuem diretamente para o alcance das metas da CDB para 2010. Apesar disso, deve-se levar em consideração que este tipo de meta não tem como concretizar-se sem uma adequada educação e informação pública, e muitas ações em Educação Ambiental têm sido desenvolvidas por todas as partes do País. Vale ressaltar que a próxima Conferência Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente vai tratar diretamente da CDB em um de seus grupos de trabalho (ver informações da questão 91).</p> <p>d) As iniciativas apontadas contribuem diretamente para a implementação do componente 6 da PNB, que se volta para a educação e sensibilização pública e para a gestão e divulgação de informações</p>

sobre biodiversidade, com a promoção da participação da sociedade, inclusive dos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades locais, no que diz respeito à conservação da biodiversidade, à utilização sustentável de seus componentes e à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado à biodiversidade.

e) As iniciativas contribuem diretamente para alcance da meta 9 do objetivo 7 dos ODMs.

f) Pobreza. Além da pobreza (falta de recursos financeiros), outras dificuldades têm sido encontradas como obstáculos aos trabalhos em Educação Ambiental, tais como:

- dificuldades de articulação entre o setor público e os diversos setores da sociedade;
- falta de investimentos na área, muitas vezes por não ser uma área muito valorizada por universidades, setor privado e público, etc.;
- falta de divulgação das iniciativas em Educação Ambiental pelos meios de comunicação de massa;
- dificuldade em valorizar as pequenas ações locais e trabalhos voluntários na área de Educação Ambiental; e
- outros ainda de acordo com contextos locais.

Artigo 14 - Avaliação de impactos e minimização de impactos adversos

101 - Com relação ao Artigo 14.1(a), seu país desenvolveu legislação requerendo uma avaliação de impacto ambiental para projetos com probabilidade de produzir efeitos adversos sobre a diversidade biológica?	
a) Não	
b) Não, a legislação ainda está nos estágios iniciais de desenvolvimento	
c) Não, mas a legislação está num estágio avançado de desenvolvimento	
d) Sim, a legislação foi estabelecida (favor fornecer detalhes abaixo)	X
e) Sim, uma revisão da implementação está disponível (favor fornecer detalhes abaixo)	
<p>Informações adicionais sobre a legislação requerendo uma avaliação de impacto ambiental para projetos com probabilidade de produzir efeitos adversos sobre a biodiversidade.</p> <p>Regulação da Política Nacional de Meio Ambiente - Lei N°. 6.938 - A Resolução Conama N°. 001/86 instituiu obrigatoriedade de relatórios de impacto ambiental (Rima) e respectivo estudo de impacto ambiental (EIA) com audiências públicas. A Resolução Conama N°. 305/2002 prevê estudos de impacto ambiental para transgênicos e a Resolução Conama N°. 237/97 regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Informações em www.mma.gov.br/conama</p> <p>Lei de Biossegurança, Lei N°. 11.105, de 24 de março de 2005. Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados (OGM) e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança (PNB).</p> <p>Tem como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente. Mais informações em http://www2.camara.gov.br/proposicoes</p> <p>Sistemas e legislação estaduais de licenciamento ambiental: Paraná (estruturado), Bahia e Goiás (em fase de estruturação).</p> <p>Edital CT-Petro/MCT/CNPq n°. 040/2004. Seleção pública de projeto de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, para a identificação e a definição da localização e dos limites das áreas ecologicamente sensíveis à poluição causada por derramamento de óleo na zona costeira e marinha, em águas sob jurisdição do Brasil. Por meio da Elaboração de Cartas de Sensibilidade Ambiental para Derramamentos de Óleo (Cartas SAO) da Zona Costeira e Marinha, de acordo com o Plano Cartográfico para o Mapeamento de Sensibilidade Ambiental ao Óleo da Zona Costeira e Marinha, que prevê o mapeamento em três níveis - estratégico, tático e operacional. De modo a atender a todos os</p>	

tipos de derramamentos de petróleo e derivados, desde grandes vazamentos em áreas remotas (*offshore*), passando por derrames de porte médio a alguma distância das instalações da indústria do petróleo (ao largo do litoral), até incidentes localizados (em pontos específicos da costa).

Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER) - Inpe/MCT. O DETER é um projeto do INPE/MCT, com apoio do MMA e do Ibama e faz parte do Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia do Governo Federal. O sistema DETER utiliza sensores com alta frequência de observação para reduzir as limitações da cobertura de nuvens: (a) o sensor MODIS a bordo dos satélites TERRA e ACQUA (NASA), com resolução espacial de 250m e frequência de cobertura do Brasil de três a cinco dias; (b) o sensor WFI a bordo do CBERS-2, com resolução espacial de 260m e frequência de cobertura do Brasil de cinco dias. Mesmo com a resolução espacial reduzida do MODIS e do WFI, é possível detectar desmatamentos recentes cuja área seja superior a 0.25km². As deficiências de resolução espacial são compensadas pela maior frequência de observação. Isto permite que o DETER forneça aos órgãos de controle ambiental informação periódica sobre eventos de desmatamento, para que o Governo possa tomar medidas de contenção. Como o sistema produz informação em tempo "quase real" sobre as regiões onde estão ocorrendo novos desmatamentos, a sociedade brasileira passa a dispor de uma ferramenta inovadora de suporte à gestão de terras na Amazônia.

102 - Com relação ao Artigo 14.1(b), seu país desenvolveu mecanismos para assegurar que a devida consideração seja dada para as consequências ambientais de programas e políticas nacionais que têm probabilidade de produzir impactos adversos sobre a diversidade biológica?

Não

Não, mecanismos ainda estão nos estágios iniciais de desenvolvimento

X

Não, mas mecanismos estão num estágio avançado de desenvolvimento

Sim, mecanismos foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)

Comentários adicionais sobre os mecanismos desenvolvidos para assegurar que a devida consideração seja dada para as consequências ambientais de programas e políticas nacionais que têm probabilidade de produzir impactos adversos sobre a diversidade biológica.

Ver comentários da questão 108.

103 - Com relação ao Artigo 14.1 (c), seu país está implementando acordos bilaterais, regionais e/ou multilaterais sobre atividades que têm probabilidade de afetar significativamente a diversidade biológica fora da jurisdição de seu país?	
a) Não	
b) Não, mas a avaliação de opções está em curso	
c) Sim, alguns foram completados, outros estão em curso (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)	
Informações adicionais sobre os acordos bilaterais, regionais e/ou multilaterais sobre atividades com probabilidade de afetar significativamente a biodiversidade fora da jurisdição de seu país.	
Ver comentários da questão 9. O Brasil é membro do Mercosul e integra o Tratado de Cooperação Amazônica; a Convenção de Direitos do Mar; o Acordo Internacional para Pesca de Atuns e Afins (ICATI), o PROANTAR (Tratado da Antártica); Aves migratórias; Convenção Internacional de Proteção de Plantas; Acordos Sanitários; IMO (Água de lastro); Convenção de Estocolmo (auxiliou na elaboração e está em processo de ratificação).	
Ver comentários da questão 105 (Avaliação ambiental integrada (AAI) dos aproveitamentos hidrelétricos da bacia do rio Uruguai).	

104 - Com relação ao Artigo 14.1 (d), seu país estabeleceu mecanismos para impedir ou minimizar o perigo ou dano originado em seu território à diversidade biológica no território de outros Signatários ou em áreas além dos limites da jurisdição nacional?	
a) Não	X
b) Não, mecanismos ainda estão nos estágios iniciais de desenvolvimento	
c) Não, mas mecanismos estão num estágio avançado de desenvolvimento	
d) Sim, mecanismos foram estabelecidos com base no conhecimento científico atual	

105 - Com relação ao Artigo 14.1 (e), seu país estabeleceu mecanismos nacionais para respostas de emergência a atividades ou eventos que apresentem um perigo grave e iminente à diversidade biológica?	
a) Não	
b) Não, mecanismos ainda estão nos estágios iniciais de desenvolvimento	X
c) Não, mas mecanismos estão num estágio avançado de desenvolvimento	
d) Sim, mecanismos foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
Informações adicionais sobre mecanismos nacionais para respostas de emergência a atividades ou eventos que apresentem um perigo grave e iminente à diversidade biológica.	
Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, para o período de 2004-2007, cujo objetivo é prevenir riscos e combater emergências ambientais.	

Queimadas na Amazônia. Os programas Prevfogo e Proarco possuem sistemas de alerta para queimadas (ver comentários da questão 71). O Instituto de Pesquisa Espacial (Inpe) disponibiliza imagens do LANDSAT para monitoramento constante de queimadas, atualizadas seis vezes por dia <http://www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas>.

O Ibama está criando um sistema de macro monitoramento das áreas que sofrem constantes ameaças de desmatamentos e queimadas irregulares.

<http://www.ibama.gov.br/fiscalizacao/home.htm>

Resolução Conama N° 293, de 12 de Dezembro de 2001. Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo originados em portos organizados, instalações portuárias ou terminais, dutos, plataformas, bem como suas respectivas instalações de apoio, e orienta a sua elaboração.

<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res01/res29301.html>

Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163. O Plano BR-163 Sustentável está sendo elaborado por uma parceria entre os Governos dos Estados do Mato Grosso, Pará e Amazonas; prefeituras; entidades empresariais e dos trabalhadores e organizações da sociedade civil. O objetivo é elaborar e implementar um plano de desenvolvimento sustentável, baseado num conjunto de políticas públicas estruturantes, com destaque para a pavimentação da BR-163, buscando a inclusão social e a conservação dos recursos naturais. A Rodovia Cuiabá-Santarém atravessa uma das áreas mais importantes da Amazônia em potencial econômico, diversidade social, biológica e riquezas naturais. Nela estão representados os biomas do Cerrado e da Floresta Amazônica, um vasto estoque de biodiversidade e três imensas bacias hidrográficas (Teles Pires/Tapajós, Xingu e Amazonas). Tem como estratégia de implementação três linhas básicas: i) uma regionalização, que diferencia as sub-regiões em função de suas características essenciais e resultam em diversos espectros de prioridades; ii) a organização da ação do Estado e da sociedade civil em torno de cinco eixos temáticos: ordenamento territorial e gestão ambiental; produção sustentável com competitividade e inovação; inclusão social e cidadania; infra-estrutura para o desenvolvimento; e definição de um novo padrão de financiamento; iii) uma estratégia de implementação que procura mobilizar a sociedade civil, reduzir o grau de conflito entre setores sociais e promover consensos que se traduzam em políticas públicas legítimas e participativas. Mais informações em <http://www.mma.gov.br/port/sbf/br163.pdf>

Avaliação ambiental integrada (AAI) dos aproveitamentos hidrelétricos da bacia do rio Uruguai. Com o aumento da demanda por novos empreendimentos e considerando que o inventário realizado nas bacias brasileiras tem contemplado principalmente a otimização da produção energética, muitos empreendimentos foram licitados antes da obtenção da sua licença ambiental. Como alguns destes empreendimentos possuem alto potencial de impacto ambiental, algumas dificuldades foram encontradas para atender os interesses energéticos em conjunto com a conservação ambiental. Fundamentados nos princípios abaixo, os estudos de AAI buscam a redução desses problemas junto à nova política de integração do planejamento do setor elétrico. O objetivo da AAI é avaliar a situação ambiental da bacia do rio Uruguai com a implantação dos empreendimentos

hidrelétricos, os potenciais barramentos, considerando: (i) seus efeitos cumulativos e sinérgicos; e (ii) os potenciais usos no horizonte atual e futuro de planejamento, tendo em conta a tendência de desenvolvimento socioeconômico da bacia. Os seguintes princípios que devem fundamentar a AAI:

Abordagens integradoras acerca dos impactos ambientais - na bacia - que a introdução de novos empreendimentos hidrelétricos poderá gerar, considerando os demais usos.

Desenvolvimento de procedimentos que garantam a efetiva participação pública.

Desenvolvimento de conhecimento para a melhor gestão integrada dos recursos hídricos e ambientais na bacia, com ênfase na hidroeletricidade.

As atividades a serem desenvolvidas são: caracterização; avaliação ambiental distribuída; identificação de conflitos; avaliação ambiental integrada; promoção da participação pública; e apresentação dos resultados. Mais informações em <http://www.mma.gov.br/port/sbf/br163.pdf>

Programa de Prevenção e Atendimento a Acidentes com Cargas Perigosas. Realizado pela Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA), em conjunto com a Defesa Civil do Estado, o programa fiscaliza o transporte de produtos tóxicos, atende com equipe técnica especializada aos acidentes com este tipo de carga, evitando danos maiores ao meio ambiente e às comunidades envolvidas, e ainda habilita os motoristas destes veículos a agir com segurança no transporte e nos acidentes. O Governo do Estado implantou o PARE - Plantão de Acidentes e Reclamações Ecológicas, que funciona 24 horas. Quando acionados técnicos habilitados tomam as providências necessárias para evitar danos maiores ao ambiente e às comunidades. Mais informações em: <http://www.fatma.sc.gov.br/instituc>

Modelagem de Derramamento de Óleo no Mar. Estudo realizado pela Agência Nacional do Petróleo que versa sobre as diretrizes para apresentação da modelagem hidrodinâmica e de derramamento de óleo no mar no contexto do licenciamento ambiental das atividades de petróleo, considerando desde o estado da arte sobre o assunto, até sua aplicação prática no modelo atual, incluindo as recomendações para seu aperfeiçoamento. Em 23 de Agosto de 2002, realizou-se uma reunião de trabalho interna no ELPN/Ibama sobre modelagem de derramamento de óleo no mar, contando com a participação de representantes de instituições de pesquisa governamentais, onde foram discutidos os itens apresentados nesta Informação Técnica. A modelagem de derramamento de óleo define a Área de Influência Indireta da Atividade, na qual se baseia todo o diagnóstico ambiental, bem como, define cenários por intermédio das simulações, permitindo a elaboração de estratégias necessárias ao atendimento emergencial de acidentes que envolvem derramamento de óleo no mar, no contexto do Plano de Emergência Individual. Constitui, dessa forma, uma ferramenta fundamental na elaboração do estudo e da gestão ambiental das atividades de exploração e produção. Esta informação reflete uma iniciativa preliminar de se desenvolver um protocolo de procedimentos internos do ELPN/Ibama que sirva para embasar tecnicamente as regulamentações referentes ao licenciamento ambiental para o setor de petróleo no Brasil. A atividade de produção envolve também a modelagem de outros efluentes, como, por exemplo, a água de produção, que não estarão sendo discutidos no âmbito desta informação técnica.

Manutenção das Brigadas Civas contra Queimadas e Incêndios Florestais no Estado do

Tocantins. O programa foi executado pelo Instituto Natureza do Tocantins (Naturantins) no período de 2000 a 2004. As atividades desenvolvidas envolvem o monitoramento dos focos de calor por intermédio de dados coletados pelo satélite NOAA 12, elaboração de cartilhas e folders, criação de 33 brigadas civis municipais e uma brigada particular. Com o objetivo de diminuir o número de focos de calor no Estado e minimizar os impactos causados pelo fogo ao meio ambiente e saúde humana. Os principais resultados alcançados foram:

- Criação de novas brigadas.
- Fortalecimento e revitalização das brigadas existentes.
- Confecção de folders e cartazes.
- Campanhas educativas, com distribuição de folder e cartazes.
- Aquisição de equipamentos de combate ao fogo para equipar as brigadas.
- Contratação da ONG Amigos da Terra - Amazônia Brasileira para realizar curso de metodologia e implantação de protocolos de municipais de queima controlada.
- Manutenção do serviço LINHA VERDE (disque denúncia).

Informações em www.naturatins.to.gov.br

Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais no Distrito Federal. Executado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, o plano realiza as seguintes ações:

- Articulação junto ao DER - Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal para manutenção de aceiros nas áreas prioritárias, conforme o Decreto nº 17.431, de junho de 1996;
- Execução do Termo de Cooperação Técnica firmado entre a SEMARH e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- Acompanhamento do Projeto FUNAM - Fundo Único do Meio Ambiente do Distrito Federal - junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal;
- Acompanhamento do Projeto do BID "Capacitação de Brigadas Voluntárias em Unidades de Conservação";
- Promoção de reuniões com o Grupo Executivo do Plano de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais;
- Realização do VII Fórum de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais no Distrito Federal, promovido pela SEMARH.

Convênio SMA/IF/FF - DNIT - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes. Convênio entre a União, por intermédio do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria do Meio Ambiente/Instituto Florestal e a Fundação Para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, para transferência dos recursos visando à implementação das medidas aprovadas na Deliberação CONSEMA n.º 034/91, tendentes à contraposição aos impactos decorrentes da execução do projeto de duplicação, restauração e melhoramentos da Rodovia BR-116 Régis Bittencourt e a implantação das unidades de conservação na área de influência da rodovia. Prazo de execução: início: 28/06/2001 - término: quatro anos a partir da assinatura. Prorrogado até 28/06/2006, conforme 3º Termo Aditivo. Transferência de recursos do DNIT à SMA/IF, visando à implementação das medidas aprovadas na

Deliberação CONSEMA nº. 034/91, tendentes a contraposição aos impactos decorrentes da execução do projeto de duplicação, restauração e melhoramentos da Rodovia BR 116 - Régis Bittencourt, para os Parques Estaduais Jacupiranga, Jurupará, da Serra do Mar (Setor Sul), Carlos Botelho, Turístico do Alto Ribeira, Intervalos e Estação Ecológica Juréia-Itatins, bem como para atividades de planejamento e gestão destas Unidades de Conservação, de Implementação das Unidades de Conservação envolvidas. Priorização na elaboração de Planos de Manejo para as referidas Unidades, incentivo ao desenvolvimento sustentável e monitoramento georreferenciado da cobertura vegetal da área do projeto.

106 - Seu país está implementando as Diretrizes para Incorporação das Questões Relacionadas com a Biodiversidade em Legislação ou Processos de Avaliação de Impacto Ambiental e em Avaliações Estratégicas de Impacto, tal como descrito no anexo da decisão VI/7, no contexto da implementação do parágrafo 1 do Artigo 14? (decisão VI/7)

a) Não	
b) Não, mas a implementação das diretrizes está sendo considerada	X
c) Sim, alguns aspectos estão sendo implementados (favor especificar abaixo)	
d) Sim, aspectos principais estão sendo implementados (favor especificar abaixo)	

Comentários adicionais sobre a implementação das diretrizes.

Resolução Conama Nº. 001/86: define que o estudo de impacto ambiental desenvolverá, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

a) o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;

b) o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora; destacando as espécies: indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção; e as áreas de preservação permanente;

c) o meio socioeconômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

Fonte: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>

Resolução Conama Nº. 237: ver Questão 47.

Lei de Biossegurança: ver Questão 101.

Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental. Programa do Plano Plurianual (2004-2007) do Governo Federal, cujo objetivo é revitalizar a bacia hidrográfica do São Francisco e outras bacias em situação de vulnerabilidade ambiental e promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos nacionais prioritários ou da crescente e concentrada ação antrópica com elevado comprometimento ambiental dessas bacias.

Combate à Desertificação. Programa do Plano Plurianual (2004-2007) do Governo Federal, cujo objetivo é reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação.

Informações Integradas para Proteção da Amazônia. Programa do Plano Plurianual (2004-2007) do Governo Federal, cujo objetivo é contribuir para a proteção da Amazônia Legal brasileira de pressões ao meio ambiente e do exercício de atividades ilícitas, mediante vigilância permanente.

Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais (Florescer). Programa do Plano Plurianual (2004-2007) do Governo Federal, cujo objetivo é prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros.

Programa Energia Alternativa Renovável. Programa do Plano Plurianual (2004-2007) do Governo Federal, cujo objetivo é ampliar a oferta de energia por meio de fontes renováveis, em base auto-sustentável, minimizando os impactos ambientais. O programa é executado pelas seguintes instituições: Ministério de Minas e Energia; Petróleo Brasileiro S.A.; Companhia Energética de Alagoas.

Programa Manejo e Conservação dos Solos na Agricultura. Programa do Plano Plurianual (2004-2007) do Governo Federal, cujo objetivo é assegurar o uso e o manejo adequados do solo e promover a recuperação de áreas degradadas com vistas a garantir a produção sustentável de alimentos e a disponibilidade de água de qualidade para consumo humano e animal. O programa é executado pela Embrapa.

Programa Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é reduzir a dependência do afretamento de embarcações estrangeiras para o transporte de petróleo e derivados, adequando a frota existente a novas exigências de mercado e ambientais. O programa é executado pela Petrobrás.

Rede Clareiras - Avaliação, prevenção e recuperação dos danos ambientais causados em áreas de prospecção e transporte de gás natural e petróleo na Amazônia brasileira. A iniciativa visa criar uma estrutura organizacional que permita a troca de informações, conhecimentos, intercâmbio de profissionais, treinamento e capacitação, obtenção e divulgação de novos conhecimentos que permitam identificar, avaliar, eliminar ou minimizar os efeitos negativos ao meio ambiente das atividades de prospecção e transporte do gás natural e petróleo na Amazônia brasileira. É desenvolvida pela Petrobrás, com apoio do CNPq e Finep. A rede compõe-se de seis projetos

temáticos:

- dinâmica de clareiras sob impacto da exploração petroléira;
- modelos de regeneração artificial de clareiras;
- biorremediação e biodegradação do petróleo e seus derivados;
- caracterização e análise da dinâmica do solo;
- análise de sensibilidade ambiental, modelagem e previsão de impactos;
- avaliação ecológica e ecotoxicológica dos impactos causados pelos derramamentos de petróleo e seus derivados sobre a fauna e flora amazônicas.

Potenciais Impactos no Transporte Fluvial de Gás Natural e Petróleo na Amazônia (Piatam). Projeto multidisciplinar que envolve e busca integrar áreas temáticas diversas como: arqueologia, economia, sociologia, ecologia, entomologia, ictiologia, botânica, modelagem e sensoriamento remoto. Em função de um de seus principais objetivos, a caracterização ambiental das áreas de atuação da indústria do petróleo e do gás natural na Amazônia, o Piatam vem coletando dados importantes sobre a biodiversidade amazônica. Os principais resultados do projeto são:

- listagem de espécies de peixes, de insetos e da flora das regiões de lagos e várzeas;
- implantação de banco de dados do Piatam no Centro Regional de Vigilância.

Potenciais Impactos Ambientais do Transporte de Petróleo e Derivados na Zona Costeira Amazônica (Piatam MAR). Projeto que visa avaliar os impactos da indústria do petróleo e do gás natural na zona costeira da Amazônia, que abrange as costas do Amapá, Pará e Maranhão. O projeto foi iniciado em 2004 e estender-se-á até 2006. Os resultados alcançados foram:

- elaboração do modelo de gestão do projeto;
- levantamento pretérito dos dados e informações ambientais disponíveis;
- desenvolvimento de sistema de aquisição e armazenamento das informações levantadas;
- elaboração de metodologia para análise integrada de dados bióticos, abióticos e socioeconômicos;
- produção de mapas preliminares do índice de sensibilidade ambiental ao derrame de óleo;
- estabelecimento das bases conceituais para elaboração dos mapas de sensibilidade ambiental.

Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam). Ver comentários da questão 20.

Programa de Proteção das Captações no Distrito Federal. A proteção da qualidade da água destinada ao abastecimento é importante para a garantia de qualidade da água distribuída pela CAESB, pois o comprometimento da água bruta com elementos nocivos à saúde encarece o processo de tratamento e pode, até, impedir sua utilização. Todos mananciais utilizados pela CAESB são protegidos para impedir o carreamento de material em suspensão, matéria orgânica e produtos tóxicos para as águas. Há algum tempo foram definidos os polígonos de proteção das captações. Recentemente a garantia de proteção foi ampliada com a transformação de todos os polígonos em Unidades de Conservação. Veja quais são as principais ações que prejudicam a qualidade da água dos mananciais:

- desmatamento;

parcelamento do solo;
atividades extrativas como: retirada de terra, areia, pedras, etc.;
deposição de lixo e entulho;
queimadas;
escoamento inadequado de águas pluviais, provocando erosão;
caça e pesca ilegal;
invasões;
construção de estradas sem os cuidados adequados.

Projeto Corta-Fogo. O Projeto Corta-fogo, da Agência Ambiental de Goiás, tem como principais objetivos: a redução dos focos de incêndio no Estado; o monitoramento de queimadas e incêndios florestais; a fiscalização do uso do fogo; a criação de brigadas de voluntários e a divulgação das legislações básicas sobre o uso do fogo. O projeto estabelece ações de prevenção e combate aos incêndios florestais no Estado de Goiás, envolvendo diversos órgãos públicos e não-governamentais. No ano de 2001, a Agência Ambiental de Goiás estruturou uma sala de monitoramento e combate a incêndios florestais, dando suporte para os técnicos do órgão no acompanhamento dos focos de calor que atingem Goiás, por intermédio do rastreamento por satélite, em parceria com o Ibama. O órgão distribuiu *kits* contra incêndios para 11 municípios. De acordo com o Corpo de Bombeiros, um dos parceiros da Agência no Projeto Corta-fogo, na região da grande Goiânia foram combatidos 302 focos de incêndios em vegetação. O ano de 2002 destaca-se pela criação de brigadas e capacitação contra incêndio em 40 municípios localizados por todo o Estado; criação de brigadas, especialmente situadas próximas aos Parques Estaduais; reconhecimentos e prevenção nas áreas críticas nas Unidades de Conservação; visitas técnicas nos municípios com maior ocorrência de focos de incêndios em 2001 (Rio Verde, Jataí, Caiapônia, Mineiros, Cristalina, Luziânia, Padre Bernardo, Mimoso de Goiás, Niquelândia, Porangatu, São Miguel do Araguaia, Montividiú do Norte, Monte Alegre de Goiás, São Domingos, Iaciara, Flores de Goiás e Vila Boa); criação do Comitê Estadual de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Decreto nº. 5.481 de 25 de setembro de 2001).

http://www.agenciaambiental.go.gov.br/projetos/p_proj_corta_fogo.php

Programa de Prevenção e Combate às Queimadas do Estado do Mato Grosso do Sul. O Governo do Estado criou o Comitê Interinstitucional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais. O grupo está vinculado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Cultura e Turismo e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e também é composto por representantes de dez entidades. A mobilização no combate às queimadas conta também com produtores rurais e ambientalistas que formaram brigadas contra incêndios dentro das ações previstas pelo Programa de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), criando Comitês Municipais em todas as cidades do Mato Grosso do Sul. Entre os participantes estão a Polícia Rodoviária Federal, Defesa Civil, Exército, Base Aérea, Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar Ambiental, além de ONGs locais.

<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./estadual/index.html&conteudo=./estadual/ms3.html>

Controle de Erosão e Inundações no Distrito Federal. Programa executado pela Secretaria de Infra-Estrutura e Obras do Governo do DF e realiza as seguintes ações:

1. Monitoramento e acompanhamento das obras quanto a adequação ambiental.
2. Prevenção de danos ambientais desnecessários e a correção dos problemas observados durante a execução das obras.

Informações em www.novacap.df.gov.br

109 - Seu país está cooperando com outros Signatários para fortalecer as capacidades, em nível Nacional, para impedir danos à biodiversidade, estabelecer e implementar regimes legislativos nacionais e medidas políticas e administrativas sobre responsabilidade e compensação? (decisão VI/11)

a) Não

b) Não, mas a cooperação está sendo considerada

c) Não, mas programas de cooperação estão sendo desenvolvidos

d) Sim, algumas atividades de cooperação estão sendo implementadas (favor fornecer detalhes abaixo)

X

e) Sim, atividades abrangentes de cooperação estão sendo implementadas (favor fornecer detalhes abaixo)

Comentários adicionais sobre a cooperação com outros Signatários para fortalecer as capacidades para impedir danos à biodiversidade.

Ver comentários do artigo 5.

Quadro XIII.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação ;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ;
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

a) Os últimos anos foram de fortalecimento dos sistemas de monitoramento de queimadas na Amazônia, que possibilitam respostas rápidas a esses eventos. Sistemas de prevenção e resposta a derramamentos de óleo no mar também foram aprimorados e fortalecidos. Existe um sistema de licenciamento ambiental, que, contudo, necessita de fortalecimento. Destaca-se o Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Influência da BR-163.

b) As iniciativas apontadas não contribuem diretamente para alcance dos objetivos do Plano Estratégico da Convenção.

c) As iniciativas apontadas contribuem significativamente para alcance do objetivo 5 das metas da Convenção para 2010 (reduzir as pressões de perda de habitat, de mudanças no uso da terra, de degradação e de uso insustentável da água).

- d) As iniciativas contribuem para a implementação do componente 4 da PNB, que visa fortalecer os sistemas de monitoramento, de avaliação, de prevenção e de mitigação de impactos sobre a biodiversidade, bem como para promover a recuperação de ecossistemas degradados e de componentes da biodiversidade sobreexplorados.
- e) As iniciativas apontadas contribuem para o alcance do objetivo 7 dos ODMs (garantir a sustentabilidade ambiental).
- f) Necessidade de fortalecimento institucional; pobreza; fenômenos climáticos atípicos, como o *El Nino*, favorecem a ocorrência de queimadas na Amazônia.

Artigo 15 - Acesso a recursos genéticos

110 - Seu país empenhou-se para facilitar o acesso a recursos genéticos para usos ambientalmente corretos por outros Signatários, condicionado ao consentimento prévio informado e termos de mútuo acordo, conforme os parágrafos 2, 4 e 5 do Artigo 15?	
a) Não	
b) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)	X
<p>Informações adicionais sobre os esforços empenhados por seu país para facilitar o acesso a recursos genéticos para usos ambientalmente corretos por outros Signatários, condicionado ao consentimento prévio informado e termos de mútuo acordo.</p> <p>Decreto Nº. 4.339, de 22 de agosto de 2002 Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.</p> <p>Contempla no componente 5, diretriz 1: "Acesso aos recursos genéticos e repartição de benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos. Estabelecimento de um sistema controlado de acesso e de repartição justa e equitativa de benefícios oriundos da utilização de recursos genéticos e de componentes do patrimônio genético, que promova a agregação de valor mediante pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico e que contribua para a conservação e para a utilização sustentável da biodiversidade".</p> <p>Medida Provisória nº. 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 MP que regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal, bem como dispositivos da Convenção sobre Diversidade Biológica, trata também dos seguintes temas: acesso ao patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva para fins de pesquisa científica; desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção; acesso e proteção ao conhecimento tradicional associado; repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração do patrimônio genético; e acesso e transferência de tecnologia para a conservação e a utilização da diversidade biológica.</p> <p>Decreto Nº. 3.945, 28 de setembro de 2001 Define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e estabelece as normas para o seu funcionamento, mediante a regulamentação da Medida Provisória no 2.186-16/01.</p>	

111 - Seu país tomou medidas para assegurar que qualquer pesquisa científica baseada em recursos genéticos fornecidos por outros Signatários seja desenvolvida e conduzida com a plena participação de tais Signatários, de acordo com o Artigo 15(6)?	
a) Não	X
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
<p>Informações adicionais sobre as medidas para assegurar que qualquer pesquisa científica baseada em recursos genéticos fornecidos por outros Signatários seja desenvolvida e conduzida com a plena participação de tais Signatários.</p>	

112 - Seu país tomou medidas para assegurar a repartição justa e eqüitativa dos resultados de pesquisas e dos benefícios resultantes do uso comercial e outros usos de recursos genéticos com qualquer Parte Contratante fornecedora de tais recursos, de acordo com o Artigo 15(7)?	
a) Não	X
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, legislação abrangente foi desenvolvida (favor fornecer detalhes abaixo)	
e) Sim, políticas estaduais abrangentes ou legislação suplementar foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
f) Sim, medidas políticas e administrativas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Informações adicionais sobre os tipos de medidas tomadas.	

113 - Ao desenvolver medidas nacionais para tratar do acesso a recursos genéticos e repartição de benefícios, seu país levou em consideração o sistema multilateral de acesso e repartição de benefícios descrito pelo Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos de Plantas para Alimentação e Agricultura?	
a) Não	
b) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)	X
Informações adicionais sobre as medidas nacionais tomadas que consideram o sistema multilateral de acesso e repartição de benefícios descrito pelo Tratado Internacional sobre Recursos Genéticos de Plantas para Alimentação e Agricultura.	
<p>A adequação aos sistemas multilaterais de acesso e repartição de benefícios está prevista na Medida Provisória nº. 2.186-16/01 (ver Questão 110).</p> <p>Programa Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Genéticos. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é promover o acesso, o uso sustentável, a biossegurança e a repartição dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.</p>	

114 - Seu país está usando as Diretrizes de Bonn no desenvolvimento e delineamento de medidas legais, administrativas ou políticas sobre o acesso e repartição de benefícios, e/ou na negociação de contratos e outros arranjos conforme termos de mútuo acordo para o acesso e a repartição de benefícios? (decisão VII/19A)	
a) Não	
b) Não, mas medidas estão sendo tomadas para fazê-lo (favor fornecer detalhes abaixo)	
c) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)	X
Favor fornecer detalhes e especificar os sucessos e dificuldades na implementação das Diretrizes de Bonn.	
<p>Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN). Órgão colegiado do Ministério do Meio Ambiente, o CGEN tem a responsabilidade de coordenar a implantação das políticas para gestão do patrimônio genético e estabelecer normas técnicas para a sua gestão. Mais informações sobre o CGEN</p>	

em <http://www.mma.gov.br/port/cgen/apresent.html> e

<http://www.mma.gov.br/port/cgen/index.cfm>.

Para o relatório de 2004 acesse: <http://www.mma.gov.br/port/cgen/doc/rel2004.pdf>

Resoluções do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético:

Resolução nº 05 de 26/06/2003. Estabelece diretrizes para a obtenção de anuência prévia para o acesso a conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica sem potencial ou perspectiva de uso comercial. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/cgen/doc/res5.pdf>

Resolução nº 06 de 26/06/2003. Estabelece diretrizes para a obtenção de anuência prévia para o acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, com potencial ou perspectiva de uso comercial. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/cgen/doc/res6.pdf>

Resolução nº 07 de 26/06/2003. Estabelece diretrizes para a elaboração e análise dos Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios firmados entre particulares e que não envolvam conhecimento tradicional associado ou componente da fauna silvestre. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/cgen/doc/res7.pdf>

Resolução nº 08 de 24/09/2003. Caracteriza como caso de relevante interesse público o acesso a componente do patrimônio genético existente em área privada para pesquisa científica que contribua para o avanço do conhecimento e não apresente potencial de uso econômico previamente identificado. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/cgen/doc/res8.pdf>

Resolução nº 09 de 18/12/2003. Estabelece diretrizes para a obtenção de anuência prévia junto a comunidades indígenas e locais, a fim de acessar componente do patrimônio genético para fins de pesquisa científica, sem potencial ou perspectiva de uso comercial. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/cgen/doc/res9.pdf>

Resolução nº 11 de 25/03/2004. Estabelece diretrizes para a elaboração e análise dos Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios que envolvam acesso a componente do patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado providos por comunidades indígenas ou locais.

Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/cgen/doc/res11.pdf>

Resolução nº 12 de 25/03/2004. Estabelece diretrizes para a obtenção de anuência prévia para acesso a componente do patrimônio genético com finalidade de bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/cgen/doc/res12.pdf>

Resolução nº 17 de 30/09/2004. Dispõe sobre os procedimentos para a bioprospecção e o desenvolvimento tecnológico de produtos ou processos resultantes de acesso anteriormente autorizado. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/cgen/doc/res17.pdf>

Construindo a Posição Brasileira sobre o Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios. Ver comentários da questão 65.

Consulta Pública aos Representantes de Detentores de Conhecimentos Tradicionais Associados. O Departamento do Patrimônio Genético, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, realizou em 2005 "Consulta aos Representantes de Comunidades

Indígenas e Locais sobre a Questão do Acesso", com a participação de aproximadamente 20 representantes de comunidades indígenas e locais, incluindo representantes de comunidades quilombolas. A consulta teve como objetivo debater questões relacionadas à regulamentação da definição de acesso aos conhecimentos tradicionais, em discussão na Câmara Temática de Conhecimentos Tradicionais do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN). Entre os principais pontos abordados, destacam-se as diferentes circunstâncias envolvendo a questão do acesso e uso de conhecimentos tradicionais em fontes secundárias, como em bases de dados, inventários, registros e publicações. Fonte: <http://www.mma.gov.br/port/cgen/secex/acesso2.html>

115 - Seu país adotou políticas e medidas nacionais, inclusive legislação, que tratem do papel dos direitos de propriedade intelectual nos arranjos de acesso e repartição de benefícios (ou seja, a questão da revelação da origem/fonte/procedência legal dos recursos genéticos em solicitações de direitos de propriedade intelectual onde o objeto da solicitação envolve, ou faz uso de recursos genéticos em seu desenvolvimento)?

a) Não

b) Não, mas políticas ou medidas potenciais foram identificadas (favor especificar abaixo)

c) Não, mas políticas ou medidas relevantes estão sendo desenvolvidas (favor especificar abaixo)

X

d) Sim, algumas políticas ou medidas foram estabelecidas (favor especificar abaixo)

e) Sim, políticas ou medidas abrangentes foram adotadas (favor especificar abaixo)

Informações adicionais sobre políticas ou medidas que tratem do papel dos direitos de propriedade intelectual nos arranjos de acesso e repartição de benefícios.

Medida Provisória nº. 2.186-16/01

"Artigo 31 - a concessão de direito de propriedade intelectual pelos órgãos competentes, sobre processo ou produto obtido a partir de amostra de componente do patrimônio genético, fica condicionada à observância desta Medida Provisória, devendo o requerente informar a origem do material genético e do conhecimento tradicional associado, quando for o caso".

Revisão da legislação de acesso e repartição de benefícios

A partir de proposta elaborada pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, o governo brasileiro está promovendo um processo prevendo a substituição da atual Medida Provisória nº 2.186-16/01. Elaborada com participação de vários setores governamentais e da sociedade civil, o governo está finalizando a proposta para encaminhamento ao Congresso Nacional.

116 - Seu país tem se envolvido em atividades de capacitação relacionadas ao acesso e repartição de benefícios?

a) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)

X

b) Não

Favor fornecer informações adicionais sobre atividades de capacitação (seu envolvimento como doador ou recipiente, atores-chave envolvidos, público-alvo, período, metas e objetivos das atividades de capacitação, principais áreas de capacitação abordadas, natureza das atividades). Favor especificar também se essas atividades levaram em consideração o Plano de Ação sobre capacitação para acesso e repartição de benefícios adotado pela COP VII e disponível no anexo da decisão VII/19F.

Construindo a Posição Brasileira sobre o Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios. Ver comentários da questão 65.

Curso de Capacitação de Fiscais do Ibama para o Combate à Biopirataria. O Departamento do Patrimônio Genético, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ibama, a Polícia Federal e a Funai, realizou curso para capacitação dos fiscais do Ibama para autuarem infrações relacionadas à biopirataria. O curso abordou a Convenção da Diversidade Biológica e a legislação nacional de combate à biopirataria. Os fiscais foram preparados para identificar a documentação necessária para remessas ao exterior e para bioprospecção. Esta é a primeira iniciativa de capacitação de fiscais sobre o assunto e contou com a participação de 45 agentes de diversos estados.

<http://www.ambientebrasil.com.br/noticias/index.php3?action=ler&id=17289>

Conhecimentos tradicionais, formas de acesso e repartição de benefícios. Realizado pelo Núcleo de Apoio a Pesquisas sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (Nupaub) da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com o CGEN nos dias 1 a 5 de novembro de 2004, o curso teve o objetivo de analisar a importância do conhecimento tradicional, tanto das populações indígenas, quanto das quilombolas, caiçaras, caboclas, sertanejas, entre outras e as implicações do decreto e de um outro projeto de lei em discussão que, com novos procedimentos, passarão a afetar os projetos de estudo dos botânicos, biólogos, antropólogos e outros pesquisadores que, de uma forma ou outra, pretendem utilizar o conhecimento gerado por essas populações. O curso também visou propor uma nova ética pela qual, as comunidades locais possam se beneficiar de seu conhecimento e práticas tradicionais. O curso pretendeu ainda capacitar profissionais para a realização de laudos antropológicos e acompanhamento de trabalhos em terras indígenas e de comunidades locais. Durante o curso foram também pauta de discussão os novos protocolos para a realização de pesquisas em terras habitadas por populações tradicionais. Mais informações em <http://www.usp.br/nupaub/evento7.html>

O Núcleo de Apoio a Pesquisas sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (Nupaub) da USP realizou os seguintes seminários:

- Etnoconservação da Biodiversidade - 2003;
- Conhecimento e Manejo Tradicional de Recursos de Uso Comum - 2003;
- Etnoecologia: Construção Teórica, Busca Metodológica e Postura Ética - 2005.

Informações em <http://www.usp.br/nupaub>

Conhecimentos Tradicionais: Proteção Legal, Acesso e Repartição dos Benefícios. Seminário realizado pelo Governo do Estado do Acre nos dias 02, 03 e 04 de Outubro de 2003. Foram discutidos temas como proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e repartição de benefícios.

Mais informações em http://www.amazonlink.org/biopirataria/seminario_riobranco_10_2003.pdf

Rede Norte de Propriedade Intelectual, Biodiversidade e Conhecimento Tradicional. Ver comentários da questão 61.

Ver comentários das questões 61 e 63.

Quadro XIV.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

a) O fortalecimento do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético tem causado impactos positivos. Vale ressaltar que o CGEN concede grande importância à questão dos conhecimentos tradicionais e de seus detentores, procurando ampliar sua participação nos processos de tomada de decisão. Destaca-se a elaboração de dois contratos de repartição de benefícios. Considerando a complexidade do tema "repartição de benefícios", ressalta-se também os esforços voltados ao treinamento e capacitação, regulação de acesso ao patrimônio genético, coleções credenciadas, projetos de pesquisa aprovados, contratos aprovados (ver comentários da questão 114).

b) As iniciativas contribuem para o alcance do objetivo 2 do Plano Estratégico da Convenção (as Partes melhoraram a capacidade financeira, humana, científica, técnica, e tecnológica para implementação da Convenção).

c) As iniciativas contribuem para o alcance do objetivo 10 das metas da Convenção para 2010 (Garantir a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos do uso dos recursos genéticos).

d) As iniciativas contribuem para a implementação do componente 5 da Política Nacional da Biodiversidade, que visa a promover o acesso controlado, com vistas à agregação de valor mediante pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico, e a distribuição dos benefícios gerados pela utilização dos recursos genéticos, dos componentes do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados, de modo que sejam compartilhados, de forma justa e equitativa, com a sociedade brasileira e, inclusive, com os povos indígenas, com os quilombolas e com outras comunidades locais;

e) As iniciativas contribuem para o objetivo 7 (garantir a sustentabilidade ambiental) e para o objetivo 2 (erradicar a extrema pobreza e a fome), uma vez que se voltam em grande parte a povos indígenas,

comunidades quilombolas, entre outros detentores de conhecimentos tradicionais que, na maioria das vezes, sofrem com o problema da pobreza.

f) Dificuldades identificadas: participação pública e envolvimento de atores sociais limitados; instituições enfraquecidas causam a falta de capacidade de agir; falta de recursos humanos; falta de transferência de tecnologia e expertise; perda de conhecimentos tradicionais; falta de capacidades em pesquisa científica adequadas para apoiar todos os objetivos; falta de conhecimento e de documentação acerca da perda da biodiversidade e dos bens e serviços providos por ela; conhecimentos científicos e tradicionais não são completamente utilizados; disseminação de informação nos níveis nacional e internacional não é suficiente; falta de educação e conscientização pública em todos os níveis; falta de recursos financeiros e humanos; falta de medidas de incentivo econômico; falta de repartição de benefícios; falta de sinergias nos níveis nacional e internacional; falta de cooperação horizontal entre atores sociais; falta de parcerias efetivas; falta de engajamento da comunidade científica; padrões de produção e consumo insustentáveis; falta de capacidades por parte das comunidades locais.

Artigo 16 - Acesso e transferência de tecnologia

117 - Com relação ao Artigo 16(1), seu país tomou medidas para fornecer ou facilitar o acesso e transferência para outros Signatários de tecnologias relevantes para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica, ou que façam uso de recursos genéticos e não causem danos significativos ao meio ambiente?	
a) Não	
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
<p>Informações adicionais sobre as medidas para fornecer ou facilitar o acesso e transferência para outros Signatários de tecnologias relevantes para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica, ou que façam uso de recursos genéticos e não causem danos significativos ao meio ambiente.</p> <p>Na Medida Provisória nº. 2.186-16 (ver questão 110), há um capítulo sobre acesso e transferência de tecnologia.</p> <p>Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993: inciso XXV do artigo 24 (incluído pela Lei nº 10.973 de 2004) afirma que é dispensável licitação na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica (ICT) ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida</p> <p>Lei de Inovação Tecnológica: a Lei nº 10.793. Sancionada em 2 de dezembro de 2004, está organizada em torno de três eixos: a constituição de ambiente propício a parcerias estratégicas entre as universidades, institutos tecnológicos e empresas; o estímulo à participação de instituições de ciência e tecnologia no processo de inovação; e o incentivo à inovação na empresa.</p> <p>Ela prevê autorizações para a incubação de empresas no espaço público e a possibilidade de compartilhamento de infra-estrutura, equipamentos e recursos humanos, públicos e privados, para o desenvolvimento tecnológico e a geração de processos e produtos inovadores. Também estabelece regras para que o pesquisador público possa desenvolver pesquisas aplicadas e incrementos tecnológicos.</p> <p>Seus principais mecanismos são: a bolsa de estímulo à inovação e o pagamento ao servidor público de adicional variável não-incorporável à remuneração permanente, ambos com recursos captados pela própria atividade; a participação nas receitas auferidas pela instituição de origem com o uso da propriedade intelectual e a licença não remunerada para a constituição de empresa de base tecnológica.</p> <p>A Lei também autoriza o aporte de recursos diretamente à empresa, no âmbito de um projeto de inovação, sendo obrigatórias: a contrapartida e a avaliação dos resultados. São ainda instrumentos da Lei a encomenda tecnológica, a participação estatal em sociedade de propósito específico, e os fundos de investimentos.</p> <p>Política Nacional de Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial: um grupo de trabalho interministerial está avaliando a viabilidade e a conveniência para o País em adotar uma Política</p>	

Nacional de Compensação, que é conhecida pelo termo inglês *offset*. Esse tipo de política já é praticado pelo Ministério da Defesa no Brasil. Trata-se de acordos de compensação feitos a partir da compra de produtos de alta tecnologia, no caso na área de defesa.

As operações *offset*, hoje, são divididas em diretas, quando há algum tipo de transferência explícita em homens, equipamentos e tecnologias sensíveis, ou indiretas, por meio de compras comerciais, treinamento e troca de mercadorias. Trata-se de um grande instrumento de atração de conhecimento.

O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético possui Câmara Temática sobre Acesso e Transferência de Tecnologia, cujas atribuições são:

- Elaborar e encaminhar ao Plenário do Conselho normas e procedimentos sobre o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para a conservação e utilização da diversidade biológica.
- Elaborar e encaminhar ao Plenário do Conselho, para proposição ao Governo Federal, instrumentos de incentivos fiscais e de estímulo às empresas que, no processo de garantir o acesso à tecnologia e de transferência de tecnologia para instituição nacional, pública ou privada, responsável pela conservação e utilização da diversidade biológica, invistam em atividade de pesquisa e desenvolvimento no País.
- Analisar as recomendações, diretrizes, ações e metas relacionadas ao tema do acesso à tecnologia e à transferência de tecnologia, presentes nas políticas internacionais e interna e, nos diversos fóruns que tratam do tema, propondo ao Plenário do Conselho as ações adequadas à sua implementação.
- Relatar e submeter à aprovação do Plenário do Conselho consulta que lhe for encaminhada a respeito do acesso à tecnologia e de transferência de tecnologia para a conservação e utilização da diversidade biológica.
- Estabelecer Grupos de Trabalho (GT) para temas que forem julgados específicos ou que requisitarem brevidade para apresentação de suas análises ou de propostas deles decorrentes.
- Acompanhar os temas relacionados com essa Câmara, por intermédio da participação em eventos, visitas técnicas e reuniões conjuntas com as outras Câmaras Temáticas, por solicitação do plenário do Conselho ou de sua Secretaria Executiva, ou ainda, do Coordenador da Câmara.
- Estabelecer Grupos de Trabalho (GT) para temas que forem julgados específicos ou que requisitarem brevidade para apresentação de suas análises ou de propostas deles decorrentes;
- Promover debates e consultas junto aos interessados no tema foco desta Câmara, bem como convidar especialistas e representantes de setores da sociedade, inclusive o setor acadêmico, para assessorá-la em aspectos técnicos, jurídicos ou científicos.

118 - Com relação ao Artigo 16(3), seu país tomou medidas para que Signatários que fornecem recursos genéticos tenham acesso e recebam a transferência de tecnologias que façam uso desses recursos, conforme termos mutuamente acordados?	
a) Não	X
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas	
d) Sim, legislação abrangente foi estabelecida	
e) Sim, políticas estatutárias ou legislação suplementar foram estabelecidas	
f) Sim, políticas abrangentes e arranjos administrativos foram estabelecidos	
g) Não é aplicável	

119 - Com relação ao Artigo 16(4), seu país tomou medidas para que o setor privado facilite o acesso ao desenvolvimento conjunto e transferência de tecnologias para o benefício de instituições governamentais e para o setor privado de países em desenvolvimento?	
a) Não	X
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas políticas e medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, políticas e medidas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
e) Não é aplicável	
Informações adicionais sobre as medidas tomadas.	

Quadro XV.

<p>Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo, focalizando especificamente em:</p> <p>a) Resultados e impactos das ações implementadas;</p> <p>b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;</p> <p>c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;</p> <p>d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;</p> <p>e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio</p> <p>f) Dificuldades encontradas na implementação.</p>
<p>a) Poucas medidas adotadas, que se restringem à elaboração de legislação.</p> <p>b) Não houve contribuições.</p> <p>c) Não houve contribuições.</p> <p>d) Não houve contribuições.</p> <p>e) Não houve contribuições.</p> <p>f) Falta de informações e conhecimentos: não estão ainda identificadas ofertas de tecnologias e demandas por elas.</p>

Programa de Trabalho sobre a transferência de tecnologia

E cooperação em tecnologia

120 - Seu país forneceu apoio financeiro e técnico, e treinamento para auxiliar na implementação do programa de trabalho sobre a transferência de tecnologia e cooperação em tecnologia? (decisão VII/29)	
a) Não	X
b) Não, mas programas relevantes estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, alguns programas estão sendo implementados (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, programas abrangentes estão sendo implementados (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre o fornecimento de apoio financeiro e técnico, e treinamento para auxiliar na implementação do programa de trabalho sobre a transferência de tecnologia e cooperação em tecnologia.	

121 - Seu país está tomando alguma medida para remover impedimentos desnecessários ao financiamento de iniciativas multinacionais para a transferência de tecnologia e para a cooperação científica e técnica? (decisão VII/29)	
a) Não	X
b) Não, mas algumas medidas estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as medidas para remover impedimentos desnecessários ao financiamento de iniciativas multinacionais de transferência de tecnologia e cooperação científica e tecnológica.	

122 - Seu país realizou alguma avaliação de tecnologia abordando as necessidades, oportunidades e barreiras tecnológicas nos setores relevantes, assim como as necessidades relacionadas de capacitação? (anexo da decisão VII/29)	
a) Não	X
b) Não, mas avaliações estão em curso	
c) Sim, avaliações básicas foram realizadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, avaliações abrangentes foram realizadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre avaliações de tecnologia abordando as necessidades, oportunidades e barreiras tecnológicas nos setores relevantes, assim como as necessidades relacionadas de capacitação.	

123 - Seu país realizou alguma avaliação e análise de risco dos benefícios, riscos e custos em potencial associados à introdução de novas tecnologias? (anexo da decisão VII/29)	
a) Não	X
b) Não, mas avaliações estão em curso	
c) Sim, algumas avaliações foram realizadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, avaliações abrangentes foram realizadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as avaliações e análises de risco dos benefícios, riscos e custos em potencial associados à introdução de novas tecnologias.	

124 - Seu país identificou e implementou alguma medida para desenvolver ou fortalecer os sistemas de informação apropriados para a transferência de tecnologias e cooperação tecnológica, incluindo a realização de avaliação das necessidades de capacitação? (anexo da decisão VII/29)	
a) Não	
b) Não, mas alguns programas estão sendo desenvolvidos	X
c) Sim, alguns programas foram estabelecidos e estão sendo implementados (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, programas abrangentes estão sendo implementados (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as medidas para desenvolver ou fortalecer os sistemas de informação apropriados para a transferência de tecnologias e cooperação tecnológica.	
<p>Clearing House Mechanism - CHM Brasil. Encontra-se em fase de planejamento (ver comentários da questão 133).</p> <p>Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul (ver comentários da questão 128).</p>	

125 - Seu país implementou alguma das medidas especificadas na Meta 3.2 do programa de trabalho, como uma fase preparatória para o desenvolvimento e implementação de estruturas nacionais institucionais, administrativas, legais e políticas para facilitar a cooperação, assim como o acesso a tecnologias e adaptação de tecnologias relevantes para a Convenção? (anexo da decisão VII/29)	
a) Não	X
b) Não, mas algumas medidas estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram implementadas (favor especificar abaixo)	
d) Sim, várias medidas foram implementadas (favor especificar abaixo)	
Comentários adicionais sobre as medidas implementadas como uma fase preparatória para o desenvolvimento e implementação de estruturas nacionais institucionais, administrativas, legais e políticas para facilitar a cooperação, assim como o acesso a tecnologias e adaptação de tecnologias relevantes para a Convenção.	

Quadro XVI.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

- a) Poucas medidas adotadas, que se restringem à elaboração de legislação e assinatura de acordos.
- b) Não houve contribuições.
- c) Não houve contribuições.
- d) Não houve contribuições.
- e) Não houve contribuições.
- f) Falta de informações e conhecimentos: não estão ainda identificadas ofertas de tecnologias e demandas por elas.

Artigo 17 - Intercâmbio de informações

126 - Com relação ao Artigo 17(1), seu país tomou medidas para facilitar o intercâmbio de informações de fontes publicamente disponíveis, com vistas a auxiliar a implementação da Convenção e promover a cooperação técnica e científica?	
a) Não	
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas	X
d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas	
SciELO: ver comentários Questão 90.	

A pergunta seguinte (127) é para PAÍSES DESENVOLVIDOS

127 - Com relação ao Artigo 17(1), essas medidas levam em consideração as necessidades especiais de países em desenvolvimento e incluem as categorias de informação listadas no Artigo 17(2), tais como pesquisa técnica, científica e socio-econômica, treinamento e programas de levantamento, conhecimento especializado, repatriação de informação, e etc.?	
a) Não	
b) Sim, mas não incluem as categorias de informação listadas no Artigo 17(2), tais como pesquisa técnica, científica e socio-econômica, treinamento e programas de levantamento, conhecimento especializado, repatriação de informação, e etc.	
c) Sim, e elas incluem as categorias de informação listadas no Artigo 17(2), tais como pesquisa técnica, científica e socio-econômica, treinamento e programas de levantamento, conhecimento especializado, repatriação de informação, e etc.	

Quadro XVII.

<p>Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:</p> <p>a) Resultados e impactos das ações implementadas;</p> <p>b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;</p> <p>c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;</p> <p>d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;</p> <p>e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio</p> <p>f) Dificuldades encontradas na implementação.</p>
<p>a) A realização da Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul (ver comentários da questão 128) possibilitou a troca de informações acerca das Estratégias Nacionais de Biodiversidade dos países da América do Sul. O Clearing-House Mechanism - CHM brasileiro encontra-se em fase de planejamento e estruturação.</p> <p>b) A realização da Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul (ver comentários da questão 128) contribui para o alcance do objetivo 1.3 do Plano Estratégico da Convenção. (Outros processos internacionais dão suporte ativo à implementação da convenção, em conformidade com suas respectivas linhas de ação).</p>

c) Não houve contribuições.

d) A implementação do CHM brasileiro contribui para a implementação da primeira diretriz do componente 6 (Desenvolvimento de sistema nacional de informação e divulgação de informações sobre biodiversidade). A realização da Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul contribui para a implementação da quinta diretriz do componente 7 da Política Nacional de Biodiversidade (Promoção da cooperação internacional relativa à gestão da biodiversidade, com o fortalecimento de atos jurídicos internacionais).

e) A implementação do CHM brasileiro esbarra na dificuldade de sistematizar a grande quantidade de informações disponíveis, que, todavia, encontram-se difusas.

Artigo 18 - Cooperação técnica e científica

128 - Com relação ao Artigo 18(1), seu país tomou medidas para promover a cooperação técnica e científica internacional no campo da conservação e uso sustentável da diversidade biológica?	
a) Não	
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
Informações adicionais sobre as medidas para promover a cooperação técnica e científica internacional.	
<p>Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul. Ver comentários da questão 10.</p> <p>Duas ações de cooperação internacional estão em andamento na área de pesca artesanal da SEAP. Cooperação Técnica SEAP/Agência Espanhola de Cooperação Internacional visando o desenvolvimento sustentável da pesca e mariscagem no entorno do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses; e Criação do Centro de Formação de Cultura Marinha e Pesca de Cabedelo na Paraíba, este último com a Xunta de Galícia como parceira internacional.</p> <p>Declaração Conjunta sobre Cooperação Científica e Tecnológica entre Brasil e Argentina (Buenos Aires, 21 de fevereiro de 2003). O Ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil e o Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva da República Argentina realizaram apreciação conjunta das respectivas políticas nacionais de desenvolvimento científico e tecnológico dos dois países e verificaram a existência de ampla convergência de diretrizes e objetivos, a qual possibilita o desenvolvimento de programa conjunto de cooperação de escopo binacional, sub-regional e sul-americano. Serão examinadas as oportunidades para conformação em rede de grupos, laboratórios e institutos de pesquisa em ambos os países, em áreas como: competitividade produtiva; produção e sanidade agropecuária; tecnologias da informação e comunicação; saúde; recursos renováveis e não renováveis; desenvolvimento econômico e social; incubadoras, parques e pólos tecnológicos; aeroespacial; energia atômica; entre outras, nas quais existam elementos de desenvolvimento instalados ou potenciais. São desafios para a cooperação a geração de energia, a biotecnologia para a saúde, alimentação e produção agrícola, a preservação e propagação de valores culturais, locais e regionais, o estudo e adequada exploração econômica dos recursos da biodiversidade dos dois países, entre outros diversos campos cada vez mais dependentes da ciência. Informações em http://www.mct.gov.br/legis/outros_atos/decl_bra_arg_2003.htm</p> <p>Acordos Multilaterais: O Brasil é parte dos seguintes acordos e programas multilaterais:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). ● Tratado de Assunção para a Constituição do Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul); ● Programa Cooperativo para o Desenvolvimento Tecnológico Agroalimentário e Agroindustrial do Cone Sul (Procisur); 	

Acordo Constitutivo do Instituto Interamericano para Pesquisa em Mudanças Globais;
Programa Cooperativo de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para os Trópicos Sul-Americanos (Procitrópicos);
Acordo Regional de Cooperação Científica e Tecnológica entre Países-Membros da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi);
Acordo para a Instalação de um Nó Sub-regional do Sistema Eletrônico para Intercâmbio de Informações Ambientais (UNEPnet-ALC) no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma);
Acordo para criação da Rede Interamericana de Informações em Biodiversidade (Iabin);
Acordo para criação da Rede Latinoamericana de Botânica (RLB);
Acordo entre Governos e organizações para a criação do *Consultative Group on International Agricultural Research* (CGIAR);
Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7);
Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia - *Large Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazon* (LBA);
PROSUL - Programa Sul americano de apoio às atividades de Cooperação em C&T; e
CYTED - Programa Ibero-Americano de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento

Acordos Bilaterais: O Brasil é parte de vários acordos bilaterais de cooperação técnica e científica. Os acordos com os países da América do Sul foram listados na publicação da Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente: "Estratégias Nacionais de Biodiversidade na América do Sul: Perspectivas para Cooperação Regional". O livro, publicado em 2004, está disponível na íntegra em português, inglês e espanhol:

http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=37&id_conteudo=1918

http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=37&id_conteudo=1919

http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=37&id_conteudo=1920

Outros acordos bilaterais podem ser acessados no Primeiro Relatório Nacional para a CDB (Capítulo VI - Quadro 6-1c), publicado em 1998 e disponível nos sites:

http://www.mma.gov.br/?id_estrutura=14&id_conteudo=1876

http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/relacoes/index.asp

Iniciativa Amazônica. A iniciativa amazônica é um consórcio de cooperação composto pelas principais instituições de pesquisa e desenvolvimento da região amazônica: Ministério da Agricultura, Bolívia; Embrapa, Brasil; Corpoica, Colômbia; Iniap, Equador; Inia, Peru; e Inia, Venezuela; os centros internacionais de pesquisa do CGIAR (Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional) - IPGRI, CIAT, ICRAF e CIFOR e o IICA-Procitrópicos. A Secretaria Executiva está localizada no Brasil. Tem como missão contribuir para o crescimento sustentável da região por meio da promoção de políticas e tecnologias. Seus objetivos são implementar programas colaborativos de Pesquisa e Desenvolvimento, buscando reduzir e reverter a degradação de recursos naturais na Amazônia por meio do desenvolvimento de sistemas sustentáveis, e melhorar as condições de vida das populações locais.

Edital CNPq n°. 011/ 2004 - Seleção Pública para apoio a Projetos de Pesquisa Conjuntos do Programa de Ciências do Mar, inseridos na cooperação Brasil/Alemanha, nos seguintes temas prioritários de pesquisa:

- Manejo Costeiro: as pesquisas devem ser realizadas em áreas marinhas na zona costeira, focalizando as interações dos recursos costeiros, incluindo maricultura, devendo ser desenvolvidos modelos conceituais para recomendações de gerenciamento.
- Poluição Marinha: as pesquisas devem levar em consideração a poluição como principal obstáculo para o desenvolvimento sustentável na zona costeira e a interação entre as áreas continentais, costeiras e marinhas.
- Recursos Vivos: devem ser levadas em consideração as interações com e entre ecossistemas e as conseqüências das atividades humanas sobre a biodiversidade e produtividade dos recursos vivos.
- Portos: deve ser focalizado no desenvolvimento e aplicação de modelos matemáticos para orientar a administração portuária, no que diz respeito à segurança ambiental, à eficiência econômica e responsabilidade social.

129 - Com relação ao Artigo 18(4), seu país encorajou e desenvolveu métodos de cooperação para o desenvolvimento e uso de tecnologias, incluindo tecnologias indígenas e tradicionais, na busca dos objetivos desta Convenção?

a) Não	
b) Não, mas métodos relevantes estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, métodos foram estabelecidos	X

130 - Com relação ao Artigo 18(5), seu país promoveu o estabelecimento de programas conjuntos de pesquisa e operações comerciais para o desenvolvimento de tecnologias relevantes para os objetivos da Convenção?

a) Não	
b) Sim (favor fornecer alguns exemplos abaixo)	X

Exemplos do estabelecimento de programas conjuntos de pesquisa e operações comerciais para o desenvolvimento de tecnologias relevantes para os objetivos da Convenção.

Programa LBA (Large-Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazon). O Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia (LBA) é uma iniciativa de pesquisa internacional liderada pelo Brasil. O LBA está projetado para gerar novos conhecimentos para entender o funcionamento climatológico, ecológico, biogeoquímico e hidrológico da Amazônia, o impacto das mudanças no uso da terra nesses funcionamentos e as interações entre a Amazônia e o sistema biogeofísico global da terra. O principal resultado do projeto são as publicações científicas: desde seu início, em 1999, até o fim do ano de 2004, foram publicados 451 artigos científicos. Mais informações em <http://lba.inpa.gov.br/lba>

Programa Plantas do Nordeste. Plantas do Nordeste (PNE) é um programa de pesquisa multidisciplinar voltado para o estudo da biodiversidade e uso sustentável dos recursos vegetais nativos do Nordeste Brasileiro, unindo conservação à melhoria dos ecossistemas em busca de

benefícios socioeconômicos regionais. O Programa iniciou-se em 1992 sendo resultado da colaboração Anglo-Brasileira entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), universidades, institutos governamentais de pesquisa e organizações não-governamentais no Brasil e o Real Jardim Botânico de Kew (RGB) na Inglaterra. As pesquisas desenvolvidas por este programa enfocam a região semi-árida, que ocupa cerca da metade do Nordeste do Brasil. As pesquisas são realizadas em diferentes tipos de vegetação, como por exemplo, caatingas, "brejos" e vegetação de altitude da Chapada Diamantina e incluem pesquisas sobre biodiversidade, pesquisa aplicada em botânica econômica, gerenciamento e disseminação de informação e treinamento pessoal. Estes componentes integrados favorecem o intercâmbio de informação sobre os recursos nativos da região entre cientistas, e a divulgação de soluções práticas para agências que trabalham com comunidades locais, responsáveis pelo desenvolvimento, conservação e planejamento da região. O Programa contém três subprogramas:

- Subprograma de Biodiversidade;
- Subprograma de Botânica Econômica;
- Subprograma de Informação, Disseminação e Treinamento.

Mais informações em www.plantasdonordeste.org

131 - Seu país estabeleceu conexões com organizações não-governamentais, setor privado e outras instituições que possuem bases de dados importantes ou estão realizando trabalhos significativos sobre diversidade biológica através do mecanismo de intermediação de informações [CHM – Clearing House Mechanism]? (decisão V/14)

a) Não	
b) Não, mas coordenação com ONGs relevantes, setor privado e outras instituições está em curso	
c) Sim, conexões foram estabelecidas com ONGs relevantes, setor privado e instituições	X

A pergunta seguinte (132) é para PAÍSES DESENVOLVIDOS

132 - Seu país desenvolveu o mecanismo de intermediação de informações (CHM) mais além para auxiliar os países em desenvolvimento e países com economias em transição a ganharem acesso a informações no campo da cooperação técnica e científica? (decisão V/14)

a) Não	
b) Sim, através de oportunidades de financiamento	
c) Sim, através do acesso à tecnologia e transferência de tecnologia	
d) Sim, através de instalações para cooperação de pesquisa	
e) Sim, através da repatriação de informações	
f) Sim, através de oportunidades de treinamento	
g) Sim, através da promoção de contatos com instituições e organizações relevantes, e com o setor privado	
h) Sim, através de outros meios (favor especificar abaixo)	

Comentários adicionais sobre os desenvolvimentos do mecanismo de intermediação de informações (CHM) para auxiliar os países em desenvolvimento e países com economias em transição a ganharem acesso a informações no campo da cooperação técnica e científica.

133 - Seu país usou o mecanismo de intermediação de informações (CHM) para disponibilizar informações mais úteis para pesquisadores e tomadores de decisão? (decisão V/14)	
a) Não	
b) Não, mas iniciativas relevantes estão sendo consideradas	
c) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)	X
Comentários adicionais sobre o desenvolvimento de iniciativas relevantes.	
<p>Rede Brasileira de Informações sobre Biodiversidade. O Projeto Estratégia Nacional de Biodiversidade e Relatório Nacional para a CDB tem como um de seus objetivos implementar o CHM no Brasil. Nesse sentido, foi concebida a Rede Brasileira de Informações em Biodiversidade, cuja implementação está prevista para final de 2005. São objetivos da Rede:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Cooperação: promoção e facilitação de cooperação técnica e científica. 2. Intercâmbio de Informações: o desenvolvimento de um mecanismo global para troca e integração de informações em biodiversidade. 3. Desenvolvimento de Rede: desenvolvimento dos pontos focais do CHM e de seus parceiros. 4. Aprofundamento das discussões: a Rede deve promover o aprofundamento das discussões concernentes a temas polêmicos ligados à biodiversidade, visando a geração de idéias e de opiniões. 5. Transferência de tecnologia: identificação de demandas e ofertas de tecnologias que contribuam para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, e a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos do acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados. <p>A Rede terá as seguintes atribuições:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Prover informações detalhadas e acessíveis acerca da CDB e de sua implementação no Brasil, da PNB e de sua implementação, para toda a sociedade brasileira. 2. Promover a produção, a sistematização e a ampla disseminação de informações sobre o estado da biodiversidade no nível nacional, incluindo espécies, ecossistemas, habitats, impactos sobre a biodiversidade, sistemas de conservação <i>in situ</i> e <i>ex situ</i>, áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade, programas e projetos em biodiversidade, instituições que atuam na gestão da biodiversidade, listas de espécies ameaçadas, entre outras. 3. Assessorar a implementação da PNB e de seus planos de ação, bem como auxiliar na execução do Programa Nacional da Biodiversidade (Pronabio), no que se refere à informação e à cooperação técnico-científica em biodiversidade. 4. Promover a cooperação técnica e científica e o treinamento de recursos humanos em biodiversidade em todo o País; 5. Aumentar o nível de conscientização e sensibilização pública em assuntos relacionados à diversidade biológica brasileira; 6. Promover, organizar e sediar reuniões de consulta sobre temas ligados à implementação da CDB; promover, organizar e sediar reuniões para a preparação de planos de ação e outros instrumentos relativos à implementação da PNB. <p>As atribuições e linhas de ação da Rede Brasileira de Informações em Biodiversidade foram planejadas considerando que a Rede é um mecanismo permanente de intercâmbio de informações. Cabe ao projeto BRA/97/G31, contudo, somente realizar as ações iniciais relativas à sua implementação.</p>	

Sendo assim, o projeto irá desenvolver o Portal da Biodiversidade como primeiro mecanismo de implantação da Rede Brasileira de Informações em Biodiversidade.

Rede Sul-Americana de Informações em Biodiversidade (CHM América do Sul). Foi acordado na Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul a criação de uma rede de informações em biodiversidade, construída de acordo com os princípios do CHM, que atendessem às necessidades dos países sul-americanos, bem como que promovesse a cooperação e o intercâmbio de informações entre eles. Além da proximidade geográfica, que possibilita o compartilhamento de ecossistemas, o histórico colonial dos países da América do Sul os torna semelhantes também em relação à história, economia e sociedade, de modo que os problemas que enfrentam são também semelhantes. Sendo assim, a promoção da cooperação entre eles, possibilitada pela criação dessa rede, pode gerar benefícios a todos os países, além, obviamente, de fortalecer a América do Sul.

Centro de Referência em Informação Ambiental (CRIA). O CRIA tem como meta e estratégia a disseminação de informação eletrônica, como ferramenta na organização da comunidade científica e tecnológica do País. Atua especificamente na área de informação biológica, de interesse industrial e ambiental, e pretende, por intermédio de sua atuação, contribuir diretamente para a conservação e utilização racional da biodiversidade no Brasil. O CRIA participa dos seguintes projetos:

BIOTA/FAPESP. O Programa de Pesquisas em Conservação Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo, denominado Biota/Fapesp - O Instituto Virtual da Biodiversidade é o resultado da articulação da comunidade científica do Estado de São Paulo em torno das premissas preconizadas pela CDB, assinada durante a RIO-92 e ratificada pelo Congresso Nacional em 1994.

SINBIOTA. SinBiota é um Sistema de Informação Ambiental para o Estado de São Paulo que objetiva promover e facilitar o acesso às informações sobre a biodiversidade para a comunidade científica, ao governo e à sociedade em geral, de forma a contribuir para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade. Para isso os dados sobre a biodiversidade, gerados pelos projetos vinculados ao Programa Biota-Fapesp, como também os de outras instituições não vinculadas ao Programa, estão sendo sistematizados, integrados, e também disponibilizados no Sistema de Informação Ambiental.

SPECIES LINK. Projeto financiado pela Fapesp por intermédio do programa BIOTA. Trata-se de um sistema de informação distribuído para recuperação de dados biológicos e de biodiversidade, integrando bancos de dados heterogêneos de mais de 30 coleções biológicas no Estado de São Paulo. O projeto abrange também o desenvolvimento, a divulgação e o treinamento no uso de algoritmos de modelagem de distribuição de espécies e também a implementação de aplicativos voltados para pesquisa básica em biologia, mapeamento espacial de espécies, curadoria e manutenção dos dados, e formulação de políticas ambientais, entre outros.

BIOTA NEOTRÓPICA. A revista Biota Neotropica, editada pelo Programa Biota/Fapesp. O Instituto Virtual da Biodiversidade, publica resultados de pesquisa original, vinculadas ou não ao programa, que tratam da temática conservação e uso sustentável da biodiversidade na região Neotropical.

LIFE MAPPER. Resultado de um convênio de colaboração entre o CRIA e o *Biodiversity Research*

Center da Universidade de Kansas com financiamento da NSF (*National Science Foundation*). Este projeto consiste na criação de um grande repositório de modelos de distribuição geográfica para as cerca de 100 mil espécies (incluindo espécies nativas brasileiras) contidas na rede do sistema *Species Analyst*. Os modelos são criados a partir do algoritmo genético GARP, e são computados em *Screen Savers* distribuídos nas estações de trabalho e microcomputadores pessoais de dezenas de milhares de usuários espalhados pelo mundo todo.

- DESKTOP GARP. DesktopGarp é um projeto desenvolvido em conjunto com o *Biodiversity Research Center* da Universidade do Kansas, nos Estados Unidos. É um pacote de software voltado para a pesquisa em biodiversidade e ecologia que permite ao usuário fazer previsões, modelar e analisar a distribuição geográfica de espécies selvagens.
- SICOL. O Sistema de Informação de Coleções de Interesse Biotecnológico, SICol, é fruto do Programa Nacional de Biotecnologia e Recursos Genéticos do Ministério da Ciência e Tecnologia e tem por objetivo, além de disseminar informações sobre os Centros de Recursos Biológicos do Brasil, servir de elemento integrador às diversas e diferenciadas coleções de interesse biotecnológico.
- HYDRO. Projeto em parceria com a CETESB e CENA/USP cujo objetivo é disponibilizar uma base de dados georreferenciada sobre a qualidade da água dos recursos hídricos da bacia do rio Piracicaba. Pretende-se estruturar um sistema de informação capaz de subsidiar os trabalhos de gestão de recursos hídricos na bacia, contribuindo significativamente para um melhor entendimento sobre o funcionamento dos ecossistemas da bacia, bem como para a construção de um novo paradigma sobre gerenciamento dos recursos hídricos.
- I3N. O projeto I3N tem por objetivo desenvolver uma rede de informação distribuída e interoperável sobre espécies invasoras nas Américas. No escopo da implementação da *Inter-American Biodiversity Information Network* (Iabin), foi desenvolvida uma ferramenta para a catalogação de informação que está sendo testada por organizações de 11 países (Argentina, Brasil, Bahamas, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Jamaica, México e Paraguai).
- ITIS. O projeto *Integrated Taxonomic Information System* tem como meta criar uma base de dados de fácil acesso com informação confiável sobre nomes de espécies e sua classificação hierárquica. Trata-se de uma parceria entre agências dos Estados Unidos, Canadá e México, outras organizações (entre elas o CRIA) e especialistas em taxonomia. ITIS também é um parceiro do *Species 2000* e do *Global Biodiversity Information Facility* (GBIF).
- BIOLINE INTERNATIONAL. Bioline International é um serviço de publicação eletrônica sem fins de lucro comprometido em prover o acesso a publicações de qualidade de países em desenvolvimento. É gerenciado por cientistas e bibliotecários em um trabalho cooperativo entre as Bibliotecas da Universidade de Toronto, Canadá, que faz o gerenciamento; o Centro de Referência em Informação Ambiental, CRIA, Brasil, responsável pelo armazenamento e gerenciamento dos bancos de dados; e o Bioline/UK.
- NEOFRUG. Banco de dados que reúne informações sobre as interações entre animais frugívoros e plantas da região Neotropical. Trata-se de uma iniciativa do Laboratório de Interações Vertebrados-Plantas - Unicamp com financiamento da Fapesp.

134 - Seu país desenvolveu, forneceu e compartilhou serviços e ferramentas para melhorar e facilitar a implementação do mecanismo de intermediação de informações (CHM) e melhorar mais ainda as sinergias entre Convenções relacionadas com biodiversidade? (decisão V/14)	
a) Não	X
b) Sim (favor especificar serviços e ferramentas abaixo)	
Comentários adicionais sobre serviços e ferramentas para melhorar e facilitar a implementação do mecanismo de intermediação de informações (CHM) e melhorar mais ainda as sinergias entre Convenções relacionadas com biodiversidade.	
Projeto de Sinergias das Três Convenções - Convenção sobre Diversidade Biológica, Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação e Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. Ver comentários da questão 18.	

Quadro XVIII.

<p>Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:</p> <p>a) Resultados e impactos das ações implementadas;</p> <p>b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;</p> <p>c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;</p> <p>d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;</p> <p>e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio</p> <p>f) Dificuldades encontradas na implementação.</p>
<p>a) A realização da Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul, em que os países participantes firmaram o compromisso de criar a Rede Sul-Americana de Informações em Biodiversidade (CHM América do Sul), criou possibilidades notáveis de intercâmbio de informações e experiências entre os países da América do Sul, que possuem realidades semelhantes, em áreas relacionadas à biodiversidade. O fortalecimento da cooperação sul-americana é o primeiro passo no sentido de criar as condições para que os problemas sul-americanos sejam analisados, e as soluções propostas autonomamente.</p> <p>b) A realização da Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul contribuiu para o alcance dos objetivos 1.3 e (Outros processos internacionais dão suporte ativo à implementação da convenção, em conformidade com suas respectivas linhas de ação) e 1.6 (as Partes têm colaborado, em níveis regional e subregional, para a implementação da Convenção).</p> <p>c) Não houve contribuições.</p> <p>d) A realização da Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul contribuiu para a implementação da quinta diretriz do componente 7 da PNB (Promoção da cooperação internacional relativa à gestão da biodiversidade, com o fortalecimento de atos jurídicos internacionais).</p> <p>e) Não houve contribuições.</p> <p>f) Existem grandes dificuldades em fortalecer a cooperação técnico-científica internacional entre países em desenvolvimento, e tal dificuldade relaciona-se à falta de recursos técnicos e humanos.</p>

Artigo 19 - Gerência da biotecnologia e distribuição de seus benefícios

135 - Com relação ao Artigo 19(1), seu país tomou medidas para providenciar a participação efetiva em atividades de pesquisa biotecnológica das Partes Contratantes que fornecem recursos genéticos para tais pesquisas?	
a) Não	X
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas	
d) Sim, legislação abrangente foi estabelecida	
e) Sim, política estatutária abrangente e legislação suplementar foram estabelecidas	
f) Sim, medidas políticas e administrativas abrangentes foram estabelecidas	

136 - Com relação ao Artigo 19(2), seu país tomou todas as medidas praticáveis para promover e avançar o acesso prioritário dos Signatários, em bases justas e eqüitativas, aos resultados e benefícios gerados por biotecnologias baseadas em recursos genéticos fornecidos por aqueles Signatários?	
a) Não	X
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas	
d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas	

Quadro XI X.

<p>Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:</p> <p>a) Resultados e impactos das ações implementadas;</p> <p>b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;</p> <p>c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;</p> <p>d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;</p> <p>e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio</p> <p>f) Dificuldades encontradas na implementação.</p>
<p>a) Lei de Biossegurança (Lei N°. 11.105, de 24 de março de 2005), estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados (OGM) e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança (PNB). Tem como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do princípio da precaução para a proteção do meio ambiente.</p> <p>b) Não se aplica.</p> <p>c) Não se aplica.</p> <p>d) Não se aplica.</p> <p>e) Não se aplica.</p>

f) Dificuldades identificadas: limitação da participação pública e do envolvimento de atores sociais; tratamento transversal da biodiversidade por outros setores da sociedade é limitado; falta de medidas preventivas e pró-ativas, causando políticas reativas; pouca capacidade de agir causada pelo enfraquecimento de instituições; falta de recursos humanos; falta de transferência de tecnologia e expertise; falta de capacidades em pesquisa científica adequadas para apoiar todos os objetivos; falta de conhecimento e de documentação acerca da perda da biodiversidade e dos bens e serviços providos por ela; conhecimentos científicos e tradicionais não são completamente utilizados; insuficiente disseminação de informação nos níveis nacional e internacional; falta de educação e conscientização pública em todos os níveis; falta de recursos financeiros e humanos; falta de sinergias nos níveis nacional e internacional; falta de cooperação horizontal entre atores sociais; falta de parcerias efetivas; falta de engajamento da comunidade científica; falta de capacitação das comunidades locais.

Artigo 20 - Recursos financeiros

Quadro XX.

Favor descrever, para cada um dos itens seguintes, a quantidade de recursos financeiros anuais, tanto internos quanto externos, que foram utilizados, recebidos ou fornecidos, conforme for adequado, para implementar a Convenção sobre Diversidade Biológica desde que seu país tornou-se Signatário da Convenção.	
a) Alocações orçamentárias feitas por Governos nacionais e locais, assim como por diferentes ministérios setoriais	
b) Recursos extras não-orçamentários (identificados por agência doadora)	
c) Canais bilaterais (identificados por agência doadora)	
d) Canais regionais (identificados por agência doadora)	
e) Canais multilaterais (identificados por agência doadora)	
f) Fontes privadas (identificadas por agência doadora)	
g) Recursos gerados através de instrumentos financeiros, tais como taxas para uso da biodiversidade	

Quadro XXI.

Favor descrever abaixo, em detalhe, os principais programas financiadores, tais como fundos fiduciários para a biodiversidade ou programas específicos que foram estabelecidos em seu país.

137 - Com relação ao Artigo 20(1), seu país forneceu apoio financeiro e incentivos àquelas atividades nacionais que têm o propósito de alcançar os objetivos da Convenção?	
a) Não	
b) Sim, somente incentivos (favor fornecer abaixo uma lista de tais incentivos)	
c) Sim, somente apoio financeiro	
d) Sim, apoio financeiro e incentivos (favor fornecer detalhes abaixo)	X
Comentários adicionais sobre o apoio financeiro e incentivos fornecidos.	
<p>Incentivos: ICMS ecológico é o principal incentivo na área de biodiversidade.</p> <p>Financiamento: o Plano Plurianual possui 61 programas com ações direta ou indiretamente ligadas à implementação da CDB. Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA). É o principal instrumento</p>	

do governo brasileiro na implementação da PNMA e no cumprimento de acordos e convenções internacionais sobre meio ambiente dos quais o Brasil é signatário. O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) conta com recursos oriundos de:

Acordo de Empréstimo 1013/SF-BR firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 29/04/1999. Tem por finalidade apoiar as seguintes linhas temáticas: Extensão Florestal; Gestão Integrada de Áreas Protegidas; Manejo Sustentável da Flora e da Fauna; Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros; Educação Ambiental; Amazônia Sustentável; Qualidade Ambiental e Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, por meio dos componentes Demanda Espontânea e Demanda Induzida.

Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Reino dos Países Baixos, para apoio a projetos de "Geração de conhecimentos em mudanças climáticas e desertificação".

Lei de Crimes Ambientais, que dispõe sobre sanções penais e administrativas que podem ser utilizadas contra condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. O FNMA receberá 10% das multas por crimes e infrações ambientais, arrecadas pelo Ibama.

Cota-Parte de Compensações Financeiras (Lei nº. 9.478, de 06/08/1997), recursos provenientes da participação especial, distribuídos entre outros, de 10% ao Ministério do Meio Ambiente, destinados ao desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo.

Informações em www.mma.gov.br/fnma

Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio). O objetivo principal do Funbio é catalisar recursos para o apoio a ações estratégicas de conservação e uso sustentável da biodiversidade no Brasil. Trata-se de uma associação civil sem fins lucrativos criada em outubro de 1995 com o objetivo geral de complementar as ações governamentais para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade do País, em consonância com a CDB, de âmbito mundial, e o Pronabio. Sua finalidade específica é operar um fundo para apoio financeiro e material a iniciativas associadas à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade no Brasil, a partir dos recursos doados pelo Fundo para o Meio Ambiente Global (*GEF - Global Environmental Facility*). O Funbio pode receber doações de empresas e outras instituições que tenham interesse em se associar aos esforços pela conservação da diversidade biológica e seu uso sustentável no Brasil.

Tabela. Projetos apoiados pelo Funbio até 2003.

Ano	Nº. de projetos	Desembolso (mil R\$)	Desembolso (US\$ mil)
1997	10	85	77
1998	10	1.108	953
1999	13	789	485
2000	28	1.249	1.343
2001	27	3.110	1.758
2002	41	6.112	2.299
2003	31	4.969	1.720
TOTAL	160	17.422	8.635

Fonte: Relatório Anual do Funbio (2003), http://www.funbio.org.br/publique/web/media/relatorio_2003.pdf

Nos últimos três anos, os seguintes projetos receberam apoio do Funbio:

O mico-leão preto (*Leontopithecus chrysopygus*) - Conservação da biodiversidade de fragmentos de Mata Atlântica no interior de São Paulo;

Serra das Almas e entorno: desenvolvimento de modelos para a conservação da biodiversidade da Caatinga;

Projeto Cicuta: Protegendo a Mata Atlântica no Médio Paraíba;

Melhoria da qualidade de vida por intermédio da agrobiodiversidade;

Projeto Monte Alegre: a biodiversidade em benefício da comunidade;

Educação e recuperação da Mata Atlântica no Vale do Rio Doce;

Conservando a biodiversidade por intermédio da agroecologia;

Estudando os Mecanismos de Transposição de Peixes;

O Cerrado é vida;

Beneficiamento e comercialização solidária de produtos agroflorestais da Amazônia;

Produção e comercialização de produtos agroextrativistas do Cerrado;

Agroextrativismo e processamento de polpas de frutas do Cerrado e da Caatinga;

Consolidação da Cooperativa de Produtores de Ostras de Cananéia;

Melhoria dos processos de produção e comercialização de óleos vegetais por comunidades da Floresta Nacional do Tapajós - PA;

Frutos do Cerrado;

Dinamismo econômico e uso sustentável da agrobiodiversidade: uma interdependência estratégica no processo de desenvolvimento da agricultura familiar no Centro-Sul do Paraná;

Viabilização econômica de sistemas de produção de café em bases agroecológicas no entorno da Estação Biológica de Caratinga (MG);

Apoio às organizações comunitárias e associações dos produtores artesanais do Saco de Mamanguá;

Produção orgânica de carne no Pantanal;

Manejo dos territórios quilombolas - introdução da marca Quilombola;

Oficina Escola de Lutheria da Amazônia;

Uso sustentado da tartaruga-da-amazônia por pequenos produtores rurais do médio Araguaia;

Sustentabilidade econômica com base na valorização da biodiversidade em sistemas agrícolas familiares;

Projeto Fibrarte - Sinergia para a sustentabilidade e cidadania nas Florestas Amazônica e da Mata Atlântica;

Cidadania para as comunidades amazônicas - Sinergia para a sustentabilidade e cidadania nas Florestas Amazônica e da Mata Atlântica;

Plantas medicinais e artesanato como alternativas econômicas sustentáveis - Sinergia para a sustentabilidade e cidadania nas Florestas Amazônica e da Mata Atlântica;

Inventário dos Recursos Florestais da Mata Atlântica - Sustentabilidade e certificação na Mata Atlântica;

Gestão participativa dos recursos naturais e florestais: construindo um modelo de desenvolvimento sustentável das comunidades rurais da região de Itacaré - Serra Grande;

Oficinas Caboclas do Tapajós: Manejo florestal comunitário e oficinas móveis artesanais: um

modelo de desenvolvimento para as comunidades tradicionais;

Desenvolvimento sustentável no Vale do Acre;

Programa Melhores Práticas para o Ecoturismo.

Informações sobre o Funbio em www.funbio.org.br

Fundos Setoriais do Ministério de Ciência e Tecnologia. Ver comentários da questão 89.

Fundo Estadual do Meio Ambiente (Goiás). O Fundo Estadual do Meio Ambiente (Fema) constitui-se em instrumento legal de gestão dos recursos orçamentários e financeiros para atendimento a programas, projetos e atividades relacionados ao uso racional e sustentável dos recursos ambientais no estado de Goiás. O Fema tem como princípio a gestão ambiental integrada e participativa, de formar a tornar transparentes as ações do governo na área de meio ambiente. É também instrumento de garantia de que os recursos arrecadados pela aplicação da legislação ambiental sejam efetivamente gastos em projetos que busquem a conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais. Os recursos financeiros do Fema se originam das receitas provenientes das licenças, taxas, tarifas e multas impostas nas atividades de controle ambiental e dos recursos previstos no Orçamento Geral do Estado, bem como indenizações, empréstimos, repasses, doações, subvenções, auxílios, transferências e pelo rendimento de aplicações no mercado financeiro. Informações em www.semarh.goias.gov.br/fema

Fundos estaduais. Muitos estados do Brasil possuem fundos estaduais a exemplo do Estado de Goiás. Ver comentários da questão 88.

Foram identificadas pelo Instituto População Sociedade e Natureza (ISPN) 130 fontes de financiamento para projetos em biodiversidade. Fonte: Mapeamento dos Recursos Financeiros Disponíveis para o Fomento ao Desenvolvimento Sustentável do Tocantins, Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN), http://www.ispn.org.br/catalogo_fontes.rtf

A próxima pergunta (138) é para PAÍSES DESENVOLVIDOS

138 - Com relação ao Artigo 20(2), seu país forneceu recursos financeiros novos e adicionais para habilitar os países Signatários em desenvolvimento a cumprir com seus custos incrementais acordados para implementar medidas que satisfaçam as obrigações com relação à Convenção?

a) Não

b) Sim (favor indicar a quantia anual dos recursos financeiros novos e adicionais que seu país forneceu)

Comentários adicionais sobre recursos financeiros novos e adicionais fornecidos.

A próxima questão (139) é para PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO OU PAÍSES COM ECONOMIAS EM TRANSIÇÃO

139 - Com relação ao Artigo 20(2), seu país recebeu recursos financeiros novos e adicionais para habilitá-lo a cumprir com o custo incremental total acordado da implementação das medidas que satisfazem as obrigações com relação à Convenção?	
a) Não	X
b) Sim	

140 - Seu país estabeleceu um processo para monitorar o apoio financeiro à biodiversidade, inclusive o apoio fornecido pelo setor privado? (decisão V/11)	
a) Não	X
b) Não, mas procedimentos estão sendo estabelecidos	
c) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre os processos para monitorar o apoio financeiro à biodiversidade, incluindo apoio fornecido pelo setor privado.	
Os órgãos de fomento e instituições do setor privado possuem seus respectivos relatórios de atividade e de execução financeira.	

141 - Seu país considerou alguma medida, tal como isenção de impostos dos sistemas nacionais de impostos, para encorajar o apoio financeiro à biodiversidade? (decisão V/11)	
a) Não	X
b) Não, mas isenções estão sendo avaliadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
c) Sim, isenções foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as isenções de impostos para doações relacionadas com a biodiversidade.	

142 - Seu país revisou os orçamentos nacionais e políticas monetárias, incluindo a efetividade da assistência oficial para desenvolvimento alocada para biodiversidade, com especial atenção aos incentivos positivos e seus desempenhos, assim como incentivos contrários e maneiras e meios para sua remoção ou mitigação? (decisão VI/16)	
a) Não	X
b) Não, mas a revisão está em curso	
c) Sim (favor fornecer abaixo os resultados da revisão)	
Comentários adicionais sobre a revisão de orçamentos nacionais e políticas monetárias, incluindo a efetividade da assistência oficial para desenvolvimento.	

143 - Seu país está implementando ações concretas para revisar e integrar ainda mais as considerações sobre biodiversidade no desenvolvimento e implementação das principais iniciativas internacionais de desenvolvimento, assim como nos planos nacionais de desenvolvimento sustentável e políticas e planos setoriais relevantes? (decisões VI/16 e VII/21)	
a) Não	
b) Não, mas a revisão está em curso	X
c) Sim, em algumas iniciativas e planos (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, em iniciativas e planos principais (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre a revisão e integração das considerações sobre a biodiversidade em iniciativas, políticas e planos relevantes.	
Plano Plurianual do Governo Federal (2004-2007). Ver comentários das questões 70 e 137.	

144 - Seu país está intensificando a integração da diversidade biológica nos programas setoriais de desenvolvimento e assistência? (decisão VII/21)	
a) Não	
b) Não, mas programas relevantes estão sendo desenvolvidos	X
c) Sim, em alguns programas setoriais de desenvolvimento e assistência (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, em programas setoriais principais de desenvolvimento e assistência (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre a integração da biodiversidade em programas setoriais de desenvolvimento e assistência.	
Plano Plurianual do Governo Federal (2004-2007). Ver comentários das questões 70 e 137.	

A próxima pergunta (145) é para PAÍSES DESENVOLVIDOS

145 - Favor indicar com um "X" na tabela abaixo em quais áreas seu país forneceu apoio financeiro para países em desenvolvimento ou países com economia em transição. Favor descrever com maiores detalhes no espaço abaixo se necessário.	
Áreas	Apoio fornecido
a) Realização de avaliações nacionais ou regionais dentro da estrutura da Avaliação Ecosistêmica do Milênio (decisão VI/8)	
b) Conservação <i>in-situ</i> (decisão V/16)	
c) Aumento da capacidade nacional para estabelecer e manter os mecanismos para proteger o conhecimento tradicional (decisão VI/10)	
d) Conservação <i>ex-situ</i> (decisão V/26)	
e) Implementação da Estratégia Global para a Conservação de Plantas (decisão VI/9)	
f) Implementação das Diretrizes de Bonn (decisão VI/24)	
g) Implementação do programa de trabalho sobre agrobiodiversidade (decisão V/5)	
h) Preparação do primeiro relatório sobre a Situação dos Recursos Genéticos Animais Globais (decisão VI/17)	
i) Apoio ao trabalho dos mecanismos existentes para a coordenação regional e ao desenvolvimento de redes ou processos regionais e sub-regionais (decisão VI/27)	
j) Desenvolvimento de parcerias e outros meios para fornecer o apoio necessário para a implementação do programa de trabalho sobre a diversidade biológica de terras secas e sub-úmidas (decisão VII/2)	
k) Apoio financeiro para as operações do Mecanismo Coordenador da Iniciativa Global de Taxonomia (decisão VII/9)	
l) Apoio à implementação do Plano de Ação sobre Capacitação, conforme consta no anexo da decisão VII/19 (decisão VII/19)	
m) Apoio à implementação do programa de trabalho sobre diversidade biológica montana (decisão VII/27)	
n) Apoio à implementação do programa de trabalho sobre áreas protegidas (decisão VII/28)	
o) Apoio ao desenvolvimento dos indicadores nacionais (decisão VII/30)	
p) Outros (favor especificar)	
Informações adicionais sobre o apoio financeiro fornecido a países em desenvolvimento e países com economias em transição.	

A próxima pergunta (146) é para PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO OU PAÍSES COM ECONOMIA EM TRANSIÇÃO

146 - Favor indicar com um "X" na tabela abaixo as áreas nas quais seu país se candidatou a fundos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), de países desenvolvidos e/ou de outras fontes. A mesma área pode ter mais de uma fonte de apoio financeiro. Favor descrever com maiores detalhes no espaço abaixo se necessário.			
Áreas	Propostas de financiamento apresentadas para		
	GEF	Bilateral	Outros
a) Preparação de estratégias nacionais de biodiversidade ou planos de ação	X		
b) Auto-avaliação da capacidade nacional para implementar a Convenção (decisão VI/27)	X		
c) Ações prioritárias para implementar a Iniciativa Global de Taxonomia (decisão V/9)			
d) Conservação <i>in-situ</i> (decisão V/16)	X	X	X
e) Desenvolvimento de estratégias nacionais ou planos de ação para lidar com espécies exóticas (decisão VI/23)			
f) Conservação <i>ex-situ</i> , estabelecimento e manutenção de instalações para conservação <i>ex-situ</i> (decisão V/26)			
g) Projetos que promovem medidas para implementar o Artigo 13 (Educação e Conscientização da População) (decisão VI/19)			
h) Preparação de relatórios nacionais (decisões III/9, V/19 e VI/25)	X		
i) Projetos para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica de águas continentais (decisão IV/4)	X		
j) Atividades para a conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade (decisão V/5)			
k) Implementação do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (decisão VI/26)			
l) Implementação da Iniciativa Global de Taxonomia			
m) Implementação dos Princípios e Diretrizes de Adis Abeba para o uso Sustentável da Biodiversidade			
n) Outros (favor especificar)			
Informações adicionais sobre a apresentação de propostas para obter apoio financeiro.			
<p>O Brasil recebe grande parte do financiamento para as ações voltadas à conservação da biodiversidade do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environmental Facility - GEF). A seguir, estão listados os principais projetos GEF no Brasil:</p> <p>a) "Projeto Nacional de Biodiversidade (PROBIO)", Projeto regular implementado através do Banco Mundial, executado no Brasil pelo MMA/SBF e CNPq;</p>			

- b) "Estratégia Nacional de Biodiversidade e Relatório Nacional", Projeto regular implementado através do PNUD, Contrato (BRA/97/G31), executado no Brasil pelo MMA/SBF; c) "Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)", Projeto regular implementado através do Banco Mundial, executado no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas - FGV;
- d) "Programa de Pequenos Projetos - Cerrado", Projeto de médio porte implementado através do PNUD & UNOPS, executado no Brasil pelo ISPN (Instituto Sociedade População e Natureza);
- e) "Estabelecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural no Cerrado Brasileiro", Projeto de médio porte, implementado através do UNDP e executado no Brasil pela FUNATURA; f) "Alternativas ao Uso do Fogo na Agricultura (Fase I e II)" Projeto regular implementado através do PNUD, executado no Brasil pela;
- g) "Conservação e Manejo Sustentável da Biodiversidade do Subsolo (Fase I)" Projeto regular implementado através do PNUMA, executado no Brasil pela Universidade Federal de Lavras;
- h) "Pessoas, Manejo do Solo e Mudanças Climáticas" Projeto regular implementado através do PNUMA, executado no Brasil pela Universidade Federal do Pará - UFPA;
- i) "Fundo de Capital de Risco para a Biodiversidade da América Latina - Fundo Terra Capital" Projeto regular que financiou atividades de uso sustentável através do Banco Mundial & CFI, executado no Brasil pela A2R Ltda. e Sustainable Development Inc.;
- j) "Sistema de Indicadores para Ecossistemas Áridos e Semi-Áridos na América Latina" Projeto de médio porte implementado através do PNUMA, executado no Brasil pela Fundação Grupo Esquel;
- l) "Práticas de Manejo Integrado de Bacias Hidrográficas para o Pantanal e Bacia do Alto Rio Paraguai" Projeto regular implementado através do PNUMA & OEA, executado no Brasil pelo MMA/ANA;
- m) "Programa Global de Manejo de Água de Lastro - Globallast" Projeto regular implementado através do PNUD & IMO, executado no Brasil pelo MMA/SQA;
- n) "Programa de Áreas Protegidas da Região Amazônica" Projeto regular implementado através do Banco Mundial, executado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO em parceria com o Ministério do Meio Ambiente - MMA/SBF e IBAMA;
- o) "Conservação da Biodiversidade e Uso Sustentável nas Florestas de Fronteira do Noroeste do Mato Grosso" Projeto regular implementado através do PNUD, executado pela FEMA-MT e Pró-Natura;
- p) "Demonstrações de Manejo Integrado de Ecossistemas e Bacias Hidrográficas na Caatinga" Projeto regular implementado através do PNUD, executado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA/SBF;
- q) "Projeto Biodiversidade do Paraná" Projeto regular implementado através do banco Mundial, executado pelo Governo do Estado do Paraná;
- r) "Manejo Integrado de Ecossistemas em Paisagens Produtivas do Norte-Noroeste Fluminense (Rio de Janeiro)" Projeto regular implementado através do Banco Mundial, executado pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural do Rio de Janeiro (SEAAPI);
- s) "Construindo a Rede Inter-Americana de Informação sobre Biodiversidade - IABIN", Projeto regular de atividades de apoio, implementado através do Banco Mundial e executado no Brasil pelo MMA/SBF [projeto regional envolvendo os seguintes países: Antígua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, República

Dominicana, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Saint Kitts e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e as Granadinas, Trinidad e Tobago, Uruguai, Venezuela].

O Brasil está ainda negociando com o GEF a aprovação de mais 12 projetos na área de biodiversidade:

- a) "Manejo Integrado de Biodiversidade de Água Doce e Recursos Aquáticos na Amazônia - AquaBio", projeto em negociação com o Banco Mundial & UNESCO, com um PDF-B aprovado pelo GEF, a ser implementado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA/SBF e parceiros;
- b) "Conservação da Biodiversidade e Uso Sustentável de Ecossistemas de Mangue de Importância Mundial em Áreas Protegidas do Brasil", projeto em negociação com o PNUD, a ser implementado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA/SBF e parceiros [essa proposta substitui a projeto regional "Preservando a Biodiversidade e o Valor Sócio-Econômico de Ecossistemas de Mangue na América Tropical", que teve um PDF-B anterior aprovado pelo GEF para o Brasil, Colômbia, Costa Rica e Equador];
- c) "Programa Cerrado Sustentável", projeto em negociação com o Banco Mundial e preliminarmente aprovado (*Pipeline Approved*), a ser implementado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA/SBF e pelos governos estaduais de Goiás, Tocantins e Distrito Federal;
- d) "Rio Formoso - Proteção e Manejo Integrado de Bacia Hidrográfica" Projeto de médio porte através do Banco Mundial, implementado pela EMBRAPA SOLOS & Conservation International do Brasil;
- e) "Restauração do Ecossistema de Matas Ciliares em São Paulo", projeto em negociação com o banco Mundial, a ser implementado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente de São Paulo (SMA);
- f) "Conservação da Biodiversidade para Contribuir para o Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul", projeto em negociação com o Banco Mundial, a ser implementado pelo governo estadual do Rio Grande do Sul;
- g) "Conservação e Manejo de Polinizadores para uma Agricultura Sustentável através de uma Abordagem Ecosistêmica", projeto em negociação com o PNUMA & FAO, com um PDF-B aprovado pelo GEF para o Brasil, Gana, Índia, Quênia, Nepal, Paquistão e África do Sul, a ser implementado no Brasil pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA/SBF e parceiros;
- h) "Fornecimento e Uso de Informações sobre Taxonomia de Plantas, essenciais para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Neotropical", projeto em negociação com o PNUD & PNUMA, com um PDF-A aprovado pelo GEF para o Brasil, Colômbia e México, a ser implementado no Brasil pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA/SBF e parceiros;
- i) "Observatórios da Floresta: Uma rede internacional para o Monitoramento da Biodiversidade de Dossel e Mudanças Climáticas" Projeto em negociação com o PNUMA, envolvendo os países: Brasil, Gana, Índia, Madagascar e Malásia, a ser implementado no Brasil pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA;
- j) "Manejo Integrado e Conservação de Ecossistemas com Predominância de Gramíneas em países do Mercosul do Cone Sul da América do Sul", projeto em negociação com o Banco Mundial, envolvendo os países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, a ser implementado pela ONG BirdLife International;
- k) "Implementando a Estratégia Mundial para a Conservação de Plantas: Identificação de Espécies

Ameaçadas de Plantas e Proteção de Áreas Importantes para Plantas em Dez Países Prioritários" Projeto em negociação com o PNUMA, envolvendo os países: Brasil, Colômbia, Costa Rica, Equador, Gabão, Madagascar, Marrocos, República Democrática do Lao, Filipinas, Rússia, Sri Lanka e Turquia;

l) "Integrando a Conservação da Biodiversidade na Produção e Venda do Café através de Parcerias com o Setor Privado", projeto em negociação com o PNUD, envolvendo os países: Guatemala, Honduras, Brasil, El Salvador e Peru.

Em resumo, o Brasil terá implementado, até final de 2005, 18 projetos em biodiversidade financiados pelo GEF. Desses, três têm abrangência nacional (Estratégia Nacional de Biodiversidade, Probio e Funbio), sete são projetos globais, e oito têm abrangência sub-nacional (um para a Amazônia, três para o Cerrado, um para o Pantanal, um para a Caatinga e dois para a Mata Atlântica).

Quadro XXII.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste artigo e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

a) A atuação de fundos como o FNMA e o Funbio têm se mostrado importante para a implementação da CDB e de outras convenções ambientais. Pode-se afirmar que a maior parte das ações voltadas à implementação da CDB é realizada com recursos de fora do Brasil, principalmente do GEF.

b) As iniciativas apontadas contribuem para o alcance do objetivo 2 do Plano Estratégico da Convenção (*Que as Partes melhorem suas capacidades financeiras, humanas, científica, técnica e tecnológica para implementar a Convenção*). Embora a maior parte dos recursos que o Brasil dispõe para implementar a CDB seja proveniente de fontes externas, tais recursos são cruciais para que o Brasil adquira capacidade, autonomia e recursos para implementar a Convenção.

c) As iniciativas apontadas contribuem para o alcance do objetivo 11 das metas da CDB para 2010 (*Que as Partes melhorem suas capacidades financeiras, humanas, científica, técnica e tecnológica para implementar a Convenção*).

d) As iniciativas apontadas contribuem para a implementação do componente 7 da PNB.

e) As ações contribuem para o alcance do objetivo 7 (Garantir a sustentabilidade ambiental) e 8 (Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento) dos ODMs.

f) Falta de recursos, pobreza.

D. ÁREAS TEMÁTICAS

147 - Favor utilizar a escala abaixo para indicar o nível dos desafios enfrentados por seu país para implementar os programas de trabalho temáticos da Convenção (biodiversidade marinha e costeira, agrobiodiversidade, biodiversidade de florestas, biodiversidade de águas continentais, terras secas e sub-úmidas, e biodiversidade montana).

3 = Grande Desafio

1 = Desafio Pequeno

2 = Desafio Médio

0 = Desafio foi superado com sucesso

N/A = Não aplicável

Desafios	Programa de Trabalho					
	Agricultura	Floresta	Ecossistema marinho e costeiro	Ecossistema águas continentais	Terras secas e sub-úmidas	Montanha
Falta de vontade política e apoio político	2	2	3	3	3	2
Participação pública e envolvimento de lideranças limitados	2	2	2	2	2	3
Falta de transversalidade e integração das questões de biodiversidade em outros setores	3	3	3	3	3	3
Falta de medidas de precaução e pró-ativas	3	2	3	3	3	3
Capacidade inadequada para agir, causada por fraqueza institucional	3	3	3	3	3	3
Falta de transferência de tecnologia e conhecimento	2	2	3	2	3	3
Perda de conhecimento tradicional	3	3	3	3	3	3
Falta de capacidade adequada de pesquisa científica para apoiar todos os objetivos	2	2	2	2	2	2

Falta de conhecimento e informações acessíveis	2	2	2	2	2	2
Falta de educação e conscientização da população em todos os níveis	3	2	3	3	3	3
Os conhecimentos científico e tradicional não são plenamente utilizados	3	3	3	3	3	3
A perda de biodiversidade e dos bens e serviços correspondentes fornecidos por ela não é apropriadamente conhecida e documentada	3	3	3	3	3	3
Falta de recursos financeiros, humanos e técnicos	2	2	3	3	3	3
Falta de medidas de incentivos econômicos	3	3	3	3	3	3
Falta de repartição de benefícios	3	3	3	3	3	3
Falta de sinergias nos níveis nacional e internacional	3	2	2	2	3	2
Falta de cooperação horizontal entre lideranças	2	2	2	2	2	2
Falta de parcerias efetivas	2	2	2	2	2	2
Falta de comprometimento da comunidade científica	2	2	2	2	2	2
Falta de políticas e leis apropriadas	2	2	2	2	3	2
Pobreza	3	3	3	3	3	3
Pressão populacional	3	3	3	3	3	3
Padrões insustentáveis de consumo e produção	3	3	3	3	3	3

Falta de capacidade para comunidades locais	3	3	3	3	3	3
Falta de conhecimento e prática em abordagem ecossistêmica de manejo	3	3	3	3	3	3
Pouca capacidade de execução da legislação	3	3	3	3	3	3
Desastres naturais e mudanças ambientais	2	2	2	2	2	2
Outros (favor especificar)						

Ecosistemas de águas continentais

148 - Seu país incorporou os objetivos e atividades relevantes do programa de trabalho nos seguintes instrumentos, e implementou-os? (decisão VII/4)				
Estratégias, políticas, planos e atividades	N ã o	Sim, parcialmente integrados mas não implementados	Sim, plenamente integrados e implementados	N / A
a) Suas estratégias de biodiversidade e planos de ação		X		
b) Políticas e estratégias de áreas úmidas		X		
c) Manejo integrado de recursos hidrológicos e planos de uso eficiente da água sendo desenvolvidos de acordo com o parágrafo 25 do Plano de Implementação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável	X			
d) Coordenação e cooperação intensificadas entre atores nacionais responsáveis por ecossistemas de águas continentais e diversidade biológica		X		
Comentários adicionais sobre a incorporação dos objetivos e atividades do programa de trabalho				
Fundo Setorial de Recursos Hídricos (CT-HIDRO). Capacitação de recursos humanos e desenvolvimento de produtos, processos e equipamentos com propósito de aprimorar a utilização dos recursos hídricos, por meio de ações nas áreas de gerenciamento de recursos hídricos, conservação de água no meio urbano, sustentabilidade nos ambientes brasileiros e uso integrado e eficiente da água. Como executores há a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Conselho Nacional de				

Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Os recursos são 4% da compensação financeira atualmente recolhida pelas empresas geradoras de energia elétrica (equivalente a 6% do valor da produção e geração de energia elétrica).

Mais informações em: http://www.mct.gov.br/Fontes/Fundos/cts/cthidro/ct_hidro.htm

Política Nacional de Biodiversidade (PNB).

O componente 1 da PNB tem por objetivo gerar, sistematizar e disponibilizar informações para a gestão da biodiversidade nos biomas e seu papel no funcionamento e na manutenção dos ecossistemas terrestres e aquáticos, incluindo as águas jurisdicionais. Promover o conhecimento da biodiversidade brasileira, sua distribuição, seus determinantes, seus valores, suas funções ecológicas e seu potencial de uso econômico. O objetivo específico 1.11 do componente 2 prevê o estabelecimento de uma iniciativa nacional para conservação e recuperação da biodiversidade de águas interiores, da zona costeira e da zona marinha.

O objetivo específico 2.18 do componente 4 da PNB prevê o apoio a estudos de impacto sobre a biodiversidade nas diferentes bacias hidrográficas, sobretudo nas matas ribeirinhas, cabeceiras, olhos d'água e outras áreas de preservação permanente e em áreas críticas para a conservação de recursos hídricos.

O objetivo específico 3.11 do componente 4 da PNB prevê a promoção da recuperação, revitalização e conservação da biodiversidade nas diferentes bacias hidrográficas, sobretudo nas matas ribeirinhas, nas cabeceiras, nos olhos d'água, em outras áreas de preservação permanente e em áreas críticas para a conservação de recursos hídricos.

Política Nacional de Recursos Hídricos

A Lei das Águas instituiu em 1997 a Política e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A Lei das Águas tem como seu primeiro objetivo definido assegurar a disponibilidade de água de qualidade às gerações futuras, invocando o conceito de desenvolvimento sustentável. A Lei das Águas estabelece diretrizes para sua implementação: a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão ambiental; a articulação da gestão dos recursos hídricos com o uso do solo; integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas costeiros e estuarinos e a articulação do planejamento de recursos hídricos com os setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional. A Lei das Águas define que a gestão dos recursos hídricos brasileiros tem como unidade a bacia hidrográfica, abordagem inovadora nos sistemas de gestão ambiental brasileiros. A Lei prevê, também, participação pública nos processos decisórios, por meio do estabelecimento de comitês de bacia. O Programa de Acompanhamento da Implementação da Política de Recursos Hídricos no Brasil visa identificar as ações necessárias ao processo decisório e à implementação da Política de Recursos Hídricos no País. <http://www.mma.gov.br/port/srh/index.cfm>

Projeto Manejo Integrado da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos na Amazônia (AquaBio). Os ecossistemas dos rios amazônicos de águas claras e pretas e suas planícies de inundação - alvos do projeto - contêm uma rica diversidade de flora e fauna aquática, de importância global. Cerca de 58% da Bacia Amazônica se situa no Brasil, colocando-o na condição de um dos países de maior riqueza em biodiversidade do mundo. Dados preliminares indicam que a Bacia

Amazônica abriga aproximadamente 30% dos peixes de água doce, sendo a maior parte endêmica. Embora menores, porcentagens altamente significativas da fauna mundial de anfíbios, répteis, aves aquáticas e invertebrados ocorrem na Amazônia. Atualmente as principais ameaças para a biodiversidade aquática amazônica são a conversão das áreas inundáveis (várzeas e igapós) para agricultura e pastagens, a exploração madeireira indiscriminada, as mudanças dos regimes fluviais decorrentes de reservatórios hidrelétricos e canais de navegação (hidrovias), a deterioração da qualidade da água pelos garimpos, efluentes urbanos, industriais e agrotóxicos. Os objetivos do projeto são: promover ações estratégicas para a implantação da Gestão Integrada da Biodiversidade Aquática e dos Recursos Hídricos (GIBRAH); e gerar e compartilhar experiências que promovam, em longo prazo, a GIBRAH na Amazônia.

Mais informações em <http://www.mma.gov.br/port/sbf/chm/aquabio/aquabio.html>

Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (PROVARZEA). Ver comentários questão 72.

Combate ao mexilhão dourado. Ver comentários questão 47.

Agência Nacional de Águas (ANA). A ANA (<http://www.ana.gov.br>) é o órgão responsável pela regulação do uso das águas interiores brasileiras. A instituição executa uma série de programas visando a melhoria da gestão das águas, dentre os quais podem ser destacados pela importância para a conservação e uso sustentável da biodiversidade:

- PROBACIAS. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas. O Programa registrou significativos avanços em 2004, especialmente no tocante à consolidação dos principais instrumentos do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, decorrentes dos esforços técnicos e da estruturação de articulações com os agentes envolvidos. Além dos resultados alcançados em parceria com os estados brasileiros, cuja maioria já dispõe de legislação sobre política e sistema de gerenciamento de recursos hídricos, também ocorreu um processo de significativa ampliação da atuação no âmbito das bacias hidrográficas. Foram consolidados Planos de Recursos Hídricos para bacias estratégicas, promoveu-se a estruturação das bases de dados georreferenciados para o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos (Hidro). Ocorreram avanços na base legal que proporciona a sustentabilidade do processo de cobrança pelo uso de recursos hídricos, principalmente com a instituição da Lei nº. 10.881, de junho de 2004, que dispõe sobre o Contrato de Gestão com a entidade delegatária das funções de Agência de bacias, dentre outros importantes avanços que vêm sendo implementados junto aos comitês de bacias.

- CONSERVAÇÃO, USO RACIONAL E QUALIDADE DAS ÁGUAS. O Programa de conservação e uso racional da água visa: (a) preservar as disponibilidades de água na natureza, por intermédio de medidas de conservação de solo e água no âmbito das bacias hidrográficas; (b) reduzir as perdas nas estruturas de fornecimento de água para as mais diversas aplicações, por intermédio da implementação de tecnologias adequadas, incentivos e instrumentos econômicos que estimulem a maior eficiência do uso da água em processos de produção especialmente na irrigação, no saneamento e na indústria; (c) minimizar os desperdícios de água buscando a racionalidade e o aproveitamento no limite das reais necessidades; (d) reduzir o consumo promovendo a reciclagem da

água em circuitos abertos ou fechados; (e) reduzir as quantidades de novas vazões captadas nas coleções hídricas naturais, por intermédio da utilização da prática do reuso de forma adequada e em bases sustentáveis; (f) preservar a qualidade da água na natureza, condicionando adequadamente as águas residuárias antes de sua disposição nas coleções hídricas.

- PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS (Prodes). De modo a incentivar a implantação de estações de tratamento de esgotos, com a finalidade de reduzir os níveis de poluição dos recursos hídricos no País, e ao mesmo tempo induzir à implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, definido pela Lei nº. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, a ANA criou, em março de 2001, o Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes). O Prodes, também conhecido como "Programa de Compra de Esgoto Tratado", é uma iniciativa inovadora: não financia obras ou equipamentos, paga pelo esgoto efetivamente tratado. O Prodes consiste na concessão de estímulo financeiro pela União, na forma de pagamento pelo esgoto tratado, a prestadores de serviço de saneamento que investirem na implantação e operação de Estações de Tratamento de Esgotos (ETE). O contrato de pagamento pelo esgoto tratado é firmado pelo Governo Federal, por intermédio da ANA, diretamente com o prestador do serviço de saneamento - entidade pública ou privada. A liberação dos recursos se dá apenas a partir da conclusão da obra e início da operação da ETE. Nesse contrato são estipulados os níveis de redução das cargas poluidoras pretendidas com a implantação e operação da ETE, o valor do estímulo financeiro a ser aportado pela ANA, bem como o cronograma de desembolso. O valor do aporte financeiro da ANA é equivalente a 50% do custo do investimento da ETE. Apesar de o Brasil ter historicamente subsidiado a construção de obras de saneamento, os resultados decorrentes das ações governamentais nesse campo por vezes não têm alcançado os objetivos principais. Uma das razões do problema está no modelo de subsídio adotado, cujo foco é a obra. Quando se transfere este foco para os resultados, como propõe o Prodes, os problemas citados tendem a ser minimizados.

Informações em <http://www.ana.gov.br/prodes>

- PROGRAMA DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O GERENCIAMENTO INTEGRADO DO PANTANAL E BACIA DO ALTO PARAGUAI (PAE; GEF-PANTANAL). O PAE é um instrumento de curto prazo, com ações estratégicas devidamente priorizadas a serem implementadas a partir da sua aprovação pelo Governo brasileiro, GEF, PNUMA e OEA. As ações estratégicas constantes do PAE são aquelas fundamentais para a implantação de estruturas ou instrumentos que permitam o gerenciamento integrado da Bacia, correção de problemas críticos, recuperação de situações-limite e assegurem sustentabilidade ambiental. O PAE possibilita o preenchimento de lacunas na gestão dos recursos naturais, a partir da identificação de vetores estruturantes como biodiversidade, meio hídrico e ação antrópica. Estes vetores levam o PAE a olhar o Pantanal e a bacia do Alto Paraguai pelo ângulo da ecorregião e da sua sustentabilidade, de forma a cobrir os vários aspectos ambientais envolvidos e, especialmente, dar ênfase aos recursos hídricos. Assim, o PAE, a ser cumprido no período 2004-2007, objetiva propor um conjunto de ações para estabelecer o gerenciamento integrado e, por meio dele: promover o fortalecimento institucional e a participação pública; melhorar o funcionamento ambiental do ecossistema; contribuir para o desenvolvimento sustentável da região e, em particular, dos recursos hídricos regionais. Também neste contexto a elaboração do PAE irá contribuir para a constituição de instâncias locais de gestão das bacias hidrográficas, como prescrito na Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Mais informações em <http://www.ana.gov.br/gefap>

- PROGRAMA GEF SÃO FRANCISCO. O Projeto GEF São Francisco tem como objetivo principal a preparação de um programa de ações estratégicas, considerando as causas da degradação progressiva que atinge a bacia e afeta os ecossistemas costeiros, complementando, dessa maneira, projetos de larga escala do governo brasileiro. Trata-se do Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado da Bacia do Rio São Francisco e de sua Zona Costeira (PAE). O GEF tem como agência implementadora o PNUMA (Programação das Nações Unidas para o Meio Ambiente), e como agências executoras, a OEA e a ANA, sendo esta última a agência executora nacional, e aquela, internacional. De modo a se estudar os problemas críticos identificados na Bacia, as ações dos Subprojetos do Projeto GEF São Francisco foram divididos em quatro componentes: Análise Ambiental da Bacia e de sua Zona Costeira; Participação Pública e das Instituições; Desenvolvimento da Estrutura Organizacional; e Formulação do Programa de Gerenciamento Integrado da Bacia Hidrográfica. Mais informações em <http://www.ana.gov.br/gefsf>

Programa Desenvolvimento Sustentável do Pantanal. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da bacia do Alto Paraguai, incentivando atividades econômicas ambientalmente compatíveis com o ecossistema. O programa é executado pela Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente.

Programa Água Doce. Executado pela WWF-Brasil, o programa tem como objetivos:

- Desenvolver modelos de manejo de bacias hidrográficas e trabalhar para a ampliação das áreas úmidas protegidas através da criação de UCs.
- Auxiliar na reestruturação da administração dos recursos hídricos no País, promovendo uma visão da água como um sistema vivo que deve ser preservado para o bem de toda a sociedade no presente e no futuro.
- Propiciar a gestão integrada dos recursos hídricos no País de forma a satisfazer a demanda da sociedade, ao mesmo tempo em que assegure a conservação dos ecossistemas de água doce.
- Fortalecer as políticas públicas e instituições responsáveis pela gestão dos recursos hídricos, promovendo uma abordagem ecossistêmica da bacia hidrográfica.
- Desenvolver modelos de funcionamento de Comitês de Bacias prioritários, enfocando e fortalecendo a participação da sociedade civil, uso integrado do solo e gestão de recursos hídricos.
- Implementar e documentar modelos de manejo de diversos recursos aquáticos.
- Conscientizar o grande público, governos e o setor privado da importância de conservar e gerir os recursos hídricos, visando a otimização de seus diversos usos e a manutenção dos processos ecológicos naturais.
- Desenvolver programas de Educação Ambiental junto às comunidades ribeirinhas em bacias hidrográficas prioritárias.

O projeto realiza suas ações em parceria com diversos setores da sociedade brasileira, a começar pela ANA, responsável por implementar a Lei N° 9.433 que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Ao longo de suas ações, o Programa selecionará áreas para trabalhar com projetos demonstrativos de campo de acordo com estudos-base que identificarão setores críticos de consumo e degradação de água. Estão programadas avaliações periódicas sobre a situação dos recursos hídricos brasileiros, incluindo análises da qualidade ambiental e dos processos de gestão e atividades de Educação

Ambiental específicas sobre o tema.

http://www.wwf.org.br/projetos/default.asp?module=tema/programa_agua.htm

Projeto Águas Puras. Executado pela Fundação Terra Mirim (FTM), de 2001 a 2003. O Projeto teve como objetivo identificar a qualidade ambiental da sub-bacia do rio Itamboatá (tributário do rio Joanes, Município de Simões Filho/BA), desenvolvendo ações de recuperação e preservação de suas margens, com a participação de seus usuários, por meio de práticas educativas e de gestão ambiental. Informações em www.terramirim.org.br

Mapeamento e Caracterização Biótica de Remanescentes Naturais e Semi-naturais em Bacias Hidrográficas do Rio Grande do Sul. O projeto pretende elaborar o diagnóstico da situação atual da cobertura vegetal e da fauna associada, no âmbito das bacias hidrográficas do Estado, indicando as necessidades de preservação dos ecossistemas e de recuperação de *habitats*, recomendações de limitação de uso, constituindo-se excelente instrumento de planejamento do uso do espaço e dos recursos naturais da bacia. Pretende, ainda, assessorar os comitês de bacias hidrográficas na elaboração dos planos diretores de bacias e programas como mar de dentro, Bacia do Uruguai, Litoral Norte e Pró-Guaíba. Informações em www.fzb.rs.gov.br

Programa de Conservação da Bacia Hidrográfica do Rio Cuiabá-MT. O Programa da Bacia do Cuiabá é executado pela *The Nature Conservancy*, e consiste de quatro componentes que, integrados, promovem a conservação dos ecossistemas aquáticos da bacia e o uso sustentável da água e dos seus recursos naturais. O componente de recuperação de áreas degradadas nas cabeceiras do rio Cuiabá irá promover a restauração de matas ciliares por meio de práticas de replantio de mudas nativas, terraceamento, isolamento de áreas erodidas, implantação de viveiros nos municípios e programas de extensão e treinamento para produtores. O componente de manejo ecologicamente sustentável da água irá promover a restauração do regime hidrológico natural do rio Cuiabá envolvendo os atores direta ou indiretamente relacionados ao uso da água na bacia. O componente de conservação dos recursos pesqueiros será desenvolvido por meio de um sistema de monitoramento por rádio-telemetria da espécie bio-indicadora *Salminus maxillosus*, o dourado. Os resultados do monitoramento serão importantes para a definição dos padrões de vazões naturais e da conservação dos ambientes de reprodução do dourado, resultando em atividades sustentáveis de pesca na bacia. Finalmente, o componente de conservação de terras privadas na bacia irá promover o desenvolvimento de instrumentos econômicos inovadores para a proteção da biodiversidade em terras privadas na região.

Projeto Nascentes do Paraguaçu. O Projeto está sendo implementado no alto curso da bacia hidrográfica do rio Paraguaçu e abrange 16 municípios. O objetivo do projeto é melhorar a qualidade e garantir a disponibilidade hídrica do Alto Curso da Bacia do Paraguaçu, contribuindo para o desenvolvimento regional sustentável e a melhoria da qualidade de vida. Além disso, visa promover o uso de técnicas agropecuárias ambientalmente sustentáveis e executar ações de vigilância ambiental em saúde com ênfase em agrotóxicos e fertilizantes e água para consumo humano; proteger as áreas de nascentes e preservar e/ou recuperar as áreas de matas ciliares junto a pequenas propriedades;

promover a gestão integrada dos resíduos sólidos, atuando sobre o planejamento, a operação dos serviços e a destinação final adequadas. As ações do projeto têm como base a criação de uma rede local de participação, incorporando e fortalecendo as iniciativas locais no desenvolvimento de todas as etapas.

Melhoria do Sistema de Monitoramento de Qualidade de Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu para seu Efetivo Instrumento de Controle Ambiental. A bacia hidrográfica do rio Paraguaçu foi escolhida como área-piloto, entre outros motivos, pela sua extensão, pela diversidade dos recursos hídricos, e pela existência de problemas ambientais diversos, como mineração, garimpo e projetos de irrigação marginais aos cursos d'água, além de atividades poluidoras que requerem rigoroso controle ambiental. O objetivo geral do Programa é a ampliação do conhecimento da qualidade e quantidade das águas da bacia, por meio da ampliação e operacionalização de uma Rede Básica de Monitoramento para melhorar o sistema de gestão e o controle das atividades impactantes e subsidiar a formulação de políticas de proteção dos recursos hídricos existentes, visando a proteção das comunidades aquáticas e a melhoria de qualidade de vida das populações dos municípios inseridos na bacia. Objetiva ainda a capacitação de técnicos para a gestão de recursos hídricos, a disponibilização da informação sobre qualidade e quantidade das águas em formato útil à tomada de decisão nos diversos níveis da sociedade; e a promoção da integração de atores envolvidos no processo de gestão dos recursos hídricos e controles ambientais. Como principais resultados têm-se a reestruturação da rede de monitoramento, com a ampliação da malha amostral para 49 pontos de coleta. O projeto possibilita ainda a maior integração do Centro de Recursos Ambientais (CRA) com Superintendência de Recursos Hídricos (SRH), na gestão dos recursos hídricos, viabilizando a realização de estudos para a Utilização do Banco de Dados de Recursos Hídricos (BDRH), operacionalizado pelo SRH, para armazenamento dos dados de qualidade e geração de produtos. Estão previstos também a divulgação de metadados, de quadro resumo com dados primários das análises das amostras e de mapa temático interativo.

149 - Seu país identificou as prioridades para cada atividade do programa de trabalho, incluindo cronogramas, com relação a metas direcionadas a resultados? (decisão VII /4)

a) Não

b) Metas direcionadas a resultados foram desenvolvidas mas as atividades prioritárias não foram desenvolvidas

c) Atividades prioritárias foram desenvolvidas, mas as metas direcionadas a resultados não foram desenvolvidas

X

d) Sim, metas abrangentes direcionadas a resultados e atividades prioritárias foram desenvolvidas

Comentários adicionais sobre a adoção de metas direcionadas a resultados e prioridades para as atividades, incluindo o fornecimento de uma lista de metas (se desenvolvidas).

Embora o Brasil não tenha definido metas correlatas às metas do programa de trabalho, as várias ações que vem realizando em gestão de águas interiores contribuem de forma significativa para a implementação do programa de trabalho, dado que as ações ambientais brasileiras orientam-se pelos

dispositivos da CDB e de outros tratados ambientais internacionais, incluindo a Agenda 21. Considerando que tais tratados estão em conformidade entre si, as ações de gerenciamento de recursos hídricos, por exemplo, embora não se dirijam diretamente à conservação da biodiversidade, guiam-se por princípios que a favorecem. Os comentários da questão anterior, acerca da PNB e da PNRH permitem observar as prioridades brasileiras referentes à gestão da biodiversidade, dos recursos hídricos e suas interfaces.

150 - Seu país está promovendo sinergias entre esse programa de trabalho e atividades relacionadas da Convenção de Ramsar, assim como com a implementação do Programa Conjunto de Trabalho (CDB-Ramsar), em nível nacional? (decisão VII/4)

a) Não aplicável (país não é Signatário da Convenção de Ramsar)	
b) Não	
c) Não, mas medidas potenciais foram identificadas para estabelecer sinergias e para a implementação conjunta	X
d) Sim, algumas medidas foram tomadas para a implementação conjunta (favor especificar abaixo)	
e) Sim, medidas abrangentes foram tomadas para a implementação conjunta (favor especificar abaixo)	

Comentários adicionais sobre a promoção de sinergias entre o programa de trabalho e atividades relacionadas da Convenção de Ramsar, assim como com a implementação do Programa Conjunto de Trabalho (CDB-Ramsar), em nível nacional.

O Decreto Presidencial s/nº, de 23 de outubro de 2003, criou o Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU). Este Comitê é composto por representantes de órgãos governamentais (MRE, todas as secretarias do MMA, assessoria especial da ministra do MMA, ANA, Ibama, Funai, Abema), dos Sítios Ramsar, do ponto focal da CDB no Brasil, do setor empresarial (CNA), da comunidade acadêmica e científica e de organizações não-governamentais.

Diagnóstico Nacional de Áreas Úmidas, em elaboração, resultado de parceria entre o WWF. Este diagnóstico tem como objetivo construir uma visão sobre o estado da arte dos principais tipos de zonas úmidas brasileiras, fornecer recomendações sobre legislação necessária para melhor conservação desses ambientes e apontar potenciais áreas para comporem a Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional. Ou seja, de uma maneira geral, este diagnóstico visa fornecer embasamento técnico para a definição de políticas nacionais e para a construção de uma estratégia nacional para as zonas úmidas.

Sítios RAMSAR reconhecidos:

- Reserva de Desenvolvimento Sustentado Mamirauá (AM), com 1.124.000ha;
- Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense (MA), com 1.775.035ha;
- Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS), com 34.400ha;
- Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses (MA), com 2.680.911ha;
- Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luiz (MA), com 34.556ha;
- Parque Nacional do Araguaia (TO), com 562.312ha;
- Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense (MT), com 135.000ha;

Reserva Particular do Patrimônio Natural do SESC Pantanal, com 87.871,44ha.

Duas linhas de financiamento de projetos foram estabelecidas visando a implementação da Convenção de Ramsar: FUNDO DE PEQUENAS DOAÇÕES (*SMALL GRANT FUND*) e ZONAS ÚMIDAS PARA O FUTURO (*WETLANDS FOR THE FUTURE*)

No âmbito da cooperação pode-se destacar a proposta de projeto, a ser financiado pelo GEF, intitulado "Aves aquáticas migratórias como indicadores de qualidade da conservação e do manejo em Zonas Úmidas do Cone da América do Sul", juntamente com Cemave/Ibama. No âmbito da cooperação pode-se destacar a proposta de projeto, a ser financiado pelo GEF, intitulado "Aves aquáticas migratórias como indicadores de qualidade da conservação e do manejo em Zonas Úmidas do Cone da América do Sul", juntamente com Cemave/Ibama. Nos últimos anos, os compromissos assumidos pelo Brasil diante da Convenção estão sendo implementados de forma gradativa, com a realização das atividades relacionadas diretamente a: disponibilização de informações, articulação, participação em eventos, planejamento de um Sistema Integrado de Zonas Úmidas envolvendo os cinco países que a compõem a bacia hidrográfica do Prata, parceria para instalar "Salas Verdes" nos sítios Ramsar, além de publicações. Mais informações em <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/ramsar.html>

Elaboração de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Marinhas e Costeiras Federais: no período de 2002 a 2004 foram elaborados ou revisados os planos de manejo das seguintes unidades

- Reserva Biológica de Comboios (2002);
- Estação Ecológica de Carijós (2002);
- Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (2003);
- Parque Nacional da Lagoa do Peixe (2004);
- Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (2004);
- Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (2004).

Planos de Manejo em elaboração:

- Área de Proteção Ambiental de Cairuçu;
- Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha;
- Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba;
- Parque Nacional da Tijuca;
- Estação Ecológica de Tamoios;
- Reserva Biológica do Atol das Rocas.

RUMAR: Ver comentários questão 38.

151 - Seu país tomou providências para melhorar os dados nacionais sobre: (decisão VII/4)			
Questões	Sim	Não	Não, mas o desenvolvimento está em curso
a) Bens e serviços fornecidos por ecossistemas de águas continentais?			X
b) Os usos relacionados às variáveis socio-econômicas desses bens e serviços?			X
c) Aspectos hidrológicos básicos do suprimento de água relacionados com a manutenção do funcionamento do ecossistema?			X
d) Espécies e todos os níveis taxonômicos?			X
e) Sobre ameaças às quais estão sujeitos os ecossistemas de águas continentais?			X
Comentários adicionais sobre o desenvolvimento de conjuntos de dados, e particularmente uma lista de conjuntos de dados desenvolvidos, caso você tenha respondido "SIM" acima.			
<p>Centro de Referência de Áreas Úmidas. Desenvolvido pela Ecoa - Ecologia e Ação, tem o objetivo de socializar informações sobre estas regiões, facilitando o acesso aos mais diversos setores sociais. Seu acervo está sendo constantemente ampliado, e é constituído por diversos tipos de materiais como livros, periódicos, folhetos, projetos, programas, relatórios, avaliações independentes, monografias, teses, vídeos, mapas, entre outros. http://www.riosvivos.org.br/crau/</p> <p>Situação e ações prioritárias para a conservação de banhados e áreas unidas da zona costeira. O estudo avaliou o estado do conhecimento e da conservação da biodiversidade ao longo da costa brasileira, dividida em 45 unidades. Os resultados estão disponíveis em http://www.bdt.fat.org.br/workshop/costa/banhado</p> <p>Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (Nupaub). Centro interdisciplinar de pesquisa ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo, criado em 1988 (inicialmente um Programa de Pesquisa) para estudar as relações entre populações humanas e áreas periodicamente inundáveis do Brasil. Foram definidas como áreas prioritárias de pesquisa:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Diversidade biológica e cultural em áreas inundáveis costeiras e continentais; ● Produção e reprodução de comunidades humanas tradicionais; ● Conflitos entre comunidades humanas e Áreas Naturais Protegidas; ● Estratégias para uso sustentável de recursos naturais. <p>O Nupaub publicou 25 livros desde sua criação. Mais informações em http://www.usp.br/nupaub</p> <p>Estudos limnológicos das lagoas das Serras Norte e Sul, na Floresta Nacional de Carajás. Executado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), tem o objetivo de estudar os ambientes aquáticos lênticos das Serras Norte e Sul de Carajás, para que, ampliando o conhecimento científico, seja possível melhor entender a estrutura e o funcionamento destes ambientes. De posse destes</p>			

conhecimentos busca-se definir ações que visem compatibilizar a sua conservação, com o uso racional das áreas onde se encontram, tanto em decorrência das atividades desenvolvidas pela CVRD, quanto por outras instituições. O projeto teve início em 2004 e previsão de encerramento em 2008. Seus principais resultados são:

- Elaboração de um Programa de Limnologia para a Floresta Nacional de Carajás;
- Publicações científicas e apresentação de resultados em congressos e eventos científicos similares;
- Mapas de caracterização limnológica dos ambientes aquáticos;
- Listagens da biodiversidade com classificação dos ambientes aquáticos;
- Desenvolvimento de um Programa de Limnologia para a Floresta Nacional de Carajás, incluindo estudos aprofundados e Educação Ambiental.

152 - Seu país promoveu a implementação das diretrizes na avaliação rápida da diversidade biológica de ecossistemas de águas continentais? (decisão VII/4)

a) Não, as diretrizes não foram revistas	X
b) Não, as diretrizes foram revistas e consideradas inapropriadas	
c) Sim, as diretrizes foram revistas e a sua implementação/promoção está pendente	
d) Sim, as diretrizes foram promovidas e implementadas	

Comentários adicionais sobre a promoção e implementação das diretrizes na avaliação rápida da diversidade biológica de ecossistemas de águas continentais.

Quadro XXIII.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste programa de trabalho e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

a) A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), ao adotar a bacia hidrográfica como unidade de gestão, descentralizando a gestão dos recursos hídricos, e ao garantir a participação pública nos processos de tomada de decisão, tem trazido importantes resultados, que se refletem na conservação da biodiversidade das águas interiores. A PNRH tem promovido a articulação horizontal (entre os diversos programas do Governo Federal) e vertical, minimizando, assim, a realização de ações em duplicidade e promovendo a sinergia das iniciativas. Sendo assim, pode-se considerar que a gestão das águas interiores no Brasil encontra-se em desenvolvimento. Valoração da água como bem econômico. Outorga de uso e Planos de Gerenciamento e Classificação de águas.

b) Não houve contribuições diretas.

c) As iniciativas apontadas contribuem para o alcance do objetivo 8 (manter a capacidade de ecossistemas de fornecer bens e serviços e apoiar modos de vida) das metas da CDB para 2010.

d) As iniciativas apontadas contribuem para a implementação dos seguintes objetivos da PNB:

Objetivo específico 2.18 do componente 4 da PNB (*apoio a estudos de impacto sobre a biodiversidade nas diferentes bacias hidrográficas, sobretudo nas matas ribeirinhas, cabeceiras, olhos d'água e outras áreas de preservação permanente e em áreas críticas para a conservação de recursos hídricos*).

Objetivo específico 3.11 do componente 4 da PNB (*promoção da recuperação, revitalização e conservação da biodiversidade nas diferentes bacias hidrográficas, sobretudo nas matas ribeirinhas, nas cabeceiras, nos olhos d'água, em outras áreas de preservação permanente e em áreas críticas para a conservação de recursos hídricos*).

e) Considerando que a PNRH propõe a gestão dos recursos hídricos de forma integrada com outros elementos da realidade sociopolítica econômica de cada bacia hidrográfica, é possível se afirmar que sua implementação contribui de forma indireta para o alcance de todos os objetivos dos ODMs. Até o estágio atual de desenvolvimento da gestão dos recursos hídricos no Brasil, pode-se considerar que contribui para o alcance dos seguintes objetivos:

- Objetivo 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome.
- Objetivo 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
- Objetivo 4. Reduzir a mortalidade na infância.
- Objetivo 7. Garantir a sustentabilidade ambiental.

f) Os principais impedimentos identificados para a Conservação do Ecossistema de Águas Interiores foram: 1) grandes desafios - poucas medidas preventivas e pró-ativas; capacidade de ação diminuída devido à fraqueza institucional; perda de conhecimento tradicional; carência de educação pública e conhecimento em todos os níveis; conhecimento científico e tradicional existentes, não são totalmente utilizados; pouco entendimento e documentação da perda de biodiversidade, bem como dos benefícios associados; carência de recursos financeiros, humanos e técnicos; carência de medidas econômicas de incentivo; pouca repartição de benefícios; pobreza; pressão populacional; consumo e padrões de produção insustentáveis; falta de capacitação das comunidades locais; carência de conhecimento e prática para iniciativas de manejo ecossistêmico; baixa capacidade de execução da legislação; 2) desafios medianos - limitada participação pública e envolvimento dos interessados; baixa representatividade e integração dos temas afetos à biodiversidade junto aos demais setores; limitada transferência de tecnologia e experiências; baixo acesso ao conhecimento e informação; carência de sinergia nos níveis nacional e internacional; baixa cooperação horizontal entre os envolvidos; carência de parcerias efetivas; baixo engajamento da comunidade científica; desastres naturais e mudanças ambientais; 3) desafios medianos/menores - dificuldades em adequar a capacidade de pesquisa científica a fim de alcançar todos os objetivos.

Diversidade Biológica Marinha e Costeira Geral

153 - As estratégias e planos de ação do seu país incluem os seguintes temas? Favor usar um "X" para indicar sua resposta. (decisões II/10 e IV/15)	
a) Implementação de novas áreas protegidas marinhas e costeiras	X
b) Melhora do manejo das áreas protegidas marinhas e costeiras existentes	X
c) Capacitação dentro do país para o manejo de recursos marinhos e costeiros, inclusive através de programas educacionais e iniciativas direcionadas de pesquisa (se sim, favor descrever no quadro abaixo os tipos de iniciativa)	X
d) Instituição de gerenciamento integrado marinho e costeiro (incluindo o manejo de áreas de captura) de forma a reduzir as cargas de sedimentos e nutrientes lançadas no ambiente marinho	X
e) Proteção de áreas importantes para a reprodução, tais como áreas de desova e berçários	X
f) Melhora do tratamento de esgoto e outros tratamentos de resíduos	X
g) Controle da pesca excessiva e de práticas de pesca destrutivas	X
h) Desenvolvimento de políticas abrangentes para o oceano (se sim, favor indicar no quadro abaixo o estágio atual de desenvolvimento)	X
i) Incorporação de conhecimentos locais e tradicionais no manejo de recursos marinhos e costeiros (se sim, favor descrever no quadro abaixo os arranjos de manejo)	X
j) Outros (favor especificar abaixo)	X
k) Não aplicável	
Favor descrever com maiores detalhes as atividades acima e listar outras ações prioritárias relacionadas à conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha e costeira.	
<p>Documento Básico para uma Política Nacional de Ciência e Tecnologia do Mar. Ver comentários da questão 15.</p> <p>Projeto Tamar. Ver comentários da questão 34.</p> <p>Programa Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros (Proecos). Ver comentários da questão 37.</p> <p>Integração da Gestão das Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas de Santa Catarina. Ver comentários da questão 38.</p> <p>Potenciais Impactos Ambientais do Transporte de Petróleo e Derivados na Zona Costeira Amazônica (Piatam MAR). Ver comentários da questão 108.</p> <p>Programa de Despoluição das Bacias Hidrográficas (Prodes). Ver comentários da questão 148.</p>	

Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima. Ver comentários da questão 154.

Projeto Educado - Ambientes de Aprendizagem Cooperativa Para Educação Ambiental em Áreas Costeiras Usando a Web como Suporte. O projeto visa a formação continuada de professores do Ensino Fundamental por meio da inserção da dimensão ambiental no currículo escolar, utilizando como ferramenta as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O projeto atua por meio da realização de cursos, palestras, saídas de campo, oficinas, atividades lúdicas e de percepção do ambiente. Mais informações em <http://www.cehcom.univali.br/educado/>

Ver também comentários das questões 154, 156 e 157.

Implementação de Gerenciamento Integrado das Áreas Marinha e Costeira

154 - Seu país estabeleceu e/ou fortaleceu os arranjos institucionais, administrativos e legais para o desenvolvimento do manejo integrado dos ecossistemas marinho e costeiro?	
a) Não	
b) Primeiros estágios de desenvolvimento	X
c) Estágios avançados de desenvolvimento	
d) Arranjos estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
e) Não aplicável	
Comentários adicionais sobre o estágio atual da implementação do manejo integrado das áreas marinha e costeira.	
<p>A estratégia, a política e os planos nacionais referentes à gestão integrada da zona costeira e marinha e à proteção desses ambientes são implementados, sob supervisão do MMA, por intermédio do Projeto de Gestão Integrada dos Ambientes Costeiro e Marinho, no âmbito do Programa de Gerenciamento Ambiental Territorial (PGT), da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos (SQA). No que se refere a Programas e Projetos específicos para gestão integrada da zona costeira e marinha, e a seus objetivos e metas, o Brasil dispõe do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto ORLA), e o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (Revizee).</p> <p>Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (Gerco). O Gerco está sendo implementado por meio do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), instituído pela Lei nº 7.661, de 16/05/88, e cujos detalhamentos e operacionalização são objeto da Resolução nº 005/97 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), de 03/12/97. Em dezembro de 2004, foi publicado o Decreto nº 5.300, de 07/12/04, que regulamenta a Lei nº 7.661, a fim de aprimorar sua aplicabilidade e atender às demandas técnicas para a efetiva implementação de ações de gestão na Zona Costeira. O MMA coordena a ação dos estados costeiros e municípios. Desse modo, foi possível estabelecer ações efetivas de ordenamento territorial, com o zoneamento ecológico-econômico de mais de 40% do território que abrange a Zona Costeira, a elaboração de planos de gestão em 15 dos 17 estados litorâneos, a operacionalização de um sistema de informações, com núcleos nos estados e na</p>	

Coordenação Nacional. Na esfera federal, além da função coordenadora das ações estaduais e municipais (assistência técnica permanente, fortalecimento institucional e acompanhamento dos projetos) procura-se rearticular as políticas cujos efeitos incidem sobre a zona costeira, de forma a compatibilizá-las com diretrizes de desenvolvimento sustentável e com as ações efetivadas por iniciativa dos estados e municípios. Ação que culminou na elaboração de um Plano de Ação Federal, articulando intersetorialmente esta esfera de governo, com a previsão de ações integradas de curto, médio e longo prazo. Este Plano foi desenvolvido no âmbito do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-Gerco), fórum de integração das ações federais voltadas à zona costeira, que funciona no âmbito da CIRM, sob a coordenação do MMA. Este fórum conta com a participação de setores federais, de representantes dos estados, municípios e das organizações não-governamentais de regiões costeiras representadas no Conama. O trabalho intersetorial é reforçado, também, pela Câmara Técnica Permanente do Gerenciamento Costeiro, no âmbito do Conama, em especial naquelas ações de revisão e aperfeiçoamento dos aspectos legais e normativos aplicáveis ao Gerco. No âmbito do PNGC, foram realizadas as seguintes ações nos estados litorâneos brasileiros:

Tabela. Ações do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro no litoral brasileiro.

ESTADO	AÇÕES REALIZADAS
AMAPÁ	Todo o Litoral (69.842 Km ²) – diagnóstico preliminar Plano de Desenvolvimento Sustentável Lei Estadual de Gerenciamento Costeiro
PARÁ	Costa Atlântica do Salgado Paraense (15.200 Km ²) – diagnóstico
MARANHÃO	Golfão Maranhense (7.570 Km ²) - zoneamento Plano de Manejo do Parcel de Manoel Luís Plano de Contingência da Baía de São Marcos Setor de Geoprocessamento
PIAUÍ	Todo o Litoral (4.633 Km ²) – diagnóstico preliminar
CEARÁ	Litoral Leste (4.684 Km ²) - zoneamento Litoral Oeste (3.848 Km ²) - zoneamento Plano de Gestão do Setor Leste Plano de Gestão do Setor Oeste
RIO GRANDE DO NORTE	Litoral Oriental (4.932 Km ²) - zoneamento Plano Estadual de Gestão Costeira Projeto de Manejo (DUNAS) Projeto de Fiscalização Integrada Lei Estadual de Gerenciamento Costeiro Setor de Geoprocessamento
PARAÍBA	Litoral Norte (1.100 Km ²) – diagnóstico Litoral Sul (1.539 Km ²) – zoneamento Plano de Gestão do Município de Cabedelo Plano de Gestão da Região Metropolitana de João Pessoa Parâmetros de Licenciamento Ambiental Litorâneo Minuta de Anteprojeto de Lei sobre o PEGC
PERNAMBUCO	Litoral Sul (2.097 Km ²) - zoneamento preliminar – zoneamento da APA de Guadalupe Plano de Gestão do Litoral Sul Ação Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos (Movimento Onda Limpa) APA dos Corais
ALAGOAS	Litoral Norte (578 Km ²) - zoneamento Plano de Gestão do Litoral Norte Plano de Gestão do Complexo Estuarino Lagunar Mundaú-Manguaba APA dos Corais
SERGIPE	Litoral Sul (2.496 Km ²) - zoneamento Plano Estadual de Gestão Costeira
BAHIA	Litoral Norte (7.890 Km ²) - zoneamento Salvador/Bahia de Todos os Santos (4.835 Km ²) - zoneamento Litoral Sul (28.884 Km ²) - zoneamento Anteprojeto de Lei do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro Setor de Geoprocessamento
ESPÍRITO SANTO	Litoral Norte (4.248 Km ²) – diagnóstico e zoneamento Litoral Centro/Grande Vitória (1.450 Km ²) – diagnóstico e zoneamento Litoral Sul (894 Km ²) – diagnóstico e zoneamento Plano de Gestão do Litoral Norte Setor de Geoprocessamento

RIO DE JANEIRO	Região dos Lagos (2.695 Km ²) - diagnóstico Macroplano de Gestão (Sepetiba e Ilha Grande) Plano Estadual de Gestão Costeira Setor de Geoprocessamento
SÃO PAULO	Litoral Norte (2.474 Km ²) - zoneamento Vale do Ribeira (13.243 Km ²) – zoneamento Complexo Estuarino e Lagunar Iguape, Cananéia e Ilha Comprida (3.287 Km ²) - diagnóstico Plano Estadual de Gestão Costeira Plano de Gestão da APA de Cananéia e Peruíbe Subsídios a Planos Diretores Municipais Lei Estadual Normas para a Instalação de Marinas Setor de Geoprocessamento
PARANÁ	Todo o Litoral (5.594 Km ²) – zoneamento Plano Estadual de Gestão Costeira Plano de Gestão da APA de Guaqueçaba Plano de Gestão da Ilha do Mel Lei de Ordenamento do Uso do Solo e do Litoral
SANTA CATARINA	Litoral Norte (4.051 Km ²) – diagnóstico concluído Litoral Centro (1832,3 Km ²) – zoneamento Litoral Sul (3497 Km ²) – zoneamento Plano Estadual de Gestão Costeira Anteprojeto de Lei Setor de Geoprocessamento
RIO GRANDE DO SUL	Litoral Norte (3.700 Km ²) - zoneamento

<http://www.mma.gov.br/port/sqa/projeto/gerco/capa/corpo.html> e <http://www.secirm.mar.mil.br/pngc/pngct.htm>

Projeto Tamar (Programa Nacional de Conservação e Pesquisa das Tartarugas Marinhas). Ver comentários da questão 34.

Tartarugas Marinhas - O Centro Tamar. Ver comentários da questão 34.

Projeto Baleia Jubarte. Ver comentários da questão 34.

Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima. Uma ação conjunta entre a Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA/MMA) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU/MP), criou o Projeto Orla com a finalidade de assistir tecnicamente aos municípios e capacitar os gestores locais para aplicação de metodologia para o planejamento de intervenções na orla marítima, com a geração de instrumentos e ações locais de caráter normativo, institucional e gerencial. Seu objetivo principal é promover o disciplinamento de usos e de ocupação na orla marítima brasileira, de forma compartilhada com as três esferas administrativas, compatibilizando os mais diferentes interesses políticos, sociais, econômicos e ambientais. A concepção de gestão adotada pelo Projeto, tem como base a Lei n° 7661/88, que institui o PNGC, e a Lei n° 9636/98, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, incluindo os localizados na orla marítima. As diretrizes do Projeto Orla são:

- Inovar a gestão ambiental/patrimonial, por meio da solução de conflitos e da descentralização de decisões legitimadas no âmbito de fóruns colegiados.
- Estimular a gestão compartilhada da orla priorizando arranjos interinstitucionais nos diferentes níveis de governo.
- Dinamizar a implantação de instrumentos de cessão patrimonial para os municípios, com a contrapartida de que os mesmos façam a gestão da orla de forma compatível com o conceito de patrimônio coletivo, atendendo aos interesses locais, sem perder de vista o interesse nacional.

O projeto abrange toda a costa e atende 57 municípios.

Mais informações em http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=11&id_conteudo=483

Programa Revizee. Ver comentários da questão 156.

Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado de São Paulo. O decreto nº. 47.303 criou as condições legais para a elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e das propostas de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da região litorânea do Estado. Um dos objetivos do Plano de Gerenciamento Costeiro, instituído em 2002, é a elaboração do ZEE do Litoral Paulista. O Plano abrange 36 municípios, correspondendo a uma área aproximada de 21 mil km², e uma extensão de 700km de orla marítima, entre as divisas com os Estados do Rio de Janeiro e Paraná. O litoral paulista constitui uma das regiões com as mais altas taxas demográficas e de urbanização do País. O permanente incremento das atividades portuárias, industriais e turísticas tem o potencial de agravar os conflitos socioambientais da região, realçando a importância estratégica do gerenciamento. O decreto efetivou a criação do Grupo de Coordenação Estadual e dos Grupos Setoriais de Coordenação do Litoral Norte, da Baixada Santista, do Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape-Cananéia e do Vale do Ribeira. A medida atendeu ao disposto na Lei nº. 10.019, de 3 de julho de 1998, criando formalmente os instrumentos para a elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e das propostas de ZEE da região litorânea do Estado. O Grupo de Coordenação Estadual será integrado por 24 membros, representando em igual quantidade secretarias do governo, os municípios costeiros e entidades da sociedade civil organizada. Este grupo terá a atribuição de elaborar e atualizar o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro, apreciar e compatibilizar as propostas de ZEE e os Planos de Ação e Gestão que forem elaborados pelos Grupos Setoriais de Coordenação. Fonte: www.funbio.org.br

155 - Seu país implementou o manejo de recursos marinhos e costeiros baseado em ecossistemas, por exemplo, através da integração do gerenciamento costeiro e gerenciamento de bacias hidrográficas, ou através do gerenciamento integrado e multidisciplinar da costa e do oceano?

a) Não	X
b) Primeiros estágios de desenvolvimento	
c) Estágios avançados de desenvolvimento	
d) Arranjos estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
e) Não aplicável	

Comentários adicionais sobre o estado atual da implementação de manejo ecossistêmico dos recursos marinhos e costeiros.

Ver comentários das questões 153 e 154.

Recursos Vivos da Área Marinha e Costeira

156 - Seu país identificou os componentes de seus ecossistemas marinhos e costeiros que são críticos para seu funcionamento, assim como as ameaças àqueles ecossistemas?	
a) Não	
b) Planos para uma avaliação abrangente dos ecossistemas marinhos e costeiros foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
c) Uma avaliação abrangente está atualmente em curso	X
d) Componentes críticos dos ecossistemas foram identificados, e planos de manejo estão sendo desenvolvidos para eles (favor fornecer detalhes abaixo)	
e) Planos de manejo para componentes importantes dos ecossistemas marinhos e costeiros foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
f) Não aplicável	
Comentários adicionais sobre o estado atual da avaliação, monitoramento e pesquisa relacionados aos ecossistemas marinhos e costeiros, assim como às ameaças a eles.	
<p>Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM). Executado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), o Plano tem como objetivo primordial o conhecimento e a avaliação da potencialidade dos recursos vivos e não-vivos das áreas marinhas sob jurisdição nacional e adjacentes, visando à gestão e ao uso sustentável desses recursos. O Plano está na sua sexta versão e foi aprovado pelo Decreto nº 5.382/2005. O VI PSRM, com vigência até 2007, compõe-se dos seguintes programas: Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos; Maricultura Sustentável; Capacitação Tecnológica e Profissional na Atividade Pesqueira; Desenvolvimento e Difusão de Novas Tecnologias de Pesca e do Pescado; Avaliação da Potencialidade Mineral da Plataforma Continental Jurídica Brasileira (Remplac); Monitoramento Oceanográfico e Climatológico; Arquipélago de São Pedro e São Paulo. Informações em www.secirm.mar.mil.br</p> <p>Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM). As diretrizes gerais para a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) foram determinadas pela Presidência da República em 1980, mas a PNRM foi atualizada e aprovada pelo Decreto N° 5.377/2005. Nas mais de duas décadas transcorridas desde a promulgação da PNRM, os cenários nacional e internacional relativos aos mares, oceanos e zonas costeiras sofreram alterações notáveis, particularmente em relação à moldura jurídica global, em função, principalmente, da entrada em vigor da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), em novembro de 1994. Assim sendo, tornou-se necessária a atualização da PNRM. A PNRM tem por finalidade orientar o desenvolvimento das atividades que visem à efetiva utilização, exploração e aproveitamento dos recursos vivos, minerais e energéticos do Mar Territorial, da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental, de acordo com os interesses nacionais, de forma racional e sustentável para o desenvolvimento socioeconômico do País, gerando emprego e renda e contribuindo para a inserção social.</p> <p>Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva (Revizee). Aprovado em 1994 no âmbito da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), o Revizee objetiva o levantamento dos potenciais sustentáveis de captura dos</p>	

recursos vivos na ZEE, de forma a atingir as seguintes metas: inventariar os recursos vivos na ZEE e as características ambientais de sua ocorrência; determinar sua biomassa; e estabelecer os potenciais de captura sustentável. O desenvolvimento dos trabalhos não foi uniforme ao longo de todas as regiões, em função das especificidades locais e dos recursos humanos e meios flutuantes disponíveis. Periodicamente, foram realizadas "Reuniões de Integração", para apresentação dos resultados parciais do Revizee e definição de atividades, necessidades e cronogramas para prosseguimento do Programa (1996, 1998, 2001 e 2003). Além disso, os Sub-comitês Regionais de Pesquisa (SCOREs) também vêm realizando reuniões e seminários regionais, para integração de informações e estabelecimento de estratégias para execução dos trabalhos. As fontes de financiamento do Programa são do MMA, Ibama e Marinha do Brasil-MB/SECIRM. O CNPq contribui com a alocação de bolsas, e o MME, por meio da Petrobrás, fornece combustível para as campanhas. Os principais resultados do programa são:

- Publicação dos resultados técnico-científicos do Revizee;

- Definição de potenciais sustentáveis de captura para estoques já explorados pela pesca comercial, mas, até então, insuficientemente conhecidos;

- Campanhas ambientais, para as áreas de oceanografia física, química, geológica e biológica; e

- Prospecções Pesqueiras. <http://www.mma.gov.br/revizee>

Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS). Criado pela Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI), em cooperação com a Organização Meteorológica Mundial (OMM) e com o PNUMA, tendo em vista os dispositivos da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) e da Agenda 21. O Brasil ratificou a CNUDM e aderiu à Agenda 21, em cujo capítulo 17, reconhece a necessidade de se desenvolver um Sistema Global de Observação para melhor compreender e monitorar as mudanças nos oceanos e suas influências. Considerando a extensão da área marítima de interesse nacional sobre a qual se deve garantir o desenvolvimento sustentável, o Brasil houve por bem definir sua participação, criando o Programa Piloto GOOS/Brasil. A motivação deste Programa, cuja duração está prevista até o ano 2007, quando se espera que seja implantado definitivamente, é a necessidade de se implementar, sistematizar e tornar plenamente operacional a coleta, a análise e a transmissão de dados em toda a área oceânica em relação à qual o Brasil exerce direitos de soberania e jurisdição, gerando-se produtos de impacto socioeconômico para o País. Informações em <http://labmet.io.usp.br/goos-br/>

Programa Recursos do Mar. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é levantar e compilar dados e informações relativas ao relevo e aos recursos do mar da plataforma continental brasileira, a fim de atender às necessidades da defesa naval e à exploração comercial desses recursos. O programa é executado pela SECIRM e pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. O desenvolvimento de pesquisas científicas no Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) reveste-se de enorme importância científica, ecológica, econômica, social e política para o País. Do ponto de vista científico, a sua posição geográfica estratégica, entre os hemisférios norte e sul e os continentes africano e americano, atribui ao ASPSP uma condição única para a realização de pesquisas, contribuindo para melhor entender os intrincados processos ecológicos e geológicos do ASPSP e dos sistemas insulares em outras partes do mundo. Considerando a área biológica, espera-se

obter resultados relevantes quanto aos processos que geraram a diversidade e o endemismo das espécies encontradas na região, assim como identificar novas espécies e entender o processo de dinâmica populacional e diferenças biológicas entre espécies insulares e continentais. Quanto aos estudos relativos aos recursos pesqueiros, espera-se que os resultados tragam informações quanto à dinâmica das populações, as características das espécies que ocorrem na região, com enfoque para o estabelecimento e acompanhamento dos estoques de espécies de valor comercial. Estudos na área de geologia proporcionarão o conhecimento único de uma região singular quanto ao tipo de formação e características de rochas, assim como caracterizar o ambiente quanto a sua importância comparativa a outros ambientes insulares. Os resultados provenientes da área de meteorologia representam um importante ganho não só para aqueles que estejam naquela região, mas também a compreensão de processos meteorológicos e climáticos no nosso continente e a dinâmica dos processos envolvidos globalmente. Os resultados na área de tecnologia que concerne às melhorias e estudos do estabelecimento da estação científica no arquipélago representam uma inovação em conhecimento para o País no estabelecimento de postos avançados de pesquisa em regiões de difícil acesso. Descobertas e registros arqueológicos representam o crescimento do conhecimento do patrimônio histórico brasileiro de extrema relevância para a cultura do nosso País.

Programa Recursos Pesqueiros Sustentáveis. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação. O programa é executado pelas seguintes instituições: Ibama; FNMA; SECIRM; SBF do MMA.

Programa de Mentalidade Marítima. Visa estimular, por meio de ações planejadas, objetivas e continuadas, o desenvolvimento de uma mentalidade marítima na população brasileira, condizente com os interesses nacionais e voltada para um maior conhecimento do mar e de seus recursos, da sua importância para o Brasil, da responsabilidade de sua exploração racional e sustentável e da consciência da necessidade de preservá-lo. Seus objetivos são:

- Conscientizar a população, principalmente a parcela localizada nas regiões litorâneas, sobre a importância do mar na vida do cidadão.
- Conscientizar as crianças e os jovens sobre a importância e a responsabilidade de sua atuação na preservação dos mares.
- Criar na juventude o interesse pelas coisas do mar e fomentar uma consciência marítima, essencial para a nossa soberania.
- Divulgar o mar como fonte essencial de recursos para a humanidade.
- Mobilizar a população brasileira, como um todo, para o efetivo engajamento na preservação do mar e a utilização dos seus recursos.

Programa TRAIN-SEA-COAST Brasil. O Programa TRAIN-SEA-COAST destina-se a capacitar, por intermédio de cursos específicos, recursos humanos que atuam nas áreas costeiras e oceânicas. O Programa, criado e coordenado pela Divisão de Assuntos Oceânicos e da Lei do Mar das Nações Unidas (DOALOS/UN), dispõe de uma rede formada por unidades encarregadas de oferecer cursos que abordem problemas que possam ser solucionados mediante a qualificação de pessoal. Existem

atualmente onze unidades Train-Sea-Cost, sediadas em dez países: Brasil, Costa Rica, Estados Unidos, Filipinas, Índia, Ilhas Fidji, Reino Unido, Senegal, Tailândia e França. Informações em <http://www.tsc.furg.br/>

Programa Arquipélago de São Pedro e São Paulo (Proarquipélago). O Arquipélago de São Pedro e São Paulo é formado por um grupo de pequenas ilhas rochosas, desprovidas de qualquer tipo de vegetação, localizadas a cerca de 1.000 km do litoral do Estado do Rio Grande do Norte, em região privilegiada para o desenvolvimento de pesquisas em diversos ramos da ciência. Trata-se de um caso raro no planeta, onde houve uma formação natural de ilhas a partir de uma falha tectônica, propiciando uma situação de especial interesse científico. Além disso, a posição geográfica do Arquipélago lhe confere, também, uma significativa importância estratégica, por se localizar na rota de peixes de comportamento migratório, que percorrem diversos oceanos, os quais possuem alto valor econômico, como é o caso do albacora lage, uma espécie de atum. Compete ao Proarquipélago conduzir programa contínuo e sistemático de pesquisas científicas na região, nas seguintes áreas: geologia e geofísica, biologia, recursos pesqueiros, oceanografia, meteorologia e sismografia. A Estação Científica do Programa Arquipélago foi projetada e construída pela Universidade Federal do Espírito Santo e pelo Laboratório para Produtos Florestais do Ibama. A sua instalação contou com a participação fundamental do navio-faroleiro "Almirante Graça Aranha", da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN). Estão sendo executados 51 projetos de pesquisa no âmbito do programa. Informações em <http://www.secirm.mar.mil.br/psrm/proarq/proarq.htm>

Mapeamento de Sensibilidade Ambiental ao Óleo da Zona Costeira e Marinha. A Lei N.º. 9.966, de 28 de abril de 2000 ("Lei do Óleo") atribuiu ao MMA responsabilidades na identificação, localização e definição dos limites das áreas ecologicamente sensíveis com relação "à poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional". O Decreto n.º 4.871, de 06 de novembro de 2003, estabelece que os Planos de Área para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional deverão conter "mapas de sensibilidade ambiental, conforme as especificações e normas técnicas para elaboração de cartas de sensibilidade ambiental para derramamentos de óleo - Cartas SAO". Dessa forma, a SQA/MMA preparou as Especificações e Normas Técnicas para a Elaboração de Cartas SAO na zona costeira e marinha, trabalho realizado em conjunto com o Ibama, responsável direto pelo controle ambiental e pelo licenciamento das atividades da indústria do petróleo, e a ANP, órgão regulador do setor petrolífero. No Brasil, cujas Bacias Sedimentares Marítimas abrangem uma área de 1.550.000km², sendo cerca da metade (770.000km²) em águas de profundidade até 400 metros e a outra metade (780.000km²) em águas profundas a ultraprofundas (entre 400m e 3.000m), mostrou-se adequado adotar como unidade cartográfica as Bacias Marítimas. Assim sendo, em 2002 foi preparado um Plano Cartográfico para o Mapeamento de Sensibilidade Ambiental ao Óleo da zona costeira e marinha, tomando como unidade cartográfica as Bacias Marítimas e prevendo o mapeamento em três níveis: Estratégico, Tático e Operacional.

[Http://www.mma.gov.br/port/sqa/projeto/gerco/mapeamento.html](http://www.mma.gov.br/port/sqa/projeto/gerco/mapeamento.html)

Sistema para Gerenciamento do Uso dos Recursos Pesqueiros. Base de dados organizada pelo

Ibama, contém informações sobre recursos pesqueiros, legislação e estudos na área. O banco de dados pode ser acessado em <http://sipesca.ibama.gov.br/>

Projeto Conhecimento, Conservação e Utilização Racional da Diversidade da Fauna de Peixes do Brasil. O projeto tem como objetivos principais produzir um diagnóstico do estado atual do conhecimento da diversidade da fauna de peixes de águas doces e marinhas do Brasil e completar o quadro de conhecimento com coletas em áreas estratégicas pouco ou nada exploradas. Com base nos resultados obtidos espera-se fornecer à comunidade, ao setor produtivo e às áreas governamentais, informações atualizadas que permitam ações efetivas quanto à definição de prioridades de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Trata-se de uma iniciativa conjunta de pesquisadores de oito instituições de pesquisa brasileiras e norte-americanas congregados em um Núcleo de Excelência. A principal realização do projeto é a elaboração do Catálogo das Espécies de Peixes Marinhos e de Água Doce do Brasil. Informações em <http://www.mnrj.ufrj.br/pronex/>

Catálogo das Espécies de Peixes Marinhos e de Água Doce do Brasil. Reúne uma lista das espécies válidas de peixes com ocorrência documentada no Brasil. Quando concluído, espera-se que o catálogo represente uma fonte de referência de nomes científicos considerados válidos. O sistema poderá ser utilizado para consultas destinadas a identificar uma nomenclatura padronizada para uso em bancos de dados, trabalhos faunísticos e ecológicos, e listagens de peixes brasileiros. Atualmente, constam no catálogo 1.297 espécies, sendo quatro espécies de lampreias e peixes-bruxa, 139 de tubarões e raias e 1.155 de peixes ósseos. O catálogo está disponível para consulta em <http://www.mnrj.ufrj.br/catalogo/catalogo.htm>

Atlas de Erosão e Progradação Costeira do Litoral Brasileiro. O objetivo do estudo é realizar um diagnóstico nos estados litorâneos sobre as tendências de erosão e progradação (o contrário de erosão) da linha de costa, identificar áreas críticas, para serem monitoradas em longo prazo, e as razões da ocorrência desses fenômenos. Além disso, o Atlas servirá para subsidiar a elaboração de planos diretores de ocupação da orla costeira. A intenção é evitar a urbanização em áreas críticas e estabelecer a largura de uma faixa na qual não será permitido edificar. O Atlas também contém informações sobre efeitos de intervenção do homem por obras de engenharia em segmentos costeiros vulneráveis. O objetivo é fazer um mapeamento de todas as áreas que estão sofrendo erosão e das que correm maior risco de serem erodidas. O Atlas foi elaborado pelo MMA (www.mma.gov.br) e financiado pela SECIRM (www.secirm.mar.mil.br).

Bancos de Dados de Espécies. O Brasil possui os seguintes bancos de dados de espécies da zona costeira e marinha brasileira (todos disponíveis em www.bdt.fat.org.br):

- Cheliceriformes marinhos - <http://www.bdt.fat.org.br/zoologia/cheliceriformes/>
- Holothuroidea (Echinodermata) - <http://www.bdt.fat.org.br/zoologia/holothuroidea/>
- Invertebrados marinhos - <http://www.bdt.fat.org.br/zoologia/invertebradosmar>
- Cnidaria - <http://www.bdt.fat.org.br/zoologia/cnidarios/>
- Nemertinea marinhos - <http://www.bdt.fat.org.br/zoologia/nemertinea/>
- Lista dos Animais Ameaçados de Extinção - <http://www.bdt.fat.org.br/redlist/>

Programa Zona Costeira. O Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) vem, há mais de vinte anos, desenvolvendo pesquisas sobre a flora terrestre e marinha de ecossistemas costeiros, tais como restingas, manguezais, costões rochosos e recifes coralíneos. Durante estes anos, houve a qualificação de seus pesquisadores, por meio de cursos de mestrado e doutorado no Brasil e no exterior, em diferentes áreas do conhecimento. Neste período, foram geradas informações sobre a flora (com ênfase no litoral fluminense), disponibilizadas, principalmente, por meio de publicações científicas, dissertações de mestrado, teses de doutorado e relatórios técnicos. A partir de 1996, os grupos de pesquisa com atuação em ecossistemas costeiros integraram-se para constituir o Programa Zona Costeira. Em 2002, com a realização de concurso público para o JBRJ, o Programa Zona Costeira ampliou seu quadro de pesquisadores e linhas de pesquisa. O Programa tem como objetivo geral "promover o conhecimento dos ecossistemas continentais e marinhos da Zona Costeira brasileira, subsidiando ações de conservação e manejo". As principais atividades do Programa estão voltadas para o conhecimento da diversidade, estrutura e dinâmica das comunidades vegetais de ecossistemas terrestres costeiros e de ecossistemas marinhos. Atualmente, dois Projetos compõem o Programa Zona Costeira: Ecossistemas Marinhos e Restinga.

http://www.jbrj.gov.br/pesquisa/z_costei/

157 - Seu país está realizando as atividades listadas a seguir para implementar o plano de trabalho da Convenção sobre recifes de coral? Favor utilizar um "X" para indicar sua resposta.

A t i v i d a d e s	Não implemen- tada nem prioridade	Não implemen- tada mas é uma prioridade	Atualmente implemen- tada	Não aplicável
a) Avaliações ecológicas e monitoramento de recifes			X	
b) Avaliações socio-econômicas e monitoramento de comunidades e lideranças		X		
c) Manejo, particularmente através da implementação de gerenciamento costeiro integrado e áreas protegidas marinhas e costeiras em ambientes de recifes de coral			X	
d) Identificação e implementação de medidas adicionais e alternativas para assegurar a subsistência de pessoas que dependem diretamente dos serviços fornecidos por recifes de coral		X		

e) Parcerias com lideranças, programas de participação comunitária, e campanhas de educação da população			X	
f) Fornecimento de oportunidades de treinamento e de carreira em taxonomia e ecologia marinha				
g) Desenvolvimento de sistemas de detecção precoce de branqueamento de corais		X		
h) Desenvolvimento de capacidade de resposta rápida para documentar o branqueamento e mortalidade de corais		X		
i) Restauração e reabilitação de <i>habitats</i> degradados de recifes de coral			X	
j) Outros (favor especificar abaixo)				
a) Fornecimento de oportunidades de treinamento e de carreira em taxonomia e ecologia marinha				
b) Desenvolvimento de sistemas de detecção precoce de branqueamento de corais		X		
c) Desenvolvimento de capacidade de resposta rápida para documentar o branqueamento e mortalidade de corais		X		
d) Restauração e reabilitação de <i>habitats</i> degradados de recifes de coral			X	
e) Outros (favor especificar abaixo)				

Favor fornecer maiores detalhes sobre atividades em curso.

Atlas dos Recifes de Coral nas Unidades de Conservação Brasileiras. No Brasil, os recifes de coral distribuem-se por aproximadamente três mil km de costa, do Maranhão ao Sul da Bahia, representando as únicas formações recifais do Atlântico Sul. Nessa área existem nove UCs que protegem uma parcela significativa desses ambientes. Considerando a importância de cada uma delas e preocupada com o atual quadro de degradação ambiental pela qual vêm passando os recifes brasileiros é que a Diretoria de Áreas Protegidas (DAP) começou a trabalhar, desde 1999, especificamente com esse ecossistema. Várias iniciativas foram tomadas no intuito de se estabelecer uma Rede de Proteção nos Recifes de Coral. A primeira iniciativa foi desenvolver um projeto, contando com a parceria do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e do Projeto Recifes Costeiros, no sentido de se mapear os recifes existentes dentro das diversas UCs brasileiras. Foi elaborado então o projeto "Estudos nos Recifes de Coral Brasileiros: Treinamento e Aplicação de Técnicas de

Mapeamento por Sensoriamento Remoto", que contou com o financiamento externo da iniciativa da Convenção de Ramsar, a *Wetlands for the future*. Esse projeto propiciou a capacitação de 14 gestores e técnicos para o uso da ferramenta de sensoriamento remoto no mapeamento e gestão das áreas coralíneas e gerou como principal produto o "Atlas dos Recifes de Coral nas Unidades de Conservação Brasileiras", uma publicação na qual pela primeira vez se encontram disponibilizados mapas do ambiente recifal brasileiro. A seqüência será a indicação da representatividade desses ambientes sob alguma forma de proteção e identificar novas áreas para a criação de outras UCs. O Atlas contou com a colaboração de 11 autores e tem no total 39 mapas das nove unidades envolvidas no projeto. Esse produto foi fruto de um trabalho participativo e conjunto das instituições envolvidas por mais de três anos de trabalho. No momento está sendo preparada a segunda edição do Atlas, revisada e ampliada, incluindo 20 mapas das áreas entre as UCs, um capítulo sobre a representatividade das UCs, e um capítulo sobre o Projeto Coral Vivo.

Informações em <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/atlas2a.html>

Conduta Consciente em Ambientes Recifais. Ver comentários da questão 98.

Projeto Piloto de Monitoramento de Recifes de Coral. A primeira fase foi desenvolvida com apoio do Probio/DCBIO/SBF/MMA pelas instituições Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (Fadep), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Centro Especializado em Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros, Lagunares e Estuarinos (Cepene/Ibama), o projeto visa estabelecer as bases para a implementação de um programa nacional de monitoramento para os recifes de coral no Brasil, por meio da implantação da metodologia Reef Check, ligada à Rede Mundial de Monitoramento dos Recifes de Coral (GCRMN), devido a sua facilidade de aplicação e as possibilidades de envolvimento das comunidades locais. A segunda fase encontra-se em andamento, e está sendo desenvolvida com o apoio da SBF. Maiores informações em <http://www.recifescosteiros.org.br/reef.htm>

Projeto "Mudanças Climáticas Globais e o Branqueamento de Corais no Brasil". Realizado no âmbito do Programa Mudanças Climáticas executado pelo MCT, é fruto do convênio firmado com a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão (FAPEX). O projeto visa a elaboração de um estudo técnico-científico para avaliar os efeitos do aumento da temperatura da água do mar - relacionado às mudanças climáticas globais - sobre os organismos fotossimbiotes dos corais, cuja diminuição causa aos corais branqueamento, bem como diminuição de sua capacidade de aclimatar-se diante de mudanças ambientais bruscas. Um relatório técnico com os primeiros resultados do monitoramento da ocorrência de branqueamento de corais do Estado da Bahia foi apresentado em dezembro de 2003. De acordo com esse relatório, o branqueamento de corais nos recifes da Bahia é um processo recorrente, associado aos efeitos do El Niño, tendo sido registrado desde o verão de 1993/1994. No ano de 2003, o branqueamento foi moderado e pouco duradouro. Estão programados retornos às estações de investigação para acompanhar o processo e a recuperação dos corais afetados.

Informações em http://www.mct.gov.br/clima/brasil/pdf/Branqueamento_corais.pdf

Exploração de peixes ornamentais. No Brasil, a exploração (exploração em nível comercial) de peixes ornamentais marinhos é permitida, mas exige licença específica. As cotas atuais se restringem a cinco mil exemplares por empresa por ano, para peixes e 500 exemplares para cavalos marinhos. A portaria do Ibama nº 73, de 24 de novembro de 2004, regulamenta a captura de espécies de peixes ornamentais ao estabelecer o tamanho mínimo de captura de espécies marinhas e estuarinas do litoral sudeste/sul do País.

Projeto Recifes Costeiros. O Projeto Recifes Costeiros atua, desde 1998, pela preservação dos recifes de coral, das praias e dos manguezais abrangidos pela APA Costa dos Corais. As pesquisas e os experimentos realizados pelo Projeto, nestes ambientes, fornecerão informações essenciais para o Plano de Manejo da APA, documento que propõe um modelo de zoneamento para a área protegida e estabelece medidas adequadas para o uso sustentável dos recursos naturais. As principais atividades do Projeto são:

- Implantação dos Conselhos Municipais de Defesa do Meio Ambiente (Condemas).
- Pesquisa da situação ambiental da APA Costa dos Corais.
- Experimentos de manejo: criação de áreas de recuperação de recifes de coral, ordenamento da pesca, proibição de atividades predatórias na APA (Portaria Ibama Nº 33, de 13/03/02), ordenamento do turismo, Educação Ambiental e capacitação comunitária.

O Projeto tem atividades previstas até 2005, com financiamento pelo Banco Interamericano (BID), e resultou de um esforço conjunto entre o Departamento de Oceanografia da Universidade Federal de Pernambuco, do Centro de Pesquisas e Extensão Pesqueira do Nordeste (Cepene/Ibama) e do Centro de Mamíferos Marinhos (CMA/Ibama). Informações em www.recifescosteiros.org.br

Projeto Biodiversidade de Peixes em Ambientes Recifais do Brasil. Executado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex), tem como objetivo principal apresentar o status taxonômico e estabelecer a área de ocorrência da maior parte das espécies de peixes que ocorrem nos recifes da costa brasileira. Além disso, pretende-se divulgar o conhecimento adquirido por meio de um "Guia Para Identificação dos Peixes Recifais do Brasil". Além de recursos do Pronex, o sub-projeto sobre peixes recifais conta com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), por meio do projeto "Estudo Comparativo de Comunidades de Peixes Recifais da Província Brasileira". Informações em http://www.mnrj.ufrj.br/pronex/recifais/recifais_home.html

Projeto Coral Vivo. Patrocinado pelo FNMA e pelo CNPq, e executado pelo Instituto Recifes Costeiros, em parceria com o Museu Nacional/UFRJ, o Departamento de Oceanografia/UFPE, o Projeto Amiga Tartaruga (PAT) e a Fundação Pró-Tamar, além de apoios e colaborações de empresas e indivíduos. O projeto tem como objetivo recuperar ambientes recifais degradados por meio do repovoamento dos recifes com recrutas de corais. O Projeto se encontra instalado no Arraial d'Ajuda Eco Parque, Bahia, e pretende otimizar a produção de larvas e realizar a reprodução de espécies de corais brasileiros, em aquários e tanques, para futuramente semear os recifes com juvenis de corais, além de desenvolver atividades de Educação Ambiental.

Áreas Protegidas Marinhas e Costeiras

158 - Quais das seguintes afirmações descrevem melhor o estado atual das áreas protegidas marinhas e costeiras em seu país? Favor utilizar um "X" para indicar sua resposta.	
a) Áreas protegidas marinhas e costeiras foram declaradas e publicadas no diário oficial da nação (favor indicar abaixo quantas foram)	X
b) Planos de manejo para essas áreas protegidas marinhas e costeiras foram desenvolvidos com o envolvimento de lideranças	X
c) Manejo efetivo com execução da legislação e monitoramento foi estabelecido	
d) Um sistema nacional de áreas protegidas costeiras e marinhas está em desenvolvimento	
e) Um sistema ou rede nacional de áreas protegidas costeiras e marinhas foi estabelecido	X
f) O sistema nacional de áreas protegidas marinhas e costeiras inclui áreas manejadas para o uso sustentável, o que pode permitir atividades extrativistas.	X
g) O sistema nacional de áreas protegidas marinhas e costeiras inclui áreas que excluem usos extrativistas	X
h) O sistema nacional de áreas protegidas costeiras e marinhas é rodeado por práticas de manejo sustentável no ambiente marinho e costeiro mais amplo.	
i) Outros (favor descrever abaixo)	
j) Não aplicável	
Comentários adicionais sobre o estado atual das áreas protegidas marinhas e costeiras.	
<p>Criação e Implantação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Estadual Ponta do Tubarão. Iniciativa realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (Idema). A RDS Estadual Ponta do Tubarão foi criada pela Lei nº 8.349 de julho de 2003, abrangendo dois municípios costeiros do Estado, Macau e Guamaré. Esta UC ainda não dispõe de Zoneamento Ambiental que estabelece suas potencialidades e restrições de uso, condicionando as atividades a serem desenvolvidas. O Conselho Gestor já constituído é bastante atuante. Está sendo elaborado no momento o Plano de Manejo. As seguintes atividades estão sendo realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● A conservação dos recursos naturais locais. ● Ações de Educação Ambiental junto às escolas e à comunidade. ● Pesquisas acerca do potencial pesqueiro. ● Desenvolvimento de grupos de trabalho para arranjos produtivos da pesca e turismo. ● Grupo de trabalho para as definições sobre o uso do solo (os grupos de trabalho são integrados por membros do Conselho Gestor e das Comunidades residentes na Reserva). <p>Elaboração de Planos de Manejo das Unidades de Conservação Marinhas e Costeiras Federais.</p> <p>No período de 2002 a 2004 foram elaborados ou revisados os planos de manejo das seguintes unidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Reserva Biológica de Comboios (2002); ● Estação Ecológica de Carijós (2002); 	

Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (2003);
Parque Nacional da Lagoa do Peixe (2004);
Reserva Biológica Marinha do Arvoredo (2004);
Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (2004);

Planos de Manejo em elaboração:

Área de Proteção Ambiental de Cairuçu;
Área de Proteção Ambiental de Fernando de Noronha;
Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba;
Parque Nacional da Tijuca;
Estação Ecológica de Tamoios;
Reserva Biológica do Atol das Rocas;

Ver comentários das questões 38 (RUMAR), 154 e 156.

Maricultura

159 - Seu país está utilizando as seguintes técnicas direcionadas a minimizar os impactos adversos da maricultura na biodiversidade marinha e costeira? Favor marcar todas as que forem pertinentes.	
a) Uso de avaliações de impacto ambiental para estabelecimentos de maricultura.	X
b) Desenvolvimento e uso de métodos efetivos de seleção de áreas dentro da estrutura de manejo integrado marinho e costeiro.	
c) Desenvolvimento de métodos efetivos para controle de efluentes e resíduos.	
d) Desenvolvimento de planos de manejo apropriados para recursos genéticos em criadouros de alevinos.	
e) Desenvolvimento de métodos de reprodução controlados e corretos em termos genéticos e de criadouros de alevinos, de forma a evitar a coleta de sementes da natureza.	X
f) Se a coleta de sementes da natureza não pode ser evitada: desenvolvimento de práticas ambientalmente corretas para operações de coleta de ovas de moluscos, incluindo o uso de equipamentos de pesca seletiva para evitar a captura acidental de outras espécies.	
g) Uso de espécies e sub-espécies nativas na maricultura.	X
h) Implementação de medidas efetivas para impedir a soltura inadvertida de espécies da maricultura e polipóides férteis.	
i) Uso de métodos apropriados de reprodução e locais apropriados de soltura de forma a proteger a diversidade genética	
j) Minimização do uso de antibióticos através de melhores técnicas de criação	
k) Uso de métodos de pesca seletiva na pesca comercial para evitar ou minimizar a captura acidental	
l) Consideração do conhecimento tradicional, quando pertinente, como uma fonte para desenvolver técnicas sustentáveis de maricultura	
m) Não aplicável	
Comentários adicionais sobre técnicas que buscam minimizar os impactos adversos da maricultura sobre a biodiversidade marinha e costeira.	
<p>Impactos da Maricultura. Estudo executado pela Fundação Universidade do Rio Grande (Furg) e apoiado pelo MCT, visa avaliar os impactos que a atividade da maricultura provoca sobre a biodiversidade e a qualidade da água, com o objetivo de criar subsídios para políticas públicas que regulamentem a atividade e permitam escolher áreas do litoral brasileiro, mais apropriadas para essa atividade. Também serão desenvolvidos modelos de cultivo para serem implantados em mar aberto. Mais informações em http://www.mct.gov.br/especial/terraemar03.htm</p> <p>Portaria do Ibama para maricultura. A Portaria no 69 de 30 de outubro de 2003 regula a atividade de maricultura no litoral sul do Brasil ao permitir o cultivo de moluscos no litoral Sudeste e Sul, exclusivamente aos empreendimentos que estejam com operação comprovada, mediante assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, até a obtenção da Licença Ambiental de Operação. Disponível em http://www2.ibama.gov.br/cgi-bin/wxis/</p>	

Projeto de Repovoamento Marinho da Baía de Ilha Grande. O projeto desenvolve a maricultura com o cultivo e desova do Coquille Saint-Jacques (molusco nativo da costa brasileira) e mantém o único laboratório no Brasil que produz sementes de *coquilles*, além de outras espécies de mariscos. O laboratório para a produção de sementes foi construído com financiamento da Petrobrás, que patrocina o programa desde 2000. Há duas fazendas em Angras dos Reis e Parati, em que é realizada a engorda dos moluscos, que ficam protegidos contra a pesca predatória e atraem crustáceos, peixes, entre outros. A reprodução das sementes é dirigida para o repovoamento local e para o fornecimento aos maricultores da região. Além do ressurgimento do *coquilles* na região, outras espécies voltaram a se reproduzir. São produzidos regularmente inúmeros filhotes de *coquilles* (5 milhões de unidades em 2004, com previsão de 10 milhões para 2005).

Espécies e Genótipos Exóticos

160 - Seu país estabeleceu mecanismos para controlar rotas de introdução de espécies exóticas no ambiente marinho e costeiro? Favor marcar todas as respostas pertinentes e descrever os tipos de medidas no espaço abaixo.	
a) Não	
b) Mecanismos para controlar invasões potenciais através da água de lastro foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	X
c) Mecanismos para controlar invasões potenciais através da contaminação de cascos de embarcações foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Mecanismos para controlar invasões potenciais através da maricultura foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	X
e) Mecanismos para controlar invasões potenciais através de solturas acidentais, tais como solturas de espécies de aquário, foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
f) Não aplicável	
Comentários adicionais sobre o estado atual das atividades relacionadas à prevenção de introduções de espécies exóticas no ambiente marinho e costeiro, assim como sobre qualquer atividade de erradicação.	
<p>O governo brasileiro assinou, em janeiro de 2005, a Convenção Internacional sobre Controle e Gestão de Água de Lastro e Sedimentos de Navio. O Brasil foi o segundo país a assinar o acordo que depende da adesão de 30 países, que totalizem 35% da tonelagem da frota mundial, para entrar em vigor.</p> <p>Encontra-se no Brasil um dos seis locais de demonstração do Programa Global de Gerenciamento de Água de Lastro (GloBallast). Localiza-se em Sepetiba - RJ. Norma de Autoridade Marítima (Normam). Ver comentários da questão 47.</p> <p>Combate ao mexilhão dourado. Ver comentários da questão 47.</p>	

Quadro XXIV.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste programa de trabalho e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

a) O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro permite a articulação horizontal (entre as ações do Governo Federal) e vertical (entre governos federal, estaduais e municipais). A realização do Zoneamento das áreas costeiras brasileiras, no âmbito do PNGC, é importante para ordenamento do uso dos espaços litorâneos brasileiros, pois a ocupação desordenada do litoral é uma das principais causas da perda e degradação dos recursos ambientais da zona costeira e marinha. Zoneamentos estaduais e planos de gerenciamento. Revizee. Projeto Tamar, Baleias Jubarte e Franca, CMA e Plano de Ação para os Mamíferos Aquáticos, RESEXs marinhas, Resoluções do Conama regulamentando uso de restinga e manguezal.

Impactos positivos dos trabalhos do Tamar e Baleias Jubarte e Franca.

b) Não houve contribuições diretas.

c) As iniciativas apontadas contribuem para o alcance do objetivo 8 (manter a capacidade de ecossistemas de fornecer bens e serviços e apoiar modos de vida) das metas da CDB para 2010.

d) As iniciativas apontadas contribuem para a implementação do objetivo 11 da primeira diretriz do componente 1 da PNB (Conservação de ecossistemas): estabelecer uma iniciativa nacional para conservação e recuperação da biodiversidade de águas interiores, da zona costeira e da zona marinha.

e) Considerando que o PNGC propõe a gestão dos recursos marinhos e costeiro de forma integrada com outros elementos da realidade sócio-política-econômica da faixa litorânea, é possível se afirmar que sua implementação contribui de forma indireta para o alcance de todos os objetivos dos ODMs. Até o estágio atual de desenvolvimento da gestão dos recursos costeiros e marinhos no Brasil, pode-se considerar que contribui para o alcance dos seguintes objetivos:

- Objetivo 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome.
- Objetivo 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
- Objetivo 7. Garantir a sustentabilidade ambiental.

f) Os principais impedimentos identificados para a Conservação dos Ecossistemas Marinho e Costeiro foram: 1) grandes desafios - baixa representatividade e integração dos temas afetos à biodiversidade junto aos demais setores; poucas medidas preventivas e pró-ativas; capacidade de ação diminuída devido à fraqueza institucional; limitada transferência de tecnologia e experiências; perda de conhecimento tradicional; carência de educação pública e conhecimento em todos os níveis; limitado uso do conhecimento científico e tradicional existentes; pouco entendimento e documentação da perda de biodiversidade, bem como dos benefícios associados; carência de recursos financeiros, humanos e técnicos; carência de medidas econômicas de incentivo; pouca repartição de benefícios; pobreza; pressão populacional; consumo e padrões de produção insustentáveis; falta de capacitação às comunidades locais; carência de conhecimento e prática para iniciativas de manejo ecossistêmico;

baixa capacidade de execução da legislação; 2) grandes desafios/medianos - não adequação das políticas e legislação existentes; 3) desafios medianos - limitada participação pública e envolvimento dos interessados; baixo acesso ao conhecimento e informação; carência de sinergia nos níveis nacional e internacional; baixa cooperação horizontal entre os envolvidos; carência de parcerias efetivas; baixo engajamento da comunidade científica; desastres naturais e mudanças ambientais; 4) desafios menores - dificuldades em adequar a capacidade de pesquisa científica a fim de alcançar todos os objetivos.

Agrobiodiversidade

161 - Seu país desenvolveu estratégias, programas e planos nacionais que asseguram o desenvolvimento e implementação bem-sucedida de políticas e ações que levam à conservação e uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade? (decisões III/11 e IV/6)	
a) Não	
b) Não, mas estratégias, programas e planos estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, algumas estratégias, programas e planos foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, estratégias, programas e planos abrangentes foram estabelecidos (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre os componentes da agrobiodiversidade nas estratégias, programas e planos nacionais.	
<p>Centro Irradiador de Manejo da Agrobiodiversidade (Cima). O projeto dos Cimas é resultado de uma parceria entre a Secretaria de Biodiversidade e Florestas/MMA, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/MDA e dos movimentos sociais organizados em prol da reforma agrária; a implementação é viabilizada pelo FNMA. Os Cimas são centros de referência para irradiação e manejo da agrobiodiversidade, inicialmente implementados em assentamentos da reforma agrária, visando consolidar atividades em cinco linhas temáticas principais, relacionadas à agrobiodiversidade e à agricultura familiar: sementes crioulas; plantas medicinais e produtos fitoterápicos; sistemas agroflorestais; manejo agroextrativista; manejo animal alternativo. Na concepção do projeto, prevê-se um efeito multiplicador, de tal modo que as experiências e resultados obtidos nos assentamentos selecionados para a implementação dos centros sejam reproduzidas e multiplicadas em assentamentos vizinhos, ampliando-se o contingente de agricultores beneficiados pelo projeto. Nesse sentido, a localização de cada Cima é um ponto chave para todo o sucesso da proposta, devendo considerar três aspectos fundamentais: i) acúmulo de experiência na área agroecológica; ii) capacidade multiplicadora e iii) distribuição entre os principais biomas e regiões do Brasil. Nesta fase inicial estão sendo implementados 11 projetos distribuídos em nove estados da federação. Outros 10 projetos encontram-se em fase de negociações para serem implementados ainda este ano. Pretende-se futuramente ampliar a iniciativa para outros segmentos da sociedade com agricultura familiar: povos indígenas, remanescentes de quilombos, além de outras populações tradicionais.</p> <p>Programa Fome Zero. A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), atua em parceria com o Projeto Fome</p>	

Zero, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), sendo responsável pela logística do recebimento, armazenamento e distribuição dos donativos. A Companhia também promove, via leilão eletrônico, a compra de alimentos para atendimento aos índios, quilombolas e assentados que se encontram em situação de carência alimentar. A empresa também atua no Programa de Apoio à Agricultura Familiar, realizando a compra direta, a compra antecipada e os contratos de garantia de compra. O objetivo é garantir renda aos agricultores, por meio de três instrumentos básicos: o Contrato de Garantia de Compra (CGC), a Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) e a Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), antecipando recursos financeiros para o plantio e garantindo a aquisição de produtos, por meio de um Preço de Referência. Na lista de produtos da agricultura familiar estão sendo incluídos produtos regionais típicos, que são destinados ao mercado das compras públicas, por meio de um mecanismo denominado Compra Antecipada com Doação Simultânea, pelo qual a produção é adquirida da agricultura familiar pela Conab e destinada a instituições públicas, tais como escolas, creches e hospitais.

Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção. Instituído no âmbito do Pronaf, pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com outros órgãos do Governo Federal. O programa tem como objetivo fortalecer as iniciativas existentes e estimular a transição da agricultura convencional para modelos sustentáveis de cultivo, com a adoção de mecanismo de apoio de assistência técnica e extensão rural, capacitação de agricultores familiares e a disponibilização de linha de crédito rural que incentiva projetos para a produção agroecológica, estimulando o manejo adequado dos recursos naturais, e agregando renda e qualidade de vida aos agricultores familiares.

Programa Abastecimento Agroalimentar. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal (2004-2007), cujo objetivo é contribuir para a expansão sustentável da produção por meio da geração de excedentes, para a exportação e da atenuação das oscilações de preços recebidos pelos produtores rurais. Além de formar e manter estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários, para a regularidade do abastecimento interno e para a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

162 - Seu país identificou formas e meios de abordar os impactos potenciais das tecnologias de restrição de uso genético na conservação <i>in-situ</i> e <i>ex-situ</i> e no uso sustentável, incluindo segurança alimentar, da agrobiodiversidade? (decisão V/5)	
a) Não	X
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo avaliadas	
c) Sim, algumas medidas foram identificadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, medidas abrangentes foram identificadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Informações adicionais sobre formas e meios de abordar os impactos potenciais de tecnologias de restrição de uso genético na conservação <i>in-situ</i> e <i>ex-situ</i> e no uso sustentável da agrobiodiversidade.	

Anexo da decisão V/5 - Programa de trabalho sobre agrobiodiversidade

Elemento 1 do programa – Avaliação	
163 - Seu país realizou avaliações específicas dos componentes da agrobiodiversidade, tais como recursos genéticos vegetais, recursos genéticos animais, polinizadores, manejo de pragas e ciclo de nutrientes?	
a) Não	
b) Sim, avaliações estão em curso (favor especificar componentes abaixo)	X
c) Sim, avaliações foram completadas (favor especificar abaixo os componentes e resultados das avaliações)	
Comentários adicionais sobre avaliações específicas dos componentes da agrobiodiversidade.	
<p>Iniciativa Brasileira de Polinizadores (IBP). O projeto PNUMA/FAO EP/GLO/301/GEF: "Conservação e Manejo de Polinizadores para uma Agricultura Sustentável através de uma Abordagem Ecosistêmica" realizou a Primeira Reunião de Consulta Nacional da Iniciativa Brasileira de Polinizadores, em Brasília, em 2004, organizada pelo Ministério do Meio Ambiente e a Embrapa. Esta reunião teve por objetivo disseminar informações sobre as oportunidades oferecidas pelo projeto, identificar potenciais parceiros e demandas em diferentes regiões do País, que poderiam se beneficiar do apoio oferecido pelo GEF, no âmbito dos quatro componentes previstos no projeto de grande escala coordenado pela Food and Agriculture Organization (FAO) no País: 1) desenvolvimento de conhecimento básico; 2) extensão e promoção de boas práticas de manejo em benefício dos polinizadores; 3) capacitação e promoção de ações voluntárias; 4) compartilhamento de experiências e disseminação de resultados.</p> <p>http://www.mma.gov.br/index.cfm?id_estrutura=29&id_conteudo=1412</p> <p>Agroecologia em Rede. Sistema de Informações, desenvolvido pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), destinado a apoiar a interação entre praticantes da Agroecologia no Brasil. Contém bancos de dados de experiências, estudos e pesquisas, pessoas e instituições, documentos e histórias.</p> <p>Disponível em http://www.aspta.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm</p> <p>Rede Ecovida. Rede com forte atuação na região sul do País, composta por agricultores familiares</p>	

técnicos e consumidores, reunidos em associações, cooperativas e grupos que, juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia, se organizaram em torno da Rede Ecovida com o objetivo de: desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos; articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade. A Rede Ecovida conta com 21 núcleos regionais, abrangendo em torno de 170 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. Em toda a área de atuação da Ecovida, são mais de 100 feiras livres ecológicas e outras formas de comercialização. Disponível em <http://ecovida.wopm.com.br/>

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A Embrapa realiza os seguintes projetos:

Agrolivre. Desenvolvimento de software livre voltado para o desenvolvimento sustentável da produção e da pesquisa agropecuária <http://www.agrolivre.gov.br/>

Krahô - O povo indígena Krahô, com mais de 2.000 pessoas, habita uma área de 320.000ha do Cerrado brasileiro, no nordeste do Estado do Tocantins. Nas últimas décadas, os Krahô deixaram seu modelo tradicional de produção agrícola, o que alterou sua organização social provocando a perda de sementes tradicionais, levando-os à insegurança alimentar. O governo brasileiro, por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Associação Indígena conduzem um projeto visando promover a conservação, uso e o resgate de espécies e variedades tradicionalmente cultivadas pelos Krahô, com ênfase na conservação *in situ* sob cultivo (conservação "on farm") e em sistemas de cultivos biodiversos como estratégia promotora da agrobiodiversidade. Foram reintroduzidas no território indígena diversas variedades agrícolas tradicionais, sendo que estas reintroduções além de fortalecer a agrobiodiversidade local reavivou o repertório ritual e mítico desse povo, animando-o a buscar hábitos abandonados com seus cultivos tradicionais.

Embrapa no Fome Zero. Visa criar uma proposta de desenvolvimento que, além da oferta de alimentos e da preservação ambiental, crie ou amplie as oportunidades de trabalho e de renda, sempre com ênfase nos interesses de jovens agricultores e agricultoras. São realizados projetos de pesquisa em quatro áreas: Semi-Árido Nordestino, Comunidades Indígenas, Assentamentos Rurais e Periferias Urbanas. Informações em <http://www.embrapa.br/fomezero/>

Genoma Banana Brasil. Iniciativa realizada no âmbito do *Global Musa Genomics Consortium* (GMGC). O Musagene tem como objetivo decifrar o genoma de *Musa acuminata* para garantir a sustentabilidade do cultivo da banana como alimento básico para população mundial. O entendimento da genética e do genoma deste gênero permitirá a elaboração de novas estratégias de melhoramento genético e modificação genética. O Brasil participa por meio da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Embrapa-Cenargen) e da Universidade Católica de Brasília (UCB), e possui suporte financeiro da Embrapa, da UCB e do CNPq. Informações em <http://genoma.embrapa.br/musa/>

Meio Ambiente e Gafanhotos - Pragas no Brasil. O projeto teve por objetivo principal o estudo do

determinismo das pululações do gafanhoto *Rhammatocerus schistocercoides*, cuja importância econômica tem crescido no Estado do Mato Grosso, desde a última década, devido aos danos causados, particularmente em plantações de cana-de-açúcar e arroz. O projeto concentrou-se, ainda, em analisar a influência da recente ocupação agrícola das terras e das modificações das paisagens naturais pelo homem sobre as pululações de gafanhotos, as quais ocorrem nessas zonas da Amazônia brasileira. Possibilitou a aquisição de um grande conhecimento sobre os fenômenos acridianos ligados às populações de *Rhammatocerus schistocercoides*. Informações em <http://www.gafanhotos.cnpm.embrapa.br/>

Projeto Pimenta Longa. Visa a geração de tecnologias a fim de tornar a pimenta longa uma cultura comercial, capaz de atender a demanda de mercados nacionais e internacionais. Informações em <http://www22.sede.embrapa.br/pimentalonga/projeto.htm>

Gestão Participativa dos Recursos Naturais (Gespan). Seu objetivo é apoiar, incentivar e criar novos mecanismos institucionais e organizacionais para viabilizar o uso sustentável dos recursos naturais em benefício da população em situação de pobreza. Informações em www.gespan.com.br

164 - Seu país está realizando avaliações sobre as interações entre práticas agrícolas e a conservação e uso sustentável dos componentes da biodiversidade abordados no Anexo I da Convenção (por exemplo, ecossistemas e *habitats*; espécies e comunidades; genomas e genes de importância social, científica ou econômica)?

a) Não	X
b) Sim, avaliações estão em curso	
c) Sim, algumas avaliações foram completadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, avaliações abrangentes foram completadas (favor fornecer detalhes abaixo)	

Comentários adicionais sobre a avaliação de componentes da biodiversidade (por exemplo, ecossistemas e *habitats*; espécies e comunidades; genomas e genes de importância social, científica ou econômica).

165 - Seu país realizou uma avaliação do conhecimento, inovações e práticas de fazendeiros e comunidades indígenas e locais com relação à sustentação da agrobiodiversidade e serviços ambientais de agro -ecossistemas para a produção de alimentos e segurança alimentar?

a) Não	
b) Sim, a avaliação está em curso	X
c) Sim, a avaliação foi concluída (favor especificar abaixo onde a informação pode ser obtida)	

Comentários adicionais sobre a avaliação do conhecimento, inovações e práticas de fazendeiros e comunidades indígenas e locais.

Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade. Ver comentários da questão 161.

VI Feira Krahô de Sementes Indígenas. A Associação União das Aldeias Krahô-Kapey promoveu em setembro de 2004 em sua sede dentro do território indígena Krahô, Itacajá, em Tocantins, a VI Feira Krahô de Sementes Tradicionais, que reuniu todas as aldeias da etnia e também de outras etnias

indígenas brasileiras e de outros países. O objetivo foi o intercâmbio de sementes e técnicas tradicionais de plantio, exposições, cantos, danças, músicas instrumentais, histórias e comidas típicas. Tratou-se de um evento único no Brasil, até o dado momento, de valorização da agrobiodiversidade, e de troca de impressões, informações e cultura de uma forma geral. Participaram também membros da comunidade quilombola Calunga. No sentido de proteger os conhecimentos tradicionais das populações envolvidas no evento, cuidados especiais foram tomados, tais como a necessidade de autorização prévia para ingresso no evento e para fotos e filmagens, e a restrição da troca de material genético (sementes, mudas etc.) às comunidades indígenas e tradicionais. Fonte: www.funbio.org.br

Melhoria da Qualidade de Vida através da Agrobiodiversidade. Executado pela Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), o projeto beneficia 36 municípios no centro-sul do estado do Paraná e no agreste da Paraíba, abrangendo os biomas Mata Atlântica e Caatinga. A idéia do projeto, iniciado em 2002 é promover sistemas que unam agricultura ecológica e conservação e resgate da biodiversidade (agrobiodiversidade) entre os agricultores familiares. O objetivo é fortalecer os processos de desenvolvimento produtivo familiar com base na agrobiodiversidade e promover a valorização dos conhecimentos tradicionais desses agricultores. Informações em <http://www.funbio.org.br/publique/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=16&sid=32>

O Cerrado é Vida. Desenvolvido por seis cooperativas locais, tem como proposta buscar a diversificação de produtos cultivados em sistemas agroflorestais, incluindo a produção de polpas de frutas e o beneficiamento da castanha-de-caju. Desenvolvido em 30 assentamentos rurais, o projeto beneficia diretamente 298 famílias. O objetivo do projeto, financiado pelo Funbio, é fortalecer uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável, a partir do beneficiamento da castanha-de-caju das cooperativas agroextrativistas. Um dos fortes componentes é o trabalho participativo e orgânico dos agricultores familiares e suas respectivas cooperativas municipais. Nas ações do projeto, a conservação da biodiversidade visa o fortalecimento dos aspectos sociais ligados à produção, pela organização da produção agroextrativista e pelo desenvolvimento de uma nova racionalidade produtiva. Informações em: <http://www.funbio.org.br/publique/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=39&sid=31>

Beneficiamento e comercialização solidária de produtos agroflorestais na Amazônia. Executado pela Associação dos Produtores Alternativos (APA), nos anos de 2000 a 2003, e financiado pelo Funbio, o projeto visou implantar uma agroindústria para a produção de palmito-de-pupunha, polpa de frutas e mel. Os produtores associados da APA gerenciam, atualmente, 360ha de pupunha cultivada, que produzirão cerca de 720 mil kg do produto nos próximos anos, garantindo matéria-prima para produção de cerca de dois milhões de potes de palmito. Com o uso adequado e manejo rotativo dessas áreas, tem-se matéria-prima para cerca de vinte anos. Contudo, planeja-se, em curto prazo, a implantação de novas áreas (um crescimento de pelo menos 100%) e um aumento no número de produtores para 350. Entre os resultados alcançados pelo projeto destacam-se a abertura e ampliação de mercados para o palmito, em nível regional e nacional; a exportação de 1.500 caixas de palmito para a França; a ampliação significativa no número de associados; o incentivo ao consórcio

de frutíferas; e o aumento na renda mensal dos produtores, variando de R\$500,00 a R\$1.800,00, desde o início do projeto. O projeto representou a melhoria nas condições ambientais da região, com a recuperação de áreas degradadas e a contribuição para preservação das matas. Informações em <http://www.funbio.org.br/publique/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=34&sid=31>

Dinamismo econômico e uso sustentável da agrobiodiversidade: uma interdependência estratégica no processo de desenvolvimento da agricultura familiar no Centro-Sul do Paraná. Desenvolvido pelo Conselho de Desenvolvimento Comunitário de São João do Triunfo (Codec), com financiamento do Funbio. O projeto tem como objetivo a estruturação de condições para a apropriação de novas etapas na cadeia produtiva de feijão, milho e outras espécies cultivadas, com o beneficiamento e a comercialização direta dos alimentos produzidos ecologicamente pelas famílias associadas, valorizando economicamente a diversidade de espécies e variedades crioulas presentes nos seus agroecossistemas. O projeto pretende também executar um programa de formação na área de gestão administrativo-financeira para os sócios dessas organizações e avançar no processo de transição tecnológica de produção agrícola convencional para sistemas ecológicos nas 929 famílias associadas, enfatizando o manejo sustentado da biodiversidade e a agroecologia. Além disso, prevê a sistematização e divulgação ampla dos resultados do empreendimento e sua apresentação aos organismos formuladores e implementadores de políticas públicas para a agricultura. Informações em <http://www.funbio.org.br/publique/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=41&sid=31>

Sustentabilidade econômica com base na valorização da biodiversidade em sistemas agrícolas familiares. Desenvolvido pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata de Minas Gerais (CTA-ZM), nos anos de 2000 a 2003, com apoio do Funbio, tem como meta a construção de uma proposta de desenvolvimento rural sustentado nas áreas de entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro e do Parque Nacional do Caparaó. Envolveu oito municípios e 200 famílias de pequenos agricultores, que têm como cultura principal o café produzido em bases ecológicas. O principal objetivo do projeto foi promover e consolidar sistemas agrícolas familiares no entorno da Serra do Brigadeiro (MG). O desafio foi melhorar as condições de vida das famílias, aumentando a produção de alimentos e a renda e conservando os recursos naturais. Além da elaboração de um plano estratégico para produção do café agroecológico, o projeto desenvolveu uma metodologia para avaliação de desempenho econômico e financeiro de sistemas agroecológicos familiares e fez um estudo comparativo sobre o desempenho desses sistemas e os tradicionalmente utilizados. A proposta metodológica de monitoramento é baseada em atributos de sustentabilidade para os agroecossistemas, quais sejam, produtividade, equidade, estabilidade, resiliência, flexibilidade e autonomia. As atividades desenvolvidas pelo projeto junto aos agricultores e lideranças comunitárias, somadas à orientação técnica, estimularam a conversão para o sistema agroecológico de mais de cinquenta famílias que produziam convencionalmente, nos municípios de Espera Feliz, Araçuaia, Tombos, Eugênioópolis e Carangola.

<http://www.funbio.org.br/publique/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=23&sid=33>

Uma proposta de desenvolvimento sustentável no Vale do Acre. Desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais no Acre (Pesacre), nos anos de 2001 a 2003, com

apoio do Funbio, o projeto tem como proposta a implementação do desenvolvimento sustentável no Vale do Acre, por meio de sistemas de produção que promovam a recuperação de solos e a conservação dos recursos naturais. A nova política de produção pretende mobilizar a mão-de-obra familiar e remunerar bem o trabalho e o capital. Viabilizando o desenvolvimento em bases sustentáveis, espera-se a redução da pressão sobre os recursos florestais. Para isso, são utilizados os sistemas agroflorestais, como modelo de uso de áreas abertas, por preencherem os critérios de sustentabilidade pretendidos.

<http://www.funbio.org.br/publique/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=32&sid=33>

Projeto de Extensão Agroflorestal para Agricultores Familiares dos Municípios de Palmas, Bituruna, Paula Freitas e Paulo Frontin, no Estado do Paraná. O programa, executado pelo Instituto Ecoplan, tem como principal objetivo fazer com que até 600 pequenos e médios agricultores da região sul do Paraná melhorem sua renda e qualidade de vida, a partir da implantação de sistemas florestais e agroflorestais a serem financiados pelo Banco do Brasil, por meio do Pronaf Florestal. Paralelo a implantação dos cultivos comerciais, os agricultores são orientados para que realizem a adequação ambiental de sua propriedade, com a recuperação das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal. Por se tratar de uma região muito pobre e com alto potencial florestal, ao longo de muitas décadas, o homem devastou florestas inteiras para garantir o sustento de sua família. A partir do projeto, está sendo possível recuperar parte da vegetação nativa da região - com a regularização ambiental das propriedades - cooperando para a recuperação da biodiversidade regional. O trabalho também é voltado à Educação Ambiental de estudantes e agricultores, por meio de atividades em escolas, palestras, distribuição de cartilhas, entre outras. Nessas ações são disseminadas informações sobre o bioma da Mata Atlântica, conservação ambiental, biodiversidade e uso da água. O projeto também presta serviço de extensão aos agricultores, além de treinamentos para que eles consigam cuidar dos seus cultivos sem agredir o meio ambiente. Foram aprovados 16 projetos pelo Pronaf Florestal, com adequação ambiental das 16 propriedades contempladas. Informações em www.ecoplan.org.br

Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção. Instituído pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário em parceria com outros órgãos do Governo Federal que visa o estabelecimento de mecanismos de apoio e estratégias para ações que propiciem a transição e o fortalecimento da agricultura de base ecológica. São atividades desenvolvidas no âmbito do programa:

- apoio ao processo de transição agroecológica;
- apoio à produção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos;
- apoio à capacitação de técnicos e agricultores para o fortalecimento da agricultura de base ecológica nas unidades familiares de produção;
- estímulo à pesquisa e ao ensino, visando o fortalecimento de processos produtivos de base ecológica nas unidades familiares de produção; e
- crédito subsidiado para apoiar a transição agroecológica.

Além destas iniciativas, outros eventos que promovem a troca de saberes e de recursos genéticos da agrobiodiversidade, destacando-se:

5º Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais (já na sua 5ª edição);
 3ª Jornada Brasileira de Agroecologia (3ª edição);
 Feira Nacional da Semente Crioula de Anchieta (3ª edição);
 Feira Estadual de Sementes Crioulas e Tecnologias Alternativas (2ª edição);
 Simpósio Brasileiro Sobre Conhecimento Tradicional e Agrobiodiversidade;
 Encontro Nacional sobre Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural.

166 - Seu país tem monitorado a degradação geral, o *status quo* ou restauração/reabilitação da agrobiodiversidade desde 1993, quando a Convenção passou a vigorar?

a) Não	X
b) Sim, nenhuma mudança foi encontrada (<i>status quo</i>)	
c) Sim, degradação generalizada foi encontrada (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, restauração ou reabilitação geral foi observada (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as observações.	

Elemento 2 do programa - Manejo Adaptável

167 - Seu país identificou práticas, tecnologias e políticas de manejo que promovam os impactos positivos e reduzam os impactos negativos da agricultura sobre a biodiversidade, e melhorem a produtividade e capacidade de sustentar modos de vida?

a) Não	
b) Não, mas práticas, tecnologias e políticas potenciais estão sendo identificadas	
c) Sim, algumas práticas, tecnologias e políticas foram identificadas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, práticas, tecnologias e políticas abrangentes foram identificadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as práticas, tecnologias e políticas identificadas.	

Inúmeras práticas de agricultores tradicionais vêm sendo identificadas, e seu uso apoiado por projetos. Ver comentários da questão 165.

Elemento 3 do programa - Capacitação

168 - Seu país aumentou a capacidade dos fazendeiros, comunidades indígenas e locais e suas organizações, e outras lideranças, para manejar a agrobiodiversidade de forma sustentável e para desenvolver estratégias e metodologias para a conservação *In-situ*, o uso e manejo sustentável da agrobiodiversidade?

a) Não

b) Sim (favor especificar a área/componente e grupos-alvo que tiveram a capacidade aumentada)

X

Comentários adicionais sobre a capacidade aumentada de fazendeiros, comunidades indígenas e locais e suas organizações, e de outras lideranças.

Diversas iniciativas estão sendo implementadas visando a formação, a capacitação e a troca de experiências (conhecimento técnico x conhecimento tradicional) das comunidades locais, povos indígenas e agricultores familiares para o manejo e a conservação da agrobiodiversidade. Alguns exemplos são:

Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), esta política tem por objetivo capacitar técnicos; assistência técnica e de extensão rural em iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, com uma ótica apropriada para a agricultura familiar, visando o seu fortalecimento, a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da agroecologia.

Política Nacional de Assistência Técnica, Social e Ambiental: sob coordenação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), ligado ao MDA, tem por objetivo promover o desenvolvimento sustentável nos assentamentos de reforma agrária, promovendo a viabilidade econômica, a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental da reforma agrária.

Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade. Ver comentários da questão 161.

Iniciativas da sociedade civil também têm contribuído muito para este propósito, destacando-se: Desenvolvimento de um Programa Ambiental para a Reforma Agrária: sob coordenação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária (Concrab), tem por objetivo transformar a matriz produtiva convencional dos assentamentos de reforma agrária (fundamentado em sistemas de baixa diversidade - monoculturas e pastagens - e em alta demanda por insumos externos - sementes, fertilizantes e agrotóxicos, apropriada para a agricultura patronal) para uma matriz agroecológica (alicerçado nos princípios da agroecologia, em sistemas de produção diversificados, com biodiversidade, apropriada para a realidade da agricultura familiar).

Bionatur - empresa de sementes orgânicas, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, tem por objetivo produzir sementes orgânicas para os agricultores familiares. Informações adicionais podem ser obtidas nas questões 163 e 165.

Rede AS-PTA. Ver comentários da questão 163.

Embrapa. Ver comentários das questões 163 e 173.

Agricultores familiares, povos indígenas e comunidades quilombolas são atendidos por projetos de capacitação em agrobiodiversidade. Ver comentários da questão 165.

169 - Seu país estabeleceu mecanismos operacionais para possibilitar a participação de uma ampla variedade de grupos-líderes para desenvolver parcerias genuínas, contribuindo para a implementação do programa de trabalho sobre agrobiodiversidade?

a) Não

b) Não, mas mecanismos potenciais estão sendo identificados

X

c) Não, mas mecanismos estão sendo desenvolvidos

d) Sim, mecanismos foram estabelecidos

Conselho Gestor do Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade: fórum consultivo e deliberativo, com composição mista (sociedade civil e governo), congrega representantes dos Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade e dos órgãos de governo diretamente relacionados com a implementação dos projetos.

Conselho Gestor do PRO-AMBIENTE: fórum consultivo e deliberativo, com composição mista (sociedade civil e governo), congrega representantes dos pólos do PRO-AMBIENTE e dos órgãos de governo diretamente relacionados com a implementação dos projetos.

Encontro Nacional de Agrobiodiversidade e Diversidade Cultural: evento com periodicidade bianual, que congrega representantes de comunidades locais, povos indígenas e da agricultura familiar e de setores do governo, notoriamente daqueles ligados à área ambiental, cultural e à agricultura familiar. Tem por objetivo formular propostas para o desenvolvimento de políticas públicas transversais relacionadas à agrobiodiversidade e ao patrimônio imaterial relacionado.

170 - Seu país melhorou o ambiente político, incluindo os arranjos para repartição de benefícios e medidas de incentivo, para apoiar o manejo local da agrobiodiversidade?

a) Não

b) Não, mas algumas medidas e arranjos estão sendo identificados

X

c) Não, mas medidas e arranjos estão sendo desenvolvidos

d) Sim, medidas e arranjos estão sendo implementados (favor especificar abaixo)

Comentários adicionais sobre as medidas tomadas para melhorar o ambiente político.

Resoluções do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético:

Resolução nº 07 de 26/06/2003. Estabelece diretrizes para a elaboração e análise dos Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios firmados entre particulares e que não envolvam conhecimento tradicional associado ou componente da fauna

silvestre. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/cgen/doc/res7.pdf>

Resolução nº 09 de 18/12/2003. Estabelece diretrizes para a obtenção de anuência prévia junto a comunidades indígenas e locais, a fim de acessar componente do patrimônio genético para fins de pesquisa científica, sem potencial ou perspectiva de uso comercial. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/cgen/doc/res9.pdf>.

Resolução nº 11 de 25/03/2004. Estabelece diretrizes para a elaboração e análise dos Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios que envolvam acesso a componente do patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado providos por comunidades indígenas ou locais.

Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/cgen/doc/res11.pdf>

Elemento 4 do programa– Transversalidade

171 - Seu país está transversalizando ou integrando planos ou estratégias nacionais para a conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade em planos e programas setoriais e transversais?

a) Não

b) Não, mas uma revisão está em curso

c) Não, mas estruturas e mecanismos potenciais estão sendo identificados

X

d) Sim, alguns planos ou estratégias nacionais foram transversalizados e integrados em alguns planos e programas setoriais (favor fornecer detalhes abaixo)

e) Sim, alguns planos ou estratégias nacionais foram transversalizados em planos e programas setoriais principais (favor fornecer detalhes abaixo)

Comentários adicionais sobre a transversalização e integração de planos ou estratégias nacionais para a conservação e uso sustentável da agrobiodiversidade em planos e programas setoriais e transversais.

As seguintes iniciativas estão em curso:

Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos: instituído por meio de Decreto Presidencial, de 17/02/2005, o Grupo de Trabalho Interministerial, composto por representantes de sete ministérios (Saúde; Meio Ambiente; Desenvolvimento Agrário; Integração Nacional; Ciência e Tecnologia; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Desenvolvimento da Indústria e do Comércio), além da Casa Civil da Presidência da República e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e da Fundação Oswaldo Cruz. Tem por objetivo formular uma proposta para uma política de estado para as plantas medicinais e fitoterápicos, de forma transversal dentro do governo e com ampla participação da sociedade civil, visando o estabelecimento de um modelo de desenvolvimento apropriado para a realidade do País, prevendo a utilização sustentável da biodiversidade para a produção de remédios caseiros e comunitários, bem como para o desenvolvimento da indústria nacional de fitoterápicos.

Agrobiodiversidade e diversidade cultural: conforme detalhado no item 169, o Encontro tem por objetivo formular de forma a garantir ampla participação da sociedade políticas públicas transversais, envolvendo diversos órgãos do governo, voltadas para o uso sustentável da agrobiodiversidade e para a preservação do patrimônio imaterial associado.

Programa Nacional de Agricultura de Base Ecológica: com propósito de promover uma transição para um modelo de agricultura fundamentado nos princípios da agroecologia, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa propõe-se a consolidar parcerias entre órgãos públicos, ligados à agricultura familiar e ao meio ambiente (MDA, MMA, MAPA, entre outros), e da sociedade civil organizada.

Ver também comentários da questão 170.

172 - Seu país está apoiando a estrutura institucional e os mecanismos de políticas e planejamento para a transversalização da agrobiodiversidade em estratégias e planos de ação para a agricultura, e sua integração em estratégias e planos de ação mais amplos para a biodiversidade?

a) Não	
b) Sim, através do apoio a instituições para a realização de avaliações relevantes	X
c) Sim, através do desenvolvimento de políticas e planejamento de diretrizes	
d) Sim, através do desenvolvimento de material para treinamento	X
e) Sim, através do apoio à capacitação nos níveis de políticas, técnico e local.	
f) Sim, através da promoção de sinergias na implementação de planos de ação acordados e entre avaliações em curso e processos inter-governamentais.	

Comentários adicionais sobre o apoio à estrutura institucional e mecanismos de políticas e de planejamento.

Ver comentários sobre:

Iniciativa Brasileira de Polinizadores (questão 163);

Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (questões 161 e 165);

Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (questão 171).

173 - No caso dos centros de origem no seu país, seu país está promovendo atividades para a conservação na fazenda, *In-situ* e *Ex-situ*, da variedade de recursos genéticos para alimentos e agricultura, incluindo seus parentes silvestres?

a) Não	
b) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)	X

Comentários adicionais sobre a conservação da variedade de recursos genéticos para alimentos e agricultura em seus centros de origem.

A conservação *in situ* ainda apresenta iniciativas muito incipientes, enquanto a *ex situ* já representa certa tradição no País (em especial o trabalho realizado pela Embrapa).

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. A Embrapa tem buscado harmonizar as demandas da sociedade por produção de alimentos, desenvolvimento econômico e geração de

emprego e renda, com a sustentabilidade dos processos de produção agropecuária. Sempre perseguiu componentes de conservação ambiental em suas tecnologias, visando o uso racional dos recursos naturais e da biodiversidade, objetivando melhor qualidade de vida, a produção de alimentos saudáveis e a sustentabilidade do agronegócio. A Embrapa criou variedades de plantas mais resistentes a pragas; desenvolveu novas alternativas de controle biológico; contribuiu para a redução do uso de produtos químicos na agricultura; contribuiu para avanços nas técnicas de manejo e conservação de solos e águas; promoveu o monitoramento de incêndios florestais e identificou e protegeu espécies animais e vegetais ameaçadas. Os resultados dessas ações auxiliam na manutenção da biodiversidade dos ecossistemas naturais. O resgate de plantas e animais em extinção ou ameaçados pela instalação de grandes obras, como hidrelétricas, projetos de mineração ou construção de estradas, oferece a possibilidade de aproveitamento econômico dessas espécies a favor do agronegócio. Em relação à produtividade agrícola, a área plantada no Brasil permanece praticamente estável desde 1989, enquanto a produção cresceu 61%. Esse aumento da produção, sem a ocupação de novas áreas, permitiu preservar florestas, cerrados, caatingas, várzeas e outros ecossistemas.

Além disso, a Embrapa mantém, em Brasília (DF), uma coleção de germoplasma com mais de 80 mil amostras de plantas, animais e microorganismos, incluindo raças em perigo de extinção de diversas partes do mundo. Além disso, a Empresa mantém e coordena outros 163 bancos de germoplasma implantados nas várias regiões do País, com cerca de 200 mil amostras. A Embrapa também trabalha com bancos genéticos *in situ* (no local). Nesse caso, há a conservação de remanescentes da cobertura vegetal nativa sobre os diversos tipos de ambientes existentes em uma região, e podem funcionar como apólices de seguro para a biodiversidade e facilitar a obtenção de "selos verdes", cada vez mais necessários ao comércio internacional de produtos agrícolas, madeira e celulose.

Informações em www.embrapa.br

Ver outros projetos da Embrapa (comentários da questão 163).

Quadro XXV.

Favor fornecer informações sobre as ações realizadas pelo seu país para implementar o Plano de Ação da Iniciativa Internacional para a Conservação e Uso Sustentável de Polinizadores.

Iniciativa Brasileira em Polinizadores. Ver comentários da questão 163.

Quadro XXVI.

Por favor, explique melhor sobre a implementação deste programa de trabalho e decisões associadas, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

a) CIMAS, Rede AS-PTA. Trabalhos dos bancos de germoplasma, de espécies nativas, da Embrapa. Iniciativa Brasileira de Polinizadores. Parceria Embrapa/Índios Krahôs.

b) O Protocolo de Biossegurança entrou em vigor no Brasil em Fevereiro de 2004, e isso contribui para o alcance do objetivo 1.4 do Plano Estratégico da Convenção (*The Cartagena Protocol on Biosafety is widely implemented*).

c) Não houve contribuições diretas.

d) As iniciativas contribuem para a implementação do objetivo 4 da segunda diretriz do componente 3 da PNB (Desenvolver e apoiar programas, ações e medidas que promovam a conservação e a utilização sustentável da agrobiodiversidade).

e) As iniciativas apontadas contribuem para o alcance dos seguintes objetivos dos ODMs:

- Objetivo 1. Erradicar a extrema pobreza e a fome;
- Objetivo 3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
- Objetivo 4. Reduzir a mortalidade na infância;
- Objetivo 5. Melhorar a saúde materna; e
- Objetivo 7. Garantir a sustentabilidade ambiental.

f) Os principais impedimentos identificados para a Conservação do Ecossistema Agrícola foram: 1) grandes desafios - baixa representatividade e integração dos temas afetos à biodiversidade junto aos demais setores; poucas medidas preventivas e pró-ativas; perda de conhecimento tradicional; carência de educação pública e conhecimento em todos os níveis; uso limitado de conhecimento científico e tradicional existentes; pouco entendimento e documentação da perda de biodiversidade, bem como dos benefícios associados; carência de medidas econômicas de incentivo; pouca repartição de benefícios; carência de sinergia nos níveis nacional e internacional; pobreza; pressão populacional; consumo e padrões de produção insustentáveis; falta de capacitação às comunidades locais; carência de conhecimento e prática para iniciativas de manejo ecossistêmico; baixa capacidade de execução da legislação; 2) desafios medianos - limitada transferência de tecnologia e experiências; baixo acesso ao conhecimento e informação; carência de recursos financeiros, humanos e técnicos; baixa cooperação horizontal entre os envolvidos; carência de parcerias efetivas; baixo engajamento da comunidade científica; desastres naturais e mudanças ambientais; 3) desafios menores - limitada participação pública e envolvimento dos interessados; dificuldades em adequar a capacidade de pesquisa científica a fim de alcançar todos os objetivos.

Diversidade Biológica de Florestas Geral

174 - Seu país incorporou partes relevantes do programa de trabalho em suas estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade, e em programas nacionais de florestas?	
a) Não	
b) Sim, favor descrever os processos utilizados	X
c) Sim, favor descrever as dificuldades/obstáculos encontrados ao longo do processo	X
d) Sim, favor descrever as lições aprendidas	X
e) Sim, favor descrever os alvos das ações prioritárias do programa de trabalho	X
Comentários adicionais sobre a incorporação de partes relevantes do programa de trabalho em suas estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade, e em programas de florestas.	
<p>Pronaf Florestal. (Ver comentários da questão 176).</p> <p>Elaboração do Programa Nacional de Florestas por meio da articulação de políticas públicas relacionadas a questões como regularização fundiária, crédito e financiamento, legislação ambiental, pesquisa e tecnologia, treinamento e capacitação, entre outras.</p> <p>Projeto ARPA. (Ver comentários da questão 37).</p> <p>Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Iniciativa conjunta do Governo Brasileiro, da sociedade civil brasileira e da comunidade internacional, cuja missão é contribuir para a formulação e a implantação de políticas que resultem na conservação dos recursos naturais e na promoção do desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira e na Mata Atlântica. Coordenado pelo Governo Brasileiro, o Programa Piloto realiza suas ações por meio de convênios de diversos ministérios com governos estaduais, municipais e com organizações da sociedade civil brasileiras. Os recursos que financiam tais ações são provenientes de doações feitas pelos oito países mais desenvolvidos do mundo e pela União Européia, além de contrapartida brasileira. A principal característica do Programa Piloto é promover parcerias, do âmbito internacional ao local, entre os diferentes níveis de governo e entre estes e a sociedade civil para a construção de soluções que compatibilizem o uso econômico e a conservação das florestas brasileiras. Uma carteira de 26 subprogramas e projetos, oito dos quais já finalizados, compõe o Programa Piloto. Em sua primeira fase, foram obtidos resultados importantes para a consecução dos objetivos propostos, nos seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● produção sustentável; ● descentralização da gestão ambiental na Amazônia; ● proteção às terras indígenas; ● regularização de reservas extrativistas; ● produção de conhecimento científico e tecnológico para a sustentabilidade; 	

prevenção e controle do desmatamento e queimadas;
 fortalecimento da sociedade civil;
 proteção e recuperação da Mata Atlântica; e
 geração de conhecimentos e aplicação de lições estratégicas.

Informações em <http://www.mma.gov.br/ppg7>

Quadro XXVII .

Favor indicar as ferramentas recentemente utilizadas (políticas, planejamento, manejo, avaliação e mensuração) e medidas, se houverem, que seu país está utilizando para implementar e avaliar o programa de trabalho. Favor indicar quais ferramentas e medidas ajudariam na implementação.

Política Nacional de Biodiversidade (Decreto nº 4.339 de 22 de Agosto de 2002).

Programa Nacional de Florestas. O Ministério do Meio Ambiente elaborou um plano de metas para o Programa Nacional de Florestas (PNF), no período 2004-2007, que traz instrumentos fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Setor Florestal Brasileiro. As duas metas definidas pelo PNF são:

1. expansão da base florestal plantada e recuperação de áreas degradadas; e
2. expansão da área florestal manejada associada à proteção de áreas com alto valor ecológico.

Os objetivos do PNF incluem, ainda, eliminar o deficit anual entre o que atualmente é plantado no País e a demanda industrial, bem como garantir o abastecimento de madeira ao setor, reduzindo a pressão sobre as florestas nativas. Prevê forte investimento na recuperação de áreas degradadas, especialmente nas de preservação permanente (prioritariamente nascentes), fundamentais para manutenção da biodiversidade. Paralelamente, haverá geração de emprego e renda em pequenas e médias propriedades rurais com o uso de áreas sem vocação agrícola. O PNF criou uma Comissão Organizadora a fim de discutir as bases metodológicas e estruturais para a implantação do Inventário Florestal Nacional. Esta comissão irá propor um sistema de inventário periódico para o Brasil, para tanto vem trocando experiências com outros países que já implantaram seus inventários nacionais e buscando soluções para os problemas detectados durante a realização do primeiro inventário florestal nacional.

Este inventário é um diagnóstico da diversidade das espécies arbóreas e portanto instrumento auxiliar indispensável, para o planejamento e administração corretos dos recursos florestais, para tomada de decisões e coordenação das políticas florestal, agrária e ambiental, para fornecer a base de informações necessária para a inserção do país no programa de qualidade total do meio ambiente definido pela ISO 14.000, e para que os recursos florestais brasileiros possam oferecer uma contribuição sócio-econômica compatível com sua potencialidade.

Programa Amazônia Sustentável. Programa do Plano Plurianual do Governo Federal, cujo objetivo é promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais.

Pronaf Florestal. Linha de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que incentiva o adequado manejo dos recursos naturais, estimulando o plantio de

espécies florestais, apoiando os agricultores familiares na implementação de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, reflorestamento e sistemas agroflorestais, incentivando a preservação das florestas nacionais e recuperando áreas degradadas, com o ordenamento ambiental das propriedades rurais.

Política Florestal do Estado de São Paulo. O Instituto Florestal do Estado de São Paulo está promovendo a elaboração de esboço de proposta para uma Política Florestal para o Estado de São Paulo, documento esse que deverá ser levado para discussão com a sociedade.

Quadro XXVIII.

Favor indicar a extensão do envolvimento e como o seu país envolveu comunidades indígenas e locais, e respeitou seus direitos e interesses, na implementação do programa de trabalho.

Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (Conaflor). Instituída pelo Decreto Presidencial nº 4.864/2003, tem a finalidade de propor e de avaliar medidas para que sejam cumpridos os princípios e as diretrizes das políticas públicas voltadas ao Setor Florestal, de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente e com o Código Florestal. Também deve sugerir projetos, pesquisas e estudos sobre manejo e plantio florestal, bem como ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização pública. A CONAFLORE é formada por representantes de instituições de diversos setores da sociedade, entre elas da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria de Madeira e Construção, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, das entidades representativas das comunidades extrativistas.

[Http://www.mma.gov.br/port/sbf/pnf/capa/index.html](http://www.mma.gov.br/port/sbf/pnf/capa/index.html)

Além disso, comunidades locais possuem representação em diversos órgãos colegiados do Ministério do Meio Ambiente (Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, Comissão Nacional de Biodiversidade, Conselho Nacional de Meio Ambiente e Conselho Nacional de Recursos Hídricos). Ver comentários da questão 57.

Agenda positiva para o setor florestal do Brasil. Programa executado pela Diretoria de Áreas Protegidas (DAP/SBF/MMA), para o período de 1999 a 2005, cujos objetivos são:

- Estabelecimento de uma gestão compartilhada entre o Parna Monte Pascoal e as terras indígenas Pataxó.
- Constituição do Grupo de Trabalho interministerial com a participação de lideranças indígenas.
- Estabelecimento de convênio entre MMA e IESB para a execução descentralizada das ações.

Quadro XXI X.

Favor indicar os esforços feitos pelo seu país com relação à capacitação de recursos humanos e de capital para a implementação do programa de trabalho.

Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor). Apesar de todo o potencial do Setor Florestal brasileiro, há significativa carência de assistência técnica. Do universo de 20 mil técnicos que atuam em assistência técnica rural, menos de 1% estão capacitados para o manejo sustentável das

florestas. Para reverter esse quadro, o Programa Nacional de Florestas está apoiando iniciativas em assistência técnica e extensão rural e implementando Centros de Treinamento de Manejo Florestal. Com recursos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), da cooperação internacional e do Orçamento Geral da União (OGU), serão investidos R\$ 17,5 milhões em capacitação e assistência técnica no manejo florestal. O Centro tem como objetivos: desenvolver e aprimorar técnicas de manejo florestal, assegurando a produção sustentável de bens e serviços; apoiar a disseminação de manejo florestal sustentável; apoiar a pesquisa dedicada à melhoria de técnicas de manejo florestal; catalisar ações de treinamento e de extensão em manejo florestal no país; contribuir para o aperfeiçoamento da formação de técnicos e engenheiros florestais; promover o uso múltiplo da floresta e a agregação de valor a seus produtos e serviços e contribuir para a formulação e aprimoramento de políticas públicas relacionadas à gestão de recursos florestais.

Quadro XXX.

Favor indicar como seu país colaborou e cooperou (ou seja, sul-sul, norte-sul, sul-norte, norte-norte) com outros governos, e organizações regionais ou internacionais, na implementação do programa de trabalho. Favor indicar também quais foram as dificuldades e/ou necessidades identificadas.

Programa de trabalho ampliado sobre diversidade biológica de florestas

Elemento 1 do programa – Conservação, uso sustentável e repartição de benefícios	
175 - Seu país está utilizando a abordagem ecossistêmica para o manejo de todos os tipos de floresta?	
a) Não (favor indicar os motivos abaixo)	
b) Não, mas medidas potenciais estão sendo identificadas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
c) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários sobre a utilização da abordagem ecossistêmica para o manejo de florestas (incluindo a efetividade das ações implementadas, lições aprendidas, impactos no manejo de florestas, dificuldades, necessidades, ferramentas e alvos).	
Ver comentários da questão 174.	
<p>O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) lançou edital, em 2004, para realizar o "Levantamento dos remanescentes da cobertura vegetal do bioma Mata Atlântica". Tal levantamento será realizado na escala na escala 1:250.000, e irá gerar subsídios para a formulação de políticas públicas para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica no País. Http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/edit304.pdf</p> <p>Projeto Corredores Ecológicos, no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras, do Ministério do Meio Ambiente, tem como objetivo prevenir e reduzir a fragmentação das florestas tropicais por meio de uma rede composta de unidades de conservação, terras indígenas e áreas de interstício, conectando-as e promovendo os Corredores Ecológicos. De</p>	

sete áreas, originalmente planejadas, cinco são na Amazônia e duas na Mata Atlântica. O projeto-piloto priorizou para a execução de suas atividades, o Corredor Central da Mata Atlântica (CCMA) e o Corredor Central da Amazônia (CCA).

Ocupando uma área preservada de cerca de 40 milhões de hectares do Estado do Amazonas - ou 25% deste, o Corredor Central da Amazônia visa garantir a continuidade de extensas florestas tropicais, apoiando a elaboração e implementação de Planos de Manejo, a criação de Conselhos de unidades de conservação, a fiscalização e atividades produtivas sustentáveis em áreas de interstício.

Os dois Corredores trabalhados abrangem respectivamente 32 municípios no CCA, e 186 no CCMA sendo, 108 municípios baianos e 78 capixabas. O Corredor Central da Mata Atlântica (com mais de 1200 km de extensão) localiza-se ao sul da foz do rio Jequiriçá, na Bahia, e todo o Estado do Espírito Santo. É composto por fragmentos florestais, ecossistemas aquáticos e áreas protegidas públicas e privadas, em geral sob ameaça de exploração e desflorestamento. O Projeto pretende estimular atividades sustentáveis e a conservação de áreas florestais estratégicas, combater a caça ilegal, criar novas unidades de conservação e incentivar a regeneração natural ou induzida de florestas. Os trabalhos são altamente participativos contando com a sociedade civil organizada que participa das decisões. Trata-se de um Projeto de execução conjunta do MMA com os Estados da Bahia, Espírito Santo e Amazonas e demais parceiros.

O projeto foi planejado para duas fases. A primeira, de março de 2003 a dezembro de 2005, pode ser considerada como de estruturação das instâncias gerenciais e de planejamento da aplicação dos recursos que virão na segunda fase, a partir de 2006. As ações desenvolvidas na 1ª fase estão voltadas para a estruturação das unidades de coordenação estaduais; fortalecimento da gestão de unidades de conservação estaduais e federais, operações de fiscalização integradas, monitoramento da cobertura florestal e elaboração de um plano de gestão dos corredores. A segunda fase iniciada em 2006, com perspectivas de investimentos até 2009 envolve o financiamento de projetos selecionados pelos comitês gestores de cada estado na implementação de mini-corredores e demais ações conservacionistas, conforme diretrizes e critérios a serem estabelecidos. Nesta fase do projeto estão previstos aproximadamente noventa e oito milhões de reais a serem investidos nos dois corredores ecológicos.

Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Estado de Mato Grosso (PGAI/MT). Projeto executado pelo Governo do Estado do Mato-Grosso, com recursos do PPG7 e do próprio Estado, cujas atividades são:

- Fiscalização de desmatamento e queimada subsidiada pelos dados do monitoramento;
- Vistoria de acompanhamento dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) gerados pelo Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais (SLAPR);
- Ações de Educação Ambiental visando à prevenção dos desmatamentos e queimadas;
- Monitoramento de desmatamento para a atualização da base cartográfica digital com os desmatamentos ocorridos em 2003;
- Efetivar articulações, por meio de seminários entre instituições públicas para obter informações digitalizadas dos assentamentos do Estado;
- Fomento a organização dos proprietários rurais para a recuperação de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (APP) em municípios no entorno de Unidade de Conservação (Alta

Floresta, Carlinda e Novo Mundo);

Acompanhamento e avaliação das atividades do PGAI/MT; e

Capacitação das Promotorias de Justiça nos procedimentos de licenciamento dos órgãos ambientais estadual e federal (Fema e Ibama).

Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural da Amazônia (Proambiente). Trata-se de uma proposta de política pública que busca articular os mecanismos de apoio à produção com uma nova concepção de uso dos recursos naturais, que vem sendo construída pelas organizações representativas das categorias de produtores familiares rurais na Amazônia (Contag/Fetags, Monape, Coiab, CNS e GTA) em parceria com a Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional), o Ipam e setores dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário. É um programa de desenvolvimento rural, voltado para a produção em sistemas equilibrados, com manejo integrado dos recursos naturais em toda a unidade de produção. Com o Proambiente o espaço rural amazônico adquire um novo papel perante a sociedade, passando de simples fornecedor de produtos agroextrativistas (alimentos, fibras, resinas, etc) a também, produtor de serviços ambientais à sociedade, valorizando o caráter multifuncional de produção familiar rural. Na primeira fase, o programa está implantando 12 pólos pioneiros, atingindo aproximadamente seis mil famílias, representando as categorias que compõe a produção familiar (agricultores familiares beneficiários de reforma agrária, extrativistas, pescadores artesanais, e indígenas) nos nove estados da Amazônia Legal.

http://www.fase.org.br/admin/preview.asp?conteudo_id=546

Projeto Corredor Ecológico do Cerrado Paranã-Pirineus. Ver comentários da questão 39.

Mil Madeireira Itacoatiara Ltda. A empresa Mil Madeireira Itacoatiara Ltda. é integrante do grupo suíço Precious Woods. Sendo certificada desde julho de 1997, pelo programa Smart Wood, da empresa Rain Forest Alliance, seguindo os critérios e indicadores da FSC (*Forest Stewardship Council*). No Brasil, a Precious Woods tem desenvolvido a primeira operação de manejo florestal sustentado na Amazônia. O manejo florestal sustentado é baseado no conceito de inventários de madeira comercial, administração anual e um ciclo de colheita longo que visam salvaguardar a habilidade de regeneração da floresta. A área de floresta é de 80.000ha e é manejada para uma colheita num ciclo de 25 anos. As áreas de colheitas são analisadas pelos seus dados botânicos e topográficos: cada árvore sobre certo diâmetro é localizada, medida e digitalizada em mapas operacionais para criar um inventário detalhado da floresta. Os mapas operacionais são utilizados para identificar, e selecionar as árvores comerciais para colheita. Estas são numeradas e podem ser localizadas pelo processo inteiro, colheita e processo de produção. Cuidados especiais são tomados evitando qualquer erosão do solo e preservando o curso natural da água. Mais informações em <http://www.pwamazon.com.br>

Projeto GEF "Ecosystem Restoration of Riparian Forests in São Paulo", em negociação com o Banco Mundial, a ser implementado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo (SMA).

Projeto Corredor Ecológico da Mata Atlântica no Espírito Santo. Ver comentários da questão

39.

ProManejo, executado pelo Ministério do Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, está estruturado em quatro Componentes: I) análises estratégicas para subsidiar a formulação de políticas públicas; II) apoio e promoção de iniciativas promissoras de manejo florestal; III) desenvolvimento e teste de um sistema piloto de controle e monitoramento da atividade madeira, e; IV) apoio ao manejo dos recursos florestais, especialmente pelas populações tradicionais, na Floresta Nacional do Tapajós.

176 - Seu país tomou medidas para reduzir as ameaças e mitigar os impactos à biodiversidade florestal?

Opções	X	Detalhes
a) Sim	X	Favor especificar abaixo as principais ameaças identificadas com relação a cada objetivo da meta 2 e as medidas tomadas com relação às ações prioritárias.
b) Não		Favor indicar os motivos abaixo.

Comentários adicionais sobre as medidas para reduzir as ameaças e mitigar os impactos de processos ameaçadores sobre a biodiversidade florestal (incluindo a efetividade das ações implementadas, lições aprendidas, impactos sobre a biodiversidade florestal, dificuldades, necessidades, ferramentas e alvos).

Queimadas na Amazônia. Os programas Prevfogo e Proarco possuem sistemas de alerta para queimadas (ver comentários da questão 71). O Instituto de Pesquisa Espacial (Inpe) disponibiliza imagens do LANDSAT para monitoramento constante de queimadas, atualizadas seis vezes por dia (<http://www.dpi.inpe.br/proarco/bdqueimadas>). O Ibama está criando um sistema de macro monitoramento das áreas que sofrem constantes ameaças de desmatamentos e queimadas irregulares (<http://www.ibama.gov.br/fiscalizacao/home.htm>). Além disso, há outros programas de monitoramento como o Sipam (ver comentários da questão 20).

Programa Nacional de Florestas. Incentiva a apreensão de madeira extraída ilegalmente das florestas, e propõe novas destinações a ela. Por meio do Decreto nº 4.722/2003, o governo brasileiro definiu que a exploração do mogno deveria se dar de forma sustentável, além de declarar moratória por cinco anos para o abate da espécie em áreas com autorização para desmatamento. A SBF do MMA estima que este ano já seja possível desenvolver uma série de planos de manejo para a espécie na Amazônia. Os planos serão acompanhados pelo Ibama e por outras instituições, trazendo a obrigatoriedade do plantio de novas mudas, auxiliando na renovação dos estoques de mogno. Com o manejo, deverá ser garantida a proteção de 20% das matrizes e que as árvores extraídas tenham diâmetro superior a 55 centímetros, e será estimulada a pesquisa para conservação da espécie. O mogno é encontrado somente na América, do México ao Brasil. Cerca de 80% do mogno nacional, até 2001, era exportado para Europa e Estados Unidos. Estima-se que, desde os anos 1970, o Brasil tenha

enviado ao exterior US\$4 bilhões em mogno, cerca de um milhão e meio de árvores, obtidas na sua maioria de forma predatória e insustentável.

Informações em <http://www.mma.gov.br/port/sbf/pnf/capa/index.html>

CENAFLORE - ver comentários Box XIV.

Projeto PRODES - ver comentários da questão 20.

Detecção de desmatamento em tempo real - Sistema DETER. Ver comentários questão 101.

Pronaf Florestal. Linha de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que incentiva o adequado manejo dos recursos naturais, estimulando o plantio de espécies florestais, apoiando os agricultores familiares na implementação de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, reflorestamento e sistemas agroflorestais, incentivando a preservação das florestas nacionais e recuperando áreas degradadas, com o ordenamento ambiental das propriedades rurais.

177 - Seu país está implementando alguma medida para proteger, recuperar e restaurar a diversidade biológica florestal?

Opções	X	Detalhes
a) Sim	X	Favor identificar as ações prioritárias com relação a cada objetivo da meta 3 e descrever as medidas implementadas com relação a essas prioridades.
b) Não		Favor indicar os motivos abaixo.

Comentários adicionais sobre as medidas implementadas para proteger, recuperar e restaurar a diversidade biológica florestal (incluindo a efetividade das ações implementadas, lições aprendidas, impactos na biodiversidade florestal, dificuldades, necessidades, ferramentas e alvos).

Pronaf Florestal. (ver comentários da questão 15 e 176)

Programa Mata Atlântica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (ver comentários da questão 19)

Programa de Proteção das Espécies Ameaçadas de Extinção da Mata Atlântica e outros programas relacionados às espécies em extinção nesse bioma (ver comentários da questão 34)

Ver comentários das questões 37, 67 e 68.

Perfil do Sócio-ecossistema de Produção do Pinhão no Paraná. O projeto, executado pelo instituto Ecoplan de 2001 a 2003, foi realizado nas cidades e municípios vizinhos de Curitiba, Guarapuava e União da Vitória, as três cidades mais importantes da cadeia produtiva do pinhão no Paraná. A Floresta Ombrófila Mista cobria cerca de 200.000km² do território brasileiro, sendo 40% no Paraná. Este bioma tem um notável valor ecológico, por abrigar espécies únicas em todo o planeta. Devido à exuberância de seus recursos, a Floresta de Araucária representou grande importância socioeconômica para o sul do Brasil. Entretanto, tal processo foi acompanhado pela destruição da maior parte do patrimônio ecológico e econômico que a Floresta Ombrófila Mista possuía levando a uma rápida eliminação dessa cobertura florestal. Diante deste contexto, o projeto considerou todas as fases da cadeia produtiva, o perfil humano, entidades envolvidas, análise dos aspectos ambientais e o resgate da cultura paranaense. Além disso, o projeto apresentou sugestões de ações à população envolvida com a coleta e a comercialização do pinhão, para que a atividade se torne sustentável em longo prazo - considerando perspectivas de melhoria das condições econômicas das populações, minimizando os impactos ao meio ambiente e promovendo a conservação da Araucária. Informações em www.ecoplan.org.br

Conservação da Mata Atlântica do Rio Grande do Sul. O projeto realiza a fiscalização da fauna, da flora, da poluição, da mineração, do transporte de produtos perigosos, da execução das licenças ambientais, do monitoramento e vigilância ambientais, e dos recursos naturais e ações de Educação Ambiental não-formais, em parcerias com os órgãos afins, nas UCs e seus entornos. Promove, ainda, a conservação da Mata Atlântica do RS. Informações em www.sema.rs.gov.br

Recuperação de áreas degradadas na Floresta Nacional de Carajás. Desenvolvido pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), o projeto visa à reabilitação de áreas degradadas na Floresta Nacional de Carajás. Atualmente, a técnica de semeadura direta de coquetel de sementes, utilizando espécies herbáceo/arbustivas (nativas e exóticas), vem sendo a grande responsável na obtenção da meta/ganho ambiental dos PRADs (Planos de Recuperação de Áreas Degradadas) na CVRD, pois apresenta um melhor rendimento operacional, e é ambientalmente apropriada na maioria dos casos. Ao invés do tradicional plantio de mudas, a semeadura direta leva a uma redução de custos. Entre 1994 e 2003, foram revegetados 254,4 hectares na Floresta Nacional de Carajás. Utilizando-se um coquetel de espécies rústicas para desenvolver a mesma função ecológica das espécies invasoras regionais, se constituindo em espécies "facilitadoras" de condições ambientais, dada a geração de massa verde e condicionamento de solo gerado, proporciona-se um substrato ideal para regeneração espontânea dos propágulos produzidos nos remanescentes florestais regionais da Floresta Nacional de Carajás. A matéria orgânica depositada é prontamente disponibilizada, transformando um ambiente pobre em nutrientes e matéria orgânica, que passou alguns anos decaído pela atividade mineral, em uma condição mais próxima de áreas em regeneração como "capoeiras" ou "juquiras". Os resultados são rápidos, uma vez que a matéria orgânica cria um novo micro-clima nas áreas revegetadas, permitindo que os animais que coabitam a região atuem como dispersores de sementes e o aumento da diversidade biológica. Os estudos têm envolvido participação das seguintes entidades de pesquisa: Embrapa, Poemar, UFPA, MPEG, UFRJ.

Governo do Estado de Pernambuco. Por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, o governo executa os seguintes projetos visando a conservação e recuperação da Mata Atlântica:

Projeto de Proteção e Recuperação da Mata Atlântica.

Implantação da Reserva Ecológica de Gurjaú.

Implantação das Reservas Ecológicas de Duas Lagoas e Zumbi.

Reflorestamento da APA do Reservatório de Tapacurá.

Informações em www.sectma.pe.gov.br

Programa PICUS (Funbio). Ver comentários da questão 33. Dentre os sete projetos consorciados selecionados pelo Funbio para o Programa PICUS, destacam-se a existência de dois específicos para a conservação, recuperação e uso sustentável da Floresta com Araucária no Estado do Paraná, os quais são coordenados pela *The Nature Conservancy* (TNC) e Fundação Rureco. www.maternatura.org.br e www.funbio.org.br

Projetos e políticas públicas formuladas para o desenvolvimento do setor florestal com espécies florestais nativas no âmbito do PNF:

implantação de 8 redes regionais (Rede Sul, Rio-São Paulo, RIOESBA, Cerrado, Caatinga, Pantanal, Amazônia Meridional e Rede Norte) para a colheita e produção de sementes florestais nativas por intermédio de convênios com Universidades Federais;

criação da Rede Brasileira de Sementes Florestais Nativas por intermédio da consolidação e articulação das Redes Regionais;

elaboração do Plano Estratégico de colheita e Produção de Sementes e Mudanças de Espécies Florestais Nativas;

elaboração do Plano Nacional de Silvicultura e SAFs com espécies Florestais Nativas;

elaboração e implantação da linha de crédito PRONAF florestal, com taxas de juros de 3% e 16 anos para reembolso, visando o plantio de espécies florestais em pequenas propriedades rurais;

elaboração e lançamento do edital para recuperação e conservação de nascentes e áreas que margeiam corpos e cursos d'água. Serão destinados 20 milhões de reais para 70 projetos selecionados em nível nacional, 50% dos recursos serão obrigatoriamente destinados ao plantio de espécies florestais nativas, visando a conservação dos recursos hídricos;

financiamento de diversos projetos de recuperação de Áreas Degradadas com espécies florestais nativas, desenvolvimento de novas tecnologias silviculturais, difusão e implantação de SAFs, geração de trabalho e renda para pequenos produtores rurais por intermédio de plantios comerciais (seringueira, baru, faveira, pequi, paricá, mogno e cedro) implantados por Secretarias Estaduais, Prefeituras Municipais, Universidades Públicas, ONGs e Órgãos de Assistência Técnica. Estes projetos têm duração de até 24 meses, com recurso da ordem de 300 a 400 mil reais.

178 - Seu país está implementando alguma medida para promover o uso sustentável da diversidade biológica florestal?

Opções	X	Detalhes
a) Sim	X	Favor especificar as ações prioritárias com relação a cada objetivo da meta 4 e descrever as medidas implementadas com relação a essas prioridades.
b) Não		Favor indicar os motivos abaixo.

Comentários adicionais sobre a promoção do uso sustentável da diversidade biológica florestal (incluindo a efetividade das ações implementadas, lições aprendidas, impactos na biodiversidade florestal, dificuldades, necessidades, ferramentas e alvos).

Ver comentários das questões referentes aos artigos 10, 8j e programa de trabalho em agrobiodiversidade.

Pronaf Florestal. Linha de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que incentiva o adequado manejo dos recursos naturais, estimulando o plantio de espécies florestais; apoiando os agricultores familiares na implementação de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, reflorestamento e sistemas agroflorestais; incentivando a preservação das florestas nacionais e recuperando áreas degradadas, com o ordenamento ambiental das propriedades rurais. No Plano de Safra 2004/2005, foram realizadas alterações na linha de crédito Pronaf Florestal, alterando os limites de contratação de recursos para o primeiro ano do projeto, o alongamento dos prazos de carência para 12 anos e de 16 anos para reembolso.

Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas. O Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas (PropFlora) é um mecanismo econômico desenvolvido pelo governo para viabilizar a participação de pequenos e médios produtores de todo o País na produção madeireira. Reformulado numa articulação entre os ministérios do Meio Ambiente, da Agricultura, do Desenvolvimento e o Banco do Brasil para atender às necessidades dos produtores florestais. O Programa irá contribuir para o fornecimento de madeira para uso industrial e para a recomposição e manutenção de áreas de preservação e de reserva legal. O objetivo é a redução do *deficit* de matéria-prima industrial e, incrementando e diversificando as atividades produtivas no meio rural, gerar emprego e renda de forma descentralizada, alavancar o desenvolvimento tecnológico e comercial do setor, fixar as populações no meio rural e reduzir a migração para as cidades por meio da viabilização econômica das propriedades e, ainda, contribuir para a preservação de florestas nativas e de ecossistemas remanescentes.

Incentivo à Silvicultura e Sistemas Agroflorestais para a Agricultura Familiar. O Programa Nacional de Incentivo à Silvicultura e Sistemas Agroflorestais para a Agricultura Familiar (Pronaf Florestal) foi reformulado e poderá atender à demanda de pequenos produtores florestais brasileiros, tanto para florestas naturais quanto plantadas. Para resolver um dos principais entraves à

implementação do Pronaf Florestal, a carência de assistência técnica, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), está desenvolvendo políticas integradas com estados, municípios e organizações da sociedade civil para atender à demanda de 10 mil produtores este ano. O Programa tem como objetivo promover o manejo adequado dos recursos naturais estimulando o plantio de espécies florestais e apoiando os agricultores familiares na implementação de projetos de manejo sustentável de uso múltiplo, reflorestamento e sistemas agroflorestais.

Projeto Dendrogene. O projeto Conservação Genética em Florestas Manejadas da Amazônia, surgiu da preocupação com a sustentabilidade de uso das florestas nativas da região amazônica. Os avanços em genética alertam para a importância de considerar a biodiversidade em seus elementos básicos para garantir o seu futuro e os avanços em informática permitem trabalhar com sistemas complexos como a floresta tropical, buscando entender o seu funcionamento e assim buscar conservá-la para futuras gerações. O caráter do projeto é inovador na utilização dos conhecimentos e novas tecnologias na busca da sustentabilidade do manejo florestal e, desde o início, o mesmo foi concebido como um projeto que necessitaria de colaboração multi-institucional. A meta global do projeto é o uso sustentável e a conservação dos recursos genéticos das florestas tropicais úmidas da região da Amazônia brasileira. Especificamente, o objetivo é desenvolver mecanismos para usar o conhecimento científico (botânica, ecologia reprodutiva, e genética), em promover o manejo florestal sustentável. O projeto contribuirá ao desenvolvimento de critérios e indicadores práticos de sustentabilidade genética do manejo florestal.

Informações em <http://www.cpatu.embrapa.br/dendro/principal.htm>

Programa de Certificação Florestal (Cerflor). Ver comentários da questão 76.

179 - Seu país está implementando alguma medida para promover o acesso e a repartição de benefícios dos recursos genéticos florestais?		
Opções	X	Detalhes
a) Sim	X	Favor especificar as ações prioritárias com relação a cada objetivo da meta 5 e descrever as medidas implementadas
b) Não		Favor indicar os motivos abaixo.
Comentários adicionais sobre a promoção do acesso e da repartição de benefícios dos recursos genéticos florestais (incluindo a efetividade das ações implementadas, lições aprendidas, impactos na biodiversidade florestal, dificuldades, necessidades, ferramentas e alvos).		
CGEN. Ver comentários da questão 114.		
Contrato de acesso aos recursos genéticos na Amazônia. Ver comentários da questão 114.		

Elemento 2 do programa – Ambiente para habilitação institucional e socio-econômica		
180 - Seu país está implementando medidas para melhorar o ambiente para habilitação institucional para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica florestal, incluindo o acesso e repartição de benefícios?		
Opções	X	Detalhes
a) Sim	X	Favor identificar as ações prioritárias com relação a cada objetivo da meta 1 e descrever as medidas implementadas com relação a essas prioridades.
b) Não		Favor indicar os motivos abaixo.
Comentários adicionais sobre a melhora do ambiente para habilitação institucional para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica florestal, incluindo o acesso e a repartição de benefícios (incluindo a efetividade das ações implementadas, lições aprendidas, impactos na biodiversidade florestal, dificuldades, necessidades, ferramentas e alvos).		
Ver comentários do artigo 10.		

181 - Seu país está implementando alguma medida para lidar com os fracassos e distorções socio-econômicos que levam a decisões que resultam na perda de diversidade biológica florestal?		
Opções	X	Detalhes
a) Sim	X	Favor identificar as ações prioritárias com relação a cada objetivo da meta 2 e descrever as medidas implementadas com relação a essas prioridades.
b) Não		Favor indicar os motivos abaixo.
Comentários adicionais sobre a revisão de fracassos e distorções socio-econômicos que levam a decisões que resultam na perda de diversidade biológica florestal (incluindo a efetividade das ações implementadas, lições aprendidas, impactos na biodiversidade florestal, dificuldades, necessidades, ferramentas e alvos).		
É importante destacar que as iniciativas mencionadas são limitadas dada a dimensão do País.		
Programa de Desenvolvimento Socioambiental da Produção Familiar Rural da Amazônia (Proambiente). Ver comentários da questão 175.		
Projeto "Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (ProManejo). O manejo florestal é a alternativa que torna compatível os benefícios oriundos da produção florestal com a manutenção dos serviços que a floresta oferece. Baseado nesse contexto foi criado no âmbito do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais (PPG-7), o Projeto de Apoio ao Manejo Florestal na Amazônia (ProManejo), que tem como objetivo geral apoiar o desenvolvimento e a adoção de sistemas sustentáveis de manejo florestal na Amazônia, com ênfase na exploração de produtos		

madeireiros, por meio de ações estratégicas e experiências-pilotos em áreas prioritárias. Executado pelo Ibama, por meio da sua Diretoria de Florestas, e pelo Ministério do Meio Ambiente, junto à Secretaria de Biodiversidade e Florestas por meio da Diretoria do Programa Nacional de Florestas (PNF), o ProManejo trabalha quatro componentes: Estudos Estratégicos para Subsidiar a Formulação de Políticas Públicas; Apoio a Iniciativas Promissoras de Manejo Florestal; Desenvolvimento e Teste de um Sistema Piloto de Controle da Atividade Madeireira na Amazônia; e Apoio à Gestão da Floresta Nacional do Tapajós com ênfase na participação da sociedade civil. Mais informações em <http://promanejo.ibama.gov.br>

Programa Nacional de Florestas. Ver comentários do Box XXVII.

182 - Seu país está implementando alguma medida para aumentar a educação, participação e conscientização da população com relação à diversidade biológica florestal?

Opções	X	Detalhes
a) Sim	X	Favor identificar as ações prioritárias com relação a cada objetivo da meta 3 e descrever as medidas implementadas com relação a essas prioridades.
b) Não		Favor indicar os motivos abaixo.

Comentários adicionais sobre as medidas para aumentar a educação, participação e conscientização da população com relação à diversidade biológica florestal (incluindo a efetividade das ações implementadas, lições aprendidas, impactos na biodiversidade florestal, dificuldades, necessidades, ferramentas e alvos).

Política Nacional de Educação Ambiental, Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea), Programa "Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas", Programa Conduta Consciente em Ambientes Naturais, Projeto de Lei nº 1016/2003. Ver comentários da questão 91.

Projeto Sala Verde e Educação Ambiental no Pontal do Paranapanema. Ver comentários da questão 94.

V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental. Ver comentários da questão 96.

Elemento 3 do programa – Conhecimento, avaliação e monitoramento

183 - Seu país está implementando alguma medida para caracterizar os ecossistemas florestais em várias escalas, de forma a melhorar a avaliação do estado e das tendências da diversidade biológica florestal?

Opções	X	Detalhes
a) Sim	X	Favor identificar as ações prioritárias com relação a cada objetivo da meta 1 e descrever as medidas implementadas com relação a essas prioridades.
b) Não		Favor indicar os motivos abaixo.

Comentários adicionais sobre a caracterização dos ecossistemas florestais em várias escalas (incluindo a efetividade das ações implementadas, lições aprendidas, impactos na biodiversidade florestal, dificuldades, necessidades, ferramentas e alvos).

Programa Geoma. O Programa Geoma (Geoprocessamento da Região Amazônica), constituído de uma rede temática de pesquisa em modelagem ambiental da Amazônia, tem o objetivo de apresentar dados geoambientais capazes de auxiliar as políticas de desenvolvimento para a região amazônica, levando em conta a gestão territorial. O Programa desenvolverá modelos computacionais inéditos capazes de prever a dinâmica dos sistemas ecológicos e sócio-econômicos em diferentes escalas geográficas, permitindo um melhor balizamento das ações de desenvolvimento sustentado da Amazônia nos níveis local, regional e nacional. Composto por sete instituições vinculadas ao MCT, a rede reunirá profissionais de diversas áreas do conhecimento: Matemática Computacional, Economia, Informação Geográfica, Sensoriamento Remoto, Ecologia, Demografia e Meteorologia, entre outras, para gerar informações e conhecimentos aplicáveis às políticas públicas voltadas à questões ambientais. O Programa Geoma é mais um exemplo da utilização da ciência e tecnologia como instrumento de efetiva cooperação nacional. Participam dessa iniciativa como apoiadores: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), o Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF) e o Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa). Informações em www.mct.gov.br

As seguintes iniciativas contribuem para a caracterização dos ecossistemas florestais brasileiros:

A publicação Avaliação do Conhecimento da Biodiversidade Brasileira (Lewinsohn, T. M. e Prado, P. I. 2000); Projeto Flora da Reserva Ducke; Programa Mata Atlântica (PMA) do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ); Inventário Multi-taxonômico de Caxiuanã; Probio Cachimbo - "Paisagens e Biodiversidade: Uma Perspectiva Integrada para Inventário e Conservação da Serra do Cachimbo"; Projeto Conserv-Ação (Votorantim Celulose e Papel - VCP). Ver comentários da questão 19.

Projeto Prodes Monitoramento da Floresta Amazônia Brasileira por satélite; Sistema de

Proteção da Amazônia (Sipam); Mapa da Cobertura Vegetal do Brasil. Ver comentários da questão 20.

Levantamento e Informatização de Dados sobre Recursos Naturais - Fauna e Flora (IBGE). Ver comentários da questão 22.

Programa Pesquisas Ecológicas de Longa Duração PELD. Ver comentários da questão 26.

Pro-Várzea. Ver comentários da questão 72.

Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio). Ver comentários da questão 89.

Informações Integradas para Proteção da Amazônia. Ver comentários da questão 108.

Programa LBA (Large-Scale Biosphere-Atmosphere Experiment in Amazon). Ver comentários da questão 130.

PPG7. Ver comentários da questão 174

Projeto Dendrogene. Ver comentários da questão 178.

Plano Integrado de Monitoramento e Estudos da Fauna (Pimef). Executado pela Companhia Vale do Rio Doce, tem como meta ordenar os esforços e recursos aplicados no manejo e conservação da fauna na região do mosaico de Carajás, por meio da realização das seguintes ações:

- Elaboração de banco de dados e realização de levantamento de dados prévios;

- Complementação dos inventários faunísticos e lacunas do conhecimento;

- Monitoramento de espécies ameaçadas e endêmicas;

- Estudos de espécies indicadoras de qualidade ambiental;

- Protocolo de translocação de fauna em áreas de atividade minerária;

- Elaboração de um plano de Educação Ambiental;

- Integração dos resultados do Pimef com os Planos de Manejo das UCs do mosaico.

Inventário Florestal Nacional. Ver comentário questão 174.

184 - Seu país está implementando alguma medida para melhorar o conhecimento sobre, e os métodos para, a avaliação sobre o estado e tendências da diversidade biológica florestal?

Opções	X	Detalhes
a) Sim	X	Favor identificar as ações prioritárias com relação a cada objetivo da meta 2 e descrever as medidas implementadas com relação a essas prioridades.
b) Não		Favor indicar os motivos abaixo.

Comentários adicionais sobre a melhora do conhecimento sobre e métodos para a avaliação do estado e tendências (incluindo a efetividade das ações implementadas, lições aprendidas, impactos na biodiversidade florestal, dificuldades, necessidades, ferramentas e alvos).

Ver comentários da questão 183.

Inventário Florestal Nacional. Ver comentário questão 174.

185 - Seu país está implementando alguma medida para melhorar o entendimento sobre o papel da biodiversidade florestal e do funcionamento do ecossistema?

Opções	X	Detalhes
a) Sim	X	Favor identificar as ações prioritárias com relação a cada objetivo da meta 3 e descrever as medidas implementadas com relação a essas prioridades.
b) Não		Favor indicar os motivos abaixo.

Comentários adicionais sobre a melhora do entendimento sobre o papel da biodiversidade florestal e do funcionamento do ecossistema (incluindo a efetividade das ações implementadas, lições aprendidas, impactos na biodiversidade florestal, dificuldades, necessidades, ferramentas e alvos).

Projeto Mamirauá (CNPq). Ver comentários da questão 72.

Programa Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF). O programa vem desenvolvendo há mais de 20 anos pesquisas sobre os efeitos da fragmentação florestal na Amazônia. A pesquisa foi planejada para estudar comunidades de plantas e animais nos fragmentos de florestas antes e depois do isolamento para a criação de pastagens, comparando estas informações através do tempo com áreas-controle na mata contínua. O Projeto desenvolve ainda estudos de Ecologia Tropical Básica, estudos sobre a regeneração florestal e sobre a recuperação de áreas degradadas. A cada ano, cerca de 20 diferentes atividades de pesquisas são desenvolvidas no âmbito do PDBFF.

As florestas fragmentadas, entretanto, são muito dinâmicas no tempo e no espaço. Isto nos mostra porque estudos de longo prazo, como o PDBFF, são tão importantes. Estes estudos são vitais para

melhor compreendermos os vários efeitos da fragmentação florestal e assim melhor planejar o uso da terra.

O PDBFF atua também no treinamento de estudantes e técnicos do Brasil e da América Latina. As atividades de treinamento incluem: programa de estágios para universitários recém-formados; apoio financeiro para o desenvolvimento de teses de mestrado e doutorado nas áreas do PDBFF; curso intensivo sobre a ecologia da floresta Amazônica, para alunos de pós-graduação; um curso de curta duração para tomadores de decisão, que tem como foco a aplicação de princípios ecológicos para o manejo dos recursos naturais na Amazônia; e curso intensivo sobre aspectos-chave da ecologia, manejo e conservação da floresta, dirigido a técnicos e estudantes universitários da região Norte.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. As atividades propostas pelo Ipam estão estruturadas em quatro grandes programas sendo que cada programa inclui vários projetos contemplando diversas áreas de conhecimento e atividades de educação e extensão que envolvem treinamento de alunos, professores, pesquisadores, produtores e produtoras rurais:

- **Ecologia Florestal:** é um programa que engloba pesquisas sobre o funcionamento dos ecossistemas amazônicos e as conseqüências das mudanças de uso da terra sobre sua integridade. Nestes estudos são avaliados o impacto do fogo, do desmatamento, da regeneração florestal, das atividades agropecuárias e da exploração madeireira sobre os processos bioquímicos. Ao mesmo tempo, as dimensões humana e econômica são consideradas com o intuito de analisar a interação entre o sistema econômico e o meio ambiente, e valorar os impactos derivados da interferência humana sobre a Região Amazônica;
- **Floresta e Comunidades:** o objetivo geral do Programa é analisar, desenvolver e disseminar práticas de manejo sustentável de recursos naturais em colaboração com produtores e produtoras familiares rurais da Amazônia. O Programa visa melhorar a qualidade de vida dos produtores e produtoras familiares rurais, por meio do fortalecimento das organizações sociais e do manejo integrado de recursos naturais, agregando na economia familiar tanto os recursos agropecuários quanto extrativistas;
- **Manejo da Várzea:** como resposta à intensificação da pesca comercial e à expansão da pecuária extensiva, as comunidades locais estão tomando posse dos lagos de várzea e implantando um modelo descentralizado de gestão pesqueira, desenvolvendo formas de manejo comunitário de seus recursos naturais. O Programa de Manejo de Várzea busca apoiar essa iniciativa, por meio de estudos da ecologia e manejo dos lagos, do fortalecimento da agricultura, da Educação Ambiental e de instituições locais para a gestão participativa dos lagos de várzea e campos naturais;
- **Cenários:** essa iniciativa reúne as atividades de análises, estudos, formulações e intervenções que promovam a interface entre os resultados de pesquisas e as políticas públicas. O objetivo geral é articular proposições advindas de outros programas do Instituto e subsidiar os movimentos sociais na formulação de propostas que possam influenciar as políticas governamentais para a região.

Ver também comentários da questão 183.

Inventário Florestal Nacional. Ver comentário questão 174.

186 - Seu país está implementando alguma medida em nível nacional para melhorar a infra-estrutura para gerenciamento de dados e informações para a avaliação e monitoramento acurados da biodiversidade florestal global?		
Opções	X	Detalhes
a) Sim	X	Favor identificar as ações prioritárias com relação a cada objetivo da meta 4 e descrever as medidas implementadas com relação a essas prioridades.
b) Não		Favor indicar os motivos abaixo.
Comentários adicionais sobre a melhora da infra-estrutura para manejo de dados e informações (incluindo a efetividade das ações implementadas, lições aprendidas, impactos na biodiversidade florestal, dificuldades, necessidades, ferramentas e alvos).		
<p>Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam): Criado para estabelecer uma nova ordem na região. O Sivam é uma rede de coleta e processamento de informações levantadas, tratadas e integradas às informações obtidas por cada órgão governamental que trabalha na Amazônia. Será uma grande base de dados e todos os órgãos vão compartilhar esse conhecimento. Elimina-se, assim, a duplicação de esforços que existe hoje, adequando-se à utilização dos meios e recursos disponíveis para a realização das tarefas, respeitando as competências institucionais. O Sivam terá uma infra-estrutura comum e integrada de meios técnicos destinados à aquisição e tratamento de dados e para a visualização e difusão de imagens, mapas, previsões e outras informações. Esses meios abrangem o sensoriamento remoto, a monitoração ambiental e meteorológica, a exploração de comunicações, a vigilância por radares, recursos computacionais e meios de telecomunicações. As aplicações desses meios técnicos e a associação dos dados obtidos, a partir dos diversos sensores, proporcionarão informações temáticas particulares às necessidades operacionais de cada usuário.</p> <p>Inventário Florestal Nacional. Ver comentário questão 174.</p>		

Quadro XXXI.

<p>Por favor, explique melhor sobre a implementação deste programa de trabalho e decisões associadas, focalizando especificamente em:</p> <p>a) Resultados e impactos das ações implementadas;</p> <p>b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;</p> <p>c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;</p> <p>d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;</p> <p>e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio</p> <p>f) Dificuldades encontradas na implementação.</p>
<p>a) A articulação das políticas, programas e ações voltadas para a conservação florestal é feita por meio do Programa Nacional de Florestas (PNF). Nos últimos anos, o PNF foi fortalecido. Ressalta-se a criação da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas (Conaflor), instância que permite a participação de atores sociais importantes para a gestão das florestas brasileiras nos processos decisórios. Foram, também, fortalecidos, aperfeiçoados e consolidados os sistemas de</p>

monitoramento de queimadas na Amazônia. Criação de UCs em áreas florestais. Decreto nº 750/93, regulamentação da Mata Atlântica. Implementação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Rede Mata Atlântica. Monitoramento de cobertura florestal remanescente da Mata Atlântica (SOS Mata Atlântica). Sipam (ver comentários da questão 20). Projeto Biota-Fapesp (ver comentários das questões 19, 26 e 88). Corredores Ecológicos (ver comentários da questão 39).

b) Não houve contribuições diretas.

c) Considerando que a conservação e a gestão adequada das florestas abrangem todas as áreas focais das metas da CDB para 2010 (*proteger os componentes da biodiversidade, promover uso e consumo sustentáveis, enfocar ameaças à biodiversidade, manter bens e serviços da biodiversidade para manter o bem-estar humano, proteger o conhecimento, inovações e práticas tradicionais, garantir a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos do uso dos recursos genéticos*), pode-se afirmar que as iniciativas apontadas contribuem para o alcance de todas as metas.

d) As iniciativas apontadas contribuem indiretamente para a implementação de todos os componentes da PNB, dado que se orientam pela necessidade de integrar os vários elementos importantes para a conservação da biodiversidade. Ainda assim, tais iniciativas contribuem diretamente para implementação dos seguintes objetivos específicos da PNB:

- 12.2.8. *Promover, de forma integrada, e quando legalmente permitido, a utilização sustentável de recursos florestais, madeireiros e não-madeireiros, pesqueiros e faunísticos, privilegiando o manejo certificado, a reposição, o uso múltiplo e a manutenção dos estoques.*
- 13.3.9. *Criar unidades florestais nos estados brasileiros, para produção e fornecimento de sementes e mudas para a execução de projetos de restauração ambiental e recuperação de áreas degradadas, apoiados por universidades e centros de pesquisa no País.*

e) As iniciativas contribuem para o alcance do objetivo 7 dos ODMs (garantir a sustentabilidade ambiental).

f) Os principais impedimentos identificados para a Conservação do Ecossistema Florestal foram: 1) grandes desafios - baixa representatividade e integração dos temas afetos à biodiversidade junto aos demais setores; perda de conhecimento tradicional; uso limitado do conhecimento científico e tradicional existentes; pouco entendimento e documentação da perda de biodiversidade, bem como dos benefícios associados; carência de medidas econômicas de incentivo; pouca repartição de benefícios; pobreza; pressão populacional; consumo e padrões de produção insustentáveis; falta de capacitação às comunidades locais; carência de conhecimento e prática para iniciativas de manejo ecossistêmico; baixa capacidade de execução da legislação; 2) grandes desafios/medianos - baixa representatividade e integração dos temas afetos à biodiversidade junto aos demais setores; 3) desafios medianos - poucas medidas preventivas e pró-ativas; limitada transferência de tecnologia e experiência; baixo acesso ao conhecimento e informação; carência de educação pública e conhecimento em todos os níveis; carência de recursos financeiros, humanos e técnicos; carência de sinergia nos níveis nacional e internacional; baixa cooperação horizontal entre os envolvidos; carência de parcerias efetivas; baixo engajamento da comunidade científica; desastres naturais e mudanças ambientais; 4) desafios menores - limitada participação pública e envolvimento dos interessados; dificuldades em adequar a capacidade de pesquisa científica a fim de alcançar todos os objetivos.

Diversidade biológica de terras secas e sub-úmidas

187 - Seu país está apoiando cientificamente, tecnicamente e financeiramente, nos níveis nacional e regional, as atividades identificadas no programa de trabalho? (decisões V/23 e VII/2)	
Não	
Sim (favor fornecer detalhes abaixo)	X
Comentários adicionais sobre o apoio científico, técnico e financeiro, nos níveis nacional e regional, fornecido às atividades identificadas no programa de trabalho.	
<p>Projeto de Lei nº 1.847/03. Institui o Programa Nacional de Apoio aos Produtos Nativos do Cerrado com o objetivo de incentivar o manejo sustentável da região e o cultivo e a conservação das espécies nativas desse bioma. Diversas ações no âmbito do Programa são remetidas ao Poder Executivo, como identificar e mapear as áreas de incidência no Cerrado de comunidades tradicionais que se dedicam à coleta do pequi e de outros produtos nativos; realizar estudos visando à recuperação da biodiversidade das terras públicas e devolutas nesse bioma; e incentivar a industrialização e a comercialização do pequi e demais frutos típicos. De acordo com a proposta, as ações governamentais de planejamento e implementação das atividades do Programa contarão com a participação de representantes de instituições públicas e de organizações não-governamentais ligadas à agricultura familiar, aos trabalhadores e produtores rurais ou à proteção do meio ambiente. As terras públicas e devolutas que apresentem potencialidade específica para o cultivo serão destinadas a projetos de assentamento de trabalhadores rurais, nos moldes de reserva agroextrativista. Disponível em:</p> <p>http://www2.camara.gov.br/internet/proposicoes/chamadaExterna.html?link=http://www3.camara.gov.br/internet/sileg/prop_lista.asp?sigla=PL&Numero=1847&Ano=2003</p> <p>Instituto Nacional do Semi-Árido Celso Furtado. O INSA-CF tem por finalidade promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a integração dos pólos socioeconômicos e ecossistemas estratégicos da região do semi-árido brasileiro, bem como realizar, executar e divulgar estudos e pesquisas na área de desenvolvimento científico e tecnológico para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável da região.</p> <p>Maiores informações em: http://www.mct.gov.br/legis/portarias/123_2005.htm</p> <p>Rede Nordeste de Biotecnologia (Renorbio) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Tem por finalidade acelerar o processo de desenvolvimento da Região Nordeste por meio da biotecnologia, integrando esforços de formação de recursos humanos ao desenvolvimento científico e tecnológico para produzir impactos socioeconômicos que permitam a melhoria da qualidade de vida de sua população, com a participação efetiva de instituições que atuam em Biotecnologia, por meio de uma estratégia que promova a convergência do desenvolvimento científico em biologia realizados nas diversas áreas de aplicação da biotecnologia visando contribuir para a formulação e acompanhamento de políticas públicas na região Nordeste. Maiores informações em: http://www.mct.gov.br/legis/portarias/598_2004.htm</p> <p>Instituto Milênio do Semi-árido (Imsear). São contempladas as seguintes áreas de pesquisa:</p>	

biodiversidade, bioprospecção, conservação de recursos genéticos e conservação de recursos hídricos. O projeto busca:

- traçar o perfil fitoquímico de plantas do semi-árido brasileiro com história etnobotânica ou etnofarmacológica;
- avaliar a atividade farmacológica de extratos das mesmas;
- testar a atividade farmacológica de secreções de anuros;
- purificar e caracterizar estruturalmente compostos presentes em extratos com atividade farmacológica previamente identificada;
- avaliar a atividade farmacológica das substâncias puras obtidas;
- desenvolver estudos toxicológicos das substâncias com comprovada atividade farmacológica.

Todas essas pesquisas associadas à biota devem estar associadas ao estabelecimento de bancos de germoplasma *ex situ* os quais devem cumprir diversos papéis, dentre os quais se destacam a conservação da diversidade genética de espécies, complementando a conservação *in situ*, caracterização dessa diversidade, disponibilização de material para estudos químicos e farmacológicos e produção de mudas e/ou sementes para desenvolvimento de atividades econômicas ou recuperação de áreas degradadas, garantindo matéria-prima, benefícios ambientais, culturais e econômicos para as comunidades que se utilizam de recursos genéticos, tornando, com isso, os mais diversos usos para a diversidade biológica aplicados para melhoria da qualidade de vida humana. Mais informações em: <http://www.imsear.org.br>

Xingó. O Programa Xingó é uma iniciativa, de cunho multidisciplinar, desenvolvida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, (CNPq) em conjunto com a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), visando o aproveitamento da infra-estrutura usada para a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó (UHE), no Rio São Francisco, a qual irá se constituir em um Núcleo Compartilhado de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Este Núcleo funcionará com a participação das cinco universidades federais da região, além de outras instituições estaduais de ensino superior dos outros estados limítrofes, bem como de renomados institutos de pesquisas brasileiros.

Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado. Programa proposto pelo GT Cerrado da SBF do Ministério do Meio Ambiente. Seu objetivo é buscar condições para reverter os impactos socioambientais negativos por meio da conservação, restauração, recuperação e manejo sustentável de ecossistemas naturais e agropecuários, bem como a valorização e o reconhecimento de suas populações tradicionais. O programa prevê a criação do Portal Cerrado e da elaboração de um edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente intitulado Formação de Agentes Multiplicadores e Assistência Técnica e Extensão Rural em Atividades Florestais aos Agricultores Familiares do Bioma Cerrado. <Http://www.mma.gov.br/fnma/apoio/di/ed0204.html>

Programa de Pequenos Projetos (PPP/GEF/PNUD). O Programa de Pequenos Projetos é a versão brasileira do *Small Grants Programme* (SGP), uma linha de apoio a projetos cuja criação foi proposta por ONGs presentes na Rio-92 ao Conselho do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF) - com o apoio do PNUD. O PPP concede pequenas doações a organizações não-governamentais e

organizações de base comunitária, para a execução de projetos que promovam meios de vida sustentáveis no Cerrado. Em 10 anos no Brasil, apoiou 158 projetos, em 14 estados da área de abrangência do Cerrado, com maior concentração no Estado de Goiás, seguido dos Estados de Minas Gerais e Tocantins. Todos os projetos apoiados pelo PPP contribuem, de forma direta ou indiretamente, para a conservação da diversidade biológica.

Há uma grande diversidade sociocultural entre os beneficiários do PPP, entre diversas etnias indígenas, remanescentes de quilombos, quebradeiras de coco e pequenos produtores rurais agroextrativistas. Os projetos apoiados pelo PPP, em grande parte, visam valorizar o conhecimento tradicional associado à biodiversidade do Cerrado, além de promover o aprendizado e articulação política para a defesa do bioma e dos povos que historicamente o habitam. O PPP também apóia inúmeros projetos em assentamentos rurais, com vistas a promover um novo modelo de ocupação e uso das paisagens rurais do Cerrado. Informações em www.ispn.org

Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio), da Diretoria de Conservação da Biodiversidade (SBF/MMA), apoiou financeiramente a partir de 2002, 24 sub-projetos que abrangem ecossistemas secos e sub-úmidos:

- Implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, executado pela Fundação Pró-natureza (Funatura). Bioma: Cerrado;

- Búfalos Selvagens da Rebio do Vale do Guaporé, executado Embrapa-CPAR. Bioma: Floresta Amazônica;

- Inventário biológico nos vales dos rios Jequitinhonha e Mucuri nos Estados de Minas Gerais e Bahia, executado pela *Conservation International* do Brasil. Bioma: Mata Atlântica e Campos Sulinos;

- Análise das variações da biodiversidade da Caatinga como o apoio de sensoriamento remoto e sistema de informações geográficas para suporte de estratégias regionais de conservação, executado pela Associação Caatinga. Bioma: Caatinga;

- Biodiversidade dos Campos do Planalto das Araucárias, executado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bioma: Mata Atlântica e Campos Sulinos;

- Chapada Diamantina: biodiversidade, executado pela Associação Plantas do Nordeste (APNE). Bioma: Cerrado e Pantanal;

- Inventário da biota aquática com vistas a conservação e utilização sustentável do bioma Cerrado (Serra e vale do rio Paranã), executado pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec). Bioma: Cerrado e Pantanal;

- Inventário da diversidade biológica do Complexo Jauru, executado pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Bioma: Cerrado e Pantanal;

- Inventário da Biodiversidade do Vale e Serra do Paranã e do sul de Tocantins, executado pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec). Bioma: Amazônia e Cerrado;

- Avaliação ecológica e seleção de áreas prioritárias à conservação de savanas amazônicas, arquipélago do Marajó, Estado do Pará, executado pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Bioma: Cerrado e Pantanal;

- Inventários da biodiversidade na Serra do Amolar, executado pela Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos (Ecotrópica). Bioma: Cerrado;

Conservando *Caprimulgus candicans* no Brasil, executado pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec). Bioma: Cerrado;

Plano de Manejo para *Lonchophylla dekeyseri*, executado pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec). Bioma: Caatinga;

Diagnóstico de polinizadores no vale do São Francisco, executado pelo Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido - Embrapa Semi-Árido. Bioma: Caatinga;

Plano de Manejo para Polinizadores de Fruteiras, executado pela Escola Politécnica da Bahia. Bioma: Cerrado;

Polinizadores do murici (*Byrsonima crassifolia*, *Malpighiaceae*) em áreas nativas, Maranhão: diversidade de espécies, nidificação e seu uso sustentável na agricultura, executado pela Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA (FSADU). Bioma: Caatinga e Mata Atlântica;

Diagnóstico e manejo dos polinizadores de algodoeiro e gravioleira, executado pela Fundação de apoio ao desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (Fade). Bioma: Cerrado;

Polinizadores de araticum (*Annonaceae*) no cerrado mato-grossense, executado pela Universidade do Estado do Mato-Grosso (Unemat). Bioma: Cerrado;

Manejo sustentável de *Xylocopa spp.* (Apidae, Xylocopini), polinização e produção do maracujá-amarelo (*Passiflora edulis f. flavicarpa*) no triângulo mineiro, executado pela Fundação de Apoio Universitário - Universidade Federal de Uberlândia. Bioma: Cerrado;

Levantamento de indicadores sensíveis a parâmetros climáticos no Pantanal, executado pela Fundação Dalmo Giacometti. Bioma: Pantanal;

Projeto Plantas do Futuro - Região Centro-Oeste, executado pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia - Embrapa Cenargen. Bioma: Cerrado;

Espécies da Flora Nordestina de Importância Econômica Potencial, executado pela Associação Plantas do Nordeste (APNE). Bioma: Caatinga;

Prospecção e caracterização de populações das espécies do gênero *Gossypium* nativas ou naturalizadas do Brasil, executado pela Embrapa-Algodão. Bioma: Caatinga;

Identificação e divulgação de informes sobre espécies da flora da Região Sul de importância econômica atual ou potencial para uso direto e/ou para ampliar a utilização comercial, com vistas a fomentar o desenvolvimento de produtos voltados para o mercado interno e de exportação, executado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU). Bioma: Mata Atlântica e Campos Sulinos.

Brejos de Altitude em Pernambuco e Paraíba: História Natural, Ecologia e Conservação. Este livro, publicado em 2004 apresenta o resultado de quatro anos de pesquisas propiciadas pelo desenvolvimento do projeto "Recuperação e manejo dos ecossistemas naturais de Brejos de Altitude de Paraíba e Pernambuco" apoiado pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito do Probio e que teve como objetivo promover a conservação dos remanescentes de brejos de altitude no agreste de Pernambuco e Paraíba, por meio de um aproveitamento sustentado desses recursos, levando em conta os interesses da população local e contando com a sua participação, pelo estabelecimento de mecanismos eficazes de transferência dos resultados das pesquisas para as comunidades. Neste trabalho foram envolvidas universidades (especialmente a Universidade Federal de Pernambuco e a

Universidade Federal da Paraíba), além da Sociedade Nordestina de Ecologia e da Fundação de Apoio à Universidade Federal de Pernambuco (Fape), e inúmeros outros apoios. A versão on line da publicação está disponível em http://www.mma.gov.br/?id_estrutura=14&id_conteudo=1989

Biodiversidade da Caatinga: Áreas e Ações Prioritárias para a Conservação. Esta publicação foi apoiada pela Diretoria do Programa de Conservação da Biodiversidade (DCBio), por meio do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (Probio) e lançada em 2004. Apresenta os textos específicos que embasaram as indicações de áreas prioritárias, de ações e de políticas públicas para a conservação da biodiversidade da Caatinga, geradas previamente e durante o seminário "Avaliação e Ações Prioritárias para Conservação da Biodiversidade na Caatinga" realizado entre 21 e 26 de maio de 2000 pelo Ministério do Meio Ambiente. Estes textos agregam informações bióticas (flora, invertebrados, biótica aquática, répteis e anfíbios, aves e mamíferos) às não-bióticas (estratégias de conservação, fatores abióticos, pressão antrópica e desenvolvimento regional, e uso sustentável da biodiversidade). A estes foram agregados também os resultados gerados pela integração e reestruturação dos dados obtidos, os quais foram trabalhados por grupos interdisciplinares, agrupados por regiões pré-definidas: Maranhão/Piauí; Ceará; Rio Grande do Norte/Paraíba. Além dos grupos regionais, foi formado um grupo integrador para combinar todas as recomendações propostas pelos grupos temáticos em um conjunto único de propostas de políticas públicas para a conservação da biodiversidade da Caatinga e no mapa geral de prioridades.

Corredor Ecológico Unindo as Serras da Capivara e das Confusões. Uma portaria do MMA, assinada em 11/03/2005 define a implementação de um "corredor ecológico" ligando as porções de Caatinga protegidas pelos parques nacionais da Serra da Capivara e da Serra das Confusões, no Piauí, com 412 mil hectares. O corredor e os dois parques nacionais formarão o primeiro "mosaico" de unidades de conservação a ter um conselho gestor legalmente formado, desde a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), em 2000. A área será gerenciada pelo Ibama, em parceria com representantes de órgãos dos governos federal, estadual e municipais, da Fundação Museu do Homem Americano (Fumdam), da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (Fetag), da Universidade Federal do Piauí, de organizações não-governamentais, de famílias de assentados da reforma agrária, da Pastoral da Terra e do Ministério Público, entre outros. O Ministério do Meio Ambiente fará um investimento inicial de R\$300 mil, com recursos do GEF Caatinga (Fundo de Meio Ambiente das Nações Unidas) e do Programa Nacional de Florestas do MMA, para estudos ambientais e assistência técnica aos assentamentos na área do corredor. Os recursos também servirão para a elaboração de um plano de manejo sustentável dos assentamentos, que deverão abrigar cerca de mil famílias em duas glebas. O objetivo é estimular atividades não-madeireiras, evitando desmatamentos. Os estudos na região poderão resultar, inclusive, na ampliação da área do Parque da Serra da Capivara ou na criação de uma nova área protegida.

Combate à Desertificação. Programa do Plano Plurianual (2004-2007) do Governo Federal, cujo objetivo é reduzir o nível de crescimento das áreas desertificadas ou em processo de desertificação.

Governo do Estado de Pernambuco. Por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio

Ambiente, o Estado executa os seguintes projetos visando a conservação da caatinga:

- Conservação e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco;
- Cenários para o Bioma Caatinga;
- Combate a Desertificação e Convivência com a Seca;
- Proteção e Conservação Ambiental da Bacia do Rio Ipojuca;
- Proteção e Conservação Ambiental da Região do Araripe no Estado de Pernambuco.

Informações em www.sectma.pe.gov.br

Associação Plantas do Nordeste (PNE). A Associação executa os seguintes projetos visando a conservação e o uso sustentável do bioma Caatinga:

- Manejo sustentado da vegetação lenhosa da caatinga com ênfase à produção de lenha para uso doméstico das comunidades do Nordeste do Brasil - PE;
- Criação do Instituto do Milênio do Semi-Árido: Biodiversidade, Bioprospecção e Conservação dos Recursos Naturais (Imsear);
- Projeto Seqüestro de Carbono no Semi-Árido;
- Projeto Biodiversidade da Chapada Diamantina;
- Espécies da Flora Nordestina de Importância Econômica Potencial;
- Levantamento da Cobertura Vegetal e do Uso do Solo do Bioma Caatinga;
- Uso Sustentável da Biodiversidade em Caroolina;
- Manejo Florestal Sustentável da Caatinga em Pequenas e Médias Propriedades Rurais da Região do Moxotó - PE;
- Mulheres na Produção Artesanal em Caroolina;
- Rede de Manejo Florestal da Caatinga;
- Rede de Sementes Florestais da Caatinga;
- Centro Nordestino de Informação sobre Plantas (CNIP). Gestão e informatização de informação.

Informações em www.plantasdonordeste.org

Embrapa Semi-árido. Na região semi-árida do Nordeste brasileiro a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) possui o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido (Embrapa Semi-Árido), localizado em Petrolina (PE). Esse Centro tem como missão viabilizar soluções tecnológicas, competitivas e sustentáveis, para o agronegócio da região do Trópico Semi-Árido. Dentre as suas várias linhas de P&D, a unidade atua na conservação e uso sustentável de componentes da biodiversidade do bioma Caatinga, combate à desertificação, desenvolvimento de alternativas sociais e econômicas de convivência do homem com a seca pelo manejo de solo e água, controle integrado de pragas e doenças das principais culturas, produção integrada e melhoria da qualidade dos alimentos, além da Educação Ambiental e uso racional de forrageiras da Caatinga para alimentação de caprinos e ovinos.

Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MG). Um programa executado pela Fundação Pró-Natureza (Funatura), com recursos da *The Nature Conservancy* (TNC) compreende três projetos:

1. Implementação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (231 mil hectares);
2. Elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas;

3. Desenvolvimento Sustentável do Entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

Informações em www.funatura.org.br

Projeto Emas. O projeto, executado pela *The Nature Conservancy*, tem o objetivo de implementar melhores práticas agropecuárias no Cerrado brasileiro, em áreas pilotos, para demonstrar a possibilidade de redução de impactos ambientais e aumento de ganhos econômicos para produtores rurais da região. Realiza as seguintes atividades:

- construção de alianças com fazendeiros locais, agências de extensão rural, tomadores de decisão, instituições de pesquisa e ONGs;
- desenvolvimento de um fundo de seguro para financiar perdas econômicas durante a experimentação das melhores práticas agropecuárias;
- disseminação dos resultados positivos das melhores práticas para fazendeiros e comunidades locais;
- organização de dias de campo;
- promoção do uso sustentável dos recursos naturais no entorno do Parque Nacional das Emas, em Goiás.

188 - Seu país integrou ações do programa de trabalho sobre terras secas e sub-úmidas em suas estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade, ou no Programa Nacional de Ação [NAP - *National Action Programme*] da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação? (decisões V/23, VI/4 e VII/2)

Não

Sim (favor fornecer detalhes abaixo)

X

Comentários adicionais sobre as ações do programa de trabalho sobre terras secas e sub-úmidas integradas nas estratégias e planos de ação nacionais de biodiversidade, ou no Programa Nacional de Ação [NAP - *National Action Programme*] da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação.

PAN-Brasil. Ver comentários da questão 189.

A Política Nacional de Biodiversidade contém objetivos específicos relacionados à prevenção e combate à desertificação. Ver comentários da questão 189.

Grupo de Trabalho do Cerrado. A Portaria nº 358 do MMA, de 10/09/2003 criou o GT - Grupo de Trabalho sobre o Bioma Cerrado, ligado à SBF do MMA. (Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - ver comentários da questão 187)

189 - Seu país implementou medidas para assegurar a implementação do programa de trabalho em sinergia/colaboração com os processos nacionais da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação e outros processos de convenções ambientais relacionadas? (decisões V/23, VI/4 e VII/2)	
Não	X
Sim, algumas conexões foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Sim, conexões extensas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as medidas para assegurar a implementação do programa de trabalho em sinergia/colaboração com os processos nacionais da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação e outros processos de convenções ambientais relacionadas.	
<p>Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca (PAN-Brasil). É um instrumento de planejamento que visa estabelecer diretrizes e instrumentos legais e institucionais que permitam otimizar a formulação e execução de políticas públicas e investimentos privados nas Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASD), no contexto da política de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca e de promoção do desenvolvimento sustentável. O programa vem sendo construído por meio de uma articulação que envolve os poderes públicos e a sociedade civil, sob coordenação da Secretaria de Recursos Hídricos do MMA (SRH/MMA). Nesta perspectiva, tem como objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Criar os mecanismos institucionais de coordenação, participação e ação entre o setor público, a sociedade civil e o setor privado; ● Aprimorar o conhecimento da situação dos processos de desertificação e de ocorrência de secas no Brasil, a ser atualizado sistematicamente; ● Formular diretrizes para a concepção, formulação e revisão de políticas e ações de apoio ao desenvolvimento sustentável das áreas susceptíveis ou afetadas por processos de desertificação; ● Colaborar com os Estados e Municípios na formulação e implementação de estratégias de combate à desertificação; ● Criar e fortalecer as instituições responsáveis pelo combate à desertificação; ● Implementar ações pactuadas que levem ao desenvolvimento sustentável de áreas afetadas e sujeitas a processos de desertificação, segundo os princípios e orientações da CCD; ● Instituir processos participativos de planejamento e pactuação entre os diferentes atores; e ● Criar instrumentos de apoio ao desenvolvimento de atividades produtivas compatíveis com a preservação, conservação e manejo sustentável dos recursos naturais. <p>Informações em http://desertificacao.cnrh-srh.gov.br/</p>	

Parte A do Programa: Avaliação

190 - Seu país avaliou e analisou informações sobre o estado da diversidade biológica de terras secas e as pressões exercidas sobre ela, disseminou conhecimentos e melhores práticas existentes, e preencheu lacunas do conhecimento de forma a determinar as atividades adequadas? (Decisão V/23, Parte A: Avaliação, Objetivo operacional, atividades 1 a 6)

a) Não

b) Não, mas a avaliação está em curso

c) Sim, algumas avaliações foram realizadas (favor fornecer detalhes abaixo)

X

d) Sim, avaliações abrangentes foram realizadas (favor fornecer detalhes abaixo)

Comentários adicionais sobre informações relevantes sobre avaliações do estado, tendências e disseminação do conhecimento e melhores práticas existentes.

Coordenação e Manejo da Biodiversidade no Bioma da Cerrado (CMBBC). Ver comentários da questão 39.

Cenários para o Bioma Caatinga: Sistematização de Informações. Estudo desenvolvido em Recife pelo Conselho Nacional de Reserva da Biosfera da Caatinga, pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente de Pernambuco (Sectma) e pelo Ministério do Meio Ambiente. É o maior levantamento sobre o bioma. Ele revela que a Caatinga é 29,2% maior do que indicavam os números oficiais, ocupando 1.037.517,8 km². O estudo atualiza o número de municípios incluídos no bioma. São 1.289: 164 a mais do que o último levantamento. E o mesmo relatório destaca que a taxa de destruição do sertão cresce em ritmo acelerado. A cada ano, pelo menos 6.530 km². de sua vegetação são destruídos. Da cobertura original, restam pouco mais de 51%. Caso a pressão persista ou se agrave, os cenários para 2010 são desoladores: sobrarão apenas 32% da vegetação. A devastação ameaça 665 mil km²., dos quais 182 mil estão num caminho sem volta para a desertificação. Informações em www.sectma.pe.gov.br

Mapa "Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira". Ver comentários da questão 36.

Fragmentação de Ecossistemas - causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendação de políticas públicas. Representa o resultado alcançado por 15 subprojetos que foram selecionados por meio do Edital Probio nº 01/1997 e que foram executados no período de 1998 a 2002. Num esforço de síntese, todos os coordenadores dos subprojetos e integrantes das equipes técnicas destes, somando mais de 120 autores, produziram em conjunto esta publicação, lançada em 2003 e reeditada em 2005, que apresenta os resultados das análises feitas para identificação de causas e conseqüências da fragmentação de ecossistemas sobre a biodiversidade brasileira. Com base nos resultados obtidos, o livro ainda apresenta propostas de adequações, melhorias, criação e muitas vezes compatibilização de políticas públicas visando à mitigação, prevenção e reversão dos efeitos adversos da fragmentação de ambientes sobre a diversidade biológica brasileira.

Programa de Divulgação e Intercâmbio Científico da Reserva da Biosfera do Cerrado no

Distrito Federal. Realizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, com recursos do Projeto de Consolidação das Reservas da Biosfera Brasileira (BRAMAB II), o programa realiza as seguintes ações:

Implantação do sistema gestão;

Sistematização das informações científicas (programas/projetos) das áreas núcleos da Reserva da Biosfera do Cerrado (RBC);

Elaboração, edição e divulgação dos Cadernos Técnicos da RBC-DF;

Implantação do centro de informações da RBC-DF;

Elaboração, edição e distribuição dos folders da RBC;

Elaboração do Anuário do Cerrado.

Informações em www.semarh.df.gov.br

Avaliação Ecorregional da Caatinga. Projeto realizado pela *The Nature Conservancy*, com os objetivos de:

Organização de oficinas de discussão sobre o tema com o objetivo de determinar as prioridades de conservação; e

Identificação de estratégias chaves para o uso do ecossistema.

Programa "Vamos Cuidar do Brasil - Cerrado". O programa, executado pelo MMA, tem por objetivo, por meio de um processo educacional, destinado a melhoria da qualidade de vida, estimular, potencializar e articular ações, pessoas e instituições visando a preservação ambiental no Cerrado. Foi realizada a implantação de oito Módulos Demonstrativos de Recuperação de Áreas Degradadas de Cerrado (MDR), em parceria com a Embrapa-Cerrados e a Universidade de Brasília. Foi também iniciado um processo de cooperação internacional, em prol da conservação do Cerrado, por meio da implantação de dois bosques urbanos, no Setor de Embaixadas Sul, em Parceria com as Embaixadas da Argentina e Venezuela. Mais informações em www.mma.gov.br/educambiental

Parte B do Programa: Ações Direcionadas

191 - Seu país tomou medidas para promover a conservação e uso sustentável da diversidade biológica de terras secas e sub-úmidas, para a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados pelo uso de seus recursos genéticos, e para combater a perda de diversidade biológica em terras secas e sub-úmidas, assim como suas conseqüências sócio-econômicas? (parte B do anexo I da decisão V/23, atividades 7 a 9)

a) Não

b) Sim, algumas medidas foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)

X

c) Sim, muitas medidas foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)

Comentários adicionais sobre as medidas tomadas para promover a conservação e uso sustentável da diversidade biológica de terras secas e sub-úmidas, para a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados pelo uso de seus recursos genéticos, e para combater a perda de diversidade biológica em terras secas e sub-úmidas, assim como suas conseqüências sócio-econômicas.

Ver comentários da questão 187.

192 - Seu país tomou medidas para fortalecer a capacidade nacional, incluindo capacidades locais, para intensificar a implementação do programa de trabalho?	
a) Não	
b) Sim, algumas medidas foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
c) Sim, medidas abrangentes foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, todas as necessidades identificadas de capacitação foram atendidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as medidas tomadas para fortalecer a capacidade nacional, incluindo capacidades locais, para intensificar a implementação do programa de trabalho.	
<p>Projetos:</p> <p>Gestão Biorregional do EcoMuseu do Cerrado, Corredor Ecológico do Cerrado, Corredor Ecológico Cerrado - Pantanal, Projeto de Conservação e Manejo do Bioma Caatinga. Ver comentários da questão 39;</p> <p>4º Encontro de Parteiros, Benzedeiros e Raizeiros do Cerrado. Ver comentários da questão 63;</p> <p>Resultados dos Encontros da Rede Cerrado;</p> <p>Monitoramento e ampliação do banco de germoplasma de plantas medicinais do Cerrado. Ver comentários da questão 67;</p> <p>Projeto Frutos do Cerrado. Ver comentários da questão 76;</p> <p>VI Feira Krahô de Sementes Indígenas, O Cerrado é Vida. Ver comentários da questão 165;</p> <p>Programa de Pequenos Projetos (PPP/GEF/PNUD). Ver comentários da questão 187.</p> <p>Rede Cerrado. Rede que visa articular as ONGs ambientalistas que atuam no Cerrado. A Rede desenvolve as seguintes atividades:</p> <p>Articulação das ONGs que atuam no Cerrado para a promoção de meios de vida sustentáveis, a conservação da biodiversidade e participação na definição de políticas públicas para o Cerrado.</p> <p>Apoio ao Grupo de Trabalho do Cerrado.</p> <p>Www.redecerrado.org.br</p>	

Quadro XXXII.

<p>Por favor, explique melhor sobre a implementação deste programa de trabalho e decisões associadas, focalizando especificamente em:</p> <p>a) Resultados e impactos das ações implementadas;</p> <p>b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;</p> <p>c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;</p> <p>d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;</p> <p>e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio</p> <p>f) Dificuldades encontradas na implementação.</p>
<p>a) As iniciativas voltadas para a conservação e uso sustentável do Cerrado, Caatinga, Pampas e Pantanal encontram-se em fase inicial. Iniciativas importantes são as realizadas por ONGs e Universidades. Rede Cerrado, GT Cerrado. Programa Cerrado Sustentável. Reservas da Biosfera</p>

Cerrado, Caatinga e Pantanal (ver comentários da questão 39). Criação e Ampliação de UCs (ver comentários da questão 187). Avanços na compilação, sistematização e disponibilização de dados sobre Caatinga (ver comentários da questão 190).

b) Não houve contribuições diretas.

c) Considerando que a conservação e a gestão adequada do Cerrado e da Caatinga abrangem todas as áreas focais das metas da CDB para 2010 (*proteger os componentes da biodiversidade, promover uso e consumo sustentáveis, enfocar ameaças à biodiversidade, manter bens e serviços da biodiversidade para manter o bem-estar humano, proteger o conhecimento, inovações e práticas tradicionais, garantir a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos do uso dos recursos genéticos*), pode-se afirmar que as iniciativas apontadas contribuem para o alcance de todas as metas.

d) As iniciativas apontadas contribuem indiretamente para a implementação de todos os componentes da PNB, dado que se orientam pela necessidade de integrar os vários elementos importantes para a conservação da biodiversidade. Todavia, observa-se um predomínio de iniciativas voltadas ao uso sustentável da biodiversidade do Cerrado. Na Caatinga, as iniciativas predominantes referem-se ao conhecimento de sua biodiversidade.

e) As iniciativas contribuem para o alcance do objetivo 7 dos ODMs (*garantir sustentabilidade ambiental*).

f) Os principais impedimentos identificados para a Conservação do Ecossistema de Terras Secas e Subúmidas foram: 1) grandes desafios - baixa representatividade e integração dos temas afetos à biodiversidade junto aos demais setores; poucas medidas preventivas e pró-ativas; capacidade de ação diminuída; limitada transferência de tecnologia e experiências; perda de conhecimento tradicional; carência de educação pública e conhecimento em todos os níveis; uso limitado de conhecimento científico e tradicional existentes; pouco entendimento e documentação da perda de biodiversidade, bem como dos benefícios associados; carência de recursos financeiros, humanos e técnicos; carência de medidas econômicas de incentivo; pouca repartição de benefícios; carência de sinergia nos níveis nacional e internacional; pobreza; pressão populacional; consumo e padrões de produção insustentáveis; falta de capacitação às comunidades locais; carência de conhecimento e prática para iniciativas de manejo ecossistêmico; baixa capacidade de execução da legislação; 2) desafios medianos - limitada participação pública e envolvimento dos interessados; baixo acesso ao conhecimento e informação; baixa cooperação horizontal entre os envolvidos; carência de parcerias efetivas; baixo engajamento da comunidade científica; desastres naturais e mudanças ambientais. 3) desafios menores - dificuldades em adequar a capacidade de pesquisa científica a fim de alcançar todos os objetivos.

Biodiversidade de Montanhas

Elemento 1 do Programa. Ações diretas para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios	
193 - Seu país tomou alguma medida para impedir e mitigar os impactos negativos das ameaças principais à biodiversidade de montanhas?	
a) Não	
b) Não, mas medidas relevantes estão sendo consideradas	
c) Sim, algumas medidas foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, muitas medidas foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as medidas tomadas para impedir e mitigar os impactos negativos das ameaças principais à biodiversidade de montanhas.	
<p>O recorte apresentado pela Convenção não reflete a forma como o assunto é tratado no País. Entretanto, várias iniciativas mais abrangentes contemplam este ecossistema. Bons exemplos são o Código Florestal, que protege especificamente encostas com inclinação superior a 45°, e a criação de Unidades de Conservação contemplando este tipo de ambiente.</p>	

194 - Seu país tomou alguma medida para proteger, recuperar e restaurar a biodiversidade de montanhas?	
a) Não	
b) Não, mas algumas medidas estão sendo consideradas	
c) Sim, algumas medidas foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, muitas medidas foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as medidas tomadas para proteger, recuperar e restaurar a biodiversidade de montanhas.	
Ver comentários da questão 193.	

195 - Seu país tomou alguma medida para promover o uso sustentável dos recursos biológicos montanos e para manter a diversidade genética nos ecossistemas montanhosos?	
a) Não	
b) Não, mas algumas medidas estão sendo consideradas	X
c) Sim, algumas medidas foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, muitas medidas foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as medidas para promover o uso sustentável dos recursos biológicos montanos e para manter a diversidade genética nos ecossistemas montanhosos.	
<p>Projeto Samambaia-preta (ver comentários da questão 76).</p> <p>Vale citar ainda que várias iniciativas de ecoturismo sustentável, em UCs, referem-se especificamente ao ambiente de montanhas.</p>	

196 - Seu país tomou alguma medida para repartir os benefícios gerados pela utilização dos recursos genéticos montanos, incluindo a preservação e manutenção do conhecimento tradicional?	
a) Não	
b) Não, mas algumas medidas estão sendo consideradas	
c) Sim, algumas medidas foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, muitas medidas foram tomadas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as medidas para repartir os benefícios gerados pela utilização dos recursos genéticos montanos.	
A Medida Provisória N° 2.186-016, de 23 de agosto de 2001, prevê o instrumento do Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios para o acesso aos recursos genéticos em todo território brasileiro, inclusive os ecossistemas de montanha. Não há um tratamento diferenciado para nenhum ecossistema.	

Elemento 2 do Programa. Meios para implementar a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios	
197 - Seu país desenvolveu alguma estrutura legal, política e institucional para a conservação e uso sustentável da biodiversidade de montanhas e para implementar esse programa de trabalho?	
a) Não	
b) Não, mas estruturas relevantes estão sendo desenvolvidas	
c) Sim, algumas estruturas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, estruturas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as estruturas legais, políticas e institucionais para a conservação e uso sustentável da biodiversidade montana e para a implementação do programa de trabalho sobre biodiversidade de montanhas.	
Ver comentários da questão 193.	

198 - Seu país esteve envolvido em acordos de cooperação regionais e/ou trans-fronteiriços sobre ecossistemas montanos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade de montanhas?	
a) Não	
b) Não, mas algumas estruturas de cooperação estão sendo consideradas	X
c) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)	
Informações adicionais sobre os acordos de cooperação regionais e/ou trans-fronteiriços sobre ecossistemas montanos para a conservação e uso sustentável da biodiversidade de montanhas.	

Elemento 3 do Programa. Apoiando ações para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios

199 - Seu país tomou alguma medida para a identificação, monitoramento e avaliação da diversidade biológica de montanhas?

a) Não	
b) Não, mas programas relevantes estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	X
d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	

Comentários adicionais sobre as medidas para a identificação, monitoramento e avaliação da biodiversidade de montanhas.

Programa Diversidade Dinâmica e Conservação de Florestas do Estado de São Paulo: 40 ha de Parcelas Permanentes. O projeto, coordenado pelo Departamento de Ciências Biológicas da Esalq-USP e financiado pela Fapesp é desenvolvido desde 2001 em Floresta Estacional, Floresta Ombrófila Densa, Floresta de Restinga e Cerradão. Nestas parcelas permanentes de 10ha cada, estão sendo desenvolvidos diversos sub-projetos em dinâmica florestal e principalmente em Ecologia Geral.

Apesar de o tema não ser tratado especificamente, o Código Florestal, instituído pela Lei nº. 4.771, de 1934, considera como de preservação permanente as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

- no topo de morros, montes, montanhas e serras;
- nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°, equivalente a 100% na linha de maior declive.

200 - Seu país tomou alguma medida para melhorar a pesquisa, a cooperação técnica e científica, e a capacitação para a conservação e uso sustentável da biodiversidade de montanhas?

a) Não	X
b) Não, mas programas relevantes estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	

Comentários adicionais sobre as medidas para melhorar a pesquisa, a cooperação técnica e científica, e a capacitação para a conservação e uso sustentável da biodiversidade de montanhas.

201 - Seu país tomou alguma medida para desenvolver, promover, validar e transferir tecnologias apropriadas para a conservação de ecossistemas montanhosos?	
a) Não	X
b) Não, mas programas relevantes estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, algumas medidas foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, medidas abrangentes foram estabelecidas (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre as medidas para desenvolver, promover, validar e transferir tecnologias apropriadas para a conservação de ecossistemas montanhosos.	

Quadro XXXIII.

<p>Por favor, explique melhor sobre a implementação deste programa de trabalho e decisões associadas, focalizando especificamente em:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Resultados e impactos das ações implementadas; b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção; c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010; d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação; e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio f) Dificuldades encontradas na implementação.
<p>A política brasileira, apesar de não apresentar enfoque semelhante ao desenho de ecossistema de montanha utilizado pela CDB, em vários aspectos executa iniciativas que contemplam, direta ou indiretamente, esse ambiente, como por exemplo, a criação de UCs.</p>

E. OPERAÇÃO DA CONVENÇÃO

202 - Seu país participou ativamente de atividades sub-regionais e regionais em preparação para reuniões da Convenção e para intensificar a implementação da Convenção? (decisão V/20)	
Não	
Sim (favor fornecer detalhes abaixo)	X
Comentários adicionais sobre as atividades regionais e sub -regionais nas quais seu país esteve envolvido.	
<p>Reunião de Trabalho sobre Espécies Exóticas Invasoras: Promovendo Cooperação na América do Sul, de 17 a 19 de outubro de 2001, em Brasília.</p> <p>Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para a Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul. Ver comentários da questão 128.</p> <p>Seminário regional da América Latina e do Caribe sobre o Clearing-House Mechanism (CHM). Realizado em Brasília, em março de 2005, sob coordenação da Diretoria de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente e do Secretariado da CDB. O objetivo desse encontro foi permitir a interação dos pontos focais temáticos, por meio da construção de capacidades, para fortalecer ainda mais a meta de cooperação técnica e científica do CHM da Convenção (Mecanismo de Facilitação), em relação ao uso e ao acesso a novas tecnologias de informação.</p> <p>Reunião Internacional para discutir a iniciativa sobre Biodiversidade para Alimentação e Nutrição. Realizada em Brasília de 12 a 13 de março de 2005, sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente, o Secretariado da CDB e a Food and Agriculture Organization (FAO).</p> <p>I Simpósio Brasileiro sobre Espécies Exóticas Invasoras. A ser realizada de 4 a 7 de outubro de 2005, em Brasília.</p>	

203 - Seu país está fortalecendo a cooperação regional e sub-regional, intensificando a integração e promovendo sinergias com processos regionais e sub-regionais relevantes? (decisão VI/27 B)	
Não	
Sim (favor fornecer detalhes abaixo)	X
Comentários adicionais sobre a cooperação e os processos regionais e sub-regionais.	
<p>Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para a Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul. Ver comentários da questão 128.</p> <p>O Foro de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe nasceu sob a influência fundamental dos resultados da Conferência do Rio e das cada vez mais prementes necessidades dos governos da região de proteger o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável. O Foro resulta de um esforço do PNUMA, no início da década de 1980, de transformar paulatinamente as Reuniões Intergovernamentais Regionais sobre Meio Ambiente em um Foro de Ministros de Meio Ambiente da região. O Foro constitui hoje uma das instâncias políticas mais importantes para a</p>	

discussão e orquestração de posições regionais em temas da agenda ambiental internacional. Ao longo das duas décadas de sua existência, período em que 14 reuniões foram realizadas, o Foro evoluiu gradativamente de uma acentuada dispersão temática para a ordenação de uma agenda regional que propicia a cooperação regional, o incremento de capacidades e o intercâmbio de metodologias e experiências em matéria de institucionalidade da gestão ambiental nos países da região. O Foro tem também melhorado a participação dos países da América Latina e do Caribe em conferências internacionais e outros acordos multilaterais ambientais.

A pergunta seguinte (204) é para PAÍSES DESENVOLVIDOS

204 - Seu país está apoiando o trabalho de mecanismos existentes de coordenação regional e o desenvolvimento de redes ou processos regionais e sub-regionais? (decisão VI /27 B)	
a) Não	
b) Não, mas programas estão sendo desenvolvidos	
c) Sim, incluídos em estruturas existentes de cooperação (favor fornecer detalhes abaixo)	
d) Sim, algumas atividades de cooperação em curso (favor fornecer detalhes abaixo)	
Comentários adicionais sobre o apoio ao trabalho de mecanismos existentes de coordenação regional e o desenvolvimento de redes ou processos regionais e sub-regionais.	

205 - Seu país está trabalhando com outros Signatários para fortalecer os mecanismos e iniciativas regionais e sub-regionais existentes para capacitação? (decisão VI /27 B)	
Não	
Sim	
<p>Rede Latinoamericana em Botânica. Ver comentários da questão 28.</p> <p>Educação Ambiental no Pontal do Paranapanema. Ver comentários da questão 94.</p> <p>Cursos do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE). O CBBC - Centro Brasileiro de Biologia da Conservação, é um centro de ensino interdisciplinar criado pelo IPÊ em 1999, na sua sede, em Nazaré Paulista (SP). Além de Biologia da Conservação, são realizados cursos nas áreas de Medicina da Conservação, Manejo da Vida Silvestre, Desenvolvimento Sustentável, Educação Ambiental, Legislação Ambiental, História Ecológica, Comunicação e Meio Ambiente, entre outros. O centro busca atingir diversos públicos que incluem estudantes, universitários, educadores, profissionais de governo, setor privado e organizações não-governamentais. O objetivo é treinar multiplicadores que atuem em conservação e modelos de sustentabilidade oferecendo treinamento especializado e oportunidades iguais para todos. Desde 1996, o CBBC já capacitou mais de 730 alunos. Nos últimos cinco anos, o aprendizado destes alunos já atingiu direta e indiretamente mais de 2.300 pessoas. Alguns dos cursos que o CBBC oferece já se tornaram referência em suas áreas de atuação como o Curso Latino-Americano de Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre, Ecologia</p>	

Quantitativa, Sensoriamento Remoto e Medicina da Conservação. Muitos desses cursos têm sido possíveis graças a acordos com instituições estrangeiras como o Programa Natureza e Sociedade - WWF/SUNY, a Smithsonian Institution, o Instituto Internacional de Educação do Brasil - IIEB, o *Wildlife Preservation Trust* e instituições nacionais como o Centro de Vivências Nazaré. Profissionais brasileiros e estrangeiros de alto nível e com grande experiência têm também colaborado para assegurar a qualidade dos cursos oferecidos. O CBBC possui ainda um Fundo de Bolsas, para formação de bolsas de estudo a serem oferecidas a alunos que não têm disponibilidade para pagar pelos cursos. O Fundo é mantido por doações de alunos, ex-alunos e professores do centro. Mais informações em <http://www.ipe.org.br>

Programa Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais. Ver comentários da questão 185.

Cooperação Técnica Alemã (*Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GTZ*).

A Cooperação Técnica objetiva atuar junto às instituições e pessoas, visando expandir sua capacidade de ação no contexto das metas de desenvolvimento acordadas entre os Governos do Brasil e da Alemanha. A Cooperação é realizada por meio de programas estabelecidos de comum acordo, a partir de um Convênio Intergovernamental (Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha), que define a participação de cada uma das partes. A GTZ, empresa pública de direito privado, criada em 1974, com o objetivo de gerenciar os projetos de cooperação técnica, é responsável pela implementação da contribuição alemã. Estão a cargo da GTZ as seguintes contribuições:

- Envio de profissionais de longo e/ou curto prazo, conforme as necessidades do projeto;
- Treinamento de profissionais brasileiros, no Brasil ou no exterior;
- Fornecimento de equipamentos e materiais necessários para a execução do projeto;
- Em casos excepcionais, contribuições financeiras a fundo perdido para experiências piloto para a criação de novos instrumentos financeiros.

Mais informações em <http://www.gtz.org.br>

206 - Seu país contribuiu para a avaliação dos mecanismos regionais e sub-regionais para a implementação da Convenção? (decisão VI /27 B)

a) Não

b) Sim (favor fornecer detalhes abaixo)

X

Comentários adicionais sobre a contribuição para a avaliação dos mecanismos regionais e sub-regionais.

Rede Latinoamericana em Botânica. Ver comentários da questão 28.

Programa Cooperativo de Pesquisa e Transferência de Tecnologia para os Trópicos Sul-Americanos (PROCI TROPICOS). Ver comentários das questões 10 e 128.

Quadro XXXIV.

Por favor, explique melhor sobre a implementação das decisões acima, focalizando especificamente em:

- a) Resultados e impactos das ações implementadas;
- b) Contribuição para o alcance das metas do Plano Estratégico da Convenção;
- c) Contribuição para o progresso em direção à meta de 2010;
- d) Progresso na implementação das estratégias nacionais de biodiversidade e planos de ação;
- e) Contribuição para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
- f) Dificuldades encontradas na implementação.

- a) O Brasil realizou algumas reuniões regionais no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica:
 - Reunião para Identificação de Temas em Biodiversidade para Cooperação e Intercâmbio entre os Países da América do Sul;
 - Seminário Regional da América Latina e do Caribe sobre o Clearing-House Mechanism (CHM);
 - Reunião Internacional para discutir a iniciativa sobre Biodiversidade para Alimentação e Nutrição.
- b) As iniciativas apontadas contribuem para o atendimento dos objetivos 1.6 e 2.5 do Plano Estratégico da Convenção.
- c) Não houve contribuições diretas.
- d) As iniciativas apontadas contribuem para o cumprimento dos seguintes objetivos específicos da Política Nacional de Biodiversidade:
 - 16.3.2. Apoiar o intercâmbio de conhecimentos e tecnologias em temas selecionados e em áreas definidas como prioritárias para a gestão da biodiversidade, inclusive com centros de referência internacionais e estrangeiros;
 - 16.5.2. Promover a implementação de acordos e convenções internacionais relacionados com a gestão da biodiversidade, com atenção especial para a Convenção sobre Diversidade Biológica e seus programas e iniciativas;
 - 16.5.3. Estabelecer sinergias visando à implementação das convenções ambientais assinadas pelo País.
- e) Não houve contribuições diretas.
- f)

F. COMENTÁRIOS SOBRE O FORMATO

Quadro XXXV.

Favor fornecer abaixo recomendações sobre como melhorar o formato deste relatório.

ANEXOS

ANEXO I

COMISSÃO NACIONAL DA BIODIVERSIDADE - CONABIO

HISTÓRICO

A Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB tem por objetivo a conservação e a utilização sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes de sua utilização, bem como, dos conhecimentos tradicionais associados. Em 1994 o Governo brasileiro criou o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO, instituído pelo Decreto nº 1.354, de 29 de dezembro de 1994, para coordenar a implementação dos compromissos da CDB. Foi também estabelecida uma comissão coordenadora do Programa, com a finalidade de coordenar, acompanhar e avaliar suas ações.

O Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 determina que o Ministério do Meio Ambiente - MMA, por intermédio do PRONABIO, deve coordenar a implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade, mediante promoção da parceria entre o Poder Público e a sociedade civil para o conhecimento e conservação da biodiversidade, utilização sustentável de seus componentes e repartição justa e equitativa dos benefícios derivados.

Em face disso, o Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, alterou o PRONABIO, adequando-o aos princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Além disso, revogou o decreto nº 1.354/1994 e estabeleceu a Comissão Nacional da Biodiversidade - CONABIO.

A CONABIO é composta por representantes de órgãos governamentais e organizações da sociedade civil e tem um relevante papel na discussão e implementação das políticas sobre a biodiversidade. Compete à Comissão promover a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à CDB, bem como identificar e propor áreas e ações prioritárias para pesquisa, conservação e uso sustentável dos componentes da biodiversidade.

COMPETÊNCIA

A CONABIO tem suas competências descritas no Art.6º do Decreto no 4.703, de 21 de maio de 2003. Com relação à Política Nacional da Biodiversidade - PNB, compete à CONABIO:

- Coordenar sua elaboração com base nas diretrizes previstas no Decreto no 4.339, de 2002;
- Propor medidas para Poder Público para sua implementação, estimulando a descentralização da execução das ações e assegurando participação dos setores interessados;
- Prestar assistência técnica aos agentes públicos e privados responsáveis pela sua execução no território nacional, para que seus princípios, diretrizes e objetivos sejam cumpridos;
- Promover articulação entre programas, projetos e atividades relativas à implementação de seus princípios e diretrizes e promover a integração de políticas setoriais relevantes;

Identificar a necessidade e propor a criação ou modificação de instrumentos necessários à boa execução dos princípios e diretrizes para sua implementação;

Estimular a cooperação interinstitucional e internacional para a implementação de seus princípios e diretrizes;

Promover debates e consultas públicas sobre os temas relacionados à formulação de propostas referentes à PNB;

Criar e coordenar câmaras técnicas, compostas por convidados e membros dela integrantes, com a finalidade de promover a discussão e a articulação em temas relevantes para a implementação dos princípios e diretrizes da PNB;

Acompanhar e avaliar a execução dos componentes temáticos para a implementação dos princípios e diretrizes da PNB e coordenar a elaboração de relatórios nacionais sobre biodiversidade;

Acompanhar a execução das ações previstas para atendimento aos princípios e diretrizes para implementação da PNB;

Propor diretrizes gerais do PRONABIO em apoio à execução das ações previstas para implementação dos princípios e diretrizes da PNB, e identificar demandas e fontes de recursos financeiros.

Compete ainda à CONABIO:

Identificar, propor e estimular ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização pública;

Estabelecer critérios gerais de aceitação e seleção de projetos e selecionar projetos no âmbito de programas relacionados à proteção da biodiversidade, quando especialmente designada para tanto;

identificar e propor ações prioritárias para: pesquisa; conservação; uso sustentável; monitoramento, avaliação, prevenção e mitigação de impactos; e repartição de benefícios derivados de seu uso.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 4.703, DE 21 DE MAIO DE 2003

Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998,

DECRETA:

Art. 1º O Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Coordenadora do PRONABIO, doravante denominada Comissão Nacional de Biodiversidade, instituídos pelo Decreto nº 1.354, de 29 de dezembro de 1994, passam a reger-se pelas disposições deste Decreto.

Art. 2º O PRONABIO tem por objetivo:

I - orientar a elaboração e a implementação da Política Nacional da Biodiversidade, com base nos princípios e diretrizes instituídos pelo Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002, mediante a promoção de parceria com a sociedade civil para o conhecimento e a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização, de acordo com os princípios e diretrizes da Convenção sobre Diversidade Biológica, da Agenda 21, da Agenda 21 brasileira e da Política Nacional do Meio Ambiente;

II - promover a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção sobre Diversidade Biológica e orientar a elaboração e apresentação de relatórios nacionais perante esta Convenção;

III - articular as ações para implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e junto aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e da sociedade civil;

IV - formular e implantar programas e projetos em apoio à execução das ações previstas no Decreto nº 4.339, de 2002;

V - estimular a cooperação interinstitucional e internacional, inclusive por meio do mecanismo de intermediação da Convenção sobre Diversidade Biológica, para a melhoria da implementação das ações de gestão da biodiversidade;

VI - promover a elaboração de propostas de criação ou modificação de instrumentos necessários à boa execução das ações previstas no Decreto nº 4.339, de 2002, em articulação com os Ministérios afetos aos temas tratados;

VII - promover a integração de políticas setoriais para aumentar a sinergia na implementação de ações direcionadas à gestão sustentável da biodiversidade;

VIII - promover ações, projetos, pesquisas e estudos com o objetivo de produzir e disseminar informações e conhecimento sobre a biodiversidade;

IX - estimular a capacitação de recursos humanos, o fortalecimento institucional e a sensibilização pública para a conservação e uso sustentável da biodiversidade;

X - orientar as ações de acompanhamento e avaliação da execução dos componentes temáticos para atendimento aos princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade; e

XI - orientar o acompanhamento da execução das ações previstas para implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade, inclusive mediante a definição de indicadores adequados.

Art. 3º O PRONABIO deverá ser implementado por meio de ações de âmbito nacional ou direcionadas a conjuntos de biomas, com estrutura que compreenda:

I - componentes temáticos:

a) conhecimento da biodiversidade;

b) conservação da biodiversidade;

c) utilização sustentável dos componentes da biodiversidade;

d) monitoramento, avaliação, prevenção e mitigação de impactos sobre a biodiversidade;

e) acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios;

f) educação, sensibilização pública, informação e divulgação sobre biodiversidade;

g) fortalecimento jurídico e institucional para a gestão da biodiversidade;

II - conjunto de biomas:

a) Amazônia;

b) Cerrado e Pantanal;

c) Caatinga;

d) Mata Atlântica e Campos Sulinos;

e) Zona Costeira e Marinha.

Art. 4º Compete ao Ministério do Meio Ambiente supervisionar a implementação do PRONABIO.

Art. 5º O PRONABIO será financiado com recursos do Tesouro Nacional e recursos captados no País e no exterior, junto a órgãos governamentais, privados e multilaterais.

Art. 6º A Comissão Nacional de Biodiversidade tem como finalidade coordenar, acompanhar e avaliar as ações do PRONABIO, competindo-lhe, especialmente:

I - coordenar a elaboração da Política Nacional da Biodiversidade, com base nos princípios e diretrizes previstos no Decreto nº 4.339, de 2002;

II - promover a implementação dos compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção sobre Diversidade Biológica;

III - aprovar a metodologia para elaboração e o texto final dos relatórios nacionais para a Convenção sobre Diversidade Biológica;

IV - propor medidas para o cumprimento, pelo Poder Público Federal, dos princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade, instituídos pelo Decreto nº 4.339, de 2002, estimulando a descentralização da execução das ações e assegurando a participação dos setores interessados;

V - prestar assistência técnica aos agentes públicos e privados responsáveis pela execução da Política Nacional da Biodiversidade no território nacional, para que seus princípios, diretrizes e objetivos sejam cumpridos;

VI - promover articulação entre programas, projetos e atividades relativas à implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade, e promover a integração de políticas setoriais relevantes;

VII - propor diretrizes gerais do PRONABIO em apoio à execução das ações previstas para implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade, e identificar demandas e fontes de recursos financeiros;

VIII - identificar a necessidade e propor a criação ou modificação de instrumentos necessários à boa execução dos princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade;

IX - estimular a cooperação interinstitucional e internacional para a implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade e da Convenção sobre Diversidade Biológica no País;

X - identificar e propor áreas e ações prioritárias:

a) de pesquisa sobre a diversidade biológica;

b) de conservação da diversidade biológica;

c) de utilização sustentável de componentes da biodiversidade;

d) de monitoramento, avaliação, prevenção e mitigação de impactos; e

e) de repartição de benefícios derivados da utilização da biodiversidade;

XI - identificar, propor e estimular ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização pública;

XII - estabelecer critérios gerais de aceitação e seleção de projetos e selecionar projetos no âmbito de programas relacionados à proteção da biodiversidade, quando especialmente designada para tanto;

XIII - promover debates e consultas públicas sobre os temas relacionados à formulação de propostas referentes à Política Nacional da Biodiversidade;

XIV - criar e coordenar câmaras técnicas, compostas por convidados e membros dela integrantes, com a finalidade de promover a discussão e a articulação em temas relevantes para a implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade;

XV - acompanhar e avaliar a execução dos componentes temáticos para a implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade e coordenar a elaboração de relatórios nacionais sobre biodiversidade;

XVI - acompanhar a execução das ações previstas para atendimento aos princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade; e

XVII - apresentar proposta de regimento interno ao Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Art. 7º A Comissão Nacional de Biodiversidade será presidida pelo Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente e, nos seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares, pelo Diretor de Conservação da Biodiversidade, e terá em sua composição, além de seu Presidente, um representante dos seguintes órgãos e organizações da sociedade civil:

I - Ministério do Meio Ambiente;

II - Ministério da Ciência e Tecnologia;

III - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

IV - Ministério da Saúde;

V - Ministério das Relações Exteriores;

VI - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

VII - Ministério do Desenvolvimento Agrário;

VIII - Ministério da Integração Nacional;

IX - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA;

X - comunidade acadêmica, indicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;

XI - comunidade acadêmica, indicado pela Academia Brasileira de Ciências - ABC;

XII - organizações não-governamentais ambientalistas, indicado pelo Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento;

XIII - movimentos sociais, indicado pelo Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento;

XIV - povos indígenas, indicado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia - COIAB;

XV - setores empresariais vinculados à agricultura, indicado pela Confederação Nacional da Agricultura - CNA; e

XVI - setores empresariais vinculados à indústria, indicado pela Confederação Nacional da Indústria - CNI.

§ 1o Os representantes do Poder Público, juntamente com seus suplentes, serão indicados pelo Ministro titular da respectiva Pasta e designados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente.

§ 2o Os representantes das entidades não-governamentais relacionadas nos incisos IX a XVI, e seus suplentes, serão indicados por suas organizações e designados pelo Ministro de Estado do Meio Ambiente, com mandato de dois anos, renovável por igual período.

Art. 8º Poderão participar das reuniões da Comissão Nacional de Biodiversidade, a convite de seu Presidente, representantes de outros órgãos e entidades da administração pública, bem como pessoas físicas e representantes de pessoas jurídicas que, por sua experiência pessoal ou institucional, possam contribuir para os debates.

Art. 9º A Comissão Nacional de Biodiversidade deliberará por maioria simples, com quórum mínimo de metade mais um, e seu Presidente votará somente em casos de empate, quando terá o voto de qualidade.

Art. 10. O Ministério do Meio Ambiente proverá os serviços de apoio técnico-administrativo da Comissão Nacional de Biodiversidade.

Art. 11. A participação na Comissão Nacional de Biodiversidade é considerada como de relevante interesse público e não enseja qualquer tipo de remuneração.

Art. 12. Fica revogado o Decreto nº 1.354, de 29 de dezembro de 1994.

Brasília, 21 de maio de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Celso Luiz Nunes Amorim

Roberto Rodrigues

Guido Mantega

Roberto Átila Amaral Vieira

Marina Silva

Ciro Ferreira Gomes

Miguel Soldatelli Rosseto

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 22.5.2003

COMPOSIÇÃO

Órgão	Representante Titular	E-mail	Telefone
MMA	JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO	capobianco@mma.gov.br	61 40097791
MMA	PAULO YOSHIO KAGEYAMA	paulo.kageyama@mma.gov.br	61 40099551
MCT	IONE EGLER	iegler@mct.gov.br biodiversidade@mct.gov.br	61 33178024
MAPA	AFONSO CELSO CANDEIRA VALOIS	valois@sede.embrapa.br	61 34484815
MS	MÁRCIA CHAME DOS SANTOS	mchame@ensp.fiocruz.br	21 25982654
MRE	HADIL FONTES DA ROCHA VIANNA	hadil@mre.gov.br	61 34116674
MP	RAQUEL PORTO MENDES FONSECA	raquel.fonseca@planejamento.gov.br	61 34294738
MDA	MÁRCIA DA SILVA QUADRADO	marcia.quadrado@mda.gov.br	61 33148041
MI	CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA	carlos.gadelha@integracao.gov.br	(61) 3414-5633
SEAP	LUIZ EDUARDO CARVALHO BONILHA	luizbonilha@seap.gov.br	(61) 3218-2862
IBAMA	VALMIR ORTEGA	valmir.ortega@ibama.gov.br	(61) 3316-1163 (61) 3316-1164
ABEMA	ALEXANDRINA SOBREIRA DE MOURA	asmoura@sectma.pe.gov.br scampo zana@sectma.gov.br	(81) 3425-0303
CONTAG	CLÉIA ANICE DA MOTA PORTO	nicinha@contag.org.br	(61) 2102-2288
SBPC	GLACI ZANCAN	glaciz@ufpr.br	(41) 3266-3893
ABC	SÔNIA MACHADO DE CAMPOS DIETRICH	smcdietrich@aol.com pgibt@ibt.sp.gov.br	(11) 507 36300
FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS	CÉSAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO	funatura@funatura.org.br	(61) 3274-5449
FÓRUM BRASILEIRO DE ONGS	NURIT BENSUSAN	nurit@wwf.org.br	(61) 3364-7447
COIAB	JOENIA BATISTA CARVALHO	joeniab@yahoo.com.br	(95) 624-2421
CNA	ANGELO RAFAEL GRECO	greco13@ugf.br ar_greco@yahoo.com.br	(21) 2252-3974
CNI	ELIANE ANJOS	elianeanhos@natura.net	(11) 4446-2485
MONAPE	JOSÉ ALCIDES BARBOSA	monape@amazon.com.br	(91) 3230 -5550

ANEXO II

Formulário de Consulta para o Terceiro Relatório Nacional para a CDB

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
DIRETORIA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
PROJETO ESTRATÉGIA NACIONAL DE DIVERSIDADE BIOLÓGICA
E RELATÓRIO NACIONAL - BRA 97 G 31

Levantamento de informações para elaboração do Terceiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica

Nome da iniciativa:

Bioma:

Resumo das Atividades:

Fonte de Financiamento:

Valor:

Data de início:

Data de término:

Executor:

Principais resultados:

Dificuldades encontradas:

Artigo da CDB:

Endereço na Internet:

ANEXO III

Instituições consultadas para a elaboração do Terceiro Relatório Nacional para a Convenção sobre a Diversidade Biológica - CDB

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA	ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES
Ação Nascente Maquiné	X
Aracruz Celulose S.A.	X
Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASP-TA)	
Associação de Defesa do Meio Ambiente do Avaré (ADEMA)	
Associação Mico-Leão Dourado	
Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA)	X
Associação Plantas do Nordeste (APNE)	X
Associação Plantio Direto	
Associação Potiguar Amigos da Natureza (ASPOAN)	
BrasilConnects	
Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)	X
Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)	
Conselho Nacional da Indústria (CNI)	
Conselho Nacional de Defesa Ambiental (CNDA)	
Conservation International (CI)	
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)	
Fórum Brasileiro de ONGs	
Fundação Biodiversitas	
Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)	
Fundação Gaia	
Fundação Grupo Esquel Brasil	
Fundação Museu do Homem Americano (FUNDHAM)	
Fundação o Boticário de Proteção à Natureza	X
Fundação Onda Azul	
Fundação Pró- Natureza (FUNATURA)	X
Fundação Pró-TAMAR	

Fundação Rio Parnaíba (FURPA)	
Fundação Terra Mirim	X
Fundação Vitória Amazônica (FVA)	
Fundo Brasileiro Para Biodiversidade (FUNBIO)	X
Fundo Mundial para a Natureza (WWF)	
Greenpeace	
Grupo Ambiental da Bahia (GAMBÁ)	X
Grupo de Trabalho Amazônico (GTA)	
Instituto Acqua – Ação, Cidadania, Qualidade Urbana e Ambiental	X
Instituto de Ecologia Tropical (ECOTROPIC)	
Instituto de Ecoturismo do Brasil (IEB)	
Instituto de Estudos Ambientais Mater Natura	X
Instituto de Estudos da Religião (ISER)	
Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB)	X
Instituto de Manejo e Certificação Florestal Agrícola (IMAFLOA)	
Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)	
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON)	
Instituto Ecoar	
Instituto ECOFORÇA – Pesquisa e Desenvolvimento	
Instituto Ecoplan	X
Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN)	X
Instituto Socioambiental (ISA)	
Instituto Terra	
Instituto Terra Azul	
Instituto Vitae Civilis	X
Movimento de Ecologia Social “Os Verdes”	
Núcleo Amigos da Terra	X
Rede Cerrado	X
Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH)	
Rede de Jardins Botânicos	

Rede Mata Atlântica	
Rede Nacional de Combate ao Tráfico de Animais Silvestres (RENCTAS)	
Rede Pró-Unidade de Conservação	X
Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	
Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS)	
Sociedade de Zoológicos do Brasil (SZB)	
Sociedade Nordestina de Ecologia (SNE)	
SODERMA	
SOS Amazônia	X
SOS Mata Atlântica	
The Nature Conservancy (TNC)	X

PROGRAMAS DO PLANO PLURIANUAL DO GOVERNO FEDERAL - PPA

PROGRAMA	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL	ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES
Abastecimento Agroalimentar	MAPA	
Agenda 21	MMA	X
Agricultura Familiar (PRONAF)	MDA	X
Amazônia Sustentável	MMA	
Aqüicultura e Pesca do Brasil	SEAP	X
Áreas Protegidas do Brasil	MMA	X
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais	MDA	
Assistência e Cooperação do Exército à Sociedade Civil	MD	
Avaliação do Plano Plurianual	MPOG	X
Biotecnologia	MCT e MMA	X
Brasil Destino Turístico Internacional	MTur	
Calha Norte	MD	
Ciência, Natureza e Sociedade	MCT	X
Combate à Desertificação	MMA	X
Comunicações, Comando, Controle e Inteligência nas Forças Armadas	MD	
Comunidades Tradicionais	MMA	X
Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	MMA	
Conservação e Uso Sustentável de Recursos Genéticos	MMA	X
Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Internacional	MRE	
Democratização do Acesso à Informação Jornalística, Educacional e Cultural	Gabinete da Presidência da República	

Desenvolvimento das Culturas de Cereais, Raízes e Outras Espécies Vegetais	MAPA	
Desenvolvimento das Culturas de Oleaginosas e Plantas Fibrosas	MAPA	X
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	MDA	
Desenvolvimento Sustentável do Pantanal	MMA	X
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	MDA	
Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	MMA	X
Energia Alternativa Renovável	MME	
Formação e Capacitação de Recursos Humanos para Pesquisa	MCT	X
Gestão da Política Nacional de Recursos Hídricos	MMA	X
Gestão dos Orçamentos da União	MPOG	
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	MJ	
Informações Integradas para Proteção da Amazônia	Gabinete da Presidência da República	
Integração de Bacias Hidrográficas	MI	
Manejo e Conservação de Solos na Agricultura	MAPA	
Mudanças Climáticas e Meio Ambiente	MMA	X
Mudanças Climáticas Globais	MCT	X
Prevenção de Riscos e Combate às Emergências Ambientais	MMA	X
Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer	MMA	X
Proambiente	MMA	X
Proantar	MD	
Probacias	ANA	X
Programa Nacional de Ecoturismo	MMA	X

Programa Nacional de Florestas	MMA	X
Promoção da Pesquisa e do Desenvolvimento Científico e Tecnológico	MCT	X
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub Regionais (PROMESO)	MI	
Promoção e Inserção Econômica de Sub -regiões (PROMOVER)	MI	
Proteção de Terras Indígenas, Gestão Territorial e Etnodesenvolvimento	MJ	
Recursos do Mar	MD	
Recursos para o Desenvolvimento	MPOG	
Recursos Pesqueiros Sustentáveis	MMA	X
Relações e Negociações do Brasil no Âmbito dos Organismos Internacionais	MRE	
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	MMA	X
Segurança Fitossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários	MAPA	
Sociedade da Informação	MCT	X
Transporte Marítimo de Petróleo e Derivados	MRE	
Universidade do Século XXI	ME	
Viver sem Contaminação	MMA	X

ÓRGÃOS ESTADUAIS DE MEIO AMBIENTE – OEMAS		
ÓRGÃO	UF	ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES
Instituto de Meio Ambiente do Acre	AC	
Instituto do Meio Ambiente	AL	
Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas	AM	
Secretaria de Estado do Meio Ambiente	AP	X
Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia	BA	
Secretaria da Ouvidoria Geral e Meio Ambiente	CE	
Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	DF	X
Secretaria de Estado Para Assuntos de Meio Ambiente	ES	X
Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos	GO	X
Gerência de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais	MA	
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	MG	X
Secretaria de Estado de Meio Ambiente	MS	X
Fundação Estadual do Meio Ambiente	MT	X
Secretaria Executiva de Ciência , Tecnologia e Meio Ambiente	PA	
Secretaria Extraordinária do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Minerais	PB	
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	PE	X
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos	PI	X
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos	PR	
Secretaria de Meio Ambiente	RJ	
Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte	RN	X
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental	RO	
Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima	RR	
Secretaria Estadual do Meio Ambiente	RS	X
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	SC	
Administração Estadual do Meio Ambiente	SE	
Secretaria de Estado de Meio Ambiente	SP	X
Secretaria do Planejamento e Meio Ambiente	TO	X

OUTRAS CONSULTAS

INSTITUIÇÃO	ENVIO DE CONTRIBUIÇÕES
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)	X
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)	X
Fundação Cultural Palmares	
Fundação Oswaldo Cruz	X
IBAMA/Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT)	X
IBAMA/Diretoria de Ecossistemas (DIREC)	X
IBAMA/Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros (DIFAP)	X
IBAMA/Diretoria de Licenciamento e Qualidade Ambiental (DILIQ)	
IBAMA/Diretoria de Proteção Ambiental (DIPRO)	
IBAMA/Diretoria de Gestão Estratégica (DIGET)	
IBAMA/Diretoria de Florestas (DIFLOR)	
IBAMA/Projeto TAMAR	X
IBAMA/Gerências Executivas	X
Jardim Botânico do Rio de Janeiro	X
Museu Paraense Emílio Goeldi	

ANEXO IV

Lista de Participantes das Reuniões de Validação do
Terceiro Relatório Nacional para a CDB
Brasília, 11 e 12, 18 e 19 de abril de 2005.

REPRESENTANTE	Instituição	Telefone	Email
ALAN AINER BOCCATO	CEX/MMA	61 40099308	alan.franco@mma.gov.br
ALCINA MARIA NEPOMUCENO	CENSIPAM	61 32140217	alcina@sipam.gov.br
ÁLVARO ROBERTO TAVARES	SQA/GERCOM/MMA	61 40091156	gerco@mma.gov.br
ANA LARA TOMÉ	CNDA – SP	11 31687944	analara@cnda.org.br
ANDRÉA CURI ZARATTINI	DIREC/IBAMA	61 33161174	andrea.zarattini@ibama.gov.br
ANDREA MALLET BUFREM	PNF/MMA	61 40091087	andrea.bufrem@mma.gov.br
ANDREÍNA D'AYALA VALVA	DCBIO/MMA	61 40099557	andreina.valva@mma.gov.br
ANGÉLICA DE SOUZA GRIESINGER	DIREC/IBAMA	61 33161768	angelica.griesinger@ibama.gov.br
ANGELO AUGUSTO DO SANTOS	FBDS	21 33224520	aas@fbds.org.br
ANTONIO ROBERTO LISBOA DE PAULA	IDEMA-RN	84 232 2375	idema@rn.gov.br
ARLINDO DA CRUZ PEREIRA	SEMA-AP	96 2814671	harlindodacruz@bol.com.br
BETSEY NEAL	TNC	61 34684819	betseyneal@hotmail.com
BOISBAUDRAN O. IMPERIANO	SEMARH/PB	83 2184367	boisbaudran@ig.com.br
BRAULIO FERREIRA DE SOUZA DIAS	DCBIO/MMA	61 40099555	braulio.dias@mma.gov.br
BRUNO BARBOSA	CGFIS/IBAMA	61 33161609	bruno.barbosa.2@ibama.gov.br
CARLA ARAÚJO FERREIRA	SDT/MDA	61 34269750	carla.ferreira@mda.gov.br
CARLOS EDUARDO RITTI FILHO	GREENPEACE	92 627 9002	carlos.ritti@amazon.greenpeace.org
CARLOS FREDERICO SIMÕES SERAFIM	SECIRM	61 34291338	Serafim@secirm.mar.mil.br
CAROLINA ALVES LEMOS	NAT/BRASIL	51 33328884	carolemos@natbrasil.org.br

CASSIANE ROCHA JAROSZENSKI	CGBD – MCT	61 33178188	crocha@mct.gov.br
CLAUDIA MARIA DE MELO	DIREF – IBAMA	61 33161258	claudia.mello@ibama.gov.br
CLAUDIA REGINA MENDES DE ALMEIDA	FEMA/RR	95 6236750	diretoriactds@hotmail.com
DAILEY FISCHER	MATER NATURA	41 2257185	dailey@superig.com.br
DANIELA NASCIMENTO	SDS/MMA	61 40091510	daniela.nascimento@mma.gov.br
DANIELLE DE ARAÚJO MAGALHÃES	MCT	61 33177819	dmagalhaes@mct.gov.br
DEMETRIOS CHRISTOFIDIS	MI	61 34145886	christofidis@unb.br
DURVAL FREIRE OLIVIERI	SEMARH – BA	71 31153800	dolivieri@semarh.ba.gov.br
ELBANO PASCHOAL F. MORAES	GAMBA	71 32406822	pasch@svm.com.br
EVANDRO MORETTO	DAI/SECEX/MMA	61 40091169	evandro.moretto@mma.gov.br
FANI MAMEDE	MDA	61 34269934	fani.mamede@mda.gov.br
FERNANDA ÁLVARES DA SILVA	DPG/MMA	61 40099511	fernanda.silva@mma.gov.br
FRANCISCO IGLESIAS	ASPOAN	84 2194000	xisbln@yahoo.com.br
FRANCISCO RODRIGUES SOARES	FURPA	86 2132939	furpa@ig.com.br
GABRIELA TUNES SILVA	DCBIO-MMA	61 40099554	gabriela.silva@mma.gov.br
GERUSA BUENO ROCHA	IEMA/ES	27 31363476	gerusa.bueno@terra.com.br
GIOVANA BOTTURA	CGZAM - IBAMA	61 33161198	giovana.bottura@ibama.gov.br
GLAUCIA MOREIRA DRUMMOND	FUNDAÇÃO BIODIVERSITAS	31 32928235	glaucia@biodiversitas.org.br
GRACE DALLA PRIA	CNI	61 33179487	grace.dallapria@cni.org.br
GUSTAVO B. MOZZER	SEPED –MCT	61 33177816	gmozzzer@mct.gov.br
HARALD FERNANDO DE BRITO	SEMA – MS	67 3185660	haraldvet@yahoo.com.br
HELIO JORGE CUNHA	DCBIO-MMA	61 40099554	helio.cunha@mma.gov.br
HENRY NOVION	ISA	61 30355114	henry@socioambiental.org.br

IOLITA BAMPI	DIREC/IBAMA	61 33161117	maria.bampi@ibama.gov.br
IZABELA SANTANA	SEMA – MA	98 32188953	izabela@gema.gov.br
JOÃO BATISTA BAITELLO	IEF/SP	11 62312170	baitelo@iflorestal.sp.gov.br
JOÃO LESSA DE AZEVEDO NETO	IMA – AL	82 93080926	lessaazevedo@yahoo.com.br
JOENIA BATISTA CARVALHO	COIAB		
JOSÉ ROBERTO DOS SANTOS	SEMAR – PI	86 88064546	jrdpf@yahoo.com.br
JULIA MARIA DA SILVA	INSTITUTO ACQUA	11 48231800	julicrato@ig.com.br
LEONEL GRAÇA GENEROSO PEREIRA	SBF/MMA	61 40091115	leonel.pereira@mma.gov.br
LIA BIANCHI DOS REIS	FUNDAÇÃO TERRA MIRIM	71 33969810	ambiental@terramirim.org.br
LÍVIA DE LAIA LOIOLA	SBF/MMA	61 40091151	livia.loiola@mma.gov.br
LÚCIA HELENA DE OLIVEIRA	DIREF – IBAMA	61 33161258	lucia.oliveira@ibama.gov.br
LÚCIO FLORES	COIAB	92 2331171	lucioterena@bol.com.br
LUIZ CARLOS BALCEWICZ	DCBIO/MMA	61 40099562	luiz.balcewicz@mma.gov.br
MARCELO HENRIQUE DE ARAÚJO	IESB/BA	73 36342179	maraujo@iesb.org.br
MARCELO LIMA	FUNATURA	61 32745449	marcelo@funatura.org.br
MARCELO LOURENÇO	SDS/MMA	61 40091394	marcello.lourenco@mma.gov.br
MARCELO M. MADEIRA	SBF/MMA	61 40091380	marcelo.madeira@mma.gov.br
MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO	CONAB/MAPA	61 33126377	mauro.carvalho@conab.gov.br
MARCO AURÉLIO ZILLOTTO	INSTITUTO ECOPLAN	41 99917280	marco@ecoplan.org.br
MARIA CLÁUDIA GUIMARÃES GRILLO	PETRÓBRAS	21 32242541	maria.claudia@petrobras.com.br
MARIA FÁTIMA BARBOSA SOUZA	FUNDHAM	89 5821612	fumdham@terra.com.br
MAURA MACHADO SILVA	DEA/MMA	61 40091241	maura.silva@mma.gov.br

MAURO PIRES	SBF/MMA	61 40091115	mauro.pires@mma.gov.br
MILTON C. LIMA	AOR/ANA	61 21095418	milton.lima@ana.gov.br
ILVA CLARO COSTA	SEMARH –DF	61 33258794	nilvaclaro@brturbo.com.br
NÚBIA CRISTINA B. DA SILVA	DCBIO-MMA	61 4009-9553	nubia-cristina.silva@mma.gov.br
NURIT BENSUSAN	WWF	61 33647447	nurit@wwf.org.br
PAULO FINOTTI	SODERMA	16 6233752	soderma@uol.com.br
PAULO YOSHIO KAGEYAMA	DCBIO-MMA	61 40099551	paulo.kageyama@mma.gov.br
PEDRO DAVISON	DCBIO-MMA	61 40099564	pedro.davison@mma.gov.br
PÉRICLES CARDIM DA SILVA	SIPAM/CASA CIVIL	61 32140226	cardim@sipam.gov.br
RAQUEL PORTO M. FONSECA	SPI/MP	61 34294738	raquel.fonseca@planejamento.gov.br
RICARDO C. VIEIRA	SQA/GERCOM/MMA	61 40091160	ricardo.vieira@mma.gov.br
RICARDO SALGADO ROCHA	INSTITUTO TERRA	33 32672302	ricardo@institutoterra.org
ROBERTO CABRAL BORGES	CGFIS/IBAMA	61 33161312	roberto.borges@ibama.gov.br
RONALDO CÉSAR VIEIRA DE ALMEIDA	IEF/MG	31 32955068	nca@ief.mg.gov.br
SAMIRA BROLLO CRESPO	ISER/RJ	21 22256185	samyra@iser.org.br
SÉRGIO VICENTINI	SCUP/MCT	61 33178140	svicentini@mct.gov.br
SILVESTRE GORGULHO	FOLHA do MEIO AMBIENTE	61 33223033	silvestre@folhadomeio.com.br
TÂNIA MARIA DOS SANTOS	SNE	81 32680049	taniabarza@speedmais.com.br
TATIANA MILIOLI BOECKLER	INSTITUTO ECOPLAN	41 3391100	taitana@ecoplan.org.br
THOMAZ MIAZAKI DE TOLEDO	DPG/SBF/MMA	61 40099545	thomaz.toledo@mma.gov.br
VERÔNICA THEULEN	FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO	41 3402646	veronicat@fundacaoboticario.org.br

ANEXO V



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
DIRETORIA DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COMISSÃO NACIONAL DE BIODIVERSIDADE - CONABIO

SCEN Trecho 2 – Edifício Sede do IBAMA – Bloco H – 70818-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 4009-9567, Fax: (61) 4009-9587, e-mail: conabio@mma.gov.br, <http://www.mma.gov.br/conabio>

Deliberação CONABIO n.º 28, de 04 de maio de 2005.

*Dispõe sobre a aprovação do terceiro
relatório nacional para a Convenção
sobre Diversidade Biológica.*

A Comissão Nacional de Biodiversidade – CONABIO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, e tendo em vista o disposto no Art. 10 do Anexo da Portaria no 153, de 23 de junho de 2004, do Ministério do Meio Ambiente, e conforme proposta aprovada em Plenário durante a 12ª Reunião Ordinária da CONABIO, e

Considerando os compromissos assumidos pelo Brasil junto à Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, ratificada pelo Decreto Legislativo no 2, de 3 de fevereiro de 1994 e promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998, em especial o Artigo nº 26 que determina que cada Parte Contratante deve apresentar relatórios sobre as medidas que tenham adotado para a implementação dos dispositivos da CDB;

Considerando os Artigos 2º e 6º do Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, que atribui à CONABIO a aprovação da metodologia para elaboração e o texto final dos relatórios nacionais para a Convenção sobre Diversidade Biológica; resolve:

Art. 1º Aprovar o texto final do Terceiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica, conforme proposta apresentada e discutida em Plenário durante a 12ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade, ocorrida entre 3 e 4 de maio de 2005.

JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO
Secretário de Biodiversidade e Florestas
Presidente da CONABIO